REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO 96 — VOL. 150

(1924)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A·D·MDCCCXXXVIII

✻ ✻ ✻ RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL ✻ 1927

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

BRASILEIRO

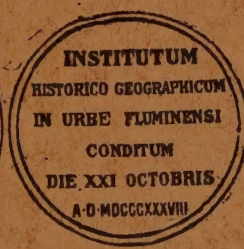
Fundado no Rio de Janeiro em 1838

TOMO 96 — VOL. 150

(1924)

Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

Dr. B. F. Ramiz Galvão

❋ ❋ ❋ RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL ❋ 1927

INDICE

INDICE

DO

TOMO 96, VOL. 150 (2º DE 1924)

ADVENTO DA DICTADURA MILITAR NO BRASIL

O trabalho — *Advento da Dictadura Militar no Brasil* — que ora a *Revista* estampa — é o teôr de um livro publicado em Paris (Imprimerie F. Pichon, 1891) pelo visconde de Ouro Preto, mais tarde 1° vice-presidente e, por alguns dias, presidente do INSTITUTO.

A avultada edição desse livro acha-se hoje completamente esgotada. Trata elle, entretanto, de factos historicos importantissimos, quaes os attinentes á proclamação da Republica.

Encerra, com extenso prefacio novo, notas e annexos, o *Manifesto* daquelle estadista, escripto em Santa Cruz de Tenerife, em 9 de dezembro de 1889, publicado no *Commercio de Portugal* em 20 de dezembro do mesmo anno e reproduzido em numerosas folhas de Portugal e do Brasil. Encerra tambem a resposta a um opusculo do conselheiro C. B. Ottoni sobre os mesmos factos e os discursos proferidos pelo visconde de Ouro Preto, quando apresentou ao Parlamento o seu ministerio.

Desse ministerio já ninguem vive; do Governo Provisorio, apenas subsiste o dr. Demetrio Ribeiro.

Divulgado ha 38 annos, quando vivas estavam as principaes personagens nelle referidas e accesas ainda as paixões, raras, insignificantes contestações suscitou

o *Advento* e as feitas ao *Manifesto* têm contradicta em suas paginas. Recentemente, na Camara dos Deputados, disse voz insuspeita que elle é a mais exacta e minuciosa narrativa do 15 de novembro (*).

Razões de obvio e geral interesse recommendam-lhe, pois, a reedição.

(*) *Deputado Viriato Corrêa: Discurso proferido na Camara dos Deputados a 3 de agosto de 1927. Diario do Congresso Nacional,* n. 93, sexta-feira, 5 de agosto de 1927, pag. 2.657:

"Meus senhores, quem assim contou essa scena, quem isto escreveu, foi um homem de uma integridade moral absolutamente incorruptivel — o visconde de Ouro Preto.

O Sr. Alvaro Paes — Muito bem.

O Sr. Viriato Corrêa — E as contradictas que appareceram não tiveram força para destruir a narrativa do ultimo chefe do governo da monarchia.

Em historia, até a actualidade, a narração de Ouro Preto é tida como o maior elemento de exactidão."

ADVENTO DA DICTADURA MILITAR NO BRASIL

I

Viso duplo objectivo reproduzindo neste volume o *Manifesto* publicado no *Commercio de Portugal,* acerca da sublevação militar de 15 de novembro de 1889, que derrubou a monarchia brasileira, e fazendo-o acompanhar das respostas offerecidas ás poucas contestações que suscitou:

1°. Expurgal-o de incorrecções que escaparam na primeira impressão, apressadamente concluida, juntando-lhe em confirmação notas extrahidas de documentos vindos posteriormente ao meu conhecimento;

2°. Facilitar a realização do intuito principal a que elle se propunha, isto é, habilitar meus concidadãos a julgarem com perfeito conhecimento de causa o procedimento do governo, naquelle dia deposto pela força publica amotinada.

Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consomem-se ao cabo de algum tempo; o mesmo não succede com um livro.

Ainda no legitimo interesse de que não chegue sómente aos vindouros a versão de meus adversarios sobre tão importantes acontecimentos, occupar-me-hei em poucas linhas, á maneira de prefacio, de varios pontos que não foram tratados nos precedentes escriptos, e convem elucidar.

Tanto é necessario para que a justiça inteira se faça a vencedores e vencidos.

II

Embarquei no dia 19 de novembro por deliberação do governo provisorio, no vapor allemão *Montevidéo,* surto no porto do Rio de Janeiro, com destino a Hamburgo e ordem expressa de não tocar em porto algum do Brasil.

No dia 4 de dezembro *O Paiz*, orgão do ministro das relações exteriores deu, na columna editorial, a seguinte noticia:

Deportação

"Attendendo a razões de ordem publica do mais elevado "caracter, deliberou o governo provisorio que tivessem residencia obrigada na Europa, durante algum tempo, os dois "eminentes chefes politicos srs. Gaspar Silveira Martins e "visconde de Ouro Preto.

"Esta medida não tem caracter odioso, porque não ex-"prime espirito de vingança ou de perseguição, nem tam-"pouco receio da supposta influencia dos dois referidos ci-"dadãos.

"Ella significa apenas, que o governo provisorio continúa "a preoccupar-se seriamente com a manutenção da ordem "publica, removendo prudentemente todos os elementos que "podem concorrer para perturbal-a, tornando necessario o "emprego da força.

"A gloriosa revolução consummou-se de modo tão auspi-"cioso e brilhante, que, por lamentavel que seja o constran-"gimento imposto aos dois eminentes cidadãos, devemos re-"conhecer que acima de tudo, devem ser collocadas a paz "publica e a conservação da ordem."

Assim, eramos deportados o sr. Silveira Martins e eu, não por vingança ou perseguição, nem porque temesse o governo provisorio a influencia que pudessemos ter, mas unicamente para não se ver obrigado a empregar a força na manutenção da paz publica.

Ora, si a revolução se consummara auspiciosa e brilhante e não tinhamos influencia, como affirmava a declaração official, razão não havia para nos expellirem do paiz, tanto mais quanto nossos antecedentes não autorizavam suspeitas de que promoveriamos a desordem.

Maiores surprezas, porém, me estavam reservadas pela justiça summaria da dictadura, que se organizou para restaurar a liberdade da minha patria.

III

Não me permittiram soffrimentos da familia fazer a travessia até Hamburgo. A conselho do medico de bordo, fiquei em Santa Cruz de Tenerife, onde permaneci de 3 a 10 de dezembro, tomando então passagem para Lisbôa,

em cuja barra entrei na noite de 13. Desembarquei no dia immediato.

Aproveitando a demora no porto de escala, escrevêra o *Manifesto* e apenas chegado áquella capital curei da impressão.

Havia alli certo grupo que almejava recommendar-se ás boas graças do governo provisorio e suppunha conseguil-o com maior facilidade, simulando serviços importantes, quaes os de denunciar as tramas e machinações do deportado e communicar seus revezes.

Dahi uma serie de telegrammas inveridicos e malevolos, expedidos para o Rio de Janeiro e tendo por objecto os meus actos, pensamentos e palavras.

Avulta entre elles o que assegura ter sido por mim alterado o *Manifesto*, em vista da *resposta* antecipada recebida do ministro da Fazenda, assim como que o submettera á censura de S. M. o imperador, o que é tudo absolutamente falso, como já o disse uma vez.

A resposta prévia do ministro da Fazenda consta do seguinte telegramma, que transcrevo do *Seculo* de 19 de dezembro, vespera, note-se, da publicação daquella minha narrativa no *Commercio de Portugal*:

"*Rio, 18, ás 12 e 45 t.* — Latino Coelho, redacção do "*Seculo*, Lisbôa — Saudamos e agradecemos os seus grandes "serviços á causa dos Estados Unidos do Brasil.

"Temos aqui em telegrammas algumas noções do mani-"festo do visconde de Ouro Preto. E' um *documento indigno*, "que caracteriza o seu auctor, que recompensa assim a *genero-"sidade da revolução, a qual salvou-lhe a vida*. Calumniando, "elle diz ter estado em risco de ser fuzilado na prisão. Quem "o impediria se o governo provisorio quizesse fazel-o? Com "insigne falsidade accusa de trahição o visconde de Maracajú, "seu collega no gabinete, calumnia tão palmar esta, que esse "general foi reformado por nós, logo em seguida á revolução, "*como trahidor ao Exercito e á Patria*."

"Diz serem futeis os motivos da revolução. Entretanto, "esses motivos produziram tamanho resultado e obtiveram "assento tão universal no paiz, que os partidos liberal e con-"servador declararam-se dissolvidos. Os jornaes desses par-"tidos cessaram a sua publicação; apenas resta um orgão de "Ouro Preto, *interprete* das paixões pessoaes desse estadista, "que affirma que se as suas reformas se houvessem realizado "obstariam á revolução. Ora, foi justamente da opposição ás "suas reformas, feita no *Diario de Noticias* e no *Paiz*, apoiados "pela imprensa federal e republicana, que se produziu a re-"volução, gerada pelas aspirações federaes, que o ministerio "Ouro Preto planejava esmagar.

"Esse papel foi escripto para illudir a Europa, Ouro Preto "*é abominado no Brasil, onde acabava de eleger uma camara "unanime, a poder de uma reacção e corrupção inauditas num*

"*eleitorado altamente censitario*. A idéa de restauração é "sebastianismo ou ignorancia de especuladores ou tolos.
"D. Pedro está sendo *explorado* pelos antigos diplomatas "imperiaes. As pretenções á ingerencia das monarchias euro-"péas no Brasil são simplesmente ridiculas. A republica bra-"sileira terá por si a alliança offensiva e defensiva da Ame-"rica inteira. A prosperidade nacional cresce. A commissão "nomeada pelo governo organiza o projecto de constituição "Outra commissão elabora o regulamento eleitoral. Esta se-"mana será decretada a liberdade de cultos e o casamento "civil. Paz absoluta. *Candidaturas de Ouro Preto e seu filho "recebidas com desprezo*. Situação financeira segura."

Ruy Barboza, ministro da Fazenda.

Não farei commentarios sobre a singular comprehensão que manifesta o ministro da Fazenda da dictadura acerca dos deveres que a esta incumbem para com as potencias amigas, quando, em vez de dirigir-se aos representantes do Brasil em Lisbôa, corresponde-se officialmente com o chefe do partido republicano de Portugal que, demais, pertence ao exercito.

Deixarei de parte os inconvenientes, que de taes praticas podem advir para as relações internacionaes e ainda a posição esquerda e somenos em que ellas collocam os diplomatas brasileiros.

Quero, apenas, que os meus concidadãos apreciem os gratuitos insultos contra mim lançados pelo ministro da Fazenda e que cotejem o telegramma destinado ao *Seculo*, com o que foi inserido no *Jornal do Commercio* de 21 de dezembro e vae em nota (1).

---

(1) Telegrammas. O senhor ministro da Fazenda dirigio ao senhor Latino Coelho este telegramma: "*Latino Coelho — Redacção do Seculo. Lisbôa* Saudamos e agradecemos a v. ex. seus grandes serviços á causa dos Estados Unidos do Brasil. Temos aqui por telegrammas algumas noções acerca do manifesto do visconde de Ouro Preto. Esse documento caractèriza o seu autor que retribue a magnanimidade da revolução, a qual lhe salvou a vida, calumniando-a.

"Diz elle ter estado em risco de ser fusilado na prisão. Se o governo provisorio quizesse fusilal-o, quem o impediria? Insigne falsidade. Accusa de trahição o visconde de Maracajú, seu collega no Gabinete. Aleive tão palmar que esse general foi reformado por nós logo após a revolução por ter *faltado ao Exercito* e á Patria. Affirma Ouro Preto serem futeis os motivos da revolução. Entretanto esses futeis motivos produziram este resultado estupendo e grangearam ao movimento de 15 de novembro o assenso universal do paiz. Os partidos liberal e conservador declaram-se dissolvidos. Os jornaes, orgãos dessas parcialidades, despiram esse caracter ou cessaram de publicar-se. Ape-

Perante o estrangeiro a quem eu viera pedir hospitalidade *elle carrega-me a mão;* na presença dos nossos compatriotas, que nos conhecem e dariam aos seus conceitos o devido valor, não se mostrou tão rigoroso. Apuro de gentileza e cavalheirismo!

Declara o ministro da Fazenda que a minha candidatura foi recebida com desprezo. Não vale a pena discutir por que meios maravilhosos poude assim conhecer, instantaneamente, o sr. Barboza as manifestações do espirito publico, reveladas em lugar não sabido, e sobretudo a proposito de facto que não occorreu, pois não me apresentei candidato por parte alguma.

Não foi o telegramma de 18 de dezembro, em duas edições, a unica prova da correcção e gravidade do ministro da Fazenda, recebida pelo fio electrico.

O Seculo de 26 do mesmo mez offerece mais esta:

"São falsas as affirmações de Celso, dizendo que o *Diario* "*de Noticias* e o *Paiz* aconselhavam o exercito á revolta; *é* "*falsissimo;* pelo contrario, sempre buscámos mostrar que o "exercito era aferrado á disciplina, que o governo quebrava "com as violações grosseiras da lei contra a classe militar. "A *revolução foi a reivindicação da legalidade contra a pre-* "*potencia do governo.* Obrigado a V. pelo telegramma. Des- "confiem ahi dos novelleiros." *Ruy Barboza.*

Os leitores do *Diario de Noticias* e do *Paiz,* a quem não escaparam as longas series de artigos excitando o exercito contra o governo e concitando-o a faltar ao dever militar,

---

nas, resta um orgão do visconde de Ouro Preto interprete das paixões pessoaes desse estadista. Affirma elle que se as suas reformas se realizassem teriam obstado á revolução. Ora, foi justamente a opposição a esses projectos de reformas, especialmente no DIARIO DE NOTICIAS e no PAIZ, apoiada na imprensa federal e republicana, que produziu a revolução, gerada nas aspirações federaes que o ministerio Ouro Preto planejava esmagar. Esse manifesto é escripto para illudir a Europa. O nome do visconde de Ouro Preto é hoje abominado no Brasil, onde acabara de eleger uma Camara unanime, a poder de reacção e corrupção inauditas exercidas sobre um eleitorado altamente censitario. A idéa de restauração monarchica, puro sebastianismo, ou ignorancia de especuladores ou tolos. D. Pedro está sendo explorado. Os antigos diplomatas imperiaes andam no mundo da lua. Pretenções de ingerencia das monarchias europêas no Brasil, se as ha, são simplesmente ridiculas. A republica brasileira terá por si a alliança offensiva e defensiva da America inteira. A prosperidade nacional cresce. Uma commissão nomeada pelo governo organiza o projecto de constituição. Outra elabora o regulamento eleitoral. Em breve será decretada a liberdade de cultos e o casamento civil. Paz absoluta. As candidaturas de Ouro Preto e seu filho foram recebidas com desprezo. Situação financeira segura.

pasmarão ante o desembaraço com que o ministro da Fazenda affirma que jámais as duas folhas recorreram a taes embustes e manobras.

IV

Não eram decorridos oito dias depois do meu desembarque em Lisbôa, quando o cabo telegraphico annunciou o motim do quartel de S. Christovão, promovido por algumas praças de artilharia, e as medidas de rigor que então entendeu tomar o governo provisorio, entre as quaes, *segunda deportação* imposta ao sr. conselheiro Gaspar da Silveira Martins, o meu banimento, bem como de meu irmão, o conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo, e sua prisão na fortaleza de Santa Cruz.

Até hoje ignoramos o que realmente houve no quartel de S. Christovão, pois á imprensa já não é licito dar noticias completas sobre os acontecimentos que ao publico mais interessam. Ainda menos sabemos qual a responsabilidade que nos attribuiram em taes successos, que, segundo parece, determinaram o decreto de banimento.

Só em principio de janeiro pude conhecer-lhe o texto, que me obrigou á seguinte reclamação publicada no *Commercio de Portugal*, de 14 daquelle mez e transcripta na *Gazeta de Noticias* de 6 de fevereiro.

"Lisbôa, 12 de janeiro de 1890".

"Sr. Redactor.

"A v. ex., que tão gentilmente me tem dado hospitali-
"dade nas columnas de seu illustrado jornal, peço ainda a
"publicação das seguintes linhas:

"Nas folhas do Rio de Janeiro, trazidas pelo paquete *Oro-
"tava*, encontrei o texto do decreto, que baniu meu irmão
"conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo e a mim
"do territorio brasileiro e do qual já havia noticia telegraphica.
"Nada articularei com relação ao banimento. Vencido ou an-
"tes trahido, a 15 de novembro p. p., declarei, confiando na
"justiça do futuro, que me submettia á força e aguardava re-
"signado a sorte que me destinassem.

"Corre-me, porém, stricto dever de reclamar contra al-
"guns dos fundamentos em que se baseia o acto do governo
"provisorio. Diz-se no referido decreto:

"Considerando...

"Que por *actos positivos* e *manifestações publicas depri-
"mentes do caracter nacional* e infensos á ordem da politica

"estabelecida pelo pronunciamento da opinião nacional, al-
"guns cidadãos procuram fomentar, *dentro e fóra do Brasil,*
"o discredito da patria, por agitações que podem trazer a
"perturbação da paz publica, lançando o paiz ás contingencias
"perigosas de uma guerra civil;

"Que, por mais constrangedora que seja a necessidade de
"recorrer a medidas rigorosas das quaes resultem limitações
"ao principio da liberdade individual, não se póde comtudo
"subordinar o interesse superior da patria aos interesses indi-
"viduaes dos inimigos della;

"Ficam banidos do territorio nacional, etc..."

"Perante os meus concidadãos e o mundo civilizado, pro-
"testo contra os qualificativos que me são attribuidos e aos
"meus companheiros de infortunio. Honramo-nos muito em ser
"brasileiros e jámais, em caso algum, nos seria possivel de-
"primir o caracter nacional, promover agitações nocivas á
"paz publica, ou ao credito de nossa patria, que prezamos
"acima de tudo.

"Condemnem-nos embora, persigam-nos e aos nossos
"quanto lhes aprouver; mas não nos calumniem.

"De passagem, notarei quão curioso é tomarem-se me-
"didas de tamanho rigor, contra um homem que, em tele-
"gramma official, se declarou *ser abominado no Brasil,*
"onde sua imaginaria candidatura fôra recebida com des-
"prezo.

Visconde de Ouro Preto."

Confirmo o solemne protesto que então lavrei, em meu nome e no de meu irmão, e estou certo de que os nossos concidadãos hão de accolhel-o, e secundal-o, pois a todos os corações brasileiros revoltará a injustiça de qualificar-se como inimigos da patria aquelles que sempre se desvelaram, até o sacrificio, pelo seu engrandecimento e prosperidade.

A dictadura póde muito, póde tudo mesmo, graças aos canhões e bayonetas em que se apoia, menos roubar-nos os fóros de bons brasileiros, conquistados pelo trabalho assiduo e honrado, pela dedicação sem limites ao serviço da terra em que nascemos.

Segundo communicação do ministro da Fazenda ao *Seculo* e dessa vez tambem ao representante brasileiro em Lisbôa, as occurrencias do dia 18 de dezembro não tiveram importancia alguma. Eis o que a tal respeito telegraphou o sr. Barboza e encontra-se nas gazetas de 27:

"Rio, 26 ás 12. T. — *Latino Coelho.* — Lisbôa. — Por
"telegrammas vêmos que infelizmente não ha especulação de
"novelleiros que não encontre credito na Europa, contra nós,
"por mais que a previnamos contra esta especie de conspi-

"ração. E' falsa a noticia de revolta dos corpos de artilharia. "Apenas houve um motim de alguns soldados, que logo foi "reprimido; esse facto augmentou aqui a confiança no go- "verno, mostrando estar elle armado de recursos promptos e "decisivos para suffocar qualquer perturbação da ordem.

"E' falso haver aggravação da doença do general Deodoro; "pelo contrario, as suas melhoras da molestia antiga crescem. "O medico assistente acredita certa a sua cura. Em todo o caso "a sorte da revolução hoje é acceita pelo paiz inteiro e não "depende da contingencia da vida de um homem, por muito "preciosa que seja. No exercito mesmo a revolução conta ou- "tros chefes de altissimo prestigio e não menos dedicados a "ella. "Todas as opiniões politicas aqui abraçaram com enthu- "siasmo o prazo da convocação da constituinte, considerando "definitivamente firmada por esse acto a segurança da re- "publica. Desconfiem dos novelleiros. — *Ruy Barboza.*"

Dando-se credito antes ao sr. Christiano Ottoni (2) do que ao ministro, alguma coisa houve de muito serio e grave, no dia 18 de dezembro, pois s. ex. assevera, que em consequencia desses acontecimentos foram condemnados cincoenta e tantos soldados e inferiores, dentro os quaes *dez á pena de morte*, commutada em galé *perpetua* ulteriormente.

Em todo o caso, que coparticipação tiveram nesses successos os cidadãos fulminados pelo decreto de 21 de dezembro? Eu, semanas antes, pisara terra estrangeira; o sr. Silveira Martins tambem esteve preso desde a revolução ou vigiado; pelo que toca ao sr. Carlos Affonso, é evidente que, si algum indicio, ainda que ligeiro e remoto, contra elle resultasse do inquerito rigoroso, a que se procedeu, não se contentariam de banil-o os que depois disso ainda o detiveram 21 dias numa fortaleza. Como quer que seja, neste facto só contém a demonstração eloquente das condições a que reduziu o Brasil a revolução de 15 de novembro, assim como na significativa circumstancia de que uma unica fôlha ousou arriscar timidas observações acerca de tão descommunal violencia, contra um cidadão encanecido ao serviço do paiz. Outr'ora, nos nefastos tempos da monarchia, quando era apanhado em flagrante qualquer turbulento, gemiam os prelos, a autoridade via-se obrigada a dar explicações a todos os jornaes e não faltava quem requeresse e obtivesse immediatamente em favor do detento a salvadora providencia do *habeas-corpus*.

---

(2) No seu recente folheto — O Advento da Republica no Brasil.

V

Depois de publicado o *Manifesto*, tive conhecimento de uma queixa mais do exercito. Ignoro si effectivamente constituiu ella uma das causas que determinaram a sublevação de 15 de novembro, ou se foi lembrada *post-factum* como justificativa.

Acontece isso frequentemente no mundo moral. Consummado um attentado, sua enormidade patenteia-se aos olhos de quem o praticou, já desanuviados das paixões, e então a consciencia afflicta busca explical-o por motivos diversos dos que realmente actuaram.

Para maior edificação dos leitores trasladarei litteralmente a nova razão invocada em abono da revolta. Disse o tenente-coronel Jacques Ourique, no seu escripto, intitulado *A Revolução de 15 de Novembro*:

"Em vista da attitude assumida pelo exercito provocado "pela inepcia administrativa do poder, o gabinete João Al-"fredo, em vez de procurar corrigir franca e patrioticamente "os erros de seus antecessores, *preferiu lançar mão da per-"fidia, fazendo sahir da côrte, sob um pretexto que não podia "ser recusado,* o general Deodoro da Fonseca, com uma forte "expedição para a longinqua provincia de Matto Grosso.

"Naquella provincia, o general sempre correcto, escravo "do dever, dava completa e satisfactoria execução á missão "que lhe fôra incumbida, quando constituido o gabinete "Ouro Preto, *recebeu bruscamente, sem a menor attenção a "seu alto cargo e aos muitos serviços que elle prestara ao "paiz, ordem de regressar com as forças á côrte.*

"*Esta inepta e descabida provocação foi aggravada com "a nomeação para presidencia daquella provincia dum of-"ficial* de pessima reputação militar, *instrumento maleavel "dos inimigos do general,* e que, além disso, tinha propalado "na côrte, e no Rio Grande do Sul, o boato de que o chefe das "forças em observação em Matto Grosso tinha sido assassinado "pelas proprias tropas que commandava, devido á falta de "disciplina que não pudera manter."

O aggravo, portanto, a *provocação inepta* e *descabida* ao general baseia-se em dous pontos: dissolução da columna expedicionaria de Matto Grosso e nomeação de presidente para essa mesma provincia.

Ora, si a missão dada ao general Deodoro, sob pretexto *que não podia ser recusado,* fôra um acto *de perfidia* do gabinete anterior ao ministerio de 7 de junho, este, mandando-o recolher ao Rio de Janeiro, deveria ser-lhe agradavel e não odioso, porquanto o fazia regressar ao ponto donde

houvera sido ardilosamente affastado. A volta para a côrte corrigia o embuste em virtude do qual della se ausentara. Isto é claro.

Eis como, no afan de endeosal-o, os enthusiastas do general por vezes o compromettem, attribuindo-lhe sentimentos e actos incompativeis com o simples bom senso! A dar-lhes credito, o idolo seria a inconsequencia personificada. Assim, neste caso: sob um falso pretexto, fazem-no seguir para longinqua provincia. Elle, ainda que não se deixasse enganar, obedece, parte e não se queixa. Mas ao governo que de tal estratagema usou succede outro que o desmancha, recollocando o general no ponto donde o obrigaram a sahir.

S. ex. offende-se só então; toma o facto como uma provocação e reage! Preferiria continuar victima da perfidia, numa commissão illusoria?! Bem se vê quão desarrazoada é semelhante queixa.

Fui informado de que os meus antecessores não tiveram em vista pôr entre si e o general Deodoro a grande distancia, que vae do Rio de Janeiro a Matto Grosso, mas tão sómente confiar commissão que julgavam indispensavel e importante a um chefe brioso, que contava sympathias no exercito. O fim da expedição foi impedir que aquella provincia soffresse uma invasão e se convertesse em theatro de luta entre nações vizinhas, dado o rompimento de hostilidades entre a Bolivia e o Paraguay, que se suppunha imminente.

As duas republicas, porém, accommodaram-se e resolveram liquidar pacificamente as suas questões, desapparecendo o receio daquella eventualidade, que realmente seria grave. Por outro lado, a permanencia das forças em paragens tão remotas occasionava grandes despesas e reclamações havia por falta de recursos no acampamento. O ministerio ordenou que regressassem, que viessem do sertão para a capital, isto, é, a um tempo alliviou-as e ao thesouro publico de sacrificios ingentes. Eis a provocação!!

Mas, diz o escriptor: a ordem foi *brusca e não se teve em conta o alto cargo do general*. Como deixaria de ser brusca e attenderia ao alto cargo? Em primeiro logar, a consulta era desnecessaria, visto já não existirem as razões que determinaram a expedição. O aviso prévio, assim como a mesma consulta, consumiria muitos mezes, attenta a immensa distancia, conseguintemente prolongaria e aggravaria os inconvenientes que se procurava remover — despesa desnecessaria e soffrimento das tropas. Demais, que governo, digno desse nome, se julgou jámais obrigado a avisar préviamente seus subordinados, o que equivale pedir-lhes licença, das resoluções que entende tomar no interesse do serviço publico?!

Ao general não se marcou prazo para recolher, teve communicação de que a expedição estava terminada, cumprindo regressar quando se offerecesse opportunidade.

Embarcou quando quiz, e veio, note-se, conservando os vencimentos e honras de commandante em chefe. Não se podia fazer mais.

Não se attendeu aos seus grandes serviços. Quaes? Os da guerra do Paraguay foram em tempo e devidamente remunerados. Os da expedição? Estes só podiam ser aquilatados, conhecido o que nella occorrêra. Para isso foi o general convidado a escrever um relatorio, que não chegou a apresentar.

Quanto á nomeação para presidente da provincia de Matto Grosso de um official seu inimigo, expôr a arguição, é quanto basta para patentear a subversão completa de todos os principios que lavrava, não direi no exercito, mas em grande parte delle. Pretender que o governo julgasse interdicto o distincto brasileiro, cujo prestimo queria aproveitar, só pela inimisade, aliás ignorada, de um general, por mais elevadas que fossem sua patente e importancia, é o cumulo das exigencias impertinentes e inadmissiveis.

Na hypothese de ser notoria essa inimisade, que aliás não o era (pelo menos para o presidente do Conselho); e si o posto a que foi chamado esse official entendesse com a missão do general, os attrictos que dahi poderiam resultar para o serviço aconselhariam talvez a escolha de outro. A missão do general, porém, estava finda, elle ia deixar a provincia. Que inconveniente havia em que o supposto adversario fosse presidil-a? Por que, pois, não aproveital-o para um cargo, que estava perfeitamente habilitado a desempenhar?

E não reflectem no triste futuro que para si mesmos preparam os que elevam a desaffeição, justificada ou não, das grandes patentes á categoria de obstaculo á carreira militar de seus camaradas!

Se me fôra licito dar conselhos aos que se incumbem de explicar a attitude assumida pelo exercito no dia 15 de novembro, dir-lhes-hia, por amor da propria corporação, que lhe attribuissem outros moveis e outros intuitos, que não os até agora manifestados. Esses não podem calar na consciencia nacional.

VI

Não quiz o ministro da Fazenda do governo provisorio que chegasse a seu termo o anno de 1889, sem desfechar no regimen decahido golpe que suppoz ser o mais decisivo.

Publicaram os jornaes de 1 de dezembro extenso relatorio seu, ao qual poz epigraphe — *A fazenda nacional em 15 de novembro de 1889*, destinado, como declara, a offerecer ao paiz o quadro dos erros e abusos do antigo systema, e ao mesmo tempo convencel-o de que, em materia de finanças, a republica só encontrara *difficuldades, compromissos e exigencias imperiosas*. Escusado é dizer que ao ministerio 7 de junho lançou a principal responsabilidade do tristissimo espolio. O quadro foi desenhado trabalhosamente; no genero diatribe é um primor. Tudo quanto se fez sob a monarchia e especialmente sob o ultimo gabinete, foi disperdicio, fallacia, torpeza e corrupção; tudo revela falta de tino, de proficiencia, escrupulos e patriotismo.

A nação estava á borda dum abysmo;... porém, felizmente, possue recursos immensamente superiores ás suas necessidades, e a republica chegou a tempo de evitar a catastrophe. Mais um minuto e tudo se precipitaria no antro medonho e insondavel!

Não ha originalidade nisto, mas traço caracteristico de uma seita partidaria, que contou e conta numerosos adeptos em todas as épochas e em todos os paizes.

Depois de analysar-lhe a indole e os habituaes processos que, não admittindo no antagonista siquer a possibilidade de erro de apreciação, a induzem a enxergar sempre na opinião infensa perversidade e crime, a não discutir, mas condemnar; a crear para seu uso exclusivo direito diffirente do que aos demais assiste; a supprimir o adversario si lhe oppõe difficuldades; a nunca julgar-se com liberdade bastante, descobrindo nos outros liberdade em excesso; e, finalmente, a bradar contra o despotismo quando não póde exercel-o, praticando-o em larga escala, quando lhe aproveita; fazendo assim profundo estudo psychologico politico dessa escola, termina illustre publicista com a seguinte observação:

" A constituição intellectual do jacobinismo não lhe deixa
"descortinar a verdade, porque elle colloca invariavelmente
"entre si e os homens ou factos que pretende julgar, uma idéa
"preconcebida, ou um odio implacavel. Desde que, sahindo
"das machinações subalternas, exhibe-se á luz do sol, — como
"as aves da noite, nada vê."

Occorreram-me esses conceitos ao ler o relatorio de 31 de dezembro. O quadro é tragico e guardou todos os preceitos profissionaes, mas ainda assim não poude occultar a verdade, que delle mesmo transparece, e foi isso que ao autor não deixou perceber *sua constituição intellectual*. Quiz provar que a republica só encontrara difficuldades financeiras; conseguio apenas demonstrar que o imperio lhe legou, pelo contrario, situação prospera e segura.

Apezar de amordaçada, a imprensa brasileira deu-lhe o justo valor pelo orgão de um de seus mais habeis polemistas. No estrangeiro e especialmente nos paizes que, sendo credores do Brasil, ou mantendo com elle extensas relações commerciaes, estudam os seus negocios com cuidado e seriedade, o effeito produzido foi exactamente o inverso do que visava o ministro da Fazenda.

VII

Mostrarei com os proprios dados do celebre relatorio, que a republica achou o Thesouro Nacional provido de meios abundantes para occorrer a todos os compromissos, e necessidades do Estado.

Effectivamente, que despesas havia a saldar até á liquidação do exercicio?

1°. As ordinarias da manutenção dos diversos serviços, orçadas em.	40.000:000$000
2°. Parte exigivel da divida fluctuante calculada em.	7.840:000$000
3°. Prestações a que o Thesouro se obrigara para auxiliar á lavoura e que não poderiam, em caso algum, elevar-se a mais de	59.850:000$000
4°. Compra de prata para cunhagem de moeda.	2.995:000$000
5°. As despesas extraordinarias para soccorro ás victimas da secca, que depois estimarei.	—
	110.685:000$000

Excluindo, pois, a ultima parcella, em 111.000:000$000 cifra redonda, computava-se a despesa maxima, até liquidar-se o exercicio (3).

(3) A *Gazeta de Noticias* num excellente artigo de 8 de janeiro addiciona a esta despesa 21.362 contos, para os gastos do exterior, e dos

Mas, não só ha o accrescimo indicado, senão deducções a fazer-se nessa quantia.

Nos 7.840 contos de divida fluctuante estão contemplados 4.500:000$, importancia do papel moeda resgatado pelo Banco Nacional, que seria paga, não em dinheiro, mas em apolices de um conto de réis, ao par, e juros de 4 % ao anno. Conseguintemente, apenas esse juro, correspondente a um semestre, ou 90 contos de réis, deveria ser contado, abatendo-se a differença — 4.410, o que reduz desde logo os 111.000:000$ a 106.590:000$; digamos 107.000:000$000.

Os 59.850:000$ para auxilios á lavoura teriam de ser dispendidos em prestações, á proporção que os bancos, com os quaes o governo contractara taes auxilios, empregassem nos emprestimos 26.150:000$, já recebidos com o mesmo fim, além de somma egual das suas carteiras, na fórma estipulada.

Ora, taes operações de sua natureza são morosas, dependendo da apresentação de documentos, do exame das propriedades, sua avaliação, etc.; e ainda que se houvesse procurado simplificar e facilitar todas essas diligencias, fóra de duvida era que, até liquidar-se o exercicio, como os factos vieram comprovar mais tarde, não teria o Thesouro de desembolsar a quantia total. Leval-a-hei, entretanto, em calculo, para com todas as concessões argumentar na peior hypothese.

Temos, pois, a despesa de 107.000:000$ e mais a dos soccorros ás provincias assoladas pela secca. Não avalia o relatorio a quantia subiria esta verba, e, portanto, é mistér conjectural-o.

No mez de novembro, segundo as ultimas noticias, a intensidade do flagello ia diminuindo; já havia chovido em algumas localidades, e, executando as instantes recommendações do governo, os presidentes das provincias reduziam consideravelmente os soccorros e conseguintemente as despesas. Na Parahyba e no Rio Grande do Norte, por exemplo, cessariam completamente em pouco tempo.

Sem embargo, admittirei que essas despesas continuassem em proporção avultadissima. De começo do anno a novembro abriram-se para ellas creditos extraordinarios no valor de 18.000 contos, que nem todos estavam gastos.

---

quaes trata confusamente e de caso pensado o relatorio. A meu ver, toda a despesa no interior e no exterior até liquidar-se o exercicio de 1889 estava incluida nos 40.000 contos da primeira parcella; ao contrario este algarismo não teria explicação. Os 21.362 contos teriam de ser dispendidos por conta do novo exercicio de 1890, que disporia de recursos proprios e sufficientes.

Tomarei somma egual para os soccorros prestados de 15 de novembro a 30 de junho, o que é manifestamente exagerado. Accrescendo tal somma aos 107.000 contos já apontados, vê-se que a despesa maxima não excederia de 125.000 *contos de réis.*

Examinemos agora os recursos de que podia dispôr o governo provisorio. O proprio ministro da Fazenda assim os enumera:

	Contos
Saldo em dinheiro existente no Thesouro.	7.522
Saldo em dinheiro no Banco Nacional do Brasil. .	2.672
Saldo em dinheiro na agencia financeira de Londres	21.362
Quantia enviada para compra de prata nos Estados Unidos.	2.995
Renda a arrecadar até ao fim do exercicio. . . .	28.000
Producto do emprestimo de 1889 a realizar-se até abril de 1890.	65.000
Total.	127.551

Assim, para o dispendio maximo, grandemente improvavel, de 125.000 contos, havia recursos seguros e disponiveis no valor de 127.000.

Mas não era só isso. Outros e abundantes existiam, outros acautelara o ministerio, e foram omittidos no relatorio, afim de carregar o quadro *de ruinas amontoadas pela monarchia.*

Com effeito, em virtude de convenções antigas, que datavam de 1879, ao tempo em que geria a pasta da Fazenda o presidente do conselho do mesmo gabinete de 7 de junho, podia o governo retirar do Banco do Brasil a somma de 10.000 contos pelo credito alli aberto em conta corrente. Podia ainda mais, e por contracto firmado por esse ministro, depois de junho de 1889, levantar em condições identicas 5.000 contos no Banco Nacional; e, finalmente, podia saccar a descoberto sobre a Europa até *cinco milhões de libras esterlinas*, importancia do credito que negociara e conseguira abrir, logo que assumio a administração do paiz, credito valido por dois annos.

Portanto, as *difficuldades*, os *compromissos*, as *exigencias imperiosas*, que o abominavel ultimo ministerio da não menos abominavel monarchia legou á republica, consistiam em recursos promptos, reaes, effectivos para toda a despesa

possivel, calculada com grande exagero até junho de 1890 e *um saldo superior a 61.000 contos de réis !!!*

E cumpre accrescentar, que poucos dias antes da revolução, realizara o governo em condições vantajosissimas a conversão da maior parte da divida externa, conseguindo economia superior a 3.800 contos de réis na despesa annual.

Si tudo isto, si o credito publico fortalecido, si a cotação dos fundos do estado em alta, o amplo desenvolvimento do commercio e das industrias e a renda em escala ascendente não constituiam situação financeira animadora e prospera, — eu não sei que paiz do mundo possa ufanar-se de tel-a jamais alcançado.

Não sustentarei que as finanças do imperio foram sempre modelo de ordem, prudencia e sabedoria. No largo periodo de quasi meio seculo, commetteram-se erros e disperdicios. Não podia deixar de ser assim. Muito antes de apparecer na scena politica o autor do relatorio, eu os assignalava na imprensa e na tribuna do parlamento, advertindo que era preciso corrigil-os e indicando os meios que para esse fim pareciam mais acertados.

Desses erros e disperdicios, inevitaveis sobretudo nos paizes novos, que têm de pagar o tributo da inexperiencia, para as exagerações odientas do relatorio, vae immensa distancia, que todos os espiritos reflectidos podem medir com facilidade. A despeito de tudo, a verdade é que a administração financeira do Brasil entrava em parallelo com a dos paizes mais adiantados, distinguindo-se por uma feição caracteristica, que lhe fazia a maior honra, — escrupulosa fidelidade no desempenho dos compromissos nacionaes. Dever-se-hia ter feito melhor, mas o que se fez não merece os apodos violentos do relatorio. A prova desta asserção está na confiança que sempre inspirou o Brasil aos capitalistas estrangeiros, que não têm condescendencias, julgam com severidade, mas sem preconceitos e sem paixões.

VIII

Addicionando dividas de natureza diversa, de juro vario e em todas relativamente modico, umas exigiveis em prazos mais ou menos longos, outras sem vencimento obrigado, e, conseguintemente, não podendo crear difficuldades e dando ao paiz folga para o resgate sem sacrificios, pretendeu o ministro da Fazenda gravar na mente popular phrases de effeito impressionista contra o regimen decahido, escrevendo: — *avantaja-se a um milhar de contos de réis o debito nacional, que nos deixou em herança a monarchia!*

O debito do Brasil é consideravel, porém enormemente maior é o patrimonio do Estado, constante do vasto e uberrimo dominio nacional, de riquezas naturaes immensas, de magnificos estabelecimentos que possue, de estradas de ferro, de telegraphos que formam já extensa rêde, dos grandes capitaes assim empregados e progressivamente reproductivos.

Não seria, portanto, preciso, como affirma o relatorio, *superpôr sete orçamentos, calculada a receita annual em* 150.000 *contos para vencer a altura das responsabilidades do Estao*. Fosse mistér vencel-o de prompto e não careceriamos de tamanho prazo, pois que a propria receita unicamente está longe de ser estacionaria e avoluma-se de anno para anno.

Segundo tão singular systhema, para attingirem a altura do seu debito maiores superposições haveriam de emprehender as nações mais adiantadas e prosperas. A França necessitaria de amontoar mais de oito orçamentos, a Republica Argentina quasi nove e a Grã Bretanha nada menos de 207 (4)! Calculos desta natureza são infantis.

O debito nacional é grande; mas a sua maior quota resulta de causas fataes, de força maior e inelutaveis. Não se visse o imperio compellido, para defender a integridade e a honra do paiz, a gastar 600.000 contos com a guerra do Paraguay, não se visse forçado a dispender 80.000 para atenuar os horrores da calamidade, que por duas vezes em dez annos assolou a zona do norte, e esse milhar de contos que representam os seus compromissos estaria reduzido a quantia insignificante, fóra de toda a proporção com as que oberam outros estados, commodamente resgatavel pela alienação de minima parte do seu patrimonio. Apezar desse debito, ainda é o brasileiro um dos povos menos sobrecarregados de impostos.

Proposições como as que acabo de pulverizar quadram indubitavelmente aos intuitos de pamphletistas intransigentes, que a todo o transe procuram agitar as multidões e arrastar as massas inintelligentes, mas destoam da gravidade

---

(4) Segundo a publicação mais recente e séria na especialidade eis aqui a receita e o total da divida nacional de cada um destes estados:

FRANÇA. *Receita* 3.614 milhões de francos. *Divida* 29.557 milhões de francos.

REPUBLICA ARGENTINA. *Receita* 59 milhões de pesos. *Divida* 526 milhões de pesos.

INGLATERRA. *Receita* 89 milhões de libras. *Divida* 18.407 milhões de libras.

(*Les finances du Chili*, par Ovalle Corrêa, 1889).

e correcção que devem revestir os escriptos de um homem de estado, que falla em nome do seu paiz.

O imperio não foi a ruina, foi a conservação e o progresso. Durante meio seculo manteve integro, tranquillo e unido territorio colossal; converteu um paiz atrazado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade, primeira potencia sul americana, considerada e respeitada em todo o mundo civilizado, factor efficiente da civilização moderna, uma de suas mais solidas garantias no futuro. Aos esforços do imperio, principalmente, deveram tres povos vizinhos o desapparecimento do despotismo mais cruel e aviltante; o imperio foi generoso sempre com seus adversarios, protegeu-os muitas vezes; ninguem proscreveu, abolio de facto a pena de morte, extinguio a escravidão, deu ao Brasil glorias immorredouras, paz interna, ordem, segurança, e, mais que tudo, liberdade individual, como não houve jamais em paiz algum. Si teve erros, resgatou-os nobremente, por serviços sem conta, por desinteressado e inexcedivel patriotismo.

Oxalá possam fazer tanto os que, além de derrubal-o para sobre seus destroços erguer a dictadura militar, tentam arrastal-o pelas gemonias da historia! Mas tentam em vão. VERITAS SUPER OMNIA. Na consciencia universal ha de erguer-se um brado poderoso contra a justiça postergada.

IX

Tanto a imprensa do governo provisorio, como os que intentam captar-lhe as boas graças, não cessam de responsabilizar os exilados por tudo quanto desagradavel se passa na Europa, relativamente á nova situação do Brasil.

São elles que transmittem noticias prejudiciaes á republica, são elles que escrevem artigos desfavoraveis e por seus manejos promovem a baixa dos fundos, a queda do cambio, e o retrahimento dos capitaes. Em uma palavra, os exilados agitam-se em indefessa conspiração, sendo o mais culpado o chefe do ministerio deposto a 15 de novembro.

Estas increpações obrigaram-me já a formular a seguinte reclamação, que reproduzo:

"Sr. Redactor do *Jornal do Commercio* — Dos jornaes "brasileiros aqui ultimamente recebidos, vejo que o *Diario do* "*Commercio* dessa capital transcreve um artigo publicado na "*Gazeta de Portugal* desta cidade, attribuindo-me sua autoria.

"Em algumas linhas que precedem a transcripção, á ma-"neira de prologo, faz o *Diario do Commercio* a declaração "de haver inserido outro artigo da mesma procedencia, fir-"mado pelo mesmo nome, cuja paternidade igualmente em-

"prestou-me e applaude-se pela propria perspicacia, pois en-"xerga a prova de que acertou — na *virulencia, injustiça e "ataques contra o Brasil*, contidos na alludida segunda pu-"blicação.

"Nas circumstancias especiaes em que me achei no meu "paiz, e sobretudo nas em que actualmente me encontro, não "devo estranhar que procurem especular com o meu nome por "todos os meios e modos, conforme a fertilidade do engenho "de cada um. O governo provisorio recompensa com genero-"sidade e abundancia.

"Procure, porém, o *Diario do Commercio* fazer o seu ne-"gocio, sem soccorrer-se á clamorosa hermeneutica, que o "leva a considerar como prova irrecusavel de minha autoria, "ou co-participação em qualquer escripto — *a violencia de "linguagem, as injustiças e ataques contra o Brasil*, do qual "podem banir-me, mas onde, mercê de Deus, ninguem possue "o poder de apagar os vestigios do meu berço.

"Fôra mistér que eu tivesse herdado toda a virtude de "Job para refreiar o protesto de indignação que deixo exa-"rado, contra imputações tão gratuitas, quanto malevolas.

"Permitta-me, sr. redactor, accrescentar o seguinte, "uma vez por todas: — nada escrevi, nada escreverei acerca "da nossa patria, sem a minha assignatura e plena responsa-"bilidade; tão pouco hei inspirado, directa ou indirectamente, "apreciações do que lá occorre.

"Desta norma de proceder não se afastará o

Visconde de Ouro Preto (5).

"Lisbôa, 26 de fevereiro de 1890."

Convem accrescentar, que a propria *Gazeta de Portugal* espontaneamente protestou contra a autoria, que se pretendia dar-me dos escriptos publicados em suas columnas.

Nem esses, nem quaesquer outros — salvo os que hei firmado com a minha assignatura — partiram de mim ainda que indirectamente, torno a dizel-o.

Abstenho-me muito propositadamente de enunciar aqui juizos sobre os negocios do meu paiz. Nem é no estrangeiro que elles hão de decidir-se, sim lá, e por exclusiva deliberação dos brasileiros. Estes estão em seu direito deixando-se governar como quizerem, sem que a nenhuma nação ou influencia estranha seja licito immiscuir-se nas suas questões domesticas. No dia em que tão inadmissiveis e ultrajantes pretenções se manifestassem de qualquer modo, no mundo politico como no financeiro, eu seria o primeiro a tudo esquecer e preterir, para collocar-me ao lado dos que cumprissem o dever de repellil-as com a maxima energia e á custa de quaesquer sacrificios.

---

(5) No *Jornal do Commercio* de 16 de março de 1890.

Não ha, pois, maior injustiça e nem me magôa tanto nenhuma como a de que me estou occupando.

Da norma de conducta que me hei traçado fornece testemunho insuspeito o artigo do *Tempo*, jornal de Lisbôa, que incluo nos annexos. E' duma pessoa com a qual jamais tive relações, e cuja benevolencia certamente não me podia grangear o facto que revela.

Cumpre notar que a entrevista ahi narrada se passava 36 horas depois de desembarcar eu em Lisbôa e quando bem vivas deviam estar ainda as tristes impressões dos successos de 15 de novembro e suas consequencias.

A arguição de que os exilados influem nos mercados estrangeiros, de modo a determinar a cotação dos fundos publicos e a prejudicar o credito do governo provisorio, é de tal natureza que nem precisa ser combatida. Hão de sorrir-se della e dos que a adduzem quantos tenham a menor noção das grandes praças européas e suas transacções.

O esforço e insistencia com que se nos procura calumniar e maldizer do nosso procedimento fóra do paiz, prova apenas que na patria não encontram motivos justificativos da animosidade que nos votam alguns corypheus da situação e quanto estimariam ver o mesmo sentimento compartido pela maioria de nossos concidadãos. Temos fé, porém, que elles nos fazem e farão sempre completa justiça.

X

Algumas palavras mais de interesse puramente pessoal: escrevo o meu testamento politico.

A forçada ausencia do meu paiz e o aniquilamento da minha posição não me preservam das aggressões de alguns adversarios, que não cessam de procurar ferir-me no meu caracter publico e privado. Ultimamente e em falta de novos assumptos, occuparam-se dos meus haveres. Em artigo de jornal se disse que eu passara para a Europa, durante o ministerio e ainda depois de preso, a somma de 4 a 5.000 contos de réis. Alguem, numa publicação feita sob os auspicios officiaes e que traz por titulo — *Primeiras linhas da historia da Republica no Brasil*, affirma que, em especulações de praça, e, mediante excepcional favor de poderosos amigos, ganhara eu maior quantia, da qual remetti para Londres 2.000 contos, reservando o resto, *o que sabe por informações de pessoa de conceito*. O escriptor accrescenta que, encontrando naquella praça, ao incumbir-me do governo, um saldo de 40.000 contos e no Thesouro 2.000 em ouro, — gastei-os para vencer eleições.

De par com isto, noutro jornal, depara-se-me a noticia de que estou lutando com difficuldades para aqui subsistir, consumidos os recursos que trouxera.

Quanto aos 42.000 contos despendidos em eleições, logo que se restabeleça no Brasil o imperio da lei e me seja permittido invocal-a, chamarei a juizo o escriptor para dar as provas de tal asserto.

Pelo que toca á minha fortuna particular..., posso fazer della o uso que me approuver, e, portanto, aqui solemnemente prometto doal-a aos escriptores, se indicarem, como certo ser-lhes-ha facil, o estabelecimento ou casa por onde e para onde fiz os saques sobre a Europa, uma ou alguma das especulações de praça, em que adquiri tamanha opulencia, ou os bens, titulos e rendimentos de que ella se fórma.

A pessoa de conceito que forneceu as informações poderá, seguramente, desvendar o segredo.

Fiquem certos de que a isso não se hão de oppôr nem a esposa e meeira, nem os filhos e genros, porque, não só estamos de pleno accordo, mas são tambem riquissimos. Só meu filho mais velho, segundo as mesmas versões, possue nada menos de 400 contos de réis, ganhos, já se sabe, á sombra do meu governo.

Não lhes sirva de embaraço, por generoso escrupulo, a noticia de que estou lutando com difficuldades para subsistir, pois me cumpre informal-os, visto que o homem publico deve habitar em casa de vidro, que não é isso exacto.

Dois amigos espontaneamente entregaram-me cartas de credito sobre a Europa (outros m'as offereceram) e de uma dellas me aproveito. Não lhes declino os nomes, porque seria expol-os á suspeita de conspiração contra a republica, no que ha perigo; mas algum dia o farei, e si, antes disso, morrer, meus successores fal-o-hão por mim. Servi-me de um desses creditos, porque, como é facil comprehender-se, póde-se possuir grande fortuna e não se ter momentaneamente dinheiro disponivel, maxime estando elle empregado.

Como, porém, acostumei-me a não viver á custa alheia, meu genro, o dr. Feliciano Mendes de Mesquita Barros, para apurar com que saldassemos alguns debitos, pagar o que aqui retirei e continuar a manter-me, hypothecou, em dias do mez de março findo, no Banco de Credito Real do Brasil, uma pequena fazenda que possuimos em Ubá, provincia de Minas.

Para maiores explicações e minudencias, quem quizer dirija-se á respeitavel casa dos srs. Araujo Ferraz & C.,

rua Municipal n. 28, na cidade do Rio de Janeiro: eu autoriza-as e peço que as deem.

Não me affligem commentarios desta ordem; não me abatem o animo os trabalhos que tenho affrontado ou ainda me reserve o futuro. Ao contrario, redobram-me as forças, enchendo-me de intima satisfação.

Ha alguma cousa de mais glorioso que o triumpho: — ser vencido na defeza do direito, — o sacrificio pelo cumprimento do dever.

Paris, 29 de maio de 1890.

Ouro Preto.

PRIMEIRA PARTE

O visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos (6)

Santa Cruz de Tenerife, 9 de dezembro de 1889.

Deste porto, onde fui obrigado a deter-me, e do qual posso communicar com os meus compatriotas, é meu primeiro cuidado referir-lhes o que presenciei e a parte que tive nos memoraveis acontecimentos de 15 de novembro os quaes privaram o Brasil das livres e nobres instituições, que lhe deram tantos annos de paz e prosperidade e me arrojaram a paragens tão distantes.

E' esse um dever e ao mesmo tempo um direito de que não prescindo. Alvo principal de todos os ataques, centro e direcção da resistencia que aquelles successos poderiam encontrar, o alto cargo que occupava na situação politica, tão violentamente deposta, me poz a par de circumstancias, que poucos conhecem, e são da maior importancia para bem se aquilatar como, em poucas horas, se mudou a fórma de governo do meu saudoso paiz, quando geralmente a suppunham fortemente consolidada. Incumbe-me fornecer á historia esses subsidios indispensaveis para que ella profira juizo imparcial e seguro. Commetteria eu uma falta se os occultasse.

Por outro lado, para que se aprecie com exactidão o meu

(6) Este manifesto foi publicado em Lisbôa no supplemento do *Commercio de Portugal* n. 3:122, de 20 de dezembro de 1839.

procedimento, cumpre ter em vista as circumstancias em que me achei, o meio em que me coube agir. Perante os meus proprios adversarios de boa fé nada mais quero, nem preciso, para que reconheçam haver sabido manter com dignidade o meu posto.

Na exposição que vou fazer, offerecer-se-me-ha ensejo de contrariar mais de uma inverdade, assoalhada pelos jornaes publicados no Rio de Janeiro, desde o dia 16 de novembro até á data da minha partida, 19 e que só a bordo do vapor que me conduziu pude ler.

Nos dois ultimos mezes do ministerio a que tive a honra de presidir, todo o esforço da opposição consistiu em convencer o exercito de que lhe era hostil o governo, alimentando o intuito de abatel-o.

Dois jornaes, principalmente, tomaram a si a tarefa ingrata de promover uma sedição militar, calamidade de que o Brasil fôra preservado durante mais de meio seculo.

Eram *o Diario de Noticias* e o *Paiz*, dirigidos pelos actuaes ministros da Fazenda e dos negocios estrangeiros do governo provisorio. Não cessavam as duas gazetas de, por odiosos pretextos, concitar os brios do exercito e da armada, exagerando e adulterando factos comesinhos da administração publica, como depois se verá, inventando outros sem a menor plausibilidade sequer, attribuindo imaginarias offensas ás duas classes, não só ás deliberações do governo, mais justas e acertadas, senão tambem aos seus planos de futuro.

No constante dizer das duas folhas, que assim se constituiram fomentadoras da anarchia, o ministerio pretendia nada menos que desprestigiar o elemento militar, e sobretudo o exercito, cuja dissolução tinha em mente, — o ministerio de 7 de junho de 1889, que aliás se organizára, entregando as duas pastas da marinha e da guerra a dois officiaes generaes das forças de mar e terra (pensamento que, seja dito de passagem, serviu de thema para as primeiras aggressões irrogadas ao presidente do conselho) (7), e que ás fileiras do

---

(7) E' curioso recordar que os principaes impugnadores da chamada de dois generaes para o ministerio foram os redactores dos jornaes acima citados, que poucos mezes depois se uniram ao exercito para conquistar o poder, sob o pretexto de desprestigio da classe militar. Veja-se entre os annexos o segundo discurso que proferi na Camara dos Deputados, respondendo ás censuras feitas á nomeação de dois ministros militares.

exercito fôra buscar dois coroneis para presidirem as provincias de Matto Grosso e Ceará, cujas circumstancias especiaes reclamavam administradores da mais absoluta confiança!

Jamais acreditei, confesso a minha ingenuidade, que taes manejos pudessem surtir effeito, calando no animo da maioria dos officiaes do exercito e menos da marinha, tão correcta e circumspecta até então no desempenho de seus arduos deveres.

Admittia apenas a possibilidade de arrastarem a alguma inconveniente manifestação um ou outro joven exaltado e inexperiente. Suppunha, porém, que os contivessem os conselhos e o exemplo dos superiores mais avisados e prudentes, persuadido de que em todo o caso, si qualquer abuso ou excesso fosse praticado, o cohibiriam os meios disciplinares ordinarios, emquanto não se preparasse acção mais vigorosa para o futuro.

Essa crença, além de se originar do inconcusso principio de justiça, que de ninguem permitte suspeitar criminalidade na ausencia de factos averiguados, corroborava-se por motivos muito especiaes.

O sr. visconde de Maracajú, ministro da guerra, era uma alta patente do exercito, em cujo serviço ganhara todos os postos e distincções. Devia, pois, conhecer-lhe bem as necessidades, reclamações e descontentamentos; não podia tão pouco ser indifferente aos seus interesses, que lhe eram communs.

Pois bem; s. ex. nunca me preveniu de que assistiam á corporação razões de queixa contra o governo: jámais trouxe ao meu conhecimento qualquer representação, nem formulou proposta ou exigencia em favor da classe militar, que deixasse de ser attendida pelo governo, salvo a que depois mencionarei.

Logo em começo de nossa administração indicou que se mandasse regressar de Matto Grosso a divisão, que, sob o commando do marechal Deodoro, para alli destacara o gabinete anterior. Immediatamente annui a essa medida, que chamou para a capital do imperio o chefe e o nucleo dos futuros sublevados, recommendando a s. ex. que tratasse de aproveitar o mesmo marechal em commissão correspondente ao seu elevado posto.

O sr. visconde de Maracajú fez sempre as promoções que lhe aprouve sem a mais ligeira opposição dos collegas, os quaes opinaram tão sómente em contrario a s. ex. (que, entretanto, promptamente accedeu) pela demora no preenchimento de uma vaga de brigadeiro, não por julgarem menos

digno o coronel que para ella apresentava, mas por ter parecido conveniente aguardar segunda vaga do mesmo posto, geralmente esperada em breve prazo, para que ao mesmo tempo alcançasse igual accesso outro official tão idoneo e com serviços tão valiosos como o primeiro. Não se verificando, porém, a vaga, ficou resolvida a promoção do official preferido pelo sr. ministro da guerra.

S. ex. quiz pensões para algumas familias de militares e obteve-as; entendeu galardoar a varios camaradas com titulos e condecorações e o conseguiu.

Ao que não annuiu o gabinete, e tal é a excepção que resalvei, foi em uma derrama de graças por toda a officialidade, baseada em certa tabella de equação entre os postos e a categoria dos titulos e condecorações, de modo que a cada marechal de campo se conferisse, *verbi gratia*, um baronato, a cada brigadeiro uma dignitaria da Rosa, e assim por diante.

Ponderou-se-lhe que generalizar taes mercês seria tirar-lhes o valor, não agradando nem mesmo aos contemplados. Não nos oppuzemos, todavia, a que opportunamente se distinguissem todos os que tivessem merito assignalado.

O sr. ministro da guerra estava, portanto, satisfeito com a marcha dos negocios e, seguramente, assim não poderia acontecer si o exercito a que pertencia soffresse injustiças ou aggravos.

Não é tudo: — como recebesse avisos anonymos de que alguma cousa se tramava nos corpos da segunda brigada, mais de uma vez chamei para o assumpto a attenção de s. ex., que sempre me procurou tranquillizar, assegurando nada occorrer de extraordinario e estar vigilante para impedir ou reprimir qualquer irregularidade.

No mesmo sentido ainda se pronunciou o sr. visconde de Maracajú, a 14 de novembro, em entrevista commigo, na vespera dos acontecimentos, como depois relatarei.

Verdade é que, por se achar enfermo, duas vezes obteve licença o sr. visconde de Maracajú, sendo substituido interinamente na pasta da guerra pelo sr. ministro da Justiça, senador Candido de Oliveira. Era possivel que durante essas interrupções qualquer desgosto fosse inflingido ao exercito. Mas, nos poucos dias em que serviu o ministro interino nenhuma resolução foi tomada, sem proposta ou accôrdo da segunda autoridade militar, o ajudante-general do exercito, marechal Floriano Peixoto, estimado e respeitado por seus camaradas e subordinados, entre os quaes gozava da maior popularidade.

Deste official general, que incontestavelmente era o de maior prestigio em todo o exercito, com quem estava em

contacto immediato, inqueri tambem ácerca das disposições em que elle se achava e de s. ex. tive seguranças eguaes ás que me offerecia o sr. visconde de Maracajú.

Recebendo dest'arte das duas fontes mais autorizadas e competentes informações tão satisfactorias, não podia o governo receiar nenhum attentado, tanto mais quanto, como observei, jámais chegou ao seu conhecimento reclamação, individual ou collectiva, que accusasse injustiças a reparar ou necessidades a attender, relativamente ás forças de linha.

E' certo que algumas faltas de disciplina foram commettidas na capital e nas provincias; mas, além de que eram a reproducção de outras praticadas desde muitos annos e que não haviam aconselhado medidas de rigor, não poucos factos em sentido contrario me convenciam de que si o espirito de insubordinação affectava algumas praças e officiaes, não se generalizava o mal e podia ser extirpado sem o emprego de meios excepcionaes, pelo influxo de uma politica justa e moderada, posto que energica.

Assim é que, sendo preciso, em consequencia de conflictos travados na capital de Minas, entre praças do 9° Regimento de Cavallaria e as de policia da provincia, substituir aquelle corpo, seguiu para alli, dentro de quatro horas após a recepção das primeiras noticias, nova guarnição, sem a menor relutancia, retirando-se a antiga na melhor ordem e regularidade.

Assim é que, exigindo as conveniencias do serviço publico que se destacasse um dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro para a longinqua provincia do Amazonas, em poucos dias para alli embarcou o batalhão de infantaria n. 22, sem embargo dos boatos espalhados de que desobedeceria á ordem de marcha e dos conselhos e provocações, que para isso recebeu da imprensa opposicionista.

Com referencia á partida dessa força, foi-me entregue uma communicação do commandante da respectiva brigada, general barão do Rio Apa, irmão do ministro da guerra, a qual, por feliz acaso, se me deparou entre os poucos papeis que minha familia encontrou sobre a meza de trabalho e me poude entregar á bordo. Aqui transcrevo-a, como specimen significativo das informações que os chefes do exercito traziam ao conhecimento do governo. Verão os meus compatriotas que poucos dias precedeu á sedição militar.

"Illmo. e exmo. sr. conselheiro visconde de Ouro Preto.

"Como v. ex. já deve saber effectuou-se hontem, á hora "determinada, o embarque do batalhão 22° de infantaria na "melhor ordem, não tendo havido a menor circumstancia que "denotasse pouca vontade no cumprimento da ordem do "governo.

"Disse a v. ex. que nada me constava sobre a reluctancia "do 22° embarcar e asseguro a v. ex. *que os corpos da minha "brigada são todos muito disciplinados e que cumprirão "sempre as ordens do governo; e si não fosse assim teria pe- "dido exoneração do commando.*

"Creia v. ex. que todos os *corpos do exercito são discipli- "nados e que com elles o governo pode sempre contar.*

"O Governo que lhes dê chefes que não queiram antepôr "a popularidade á disciplina (hoje um mal de que são ata- "cadas todas as classes) e verá que o que eu *digo é* uma "verdade.

"A *disciplina é uma religião para o soldado e elles amam "muito sua bandeira para darem-se em espectaculo triste, á "vista da população, desobedecendo ao seu governo.*

"Acceitei de bom grado a responsabilidade que v. ex. e "o sr. conselheiro ministro interino da guerra me fizeram "pelo embarque do 22°; estou, portanto, desobrigado dessa "responsabilidade que nunca evitarei em relação á qualquer "força sob o meu commando, porquanto saberei em todo tempo "manter a disciplina.

"V. ex. prometteu-me que seria chamado á côrte o major "do 22°, Souza Menezes, logo que com seu batalhão chegasse á "provincia do Amazonas, peço pois licença para lembrar a "v. ex. o meu pedido.

"Reiterando os protestos da minha mais alta estima e "consideração, peço venia para subscrever-me

"De V. Ex.

"amigo mto. grato e respdor.

"Barão do Rio Apa (8).

"Côrte, 11 de novembro de 1889".

---

(8) O signatario desta carta, renunciando o titulo de barão, publicou no dia 19, a seguinte ordem do dia:

"A data de 15 de Novembro é *escripta com lettras de ouro na "historia patria,* pois não é mais do que um complemento ás de 7 de "Setembro e 13 de Maio. *Nada mais nos resta para nos dizermos um "povo livre;* por isso convido a guarda nacional de meu commando a "acatar com respeito e amor à nova instituição e a bradar bem alto: "Viva a união e fraternidade, vivam os Estados-Unidos da Republica "Brazileira, viva o exercito e a armada, viva a guarda nacional. — O "brigadeiro, *Antonio Enéas Gustavo Galvão.*

Dias depois ao ser demittido, por decreto de 4 de dezembro, do commando superior da guarda nacional, o general, reassumindo o titulo, publicou nova ordem do dia, despedindo-se dos seus commandados e na qual disse:

"Do intimo da alma agradeço a todos os snrs. commandantes de "corpos, commandantes de companhias, officiaes, cirurgiões e guar

Quanto á marinha menos razão tinha ainda o governo para suspeitar que conspirasse contra autoridade legitima e principalmente contra as instituições vigentes. Nada occorrera que justificasse semelhante conjectura, accrescendo que da parte de um dos seus membros, geralmente reputado altivo e violento, o chefe de divisão Wandenkolk, ministro da marinha da insurreição, recentemente recebera eu, como sempre, as mais affectuosas provas de apreço pessoal e reconhecimento, recordando-me elle, por essa occasião, haverem-lhe sido por mim conferidos alguns postos e condecorações, quando occupei a pasta hoje a seu cargo (9).

"das e bem assim os meus camaradas do exercito o quão graciosa-"mente se prestaram a servir de instructores dos mesmos corpos, as "maneiras distinctas com que me tractaram e a ponctualidade na "execução das ordens do meu commando. E nem outra podia esperar "de chefes tam distinctos e briosos como sejam os sñrs... F... F... "(menciona todos os commandantes),...

"Os quaes nunca deram credito á intriga pequena e vil que a "todo transe buscava inimisar o exercito com a guarda nacional, es-"palhando que esta era reorganisada para bater aquelle.

"Como general do exercito, em suas fileiras educado, sem outras "vistas que a de bem servir a minha patria, magoavam-me esses boa-"tos de opposição, como communiquei ao ex-ministro da justiça no "officio abaixo transcripto de 14 de Novembro ultimo; não obstante "continuava no trabalho da reorganização da guarda nacional, crente "de que ella não seria mais do que uma reserva do nosso exercito, "com o qual jámais se poderia medir por falta de elementos.

"Como general do exercito, envidei sempre todos os meus es-"forços para que entre a guarda que organisava e os meus camaradas "reinasse a maior cordialidade.

"Julgava correcta a minha conducta, e por isso tinha a conscien-"cia tranquilla, quando a exautoração dos cargos que exercia e a re-"forma que se me acaba de dar em razão de ordem publica, contra a "qual protestarei em tempo, vieram-me convencer da falta de con-"fiança em mim depositada pelo Governo da Republica.

"Não a mereci, porquanto, desde que foi acceita a nova fórma "de governo a ella adheri; e como general brioso, que me prezo de o "ser, jámais seria capaz de uma traição.

"Não perdi ainda a esperança de representar na minha patria o "papel de mantenedor da ordem e de servir de sustentaculo contra "qualquer tentativa ás instituições.

"Então aquelles que, por me verem decahido, jogam-me baldões "terão consciencia de quanto foram injustos para com o general que se "orgulhava de estar sempre ao lado de seus camaradas.

"Finaliso agradecendo e louvando, pelo muito que me coadjuva-"ram, ao estado-maior do commando composto do major secretario "Josino do Nascimento Ferreira e Silva, capitão quartel-mestre Joa-"quim Ferreira Campos e capitão auxiliar João da Silva Torres. — "*Barão do Rio Apa.*

(9) Estas manifestações de gratidão do Sñr. Wandenkolk tiveram lugar, em presença de testemunhas, em uma das salas do Cassino fluminense, por occasião do baile ali offerecido ao Sñr. Conde d'Eu,

Citarei ainda dois factos concernentes a este official, bem significativos de que não nutria resentimentos para com o governo em cuja deposição collaborou. Diversos outros, referentes a distinctos officiaes da armada de todas as patentes, facil me fôra enumerar, em demonstração de que entre ella e o governo reinavam confiança reciproca e até cordialidade. Limitar-me-hei, porém, aos que dizem respeito ao sr. Wandenkolk, por sua proeminencia na actual situação.

Publicou certo jornal do Rio de Janeiro a noticia de que este official ia ser agraciado com um titulo nobiliario, que pertencera a pessoa de sua familia. O sr. chefe de divisão annunciou-o ás guarnições dos navios do seu commando, surtos na Ilha Grande. Commandantes e officiaes fizeram á s. ex., a proposito da annunciada mercê, brilhante manifestação de apreço, correspondida com toda a gentileza; applaudindo assim uns e outros a presumida deliberação do governo imperial.

Tornar-se-hia o sr. chefe de divisão republicano por não se haver effectuado o agraciamento? Si desgosto houve, não foi profundo e outro facto o prova.

Tendo o ministerio a meu cargo dissolvido a Camara dos Deputados, em sua grande maioria composta de conservadores, procedeu-se á eleição da nova camara em 31 de agosto proximo passado. A luta foi renhida em todo o imperio. O partido conservador, alliado ao republicano, disputou a victoria em todos os districtos, gozando ambos de maxima liberdade de acção e de todas as garantias. O sr. chefe de divisão Wandenkolk achava-se na Ilha Grande, a poucas horas de viagem do Rio de Janeiro. Como s. ex., muitos officiaes seus subordinados estavam qualificados eleitores na capital do imperio. Em tempo opportuno, o sr. ministro da marinha deu as ordens e facilitou os transportes precisos para que todos, que o quizessem, viessem exercer o direito de cidadão, votando nos candidatos de sua feição politica.

O sr. Wandenkolk não se moveu do porto, permanecendo á frente da divisão e com s. ex. ficaram muitos outros officiaes, notoriamente pertencentes ás fileiras republicanas ou conservadoras.

Para homens de convicções sinceras e arraigadas, quaes se deve crer sejam estes membros da corporação da marinha,

---

em outubro, para solemnisar o anniversario do casamento de S. A., e o regresso da viagem ao norte.

Ainda posteriormente, em um jantar offerecido por S. A. o principe D. Pedro á officialidade do couraçado chileno *Almirante Cockrane* no dia 5 de novembro, o Sr. Wandenkolk fez-me a fineza de repetil-as. Vendo-o sentado áquella meza, ninguem suspeitaria sem duvida que S. Ex. era um dos conjurados da revolução que triumpharia dez dias depois!

como explicar semelhante abstenção no momento decisivo, mormente si as opiniões politicas contrarias ás do governo se juntasse a circumstancia de estarem sob a pressão de offensas e de aggravos por elle inflingidos?

E' sabido que todas as classes civis e militares da capital do Brasil esmeraram-se em obsequiar a officialidade do encouraçado chileno *Almirante Cockrane*, fundeado naquelle porto.

O Club Naval, presidido pelo sr. chefe de divisão Wandenkolk, foi, como era natural, dos que mais se esforçaram para festejar os nossos hospedes e leaes amigos. Não dispondo de grandes recursos pecuniarios, os membros da associação ver-se-hiam em difficuldades para os dispendios que taes demonstrações exigiam. Foi ao presidente do conselho e ministro da Fazenda que elles se dirigiram para livrar-se de embaraços, por intermedio do chefe Wandenkolk, que sabe ter sido tão galhardamente attendido como permittiam os recursos á disposição do governo.

Importa accrescentar, pois, o episodio é expressivo, que em galante emulação com a officialidade da marinha, a do exercito não quiz fazer menos do que ella, em honra dos chilenos. Todos os estabelecimentos ou corporações militares, que os convidaram para recepções de jubilo, excepto a Escola Superior de Guerra, solicitaram e obtiveram generoso auxilio do ministerio.

Passava-se tudo isto poucos dias antes da sublevação de 15 de novembro. Ora, podia-se por ventura suspeitar, que cavalheiros de sentimentos elevados conspirassem pela deposição do gabinete, no proprio momento em que assim pediam e recebiam favores de tal ordem? (10).

Confesso, torno a dizel-o, minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conjuração militar. Attribui sempre os avisos anonymos que me eram dirigidos a algum individuo ou grupo de interessados, que com taes advertencias (aliás concebidas em termos vagos e sem articulação de factos ou nomes) esperavam, si adversarios eram do governo, arrastal-o a medidas de precaução que suscitassem resentimentos e o prejudicassem; si simplesmente ambiciosos, abrir espaço á satisfação

---

(10) Constou-me que um official superior do exercito contestára, em publicação pela imprensa, a affirmativa de que os chefes dos estabelecimentos e corporações militares se dirigiram ao governo pedindo auxilio pecuniario para as festividades promovidas em honra dos chilenos.

Não conheço a contestação, porque, casualidade ou proposito, a minha correspondencia é desencaminhada e difficilmente recebo jornaes ou cartas do Brasil.

Assegura-me, porém, pessoa de inteira fé, que ella appareceu em folha de Pernambuco.

de aspirações que só lograriam vingar, affastados das commissões e cargos que exerciam aquelles officiaes contra quem, por ventura, o governo houvesse de reagir.

Taes eram as disposições do meu espirito e conhecem-n'as quantos commigo privavam, quando, no meio dos trabalhos e preoccupações, que me acarretava a proxima reunião das camaras legislativas, varios successos, isoladamente sem importancia, mas assumindo-a, em seu conjuncto, vieram suggerir-me a primeira duvida ácerca da plena segurança, que me garantiam os srs. ministro da guerra, ajudante-general do exercito e brigadeiro barão do Rio Apa, assim como os pormenores que deixo referidos.

Em um dos festejos, a que já alludi, o actual ministro da guerra, então lente da Escola Superior dessa repartição e tenente coronel do exercito, sustentou, em presença da officialidade estrangeira e do ministro seu superior hierarchico, ser inconcusso direito da força armada depôr na praça publica os poderes legitimos, constituidos pela nação, quando enten-

---

Felizmente, entre os poucos papeis que minha familia poude trazer encontrei documento comprobatorio de que neste ponto, como em todos os demais, a minha narrativa foi escrupulosamente exacta. Eil-o aqui; é uma carta do então commandante da fortaleza de S. João, na bahia do Rio de Janeiro:

Fortaleza de S. João, 28 de Outubro de 1889.

Ilmo. e Exmo. Snr. Conselheiro Senador Visconde de Ouro Preto.

"Tenho muita honra em saudar a V.ª Ex.ª. Devido aos affazeres "do cargo official que aqui occupo e da honrosa missão de representar a "classe militar perante a distincta officialidade do *Almirante Cockrane*, "não me tem sido possivel receber as ordens de V.ª Ex.ª. E' meu desejo "tambem realisar nesta Escola de Aprendizes Artilheiros, situada em "bello lugar, uma festa inteiramente differente das que se tem feito, "em homenagem a visita dos nossos hospedes, podendo até tornar-se uma "das mais mencionadas.

"A Escola Militar, graças ao patriotismo de V.ª Ex.ª sahiu-se "galhardamente, e a de Aprendizes Artilheiros deseja tambem distinguir-se como a sua co-irmã. Para este fim, levando em conta a dis-"tancia a que se acha afastada do centro dos recursos, peço a V.ª Ex.ª "para mandar-me a quantia de um conto de réis, ficando certo V.ª Ex.ª "de que farei uma festa condigna, que será, como espero, com a pre-"sença de S. A. o Snr. Conde d'Eu e mais membros da Augusto Fa-"milia Imperial e de V.ª Exa. e mais membros do Ministerio, uma das "mais importantes. Aguardo com urgencia as respectivas ordens de "V.ª Ex.ª.

De V.ª Ex.ª.
Admirador, Attento Venerador e Creado
Tenente-Coronel
João Vicente Leite de Castro.

Não preciso acrescentar que o sr. Leite de Castro foi attendido promptamente.

desse que seus brios o exigiam, ou o julgasse acertado e conveniente para o bem da patria (11).

No dia seguinte, ou no immediato, esse lente era estrepitosamente applaudido na propria sala das prelecções, por um grupo de officiaes subalternos de differentes corpos, pela energia e hombridade com que no mencionado discurso defendera os direitos e o pundonor da classe militar (12).

Quasi simultaneamente chegou-me a noticia de que no Club Militar, gremio da officialidade do exercito, e sob a presidencia do mesmo lente se haviam alistado em uma só sessão numerosissimos socios, promovendo-se activamente a acquisição de outros em todos os batalhões. Asseverava-se que isto occorrera na noite de 9 de novembro, em que o governo offereceu um baile á officialidade do *Almirante Cockrane* (13).

Com estas revelações coincidiu o apparecimento de artigos edictoriaes e ameaçadores no Paiz, um dos quaes,

---

(11) O sr. Christiano B. Ottoni affirma no folheto: O ADVENTO DE REPUBLICA NO BRASIL *que eu me achava presente na occasião*. E' inexacto.

(12) Esta manifestação teve lugar no dia 26 de outubro e nella tomaram parte os officiaes do 2º Regimento de Artilharia e 1º e 9º de Cavallaria.

(13) Eis como descreve o que se passou no Club Militar um official do exercito:

"Tendo-se resolvido convocar uma reunião de officiaes no Club "Militar a 9 de novembro, para tratar de assumptos da classe, con-"cordou-se na vespera entre o Dr. Benjamin Constant, o autor deste "artigo e alguns outros officiaes, que na sessão do dia 9 se acceitasse "a proposta que então apresentei de entregar-se a solução da questão a "uma commissão de tres membros com faculdade de obrar livremente, "depois de mais uma ultima e energica tentativa junto ao governo, "marcando-se-lhe o prazo de 24 horas, para levar a termo sua missão "e dar conta do resultado ao Club.

"Na sessão do dia 9, á noite, presentes cento e cincoenta e tres "officiaes propoz o Dr. Benjamin Constant que, em vez de ser nomeada "commissão de tres membros, lhe fossem entregues os poderes que a "ella se pretendia conceder e lhe dessem o prazo de oito dias para "apresentar o resultado dos trabalhos que ia emprehender.

"Com o fim de evitar discussões inopportunas em assembléa tão "numerosa, tanto mais quando achavam-se os animos dos jovens "officiaes que a constituiam exacerbados em alto grão pelos ultimos "actos do governo, e sabiamos estar debaixo de constante vigilancia "dos agentes da policia, propuz immediatamente: que, dando prova "de completa confiança na palavra que o Dr. Benjamin Constant aca-"bava de empenhar espontaneamente, e como justa manifestação a seu "elevado caracter e a sua reconhecida dedicação á classe a que per-"tence, se lhe désse o mandato sem discussão.

"Acolhida com enthusiasmo esta moção, cujo alcance principal era "deixar aos chefes os meios de trabalhar com a reserva necessaria, o "Dr. Benjamin Constant agradeceu a honra com que o distinguiam "assim os companheiros e levantou-se logo a sessão.

commentando certa demonstração de apreço feita pela Associação Commercial do Rio de Janeiro ao chefe do gabinete, dizia symbolizar ella o Capitolio, donde em breve seria arremessado á rocha Tarpeia o governo a quem attribuia planos sinistros e tenebrosos, que felizmente não se realizariam (asseverava-o a folha) — *graças a infallivel e proxima quéda*.

Sobre taes prenuncios chamei a attenção do gabinete na penultima conferencia que tivemos, terça-feira, 12 de novembro, de 1 para 3 horas da tarde, recommendando tanto ao sr. ministro da guerra como ao da justiça, que pelos meios a seu alcance procurassem syndicar do que succedia e sem demora fossem tomadas as providencias que os factos reclamassem, scientificando-me de tudo quanto soubessem.

Ainda nessa occasião affirmou-me o sr. ministro da guerra que nada havia a temer, accrescentando (textualmente) *que nessa manhã fallara ao ajudante-general* e fôra informado de que tudo corria regularmente. S. ex. disse mais: *esteja tranquillo; estamos vigilantes, eu e o marechal Floriano; nada haverá* (14).

Na quarta-feira, 13, devia eu ir a Petropolis despachar com S. M. o imperador, ao que obstou enfermidade gravissima em pessoa de minha familia. Partio em meu logar o sr. ministro do imperio e conservei-me em minha residencia.

Na manhã de quinta-feira, 14, recebi a seguinte carta do sr. ministro da justiça:

"Gabinete do ministro da justiça. Rio, 13 de novembro de 1889.

Exmo. chefe e amigo. Soube pelo sr. Basson que não foi a Petropolis por incommodo de familia, o que muito sinto. Ahi vae carta do ajudante-general, em que elle declara que se *trama alguma cousa*. Estou vigilante e é bom recommendar cuidado ao Maracajú. Si souber de alguma cousa avisarei. Collega e amigo — *Candido de Oliveira*."

Eis a carta do ajudante-general:

"Rio, 13 — 11 — 89. — Exmo. amigo sr. conselheiro. A esta hora deve v. ex. ter conhecimento de que *tramam algo*

"Desde essa mesma noite começou o digno official a desempenhar "a delicada missão que lhe fôra confiada.

"Com a convicção de que nada alcançaria por meios brandos e "suasorios junto ao orgulho e pertinaz obstinação do chefe do gabinete, "resolveu recorrer á reacção armada.

(*Carta do tenente coronel Jacques Ourique pubicada no "Jornal do Commercio" de 4 de janeiro de* 1889.

(14) Respondendo ao meu *Manifesto* o senhor visconde de Maracajú, não contestou esse ponto. Veja-se no *Jornal do Commercio* de 14 de janeiro de 1890, e entre os annexos o artigo que se inscreve: *O general visconde de Maracajú ao Paiz*.

por ahi além: — não dê importancia, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta. Agradeço ainda uma vez os favores que se tem dignado dispensar-me. O meu afilhado, isto é, afilhado dos liberaes do Rio Grande do Norte, Fonseca e Silva, esteve aqui em commissão percebendo vencimentos de commissão activa; não é de justiça que vá para aquella provincia com prejuizo, razão porque peço despacho favoravel á nota junta, que v. ex. devolverá e com a data de 11 (15). Sou de vª. menor creado, amº. e obgdº. — *Floriano Peixoto.*"

Tendo de presidir o tribunal do Thesouro, mandei convidar os srs. ministros da guerra e da justiça e o presidente da provincia do Rio de Janeiro para alli conferenciarmos.

Ao sr. ministro da guerra communiquei a carta do marechal Floriano Peixoto, pedindo me dissesse o que sabia a tal respeito. S. ex. nada poude adiantar, continuando, porém, a mostrar-se perfeitamente seguro de que a ordem publica não seria alterada e de que, no caso contrario, sobrariam ao governo elementos de repressão, pois *pela primeira brigada, ao menos, respondo eu, em quaesquer emergencias.*

— Consta-lhe alguma cousa a respeito do marechal Deodoro? — inquiri, em consequencia de se me haver dito que tomaria parte em alguma manifestação.

— Nada me consta e supponho que não se envolverá em disturbios, até porque está enfermo.

— Bem, retorqui, — cumpre que v. ex. esteja attento e não perca um instante. Mande chamar o general Deodoro e abra-se com elle. Um official general não póde nem deve consentir que envolvam seu nome em manifestações contra a autoridade constituida. Conferencie com o ajudante-general, indague de tudo quanto o levou a escrever ao nosso collega da justiça e tome logo as providencias que o caso requerer, mandando-me á noite informar do que souber e tiver feito.

— Mandarei o proprio marechal Floriano.

— Tanto melhor: — estimarei ouvil-o pessoalmente; queira communicar-lhe que o espero em minha casa, entre 7 e 8 horas da noite.

---

(15) O afilhado do marechal, a que s. ex. se refere na carta supra, era grande protegido seu, apresentando-o sempre como pessoa da maior confiança. Para elle pedio com instancia mais de uma commissão importante, e foi esse mesmo official que no dia 15 de novembro, por ordem do general Deodoro, se apossou do commando do corpo policial do Rio de Janeiro, quando este marchava em auxilio do governo. E' o tenente coronel Francisco Victor da Fonseca e Silva, que supponho ter sido já promovido.

Ao retirar-se o sr. ministro, continuei:

— Si o marechal Deodoro não der explicações satisfactorias, será preciso tomar providencias contra elle, reformando-o até si necessario fôr. Concordará v. ex. com esta medida ?

— Conforme, — replicou o sr. ministro da guerra, conforme o procedimento que haja tido ou venha a ter.

— Estamos de accordo, conclui, vá providenciar sem perda de tempo.

E com isto despediu-se o meu collega, o sr. visconde de Maracajú (16).

Com o sr. ministro da justiça combinei nas ordens necessarias para ficarem de promptidão o corpo policial e a guarda civica, mandando por intermedio do conselheiro chefe de policia continuar nas activas diligencias que já estava empregando aquelle distincto auxiliar, para descobrir a verdade do que por ventura se tramasse.

Ao sr. presidente da provincia do Rio de Janeiro, que sem demora acudiu ao meu chamado, encarreguei de reunir na capital e no mais breve prazo possivel a força de que pudesse dispôr, tendo-a preparada para embarcar com destino á côrte, devidamente municiada, ao primeiro aviso.

Essa autoridade, com a energia e zelo que caracterizam o sr. conselheiro Carlos Affonso, cumpriu exactamente as minhas instrucções.

Tomadas estas providencias, e outras não podiam ser por mim adoptadas na emergencia, aguardei os acontecimentos.

Não me appareceu, como esperava, o sr. marechal Floriano Peixoto á hora marcada, o que attribui a algum impedimento pessoal. Recebi, porém, o sr. chefe de policia, que, mostrando-se apprehensivo de que alguma cousa se preparava em hostilidade ao governo, me deu parte das acertadas medidas que punha em pratica para averiguar dos factos e proceder como elles determinassem.

A s. ex. communiquei uma carta nessa tarde entregue, narrando preparativos que se faziam no Quartel do 1º Regimento de Cavallaria e citando os nomes de alguns officiaes mais decididos e activos na propaganda contra o governo.

Essa carta estava assignada por um nome que nos pareceu

---

(16) No seu citado artigo o sr. visconde de Maracajú diz ter havido equivoco de minha parte, quando affirmo que no principio desta conferencia ainda me tranquilizou, assegurando-me ter o governo meios sufficientes para reprimir qualquer movimento. O equivoco, porém, é de s. ex., como ficou patente da minha resposta e da réplica do sr. visconde. Julguei dever de lealdade para com o meu ex-collega transcrever no fim do volume o que o sr. visconde publicou a tal respeito.

de disfarce, mas pelo seu contexto merecia a mais seria attenção.

Determinei ao chefe de policia que fôsse apresental-a ao ajudante general do exercito directamente (por me constar que o sr. ministro da guerra se retirara para o alto de Santa Thereza, em logar de difficil accesso) — que se informasse do que na mencionada carta havia de verdade e das providencias adoptadas, participando-me tudo immediatamente, assim como o motivo por que deixara o sr. Floriano Peixoto de procurar-me.

Cerca das 10 horas da noite, recebi a visita do sr. conselheiro Souza Ferreira, principal redactor do *Jornal do Commercio*. S. ex. vinha saber si era exacto, como lhe haviam referido, ter sido expedida ordem de prisão contra o marechal Deodoro e para o embarque de varios batalhões da guarnição da capital.

Respondi não serem veridicas essas informações e que nem o governo cogitara siquer de taes actos, por não haver motivos que os aconselhassem.

O sr. Souza Ferreira mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no seu conceito, taes ordens trariam as mais graves consequencias.

— Que consequencias ? perguntei.

— Não seriam cumpridas.

— O governo far-se-hia obedecer.

— Não teria meios.

— Meu caro sr. conselheiro, já lhe affirmei e repito que não se lembrou o ministerio de mandar prender o marechal Deodoro, nem de fazer sahir da côrte nenhum dos corpos da guarnição, mas si as conveniencias do serviço publico o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessarias, sejam quaes forem as consequencias. Si fôr desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservarem leaes, recorrerei á marinha, recorrerei á guarda nacional e ao povo; em todo o caso cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade ou resignal-o-hei.

— Mas a dignidade não exclue a prudencia.

— Tenho-a toda, quanto é possivel. De que actos de precipitação me arguem ?

— A prisão do general Deodoro seria uma imprudencia, — insistiu o sr. Souza Ferreira.

— Mas já lhe disse que não a ordenei !

— Porque não manda desmentir o boato pelo *Diario Official* ?

— Não o farei, porque isso me obrigaria a desmentir todas as balelas que a opposição se lembrasse de inventar. Desminta-o o *Jornal do Commercio*, já que chegou ao seu conhecimento, si o julga necessario. Para isso o autorizo.

O sr. conselheiro Souza Ferreira proseguiu em observações consoantes ás primeiras, respondendo-lhe eu sempre no mesmo sentido e ao se despedir me declarou que havia cumprido um dever não só de amigo, senão de jornalista que se interessa pela manutenção da ordem publica.

— Agradeço-lhe muito a intenção, redargui; mas si os grandes interesses sociaes perigarem e a ordem publica fôr perturbada, a responsabilidade não será minha, sim dos que promovem a propaganda subversiva e tambem dos orgãos de publicidade que devendo combatel-a, não o fazem, deixando-a sem contestação.

Hoje, quando reflicto sobre este incidente, pergunto a mim proprio si os boatos que chegaram ao conhecimento do redactor chefe do *Jornal do Commercio* e o obrigaram á percorrer longa distancia para ir á minha casa averiguar da authenticidade delles, não teriam relação com a conferencia, pela manhã, entre mim e o sr. ministro da guerra.

Só com s. ex. me abrira ácerca da eventualidade de repressão contra o general Deodoro, verificado não ser regular o seu procedimento; a ninguem mais absolutamente communicara o meu pensamento. Donde partiria, pois, a noticia da prisão, da qual aliás nem falei, mas sim de reforma ? Talvez o futuro esclareça este ponto (17).

As 11 3/4 da noite, despachava eu papeis da pasta da Fazenda, quando recebi pelo telephone o seguinte recado do conselheiro Basson:

"Previno-o de que o primeiro regimento está em armas "no respectivo quartel; communicou ao ajudante-general "que estava nessa attitude. Os chefes do exercito estão no "quartel general reunidos. Mandaram intimar o regimento "para se desarmar. Não sei o que fará. Julgo necessaria a "sua presença aqui por todos os motivos. Estou na secre-"taria; envio o meu carro com o meu ajudante que vae para "acompanhal-o, e espero-o.

"O guarda-civico José Antonio Rodrigues, que foi chamar "o respectivo commandante, indagando onde morava este, foi "ali preso e ficou".

Respondi que ia partir, e, effectivamente, momentos depois sahi a pé, em direcção á cidade, acompanhado pelo meu amigo e hospede o sr. coronel Gentil José de Castro. Descemos

---

(17) Effectivamente está hoje verificado que essa noticia foi assoalhada pelo major Solon para irritar os animos da 2ª Brigada e precipitar o pronunciamento. E isto qualificou-se de *patriotico estratagema de guerra!*

á rua de S. Francisco Xavier dispostos a tomar o primeiro vehiculo que encontrassemos.

Nas proximidades da ponte do Maracanã cruzou comnosco um carro; fizemol-o parar. Era o do chefe de policia e conduzia o capitão Lyrio, que me confirmou as noticias transmittidas pelo telephone.

Seguindo pela rua Haddock Lobo, entrámos no Quartel de Cavallaria Policial. Por ordem do sr. conselheiro chefe de policia estavam já reunidas e promptas 40 praças e 2 officiaes. Mandei que a ellas se encorporassem as ordenanças dos ministros, assim como os diversos destacamentos ou patrulhas, que podessem com presteza ser avisados, que fosse chamado sem demora o commandante Cicero Galvão e que, convenientemente armados e municiados, seguissem para o Quartel Central, á rua dos Barbonos.

Dahi dirigi-me á secretaria da policia, onde se achavam o conselheiro Basson, o delegado dr. Carijó e alguns agentes (18). Estavam reunidos tambem tres ou quatro *reporters*, um dos quaes, o da *Gazeta de Noticias*, não mais se afastou e foi testemunha de quanto occorreu dahi por diante, até o desenlace final.

Na secretaria soube que a razão, ou antes o pretexto, do levantamento do 1° Regimento de Cavallaria, era a inculcada prisão do marechal Deodoro, e a denuncia de que ia ser atacado pela chamada guarda negra (19).

Inteirando-me do occorrido e das providencias tomadas, soube que o conselheiro Basson tinha já mandado prevenir os demais ministros, assim como o presidente do Rio de Janeiro, para ter de promptidão a força policial da provincia, e o commandante do corpo de policia da côrte para que immediatamente o pozesse em armas.

Ordenei que me viessem fallar sem demora o ajudante general do exercito e o commandante do Corpo de Bombeiros, que compareceram pouco depois.

O sr. marechal Floriano Peixoto, confirmando e ampliando as noticias dadas pelo sr. conselheiro Basson, disse-me que fôra avisado pelo capitão Godolphim, de ordem do tenente coronel Silva Telles, que se declarava coacto, de que tanto o 1° Regimento de Cavallaria, como toda a 2ª Brigada, se armaram e que s. ex. tinha mandado recommendar ao mesmo te-

---

(18) Tambem alli esteve e no seu posto o delegado dr. Bernardino Ferreira da Silva, que prestou bons serviços. Corrijo assim a omissão que me escapou no texto.

(19) Novo invento provavelmente do mesmo official que espalhou a falsa noticia da prisão do marechal Deodoro. A chamada *Guarda Negra* nem siquer existia mais.

nente coronel, commandante interino da brigada, que aconselhando prudencia aos officiaes e procurando detel-os no aquartelamento, viesse fallar-lhe ao Quartel General do Exercito, onde o fôra esperar. Accrescentou que tómara, no entanto, as providencias precisas, sendo esse o motivo pelo qual deixara de me procurar naquella noite, conforme lhe ordenara o sr. ministro da guerra.

Perguntei se havia prendido o capitão Godolphim, que se lhe apresentara, em nome de uma força sublevada, porquanto o facto de armar-se, sem ordem superior, constituia já de si grave crime militar.

Respondeu-me que o não prendera, para ganhar tempo e se poder acautelar, porque si aquelle official não regressasse ao Quartel, muito provavelmente os corpos, desconfiando de que o governo estava prevenido, pôr-se-hiam immediatamente em movimento, antes de reunidos e dispostos os meios de contel-os.

Communicou-me ainda o sr. marechal Floriano Peixoto que mandara intimar á 1ª Brigada que deixasse as armas e aguardasse ordens posteriores.

Ponderei não ser bastante o desarmamento dos corpos, porque o simples facto de tomarem armas sem ordem superior importava, como já disse, crime grave, sendo mistér prender officiaes e soldados, distribuindo-os pelas fortalezas e estabelecer logo rigorosa syndicancia para conhecimento de toda a verdade e punição dos culpados, em desaffronta da lei.

Ordenei-lhe que assim procedesse, convindo o sr. marechal em que era essa a marcha a seguir.

Inquirindo si já reunira tropa bastante para executal-o, respondeu-me que precisaria talvez de mais alguma, por lhe constar que parte da 1ª Brigada (a do commando do sr. barão do Rio Apa) era sympathica aos amotinados, não tendo plena confiança senão no 10° Batalhão de Infantaria. Pediu-me que mandasse vir o 24° da mesma arma aquartellado na ilha do Bom Jesus e o 4° de Artilharia, destacado na fortaleza de Santa Cruz.

Fazia o sr. ajudante-general grande empenho, sobretudo na vinda deste ultimo corpo, por não ter á sua disposição nenhuma força daquella arma.

Tranquillizei-o, assegurando que expediria immediatamente as ordens precisas, podendo s. ex., no entanto, contar desde logo com o corpo de policia da côrte, que já deveria estar reunido, e assim tambem com o de bombeiros. Além dessa força poder-se-hia lançar mão do corpo policial do Rio de Janeiro e dos corpos de marinha.

Observou-me o sr. marechal Floriano Peixoto que a intervenção de qualquer contingente da marinha seria de grande

effeito moral, pois os amotinados propalavam que ella os apoiaria, desilludindo sua presença muita gente.

Pedio mais que se preparassem logo os transportes para o 4° Batalhão de Artilharia, e esperassem no Arsenal de Marinha o commandante tenente coronel Pego, que alli compareceria para ir buscal-o, e outrosim que se fizesse occupar por alguma força da provincia do Rio de Janeiro a ilha do Boqueirão, onde havia grande deposito de material de guerra.

Não me recordo bem si antes ou depois da chegada do sr. ajudante-general apresentou-se o coronel Neiva, commandante do Corpo de Bombeiros, a quem determinei que immediatamente o formass e convenientemente armado se pozesse á disposição de s. ex.

Lembro-me, porém, perfeitamente de que, declarando-me o sr. coronel Neiva não ter aquelle corpo espingardas, disse o sr. marechal Floriano Peixoto que as poderia receber no Quartel General do Exercito.

Ao retirar-se assegurou-me s. ex. que eu podia contar comsigo (20).

---

(20) Das diversas narrações dos successos de 15 de novembro resulta a prova de que desde o dia 13 desse mez, o sr. marechal Floriano Peixoto estava prevenido pelo marechal Deodoro da conspiração militar.

Eis como o refere o tenente coronel Jacques Ourique:

"Por sua parte o general Deodoro no dia 13, *mandou chamar o aju-* "*dante general do exercito*, marechal de campo Floriano Peixoto e con- "fiou á sua lealdade a posição em que se achava o exercito. Tenho pon- "derado o marechal Floriano Peixoto que, *a seu ver, os actos* "*do governo não autorisavam ainda semelhante extremo e talvez fosse* "*preferivel fazer uma ultima tentativa junto ao gabinete,* o marechal "Deodoro declarou cathegoricamente ao seu velho amigo que o movi- "mento era irrevogavel e que elle já se achava á frente de seus com- "panheiros."

Este mesmo official affirma que os revolucionarios contavam com as seguintes forças: todos os corpos da 2ª Brigada e 7° Batalhão de Infantaria, parte do 1°; muitos officiaes do exercito e da armada, diversos navios e um contingente de fusileiros navaes e, accrescenta:

"Não dispunha (a revolução) do 10° Batalhão de Infantaria, da "policia da capital da provincia do Rio de Janeiro, do 1° Batalhão de "Artilharia de posição, Corpo de Bombeiros e de imperiaes... Devo fazer "notar que comquanto nestes corpos houvesse *officiaes e soldados de-* "*dicados á causa*, que trabalhavam activamente em favor da revolução, "nada se tinha alcançado até o dia 14, talvez pelo imprevisto do facto "que devia dar-se no dia 16. Entretanto, *a unidade manifestada no mo-* "*mento decisivo*, quando uma simples oscillação podia occasionar gra- "ves tropeços, é a prova mais evidente do patriotismo do exercito e da "armada". (*A Revolução de* 15 *de novembro, cartas publicadas no Jornal do Commercio de* 4 *e* 5 *de dezembro de* 1890).

Ignoro a razão por que o sr. tenente coronel Ourique deixa de incluir nas forças com que contava a revolução as escolas militares, que marcharam para o campo.

Não sei tambem se inclue nessas forças o corpo policial da côrte ao mando do coronel Andrade Pinto. Como depois se verá parece

Incumbindo o sr. coronel Gentil de ir a Nictheroy recommendar ao presidente da provincia, que fizesse marchar o corpo policial e guarnecer por tropa municiada a ilha do Boqueirão e o sr. conselheiro chefe de policia de marcar aos meus collegas do ministerio que comparecessem áquella secretaria, para onde haviam sido convidados, como ponto de reunião o Arsenal de Marinha, para lá me dirigi.

Abrir-se-me o portão, dar-me a conhecer, despertar o porteiro, ser chamado o inspector, chefe de divisão Foster Vidal e apresentar-se-me s. ex. foi obra de 15 minutos, quando muito.

Emquanto isto se passava, expedi a ordem e telegramma seguintes:

"Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro — Sr. Director do Arsenal de Guerra.

"Mande V. S. prevenir já o Exmo. Sr. Ministro da Guerra de que me acho no Arsenal de Marinha, onde preciso fallar a S. Ex. Outrosim, telegraphe para a fortaleza de Santa Cruz, de ordem do mesmo Sr. Ministro da Guerra, a fim de que o corpo de artilharia que ali está aquartellado prepare-se para embarcar, devidamente municiado, logo que chegarem os transportes. Prepare os que ahi tiver, e, dadas estas ordens, venha entender-se commigo neste Arsenal. — 15 de novembro de 1889. — A's 3 1/2 horas da manhã."

"Urgente. — A S. M. o Imperador.

Senhor, esta noite os 1° e 9° regimentos de cavallaria e o 2° batalhão de artilharia, a pretexto de que iam ser atacados pela guarda negra e de ter sido preso o marechal Deodoro, armaram-se e mandaram prevenir o chefe do Quartel General de que viriam desaggravar aquelle marechal. O Governo toma as providencias necessarias para conter os insubordinados e fazer respeitar a lei. Acho-me no Arsenal de Marinha com os meus collegas da justiça e da marinha."

Estes senhores ministros ahi compareceram no momento em que redigia o telegramma (21).

Ao sr. Foster Vidal ordenei: que preparasse immediatamente todos os meios de transporte de que dispuzesse o Arsenal, para com os que viessem do de guerra irem bus-

---

que esse corpo, numerosissimo e da immediata confiança do governo, estava feito com os revolucionarios.

(21) Affirma-se que este telegramma não chegou ao conhecimento do imperador, mas tão sómente o segundo, em que o ministerio pedia demissão, expedido do Quartel-General.

Não procurei averigual-o; o que é certo é ter sido expedido pela Estação Central, recebido na de Petropolis e enviado ao Paço.

car á ilha do Bom Jesus o batalhão 24 e á fortaleza de Santa Cruz o 1° de Artilharia, aquelle immediatamente e este logo que se apresentasse o commandante Pego; e que mandasse vir para o Arsenal o Batalhão Naval e o Corpo de Imperiaes Marinheiros, fornecendo cada navio os destacamentos que pudesse dispensar.

Estas ordens foram, sem detença, executadas.

Compareceram pouco depois o coronel Pego, que partiu para Santa Cruz e em seguida, o coronel Fausto, inspector do Arsenal de Guerra que acudira ao meu chamado.

Ordenei-lhe que puzesse o Arsenal em estado de defesa e repellisse qualquer tentativa de assalto. Disse-me s. s. que ia immediatamente providenciar, mas chamou a minha attenção para a necessidade indeclinavel de ser occupado o morro do Castello por tropa do Governo, porque, si os amotinados delle se apoderassem, seria impossivel sustentar-se o Arsenal.

Respondi-lhe que proveria a esse respeito. Perguntou-me o que deveria fazer acerca dos menores existentes no Arsenal no caso de ataque. Autorizei-o a mandar para suas casas os que tivessem familia, acautelando quanto á segurança dos outros do melhor modo possivel.

Todas estas ordens foram communicadas aos meus collegas da justiça e marinha. Mais tarde chegou o da guerra. O sr. ministro da marinha, barão do Ladario, com a prompta decisão que o distingue, tomou sem demora outras providencias para a defesa do Arsenal e activou a execução das já determinadas.

Scientificado do que estava feito, o sr. ministro da guerra, a quem lembrei a conveniencia de mandar guarnecer o morro do Castello, convidou-me para o acompanhar ao Quartel-General do Exercito, que era o seu posto e para onde precisava voltar, tendo já alli estado, creio eu.

Disse-lhe que me parecia melhor ficar no Arsenal de Marinha, donde mais facilmente o poderia auxiliar, conforme as circumstancias exigissem.

— A presença de v. ex., observou-me o sr. ministro, é *necessaria para animar a resistencia* (22).

— Bem; irei, apenas veja assegurada a defesa dos arsenaes e parta daqui o primeiro contingente de marinha.

Emquanto se reuniam o corpo de Imperiaes Marinheiros, o Batalhão Naval e os diversos contingentes dos navios, in-

---

(22) O sr. visconde de Maracajú contesta que me houvesse feito aquella declaração, mas ha equivoco da parte, de s. ex. como eu affirmo e prova-o a carta do ex-ministro da justiça, que adiante se verá.

cumbi o sr. ministro da marinha de ir verificar si no Arsenal de Guerra estavam tomadas as precauções convenientes para a defesa.

Com a resposta affirmativa de s. ex., que foi e voltou por mar, e havendo presenciado a partida da primeira força de imperiaes marinheiros, organizada pelo meu infatigavel collega, segui para o Quartel-General do Exercito, conjunctamente com os srs. ministros da justiça e estrangeiros, que mais tarde nos tinham vindo encontrar. Alli foram ter os srs. ministros do imperio e da agricultura, que só ás 6 horas da manhã receberam aviso.

Deixei recommendado que o batalhão 24 de infantaria e o de policia da provincia do Rio de Janeiro se concentrassem no Arsenal de Marinha, aguardando ordens. Quanto ao 1° de Artilharia, o seu commandante as tinha directamente do sr. ajudante-general.

O sr. ministro da marinha ficou preparando novos contingentes, que mandou armar com metralhadoras de bordo, e provendo sobre o municiamento da força. Devia ir reunir-se aos collegas em pouco tempo.

Chegando ao Quartel-General (seriam 7 horas da manhã), soube que os corpos sublevados tinham já partido do quartel de S. Christovão e vinham em marcha para a cidade, ao que parecia, em direcção áquelle estabelecimento.

Perguntando si já se havia expedido alguma força ao seu encontro, respondeu-me o sr. ministro da guerra negativamente.

Ainda que inteiramente alheio a cousas militares, occorreu-me que, formando os referidos corpos longa columna (pois traziam, ao que se affirmava, 16 peças de artilharia), a desfilar por uma das extensas ruas do Aterrado, perpendiculares ao Campo da Acclamação, e cortadas de espaço a espaço por muitas outras, o simples bom senso estava indicando, que por estas e em diversos pontos deviam ser atacados os sublevados, porque assim facilmente poderiam ser divididos e dispersos.

Notei a falta de certas disposições para a defesa do Quartel-General, como barricadas nas suas immediações e a occupação de casas, ao menos nas esquinas das ruas, por onde pudessem penetrar no campo os amotinados, afim de pol-os entre dois fogos.

E' possivel, julgo mesmo provavel, que estes aprestos ante a tactica fossem absurdos, mas a verdade é que nem esses, nem outros foram realizados por aquelles a quem cabia

a responsabilidade e a competencia da resistencia material.

O facto é que se approximavam forças ameaçadoras e os batalhões que lhes deviam embargar o passo, formados no pateo interior do Quartel-General, permaneciam com as armas em descanso. Nem se observava o movimento natural de quem se apparelha para combate, como, *verbi gratia*, a distribuição de cartuchame, a promptificação de ambulancias, etc.. Quem contemplasse aquella força supporia que alli se achava para uma simples parada, ou acompanhamento de procissão.

O sr. ministro da guerra, a quem communiquei as minhas reflexões, não as refutou, dizendo tão sómente que nenhuma força fôra ao encontro dos corpos em marcha, por não se confiar em toda a que se reunira no Quartel. Quanto aos preparativos de defesa, respondeu-me que ella estava a cargo do marechal Floriano Peixoto, official distinctissimo, que a organizaria do melhor modo.

Continuei a attender ao que se passava. Impressionou-me funda tristeza que se estampava na physionomia dos officiaes, quer superiores, quer subalternos, com quem cruzava nos compartimentos do andar superior e na varanda, que se estende pelo lado interno. A expressão que nelles divisava não era a da calma dos que teem a consciencia de cumprir o dever e a resolução de bem desempenhal-o, mas alguma cousa de incerteza e de angustia. O sr. Floriano Peixoto conservava a serenidade que lhe é habitual. Cingindo a espada, prompto para montar a cavallo, dava frequentes ordens em voz baixa aos officiaes, que encontrava ou mandava chamar. Não lhe pude ouvir uma só.

Em um dos colloquios que tivemos, perguntei ao sr. ministro da guerra si os sublevados disporiam de muitas munições e s. ex. respondeu que não as podiam ter em grande cópia.

Noutro, como me observasse s. ex. que seria de grande vantagem a organização de uma força que, no caso de ser o Quartel-General atacado, por sua vez acommettesse os sublevados pela rectaguarda, retorqui que essa força se poderia constituir com os dois batalhões 24 de infantaria e de policia da provincia, que já deviam estar no Arsenal de Marinha, aggregando-se-lhes os novos contingentes de imperiaes marinheiros que estivessem reunidos.

— Designe v. ex. o commandante, accrescentei, e eu me encarrego de ir dispôr a tropa.

Concordámos em que fosse designado o general Amaral (23).

De novo me dirigi então ao Arsenal de Marinha, mandando que alli fosse ter o referido sr. general Amaral para tomar o commando da columna. Já não encontrei o meu collega sr. barão do Ladario, que ordenara que um vaso da esquadra viesse cruzar entre os dois arsenaes para coadjuvar a defesa. Não pude falar tambem ao sr. inspector Foster Vidal, mas a um dos seus ajudantes recommendei que, reunidos os dois citados batalhões e os contingentes de marinha, ficassem sob as ordens do sr. Amaral.

Tinha pressa em regressar ao Quartel-General ameaçado. Desde que o meu collega da guerra julgava necessaria a minha presença para animar a resistencia, era alli o meu posto. Lá notei ainda a mesma falta de preparativos, que denunciassem resolução de combater. Quando me apeei, penetravam no portão os primeiros pelotões do corpo policial da côrte, bastos e numerosos. Ao entrar na varanda, ouvi o sr. ministro da guerra, que presenceava o desfilar daquella tropa, exclamar: — "agora sim; temos gente sufficiente e estamos bem!"

— E ahi vem mais, retorqui, alludindo ao corpo de bombeiros, que vira tambem encaminhar-se para o Quartel-General. — E' tempo de ir ao encontro da 2ª Brigada; dê v. ex. as ordens.

Vendo que sahia do Quartel e marchava para o lado do Paço Municipal um corpo de linha e indagando qual era e para onde ia, respondeu-me: — "é o 10º de Infantaria e vae postar-se no largo da Lapa, para impedir que os alumnos da Escola Militar, tambem sublevados, façam juncção com a columna que vem de S. Christovão."

— Mas, contestei, estas ultimas forças estão mais proximas, avisinham-se, são as de que mais ha a temer e v. ex. permitte que exactamente o batalhão, que me disseram ser o de maior confiança, deixe o posto de perigo?! Pois ahi vêm contra nós artilharia e cavallaria e manda-se essa tropa ao encontro dos meninos da Praia Vermelha?!...

Não tive explicação para o caso. Deu-se-me então parte de que se organizava uma columna, nomeando-se para commandal-a, o sr. general Barreto, afim de atacar os sublevados de flanco, junto á estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II. O sr. general Barreto não estava ainda á sua

---

(23) O sr. visconde de Maracajú contesta este incidente; mas continúo a affirmal-o; não foi o unico, nos successos do dia 15 de novembro de que s. ex. se olvidou.

frente; passeiava e conversava na extensa varanda, emquanto as tropas que devia commandar sahiam pela porta do Quartel-General, que deita para as immediações da Estação.

Acercando-me de uma das janellas da frente para ver a posição que tomava essa força, avistei poucos momentos depois, a dobrar a esquina da rua do Senador Eusebio, creio eu (é a segunda perpendicular ao Campo, passada a Estação) (24), um piquete de cavallaria, armado de lanças e carabinas, tendo á frente um official.

Adiantou-se aquella escolta até á frente do Quartel-General; o official, que soube depois ser o capitão Godolphim, começou a percorrer o terreno, evidentemente explorando-o. Eram as avançadas dos sublevados.

Chamei sobre ellas a attenção dos srs. ministro da guerra e ajudante-general, mandando que as fizessem cercar e capturar, por ser até vergonhoso que ousassem vir tão perto impunemente.

Instando por vezes para que fosse aprisionado aquelle troço, assegurou-me o sr. ministro da guerra que o sr. general Barreto ia montar a cavallo, e começaria por se apoderar dos exploradores.

A minha despedida ao sr. general foi por esta fórma:

— Estou certo de que cumprirá o seu dever.

— Seguramente, respondeu com singular expressão — hei de cumprir o meu dever.

S. ex. montou a cavallo e sahiu na retaguarda das forças. Como procedeu, narra-o o *Jornal do Commercio* de 16, nos seguintes termos:

"*No Campo da Acclamação a força policial apresentou-se ao sr. ex-ministro da guerra, que disse-lhe recebesse as ordens do sr. general Barreto, o qual, pouco depois, pôl-a sob as ordens do sr. marechal Deodoro* " (25)

---

(24) Conforme narra o tenente coronel Ourique, os sublevados entraram no campo da Acclamação pela rua do Visconde de Itauna.

(25) Este official general, cujas relações com o marechal Deodoro estavam estremecidas, mandara offerecer-lhe os seus serviços para a sublevação.

Eis como elle proprio descreveu o seu procedimento no discurso que proferio em resposta a uma manifestação de varios officiaes, que o foram felicitar por aquelle motivo (*Jornal do Commercio*, de 30 de novembro):

"Deante do insidioso procedimento do governo deposto, meus se-
"nhores, eu não podia conservar-me inerte, quando se tratava de er-
"guer os brios e a dignidade do exercito: como declarei a diversos
"companheiros, entre os quaes apraz me lembrar o major Innocencio
"Serzedello Corrêa e capitão de cavallaria José Pedro de Oliveira Gal-
"vão, *resolvi offerecer o meu fraco apoio* aos benemeritos camaradas
"Deodoro e Benjamin Constant e coadjuval-os no dia glorioso da reivin-

Os exploradores não foram cercados, nem atacados. Conservaram-se diante do Quartel-General, a poucos passos, retirando-se o official, que naturalmente se foi juntar ao grosso das forças, as quaes, momentos depois, appareciam no Campo, tendo á frente o marechal Deodoro, e vinham assestar sua artilharia contra o edificio do Quartel-General.

Por vezes ordenei positivamente que fosse acommettida aquella gente; o sr. ministro da guerra, — valha a verdade, — repetia essa ordem em voz alta, mas não lhe davam execução.

As tropas do governo permaneciam no pateo, com a arma em descanso; não se moviam. Começara a desconfiar daquella inacção.

Da columna sublevada destacou-se um official. Approximando-se, disse em voz alta que trazia uma mensagem do marechal Deodoro para o marechal Floriano Peixoto.

— Entre só, e a pé, foi a resposta do ajudante-general.

Era o tenente-coronel Silva Telles, commandante do 1º Regimento de Cavallaria e interinamente da 2ª Brigada.

Penetrando no Quartel-General, declarou da parte do marechal Deodoro que este desejava uma conferencia com o sr. Floriano Peixoto.

O sr. ajudante-general, em presença do tenente-coronel Silva Telles (o qual, no meio de sua officialidade, me recordou depois o episodio), transmittiu-me o recado, ao que respondi:

"dicação dos nossos direitos, no momento solemne em que tivessemos de "exigir do traidor a reparação dos nossos brios offendidos. Eis porque "ás onze horas da noite do dia 14 respondi ao major Serzedello que "me fora procurar: *contem commigo; tomarei a posição mesmo a mais "perigosa.* Marchei á frente de 1.096 praças, *promptas a combater* e de "accôrdo com o meu *formal compromisso*, recebi os meus velhos compa"nheiros *no campo em que se devia dar o ataque não como inimigos, "cuja marcha eu devesse deter*, mas como amigos cujo coração pulsava "ao calor de um sentimento generoso, em defesa de uma causa justa, "e a cujo lado eu devia-me achar para exigir desaggravo dos traidores "da nação. Ao general Deodoro em lugar de uma espada fraticida es"tendi-lhe a minha mão de amigo e de velho companheiro."

Assim, o general Barreto estava de accordo com os conjurados e promettera-lhes o seu apoio, occupando mesmo a posição de maior perigo; quando, na madrugada de 15 de novembro, se apresentou no Quartel General entre os defensores do governo, deste recebeu o commando da melhor força de que dispunha, 1.096 homens *promptos a combater* e ao mesmo governo assegurou que *cumpriria o seu dever*. O general partio ao encontro do chefe rebelde, estendeu-lhe mão leal e não espada fraticida, pondo-se á sua disposição com toda a columna.

Este foi o procedimento do general Barreto e s. ex. disso se glorifica em discursos solemnes!

— Conferencia! Pois o marechal Deodoro, não tendo recebido do governo nenhum commando militar, aqui se apresenta á frente de força armada, em attitude hostil, e pretende conferenciar com o ajudante-general do exercito?!... Em taes circumstancias, não ha conferencia possivel. Mande v. ex. intimal-o a que se retire, e empregue a força para fazer cumprir essa ordem. Esta é a decisão unica do governo (26)."

Houve um momento em que julguei ia começar o desaggravo da lei, ferindo-se o combate. Vi o sr. ajudante-general montar a cavallo, seguido do seu estado-maior e ouvi tiros na frente do Quartel.

Esses tiros, porém, haviam sido desfechados sobre o meu bravo e leal collega, o sr. barão de Ladario, que, acudindo tambem ao appello do sr. visconde de Maracajú, vinha juntar-se aos seus companheiros. Ao apear-se, intimado a render-se, resistiu, procedendo como era de esperar de um official general da marinha brasileira.

Diante de tanta inercia e lentidão, quando o inimigo se achava a poucos passos, — perguntei a mais de um militar si era assim que as cousas se passavam nos campos de batalha.

Dando, pela quinta ou sexta vez, a ordem de ataque á columna sublevada, ordem, torno a dizel-o, — que o sr. ministro da guerra repetia em voz alta ao sr. Floriano Peixoto, um joven official, — creio que tenente, — que ali se achava, exclamou, dirigindo-se a mim: — "Sr. ministro, peze bem a responsabilidade que assume; é tremenda; vae haver uma carnificina horrivel e inutil!"

Sem redarguir-lhe, voltei-me para o sr. ministro da guerra e disse-lhe:

— Este official faltou ao dever militar; cumpra v. ex. o seu.

Em voz baixa advertiu-me ao ouvido o meu collega, sr. marechal visconde de Maracajú:

— Não sabe v. ex. quem é?... E' filho do visconde de Pelotas.

---

(26) O tenente coronel Jacques Ouriques foi contestado no *Jornal do Commercio* em alguns pontos da sua narrativa por um escriptor, sob o pseudonimo d'Epaminondas, o qual affirma que mandei convidar o general Deodoro para uma conferencia pelo capitão Silva Torres, ao que o general se recusou, intimando depois a demissão do ministerio. E' absolutamente falso; não convidei o general Deodoro para conferencia alguma e nem o faria. Appéllo para todos os que estiveram presentes, especialmente para o tenente coronel Silva Telles, que me recordou, no quartel de S. Christovão, o incidente que no texto relato. Nem o facto é verosimil.

Esta revelação confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me a situação. Então tudo comprehendi.

Não mais me surprehendeu, nem que, ordenando pela ultima vez fosse desalojada e expellida a força que seguramente havia já uma hora affrontava o Quartel-General, me prevenisse o sr. ministro da guerra que não poderiamos esperar victoria, — nem tão pouco que offerecessem ao ministerio a retirada pelos fundos do edificio, o que terminantemente todos recusámos.

Não podiamos esperar victoria, assegurou-se-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruinas o Quartel.

— Mas essa artilharia póde ser tomada a bayoneta, objectei; na pequena distancia em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, ha tempo para cahir sobre a guarnição.

— E' impossivel! As peças estão assestadas de modo que qualquer sortida será varrida á metralha!

— Porque deixaram então que tomassem taes posições? Ignoravam isso?! Mas não creio na impossibilidade senão diante do facto. No Paraguay, os nossos soldados apoderaram-se de artilharia em peiores condições.

— Sim, observou o sr. Floriano Peixoto, — mas lá *tinhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.*

Se eu podesse ainda manter illusões, ellas se teriam dissipado ante essa phrase.

Resolvi reunir o ministerio para deliberar. Nessa ultima conferencia, depois de ter o sr. ministro da guerra novamente declarado não haver possibilidade de evitar a derrota, após grande derramamento de sangue, porque, além de tudo, se receiava defecção de consideravel parte da tropa encurralada no pateo do Quartel, todos os meus collegas opinaram pela capitulação do gabinete.

Exigi fossem consultados os generaes Floriano Peixoto, barão do Rio Apa e Barreto, que se mandou chamar para a sala em que estavam os ministros.

Suspensa, entretanto, a conferencia, aguardava eu alli sua continuação, quando se apresentou o sr. chefe de divisão Barbedo.

Vinha dar-me parte de que, apesar de muito ferido, o sr. barão de Ladario, se recusava terminantemente a recolher-se á sua residencia, exigindo que o conduzissem para o meu lado. Fazendo-me vêr a necessidade que tinha s. ex. de um tratamento immediato e mais completo do que pudera ser applicado no primeiro momento, pediu-me que lhe fizesse chegar uma palavra, porque só a mim attenderia.

—"Pois bem! queira v. ex. dizer da minha parte ao sr. barão de Ladario que, agradecendo a sua dedicação e leal-

dade tão comprovadas, lhe rogo se recolha ao seio da familia para tratar-se, — o que na occasião é o maior serviço que me póde prestar. Queira dizer-lhe mais que esteja tranquillo, pois seus collegas não correm o menor perigo."

Comparecendo o sr. marechal Floriano Peixoto e o sr. brigadeiro barão do Rio Apa, novamente se reuniram os ministros. Esperámos pelo sr. general Barreto, que não appareceu, pela rasão já conhecida dos leitores, graças ás revelações do *Jornal do Commercio* (27). Entendemos prescindir de seu voto, attenta a urgencia de uma solução. Ventilou-se de novo a possibilidade de resistencia; os tres generaes contestaram-n'a insistindo nos motivos acima expendidos.

Por esta occasião o sr. general Peixoto declarou que o marechal Deodoro exigia a retirada do ministerio.

Ouvido o voto unanime dos profissionaes, não possuindo naquella emergencia outros elementos de acção, diante da opinião já manifestada pelos meus collegas, eu, fazendo sentir que repetidas vezes, instantemente e debalde, ordenara que os sublevados fossem batidos em caminho, e, ainda depois de se haverem postado deante do Quartel General, que os desalojassem daquella posição á viva força, no que fôra desobedecido, declarei que me resignava ás circumstancias e passaria por telegramma a S. M. o imperador o pedido de exoneração do ministerio.

Acto continuo, redigi o telegramma nos seguintes termos, incorrectamente publicado em varias folhas, e encarreguei o director geral da secretaria da guerra, barão de Itaipú, de o ir pessoalmente transmittir pela estação central dos telegraphos:

—"Senhor, o ministerio, sitiado no Quartel General da "guerra, á excepção do sr. ministro da marinha, que consta "achar-se ferido em casa proxima, tendo por mais de uma "vez ordenado debalde, por orgão do presidente do conselho "e do ministro da guerra, que se repellisse pela força a in-"timação armada do marechal Deodoro, para pedir sua exo-"neração, e deante das declarações feitas pelos generaes "visconde de Maracajú, Floriano Peixoto e barão do Rio Apa "de que, por não contarem com a tropa reunida, não ha pos-"sibilidade de resistir com efficacia, depõe nas augustas mãos "de Vossa Magestade o seu pedido de demissão. A tropa acaba "de fraternisar com o marechal Deodoro, abrindo-lhe as "portas do Quartel."

---

(27) Até esse momento ignorava que o general Barreto houvesse entregue ao marechal Deodoro a força que lhe fôra confiada para combatel-o, estendendo-lhe não espada fraticida, mas... etc.

Não era ainda conhecida a resolução do ministerio, quando soaram estrepitosas acclamações no interior do Quartel General. Soube que aberto o portão, — ignorando-se por ordem de quem, — o marechal Deodoro nelle entrara a cavallo e recebia aquellas ovações, ao percorrer as linhas dos diversos corpos. Aos vivas succederam-se toques festivaes e uma salva de artilharia. Não havia que duvidar: — a força armada solemnizava o seu triumpho contra os poderes legalmente constituidos, que devia apoiar e defender.

Decorrido algum tempo, seguido de numerosissimo cortejo, apresentou-se o marechal Deodoro na sala em que estava reunido o ministerio. Encaminhou-se para mim, depois de haver dirigido ao sr. visconde de Maracajú esta saudação:

—"*Adeus, primo Rufino.*"

No meio do mais profundo silencio, scientificou-me de que se puzera á frente do exercito para vingar as gravissimas injustiças e offensas por elle recebidas do governo, as quaes enumerou, como depois direi. Só o exercito, affirmou, sabia sacrificar-se pela patria e, no entanto, maltratavam-n'o os homens politicos, que até então haviam dirigido o paiz, cuidando exclusivamente dos seus interesses pessoaes. Apesar de enfermo, não se pudera escusar a dirigir os seus camaradas por não ser homem que recuasse deante de cousa alguma, temendo só a Deus. Alludiu aos seus serviços nos campos de batalha, commemorando que pela patria estivera durante tres dias e tres noites combatendo no meio de um lodaçal, sacrificio que eu não podia avaliar. Declarou que o ministerio estava deposto e que se organizaria outro de accordo com as indicações que iria levar ao imperador. Disse que todos os ministros podiam retirar-se para suas casas, excepto eu — *homem teimosissimo, mas não tanto como elle* — (assim se exprimiu) e o sr. ministro da justiça, que ficariamos presos até sermos deportados para a Europa. Quanto ao imperador, concluiu, tem a minha dedicação, sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos.

Tendo ouvido com toda a calma e sem um gesto siquer, respondi:

—"Não é só no campo de batalha que se serve a patria e por ella se fazem sacrificio. Estar aqui ouvindo o general, neste momento, não é somenos á passar alguns dias e noites num pantanal. Fico sciente do que resolve a meu respeito. E' o vencedor; póde fazer o que lhe aprouver. Submetto-me á força."

Salva uma ou outra expressão que não pude conservar de memoria, foi esta a minha resposta ao marechal Deodoro. Tal foi a minha attitude. Conservei sempre a maior serenidade e firmeza.

Appello para as numerosissimas testemunhas que assistiram á scena, militares e paizanos, quasi todos indifferentes ou adversarios. Entre muitos enumerarei o meu venerando amigo sr. marquez de Paranaguá, o sr. dr. Pizarro, o sr. barão de Itaipú, o sr. reporter da *Gazeta de Noticias,* os srs. generaes Amaral, barão de Miranda Reis, visconde de Souza Fontes e o sr. major Serzedello. Appello tambem para o sr. tenente coronel Benjamin Constant, cabeça do movimento e actual ministro da guerra do governo provisorio, que se achava ao lado do marechal e accrescentando sempre que elle se referia ao exercito: — *e tambem a armada.*

Si o sr. Benjamin Constant, que não despregou os olhos de mim um só momento, si qualquer outro homem de honra, desses que mencionei de momento, ou cujo nome não me occorreu, e presente se achasse, affirmar que foi diverso o meu procedimento, confessar-me-hei indigno da estima dos meus concidadãos.

Faço este appello por dois motivos: — li no *O Paiz* que eu pedira garantias de vida ao general victorioso e constou-me que s. ex. dissera a alguem me haver eu portado *vilmente* em sua presença, — o que aliás me mandou affirmar, por parentes seus, ser inexacto, á hora do embarque no Arsenal de Guerra (28).

Tudo soffrerei, menos que me queiram fazer passar por homem sem dignidade e sem coragem no cumprimento do dever.

Contra a minha deportação e a do sr. senador Candido de Oliveira reclamaram o sr. Floriano Peixoto, outras pessoas entre cujas vozes me pareceu distinguir a do tenente general barão de Miranda Reis, bem como a do dr. Pizarro, este com o maior empenho e vivacidade. Muito lh'o agradeço (como a todos) e mais as manifestações de sympathia que naquelle momento me prodigalizou, tranquillizando-me sobre o estado do meu collega, o sr. barão de Ladario.

Retirando-se o marechal para percorrer as ruas em triumpho, quiz tambem sahir, a fim de aguardar as ordens de S. M. o imperador, o qual constava ter vindo para a capital.

Oppuzeram-se, porém, varios officiaes e amigos, que se

(28) A *Gazeta de Noticias* em artigo editorial, que se me assegurou ter sido inspirado pelo proprio general Deodoro, desmentio o infame boato. Aliás em varias narrativas de origem insuspeita, isto é, escriptas por officiaes do exercito ou baseadas em informações suas, encontra-se o espontaneo testemunho de que me portei como devia e era digno de mim. Podiam e puderão vencer-me, porém jámais obrigar-me a uma fraqueza.

haviam encaminhado para o Quartel General, ponderando aquelles que no estado de agitação em que se achava a cidade, poderia eu soffrer qualquer desacato e não faltaria quem o attribuisse á classe militar, com o que absolutamente elles não se conformavam.

Conservei-me, pois, alli até cerca de 2 horas da tarde, tomando então o carro, no qual, em companhia de meu filho, o dr. Affonso Celso, fui, sem o menor incidente, para casa de meu cunhado o barão de Javary, á rua da Ajuda, visto que no centro da cidade poderia mais promptamente cumprir as determinações de Sua Magestade.

Por volta de 4 horas procurou-me o ajudante de campo do imperador, tenente general barão de Miranda Reis, trazendo-me ordem de S. M. para ir immediatamente á sua presença.

Fui; o imperador recebeu-me com a costumada delicadeza e serenidade de animo que jamais se perturbou. Inteirado do meu telegramma, mandou que lhe referisse os pormenores do acontecimento. Dei-lh'os e renovei o pedido de demissão do ministerio. S. M. recusou assentir, ordenando-me que continuasse. Escusei-me, dizendo:

— E' impossivel, senhor. A' vista do occorrido, faltam-me os meios de bem servir ao meu paiz e á V. M.; — o gabinete está desprestigiado; sem o concurso da força armada, ou antes hostilisado por ella, não posso responder pela ordem publica. O unico serviço que neste momento me é dado prestar a V. M. é aconselhar a organização de novo ministerio.

— Quem indica para organizador? perguntou S. M.

— O senador Silveira Martins; é o homem para a situação.

— Lembra bem; avise-o para vir falar-me.

— O sr. Silveira Martins está em viagem; deverá chegar amanhã ou depois.

— Logo que chegar, diga-lhe que venha entender-se commigo. Advirta, porém, que só lhe concedo a demissão, porque o sr. entende não poder absolutamente continuar.

— Agradeço muito a V. M., mas o meu dever é retirar-me. Cumprirei as ordens de V. M.

Recolhi-me novamente á casa do sr. barão de Javary, para communicar aos meus collegas a resolução imperial e providenciar de modo a poder avistar-me com o sr. Silveira Martins, apenas entrasse á barra o paquete que o conduzia.

Fui arguido por um jornal — *Novidades*, — de não haver exposto ao imperador toda a verdade, fallando-lhe em uma simples mudança ministerial, quando já se tratava de supprimir as instituições.

Não sei si á hora em que compareci no paço, estava proclamada a republica na Camara Municipal; a verdade,

porém, é que o ignorava assim como todas as pessoas que me rodeiavam.

O que sabia e acreditava era que o marechal Deodoro, segundo me declarara no Quartel General, se apresentaria ao imperador para lhe impôr o novo ministerio, incidente que, como era do meu dever, não occultei á s. magestade.

Fui informado da installação do governo provisorio, depois de preso, como passo a referir (29).

A minha prisão effectuou-se ás 6 horas da tarde, pouco mais ou menos. Cercada a casa do barão de Javary, foi-me intimada de ordem do marechal Deodoro, por um official do estado maior, o 1º tenente Veiga, acompanhado de um paisano, cujo nome não me occorre.

Perguntei ao official si estava autorizado, no caso de me não entregar, a empregar a violencia.

Respondeu-me que sim. Declarei-me então á sua disposição e segui-o.

A meu filho, que instantemente rogava o deixassem acompanhar-me, recommendei que ficasse ao lado da familia, que nesse momento velava o cadaver de um dos nossos. Para que tivessem noticia do meu destino, bastava a presença do nosso distincto amigo dr. Honorio Augusto Ribeiro, que não se quiz separar de mim. Daqui lhe envio os meus sinceros protestos de reconhecimento pelas grandes provas de interesse e dedicação, não merecidas, com que me obsequiou, desde o momento da prisão até o embarque.

Tomámos logar no carro o dr. Honorio Ribeiro, o tenente Veiga e o preso de Estado. Foi nelle tambem o paisano a quem alludi. Seguimos caminho do Quartel da 2ª Brigada em S. Christovão, precedidos de batedores, galopando um official ao lado e tendo por escolta numeroso piquete de cavallaria. Chegamos já noite. Fui entregue ao commandante da brigada, tenente coronel Silva Telles (30).

---

(29) Em mais de uma publicação li a narrativa de conversação que se diz tivemos no carro. Ha inexactidões que não vale a pena rectificar; o que é verdade é haver o tenente Veiga peremptoriamente declarado que poria fóra do mesmo carro o loquaz paisano de quem trato no texto, si continuasse a aturdir-nos e elle emudeceu.

(30) Em uma das cartas que escrevia para o *Correio Paulistano* sob o pseudonymo *Horacio* e cuja autoria publicamente assumio (*Jornal do Commercio de 27 de maio de* 1890) o sr. dr. José Avelino affirma que ao saber da proclamação da Republica, no Quartel, eu me impressionara e exaltara tanto que adoecera, sendo chamado um medico e avisada a minha familia. O sr. dr. José Avelino foi mal informado e affirmou uma inverdade. Da proclamação da Republica soube, no Quartel, na noite de 15 e não me produziu essa noticia maior impressão do que os factos extraordinarios, que presenciara e todavia não foram sufficientes para tirar-me o sangue-frio e a calma. Estes nunca me fal-

Não relatarei tudo quanto alli se passou nas 86 horas em que estive detido. Si jamais poderei esquecel-o, muita cousa houve que só a mim interessa, porém nada á causa publica.

Episodios, todavia, se deram que não posso deixar em silencio, porque servem para se aquilatar das attenções e considerações com que o governo provisorio trata os seus adversarios, e, segundo officialmente affirma, mandou guardar para commigo.

Nas duas primeiras noites, arranjaram-me um leito numa sala de ordens, abertas a porta e duas janellas gradeadas, que deitam para o pateo interno do Quartel, dois bicos de gaz accesos, duas sentinellas á mesma porta e uma força de promptidão a proxima distancia. Transferiram-me depois para um compartimento mais reservado, mas onde tambem não se perdia um só dos meus movimentos.

Na segunda noite tive de abandonar a cama por um pequeno sofá, porque a ensopara a chuva que do tecto cahia a cantaros. Nessa mesma noite, a de sabbado, 16, mal conciliara o somno, quando (seriam 12 horas) fui repentinamente despertado por extraordinario clangor de cornetas, estrepito de armas e a irrupção no compartimento de um official de espada desembainhada e um cadete empunhando enorme revólver.

Obrigado a levantar-me vi-me durante cerca de tres horas, entre a ponta de uma daquellas armas e o cano da outra, sob as repetidas ameaças de que a minha vida *pagaria o que ia acontecer*.

Ao mesmo tempo que isto acontecia, no pateo retiniam espadas, soava o tropel de cavallaria, a sahir e a entrar, o passo apressado das praças que chegavam á fórma, vozes de commando, recommendações imperiosas para que as armas estivessem carregadas, as patrônas cheias de cartuchos, os cunhetes de outros convenientemente distribuidos, em uma palavra, percebia distinctamente que se aprestavam alli os preparativos de um combate a todo o transe, apparato que não presenciara na madrugada de 15, quando, a chamado do sr. visconde de Maracajú, me fui metter no Quartel General.

---

taram, em incidente algum, do que póde dar testemunho toda a officialidade presente no Quartel, até o meu embarque.

Tive alli, é certo, ligeira indisposição, porém no dia 17, sem relação alguma com os acontecimentos (é sabido que não goso saude vigorosa) e da qual eu proprio me mediquei, como poderá attestar o meu comprovinciano dr. Stoltkler, republicano antigo, que indo visitar-me e indagando do meu estado de mim ouvio o que soffria e o que tomara. S. S. teve a bondade de offerecer-se para passar alli a noite, o que recusei agradecido. O sr. dr. Avelino deu curso a um *cancan*.

Por vezes ouvia, ao serenar a espaços o tumulto, a palavra irritada, naturalmente das praças de pret, — que se queixavam de não poderem dormir por causa de um homem e paisano, que tamanho incommodo causava a tanta gente, sendo tão facil socegar tudo com um tiro de fusil!

O mais interessante é que perguntando eu aos que me custodiavam *o que ia acontecer e eu pagaria com a vida,* não m'o souberam dizer ao certo! Ora affirmavam que o Quartel General estava em chammas, ateadas pelos meus correligionarios, ora que a marinha se batia com o exercito; que a contra-revolução estava na rua, e, finalmente, que o quartel de S. Christovão ia ser atacado pelos meus amigos, que pretendiam libertar-me!

Observei-lhes que tudo aquillo era uma crueldade inutil. Não se interrompia o somno de um homem, que não podia fugir nem se defender, para o ameaçar de provavel fuzilamento de um momento para outro: — fuzilava-se *incontinenti*. Si toda aquella inferneira se destinava a amedrontar-me, para o fim de me arrastar a alguma humilhação, illudiam-se, porquanto não era preciso ser soldado, e disso os convenceria, para affrontar a morte com dignidade.

Esta scena prolongou-se até quasi ao amanhecer, vindo pôr-lhe termo o proprio official, que me annunciara estar proximo o fim da existencia, o qual tendo sahido a colher informações, voltou para me dar licença de novamente deitar-me e dormir socegado, porque houvera apenas falso alarma!

Momentos depois compareceu o commandante, que naturalmente inteirado (não por mim, que jamais formulei a menor queixa) do que se passara me veiu tambem tranquillizar, assegurando que assim acontecera por não se achar presente, porquanto fôra obrigado a ir percorrer os postos avançados da defesa do Quartel.

Para que maior fosse a minha tranquillidade, o sr. tenente-coronel determinou, alli mesmo, ao mencionado official que, ao primeiro indicio de ataque ao Quartel, *me mettesse no quadrado,* ordem que depois me explicou não ter outra significação nem outro intuito — senão melhor garantir a minha segurança pessoal.

Com referencia a este incidente, peço aos meus compatriotas que attendam ainda a esta local da *Gazeta de Noticias* de domingo, 17 de novembro, a qual pôz em sobresalto minha familia e prova as boas disposições que nutria para commigo o novo governo:

"A' meia noite, recebeu o sr. ministro da guerra communicação telephonica de que um lanchão aproximava-se do Quartel do 1º Regimento de Cavallaria, trocando-se tiros de parte a parte. A' 1 hora o sr. ministro da guerra enviou uma

força com ordem ao sr. tenente-coronel Silva Telles, commandante do mesmo regimento, afim de trazer o sr. visconde de Ouro Preto em um carro escoltado por todo o regimento, *declarando ao official que, si em caminho fosse atacada a escolta, dissesse que estava autorizado a fazer fogo contra o prisioneiro.*"

Certo não podia eu conjecturar, que me estivesse reservada a desagradavel noite de 16 de novembro, á vista do que pela manhã occorrera, pois logo cedo recebi a visita do ministro das relações exteriores, o sr. Quintino Bocayuva.

Protestando seus sentimentos de estima individual, e lamentando que as necessidades da situação impozessem a minha detenção, não só para prevenir o mal que eu lhe poderia causar por meu prestigio e outros requisitos, que graciosamente me emprestou o sr. ministro, senão ainda para segurança de minha pessoa, victima possivel, nas circumstancias de momento, de alguma imprudencia ou desforço de vindicta pessoal, me disse que, attendendo ao meus desejos, resolvera com os seus collegas do governo provisorio facilitar-me o embarque para a Europa, no paquete *Galileu*, que nessa tarde devia partir, ou em qualquer outro que sahisse posteriormente, comtanto que não tocasse em porto algum do Brasil. Nessas disposições, ia informar-se de mim se preferia embarcar promptamente, afim de serem em tempo expedidas as ordens necessarias, pois o paquete levantava ferro de 2 para 3 horas da tarde.

Agradecendo a gentileza do sr. Bocayuva, permitti-me rectificar o engano em que laborava. Eu nenhum desejo manifestara ao governo provisorio, nem fizera a menor reclamação, conformado como me achava com a sorte que me aguardasse, qualquer que ella fosse. Pouco antes, porém, de sua visita, fôra informado pelo sr. barão de Javary e seu filho dr. Henrique Dodsworth, de que elles, alguns parentes mais e varios amigos, julgando conveniente a minha ausencia do paiz por certo tempo, empregavam diligencias nesse sentido por intermedio do sr. dr. Paulo de Frontin, diligencias que eu não solicitara, mas tambem não contrariaria, condescendendo com os que dess'arte por mim se interessavam, e que seguramente teriam para assim pensar e proceder motivos serios e graves.

O sr. Bocayuva redarguiu-me que taes *motivos existiam realmente e que, no seu conceito, para segurança de minha pessoa, era indispensavel que me afastasse do Brasil por algum tempo.*

Assignalando a declaração do sr. ministro das relações exteriores e perguntando si della me poderia servir,

julgando-o necessario, ao que gentilmente assentio, disse-lhe que, em tal caso, preferia embarcar naquelle mesmo dia, desejando apenas, si não enxergasse nisso inconveniente, me fosse facultado passar, mesmo sob escolta, por minha casa, a fim de me despedir da familia.

— A familia será prevenida para se achar no Arsenal de Guerra á hora do embarque, respondeu-me.

E depois de me convidar a preparar-me para partir dentro de poucas horas, retirou-se.

Ao transpôr, porém, o portão do Quartel parece que mudou de resolução. O sr. commendador Paranhos, que acompanhou o sr. Bocayuva e a quem eu pedira prevenir um amigo que me fosse fallar ao Arsenal, á hora do embarque, veio communicar-me que este fôra adiado.

Nessa mesma manhã tivera eu ensejo de conhecer o sr. major Solon, commandante do 9° Regimento de Cavallaria, que me dirigindo palavras cortezes e amaveis, me assegurou que, emquanto estivesse sob a guarda da 2ª Brigada, a que elle pertencia, nada receiasse.

Tanto este official, como o tenente-coronel Silva Telles e o sr. Quintino Bocayuva me haviam asseverado que ordens estavam dadas para que me podesse livremente communicar com as pessoas de minha familia, e, effectivamente, logo pelas 9 horas da manhã, coubera-me a satisfacção de ver meu cunhado, barão de Javary, sua senhora e filhos.

Mas meu filho, o dr. Affonso Celso, que alli se apresentara tambem cedo, não teve licença de entrar e só muito mais tarde o conseguiu, mediante autorização escripta do governo provisorio.

Numerosos amigos meus, como o venerando sr. visconde de Sinimbú e sua exma. filha, o sr. senador Dantas, seus filhos e genro, o juiz de direito dr. Henrique Dodsworth, conselheiros Mafra, Costa Pereira, Bandeira de Mello, senadores Viriato de Medeiros e Leão Velloso, commendador Manuel Joaquim Pereira da Silva e muitos outros foram despedidos do portão, fazendo-se-lhes saber que só com um passe do Quartel General lhes seria facultado visitar-me.

Mas áquelles mesmos que no generoso empenho de me levar algum conforto, — e consolador me é recordar que muitissimos foram, posto houvesse mandado pedir aos mais intimos que não apparecessem para evitar scenas desagradaveis, — áquelles mesmos, digo, que se muniam de salvo conducto não era licito fallarem-me a sós e sim em presença de um official.

Comprehende-se, pois, que as nossas conversações se limitavam a meros cumprimentos banaes, ficando eu completamente ignorante do que se ia passando por fóra.

Não se póde dizer que essa situação fosse a de *incommunicabilidade*, mas estava longe de ser o tratamento benevolo, que se mandou apregoar por parte dos que diziam ter derrubado um governo incapaz e odiado, mudando as instituições, com applausos da nação inteira, que saudava a nova éra de liberdade e fraternidade. Sobretudo, não se explicavam tantas cautelas relativamente a um homem só, sem sequito, sem influencia, prisioneiro, desarmado, e vergando ao peso da inculcada animadversão dos seus concidadãos.

Vem a pello, porque dahi resultam igualmente subsidios para a historia, mencionar o que colhi das conversações com alguns officiaes, durante os dias em que com elles convivi.

Revelo-o, sem escrupulos, pois tive a franqueza de os prevenir de que desejava obter esclarecimentos exactos para mais tarde, si conservasse a vida, transmittil-os ao publico.

— A sedição militar de 15 de novembro estava de muitos dias preparada e teria logar na noite de 9, a do baile da ilha Fiscal, si já então contassem os conspiradores com o apoio de uma parte, ao menos, da marinha.

Conceberam tambem o plano de cercar a secretaria de estado em que conferenciavam os ministros, para os prender e conduzir a fortalezas e quarteis, e, por ultimo, ficou assentado que o pronunciamento se effectuasse por occasião da festa que sua alteza imperial pretendia offerecer, na noite de 17 de novembro, á officialidade do couraçado chileno, sendo dess'arte a um tempo sequestrados toda a familia imperial, o ministerio e quaesquer outras pessoas de que podessem receiar.

O abandono dessa combinação, pela que se pôz em pratica na madrugada de 15, foi determinado pelas conferencias, que tive na manhã de 14, no Thesouro, com os srs. ministros da guerra e da justiça e com o presidente do Rio de Janeiro. Suspeitaram os conjurados que o governo recebera denuncia do levantamento e apressaram-se para que não houvesse tempo de completar as providencias porventura tomadas.

— Convidado para adherir ao pronunciamento, o general Barreto não deu a principio resposta decisiva e até pareceu infenso, o que se explicava pelo estremecimento das suas relações com o marechal Deodoro. Dois ou tres dias antes, porém, num café da rua do Ouvidor, resolveu-se a mandar-lhe declarar que estava á sua disposição. Reataram-se assim as relações. Portanto quando, segundo o *Jornal do Commercio*,

poz-se esse general no Campo da Acclamação ás ordens do chefe rebelde, não obedeceu a um arrastamento momentaneo, cumpriu uma promessa, que tinha presente ao acceitar o commando da columna para operar no flanco dos revoltosos e na occasião em que me assegurou — *saberia cumprir o seu dever.*

— Ouvi com pasmo, e nem posso mesmo agora acreditalo, que prompta já a força que devia marchar sobre a cidade, se expedira de madrugada aviso ao marechal Deodoro de que estava á sua espera para se pôr a caminho. Tendo passado mal a noite, o marechal respondeu que não podia ir, e que chamassem o sr. *ajudante-general Floriano Peixoto, para assumir o commando!* Como insistissem, o marechal apresentou-se.

— A columna que partiu do quartel de S. Christovão, posto constasse de dois regimentos de cavallaria e um batalhão de artilharia, compunha-se apenas de 450 praças e 50 officiaes da Escola Superior de Guerra, que faziam o serviço de artilheiros. Contavam, porém, com os alumnos da Escola Militar que de facto se insurgiram e sahiram armados para fazer juncção com aquellas forças. Tinham todos os officiaes empenhado a sua palavra de honra, em documento escripto, de vencerem ou se deixarem matar até o ultimo (31).

— No Quartel General e, apparentemente, á disposição do governo, formavam o 1°, 7° e 10° batalhões de infantaria de linha, o corpo policial da Côrte, o de bombeiros e os contingentes da marinha. Não se temia da guarda nacional, ainda em via de reorganização, nem o governo cogitou de lançar mão desse recurso, que julgou desnecessario.

— Logo que os sublevados tomaram posição no Campo da Acclamação, foram informados não só da força que havia dentro do pateo do Quartel General, como da respectiva formatura. Algum receio lhes inspirou o Corpo de Bombeiros, pelo que trataram de assestar a artilharia de modo a dizimal-o de preferencia.

Momentos depois, porém, mandou prevenil-os o official que commandava uma força de marinha, com duas metra-

---

(31) A columna que marchou de S. Christovão compunha-se das seguintes forças:

1° Regimento de Cavallaria;
Contigente da Escola Superior de Guerra;
2° Regimento de Artilharia Montada;
3° Regimento de Cavallaria (a pé por falta de cavallos).
(Cartas citadas do tenente-coronel Jacques Ourique.)

lhadoras, — *que não se preoccupassem com ellas, porque ao começar o combate voltar-se-hiam contra os bombeiros.*

— Estes não tomaram parte nas ovações que recebeu o marechal Deodoro ao lhe ser franqueado o ingresso, no Quartel e nem acompanharam a marcha triumphal; conservaram-se na posição que em começo lhes foi designada, até receberem ordem de recolher.

— O commandante do corpo policial da Côrte, coronel do exercito Andrade Pinto, não consentiu que elle levasse as armas carregadas, ao partir para o Quartel General (32).

— Eis o que me foi referido sobre os successos do dia 15 de novembro pela officialidade do 1º Regimento de Cavallaria e de outros corpos, que alli se reuniam, — á parte os motivos de descontentamento do exercito, proximos e remotos, que me expuzeram e dos quaes tratarei mais adiante.

Ahi fica para o futuro historiador fonte abundante de proveitosos esclarecimentos.

Ao escurecer o dia 18, parou á porta principal do Quartel de S. Christovão um official de cavallaria, acompanhado de ordenanças, e se dirigiu ao tenente-coronel Silva Telles, que depois de o ouvir, me convidou a seguil-o para a sala proxima.

Ahi em roda de officiaes me disse: — o sr. official vem trazer *uma mensagem do governo provisorio.*

Entregou-me um officio. Continha, sem uma palavra de explicação, tres passaportes, um para mim, minha senhora e dois filhos menores, dois outros destinados a meu filho dr. Affonso Celso e meu genro dr. Paula Lima e respectivas familias.

Indagando do commandante a que horas sahiria eu do Quartel disse-me que ás 7 da manhã seguinte. A essa hora alli compareceu novamente o sr. ministro das relações exteriores, que tomando-me em seu carro, acompanhado de luzido esquadrão de cavallaria, me conduziu ao Arsenal de Guerra, que encontrei preparado como para repellir um assalto.

Ahi, pouco depois, foram ter minha familia e alguns amigos que se poderam informar da hora do embarque; a bordo do paquete tive a satisfação de abraçar muitissimos outros.

---

(32) Um official deste corpo, o sr. Valladão, reclamou contra esta affirmativa, que reproduzi como me foi communicada no quartel de S. Christovão. Segundo s. s. quem deu a ordem não foi o sr. Andrade Pinto, porém o reclamante que para si reivindica esse titulo de benemerencia. Ignoral-o-hia, porém, o commandante do corpo? (*Jornal do Commercio* de 11 de janeiro de 1890.)

O sr. Bocayuva acompanhou-me até o cáes: ao despedir-me, agradeci-lhe as gentilezas pessoaes que commigo tivera, estimando que podesse prestar serviços á nossa patria.

Na lancha que me levou ao vapor allemão *Montevidéo*, prohibido de tocar em qualquer porto do Brasil e com destino a Hamburgo, — embarcaram quatro officiaes, completamente armados. Conservaram-se a bordo até levantar-se a ancora e depois na mesma lancha pairaram nas immediações até que o paquete singrou barra fóra.

Antes de passar a outro ponto, devo, em abono da verdade declarar que, salvo os incidentes já referidos e que attribui a ordens superiores, em geral fui bem tratado pela officialidade do exercito com a qual me achei em contacto. Alguns de seus membros fizeram mesmo jús ao meu reconhecimento, repellindo e contendo com cavalheirismo e espontaneo impulso manifestações desagradaveis a que dois unicos alferes se entregaram. Não declino o nome dos primeiros para os não expôr á odiosidade dos dominadores; guardo-os todavia em eterna lembrança.

Pude verificar, porém, que no animo delles e especialmente dos mais jovens, aliás intelligentes e muito mais instruidos do que se suppõe, dominam infundadas prevenções contra as classes civis, que julgam lhes serem infensas, não levados por factos que exprimam taes sentimentos, mas pela astucia e pertinacia com que falsos amigos trataram durante muito tempo de incutir-lhes tão injusta quão erronea crença. Della esperavam tirar partido grosso, sem absolutamente se preoccuparem com os verdadeiros interesses daquelles que assim arrastavam a infringir o principal dever e a mais nobre virtude do militar — a disciplina, — que, ao mesmo tempo, constitue sua força e suprema garantia.

Os aggravos do exercito contra o governo, quaes os ouvi articulados, são puramente imaginarios, como demonstrarei, e em caso algum poderiam autorizar a deposição do governo legal e muito menos a mudança das instituições pela força armada.

Quaes esses aggravos, declinou-os o chefe do governo provisorio.

Outros ouvi no quartel da minha prisão e enumerava-os a imprensa, que fomentou a desordem.

Nessas arguições algumas são peculiares ao ministerio a que tive a honra de presidir, outras comprehendem todos os governos anteriores, ou antes, os poderes constituidos.

Examinarei rapidamente todas ellas.

As arguições que não podem ser levadas á conta do ministerio decahido, mas á de todos os seus antecedentes, ou melhor, dos poderes constituidos, são as seguintes:

I

Nenhuma influencia do elemento militar no governo do paiz

Não é essa a sua missão, em paiz regularmente organizado. A força armada não deve governar pela obvia razão de que para elle resistir aos desmandos fôra mistér que as outras classes se armassem tambem, situação intoleravel e absurda.

Mas a verdade é que, no Brasil, aos representantes do exercito e da armada não estavam tolhidos os meios pelos quaes podiam, como quaesquer outros cidadãos, aspirar ao voto popular, ter entrada no parlamento, e ascender aos altos cargos da governação do Estado.

Não raros foram deputados, senadores e ministros. Caxias, Rego Barros, Manuel Felizardo, Bellegarde, Jeronymo Coelho, Delamare, Ozorio, Pelotas e muitos outros eram militares e governaram.

Nenhum homem politico teve nunca maior prestigio do que o primeiro desses generaes.

Do ministerio ultimo faziam parte dois militares.

Ao envez de negar-se-lhes influencia nos negocios publicos, via-se no Brasil o que talvez em nenhum outro paiz aconteça: — pleitearem livremente eleições em hostilidade franca ao governo e escreverem contra elle na imprensa, militares do serviço activo, sem que dahi resultasse o menor tropeço para a sua carreira.

II

Insufficiencia do soldo

E' a sorte commum de todos os funccionarios no Brasil. Não ha cathegoria, não ha classe que tenha vencimentos avultados, relativamente á sua posição. O imperador era o soberano que gosava de menor lista civil, quasi toda dispendida em beneficio dos pobres, ou obras de utilidade publica. Vivia sem fausto e com maior simplicidade do que muitos

dos seus subditos. Entretanto, o militar tinha sobre todos os outros servidores da nação uma grande vantagem — legar á familia metade do soldo.

III

Injustiças nas promoções

E' natural que se dessem, como as ha em todos os paizes e em desvantagem de todas as classes de funccionarios. Mas relativamente aos militares, essas injustiças eram em muito menor escala pelas regras estatuidas para os accessos, a saber: Que as promoções aos postos de tenentes e capitães se fizessem metade por estudos e outra metade por antiguidade. Que as de major, tenente-coronel e coronel, metade por merecimento e outra por estudos. Que os postos de officiaes generaes se preenchessem por merecimento, apurado por uma commissão composta do ajudante-general do exercito e dois outros generaes, nomeados pelo governo. Essa commissão apresentava tres nomes para cada vaga. Ahi estavam todas as garantias possiveis.

O governo não exercia arbitrio, tinha de cingir-se a uma lista organizada pela commissão, cujo pessoal era naturalmente interessado em que não fossem preteridos os direitos da corporação a que pertencia.

Sirvo o meu paiz, envolvo-me activamente nos negocios publicos ha mais de trinta annos. E não tenho noticia do fuzilamento de uma unica praça de pret siquer em todo esse largo periodo, salvas rarissimas excepções em acampamentos de guerra. Não me consta que nas fortalezas ou quarteis haja ou tenha havido officiaes cumprindo sentença. Si algum ainda mais raro, foi a isso condemnado, o tempo decorrido apagou-lhe a lembrança; não houve, em todo esse prazo, uma só degradação de posto.

As patentes militares eram vitalicias; nenhum official podia ser privado do seu posto, honras ou privilegios, senão por sentença passada em julgado dos tribunaes compostos dos seus pares e por delictos previstos na legislação respectiva que, embora antiquada, lhes assegurava plena defesa.

As distincções honorificas da nação, os titulos nobiliarios e condecorações lhes eram facilmente concedidos, endo quasi exclusivamente militares os que os tinham mais elevados.

Os mais altos cargos administrativos, como as presidencias de provincia e o conselho de estado, foram em todas as épochas conferidos aos generaes habilitados.

O exercito era pago em dia, alimentado abundantemente; seu fardamento regular, seu serviço levissimo, pois, ha muitos annos, se limitava ao de guarnição nas cidades. O Estado liberalizava-lhe escolas de todos os gráos de instrucção, mantendo-as até em numero e luxo talvez excedentes ás forças do erario publico.

Que sorte adversa, portanto, que injustiças clamorosas soffria o exercito, para justifical-o de se levantar contra os poderes legalmente constituidos e mudar de sorpreza as instituições do paiz (33)?

Aggravou a sua situação o ultimo ministerio que apenas durou cinco mezes? Praticou iniquidades, conculcando direitos e commettendo violencias? Vejamos:

Contra o gabinete de 7 de junho articulou-se a accusação de que pretendia abater o exercito e até dissolvel-o.

Nas considerações que precedem demonstrei já a improcedencia de similhante aleive, adrede urdido, e ao qual por todos os meios deram curso os jornaes da opposição, principalmente o *Paiz* e o *Diario de Noticias*, cujos directores, como já disse, fazem parte do governo provisorio.

IV

Foi preso durante oito dias no estado maior do seu batalhão, por ordem do presidente do conselho e ministro da Fazenda, um official subalterno do exercito

Commandava o official a guarda do Thesouro Nacional; essa guarda foi encontrada em quasi completo abandono, porque o commandante dormia e a mór parte das praças estava a passeiar.

Importava o facto séria irregularidade no serviço, que não podia ficar impune. A competencia do ministro para conhecer da falta e impôr a pena disciplinar era incontroversa: 1°, por ser o chefe da estação publica onde essa irregularidade se commetteu, verificada em flagrante; 2°, por ser o immediato representante do poder executivo, a quem o exercito está subordinado. Demais, a prisão foi intimada á ordem do ministro da guerra.

---

(33) Veja-se o que digo ainda a respeito das queixas do exercito na resposta ao sr. C. Ottoni e no prefacio.

A prisão devia ser apenas por horas, mas foi elevada a oito dias porque, sendo prohibido aos militares discutir pela imprensa assumptos de serviço, sem licença do Quartel General, e em caso algum offender em taes discussões seus superiores, *no dia immediato publicou o delinquente um escripto relativo ao facto e desrespeitoso ao ministro que o prendera.*

Mas, — sustentaram os dois jornaes anarchistas, — além de preso, o official foi exautorado á frente da guarda que commandava. A exautoração consistiu em que sabendo não haver elle obedecido á ordem de prisão, inquiriu o ministro porque assim procedia e mandou a outro official de patente superior que o conduzisse ao estado maior, dando de tudo parte ao ajudante-general do exercito. Teve isso logar no proprio edificio do Thesouro, sim, mas não á frente da guarda.

Requerendo conselho de guerra, accrescentou-se, para se justificar, não lhe foi isso concedido. E' o governo juiz da necessidade ou conveniencia dos conselhos de guerra requeridos pelos interessados. No caso vertente era uma inutilidade, porque fôra ouvido o conselho de disciplina, que entendeu não ter havido irregularidade no procedimento do official.

Releva notar, entretanto, que pouco depois daquelle facto, visitando o official superior do dia, na praça, a mesma guarda do Thesouro, prendeu o commandante exactamente *porque o encontrara a dormir como o primeiro.*

V

Foi demittido o director de uma escola militar a bem do serviço publico

Os logares de directores dos estabelecimentos de instrucção militar são, como não podem deixar de ser, meras commissões, sem prazo determinado, e de pura confiança do governo.

Os que os exercem são demissiveis *ad nutum.*

O director da Escola Militar do Ceará foi exonerado, a bem do serviço publico, por dirigir officialmente um telegramma insultuoso ao sr. visconde de Maracajú, seu superior por duplo motivo, como ministro da guerra e marechal de campo, scientificando-o de que não se prestava a cumprir ordem legal delle recebida.

VI

Teve ordem de embarcar para provincia longinqua um batalhão de infantaria que fazia parte da guarnição do Rio de Janeiro

Comprehendem todos que nenhum governo póde ficar privado da plena liberdade de distribuir, como julgar mais acertado, a força armada do paiz, dentro do proprio territorio.

Entretanto, razões especiaes determinaram aquella providencia. O exercito do Brasil é pequeno, mas é obvio que não se deve concentrar na capital, ficando as provincias, mórmente as limitrophes com o estrangiro, sem guarnição. A provincia do Amazonas, para onde partiu o corpo em questão, é a fronteira norte do imperio. Alli se faz o contrabando em larga escala; alli se accumularam milhares de indigentes acossados pela secca do Ceará, elemento naturalmente disposto a perturbar a ordem publica e a pôr em perigo a propriedade particular (34).

---

(34) O sr. dr. José Avelino, o mesmo a quem já em outra nota me referi, sentio feridos os seus brios de cearense por este trecho e reclamou com a sua assignatura no *Jornal do Commercio* de 11 de janeiro de 1890, contra o que denominou a aggravação do *infortunio da fome pela injuria*, argumento fragil e odioso, inventado no apuro de circumstancias que s. s. respeita. O sr. Avelino accrescenta: "O emigrante cearense foge á extenuação da fome, mas para procurar trabalho honesto e licito, onde o encontra. *O roubo não é o seu recurso.*"

Nem eu disse que o roubo era o recurso do emigrante cearense, mas tão sómente que onde se agglomeravam milhares de indigentes acossados pela fome, devia se precatar pela ordem publica e a propriedade alheia, o que é coisa diversa.

Seria infundado esse temor? E' conhecida a solicitude com que o governo e seus agentes procuravam distribuir soccorros aos indigentes, onde quer que os horrores da secca se fizessem sentir e especialmente no Ceará. Pois bem; não foi isso bastante para impedir que depositos de viveres fossem assaltados e saqueados mais de uma vez naquella provincia. Citando de memoria, lembrarei ao sr. dr. Avelino que, entre outros, esses factos se deram na propria *capital* duas vezes, na hospedaria de immigrantes e no logar denominado *Garrote*, em Sousa, no Riacho da Sêlla e em Messejana.

O sr. dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, que é cearense distincto, cioso dos brios de sua provincia e mais interessado por ella que o sr. Avelino, não entendeu, e com razão, que injuriava os seus patricios profligando com energia esses factos, entre os quaes destaca-se o assalto de Messéjana, no qual figurou o sr. Tristão, pessoa muito conhecida do reclamante.

Porque, pois, descobrir uma injuria na simples referencia a esses factos? Diz s. s. que a supposta injuria, escripta no estrangeiro por

Havia, pois, serios motivos para que permanecesse alli um batalhão de linha, accrescendo que o Amazonas atravessa uma crise commercial, que o tem empobrecido. Em toda a parte do mundo a existencia de um corpo militar em qualquer povoação aproveita ao commercio e ás industrias locaes.

Demais, o exercito passara por uma reforma que augmentou o numero dos corpos, reduzindo-lhe os quadros para o fim de se poder collocar em cada provincia, pelo menos, um batalhão: — a provincia do Amazonas não o tinha, contando apenas poucas dezenas de praças.

Os agitadores propalaram que a providencia era um acto de perseguição contra o official preso na guarda do Thesouro, porque foi designado para esse destacamento o batalhão a que pertencia, desde muito antes do incidente.

E' manifesto, entretanto, que se o movel fosse perseguir um simples tenente do exercito, mais facilmente satisfaria o governo seus intuitos, transferindo o tenente em vez do batalhão.

Accresce que a designação foi feita não pelo governo mas pelo ajudante-general, Floriano Peixoto, que, como já recordei, era *persona grata* ao exercito.

A estas tres accusações, — unicas (35), note-se bem, — repetidas e commentadas pelas folhas anarchistas, e que, ainda a serem procedentes, não justificariam perante a consciencia dos homens mais exaltados um pronunciamento militar, juntaram os officiaes duas outras sem advertir que assim denunciavam disposições inadmissiveis e contra as quaes todo o governo prudente se deveria precaver, a saber:

VII

Foi augmentado o corpo militar de policia da cidade do Rio de Janeiro, dando-se-lhe melhor armamento

---

um brasileiro deve ter produzido pessima impressão e ter enfraquecido muito o valor *moral do manifesto.*

E' possivel; e não cogitei de verifical-o, porque não escrevi o manifesto para os estrangeiros, e sim, para os meus compatriotas.

Entre estes acredito que o que deve ter produzido pessima impressão, tirando-lhe todo o valor moral, é o arrepelado patriotismo e excusado protesto do sr. Avelino, os termos e a occasião em que o fez.

Não é esta a unica arguição que me dirigio este patricio depois do meu banimento: de outra occupo-me em lugar diverso.

(35) Veja-se o que digo no prefacio.

VIII

Tratou o governo de organizar a guarda nacional na mesma cidade

Nestas duas medidas, transpareciam, affirmavam os promotores da desordem, séria ameaça ao exercito.

Era necessidade sentida de longos annos o augmento do corpo militar da policia da cidade e municipio do Rio de Janeiro. Por elle são fornecidos os destacamentos para todos os districtos e as guardas da Casa de Correcção, de Detenção, do Asylo de Mendigos, da secretaria de policia, dos theatros e jardins publicos; delle sahem as rondas diurnas e nocturnas em todas as ruas e praças, as ordenanças das autoridades, etc. O governo elevou-o a 1.400 praças, que ninguem dirá sejam demais e nem mesmo sufficientes para policiar extenso municipio e uma capital, que conta cêrca de 500.000 almas (36).

Quanto ao armamento, não me consta que o substituissem sob a minha administração, mas em todo o caso não se póde ver, de boa fé, uma ameaça contra quem quer que seja no facto de, procurando-se melhorar um corpo militar de policia, distribuirem-se-lhe armas superiores ás de que tivesse usado até então. Consideral-o como tal é confessar pretenções que não se compadecem com uma policia regular. Si o exercito, compenetrado dos seus deveres, estava resolvido a não transgredil-os, a reorganização daquelle corpo não lhe podia ser odiosa.

A mesma observação applica-se á da guarda nacional. Nada mais fez o governo do que executar lei vigente em todo o imperio, excepto na capital, o centro de maior população e importancia do paiz.

Entretanto, não é este o momento de guardar reservas, e resolvendo dirigir a palavra aos meus compatriotas, foi para usar da maxima franqueza.

Conscio de que não attentava contra os direitos do exercito e da armada e antes solicitamente attendia quanto possivel ás suas necessidades e conveniencias, o gabinete 7 de

---

(36) Quando isto escrevia ignorava que um dos primeiros actos do governo provisorio fôra elevar o corpo policial da capital a regimento constituido por tres batalhões. Eis ahi bem patente a procedencia das arguições feitas ao ministerio 7 de junho.

junho, como tenho revelado, não acreditava em um rompimento, visto não lhe deparar pretextos.

Todavia, a prudencia que assim se impoz não ia ao ponto de tolerar graves faltas de disciplina, que eram commettidas, ou deixar seus successores na triste situação em que acceitara o poder, sem recursos para fazer executar a lei em um conflicto com o exercito ameaçador e animado pela impunidade.

Reprimiu alguns actos de insubordinação commettidos na Escola Militar do Rio Grande do Sul e no Laboratorio Pyrotechnico do Campinho. Com referencia aos disturbios de Ouro Preto e ás manifestações da Escola Superior de Guerra, de que já dei conta, proveu de modo a que fossem cumpridas as disposições regulamentares, incompletas e inefficazes, é certo, porém as unicas vigentes.

E, ao passo que assim providenciava sobre os successos occurrentes, não se descuidava do futuro.

Por esse motivo a reorganização do corpo militar de policia e da guarda nacional do Rio de Janeiro, tendo por fim immediato satisfazer uma necessidade por todos comprehendida e executar a lei, visava tambem não deixar o governo á mercê da força de linha, absolutamente sem outra qualquer em que se apoiasse para, se mistér fosse, prevenir ou conter-lhe os desmandos.

Não era isto uma ameaça, mas imprescindivel cautela, natural e legitima, e que só podia ser mal recebida por aquelles que já alimentavam intuitos inconfessaveis e planos subversivos.

Nunca houve antagonismo entre o exercito brasileiro e os corpos policiaes, ou a guarda nacional de todo o imperio Os conflictos travados ultimamente na capital de Minas entre algumas praças de linha e a respectiva policia foram incidente isolado e de occasião. E a prova é que cessaram immediatamente, logo que foram substituidas aquellas praças por outras tambem de linha.

Os corpos policiaes e a guarda nacional sempre viveram na melhor harmonia com o exercito em todas as épochas e especialmente na maior guerra que sustentou o Brasil — a do Paraguay, — na qual tomaram parte os corpos de policia da Côrte e de mais de uma provincia, bem como a guarda nacional, sendo que, sobretudo a do Rio Grande do Sul, formou a maior parte das forças em operações.

De que, pois, se arreceiava o exercito? A escolha dos commandantes e officiaes dos batalhões creados no Rio do Janeiro prova que o governo os pretendia constituir de modo a inspirarem geral confiança. O corpo policial foi entregue

a um official do exercito, insuspeito aos seus camaradas, a secção de cavallaria a outro official do exercito, aparentado com o proprio marechal Deodoro, e, pelo que toca á guarda nacional, os nomeados foram negociantes, capitalistas, proprietarios, industriaes, homens de lettras e da imprensa, naturalmente interessados na conservação da ordem e da paz, na marcha regular dos negocios publicos e no progresso do paiz, onde tinham muito que perder, e, portanto, os menos proprios para servir de instrumentos a uma politica de violencias e despotismos.

Eram cidadãos independentes, chefes e representantes das familias mais distinctas, abastados, influentes, e si nelles esperava o governo encontrar efficaz coperação para manutenção da lei, delles vir-lhe-hia a mais formidavel e invencivel resistencia si fosse seu designio transgredil-a.

Seria desses homens que desconfiava o exercito? Nesse caso, o exercito se havia convertido em perigo publico e louvores mereceria o governo que accumulasse elementos capazes de lhe fazer frente.

Assim, o descontentamento que causavam estas providencias, si descontentamento havia, outra cousa não demonstrava senão as disposições subversivas e anarchicas que minavam a força armada.

Demais, si contribuiram ellas para o levantamento do dia 15, porque não demittiu o governo provisorio o commandante do corpo policial (37) e a officialidade da guarda nacional, dissolvendo os respectivos batalhões, como dissolveu o Conselho de Estado, o Senado e a Camara dos Deputados? (38) Porque consentiu que continuasse sob a guarda de um dos respectivos chefes o armamento da milicia civica?

Já se vê que nada teem de serio estas arguições.

Alimentasse o governo o pensamento de aniquilar o exercito e o primeiro passo a dar seria não preencher os claros abertos nos quadros das praças de pret por morte, baixa ou deserção. Ao contrario, esforçou-se sempre por manter completos esses quadros, não poupando para isso sacrificios pecuniarios, nem o emprego dos meios coercitivos a seu alcance, com o que contrariava as tendencias naturaes da população, em geral avêssa ao serviço das armas.

Propalou-se, tambem, nas vesperas da sedição, como constara á redacção do *Jornal do Commercio*, estar resolvida a retirada de diversos corpos do Rio de Janeiro para serem disseminados pelo interior das provincias mais distantes. E'

---

(37) Conservou-o, até promovel-o a general.

(38) E mais tarde as assembléas provinciaes e municipalidades.

uma falsidade. Si as conveniencias do serviço publico o exigissem, não hesitaria o governo em determinar a marcha de qualquer batalhão, usando dos recursos ao seu dispôr para que a ordem se executasse. Mas não foi expedida nem cogitada, do que pódem dar testemunho o sr. ajudante-general Floriano Peixoto, a quem haveria de ser transmittida e os archivos das estações publicas, hoje em poder dos vencedores.

Fez-se ainda constar a ordem de prisão contra o marechal Deodoro, manejo que, á ultima hora, puzeram em pratica. Outra falsidade. Jámais passou pela mente do governo a prisão desse general. Resolvel-a-hia, indubitavelmente, si ao seu conhecimento viessem factos que a autorizassem. Declarei, porém, já e ora repito, que as intenções do governo lhe eram favoraveis e até quasi o ultimo momento nenhumas razões tive para descrer da sua lealdade. Surgiu no meu espirito a primeira duvida ao ler a carta que recebi na manhã de 14, duvida que communiquei ao sr. ministro da guerra, na conferencia que deixei relatada. E ainda nessa occasião, a medida que me occorreu, caso se verificasse a suspeita, foi a reforma e não a prisão, que só podia ser ordenada por factos positivos de desobediencia, indisciplina ou criminalidade commum. Não parecia natural que conspirasse um homem que guardava o leito e se dizia gravemente enfermo. Só acreditei que o marechal se pronunciava contra o governo quando tive parte de que marchava á frente da columna sublevada.

Neste ponto, invoco egualmente o testemunho do sr. ajudante-general e do ex-ministro da guerra, visconde de Maracajú.

Portanto, os motivos adduzidos para justificar a sedição de 15 de novembro, referentes ao exercito, são cavillosos ou absolutamente destituidos de fundamento.

Tel-os-hia acaso suscitado o governo, com os seus actos de ordem politica ou administrativa em outros ramos do serviço publico?

O facto já alludido de ter a Associação Commercial do Rio de Janeiro, em assembléa solemne, representadas além de todas as opiniões politicas, todas as nacionalidades, e quanto o commercio, as industrias, o capital e o trabalho possuiam de mais distincto, unanimemente resolvido dar as mais significativas demonstrações de apreço e reconhecimento ao presidente do gabinete de 7 de junho, e erigir-lhe mesmo uma estatua, prova que si esse gabinete não foi um benemerito, em nada compromettеu, pelo menos, a causa publica.

Releve-se, porém, para que a resposta seja mais peremptoria, recordar em rapida resenha os actos desse ministerio, que apenas durou cinco mezes e poucos dias.

Seguramente ainda estão vivas na lembrança do publico as circumstancias em que acceitei o poder no dia 7 de junho do corrente anno.

Explorando os interesses contrariados pela abolição da escravidão, chegara a propaganda republicana ao maior auge, conquistando dia a dia novos proselytos, especialmente nas classes da lavoura e do commercio, mais directamente prejudicados por aquelle grande acto.

As demais classes importantes do paiz tambem se mostravam possuidas de profunda descrença ou completo desanimo; sentindo-se mal, todavia nada ousavam emprehender para melhorar as proprias condições e promover o progresso geral. Descontentes da actualidade, nem siquer esperavam do futuro.

O partido conservador, de posse do governo desde 1885, fraccionara-se em dois grupos, que, depois de se hostilizarem cruamente, confessaram-se impotentes para dirigir os negocios publicos, aggravados por complicações e difficuldades, sob mais de um aspecto.

Tal era, em resumo, a situação, quando a confiança da corôa, confirmando a indicação do meu partido, me commetteu a missão de organizar gabinete.

Apresentei-me ás camaras com um programma francamente democratico, compromettendo-me a realizar reformas liberaes, que inutilizassem virtualmente a propaganda republicana e, de par com ellas, medidas que melhorassem as condições economicas e financeiras do paiz.

A repulsa formal da Camara dos Deputados, em sua grande maioria composta de adversarios, posto nada mais lhe pedisse, além dos meios indispensaveis de governo, obrigou-me a dissolvel-a, convocando os comicios eleitoraes para o dia 31 de agosto proximo passado.

Sem embargo do trabalho insano que importa sempre uma mudança de politica na alta administração do estado, mormente seguida em tão curto prazo de eleições geraes, sabem os meus concidadãos quanto fez o gabinete de 7 de junho.

Pondo de parte a reorganização de varios serviços importantes, como, entre outros, o de engenhos centraes, mencionarei a creação dos burgos agricolas, a decretação de grandiosas obras para hygiene e embellezamento da capital, a elaboração do Codigo Civil, que se adiantou consideravelmente, conseguindo-se muito mais nesses poucos mezes do que até então em longos annos, a reforma do Codigo Criminal, a do

processo das fallencias e a da grande naturalização, que ficaram concluidas para serem presentes ao poder legislativo (39), estudos e diligencias para a solução da questão de limites com a Guyana Franceza e o tratado para chegar a seu termo, por via de arbitramento, a que existia entre o imperio e a Confederação Argentina.

Simultaneamente e fiel ao seu programma, adoptou o gabinete uma serie de medidas que de maneira efficassissima influiriam para a prosperidade e riqueza do paiz.

Foi assim que robusteceu e avigorou o credito publico, realizando as duas maiores operações financeiras que jámais se effectuaram, ambas nas condições mais favoraveis.

De uma resultou avultada reducção da despesa publica pela conversão da maior parte da divida externa, da outra auferiu o governo os meios pecuniarios de que carecia, não só para occorrer aos compromissos do Estado, extraordinariamente augmentados por motivos de força maior, como a secca nas provincias do norte, senão para levar a effeito importantes melhoramentos materias e emprehender as obras de saneamento e embellezamento da capital do imperio.

Dahi lhe vieram tambem recursos para prestar avultadissimos auxilios á lavoura, desorganizada e abatida, proporcionando-lhe meios de reconstituir e desenvolver o trabalho, impedindo dess'arte que se estancasse, ou pelo menos diminuisse grandemente, a principal fonte da receita publica.

Poz o governo especial cuidado em facilitar as transacções, tanto commerciaes como industriaes, e fomentando o espirito de iniciativa e associação, conseguiu que, no estreitissimo periodo da sua gerencia, fossem creados no paiz bancos, emprezas e companhias em maior numero do *que os existentes até sua ascensão ao poder.*

Contractou vantajosamente e iniciou o resgate do papel moeda, tornando realidade um *desideratum* que baldara todos os esforços dos poderes publicos, desde o anno de 1830.

Promoveu a celebração de tratados commerciaes com varias potencias, afim de abrir aos principaes productos

---

(39) Consta-me que por parte de um professor da Faculdade de Direito do Recife, foi contestado este ponto da minha exposição, affirmando s. s. que a reforma do Codigo Criminal não estava concluida. Não li a contestação, nem sei quem seja o contestante. Insisto, porém, no que affirmei.

A commissão incumbida de organizar o projecto de reforma do Codigo Criminal, sob a presidencia do sr. conselheiro João Baptista Pereira, terminou o seu trabalho que foi a imprimir na Typographia Nacional, para ser presente ás camaras logo em novembro. E' questão de facto, facil de verificar.

brasileiros novos mercados, alliviando-os dos pesados impostos, a que em alguns paizes estão sujeitos, impossibilitando-os de concorrer com os similares de procedencia diversa.

Deixou terminada e em via de promulgação, com applauso de todas as classes interessadas, a reforma da tarifa das alfandegas, que conjunctamente com o desenvolvimento de varias industrias nacionaes determinaria o augmento da renda publica.

Finalmente, sem a menor violencia, sem se soccorrer aos meios de corrupção, sem o emprego de expediente algum illegal para a alliciação de votos, e, ao contrario, garantindo a todos os partidos a mais plena liberdade de acção, sem o mais leve estremecimento da ordem publica, o gabinete de 7 de junho triumphou nas eleições de 31 de agosto, em todas as provincias, reunindo immensa e illustrada maioria na Camara dos Deputados, que viria coadjuval-o na prompta adopção das reformas politicas e administrativas do seu programma, já consignadas em projectos que, como era notorio, teriam de ser submettidos ao parlamento logo no primeiro dia util das sessões legislativas.

Taes projectos convertidos em lei imporiam silencio á propaganda republicana, demonstrando praticamente, que, sob a monarchia constitucional representativa, póde operar-se a maxima decentralização administrativa, com a maior expansão de todas as liberdades e garantias, em quaesquer manifestações da actividade humana, individual ou collectivamente considerada, sem os perigos e graves inconvenientes daquelle outro systema de governo, firmando em bases solidas a unidade e a integridade nacionaes, eimentando o progresso e a grandeza da patria, pela collaboração, não só de todos os seus filhos, mas de todos os estrangeiros que a ella se acolhessem com animo de permanecer, constituindo familia ou patrimonio.

Batidos nas urnas, pois que, apezar da alliança com o partido conservador, não conseguiram senão eleger dois deputados, os republicanos appellaram, como recurso extremo, para uma sedição militar.

E ella fez-se, e triumphou em presença da nação, tomada de sorpreza, e depois coacta pelas violencias praticadas, que bem claramente revelaram até onde chegariam, para conservar o poder, os que delle se haviam apossado.

Não foi um movimento subito, a obra de um dia; o golpe estava já preparado de muitos annos. Os primeiros prodromos

da insubordinação do exercito datam da terminação da guerra do Paraguay.

Ao regressarem as tropas, nas ruas do Rio de Janeiro foram desacatados os ministros por aquelles que entendiam terem sido poucos todos os sacrificios feitos pela nação para recompensar a sua collaboração na victoria.

Desde essa épocha, symptomas graves de indisciplina foram-se reproduzindo e generalizando. Acalmaram sob o ministerio Sinimbú, em 1878 e 1879, graças ao prestigio do legendario general Osorio, mas elle, o intemerato e avisado, bem os sentia latentes, advertindo ser arriscado desprezal-os.

Accentuaram-se sob o gabinete Paranaguá, mas dominou-os a energia do ministro da guerra Carlos Affonso, até que, sob a administração do seu successor, explodiram, tingindo as ruas da capital do sangue de um homem, assassinado pelas espadas e revolvers do exercito, posto estivesse sob a protecção de um de seus officiaes.

Cerca de dois annos depois os militares comprehenderam que tudo podiam ousar, desde que, para evitar luta fraticida, o ministerio Cotegipe transigiu com suas imposições, confessando nobremente não ter ficado illesa a dignidade do governo. Ao tempo do ministerio João Alfredo, levantaram serios disturbios em S. Paulo, arrancando-lhe a exoneração do chefe de policia, que cumprira o seu dever, e se não exigiram e não obtiveram mais, sob o mesmo gabinete, foi por virtude do derivativo da expedição de *Corumbá,* a qual proporcionou mando e commissões rendosas ao grupo mais irrequieto e turbulento.

Recordem-se estes factos, estude-se a sua concatenação e gradação, attenda-se a que não só tão graves quanto condemnaveis manifestações não encontraram correctivo, já pela benevolencia e tolerancia dos nossos costumes, e já pela fraqueza dos governos, continuando, ao envez disso, a ser promovidos e galardoados exactamente os que mais sobresahiam no desacato á lei e á autoridade, attenda-se tambem a que uma certa parte da imprensa, esquecida dos principios que regem as sociedades cultas, sob pena de se alluirem as bases em que ellas se firmam, aconselhava, animava e applaudia tantos desmandos, e ninguem se admirará dos successos de 15 de novembro.

Elles consummaram-se, cumpre reconhecel-o, no momento psychologico. Um pouco mais tarde não se verificariam, ao menos com tão facil exito. O governo teria dito tempo de predispôr os meios de repressão.

Mas, desprevenidos os poderes publicos, desobedecidos e abandonados, na hora critica, por aquelles em que mais confiava e devia confiar, a insurreição triumphou como não podia deixar de acontecer.

CONCLUSÃO

Ignoro até hoje o que se tem passado no Brasil depois da minha partida, a 19 do mez findo. Aqui, na tranquilla capital das Canarias, apenas repercutiu o echo longinquo da quéda da monarchia, ainda nem siquer officialmente communicada ao consul brasileiro.

Mas, se não tenho completamente obliterado o parco entendimento que Deus me concedeu, não é infundada a convicção de que não perdurará e menos fará a felicidade da patria a republica, que se levantou sobre os broqueis da soldadesca amotinada.

Vem de uma origem criminosa, realizou-se por meio de um attentado sem precedentes na historia e terá uma existencia ephemera, si não falham os supremos principios da moral e da justiça eternas.

Quaes as faltas, ou os crimes do sr. D. Pedro II, que, em quasi cincoenta annos de reinado, nunca perseguiu ninguem, nunca se lembrou de uma ingratidão, nunca vingou uma injuria, prompto sempre a perdoar, esquecer e beneficiar, — que aboliu de facto a pena de morte, apoiou com dedicação e promoveu por todos os meios a seu alcance o progresso, a felicidade e a grandeza da patria, sacrificando ao bem commum interesses, repouso e saude?

Quaes os males causados pelo principe, que despendia em obras beneficentes ou de utilidade publica a mór parte do que o Estado lhe offerecia, para o fausto de sua alta posição?

Quaes os grandes erros praticados que o tornaram merecedor da deposição e do exilio, quando, velho e enfermo, mais devia contar com o respeito e a veneração dos seus concidadãos?!...

Pois trata-se como a um despota, ou a um tyranno, o chefe de Estado, que soube impôr-se ao respeito e á admiração de todas as nações civilizadas, de modo que não se sabe dizer si mais sympathias e confiança inspirava ás monarchias da Europa, si ás republicas da America, aos Estados-Unidos, onde deixou um nome popular, ao Chile, que o escolheu para arbitro nas suas questões mais complicadas, á republica Ar-

gentina, á Oriental e á do Paraguay, para cuja liberdade directa e poderosamente contribuiu?!

A republica brasileira qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não póde perdurar.

Nada significam as adhesões que apregôa surgirem de todos os pontos do imperio. Originam-se do terror ou partem da multidão interesseira dos descontentes da situação decahida e daquelles que, ainda em maior numero, esperam lucrar com a que se inaugurou, massa fluctuante que adhere a quem póde, no momento, fazer o mal ou distribuir favores (40).

Hoje, ella já não será tão compacta como nos primeiros dias, porque muitas esperanças cedo se frustraram, muitas illusões desappareceram. Querendo viver com todos, ninguem sustenta; insaciavel, nada a satisfaz.

Devorar-se-hão entre si os que se alliaram para dominar o paiz, contra o voto por elle solemnemente expresso de manter as instituições que o regiam, aperfeiçoadas pelas reformas indispensaveis ao seu progresso moral e material, isto é, desenvolvido o pensamento democratico do Acto Addicional á Constituição do imperio, e avigorada a autonomia dos municipios e provincias, até onde o permittisse a conservação da grande unidade brasileira.

Ou prevalecerá a caudilhagem militar, sacrificadas as liberdades civicas, como em quasi todos os estados sul-americanos, ou o exercito será victima dos demagogos de que se fez instrumento, illudido por falsos motivos, ou alliciado por promessas irrealizaveis.

Uma nação de homens livres não supportará por muito tempo tão intoleravel regimen; dissipado o assombro de que foi tomada, reagirá, impondo sua vontade soberana.

Por outro lado, é uma utopia a federação das provincias que o governo provisorio inculca querer fundar. Como podem ser estados independentes, para não fallar em outras provincias, o Ceará, com as seccas que periodicamente o assolam, obrigando o paiz a endividar-se para soccorrel-o, Sergipe, Alagôas, ou Piauhy que, nem siquer podem pagar seus

---

(40) No folheto — O ADVENTO DA REPUBLICA DO BRASIL, o sr. Ottoni affirma que a imprensa está amordaçada, e effectivamente o decreto n. 85, de 23 de dezembro de 1889, considera crime militar, summariamente processado por uma commissão militar e sujeito á pena de morte, a opposição na imprensa ou mesmo de palavra aos actos do governo, ou a divulgação de noticias que lhe sejam desfavoraveis.

Varios jornaes foram supprimidos e jornalistas encarcerados por discutirem a marcha da administração. Tal é a liberdade que trouxe a republica para o Brasil!

funccionarios, oberados de compromissos pecuniarios, sem recursos proprios e sem credito? A federação, nas circumstancias actuaes, será o fraccionamento da grande e esperançosa nacionalidade, que tanto custou a constituir-se e era justo orgulho da America Meridional.

A missão dos antigos partidos constitucionaes, portanto, não está extincta: — tornou-se mais grave e mais melindrosa, e não incumbe já a elles sós, mas a todos os homens de criterio, coração e consciencia, porque é exactamente agora que a manutenção da paz e da tranquillidade publicas, a segurança dos interesses sociaes, a fidelidade aos compromissos e o futuro da patria correm perigo no Brasil.

Assim pensando, e visto que, compellido á ausentar-me do paiz, nada mais posso fazer para auxiliar os meus concidadãos, aconselho e daqui os exhorto a que, sem recorrerem a desforço material, o que apenas daria azo a maiores violencias do que as já commettidas, não poupem esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra commum, que tanto estremecemos.

O terreno da luta deve ser o da tribuna, da imprensa e dos comicios eleitoraes, que os dominadores promettem franquear a todas as opiniões.

Si a consulta que protestam submetter á nação fosse sincera e respeitado o direito de cada cidadão de preferir a fórma de governo que entender, tenho por certo que seria segura a victoria da bôa causa.

Não me illudo, porém, acreditando no cumprimento de semelhante promessa; as eleições serão feitas á feição dos que governam pela força e pelo terror e hão de entregar as provincias a proconsules armados, como elles, de todos os poderes e capazes de todos os excessos.

Mas, os bons cidadãos desempenharão o seu dever e lavrarão solemne protesto. Quando nada mais possam conseguir, evitarão a vergonha e a humilhação de passarem aos olhos do mundo como um bando sem crenças, nem energia, incapaz de defender os proprios direitos, e, portanto, digno da prepotencia que o opprime.

Serão poucos? Não importa; formarão o nucleo das futuras legiões, que hão de levantar-se, porque essa causa é a da lei, a da justiça e a dos grandes interesses sociaes.

O sr. D. Pedro II não abdicou; subsistem seus direitos, assim como os dos seus successores directos e legitimos, quaes os garantiu a lei fundamental do estado; cedeu á violencia; está privado de facto das suas prerogativas, mas não

as perdeu, porque só a nação podia tirar-lh'as e a nação não se pronunciou no dia 15 de novembro (41).

Entretanto, se ella livremente sanccionar o attentado, confirmando o advento da republica, dever é de todo o brasileiro, que prése esse nome, respeitar o *veredictum* supremo e contribuir, na medida da sua capacidade, para que, observadas as normas do direito, da moralidade e da moderação, possa o novo regimen augmentar a grandeza e a prosperidade da Patria (42).

Santa Cruz de Tenerife, em 9 de dezembro de 1889.

Visconde de Ouro Preto.

SEGUNDA PARTE

Ainda os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 (43)

(Aos meus concidadãos)

O sr. visconde Maracajú, ex-ministro da guerra do gabinete a que presidi, leu de animo prevenido a exposição por mim dirigida aos nossos concidadãos, ácerca dos acontecimentos de 15 de novembro do anno passado, que determi-

---

(41) O ministro do interior, escrevendo no mesmo dia da revolução, dizia que o povo a ella assistira bestializado. Veja-se primeiro documento annexo.

No Rio de Janeiro assim aconteceu realmente, mas nas provincias a fibra nacional vibrou. No Maranhão, por exemplo e segundo o testemunho do primeiro governador nomeado pelo governo provisorio sr. Pedro Tavares, a proclamação da Republica não se fez sem o morticinio de muitos brasileiros.

(42) Os desinteressados amigos do governo em Lisbôa, telegrapharam para a cidade do Rio de Janeiro, annunciando que esta publicação fôra mal recebida pela imprensa daquella capital. E' mais uma falsidade. A' excepção do SECULO e de mais algum outro jornal republicano, que me doestaram, esquecidos de que eu viera pedir hospitalidade ás plágas lusitanas, só devo amabilidades á imprensa portugueza. Receba aqui novamente meus agradecimentos o COMMERCIO DE PORTUGAL, e protesto-os tambem á TARDE, ao DIA, ao TEMPO, ao DIARIO POPULAR, ao DIARIO DE PORTUGAL, ao DIARIO ILLUSTRADO, ao CORREIO DA NOITE, á GAZETA DE PORTUGAL, e ao REPORTER, os quaes, entre outros que me escapam se referiram, nos editoriaes de 20 e 21 de dezembro, em termos benevolos e honrosos ao meu Manifesto.

(43) Publicado no *Jornal do Commercio* de 16 de março de 1890.

naram a quéda do governo e a mudança das instituições no Brasil.

Era natural, pois, lhe faltassem, com a memoria, a placidez e agudeza de espirito, que o caracterizam, quando escreveu a contestação que entendeu oppôr-me.

A prevenção do sr. visconde originou-se, indubitavelmente, de um telegramma expedido desta cidade a certa folha do Rio de Janeiro antes da publicação daquelle documento, e no qual se me imputou, entre outras inexactidões, havel-o accusado de trahição.

Dahi veio ter o sr. ex-ministro da guerra enxergado no escripto o que absolutamente nelle se não contém, e a increpação de má fé, que me lança em rosto a tantas mil leguas de distancia.

Contra ella nenhum desforço tomarei.........

Não posso, porém, deixar sem contradicta a narrativa do sr. visconde, começando por uma declaração, que julgo conveniente.

Entre as falsas noticias a meu respeito enviadas desta capital para o Rio de Janeiro, por alguns individuos, que pensam assim recommendar-se ao governo provisorio, figura a de que alterei a alludida exposição, á vista da resposta antecipada que por via telegraphica lhe deu o cidadão, que se apoderou da pasta da Fazenda (44).

---

(44) E' curioso enumerar e confrontar o que os noticiaristas a que acima me referi têm se lembrado de inventar a seu respeito.

1.º — Foi a conselho meu que o imperador recusou o donativo de 5.000:000$, deliberação honestissima e correcta que eu aconselharia, se pudesse, mas de exclusiva iniciativa de sua magestade, logo que, no mar, tomou conhecimento do respectivo documento, e communicada ao mordomo muito antes de poder eu ter a honra de avistar-me com o imperador;

2.º — Submetti á sua augusta censura e mereceu-lhe condemnação o meu manifesto, que só leu depois de publicado;

3.º — Não quiz receber-me no Porto, onde, como sempre, me acolheu com a maior bondade, e fui designado para pegar em um dos cordões do feretro da virtuosa imperatriz;

4.º — Apezar dessa repulsa, poucos dias depois dignou-se o mesmo senhor conceder-me larga conferencia, a que esteve tambem presente o sr. conselheiro Candido de Oliveira, que, seguramente, ficou tão sorpreso com a noticia como eu;

5.º — A' imprensa deste nobre paiz, á qual, excepto as folhas republicanas, só devo finezas, ou censura ou despreza o meu alludido manifesto;

6.º — Sou candidato á Constituinte, ainda que a nenhum dos meus futuros eleitores haja, directa ou indirectamente, communicado tal pensamento;

7.º — Estou aqui, onde systematicamente evito até conversar sobre negocios do Brasil, para não aggravar as minhas magoas, em plena actividade de reacção contra a republica, promovendo a quéda do cambio,

E' isto uma inverdade. Publiquei o Manifesto como foi redigido em Tenerife, segundo minhas impressões e reminiscencias, — o que podem attestar não só os meus illustres collegas conselheiros Candido de Oliveira e barão de Loreto, ex-ministros da justiça e do imperio, á quem o li logo depois do meu desembarque, pedindo-lhes a fineza de me advertirem de qualquer engano porventura commettido, senão tambem o digno par do reino sr. visconde de Melicio, redactor e proprietario do *Commercio de Portugal*, cujas columnas cavalheirosamente me franqueou.

O telegramma do sr. Barbosa não podia influir para que lhe alterasse uma virgula siquer, até porque não foi resposta, mas serie de insultos gratuitos, que não me attingiram.

Isto posto, tomarei em consideração os pontos do artigo do sr. visconde de Maracajú, que exigem commentarios.

E' o primeiro a asserção de que do meu manifesto *transpira o intuito de desculpar-me*, accusando s. ex. de não ter agido no sentido de suffocar o movimento, sendo certo que deu muito a tempo as providencias, que estavam na esphera de suas attribuições, ainda que chame eu a mim a autoria dessas mesmas providencias.

Vamos por partes.

Não tive, nem podia ter o intuito de *desculpar-me*, pela obvia razão de não me accusar a consciencia nenhuma culpa.

Meu unico intuito foi habilitar os nossos condidadãos e a posteridade a julgarem do meu procedimento com perfeito conhecimento de causa, descrevendo com escrupulosa fidelidade, e sem o menor resquicio de paixão ou resentimento, a situação em que me vi e o que pratiquei para fazer-lhe face.

A arguição, além de infundada, é contraproducente.

Tivesse eu necessidade de desculpar-me, e muito maior seria a do sr. visconde de Maracajú, meu companheiro no governo, solidario commigo, e, o que é mais, militar, ministro da guerra, primeiro responsavel, portanto, pelas medidas a adoptar, em um conflicto com a força armada.

Ora, si, por um lado, o sr. ex-ministro da guerra affirma e com toda a razão, que o gabinete a que pertencemos jámais cogitou de medidas odiosas contra o exercito, e até revela a deliberação que tomaramos de melhorar-lhe a sorte

---

a baixa dos fundos e o descredito de meu paiz, e não sei quantas mais falsidade e calumnias!

Da-las-hei por bem compensadas si dellas derivar algum proveito, para os que julgam ser justo e nobre amargurar a sorte de um proscripto. Ao menos, assim, servirei ainda para alguma cousa.

(o que não referi para não parecer que pretendia captar as sympathias dos vencedores); si, por outro lado, declara que foram observadas em tempo todas as providencias precisas para suffocar o movimento, deveria facilmente comprehender que, tendo plena sciencia de tudo isso, eu não podia sentir a *necessidade de desculpar-me*.

Não accusei o sr. visconde de Maracajú de não ter agido convenientemente para suffocar a sublevação do dia 15, nem imputei-lhe alguma outra falta. Expuz os factos como os presenciei, ou delles fui informado por seus protagonistas e testemunhas, deixando á perspicacia dos leitores tirar do conjuncto as illações que julgasse razoaveis.

Si essa exposição reclamava rectificações da parte de s. ex., era seu direito e dever formulal-as, sem todavia attribuir-me aquillo de que não curei. Quando houver readquirido a calma habitual, releia o sr. visconde o manifesto, e reconhecerá que não foi justo para commigo nessa parte.

Tão pouco chamei a mim, como pretende, a autoria das providencias que s. ex. assegura ter tomado durante o dia 14 e a madrugada de 15 de novembro, nem ainda agora contesto que o sr. visconde as houvesse tomado.

Asseverei, sim, e repito, que — em actividade desde cerca de 11 horas da noite de 14, logo que recebi o aviso do sr. conselheiro chefe de policia acerca do que se passava no quartel da 2ª Brigada, dei todas as ordens que mencionei, para a reunião e marcha das forças com que julgava poder contar, ordens que já estavam em execução, quando, ás 2 1/2 horas da madrugada de 15, soube s. ex. da revolta em casa de seu irmão o general Rio Apa, e dalli sahiu para a secretaria de policia, depois para o Quartel-General e por ultimo para o Arsenal de Marinha, onde, após instantes chamados, tivemos o prazer de vêl-o, eu e os nossos collegas da justiça e da marinha, ao bruxolear do dia.

O que se verifica de minha exposição é que, a esse tempo, já eu tinha estado no quartel de cavallaria de Estacio de Sá, na secretaria de policia, confirmando as ordens expedidas pelo digno sr. conselheiro Basson, dictando outras e conferenciando com os srs. ajudante-general do exercito e commandante do Corpo de Bombeiros; já me havia transferido para o Arsenal de Marinha e ahi se déra tambem ao respectivo inspector, ao do Arsenal de Guerra, ao coronel Pego, commandante do Corpo de Artilharia destacado em Santa Cruz, ao presidente do Rio de Janeiro, á estação central dos telegraphos, etc., primeiro por minha unica iniciativa e depois de combinação com os

srs. ex-ministros mencionados, cumprindo assim, o melhor que podiamos, o nosso dever.

O sr. visconde de Maracajú póde entender-se com todos os funccionarios que taes ordens receberam, antes que tivesse a bondade de apparecer-me, e reconhecerá que não chamei a mim a autoria do que a s. ex. pertencia; narrei apenas o que pela minha parte havia feito.

Só aos dignos srs. ministro da justiça e presidente do Rio de Janeiro lhe é impossivel consultar, porque foram expellidos do paiz como eu; mas assevero-lhe que — aquelle confirma quanto estou expondo, e logo vê-lo-ha, e o segundo, antes de receber a recommendação escripta que lhe levou o ajudante de ordens de s. ex., para fazer embarcar o corpo de policia da provincia, tivera de mim, e de viva voz, na vespera, a de concentrar na capital toda a força disponivel, e na madrugada de 15, por intermedio de pessoa de confiança, a de ter prompta a seguir essa força, ao primeiro aviso, determinações que me participou estarem cumpridas, antes da chegada do sr. visconde de Maracajú ao Arsenal de Marinha.

Increpa-me s. ex. por attribuir-lhe, *ainda que dubiamente*, haver-se propalado a falsa noticia da prisão do marechal Deodoro, por lhe ter eu fallado em reforma daquelle general, uma vez averiguado que animava ou promovia manifestações de indisciplina.

E' outra injustiça. A' fé de cavalheiro, affianço á s. ex. que jámais me passou pela mente dar-lhe coparticipação em semelhante boato. Nunca o julguei capaz de um acto de perfidia.

Francamente, o que suspeitei foi que, confiando á alguem talvez quanto entre nós se passara acerca da possibilidade da reforma, do abuso dessa confidencia originara-se o boato.

Só posteriormente á publicação do manifesto, lendo os traços biographicos de diversos personagens do dia 15, insertos em um jornal do Rio de Janeiro, soube fôra engendrada por um dos chefes, para o fim de precipitar os acontecimentos, aquella noticia que o biographo qualifica, conforme o senso moral da épocha, de *habil e patriotico estratagema de erra*.

Declara o sr. visconde de Maracajú que não fez chegar ao conhecimento do governo as queixas do exercito porque eram antigas e, como s. ex., devia eu conhecel-as pelos jornaes, accrescendo que durante dois mezes esteve, por doente, afastado da pasta da guerra, tendo mesmo, por esse motivo, pedido exoneração, do que depois desistio.

Reclama este topico varias observações.

Em primeiro logar, o sr. visconde de Maracajú nelle confirma quanto disse eu a respeito dos desgostos do exercito para com o gabinete deposto: o ministerio de 7 de junho não procedeu de modo a irritar o exercito, contra o qual não alimentava má vontade. As queixas formuladas tinham por objecto factos anteriores á sua organização e que, portanto, não podiam ser levados á sua conta, tanto mais quanto não fôra solicitada reparação.

Ora, além de que eram infundadas estas queixas, como demonstro no Manifesto, a attitude do sr. visconde de Maracajú bastava para convencer-me de que não fariam explosão sob um governo, que não as aggravara de modo algum, antes, pelos meios legaes, se dispunha a melhorar a sorte da classe militar.

Membro do ministerio, considerado por todos os collegas; tendo, nas deliberações dos negocios peculiares á sua pasta, a iniciativa e opinião decisiva que lhe competiam, tanto pelo cargo como pela competencia profissional, o sr. visconde de Maracajú não julgou necessario chamar a attenção do governo para essas queixas antigas, constantes apenas dos jornaes.

Conseguintemente, em seu conceito não constituiam assumpto tão grave ou urgente que devesse preterir os demais de que se occupava. Porque de diverso modo consideral-as-hiam os outros ministros, atarefados de multiplas questões, difficilimas e melindrosas, resolvidas em uma administração de cinco mezes, que nem os mais encarniçados adversarios ousam accusar de esterilidade ?!

A circumstancia de ter estado duas vezes afastado da pasta, por enfermo, allegada pelo sr. visconde de Maracajú, nada prova, porque mesmo do leito, com uma palavra escripta ou verbal, podia e devia s. ex. despertar a attenção dos collegas para aquillo que julgasse urgente.

Os companheiros não o abandonaram na molestia, visitaram-n'o com a frequencia que os affazeres permittiam: uma recommendação de s. ex. seria sufficiente para exame immediato das reclamações do exercito e sua satisfacção nos limites do possivel.

Coube-me a honra de receber mais uma carta do sr. visconde, ainda enfermo, sobre negocios de somenos importancia, e de todos dei-lhe solução. Assim tambem podia escrever-me sobre as queixas do exercito, si as julgasse justificadas e momentosas.

Não escreveu s. ex. ao sr. ex-ministro da justiça e interino da guerra, pedindo que suspendesse a partida do batalhão 22 ? Podia tel-o feito, acerca de qualquer outra questão.

Seu silencio, portanto, era de natureza a tranquillizar-nos, embora estivesse doente e afastado da direcção da pasta.

A proposito releve s. ex. dizer-lhe que o acto unico do governo, praticado durante seu impedimento, que pareceu desagradar-lhe — a partida do batalhão 22 — afigurou-se-lhe acertado depois, ao saber que fôra suggerido pelo ajudante-general o sr. Floriano Peixoto, e tanto que nada innovou ao reassumir o exercicio do cargo.

Como quer que seja, não era convincente a razão adduzida por s. ex. para pedir a suspensão da ordem de embarque, isto é, certificar-lhe o sr. general Rio Apa, que o batalhão *era bom e bem disciplinado*.

Exactamente esses requisitos indicavam-n'o para qualquer diligencia importante, e nem a provincia do Amazonas é presidio a que se destinem somente os incorrigiveis e relapsos.

Não contesta o sr. visconde que me houvesse convidado a ir ter comsigo no Quartel-General; nega, apenas, a razão que deu ao convidar-me, isto é — *necessidade de minha presença para animar a resistencia.*

E' um lapso da memoria de s. ex., tanto mais para estranhar-se quanto oppõe á minha affirmativa uma razão inverosimil.

Diz o sr. visconde, que tendo accedido ao convite, resolvi depois o contrario, a pedido dos srs. ex-ministros da justiça e da marinha, unicos que se achavam presentes, sendo que mais tarde espontaneamente seguimos todos para o lugar aprazado.

Si a pedido de dois collegas —, que aliás não existio, novo engano de s. ex., — houvesse eu declinado do convite, por que razão mais tarde iria metter-me com todos elles entre as frageis paredes do Quartel-General?

A este respeito nada mais accrescentarei, remettendo o sr. visconde de Maracajú para a seguinte carta do meu amigo o sr. conselheiro Candido de Oliveira. Ella recordará tambem a s. ex. outros incidentes, de que está esquecido, e que igualmente contesta no seu escripto.

"Exmo. collega e amigo sr. conselheiro Candido de Oliveira. — Em artigo, que publicou no *Jornal do Commercio* de 14 de janeiro, contestando alguns pontos de minha exposição, acerca dos acontecimentos de 15 de novembro, o sr. visconde de Maracajú affirma — não ter insistido commigo, na madrugada daquelle dia, para que fosse reunir-me com elle no Quartel-General, declarando *que a minha presença era necessaria para animar a resistencia.*

"Affirma tambem que o convite não foi dirigido a nenhum outro ministro, os quaes para alli se encaminharam espontaneamente.

"Assevera ainda não se recordar de que, no Quartel-General, e depois de se nos declarar impossivel a resistencia, nos offerecessem sahida pelos fundos do mesmo quartel, ao que nos recusamos.

"Comquanto nenhuma duvida tenha acerca do testemunho de v. ex., a quem li a exposição antes de publical-a, pedindo-lhe, assim como ao nosso collega barão de Loreto, o obsequio de corrigir qualquer engano que porventura houvesse commettido, todavia, como pretendo responder ao sr. visconde, rogo-lhe o favor de dizer-me por escripto o que souber a respeito daquelles factos, ou quaesquer outros que sirvam para esclarecer a verdade.

"Dupla fineza será autorizar-me a fazer uso da sua resposta.

"Sou com estima e consideração. — De v. ex. collega, amigo e patricio. — *Ouro Preto*. — Lisbôa, 10 de fevereiro de 1890."

Eis a resposta do exmo. sr. conselheiro Candido de Oliveira:

"Exmo. collega e amigo sr. conselheiro visconde de Ouro-Preto. — S. C. em Lisbôa, 11 de fevereiro de 1890.

"Passo a responder aos topicos de sua estimadissima carta que, datada de hontem, acaba de ser-me entregue.

"1.° Na manhã de 15 de novembro ultima achava-se v. ex. no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro em minha companhia e na do sr. barão do Ladario, providenciando no sentido de debellar a revolta militar, de que o governo tivera noticia na vespera, quando alli se apresentou o ministro da guerra, sr. visconde de Maracajú, que, participando-nos as medidas que por si havia tomado, declarou-nos ser conveniente reunir-se o ministerio na secretaria da guerra, para melhor homogeneidade de acção.

"Observando-lhe v. ex. que a permanencia no Arsenal seria talvez mais proficua, o sr. visconde de Maracajú replicou, dizendo que a presença do presidente do conselho era necessaria no Quartel-General *para animar a resistencia*. Por minha parte ponderei que o Arsenal estava mais bem preparado para a defesa, sendo segura a communicação pelo mar, ao que v. ex. objectou que poder-se-hia suppôr que tinhamos medo; resolvendo então os ministros presentes (v. ex. e os da marinha e justiça) seguirem para o campo da Acclamação logo que partissem os primeiros contingentes da marinha, que se estavam reunindo; o que se fez.

2.º Quando se convenceu o ministerio na secretaria da guerra de que lhe faltavam, inteiramente, os elementos para suffocar o movimento, e que se achava, por assim dizer, todo elle prisioneiro no Quartel-General, foi suggerida, não me recordo por quem, a idéa da retirada pelos fundos do edificio, dizendo o sr. marechal Floriano Peixoto que isso não seria difficil.

A' esse alvitre nenhum de nós annuio.

3.º Quando chegámos á secretaria da guerra participou-me o sr. visconde de Maracajú que havia nomeado para commandar interinamente a 2ª Brigada o brigadeiro Barreto.

Não deixei de estranhar essa nomeação, que recahia, em um momento critico, em um official exonerado pouco antes pelo ministerio, e que podia guardar-nos algum rancor.

Recordo-me de que v. ex. dirigio-se ao novo commandante, dizendo-lhe que delle esperava o leal cumprimento do dever.

Eis o que sei em relação aos quesitos formulados, e póde v. ex. fazer da minha resposta o uso que julgar conveniente.

Sou, com toda estima, collega, patricio e amigo. — *Candido de Oliveira.*"

Pretende o sr. visconde de Maracajú, que não apreciei bem o que me disse acerca de um official subalterno, quando as boccas de fogo do marechal Deodoro já estavam assestadas a poucos passos de distancia contra nós, e eu repetia as ordens para serem atacadas.

E' possivel que me tenha enganado, mas consinta s. ex. que reproduza as minhas palavras, para que os leitores, que certamente não as tem já presentes, possam verificar si houve ou não motivo para que a resposta de s. ex. me abrisse de todo os olhos.

Eis o que escrevi:

"Dando, pela quinta ou sexta vez, ordem para ser atacada a columna sublevada, ordem, torno a dizel-o, — que o sr. ministro da guerra repetia em voz alta ao sr. Floriano Peixoto, um joven official, — creio que tenente, — que alli se achava, exclamou, dirigindo-se a mim: "Sr. ministro, peze bem a responsabilidade que assume, é tremenda; vai haver uma carnificina horrivel e inutil!"

"Sem redarguir-lhe, voltei-me para o sr. ministro da guerra, e disse-lhe:

"— Este official faltou ao dever militar; cumpra v. ex. o seu.

"Em voz baixa advertio-me ao ouvido o meu collega sr. marechal visconde de Maracajú:

"— Não sabe v. ex. quem é ?... E' filho do visconde de Pelotas.

"Esta revelação confirmando suspeitas que já me assaltavam, clareou-me a situação; então tudo comprehendi."

Ora, eu suppunha que, na conformidade das leis militares, não é licito fazer reflexões daquella natureza a uma ordem emanada de autoridade competente, e muito menos em momento de perigo incutir desanimo, constituindo este ultimo facto crime gravissimo, punido com todo o rigor marcial.

Por esse motivo, ouvindo as palavras do s. ex. quando chamava sua attenção para tão condemnavel manifestação, comprehendi que rotos estavam todos os laços e subvertidas todas as noções de disciplina e desprovido o governo de quaesquer meios de acção.

Si não comprehendi bem a s. ex., peço-lhe que me esclareça, pois estou prompto a reconhecer o meu erro e a arrepender-me.

Confirma o sr. ex-ministro da guerra uma parte importante da exposição, confessando que, ainda no dia 12 de novembro, alludindo eu, em conferencia, a avisos anonymos de que manifestações hostis se preparavam da parte do exercito, tranquillizou-me s. ex. a semelhante respeito.

Merece ser transcripto esse trecho. Diz o sr. visconde:

"... Em outro ponto de seu manifesto, diz o sr. visconde "de Ouro-Preto que recebeu muitas cartas anonymas, preve- "nindo-o que o exercito queria revoltar-se, mas que o tran- "quillizei." *Dellas, porém, somente deu-me noticia s. ex.* a "12 de novembro, dia em que reassumi o exercicio, do qual "estava então afastado, não por dias, como refere s. ex., mas "por um mez e si *naquella occasião pronunciei-me de modo a* "*não julgar imminente um movimento militar*, baseei-me no "que *nesse mesmo dia me dissera o sr. ajudante-general*, isto "é, que o exercito estava desgostoso com o gabinete, suppondo "que elle lhe era infenso, *mas que nada havia a receiar*, posto "correspondessem diversas noticias desagradaveis, sobre o que "estava attento."

Assim, tres dias antes de serem as instituições politicas do paiz mudadas por alguns corpos rebellados, o sr. visconde de Maracajú assegurava-me não haver motivo para receiar-se um movimento militar, jurando nas palavras do ajudante-general do exercito.

Nessa occasião não se referio s. ex., como parece dar a entender, a desgostos do exercito contra o gabinete; alludio, sim, a desgosto de um ou outro official desattendido em suas

pretenções, accrescentando — recordo-me bem — *como sempre os ha em todos os tempos.*

Si s. ex. tivesse alludido *a desgostos do exercito contra o governo*, é bem de ver que mais detidamente nos occupariamos do assumpto, não nos limitando a uma *conversa ligeira*, como descreve o proprio sr. visconde de Maracajú neste outro topico:

"... No dia 12, como depois da conferencia ministerial, "*onde ligeiramente se tratou das noticias que circulavam*, me "tivesse dito o sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque, na "occasião em que iam se retirando os ministros, que lhe con-"stavam cousas desagradaveis sobre um pronunciamento mi-"litar, o que não estava de accordo com as informações do "sr. ajudante-general, *de novo fui com este entender-me, com-"municando-me elle que já tinha providenciado e que espe-"rava serenar os animos...*"

Entende s. ex. haver equivoco de minha parte, quando affirmo que tambem na conferencia do dia 14, vespera da sedição, me tranquillizou sobre os resultados de um conflicto, caso surgisse. O equivoco é da memoria enfraquecida do sr. visconde, como provarei com as suas proprias palavras.

A s. ex. impressionaram as revelações e recommendações que lhe fiz, conforme minuciosamente narrei, mas nem mostrou-se sabedor daquellas noticias, nem receioso das consequencias possiveis da sublevação, si ella estalasse; ao contrario, disse-me formalmente — "*com a 1ª Brigada* (commandada por seu irmão) *pelo menos conto eu.*"

A prova de que o sr. visconde nessa entrevista, a que compareceu a chamado meu, por volta do meio-dia, não conhecia a situação nem tomara resolução alguma, resulta do seguinte trecho do seu artigo:

"Disse-lhe (*a mim*) nessa entrevista que ia conferenciar "com o mesmo sr. ajudante-general, com os commandantes "das duas brigadas, quartel-mestre-general, director do Ar-"senal de Guerra e com o intendente da guerra, *afim de poder "eu então tomar as necessarias providencias e retirei-me.*

"Voltando á secretaria, informou-me o sr. ajudante-"general que *estavamos sobre um vulcão*, pelo que na vespera, "á noite, lhe constara e soubera do sr. chefe de policia (o que "sorprendeu-me), mas que esperava evitar qualquer pronun-"ciamento com as *providencias que tinha tomado, já alludi-"das, e outras*. Receiando eu, á vista disso, se désse algum "acontecimento na noite de 15, quando estivesse o ministerio "em conferencia, ou a 16, por occasião do despacho, entendi-"me com os chefes militares, já mencionados, e mandei vir

"cartuxame para os batalhes e polvora para o Arsenal de "Guerra, no qual deviam ser preparados cartuchos para onze "boccas de fogo de Krupp e seis Withworth, que alli já se "achavam, e dei outras providencias."

Portanto, até o dia 14 de novembro, cerca de meio-dia, quando conferenciou commigo no Thesouro, nenhuma providencia occorrera ao sr. visconde de Maracajú, para evitar ou reprimir qualquer movimento militar, tanto que *sorprendeu-se* ouvindo logo depois o sr. marechal Floriano Peixoto dizer-lhe: — *estamos sobre um vulcão.*

Só nesse momento, receiando algum acontecimento na noite de 15, ou no dia 16, entendeu-se com os chefes e mandou vir cartuxame para os batalhões e polvora para o Arsenal.

Logo, é claro que *antes da desagradavel sorpresa* por que passou, não podia s. ex. confirmar os receios que houvesse eu manifestado, e menos assustar-me, descrevendo-me uma situação de que não tinha noticia, e que, mesmo depois da sorpresa, não julgou tão grave como realmente era.

Com effeito, militar brioso, primeiro responsavel pela disciplina do exercito, leal servidor da monarchia, si o sr. visconde de Maracajú não estivesse convencido, quando commigo conferenciou, de que dispunha o governo de meios sufficientes para conter qualquer movimento; si depois de ouvir o sr. ajudante-general, acreditasse realmente que *estavamos sobre um vulcão*, não se limitaria ás poucas providencias que tomou.

Na imminencia de tão grave perigo, s. ex. não se contentaria de mandar vir cartuxame para os batalhões e polvora para o Arsenal e recommendar vigilancia ao ajudante-general, retirando-se tranquillamente para a casa de seu irmão, sem verificar ao menos se aquellas ordens eram cumpridas, guardando para o dia seguinte a conferencia com o sr. barão do Ladario, ex-ministro da marinha, de quem podia esperar efficaz concurso para a defesa, e deixando de fazer-me, a mim, presidente do conselho, qualquer communicação.

Portanto, das proprias palavras do sr. visconde de Maracajú resulta, com a transparencia da luz meridiana, que ainda na manhã de 14, suspeitoso eu de que alguma cousa se tramava, e tratando de proceder como cumpria, não podia s. ex. ter-me incutido duvidas sobre a effectividade e efficacia de recursos sufficientes para suffocar uma sublevação, a que s. ex. dava tanto peso, que se recolheu ao lar fraterno, a dormir em socego.

Insisto nestes pontos em desempenho do meu dever. Não podia consentir que a fidelidade de minha exposição fosse posta em duvida por pessoa da autoridade do sr. visconde de Maracajú.

Não tenho contra s. ex. resentimento algum, como parece acreditar. Sinto apenas uma magua, que com franqueza externarei, mas pela qual não culpo ao sr. visconde, attribuindo-a á fatalidade do destino.

Si no dia 14 de novembro o sr. visconde de Maracajú, depois de sorprender-se diante do ajudante-general, me houvesse participado *que elle nos julgava sobre um vulcão*, si me tivesse podido avistar com s. ex. antes da madrugada de 15, em que accudiu ao meu chamado, quando os corpos sublevados já se achavam de arma ao hombro, prestes a marchar; si algumas horas antes nos houvessemos reunido aos nossos collegas, acredito que talvez tivessemos defendido melhor a causa da lei e das instituições, a cujo serviço nos consagravamos, convictos de que eram as mais convenientes á felicidade e grandeza da patria.

Fatalidade, sim, porque o povo assistio áquella scena *bestializado*, na phrase do ex-ministro do interior, e o Brasil não tem hoje dias mais felizes do que sob o regimen decahido, vendo confiscadas todas as liberdades politicas e civis, debatendo-se sob a dictadura da espada, pagando sem poder protestar os impostos, que a ella apraz exigir para malbaratar seu producto e ameaçado, além de tudo isto, de perder, com parte preciosa do territorio, naturaes e insubstituiveis linhas de defesa, sem que á imprensa, atalaia outr'ora — e ainda bem! — tão vigilante, censor tão implacavel e tão altivo, juiz tão severo e intransigente, outra cousa seja permittido senão applaudir, louvar, louvar sempre... embora repassada de tristeza — *laudans sed mœrens!*

E' isto o que profundamente deploro; esta a minha grande magua, que certo compartirá o sr. visconde de Maracajú.

Visconde de Ouro Preto.

Lisbôa, 15 de fevereiro de 1890.

TERCEIRA PARTE

Resposta ao sr. conselheiro C. B. Ottoni

O sr. Christiano B. Ottoni foi um dos adversarios com quem mais rijamente tive de bater-me na vida publica. São passados doze annos depois que, pela ultima vez, terçámos armas. Nesse periodo esqueci — sabem-n'o todos que nos conhecem — as desavenças que nos separaram e no meu

animo apagaram-se quaesquer resentimentos. Por sua parte, ao menos ostensivamente, tambem s. ex. absteve-se de hostilidades.

Decahido agora da posição que occupava, esbulhado dos meus direitos, banido da patria, atira-me de longe o sr. Ottoni, gratuita aggressão. Levantal-a-hei para defender-me. Não esperava a investida, que todavia não me admirou. Assim devia acontecer, dadas as mudanças que se operaram no Brasil.

Alimentasse eu outros intuitos, além da justificação de meus actos, como funccionario publico, e larga expansão, proporcionar-lhe-hia o libello que se intitula — *O advento da Republica no Brasil* — firmado pelo meu comprovinciano e ex-collega.

Na ostentosa enumeração de titulos honorificos (45), nada consoante aos sentimentos democraticos tão inculcados, que precede a narrativa, no amontoado de inverdades de que ella se compõe, nas contradicções flagrantes de que está inçada, no esforço vão ahi manifesto para arrogar-se o autor fóros de antigo abolicionista, causa que aliás combateu no principio e só advogou quando vencedora, no afan com que procura chamar sobre si a attenção publica, evitando a obscuridade e o esquecimento que o aterram, em todo esse quadro triste, photographia moral do meu accusador, dignamente emoldurada pelo edificante contraste das lôas entoadas aos potentados do dia, com as censuras arguidas ao soberano deposto, outr'ora tão requestado, — libaria eu a largos haustos o doce prazer, tão grato aos deuses da fabula, como ao sr. capitão-tenente reformado, — si não me repugnassem as praticas do meu irrequieto e implacavel antagonista.

Mas os proprios antecedentes a que alludi impõem-me limites que não devo ultrapassar. Restringir-me-hei ao que me é pessoal, para mostrar-me isento das culpas imputadas.

Não prescinde o sr. Ottoni dos sediços recursos da velha tactica. Apparenta modestia e imparcialidade, protestando não escrever a historia dos acontecimentos de 15 de novembro, mas tão sómente offerecer aos futuros escriptores os desin-

(45) O ADVENTO DA REPUBLICA NO BRASIL — pelo conselheiro C. B. Ottoni, capitão-tenente reformado da armada, lente jubilado da escola de marinha, professor honorario da Academia de Bellas Artes, fundador (aqui é inexacto) e primeiro director da Estrada de Ferro Central, dignatario da Ordem do Cruzeiro, official da de Leopoldo da Belgica, deputado em quatro legislaturas, e nos ultimos dez annos senador do Imperio.

teressados subsidios de seu testemunho espontaneo. Para prevenir consciente excepção de incompetencia, por absolutamente suspeito para commigo, desde logo accusa com evangelica uncção a *possibilidade de erro nas apreciações*, promettendo resgatal-o pela correcta exposição dos factos e o *desejo sincero de fazer ás partes justiça merecida.*

Tudo isto é decrepito e gasto. Descarnemos os argumentos e discutamos.

No conceito do sr. Christiano, a queda da monarchia no Brasil proveiu das seguintes quatro causas principaes:

1°. Abolição da escravidão domestica;

2°. Evolução natural da idéa democratica;

3°. Queixas e descontentamentos da officialidade do exercito;

4°. Descredito que a politica imperial lançara sobre as instituições (46).

O procedimento do ministerio 7 de junho de 1889, a que tive a honra de presidir, aggravou — e tal é a primeira increpação que me faz — a terceira dessas causas, determinando a explosão que s. ex. quizera antes dever ao elemento civil e não ao militarismo, e que, não obstante, applaude.

Para deducção da minha defesa importa apurar, no conjuncto do requisitorio, alguns quilates da valia que aos olhos de consciencioso historiador possam ter os subsidios, tão patrioticamente colligidos pelo meu adversario.

Se a idéa da abolição (passo a copiar o folheto) ainda que de iniciativa do imperador (47) fomentou no espirito publico uma evolução que não mais recuou (48), ganhando força e terreno com o apoio da mocidade educada nos novos principios, dos jornaes, das associações, das conferencias e da propaganda (49); si essa evolução se precipitou, graças principalmente ao grave senão da lei de 1871, *o abandono da escravatura então existente á sua misera sorte* (50) e ao emperramento dos poderes publicos, que recusaram tomal-a a serio (51); si o projecto Dantas, ao ser apresentado, já não acompanhava a opinião do paiz (52), si a lei Saraiva foi atrazada, impopular e inexequivel (53); si a barbaridade de um senhor de escravos foi a gotta d'agua na taça da indignação

---

(46) Folheto pagina 3.
(47) " " 66.
(48) " " 23, 36, 37.
(49) " " 37.
(50) " " 36.
(51) " " 36.
(52) " " 66.
(53) " " 66.

publica (54); si a abolição da pena de açoites proposta, rapida e quasi unanimemente approvada sob a influencia dessa indignação, *extinguiu virtualmente a nefanda instituição* (55), *condemnada pelo povo que, de facto, a aboliu, forçando os poderes publicos a homologal-o* (56); si tudo isto assim é, e nem o contesta ninguem, que historiador poderá acceitar como causa da alienação das sympathias populares pela monarchia aquella medida, que tamanho acolhimento encontrou da parte da nação, avivou-lhe as energias e despertou-lhe o enthusiasmo, idéa que a mesma nação quiz e levou a effeito, obrigando os representantes da autoridade a seguil-a e obedecel-a?!

Por outro lado, o sr. Christiano Ottoni, que se propoz fazer o balanço da monarchia, cotejando o activo que restringe com o passivo que deturpa ou exagera (57), acaso a incrimina, ou tece-lhe invejavel elogio, assim explicando a sua queda?

Que juizo predispõe para a patria, na consciencia dos vindouros, a testemunha, cujo depoimento a descreve, condemnando a monarchia, porque, inspirada de nobre e generosa intuição, impelliu o povo, que governava, para o caminho do bom e do justo, para a remoção de uma calamidade secular, satisfazendo a um tempo os reclamos da civilização e da humanidade, cobrindo-o de gloria e consultando seus mais importantes interesses?!

O sr. Christiano Ottoni irroga a mais clamorosa injustiça aos brasileiros. A causa que enumera como a que principalmente influiu para a suppressão da monarchia será eliminada pelo historiador. E sel-o-ha com toda a razão, porque a verdade, que a s. ex. escapa, é que o descontentamento foi de uma classe e não de toda a nação, assim como não o provocou o facto da abolição em si, tão conforme á indole benevola e nobilissima dos nossos compatriotas, mas a crença de que, na situação nova em que se encontraram os senhores de escravos, recusavam-lhes os poderes publicos a protecção e os auxilios a que se julgavam com direito e as proprias conveniencias do Estado requeriam.

Ora, quando, restabelecida a calma e arrefecidas as paixões, se apreciar devidamente que parte de responsabilidade cabe á monarchia nessas queixas dos agricultores, ver-se-ha

---

(54) Folheto pagina 58.
(55) " " 58.
(56) " " 58.
(57) Folheto paginas 91, 113.

que nem é della a culpa, nem essa culpa é real. De feito, principalmente contribuiram para que a lavoura não fosse de prompto attendida aquelles mesmos que mais tarde exploraram o seu desgosto com fins politicos.

No conceito do sr. Christiano Ottoni, o ministerio de 7 de junho augmentou o descontentamento da officialidade do exercito, pelos seguintes motivos:

1°. A ordem de prisão intimada pelo ministro da Fazenda ao commandante da guarda do Thesouro, a severa reprehensão que lhe dirigiu e a incumbencia dada a outro official para conduzil-o preso, ficando a guarda sem commandante;

2°. O pensamento de dividir o exercito, distribuindo os batalhões pelas provincias;

3°. A reorganização e armamento da guarda nacional (58).

Quanto ao primeiro facto, s. ex. observa: "Procedi-"mento altamente irregular! Mais, requerendo o moço con-"selho de guerra para justificar-se, puzeram pedra em cima "do requerimento. E a officialidade, irritada pelo facto em "si, e mais, estimulada pelos commentarios das folhas da op-"posição, fez sua a offensa feita ao camarada. A crise aggra-"vou-se."

E accrescenta: "essas linhas já estavam escriptas quando "li, transcripto pelos jornaes da capital, o Manifesto que pu-"blicou em Lisbôa o visconde de Ouro Preto. "O periodo re-"lativo ao incidente do Thesouro, *comquanto dê aos factos côr "diversa, confirma nos pontos principaes a minha narrativa.*"

Que o sr. capitão-tenente reformado qualifique de altamente irregular o acto de um ministro que, em repartição a seu cargo, prende o commandante de um posto importante, por encontral-o em falta, é para mim absolutamente indifferente.

Entende mesmo que sua apreciação não podia ser diversa. Assim deve raciocinar quem affirma (59) *não ter soffrido ninguem, pelo facto da sublevação de dezembro do anno passado; pois não trouxe processo, prisão, nem castigo,* tendo antes escripto: "o *commandante do regimento foi posto em liberdade, houve a lamentar-se alguns ferimentos e tres ou quatro mortes, e 50 e tantos soldados e inferiores fo-*

---

(58) Folheto, paginas 91, 105.
(59) " " 127, 128,

ram condemnados pelo tribunal militar, commutada em galés perpetuas a pena de morte imposta a 10 delles!"

Não admira tambem que, pelos processos de semelhante logica, consedere s. ex. cousa insignificante o decreto que expelliu da patria trez concidadãos, dois dos quaes seus collegas e comprovincianos, sendo estes ultimos banidos, pena jamais applicada em 50 annos de monarchia.

Estes conceitos dispensam averiguar os fundamentos das conclusões a que chega o sr. Ottoni. São-me, pois, ellas tambem indifferentes. Não o são, porém, a verdade dos factos e a insinuação contra mim formulada.

Não é exacto *que se puzesse pedra em cima* do requerimento do official preso, pedindo conselho de guerra. O ministro indeferiu a petição e estava no seu direito, pois era o juiz da necessidade ou conveniencia de ser qualquer official sujeito ao referido conselho. Fôra ouvido o de disciplina, que decidiu não haver irregularidade no facto. O de guerra era, pois, inutil.

Agora a insinuação. O sr. Ottoni dá a entender que, depois da revolução, narrei o caso de modo a attenual-o ou, na sua phrase: "dei-lhe côr diversa". Inexacto ainda. Recorra ao *Diario Official* da épocha, que noticiou o incidente, tal como occorrera, logo que as folhas opposicionistas começaram a exploral-o, no intuito de irritar a officialidade do exercito. Essa noticia não differe da narrativa do *Manifesto*.

Como quer que seja, entretanto, o futuro historiador pasmará, sem duvida, ao verificar que, por ter sido preso durante poucos dias um official, cujo procedimento a autoridade superior com razão ou sem ella julgou irregular, o exercito e a armada do Brasil insurgiram-se e vieram depôr na praça publica o ministro, que ordenara a prisão, o governo e as instituições, sendo logo depois banido o mesmo ministro.

O subsidio, que assim offerece o sr. Ottonio ás glorias da republica, é verdadeiro presente grego para ella e seus heróes, — supponho eu.

O sr. Christiano Ottoni, querendo transmittir á historia falsos boatos, já desmentidos pelos proprios que adréde os assoalharam, insiste em attribuir ao ministerio 7 de junho o pensamento de dividir o exercito, distribuindo os batalhões pelas provincias.

Disse no *Manifesto* e continúo a affirmar que o governo não teve tal pensamento, havendo unicamente expe-

dido ordem para o embarque do batalhão 22°, com destino ao Amazonas, pelas razões que então expuz e em vista de proposta do ajudante-general, o sr. Floriano Peixoto.

Diante de tal asseveração, nenhum homem prudente animar-se-hia a contestal-a sem exhibir provas. O sr. Ottoni porém, julga-se dispensado de apresental-as e declara cathegoricamente:

"A dispersão das forças começada a realizar-se foi o "que precipitou a explosão logo transformada em revolução politica (60); o projecto da dispersão das forças *foi tão no- "torio e teve tal começo de execução* que me espanta vel-o negado no *Manifesto* de Lisbôa."

Começo de execução. Em que consistiu? Na partida de um corpo, proposta pelo ajudante-general, que nunca foi suspeito ao exercito e quando a provincia do Amazonas não tinha guarnição sufficiente para o serviço, havendo na cidade do Rio de Janeiro tropa de mais para ella!

Notoriedade do plano. O que é notorio, desde os primeiros dias da revolução, o que o sr. Ottoni e toda a gente sabem, pois o publicaram jornaes geralmente lidos, é ter sido a noticia da ordem de embarque de outros batalhões propositalmente divulgada por um dos promotores da revolta, para o fim de irritar os animos e precipital-a, vangloriando-se elle mais tarde e sendo elogiado por esse ardil que se chegou a qualificar de *habil e patriotico estratagema de guerra*, o que prova, entre muitas cousas, ter a republica brasileira mudado tambem a significação dos termos.

Os proprios autores do boato confessam ter sido falso; o ajudante-general do exercito dá testemunho de que jámais se cogitara de semelhante medida; nos archivos publicos della se não encontra vestigio; mas o sr. Ottoni, mezes depois, na calma do gabinete, mui calculadamente, reproduz e registra a falsidade como subsidio á historia á qual pretende transmittil-o com a autoridade dos seus 80 annos, postos, titulos e commendas!

Pois bem! fosse elle veridico e ninguem daqui a alguns annos (como actualmente ninguem fóra do Brasil), ninguem dentre os nossos compatriotas deixará de sorprender-se, vendo a ordem de marcha de alguns corpos, disponiveis na capital, para provincias que careciam de seus serviços, considerada entre os motivos do *pronunciamento* que derrubou a monarchia constitucional representativa, para substituil-a

(60) Folheto, pagina 106.

pela dictadura militar! Mesmo hoje, sómente manifestarão sentimentos e linguagem diversos os que se proponham a especular, lisonjeando o exercito victorioso e omnipotente.

Ainda que no *Manifesto* já me occupasse de refutar as pretendidas queixas do exercito, a importancia do assumpto merece que accrescente alguma coisa ao que então disse e acabo de escrever. O sr. Ottoni destinou-lhe uma grande parte do folheto. Os desgostos da classe militar, aggravados pela attitude do gabinete de 7 de junho, são uma das causas principaes a que a posteridade deverá attribuir a revolta de 15 de novembro. Tal é o clamor dos interessados, a affirmativa em que insistem os militares e todos quantos pretendem as suas boas graças.

A historia, porém, que se caracteriza pela justiça e a imparcialidade não póde acolher o brado suspeito da classe, nem os embustes adréde inventados com affronta revoltante da verdade.

Apreciemos novamente os desgostos da classe militar e depois a attitude do gabinete de 7 de junho.

A politica influia entre os militares; o interesse partidario prevalecia sobre os seus direitos e não raro reclamava-se o seu concurso como instrumento nas lutas eleitoraes.

Si assim era, culpa não cabe ao governo nem aos chefes politicos, mas aos mesmos officiaes, que se alistavam nos partidos militantes. E' claro que ninguem se lembraria de confiar empreitadas eleitoraes a quem préviamente não as solicitasse, ou pelo menos não se mostrasse apto para o seu desempenho. Não tinham, portanto, direito de estranhar a sorte commum a todos os cidadãos de partilharem a bôa e a má fortuna da causa a que se filiavam.

Havia injustiça nas promoções? E' possivel, já o disse no *Manifesto*. A quem, entretanto, aproveitavam essas injustiças? Si algum capitão, major ou coronel era preterido, a outro capitão, major ou coronel tocava o accesso. A responsabilidade do facto cahia inteira sobre os chefes, que ageitavam informações, fés de officio, e documentos, ou sobre os proprios beneficiados, que haviam posto em jogo todos os meios ao alcance do seu interesse e ambição. Acaso algum bacharel em direito, engenheiro, medico ou lavrador, veiu jámais preéncher postos no exercito, em prejuizo dos que nelle militavam?

Para as suas fileiras, todas as classes forneceram poderosos contingentes sempre que a patria o reclamou. Ellas, porém, vinham quinhoar tão sómente os duros trabalhos de

campanha, os perigos e a morte no campo de batalha. Terminada a guerra, despiam a farda e voltavam a ganhar laboriosamente a vida nas artes uteis. Nenhum paisano ficou pertencendo á classe privilegiada, usurpando ahi os postos e os proventos, nem mesmo os que voltaram mutilados, ou mostrando em honrosas cicatrizes a bravura com que arrostaram o ferro inimigo.

Os demolidores, que affagavam a idéa da violencia e da conflagração do seu paiz, durante annos exploraram as queixas do exercito com toda a especie de tramas e insidias. Mas o sr. Ottoni, que viveu cincoenta annos no parlamento e na imprensa sem proferir palavra em apoio dessas arguições, apezar de major reformado, não tem o direito de offerecel-as á historia sem indicar onde, quando, e como se deram os factos que as justificam. Da classe militar, assim como da magistratura, do professorado, das lettras e do commercio, sahiam os homens mais eminentes para os mais altos cargos do Estado. Nunca foram excluidos os militares, quer das nomeações do governo, quer do voto popular.

No Senado, na Camara dos Deputados, no Conselho de Estado, na diplomacia, na administração, figuraram sempre diversas patentes do exercito e da armada. Graças á sabia constituição, que nos legaram nossos maiores, o merito era a chave unica que abria todas as portas para os militares como para os outros cidadãos, quaesquer que fossem a sua origem e proveniencia.

E, todavia, a classe militar era desconsiderada, a classe militar era opprimida e o gabinete 7 de junho augmentou a desconsideração, aggravou a oppressão!

Mas, o gabinete de 7 de junho se organizou com um marechal na pasta da guerra, com um almirante na pasta da marinha, sendo esse durante os primeiros mezes — *o unico capitulo de accusação*, em que rufaram como tambores incansaveis os actuaes ministros do governo provisorio, constituido pelo exercito e pela armada! O gabinete 7 de junho concedeu titulos e condecorações aos militares; collocou-os á frente das provincias como presidentes; removeu de Matto Grosso o general Deodoro e seu exercito, que alli se julgavam em disfarçado exilio; distribuiu commissões e pensões que ainda hoje aproveitam aos que o rodeiaram de canhões e bayonetas, ou o deixaram abandonado no momento supremo, a pretexto de que o sangue brasileiro devia ser poupado.

Sim, o sangue brasileiro devia e deve ser poupado! Mas não era brasileiro o sangue que vinham derramar os batalhões sublevados, si no campo da Acclamação encontrassem resistencia? Não eram brasileiros aquelles contra quem se conjuraram os corpos da 2ª Brigada e no interior dos quar-

teis, no silencio da noite, afiavam-se espadas e aprestavam-se lanternetas? Não eram brasileiros os ministros, que defendendo as instituições, nada mais faziam do que cumprir o seu dever? Não era brasileiro o velho imperador, que singrou os mares enfermo e alquebrado, sob os canhões do encouraçado *Riachuelo*, até que nos confins do horizonte se sumiu a ultima plaga da terra a que serviu durante meio seculo, dedicada e patrioticamente?!

Como devem ser reconhecidos os vindouros ao sr. Ottoni pelos subsidios que offerece á sua apreciação!

S. ex. silencioso e mudo tão longos annos, falla agora em oppressão do exercito, quando o exercito demittia chefes de policia, presidentes, ministerios, e a imprensa demagogica, entre applausos enthusiasticos, não cessava de celebrar os seus triumphos, sempre que entrava em luta com os poderes publicos. Ousa affirmar a oppressão do exercito, quando s. ex. mesmo relembra o fim tragico de Apulcho de Castro, e commemora a impunidade desse ostentoso assassinato, á luz do dia, numa das ruas mais publicas da capital do imperio, sob os olhos do proprio chefe de policia e a poucos passos da secretaria de estado, onde conferenciavam os membros do governo!

A oppressão vinha do exercito e ensaiou-se primeiro contra as leis e os depositarios da autoridade publica, para mais tarde estender-se sobre toda a nação.

Si alguma accusação procede contra o governo com relação ao exercito não é de rigor e oppressão, mas a de nimia condescendencia, moderação extrema e fraqueza inqualificavel. A verdade é que nenhuma classe foi jamais tão honrada, distinguida, cumulada de favores e vantagens, já pelo governo já pela legislação do paiz. Nenhuma goza e gozou em tempo algum de iguaes prerogativas e privilegios. A' classe militar pertenciam os genros e neto do imperador. O principe consorte com assidua actividade tomava parte nos seus trabalhos, consagrando-lhe toda a dedicação e solicitude. Nunca se mostrou nos actos solemnes senão trajando a farda de marechal, que honrara com mais de uma victoria á frente do nosso exercito.

Creia o sr. Ottoni, qualquer que seja hoje o poder da classe militar, não é digno do octogenario servidor da monarchia, e menos digno ainda é da historia, a consciente repetição de balellas forjadas pela cavillação dos que pretendiam agachar-se um dia debaixo das patronas da soldadesca sublevada, para assaltar o poder supremo, iniciando no Brasil os pronunciamentos militares, que felizmente tendiam a desapparecer da America.

Não são sinceros amigos do exercito os que se afadigam em proclamar que lhes sobravam razões e direito para o procedimento que teve no dia 15: querem tirar partido de seus resentimentos infundados a que a historia fará severa justiça.

Mal do exercito se deixar-se arrastar sempre por tão funestos conselhos! A sua verdadeira força, o seu prestigio, a sua garantia estão na disciplina, e o primeiro dever da disciplina é a obediencia, o respeito aos poderes legalmente constituidos. Só o povo, só a nação têm o direito de derrubal-os, de substituil-os, e a nação assistiu *bestializada* á revolta de 15 de novembro, na phrase de um daquelles a quem o exercito elevou ao poder, na ponta das bayonetas.

Não ha, em todos os paizes desta velha Europa, classe mais considerada do que a militar, exactamente porque se abstem de querer influir na direcção do Estado, timbrando na obediencia e acatamento á lei. Na propria Hespanha, onde era outr'ora instrumento de reacções politicas, o exercito comprehende hoje por diverso modo a natureza de sua missão nobilissima.

São recentes dous factos significativos que vou assignalar. Em reunião intima, na qual se achavam varios officiaes, o general francez Castex, respondendo a um *toast* que lhe fôra dirigido, alludiu ao facto de ter sido preterido numa promoção. Não attribuia a injustiça ao ministro da guerra, mas aos seus auxiliares. "O ministro é civil, disse o general, não conhece o exercito, e, por isso, muitas vezes é mal inspirado pelos que o cercam."

Um jornal da localidade deu noticia da occurrencia, que chegou ao conhecimento do governo. Immediatamente esse general foi submettido a conselho de disciplina, o qual *unanimemente* opinou fosse exonerado do seu commando e posto em disponibilidade. Assim se decidiu em 24 horas.

Na Hespanha, o general Daban dirigiu uma circular a varios officiaes, concitando-os a protestarem contra as arbitrariedades do governo que, no seu conceito, era infenso á classe militar. Publicada essa circular, sem demora o ministro da guerra infligiu ao autor a pena de dois mezes de prisão em uma fortaleza. O general Daban era senador. O gabinete communicou a resolução tomada ao senado, solicitando permissão para tornar effectiva a detenção do senador delinquente de crime militar.

Suscitou-se violento debate, sustentando alguns militares, tambem senadores, que o governo procedera irregularmente condemnando o general Daban, antes de ouvir o senado. Venceu o gabinete, votando a favor delle *varios generaes*. Daban seguiu para o presidio designado, porém foi

indultado logo depois. Durante a discussão o general Martinez Campos, um dos mais vehementes opposicionistas, declarou, que em hypothese alguma assumiria a responsabilidade de provocar uma sedição militar, por estar convencido de que a consciencia nacional e a maioria do proprio exercito a repelliriam sem remissão.

Confronte-se com isto o que aconteceu no Brasil. E ha quem sustente haver sido justa causa, para a substituição das instituições pela dictadura militar, a prisão por oito dias de um official encontrado em falta, e que no dia seguinte trouxe á imprensa publicação offensiva ao ministro que o prendera, a supposta ordem de marcha para a provincia de alguns corpos estacionados na capital e quejandas futilidades!!

Acautele-se o exercito contra amigos deste quilate.

Assignala o libellista, entre as causas de irritação do exercito, a reorganização da guarda nacional do municipio neutro, iniciada pelo ministerio de 7 de junho.

E' facil, porém, responder que a este respeito o exercito obedecia a sentimento bem diverso da inculcada *irritação*.

Effectivamente, allegou-se que elle — não digo bem — que a officialidade de alguns corpos aquartellados no Rio de Janeiro descobrira affronta, ou desconsideração, no facto de pretender o ministerio collocar a capital nas condições em que se achava todo o paiz.

A guarda nacional tinha chefes e estava alistada por toda a parte, menos na séde do governo.

Jamais houve luta entre a guarda nacional e o exercito, que viveram sempre na maior harmonia. A guarda nacional foi em todos os tempos e em todas as campanhas o mais prompto auxiliar da tropa de linha, seu principal contingente e efficaz reforço. Foi com ella que o exercito preencheu os quadros e augmentou as fileiras, quando chamado a combater pela ordem interna, ou pela defeza e honra nacionaes.

A maior guerra que sustentou o Brasil foi a do Paraguay. Quem formou o grosso das forças que alli pelejaram durante cinco annos? A guarda nacional, sobretudo da provincia do Rio Grande do Sul e os corpos de voluntarios da patria, que em todas se constituiram principalmente com os guardas nacionaes. A instituição não podia portanto ser odiosa á classe militar, antes grata e sympathica. Mas resolvida já a firmar seu dominio exclusivo, ella comprehendeu que si a milicia civica chegasse a receber a neces-

saria instrucção lhe offereceria seria resistencia no dia em que sahisse da legalidade. Cumpria impedil-o e dahi a explosão.

Por conseguinte, não foi a susceptibilidade do exercito que se melindrou, não foi o seu orgulho que se offendeu: quiz acautelar-se contra um perigo eventual, supprimir um obstaculo. Esta verdade o sr. Christiano Ottoni lobrigou-a quando escreveu: *fôra ingenuidade crer que a tropa de linha ameaçadora como se ostentava, esperasse a organização* (a da guarda nacional), *contra ella projectada* (61).

Assim, não eram o descontentamento ou a irritação que influiam no exercito, mas outras considerações que a historia apreciará com justiça, mórmente attendendo a que o governo provisorio, que destruiu tantas outras instituições do antigo regimen, deixou de pé a guarda nacional da côrte, em cuja officialidade avultam hoje homens da sua maior confiança, que o apoiam com enthusiasmo e aos quaes ha prodigalizado favores sem conta.

Diga-se que o alludido acto do ministerio exprimia uma previsão, uma cautela, *logica e licita*, confessa o meu accusador, e eu não o contestarei; que traduzisse ameaça, absolutamente o nego. Em tal caso, tão inepto não seria o governo que entregasse a direcção superior dessa força e sua instrucção a officiaes do exercito e nas arrecadações deste depositasse o armamento que a ella destinava.

Estranha o sr. Christiano Ottoni que houvesse eu affirmado no *Manifesto* a *ingenuidade* de não acreditar até á ultima hora na possibilidade de uma sublevação militar e perturbação da ordem publica, á vista dos antecedentes conhecidos do exercito. Essa ingenuidade, segundo pensa, provaria da minha parte completa inepcia. Si apparentei tranquillidade de espirito, collocando-me na posição do capitão que diz *eu não cuidei*, — foi por faltar-me a *dignidade dos vencidos* para dizer: *victrix causa diis placuit, sed victa Catoni !*

"A verdade, continúa s. ex., é que occupando-me pri-
" meiramente das eleições, só quando as julguei seguras,
" quiz acautelar-me contra o exercito, que bem sabia estar
" prestes a levantar-se, mas era tarde."

E a prova de que tinha plena consciencia do perigo, o sr. Ottoni a descobre na carta, que me dirigiu o comman-

---

(61) Folheto, pagina 105.

dante da 2ª Brigada, relativamente ao embarque do batalhão 22, publicada no *Manifesto* (62).

Irei por partes, recordando antes de tudo o que escrevi. Não declarei que tivera a ingenuidade de convencer-me, até á ultima hora, da impossibilidade de actos de indisciplina e insubordinação da força armada; mas sim a de suppôr que não estava, nem podia estar *imminente* tão grave successo, qual o de virem exercito e marinha depôr na praça publica o governo legal, e as instituições fundamentaes do paiz.

E, — accrescentei, — em todo o caso confiava que entre as forças arregimentadas não me faltariam elementos para, em um conflicto, que de modo algum provocara, manter a autoridade e desaggravar a lei.

Pronunciando-me por esse modo, enumerei as razões em que me fundava para assim pensar, não só em referencia a uma parte do exercito, aos corpos policiaes da capital e de Nictheroy, sob a direcção de commandantes em cuja dedicação devia o governo descançar, como relativamente á marinha que jamais registrara em seus annaes um acto de rebeldia, accrescendo a circumstancia de que motivos especiaes me autorizavam a contar com o seu apoio. Sem immodestia posso dizel-o: nenhum homem publico fizera no Brasil mais pela corporação da armada do que o chefe do gabinete de 7 de junho.

Taes são as affirmações do *Manifesto*. Não é logico, nem leal destacar de longo escripto palavras ou trechos isolados e dahi concluir para o pensamento nelle expresso.

A minha ingenuidade, pois, consistiu na convicção de que uma revolução e revolução militar, especialmente, não explode sem motivos serios e graves; que não pode ser razoavelmente considerado inimigo de uma classe quem não a persegue, nem exautora, ao contrario, fizera já e fazia quanto estava a seu alcance em beneficio dessa classe, e, por ultimo, que em paiz civilizado todo o governo legal, honesto e patriotico, encontrará quem o auxilie na defeza da ordem e das instituições. A minha ingenuidade, numa palavra, consistiu em acreditar que no momento de perigo, não seria o governo o unico a cumprir o seu dever.

E' isto inepcia? Resigno-me ao qualificativo; não, porém antes de pedir aos meus concidadãos, aos contemporaneos e á historia que respondam ás seguintes interrogações:

Podia e devia o governo suspeitar que, por exemplo, sem embargo da ordem expressa e terminante, o corpo policial, quasi tão numeroso elle sómente como todos os

---

(62) Folheto, pagina 69, 92, 93, 94, 98, 106.

outros corpos do exercito aquartelados na cidade, e sob o commando de official, que por suas relações de familia e antecedentes era contado, ufanando-se de o ser, não só entre os mais dedicados adeptos da monarchia, para cujos representantes era *personna gratissima,* mas entre os mais sinceros e reconhecidos amigos do gabinete, podia suspeitar que o corpo policial marchasse para o campo em que devia combater sem espadas afiadas e com as espingardas descarregadas, bandeando-se ao simples aspecto do marechal sublevado?

Podia suspeitar que um general encanecido no serviço, já depois de haver garantido aos revoltosos o seu concurso, com elles feito havia dias, se apresentasse no Quartel General entre os defensores do governo e deste acceitasse, na hora critica, o commando de uma columna, protestando que cumpriria o seu dever, para momentos depois collocal-a sob as ordens do chefe inimigo?

Devia admittir a possibilidade de que o ajudante-general do exercito, o primeiro auxiliar do governo, no gozo da mais illimitada confiança e de toda a benevolencia, que podia dispensar-lhe o mesmo governo, o ajudante-general (que seria o ministro da guerra si o sr. visconde de Maracajú insistisse no pedido de demissão) ainda no dia 13 escrevesse ao ministro da justiça: *não dê importancia ao que por ahi se trama; confie na lealdade dos chefes;* na tarde de 14 dissesse ao mencionado visconde de Maracajú: *espero tranquillizar os animos com as providencias tomadas e outras;* e na madrugada da revolta, a mim proprio, tranquillizasse sobre a efficacia da resistencia, quando desde aquelle dia 13 fôra prevenido pelo marechal Deodoro da resolução que sete tomara?

Muitas outras interrogações suggerir-me-hiam innumeros factos revelados em publicações posteriores pelos agentes da sublevação e devera sujeital-as aos que houverem de julgar o ministerio de 7 de junho.

Contento-me, entretanto, com as que deixo exaradas. Si foi inepcia não alimentar duvidas semelhantes, e ainda mais não proceder sob a influencia dellas, eu fui grandemente inepto.

O que foram os outros, não quero nem me importa sabel-o; o sr. Christiano Ottoni procederia por outra forma, creio. Questão de temperamento. Pela minha parte agradeço a Deus o que me deu.

E' possivel que o *pronunciamento abortasse,* si no dia 14, ao conceber as primeiras suspeitas sobre a imminencia da crise, houvesse tomado medidas de rigor. Bastaria talvez mandar prender os que pudessem capitaneal-o e dissolver os

corpos da 2ª Brigada. *Só receiavamos*, disse-me na prisão um official de cavallaria, *só receiavamos um golpe de audacia*, na vespera. Mas além de que taes medidas excediam a minha competencia, e, ministro constitucional, não podia affastar-me da lei senão quando, em presença de successos gravissimos, me convencesse de que a salvação publica corria perigo, não sei se encontraria quem cumprisse as minhas ordens. Na manhã do dia 15 fui desobedecido, embora me conservasse no terreno mais strictamente legal. As revelações depois feitas de factos então desconhecidos mostram a toda luz, que esse tentamen seria baldado, e magnifico pretexto teria eu então fornecido para a justificação dos excessos commettidos, que hoje se procura explicar por meio de queixas imaginarias.

Não me peza a consciencia de não havel-o feito. Circumstancias ha na vida em que mil vezes preferivel é ser vencido, ainda mesmo correndo o risco da qualificação de inepto.

Honram inepcias dessa ordem. Emilio Castellar, chefe do poder executivo de uma republica, poderia tel-a salvado a 2 de janeiro de 1874, dando um golpe de estado, como aconselhava o commandante militar de Madrid, general Pavia, que punha á sua disposição os meios necessarios, respondendo pelo successo. Quiz antes ser vencido do que, como disse, *sacrificar um atomo da legalidade*.

E' que o illustre democrata hespanhol não pensa como o democrata brasileiro Christiano que o triumpho converte o rebelde em benemerito da patria, e o attentado em acto de heroismo, ainda que a victoria seja ganha contra os eternos principios da justiça e da liberdade!

Escreve o sr. Ottoni: "A proposito do embarque do batalhão 22 para o Amazonas transcreve elle (o visconde de "Ouro Preto) uma carta de 11 de novembro do barão do " Rio Apa, commandante da 2ª Brigada, carta em que se no-" tam os seguintes trechos;

"Acceitei de bom grado a responsabilidade que v. ex. e " o sr. ministro da guerra interino me fizeram pelo embarque " do 22: estou portanto desobrigado dessa responsabilidade."

" Logo temiam desobediencia do batalhão.

" Em seguida affirmando que todos os corpos são disci-" plinados, accrescenta: o governo que lhes dê chefes que "não queiram antepôr a popularidade á disciplina e verá " que o que digo é verdade."

" A insinuação aos commandantes, diz mais o sr. Ottoni, " é transparente. "

As phrases do sr. Rio Apa com as quaes o sr. Ottoni, fiel ao seu systema, argumenta, são immediatamente precedidas por este periodo:

" *Creia v. ex. que todos os corpos do exercito são disci-" plinados e que com elles o governo pode sempre contar.* "

Esse, porém, não vio, ou finge não ver o meu contendor, assim como o seguinte:

. . . .

. . . .

" A disciplina é uma religião para os soldados e elles " amam muito sua bandeira para darem-se em espectaculo " triste á vista da população, desobedecendo ao seu governo."

Logo, o proprio documento invocado pelo libellista e o facto a que elle se refere deveriam convencer o governo de que não eram dignos de fé os boatos, que até mim chegaram, de indisciplina e sublevação e cuja repressão confiei, sob sua responsabilidade, ao sr. barão do Rio Apa.

Propalara-se a noticia de que um batalhão de linha, cuja partida para a provincia do Amazonas fôra ordenada, em virtude de proposta do ajudante-general não cumpriria essa ordem. O governo incumbiu o sr. barão do Rio Apa de fazel-a executar, ainda á viva força; o embarque, porém, teve logar sem necessidade de qualquer esforço ou providencia, e o general informou:

" Effectuou-se hontem á hora determinada o embarque " do batalhão 22 de infanteria, *na melhor ordem*, não tendo " *havido a menor circumstancia que denotasse pouca vontade* " *no cumprimento da ordem do governo.*"

A noticia, portanto, era falsa; mero aleive o boato de indisciplina e querendo precaver o governo contra ballelas dessa especie, assegurava-lhe o general: "*O governo pode contar com todos os corpos do exercito; elles são disciplinados; a disciplina é a religião dos soldados, que não darão o espectaculo triste de desobedecer ao seu governo.*"

Verdade é que em uma das phrases que o sr. Ottoni apanhou, para sobre ella edificar o seu castello, poder-se-hia descobrir *insinuação* contra algum ou alguns commandantes de corpos.

" O governo, disse o sr. Apa, *que lhes dê chefes que não* "*queiram antepôr a popularidade á disciplina.*"

Portanto, podia-se suppôr que houvesse chefes capazes de sacrificar a disciplina por amor da popularidade.

Mas, quando assim fôra, em primeiro lugar porque desconfiaria o governo que em prejuizo seu fosse adquirida a popularidade a que aspiravam taes chefes, á custa da disciplina? Em segundo lugar, a supposição não podia recahir sobre a 1ª Brigada, porquanto, nessa mesma carta truncada pelo sr. Ottoni, o barão declarava *que todos os corpos da sua brigada eram muito disciplinados e cumpririam as ordens do governo*. Em terceiro lugar, finalmente, uma simples insinuação, arriscada a 11 de novembro, não podia prevalecer no animo do gabinete, diante da formal segurança, dada pelo ajudante-general dois dias depois, quando dizia: *confie na lealdade dos chefes, que já estão alerta.*

Conseguintemente, o documento com que o sr. Ottoni julga mostrar que o governo não podia ter a tranquillidade que apparentava, era de natureza a infundil-a, sinão existisse, e a fortalecer essa tranquillidade que aliás, repito, não consistia na crença da *impossibilidade* de uma sublevação militar, mas na convicção de que não podia ella estar imminente e na confiança de, si irrompesse, não lhe faltarem meios de combatel-a e suffocal-a.

Para terminar nesta parte, direi que o sr. Ottoni, no habito inveterado de affirmar quanto lhe vem á mente, sem a indispensavel verificação dos factos, declara que, preoccupado de preferencia com as eleições, só depois de contal-as ganhas, lembrei-me de reorganizar a guarda nacional, recurso licito, observa, porém, moroso. Não é isto exacto: si em um governo apenas de cinco mezes me occupei *principalmente de eleições*, diga-o o paiz inteiro, em cuja memoria deve estar ainda recente quanto fiz nesse curto periodo. Pelo que toca ás tardias providencias, relativamente á guarda nacional, lembrarei que o gabinete se organizou a 7 de junho e já a 13 de julho o illustrado ministro da justiça, conselheiro Candido de Oliveira, expedia o decreto n. 10.264, provendo sobre esse serviço.

Apreciando a marcha que me propuz seguir no governo escreve o sr. C. Ottoni (63):

"Para conjurar a evolução democratica, o programma de "reformas adiantadas em these era *logico;* mas nas circum- "stancias da occasião era inexequivel; custa crer que o não "reconhecesse a lucida intelligencia do visconde de Ouro "Preto. Toda a vez que avassala os animos uma ideia nova, " capaz de transformar a sociedade, é essa idéa que deve

---

(63) Folheto, paginas 69, 103.

" separar os pleiteantes, é a favor della ou contra ella que se
" disputa o poder. Monarchia ou republica devia ser o que
" se pleiteasse, *não a banalidade de partido da ordem e par-*
" *tido do progresso.*"

Attribuindo-me pensamento que não tive, increpa-me o sr. Ottoni por não haver tentado exactamente aquillo que procurei conseguir pelos unicos meios admissiveis!

Não formulei programma vasado nos antigos moldes do partido da ordem e partido do progresso; nem foi em nome dessa banalidade que pleiteei as eleições; apresentei largo programma de reformas democraticas, qual fôra approvado em congresso do meu partido e a cuja execução elle se compromettera.

Que objectivo visava eu propondo-me realizal-o? Disse-o francamente ao imperador ao ser convidado para incumbir-me do governo e não menos francamente revelei-o á nação, quando compareci perante ás camaras:

" Agita-se, ponderei eu, propaganda activa, cujos intuitos são a mudança da fórma de governo. E' precursora de grandes males, porque tenta expôr o paiz aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam ás suas condições e não podem fazer a sua felicidade. E' mistér não desprezar essa torrente de idéas falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecel-a, inutilizal-a, não deixando que se avolume. Os meios de conseguil-o não são os *da violencia* ou repressão; consistem simplesmente na demonstração pratica de que o actual systema de governo tem a elasticidade bastante para admittir a consagração dos principios mais adeantados, satisfazendo todas as exigencias da razão publica esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da Patria sem perturbação da paz interna, com que temos vivido durante tantos annos. Chegamos a esse resultado, emprehendendo com ousadia e *firmeza largas reformas na ordem politica, social e economica*, inspiradas na escola democratica; reforma que não devem ser adiadas, para não se tornarem improficuas; *o que hoje bastará amanhã talvez seja pouco*. Que reformas, porém eram essas? Apontei-as com igual clareza; a saber, na ordem politica:

"Plena autonomia das provincias e municipios;

Alargamento do direito de voto, admittido como prova de renda legal o facto de saber o cidadão ler e escrever;

Ampliação dos districtos eleitoraes;

Temporariedade do senado;

Liberdade de cultos e seus consectarios;

Effectividade de garantias ao direito de reunião.

Em outra ordem de interesses:

Reorganização do conselho de estado, constituindo-o corporação meramente administrativa;

Elaboração de um codigo civil;

Lei de terras, facilitando a acquisição, sem offensa do direito dos possuidores;

Conversão da divida externa;

Amortização do papel moeda;

Equilibrio da receita publica, com a despesa pelo menos ordinaria;

Maxima reducção possivel nos direitos de exportação;

Fundação de estabelecimentos de credito, principalmente de emissão e emprestimos hypothecarios."

Taes eram os meios, taes as armas com que pretendia contraminar a propaganda republicana e inutilizal-a, tirando-lhe toda a razão de ser.

Esses meios eram logicos, — diz o sr. Ottoni; e, portanto, acertados e efficazes, concluo eu. Ora, a sancção nacional para esses meios, expressa na maioria dos suffragios e a obtenção de collaboradores, que viessem auxiliar-me a pol-os em pratica, — foi a causa que disputei perante as urnas eleitoraes.

Como, pois, exproba-me o sr. Ottoni haver pleiteado perante ellas — *a banalidade dos antigos partidos da ordem e do progresso ? !*

Segundo erro meu foi, no pensar do sr. Ottoni (64) não ter promovido a transformação dos partidos. Diz elle:

" Collocasse-se o ministerio á frente dessa transformação;
" não teria camara unanime, mas havia de obter maioria, com a
" qual poderia *encetar a execução do programma.*"

A transformação, como a organização dos partidos, não se operam a arbitrio, ou á vontade de nenhum governo, e sim em nome de idéas, para a realização de principios e satisfação de grandes necessidades publicas. Não é por meio de conchavos, transacções, ou arranjos pessoaes, que os partidos se constituem ou se modificam. Por semelhantes meios podem associar-se grupos, tendo em vista um interesse commum, que aproveite a determinadas classes mais ou menos numerosas, porém nunca interesses nacionaes. Os partidos instituem-se e transformam-se pela conformidade de crenças e aspirações de ordem politica, social e economica.

(64) pag. 103.

Pois bem; as medidas que o ministerio 7 de junho pretendia consagrar na legislação, conferindo ao cidadão, ao municipio e á provincia a maior somma de iniciativa, liberdade e autonomia administrativa e politica, sem enfraquecimento do Estado, e, ao mesmo tempo, fomentando e desenvolvendo as fontes de riqueza do paiz, firmando e elevando o credito publico, não só eram as mais proprias para angariar a adhesão e o concurso de todos os que trabalhassem para dar maior expansão e força ao elemento democratico da Constituição do Imperio, mantida a monarchia, como garantia da integridade nacional, senão tambem satisfaziam o partido liberal que approvara essas idéas em solemne congresso de suas summidades.

Por outro lado, os conservadores adiantados, os que já se haviam convencido da impossibilidade de manter o *statu quo,* os que almejavam rasgar á politica *novos horizontes* e comprehendiam que para manter é preciso aperfeiçoar, coherentemente não podiam rejeital-as e bem o provam os *apoiados geraes* com que foi recebida a exposição do programma ministerial na Camara dos Deputados, em que aquelle partido contava immensa maioria (65).

Tal programma sómente poderia encontrar opposição da parte dos emperrados, que formavam a velha guarda conservadora e dos republicanos intransigentes e soffregos. Daquelles, porque viriam essas reformas aniquilar a centralização politica e administrativa e os meios de compressão e arroxo, que lhes deram tão longos annos de poder, e mediante os quaes defendel-o-hiam quando de novo chamados á direcção do Estado; dos republicanos, exaltados e impacientes, porque mostrariam a desnecessidade de derrubar a monarchia para que a nação reconquistasse o governo pleno de si mesma, sem o abalo e os perigos de uma mudança radical do systema, sob o qual se desenvolveu e prosperou, gozando de plena paz interna e de consideração sempre crescente das potencias estrangeiras, no decurso de quasi cincoenta annos.

Os proprios republicanos, que protestavam não pretender a mudança das instituições por meios violentos, e tão somente pela evolução natural dos acontecimentos, pela marcha progressiva do espirito publico, não teriam, em boa fé, motivo plausivel para combater o programma ministerial.

Sua realização importaria um triumpho para os principios democraticos, que assim mais facilmente seriam levados aos ultimos desenvolvimentos, si a maioria da nação realmente estava, como allegavam, divorciada da monarchia.

---

(65) Sessão de 11 de junho de 1889.

Portanto, o ministerio hasteara uma bandeira, a cuja sombra poder-se-hiam acolher todos aquelles que não pertencessem ás fileiras republicanas, programma que entre esses mesmos devia encontrar sympathias de quantos não preferissem á essencia de um governo a sua forma, ingenuamente acreditando que a nação é livre só por denominar-se *republica* e ter um chefe periodicamente eleito, embora seja a eleição falseada e disponha o chefe de poderes discricionarios.

Si programma havia que naturalmente podesse influir para a transformação dos partidos e principalmente dos partidos constitucionaes, esse programma era o do gabinete a que presidi. Si transformação não houve, culpa não foi seguramente do governo. Com effeito, qual o procedimento dos conservadores, sem embargo dos applausos fervorosos ao presidente do conselho, na exposição de sua doutrina?

A esses applausos seguio-se uma moção de desconfiança, que a maioria em pezo votou, fazendo sentir ao ministerio que entre elle e essa maioria nenhuma approximação era possivel: um repto de morte. Poucos dias depois surgio na imprensa o orgão do partido *A Nação*, que desde logo rompeu na mais crua hostilidade contra o ministerio, declarando negar-lhe pão e agua, ar e luz. Hostilidade que não irrompeu só contra o gabinete e seus delegados, manifestando-se talvez ainda com maior vehemencia contra as medidas que elle procurava tomar no exclusivo interesse da ordem publica, e que tanto aproveitavam ao governo como aos seus adversarios constitucionaes.

Nenhuma folha atacou com mais vehemencia a reorganização da guarda nacional, por exemplo, do que o orgão do partido conservador, — aliás inspirado e redigido pelos prohomens da situação decahida e por ex-ministros do gabinete demissionario, isto é, os mesmos estadistas que poucos dias antes haviam lutado com as maiores difficuldades e curtido as mais pungentes humilhações, por falta de uma força organizada que não pertencesse ao exercito. Esqueceram-se logo de que não foram victimas do exercito, graças unicamente, como o disse já, ao derivativo da expedição de Matto Grosso, que, com sacrificio consideravel do Thesouro, proporcionou mando e commissões rendosas aos mais irrequietos e turbulentos!

Mas, ainda não ficou aqui.

Nas eleições em que se jogava a sorte das instituições, os conservadores por toda parte auxiliaram os candidatos republicanos, em detrimento dos liberaes. O sr. Christiano Ottoni nega-o; mas s. ex. contraria assim o que está na consciencia publica, o que é notorio, o que o paiz presenciou. *Bater o governo a todo o custo*, ainda em beneficio dos can-

didatos republicanos, tal foi a senha de combate dada pelos chefes mais proeminentes, tal a manobra executada em todos os districtos.

Os amigos do governo, ao envez disto, não hesitaram em apoiar o candidato monarchista, onde quer que este em segundo escrutinio entrou em concurrencia com o republicano.

Esta é a verdade; e todavia o sr. Ottoni inculpa-me de não me haver collocado á frente da transformação dos partidos!

Mas que outros meios, além de um programma que os conservadores podessem e devessem acceitar, que norma diversa de acção entende s. ex. que cumpria ao governo adoptar, para congregar em torno de si os adeptos da monarchia, pertencentes aos dous partidos?

Indica-o o sr. Ottoni nestes termos:

"Collocasse-se o ministerio á frente dessa transforma-
" ção; não teria camara unanime: mas havia de obter maioria
" com a qual poderia *encetar a execução do programma. E os*
" *republicanos occupando 1/4 ou 1/5 dos assentos da camara*
"*não pensariam em meios violentos.*"

S. ex. não completou o seu pensamento, mas é facil atinar com elle. O sr. Ottoni queria que o governo tivesse maioria contra um quarto ou um quinto de deputados republicanos, isto é, 25 a 31, pois que a Camara se compunha de 125. Que quinhão reservava s. ex. aos conservadores? Outro quarto ou quinto, isto é, 25 a 31 deputados desse lado, porque não deviam merecer menos que os republicanos. Assim, em uma hypothese, a do quarto, colligados os dous adversarios, conservadores e republicanos, não teria o governo maioria, porque um dos seus amigos deveria necessariamente occupar a presidencia, que não vota, salvo o caso de empate. Opposicionistas e governistas regimentariam forças iguaes.

Na do quinto, e dada a colisão, o governo teria 25 votos a mais, o que realmente constitue maioria com que já se póde atravessar uma sessão, mas em caso algum fazer adoptar reformas importantes, especialmente com a urgencia requerida pelas que o ministerio tentava realizar. Convir-lhe-hia uma unica hypothese, a de alliarem-se a si os conservadores: nesse caso, os 25 ou 31 republicanos poderiam dar-lhe trabalho, mas não suscitar embaraços inamoviveis. Quem conhece a indole dos antigos partidos acreditará que podendo os conservadores, unidos aos republicanos, derrubar um mi-

nisterio liberal (e conseguil-o-hiam protelando apenas as reformas) deixassem de fazel-o, resignando-se a perder o ensejo de readquirir talvez o poder, para nelle fortalecerem os adversarios? Ninguem o crê, salvo o sr. Ottoni, que em politica nunca passou de simples amador.

Mas, querendo fazer a s. ex. todas as concessões, acceito a hypothese. Os conservadores eleitos, sob os auspicios do governo, viriam auxilial-o. Ora, com esse apoio, o que obteria o governo, segundo o plano do sr. Ottoni? *Habilitar-se-hia a encetar a execução do programma,* — vantagem que não satisfazia o ministerio, porque elle não tinha em vista e nem precisava *encetar* sómente a execução do programma, mas *executal-o* integralmente, no menor prazo possivel, sem delongas, que as circumstancias não comportavam.

Demais, seria impraticavel, visto como por muito immediata e directamente que o governo quizesse e podesse intervir no pleito eleitoral, não disporia a seu talante dos diversos districtos para distribuil-os pelos representantes dos partidos, á razão de um quarto ou quinto para os opposicionistas, reservando o resto para si, á guiza de divisão de lucros numa sociedade em conta de participação. Seria tambem incompativel com a dignidade do governo e do eleitorado, com a hombridade dos partidos e dos proprios candidatos preferidos. O plano do sr. Ottoni, numa palavra, seria inepto.

Em verdade, porque motivo ou com que interesse, no caso de poder previamente designar os futuros deputados, deveria preferir ao correligionario, que lhe prestaria serviços dedicados, o adversario, monarchista ou não, do qual, na melhor hypothese, não poderia esperar senão tolerancia, que lhe permittisse encetar a *execução do seu programma?*

Tão extravagante idéa nem merecia discussão.

O ministerio 7 de junho collocou-se na attitude imperiosamente imposta a qualquer governo, que tem consciencia dos seus deveres, pela propria responsabilidade que assume. Respeitou as deliberações do partido liberal, que em todas as provincias pleiteou as eleições, dirigido pelos chefes antigos e naturaes; não cogitou de saber como, por sua parte, fariam a campanha os conservadores ou os republicanos, não os embaraçou no emprego dos recursos de que dispunham. Não foi, porém, e nem podia ser indifferente á luta; não a viu travar-se como simples espectador; procedeu como era do seu direito e dever. Esforçou-se por angariar as sympathias e a confiança publica; inspirou e aconselhou os seus amigos, onde e sempre que o entendeu necessario á causa commum, dando-lhes todo o apoio moral que lhe era licito dispensar-lhes.

O governo queria viver para levar a effeito uma obra patriotica e não suicidar-se. Não recorreu á força, nem á violencia, nem á fraude, e nem seus correligionarios o fizeram. As eleições correram em plena paz, sem protestos, sem prisões, sem o menor disturbio, sem movimento de tropa. Tiveram os adversarios a mais ampla liberdade de acção, todas as garantias que as leis asseguravam. Nunca houve eleição mais pacifica, mais calma, menos complicada de duplicatas, e que menor numero de reclamações suscitasse. O triumpho foi completo e esplendido. Eis como apreciou esse resultado observador insuspeito:

"Qualquer que fosse o gráo de discordancias, que viessem "a surgir nas fileiras liberaes em razão do programma da au- "tonomia das provincias, — o qual teria de achar tenaz resis- "tencia nas tendencias federalistas, — *o triumpho ministerial* "*estava perfeitamente assegurado. O governo era invencivel* "*no parlamento* (66)."

Em vez disto, queria o sr. Ottoni que o ministerio se esforçasse por organizar uma Camara, cuja maioria o habilitasse apenas a *encetar a execução do programma*! Ainda aqui revelam-se os sentimentos com que ha tantos annos me distingue o sr. Christiano.

Mas, continúa s. ex.: "O meio empregado para obter esse triumpho foi simplesmente a corrupção em larga escala. Corrupção na enorme derrama de titulos, condecorações e patentes da guarda nacional. Corrupção espalhando dinheiros a mãos cheias, sob pretexto de auxilios á lavoura. Corrupção no emprego de fundos secretos (67)."

Analysarei cada um dos meios de corrupção enumerados pelo sr. Ottoni, ainda que o primeiro e o terceiro sejam verdadeiras banalidades, que bem poderia deixar sem resposta.

Corrupção eleitoral, graças aos fundos *secretos* da policia, por meio de mercês honorificas, imputação é que no Brasil soffreram todos os governos. Quando não a articulavam contra os ministros, não ficavam illesos os presidentes de provincia. Logar commum a que se soccorrem todos os descontentes. Todavia ainda neste ponto acompanharei o libellista.

Effectivamente, o ministerio 7 de junho, antes e depois das eleições de 31 de agosto do anno passado, conferio alguns

---

(66) *Jornal do Commercio* de 2 de janeiro de 1890. Retrospecto de 1889, Brasil.

(67) *Folheto*, pág. 104.

titulos e condecorações e preencheu postos da guarda nacional, estes principalmente no Municipio Neutro, onde essa milicia deixara de ser reorganizada de accordo com a ultima lei.

Taes despachos, entretanto, a quem aproveitavam? Os de postos da guarda nacional a amigos do governo, muitos dos quaes os das provincias, — foram apenas reintegrados, porque eram antigos officiaes illegalmente destituidos pelos conservadores.

Quanto aos titulos e condecorações, foram dados na maior parte a homens distinctos do partido liberal, sendo tambem contemplados officiaes do exercito e da armada, assim como alguns conservadores.

A razão da preferencia vinha da desigualdade que sempre houve na distribuição de graças entre os dois partidos. Em regra, o titular ou o cidadão condecorado no Brasil pertencia ás fileiras conservadoras (o sr. C. Ottoni era uma das raras excepções), o que servia de argumento para attribuir-se á corôa mais sympathias por um partido do que por outro. Entendi destruir tal prevenção.

Ora, todos comprehendem que partidarios firmes e dedicados, promptos sempre para todos os sacrificios, batalhadores incançaveis nas lutas eleitoraes, não careciam do estimulo de um titulo ou condecoração, para apoiarem o governo na que se ferio a 31 de agosto de 1889. Nem se deixariam corromper por esse ou quaesquer outros meios cogitados e não cogitados.

Pois o sr. Ottoni julga que os nossos collegas e meus particulares amigos Ignacio Martins e Lima Duarte, por exemplo, concorreram para o triumpho do partido porque obtiveram o titulo de visconde? Pois na provincia do Espirito Santo, Alpheu Monjardim (a quem s. ex. principalmente deveu a cadeira que occupou no Senado), no Rio de Janeiro, Valdetaro, Souza Ferreira, Rufino Furtado; em Minas, os Sant'Anna, Teixeira de Carvalho, Justo Maciel, Fidelis, Diniz, Moreira da Costa, Americo Luz, Monte Mario, Itatyaia, Saramenha, só *corrompidos* por mim teriam sido fieis ao partido a que pertenciam e procederiam como em todos os tempos e sob todos os governos procederam?! Tambem deixar-se-hia corromper seu sobrinho, o respeitavel magistrado Carlos Ottoni? Suppôr que cavalheiros tão dignos,—e muitos outros de igual merecimento podera eu citar, — renderam-se ás captações do governo, é irrogar-lhes uma calumnia, repellida por longo e honroso passado e pagar com a mais negra ingratidão favores recebidos.

Deixar-se-hiam do mesmo modo corromper e votariam por esse motivo nos candidatos do partido liberal os officiaes do exercito e da armada, que poucos dias depois depozeram o mi-

nisterio e a monarchia, ou conservadores da ordem de um Taunay, Guahy, Oliveira Fausto, Mendonça, do Rio Grande, e outros agraciados pelo ministerio 7 de junho?

O sr. Ottoni foi já obrigado a confessar que escreveu ás pressas o seu folheto, naturalmente porque urgia significar ao governo provisorio que se achava á sua disposição. E' de presumir, pois, que se chegar a publicar segunda edição eliminará della tamanha descahida, senão por amor á verdade; ao menos para melhor defender a opinião que sustenta.

No intuito de prejudicar o ministerio 7 de junho, s. ex. não advertiu nesta grande incoherencia: si alguns titulos e condecorações produziram o extraordinario effeito da victoria do governo em todas as provincias, a nação brasileira não é tão republicana como o sr. Ottoni pretendeu inculcar e demonstrar nesse mesmo folheto.

Corrupção pelos dinheiros espalhados a mãos cheias, sob pretexto de auxilios á lavoura. Os auxilios á lavoura aproveitaram, accrescenta o sr. Ottoni, *principalmente aos commissarios alguns dos quaes arrecadaram dividas, já reputadas incobraveis: esses, em geral, deixaram de dizer-se republicanos.*

Não sei si commissarios houve, que deixaram de dizer-se republicanos pelo facto de se terem aproveitado dos emprestimos autorizados pelo governo; mas si assim aconteceu, o sr. C. Ottoni, denunciando-o, fornece mais provas contra os seus proprios assertos, porquanto dahi se vê que a republica não tinha por si as convicções desinteressadas, sinceras e profundas que s. ex. procurou assignalar para regosijo do governo provisorio.

Não sei tão pouco si os auxilios á lavoura *aproveitaram principalmente aos commissarios;* o que sei é que, ainda verificado o caso, com elles lucrou a lavoura, exonerada por esse modo dos juros elevados percebidos pelos commissarios, os quaes, tendo á sua disposição as quantias que cobravam, habilitavam-se a realizar novos emprestimos auxiliando outros agricultores.

Não sei, por ultimo, si se commetteram abusos na execução das medidas adoptadas pelo governo, não em auxilio da lavoura simplesmente, mas do Estado tambem, pois da lavoura aufere a maior parte da sua renda e tinha maximo interesse em que ella não diminuisse; o que sei e ninguem ousará contestal-o é que o governo adoptou todas as medidas possiveis para evitar que se abusasse.

Devo dizel-o, visto offerecer-se-me ensejo: o meio de que se serviu o ministerio 7 de junho para pôr um para-

deiro ao descalabro em que ia a lavoura, não constituia o plano que julgava preferivel e mais tarde executaria, para fomentar e desenvolver o credito territorial e agricola.

Foi simplesmente um recurso de occasião, o unico de que no momento podia lançar mão. O ministerio não podia improvisar estabelecimentos de credito territorial, maxime em falta de lei que lhe facultasse as medidas necessarias. Estas dependiam do voto legislativo e eram de sua natureza morosas. Cumpria agir de prompto, com os instrumentos que encontrara, ou podia com brevidade apparelhar. O plano do governo, por meio do qual esperava abrir á lavoura e industrias auxiliares nova éra, consta de projectos que deixou quasi concluidos. O sr. Ottoni, poderá ter noticias delles solicitando-as dos srs. barão de Paranapiacaba e dr. Honorio Ribeiro. Esses projectos deviam ser apresentados ás Camaras, logo no começo das sessões.

Serviu-se, pois, o governo dos meios que tinha á sua disposição; delles utilizou-se tomando todas as precauções para prevenir abusos.

Não falando na honorabilidade das directorias com quem contractou, já por si garantia de fiel execução do seu pensamento, foram nomeados para fiscalizarem as operações com a lavoura cavalheiros acima de qualquer excepção, habilitados por seus conhecimentos theoricos e praticos a bem encaminhal-as; expediram-se instrucções regulando a celebração dos contractos; para estes estatuiram-se normas e modelos; mandou-se que fossem preteridas formalidades inuteis, dispensaram-se diligencias dispendiosas e demoradas e a tudo deu-se a mais ampla publicidade, de modo que chegasse ao conhecimento de todos os interessados (68).

Em resumo, praticou o governo tudo quanto estava a seu alcance para que os auxilios aproveitassem *principal, di-*

---

(68) Vejam-se as *Instrucções* para os fiscos datadas de 5 de junho, os *Avisos* de 11, 12, e 19 desse mez, a circular de 8 de agosto, acompanhada dos modelos para a proposta e processo dos emprestimos sob hypotheca e penhor agricola, muito mais simples do que os usados nos estabelecimentos bancarios, e, todavia, contendo todas as condições de segurança; os avisos dessa mesma data, assim como os de 10, 22, 24 e 28 do referido mez de agosto, e 30 de setembro, contendo novas instrucções modelos e normas, os de 4 e 31 de outubro, 8 de novembro, solvendo duvidas, estabelecendo doutrina. Fiz ainda preparar e imprimir um indice ou repertorio alphabetico de todas as providencias tomadas, assim como de tudo quanto aos interessados convinha saber.

Pois bem! todo este trabalho, anterior e posterior ás eleições, não foi mais aos olhos do sr. Ottoni do que um estratagema para vencel-as, comprando a lavoura e os commissarios! Que lhe agradeçam o bom conceito!

recta e immediatamente á lavoura. Dado que de taes elementos não soube ou não quiz ella tirar toda a vantagem possivel, culpa não foi do ministerio.

Todo esse esforço, tamanho trabalho visavam acaso a *corrupção* para vencer eleições, como escreveu o sr. Ottoni? Tal é o ponto essencial da arguição, que convem elucidar. Posso felizmente oppôr-lhe resposta peremptoria e cabal. Quando um anno antes o meu antecessor na presidencia do conselho e na pasta da Fazenda, me consultou e aos srs. conselheiros d'Estado Lafayette e visconde do Cruzeiro sobre o que de prompto poderia fazer, em beneficio da lavoura, cujas difficuldades aggravavam-se de dia em dia, ameaçando de grande desfalque a renda do Estado, o parecer que lhe demos foi exactamente o que executei no governo.

Pela mniha parte disse-lhe: "Não se limite a destinar para tal emprego pequenas sommas; applique o mais que pudér; alargue os auxilios, contraia para isso emprestimos, sendo preciso; irei defendel-o na tribuna do Senado, assumindo a responsabilidade do que nesse sentido fizer."

Pois bem; será aó menos sensato suppôr e affirmar que em 1888, achando-se os meus adversarios politicos em toda a pujança do seu poder, assegurando-lhes tudo longo dominio, — cogitasse eu de meios corruptores para vencer eleições, numa situação por mim presidida e cujo advento a ninguem então se affigurava proximo?!

Com que direito, com que fundamento, pois, attribue-se a intuitos inconfessaveis o ter eu praticado no governo aquillo que no interesse do paiz já aconselhava na opposição?

Apreciem os homens honestos e justos a imparcialidade e a indefectivel rectidão do sr. Ottoni.

Corrupção pelo emprego dos fundos secretos. Pensa o sr. Ottoni que não se póde vencer eleições, sem o emprego dos fundos secretos da policia, porquanto em seu folheto capitula essa accusação contra todos os governos.

Não perderei tempo em pedir as provas de semelhante asserto, relativamente ao ministerio 7 de junho, porque S. Ex. préviamente se dispensou de apresental-as com a seguinte evasiva, que tambem submetto á apreciação dos homens sérios:

"Os fundos secretos... são secretos, *mas os que a este respeito por ventura me contestarem, hão de rir-se uns para os outros como os augures romanos* (69)."

Bem se vê que subsidios de tal natureza fornecidos á historia convertel-a-hiam em repositorio de diffamação e de calumnias despresiveis!

Não me contentarei de contrapôr á asseveração do libellista a mais franca e cathegoria negativa, dizendo-lhe: é uma falsidade. Tornarei patente a inanidade e a inepcia da arguição.

Sabem todos que o orçamento do imperio destinava ás despesas secretas da policia a quantia relativamente insignificante de 100:000$, parte da qual era distribuida ás provincias; sabem que pela verba secreta corriam, além dos gastos que indispensavelmente exigem as medidas de segurança publica, gratificações a agentes e autoridades subalternas, transportes, etc.; sabem ainda que o ministerio 7 de junho subio ao poder quando o exercicio financeiro ia quasi em meio, e, por conseguinte, quando já estava consumida grande parte daquella somma.

Eis ahi os recursos com que o sr. C. Ottoni affirma ter o governo corrompido o eleitorado de todo o paiz! Isto é simplesmente irrisorio.

No conceito do sr. Ottoni, o ministerio 7 de junho desmoralizou-se por tres causas que assim enumera:

1.ª Imposição a que me submetti, ao constituil-o;

2.ª Divergencia logo ao nascer com correligionarios importantes;

3.ª Natureza dos meios com que venceu as eleições.

Dahi a fraqueza que, na hora critica, lhe impossibilitou a resistencia (70). Do terceiro destes postulados acabo de tratar; occupar-me-hei dos precedentes.

Acerca do primeiro, s. ex. assim se exprime:

"Levou (o presidente do Conselho) a Petropolis a sua "lista de seis amigos politicos com elle solidarios: e lá, na ul-"tima hora, alta noite, exigio a Côrte a eliminação de dois e "a admissão para a pasta da guerra do marechal barão de

---

(69) Pag. 104.
(70) Pag. 106.

"Maracajú e para a de marinha do vice-almirante barão do "Ladario (71)."

Em seguida accrescenta:

"As circumstancias eram muito graves e a Côrte andava "já muito assustada para poder pensar em influencias pala- "cianas. Pelo contrario: o imperador entregou-se em tudo "ao visconde de Ouro Preto, que *governou sem peia al- "guma* (72)."

Portanto, quem exigiu a eliminação de dois nomes por mim apresentados não foi o imperador, *que a mim se entregou em tudo,* diz o sr. Ottoni, *não me opponho peia alguma.* S. M. não está comprehendido na *Côrte* donde partiu a exigencia; menos ainda a virtuosa imperatriz, que nunca se envolveu em negocios publicos.

Quem formava essa Côrte, pois? A quem allude o sr. Ottoni? Aos semanarios que estavam de serviço, certamente não. Eram estes os srs. conde de Carapebús, camarista, barão de Muritiba, veador, e conde de Motta Maia, medico, cavalheiros que nem se occuparam jamais de politica, nem tinham commigo relações que explicassem ou autorizassem aberturas, confidencias ou combinações acerca da organização do gabinete. E' bem provavel que somente a conhecessem, depois de publicada pelos jornaes.

Evidentemente o sr. Ottoni, empregando a palavra *Côrte,* quiz alludir á serenissima princeza imperial e a S. A. R. o sr. conde d'Eu, porque dos jovens principes um estava em viagem, outro absorvido pela sua mineralogia e os seus quadros, e os demais pelos primeiros estudos e os brinquedos. E, de facto, na occasião se disse, que de tal origem proviera a indicação dos dous ministros militares. E' isto pura falsidade.

Os srs. condes d'Eu nenhuma intervenção absolutamente tiveram na organização do ministerio 7 de junho. Della foram informados por mim, depois de feita, cerca de 10 para 11 horas da noite. De mim ouviram SS. AA. o nome dos novos ministros. Expuz com toda a fidelidade os incidentes da organização, quando apresentei o ministerio ás Camaras, nos seguintes termos que reproduzirei:

"Cabe-me declarar tambem á Camara que, tendo acceitado a missão de que assim era incumbido (a organização do ministerio) S. Magestade perguntou-me si já havia pensado nos

---

(71) Pag. 100.

(72) Pag. 100, *in fine.*

nomes dos companheiros que escolheria. Respondi que não cogitara ainda disso, mas podia de momento indicar os amigos, cujo concurso acreditava não me seria negado. Declinei 10 ou 12, e tenho a satisfacção de affirmar que nenhum delles foi objecto de impugnação. Organizei o ministerio com alguns desses amigos por inspiração propria, depois de ter ouvido varios correligionarios.

Portanto, a organização é minha, exclusivamente minha. Guardei plena liberdade de acção até o ultimo momento".

Sou bem conhecido no meu paiz. Si, porventura, SS. AA. os srs. condes d'Eu faltassem á completa abstenção, que deviam ter em semelhante assumpto, e disso eram incapazes, para sujeitar-me a uma imposição, ou mesmo acceitar qualquer indicação da sua parte, como insinua o sr. Ottoni, fôra necessario — ou privança com os principes, que nunca tive, ou sentimentos que jamais me attribuiram os mais encarniçados adversarios, — *subserviencia e aulicismo*.

O presidente do conselho de 7 de junho nunca foi aulico do imperalismo; hoje honra-se de sel-o da desgraça. Fui ao Paço pela primeira vez em 1864, no caracter de representante de Minas, acompanhando, como toda a deputação, o illustre Theophilo Ottoni, que alli se apresentara para agradecer a sua escolha de senador. Lá voltei com a mesma Camara, quando, sob proposta do deputado Nebias, encorporada felicitou o sr. D. Pedro 2°, por occasião de uma das grandes victorias contra o Paraguay, e, mais tarde, em 1866, 67 e 68, como ministro de Estado.

De 1868 a 1878 alli appareci duas vezes: uma para dar pezames á familia imperial pelo passamento da augusta princeza D. Leopoldina; a segunda para solicitar de S. M. o imperador providencias que contivessem a compressão eleitoral, que se estava exercendo na minha provincia.

As razões porque appellei para o chefe de Estado directamente e não para o governo, assim como o que se passou nessa audiencia, constam de publicação que immedatamente fiz no jornal, que então redigia — a *Reforma*.

Em 1879, escolhido senador e nomeado ministro da Fazenda, em 1882 conselheiro de Estado, concorri ao Paço sempre que o meu dever de funccionario o exigia e fóra disso *unicamente* por motivo de molestia de SS. MM., ou de despedida, quando se ausentavam do paiz.

Nunca vaguei pelas immediações dos paços da cidade, nunca me fiz, como o sr. Ottoni, encontradiço na estação de Petropolis, para exhibir-me em palestra augusta.

Tão pouco frequentei jamais o palacio Isabel. Para os bailes e partidas, que alli se davam, e nos quaes eram assiduos tantos que hoje apedrejam a grandeza decahida, só tive a honra de dois convites: um em 1879, porque era ministro,

outro depois de conselheiro d'Estado. Respeitoso sempre para com SS. AA., não tinha razões para acreditar nas suas sympathias e menos para aspirar á sua privança ou familiaridade.

Quem obedecesse a sentimentos menos altivos e nobres, como seriam precisos para submetter-me a uma imposição, da natureza da que inculca o sr. Ottoni, não teria no parlamento, e quando, encetado apenas o meu governo, mais desejaria o apoio do imperador e da princeza herdeira, a linguagem de que me servi perante as Camaras, no topico de meu discurso, que recordarei porque nelle explico tambem o motivo pelo qual acceitei duas distincções honorificas.

Perguntava eu, respondendo á arguição de que no ministerio havia aulicos:

"Acaso o aulico será o presidente do conselho? Senhores, "eu não careço defender-me a este respeito. O paiz conhece-"me. Si resolvi-me a acceitar honras desta natureza (titular "e veador da imperatriz) foi somente quando acceital-as era "motivo para incorrer em censura e odiosidade de certos in-"dividuos. Titulos de nobreza já eu os possuia, e os meus "foraes estavam registrados em archivos superiores aos de "todas as mordomias régias. Esses archivos são os annaes "parlamentares de uma e outra casa electivas, os volumes da "legislação do imperio, que encerram fructos do meu trabalho, "são os jornaes que tenho redigido, os volumes que tenho pu-"blicado. E não são esses ainda os melhores de que eu posso "ufanar-me. Porém, sim, a moralidade do meu lar e a edu-"cação que dou a meus filhos, que hão-de elevar o humilde "nome que herdei de meus honrados pais.

"— *O Sr. Coelho Rodrigues*: Mas mudou de nome.

"— *O Sr. visconde de Ouro Preto* (presidente do Conse-"lho): Mudei, é certo, mas primeiro porque seria um acto "de fraqueza rejeitar o titulo, quando me foi novamente of-"ferecido, e tambem porque, graças a Deus, transmittia esse "nome a um filho, que póde levantal-o."

Visto como o boato que o sr. Ottoni pretende transmittir á historia, apezar de formalmente desmentido, servio de thema a accusações não só contra mim, senão contra os srs. condes d'Eu, devo a este respeito entrar em mais circumstanciadas explicações.

Teve elle origem, supponho, em uma visita que fiz a SS. AA., em Petropolis, nas condições que passo a mencionar.

Recommendando-me S. M. o imperador, ao terminar a nossa primeira conferencia, na noite de 6 de junho, que formasse o ministerio sem demora, pois que a crise já se prolongava, de volta ao hotel tomei algumas disposições, entre

as quaes a de dirigir-me ao sr. barão de Muritiba, veador em serviço, nos seguintes termos:

"Não conheço os estylos da Côrte, mas tendo-me incum-
"bido de constituir ministerio, e regressando amanhã para
"submetter a S. M. a nova organização, supponho dever, de-
"pois disso, apresentar meus respeitos a SS. AA.

"Sendo assim (e peço conselho a v. ex.) rogo-lhe o
"obsequio de solicitar da minha parte designação de hora, em
"que possa ser recebido, ponderando que precisarei voltar
"ao Rio de Janeiro, na madrugada de 8."

O sr. barão de Muritiba teve a bondade de responder-me assim: "SS. AA. receberão a v. ex. em qualquer hora, logo que se desembarace no Paço Imperial."

Por cerca de 9 horas da noite, apresentei a minha combinação ao imperador, que se dignou de approval-a, sem a menor observação, e, *in continenti*, tive a honra de reproduzir as declarações feitas na vespera sobre a marcha que seguiria no governo, communicando a S. M. os termos de varios projectos de reforma, que anteriormente organizara para serem tomados em consideração no *Congresso do Partido Liberal* e que alterara de accordo com o que no mesmo Congresso fôra resolvido.

Sendo já tarde, quando terminei a entrevista, deixei no Paço o meu official de gabinete, o sr. commendador José Ferreira Sampaio, lavrando os competentes decretos e dirigi-me á casa de SS. AA., a quem, offerecendo as minhas homenagens, communiquei quem eram os novos ministros.

Entre ida e volta decorreriam 15 minutos. Promptos os decretos, apresentei-os ao imperador. Um foi reformado, é certo, por ordem minha, — o do sr. barão do Ladario, ministro da marinha, porque o sr. Sampaio omittira no primeiro o seu posto de chefe de esquadra.

Eis a verdade com todos os pormenores. Como se alludisse no *Diario de Noticias* á supposta imposição, entendi preparar-me para responder nas Camaras a quem insistisse em semelhante balela, referindo todas as minuciosidades. Para isso pedi ao sr. barão de Muritiba cópia da minha carta, que me enviou. Esta e a resposta acham-se no Rio de Janeiro entre os meus papeis, que lá ficaram no açodamento do embarque.

Reproduzi-lhes fielmente o pensamento e até creio as proprias palavras, sem omissão nem accrescimo. Appello para aquelle cavalheiro.

Entregar as pastas militares a profissionaes foi resolução minha; a escolha desses profissionaes tambem minha feita á ultima hora em Petropolis.

Corroborando as declarações que nesse sentido fiz perante a Camara dos Deputados, posso ainda invocar o testemunho do sr. conselheiro Saraiva, com quem conferenciei em Santa Thereza, poucas horas depois de voltar a primeira vez de Petropolis, antes da reunião que convoquei para o escriptorio da *Tribuna Liberal*. Ahi s. ex. deu-me esse conselho e declarei-lhe que era exactamente o meu pensamento.

Naquella reunião não communiquei a ninguem a minha combinação definitiva, pela obvia razão de que taes resoluções dependem de circumstancias imprevistas e do ultimo momento.

Num dos discursos da Camara alludi ao testemunho de outro amigo particular (e isso foi, ainda não atinei com que fundamento, motivo para reparo), a quem revelei, ao sahir para o Paço pela segunda vez, quaes seriam os novos ministros.

Agora acrescentarei, já que o sr. Ottoni foi buscar ao entulho dos mexericos esquecidos tão pequena intriga, que esse amigo, o sr. barão do Alto Mearim, autorizado por mim, transmittiu a outro de S. Paulo em telegramma cifrado a nova organização, dando-a por mim assentada, antes da assignatura dos decretos.

Ainda mais: o sr. conselheiro Luiz Philippe de Souza Leão fôra um dos correligionarios a quem confidencialmente disse, no correr do dia 7, quaes seriam os companheiros de quem até aquelle momento cogitava. Mudando, porém, de resolução mais tarde e depois da reunião no escriptorio da *Tribuna Liberal*, pedi ao nosso commum amigo, conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, que fosse convidal-o a entender-se commigo, sendo possivel, á hora do embarque para Petropolis. S. ex. fez-me essa fineza; á ultima hora conversei com o sr. Luiz Felippe na estação. S. ex. dirá a quem quizer consultal-o, que não levei para Petropolis uma combinação e voltei com outra.

Posso, finalmente, invocar outro testemunho: o sr. vice-almirante Eliziario José Barboza affirmará ao sr. conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, que ao partir para aquella cidade o presidente do Conselho estava resolvido a confiar a officiaes do exercito e da armada as pastas militares.

Desço a todas estas minudencias, porque escrevo o meu testamento politico e quero tambem fornecer á historia alguns subsidios bem diversos, felizmente, dos do sr. Ottoni.

O ministerio 7 de junho desmoralizou-se logo ao nascer, segundo o sr. Ottoni, por um motivo mais: a divergencia com correligionarios importantes, como os srs. conselheiros Saraiva e Ruy Barboza.

Que o sr. Barboza se declarou em divergencia com o ministerio logo que elle se organizou, é facto incontestavel. O sr. Ottoni poderia até accrescentar que a divergencia se manifestou mesmo antes da organização, porquanto, ainda ia eu caminho de Petropolis para apresentar a combinação, quando o sr. Barboza fez affixar grandes cartazes, annunciando que rejeitara a pasta para que o convidara, por conselho e a instancias do meu amigo o sr. conselheiro Dantas.

Facto virgem em nossos annaes politicos, que nunca registraram exemplo de tamanha vaidade e abuso de confiança! Dezenas de homens eminentes de ambos os partidos, convidados para ministros, excusaram-se; porém, por um dever de cortezia e lealdade, nunca o revelaram. O sr. Barboza foi o primeiro, que a esse respeito fez soar os seus tymbales. O sr. Christiano Ottoni tambem tem feito disto alarde, mas, em abono da verdade, devo dizel-o, sómente depois de mortos os organizadores. O finado e saudoso Octaviano, entre os liberaes, o sr. conselheiro Fernandes da Cunha, entre os conservadores, recusaram pasta mais de uma vez. Jamais disso se gabaram e até o contestavam.

A divergencia do sr. Barboza, pois, está fóra de duvida; que fosse importante e podesse crear-me embaraços, é o que ainda hoje contesto, apezar do immenso poderio de que se acha investido aquelle cidadão. Tinha a divergencia por fundamento não me haver eu prestado a realizar uma reforma, que obtivera no congresso do partido apenas o voto do sr. Barboza e o de 15 ou 16 correligionarios mais, preferindo pôr em pratica a que, sobre bases por mim proprio apresentadas, fòra alli approvada por uma grande maioria no mesmo congresso e constituia compromisso solemne.

A importancia dessa divergencia, entretanto, aquilata-se perfeitamente pelo resultado das eleições. Na sua provincia, a Bahia, os chefes do partido liberal a que o sr. Barboza protestava pertencer até á ultima hora, nem siquer o apresentaram candidato; nenhum districto o proclamou como tal. No Rio de Janeiro por onde pleiteou a eleição, com o maior esforço, conseguiu apenas poucas duzias de suffragios. O ministerio viveu completamente desaffrontado e viveria, si a 15 de novembro o sr. Barboza não fosse elevado ao poder pelo marechal Deodoro, não só apezar, como em virtude da hostilidade que o cidadão lhe movia.

O sr. conselheiro José Antonio Saraiva, sim, seria um embaraço, mas o sr. Ottoni avança proposição pelo menos te-

meraria, affirmando que s. ex. iria fazer-me opposição. Nada occorreu que me induzisse a receiar semelhante eventualidade; muito ao contrario, contava com o apoio do illustre senador.

E' certo que na conferencia que teve com o imperador, o sr. Saraiva declarou preferir o projecto do sr. Barboza, e cuja principal differença para com o que eu adoptara, consistia em que este fazia depender a nomeação dos presidentes de provincia da escolha do poder central, em lista organizada por eleição nas mesmas provincias, occupando aquelles sobre quem não recahisse a escolha os logares de vice-presidentes, emquanto o primeiro prescindia da designação imperial, tudo confiando exclusivamente á eleição.

Nem o sr. Saraiva disse que o imperador annuira a tal reforma, e tão somente *que conjecturava annuisse*, pois que ainda insistiu para ser o organizador, ouvidas as suas opiniões, nem tão pouco que se opporia ou difficultaria a realização do meu programma, que era o do partido. Longe disso e depois das formaes declarações, que fiz perante o parlamento, conhecendo já a marcha que eu pretendia seguir no governo (73), e não podendo, portanto, ter a menor duvida sobre as medidas que realizaria, de s. ex. recebi as mais significativas provas de interesse pela sorte do gabinete, assim como do seu apoio, que daqui agradeço.

Ainda depois do seu regresso da Europa, nas proximidades da revolução, consultado por deputado eleito, em Pernambuco, sobre o procedimento que este deveria ter na Camara respondeu-lhe: sustentar o ministerio.. assim, illude-se o sr. C. Ottoni: o gabinete contava com o apoio do sr. conselheiro Saraiva; s. ex. não lhe promoveria a quéda.

Saiba, porém, o sr. Ottoni: tenho na mais alta conta a opinião do sr. Saraiva, mas ainda que s. ex. fizesse questão do projecto Barboza, — nem só isso, — ainda quando a maioria do meu partido, reconsiderando o voto que emittira, pretendesse encarnal-o na legislação do paiz, eu manter-me-hia no terreno em que me colloquei, — por estar convencido de que aquelle projecto afrouxaria os laços da solidariedade nacional e poria em perigo a integridade do Brasil, que cumpre conservar unido, á custa de todos os sacrificios.

Pensa o sr. Ottoni que si o meu *Manifesto* não houvesse sido escripto antes da chegada a Lisbôa, outra seria a minha linguagem, porque é innegavel que a mudança da fórma de

(73) Declarações no Senado.

governo está sanccionada pela nação: todos os partidos, todos os homens politicos adheriram ao movimento (74).

Outro engano de s. ex. A nação brasileira ainda não se pronunciou sobre os acontecimentos de 15 de novembro e nem posso attribuir ás alludidas adhesões mais valor do que lhes dá o proprio governo provisorio, que se mostra desconfiado de tanta dedicação.

Mantenho as minhas crenças. Quando a nação se pronunciar, respeitarei a sua vontade soberana, inspirando-me no amor do meu paiz e nos meus deveres de brasileiro. Até lá, porém, confirmo as declarações do *Manifesto*. Por muito ligeira que seja a minha lição da historia, conheço-a quanto basta para apreciar o valor dos hosannas entoados em torno do governo provisorio, tanto mais quanto, como diz o sr. Ottoni, a imprensa está amordaçada (75) e elle, dominando os telegraphos, consegue occultar todas as noticias, que mal lhe soam (76).

A historia, e, como a historia, a chronica encerram exemplos fecundos e curiosissimos. A começar pelas pequenas cousas, eu vejo da chronica, *verbi gratia*, que o sr. conselheiro Christiano Benedicto Ottoni, depois de ter assignado o manifesto republicano de 1870, julgou inopportuna sua execução e acceitou a escolha da corôa para um cargo vitalicio; vejo que s. ex. tendo-se opposto á lei emancipadora de 1871, unicamente, como diz (77), porque *deixara abandonada a escravatura existente á sua desgraçada sorte*, nada tentou, durante largos annos, para minorar-lhe o infortunio, esquecendo-se dos infelizes captivos até que a idéa da abolição triumphou na consciencia publica; vejo, finalmente, que, tendo quebrado lanças pela temporariedade do senado, respeitou todavia a vitaliciedade da corporação desde que para ella entrou, simplesmente porque, como ainda agora affirma, as attribuições da Camara a que pertenceu por espaço de 10 annos não lhe facultavam iniciar reformas constitucionaes, como se lhe estivessem vedados outros meios de promover a medida que julgava indispensavel e menos podesse, em pról della, depois de senador, do que quando era simples cidadão, ou capitão tenente reformado!

Subindo mais alto, occorrem-me, entre outros factos historicos, que dos sobreviventes da celebre Convenção Nacional Napoleão 1° tirou nada menos de 23 prefeitos, 85 funccionarios civis e 30 membros dos grandes corpos politicos que creiou, não obstante haverem sido republicanos ferrenhos,

---

(74) Pags. 108 a 109.,
(75) Pag. 132.
(76) Pag. 108.
(77) Pag. 26.

pois, á excepção de uma dezena talvez, todos votaram pela morte do rei; e assim mais que no Senado francez do segundo imperio, se sentaram lado a lado, commoda e convencidamente, o ultimo dos emigrados de Coblentz e o derradeiro dos regicidas de Luiz XVI.

Deixe-me, pois, o sr. Christiano Ottoni com os meus erros e as minhas illusões. O que sei da nossa patria, depois da publicação do *Manifesto*, não me levaria a modifical-o. Muita cousa admirou-me, outras affligiram-me ainda mais do que os successos de 15 de novembro.

Nada, porém, tanto me entristeceu como lêr escriptos pelo punho de um brasileiro illustre, qual o sr. C. Ottoni, os dois trechos seguintes:

"O general vencedor assume todos os poderes; e dispondo "elle só da força material, — nosso futuro, nossa vida, nossa "segurança — *libertas, decus et anima nostra*, tem por ga-"rantia unica a illustração, o desinteresse, os bons instinctos, "o patriotismo do dictador; e a fé que tenho de que essas "qualidades não faltarão ao actual chefe do governo *é o que* "*me anima a escrever com inteira liberdade e isenção de* "*animo* (78)."

....

"*Si para consolidação do novo regimen, garantindo a paz* "*e a unidade nacional, poder prestar algum serviço,* "*fal-o-hei* (79)."

Não; deixe-me o sr. Christiano Ottoni com os meus erros e as minhas illusões; não posso conformar-me com as doutrinas que s. ex. proclama e que se resumem neste outro topico do seu escripto, referente a um discurso ameaçador do ministro da guerra do governo provisorio:

"Não vai nas minhas palavras censura ao ministro da "guerra do governo provisorio. Como quer que podessem "naquella épocha ser apreciadas as suas palavras, foram ellas "precursoras da revolução que triumphou, e, como se sabe, "*o triumpho converte os rebeldes em heróes* (80)."

Abominavel theoria! Não é o triumpho que constitue o heroismo; não o foi, nem será jamais; assim tambem não é a derrota que amesquinha, envergonha ou condemna, mas a justiça e a grandeza da causa, em nome da qual se vence ou se é vencido.

Será hoje o Brasil mais livre, mais forte, mais considerado, terão os meus concidadãos mais segurança, maior

---

(78) Pag. 80.

(79) Pag. 136.

(80) O sr. Ottoni affirma que ouvi este discurso, o que é inexacto.

tranquillidade e garantias do que sob o regimen decahido? Responda a consciencia nacional. O proprio sr. Ottoni o faz, dizendo em referencia ao chefe do governo provisorio: *prolongue-lhe Deus a vida e póde elle tranquillizar o paiz* (81).

A sorte de uma nação entregue a um homem é dependente da sua vida!

Basta. Quando Turgot, que esperava salvar as instituições por meio de sabias reformas, foi apeiado do poder, em virtude de uma conspiração palaciana, despediu-se do rei, dizendo-lhe: "*desejo que possais acreditar sempre que eu vi mal as cousas e vos mostrei perigos chimericos*!".

Terminarei parodiando as palavras do grande ministro: não só o desejo, mas reputar-me-hei feliz si os factos vierem convencer-me de que somente me arreceiava de males e perigos imaginarios, quando tentei conjurar a tempestade em que se submergiu a monarchia constitucional representativa do Brasil!

Paris, 28 de maio de 1890.

Visconde de Ouro Preto.

---

(81) Pag. 26.

ANNEXOS

I

Diario Popular de S. Paulo de 18 de novembro de 1889.

Acontecimento unico

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

Eu quizera dar a esta data a denominação seguinte:

— 15 de novembro do primeiro anno da republica; mas não posso infelizmente fazel-o.

O que se fez é um degráo, talvez nem tanto, para o advento da grande éra.

Em todo o caso, o que está feito póde ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juizo, patriotismo e sincero amor á Liberdade.

Como trabalho de saneamento, a obra é edificante.

Por ora, a côr do governo é puramente militar, e devêra ser assim.

O facto foi delles, delles só, porque a collaboração do elemento civil foi quasi nulla.

O povo assistiu áquillo *bestializado*, attonito, surprezo, *sem conhecer o que significava.*

Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.

Era um phenomeno digno de ver-se. O enthusiasmo veiu depois, veiu mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espiritos.

Pude ver a sangue frio tudo aquillo.

Mas, voltemos ao facto da acção ou do papel governamental.

Estamos em presença de um esboço, rude, incompleto, completamente amorpho.

Não é tudo, mas é muito.

Bom; não posso ir além, estou fatigadissimo, e só lhe posso dizer estas quatro palavras que já são historicas.

Acaba de me dizer o Glycerio que esta carta foi escripta, na palestra com elle e com outro nosso correligionario, o Benjamin do Vallongo.

E no meio desse verdadeiro turbilhão que me arrebata, ha uma dôr que punge e que exige o seu logar — a necessi-

dade de deixar temporariamente, eu espero, o *Diario Popular*.

Mas o que fazer? O *Diario* que me perdôe, não fui eu, foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.

Adeus.

Aristides Lobo.

Transcripto no *Correio da Manhã*, de Lisbôa, de 13 de dezembro de 1889.

II

O Tempo, jornal de Lisbòa, publicou, no dia 15 de dezembro de 1889, o seguinte edictorial:

O SR. VISCONDE DE OURO PRETO

"Chegaram a Lisbôa, vindos directamente de Teneriffe, o sr. visconde de Ouro Preto (Affonso Celso), chefe do gabinete derrubado pela revolução do Rio de Janeiro, e o sr. Candido de Oliveira, membro do mesmo ministerio.

A opinião do sr. visconde de Ouro Preto ácerca dos negocios do Brasil affigurou-se-nos da maxima importancia, dada a alta situação occupada no imperio por aquelle homem de Estado. Assim, procuramol-o no Hotel Atlantico, onde se alojou com sua familia, e, como nos recebesse com a perfeita cortezia de um perfeito estadista, expuzemos-lhe o fim da nossa visita.

O sr. Affonso Celso respondeu-nos:

— Não posso prestar declarações algumas ácerca dos acontecimentos do Brasil.

— Todavia...

— Em primeiro logar, proseguiu o sr. Celso, indo ao encontro da nossa objecção, porque não concordo com o processo jornalistico que se chama *interview;* em segundo logar, porque tenciono expôr a minha opinião numa carta que tornarei publica pela imprensa.

Iamos louvar as excellencias da *interview*, e contar ao ex-ministro brasileiro as maravilhas desse depoimento verbal de que o nosso interlocutor tanto parecia arreceiar-se, quando elle nos distinguiu cortando-nos a palavra...

— O processo é americano... bem sei... mas a elle não me presto.

Assim como para os effeitos do hypnotismo ha bons *sujets* e maus *sujets*, assim para os effeitos da *interview*, ha maus e bons *sujets*. Sua excellencia é um mau *sujet*. Elle o disse: não se presta.

A despeito dessa difficuldade, tanto mais insuperavel quanto nos quiz parecer que o sr. visconde de Ouro Preto já tinha sido prevenido contra *interviews*, permittimo-nos interrogal-o sobre outros pontos inteiramente innocentes.

— V. ex. tenciona publicar a sua carta nalgum jornal portuguez, ou pensa recorrer aos grandes orgãos da imprensa estrangeira?

O sr. visconde de Ouro Preto respondeu-nos sem hesitação:

— Na imprensa portugueza.

Intimamente regosijados por haver obtido de s. ex. tão interessante pormenor, inquirimos:

— E em que jornal portuguez tenciona v. ex. dar a lume a sua carta?

— Não sei.

Já desorientados, appellámos para á palestra familiar e despretenciosa.

— V. ex. fez por certo uma boa viagem?...

— Persiste em interrogar-me?...

— Se v. ex. permitte, eu distingo: Ha duas pessoas no *reporter* — o homem amavel e o observador curioso e... perigoso. Neste momento é o primeiro que está fallando. Fez o sr. visconde uma boa viagem?

O sr. visconde deu-nos a honra de sorrir e replicou:

— Emfim, vejo que não ha remedio senão responder. E em seguida, assumindo junto de nós uma attitude mais conciliadora, referiu-nos benevolamente de como estivera preso, e, logo libertado, de como partira para a Europa. Depois contou-nos de como fôra forçado, em virtude de doença de uma pessoa de sua familia, a aportar a Teneriffe, onde se demorara uns oito dias, e por ultimo de como partira para o continente.

Como estes acontecimentos não interessassem directamente á questão brasileira e não pudessem exercer uma influencia immediata na opinião que a Europa está formando dos homens do antigo Brasil, apressámo-nos em nos despedir do sr. visconde de Ouro Preto. Antes, porém, não nos soffreu o animo que não tentassemos justificar a legitima curiosidade desta — *helás!* — pobre *reportage*, tão mal vista e mal apreciada. Então, o antigo presidente do Conselho expoz-nos francamente que, além de ser contrario ao processo das *interviews*, não desejava vêr alterados os seus pensamentos, no *compte-rendu* de qualquer entrevista que porventura tivesse, como — por exemplo — succedeu com sua alteza o sr. conde d'Eu, accrescentou s. ex.

— Peço perdão, tornámos nós, mas o *compte-rendu* da entrevista realizada com o sr. conde d'Eu, por um jornalista que teve a honra de lhe ser apresentado por uma carta do sr. conde de Paris, é, na sua parte essencial, perfeitamente exacto.

— Mas sua alteza não autorizou...

— Peço perdão, mas não costumamos na imprensa livre da Europa pedir autorização para expender a opinião dos outros, quando os outros nol-as facultam nesse intuito. Quando um personagem — politico, scientifico ou litterario, principe ou plebeu — consente em receber a visita de um jornalista que o vai inquirir, tem duas cousas a fazer: ou procede como v. ex., o que é pouco complicado, ou conversa com intelligencia, tino e precaução, o que é prudente e amavel. Ainda ha um terceiro caso que não previmos, e é que esse persona-

gem não nos receba. E' incomparavelmente menos incommodo para ambas as partes...

Dito isto, retirámo-nos.

O sr. visconde de Ouro Preto é um cavalheiro amabilissimo e, como não ignoram os que conhecem a politica do Brasil, foi um dos estadistas mais influentes do Imperio. Physicamente, é um homem dos seus cincoenta annos, alto, ligeiramente trigueiro, suissas e bigodes brancos. O seu trato é ao mesmo tempo affavel e nobre, as suas maneiras distinctas.

Como dissemos, s. ex. está hospedado com toda a sua familia, que é numerosa, no Hotel Atlantico.

O sr. Candido de Oliveira está hospedado no Hotel Central.

III

Jornal do Commercio de 14 de janeiro de 1890.

O general visconde de Maracajú ao Paiz

Aguardava, como disse na *Gazeta de Noticias* de 18 de dezembro ultimo, a publicação do manifesta do sr. ex-presidente do gabinete de 7 de junho, para tornar publicos os actos que pratiquei, por occasião dos acontecimentos de 15 de novembro, e mesmo pronunciar-me sobre as referencias que fizesse elle á minha pessoa. Nesse manifesto ha muitas inexactidões, e sobresahe o intento que tem s. ex. de desculpar-se, accusando-me de não ter agido no sentido de suffocar o movimento de 15 de novembro, quando é certo que dei para esse fim todas as providencias que estavam na esphera de minhas attribuições, posto a si chame s. ex. a autoria de todas ellas. Não acompanharei s. ex. em todos os pontos de seu manifesto, limitando-me a contestar as inexactidões que me parecem mais graves. Antes, porém, devo declarar que, quanto a attribuir-me s. ex., ainda que dubiamente, o ter-se propalado a noticia da prisão do sr. marechal Deodoro, por ter-me fallado em reformal-o, e tambem, a maneira por que aprecia o que disse eu em relação ao sr. tenente Felippe Camara, bem como outras offensivas insinuações penso que só a má fé poderia gerar no espirito de s. ex. tão injustas suspeitas, não sendo eu a unica pessoa contra quem s. ex. se tenha assim manifestado.

Relativamente á retirada das forças que se achavam em Matto Grosso, a que se refere s. ex., cumpre-me dizer que, havendo o meu antecessor mandado cessar ás mesmas forças vantagens de campanha, por ter-se terminado o conflicto entre as republicas do Paraguay e Bolivia, e tendo s. ex.

proposto a nomeação do sr. coronel Cunha Mattos para presidente e commandante das armas, não havia mais motivo de alli permanecerem aquellas forças, pelo que propuz a retirada das mesmas, o que foi acceito.

Não me recordo de ter-me s. ex. recommendado que tratasse de aproveitar em alguma commissão o sr. marechal de campo Deodoro, o que espontaneamente tinha eu resolvido, não tendo sido elle nomeado, por estar doente e constar-me estar prestes a seguir para Caxambú. Pondera s. ex. que nunca levei ao conhecimento do governo as queixas do exercito. Eram ellas antigas, e, como eu, s. ex. devia conhecel-as, pelos jornaes; convindo accrescentar que, por motivos de saude, estive por dois mezes afastado da pasta da guerra, chegando mesmo por esse motivo a solicitar minha demissão, da qual desisti, por causar isso transtorno ao governo, e por estar a se abrir o parlamento, onde devia logo entrar em discussão a fixação de forças de terra e o respectivo orçamento. Accresce que com o fim de evitar que se repetissem aquellas queixas, quando em minha residencia, onde me achava doente, soube em novembro pelo sr. ex-ministro da justiça, que então occupava a pasta da guerra, que, em conferencia, resolvera o gabinete o embarque do 22° de Infanteria para o Amazonas, depois de ter ouvido o general barão do Rio Apa, commandante da brigada a que pertencia aquelle corpo, o qual confirmou o bom conceito que fazia eu desse batalhão, dizendo-me "que era elle bom e bem disciplinado", a 5 do mesmo mez dirigi ao sr. ex-ministro a seguinte carta:

"Exmo. amigo sr. conselheiro Candido de Oliveira. — Rogo a v. ex. que não expeça ordem, até fallarmos, sobre a mudança de parada do 22° de Infantaria para o Amazonas. A respeito ouvi o commandante da brigada. Sou, etc. — *V. de Maracajú.*"

Não me foi, porém, contestada esta carta, entregue no mesmo dia 5 e a 10 embarcava o 22°, entendendo eu que nada mais devia accrescentar a esse respeito por constar-me que s. ex. marchava de accôrdo com o sr. ajudante-general, marechal de campo Floriano Peixoto, e ter-me ainda declarado s. ex. que havia reclamação de um batalhão para aquella provincia e haver sido para esse fim indicado o 22° pelo mesmo sr. ajudante-general. Se, por um lado, procurava evitar motivos de desgosto para o exercito, por outro jámais deixaria de attender ás necessidades do serviço publico. Foi assim que, no intuito de impedir uma alteração da ordem publica em Ouro Preto, imminente, em vista dos alarmadores telegrammas que communicavam um conflicto entre o 9° Regimento de Cavallaria e a policia, para alli mandei que

marchasse a ala de um batalhão de infantaria e um esquadrão do 1º Regimento de Cavallaria, e ordenei que se recolhesse a esta capital o mencionado 9º Regimento. Foi ainda com o fim de manter a disciplina que, tendo o ministerio resolvido, durante a minha enfermidade, a demissão do sr. coronel Mallet de commandante da Escola Militar do Ceará, concordei com essa deliberação, tomada por me ter aquelle official dirigido um desrespeitoso telegramma. Vem a pello relatar como procedi a 18 de maio de 1887, quando o ex-ministro da guerra do gabinete barão de Cotegipe ouviu-me sobre o alvitre com que queria pôr termo á questão militar que naquelle tempo se agitava, pois se propalou que fôra eu chamado para me ser confiado o commando geral das forças, afim de suffocar qualquer pronunciamento militar. Dizendo aquelle ex-ministro que pretendia trancar as notas dos officiaes reprehendidos, se elles o requeressem, e pedindo a esse respeito o meu parecer, opinei affirmando que elles não fariam semelhante requerimento, o que assegurei, tendo em vista o caracter militar. Replicando s. ex. "que a questão era então um becco sem sahida", lembrei a solução de propôr o sr. ajudante-general, daquelle tempo, o trancamento daquellas notas, o que me pareceu ter calado no espirito de s. ex., pois nella fallou-me repetidas vezes, e, na sessão seguinte do senado, passou uma moção, convidando o governo a fazer o trancamento das notas. Em outro ponto de seu manifesto, diz o sr. visconde de Ouro Preto "que recebeu muitas cartas anonymas, prevenindo-o de que o exercito queria revoltar-se, mas que o tranquillizei." Dellas, porém sómente deu-se noticia s. ex. a 12 de novembro, dia em que reassumi o exercicio, do qual estava então afastado, não por dias, como refere s. ex., mas por um mez, e se, naquella occasião, pronunciei-me de modo a não julgar imminente um movimento militar, baseei-me no que nesse mesmo dia me dissera o sr. ajudante-general, isto é, que o exercito estava desgostoso com o gabinete, suppondo que elle lhe era infenso, mas que nada havia a receiar, posto corressem diversas noticias desagradaveis, sobre o que estava attento. Lembrei, por isso, nessa mesma occasião, ao sr. visconde de Ouro Preto a conveniencia de mandar desmentir pelo *Diario Official* e *Tribuna Liberal* os boatos que circulavam e mesmo publicavam alguns jornaes da opposição, taes como: dissolução do exercito, o embarque de mais dois batalhões, etc.

Não julgou, porém, isso preciso s. ex., por saber eu do contrario, por estar a se abrir o parlamento e ter-se resolvido em conferencia augmentar o soldo dos officiaes, como eu não ignorava e seria declarado na falla do throno. Sobre aquelles

boatos chamei, portanto, a attenção de s. ex. e sómente na manhã de 14 receei qualquer movimento, como nesse mesmo dia communiquei ao mesmo sr. visconde, reportando-me ao que me expoz o sr. ajudante-general, que mostrou-me uma carta, assignada, dirigida a s. ex., annunciando preparar-se um movimento militar. No dia 12, como depois da conferencia ministerial, onde ligeiramente se tratou das noticias que circulavam, me tivesse dito o sr. conselheiro Lourenço de Albuquerque, na occasião em que iam-se retirando os ministros, que lhe constavam cousas desagradaveis sobre um pronunciamento militar, e que não estavam de accôrdo com as informações do sr. ajudante-general, de novo fui com este entender-me, communicando-me elle que já tinha providenciado e que esperava serenar os animos com a mudança do 9° Regimento para a Escola Militar, e com a partida de alguns officiaes, no dia 17, para o Rio Grande do Sul.

Continúa o sr. visconde de Ouro Preto: "no mesmo sentido ainda se pronunciou o visconde de Maracajú, no dia 14 de novembro, isto é, que o tranquillizei". Ha por certo equivoco.

Correndo nesse dia algumas noticias alarmadoras, ia até entender-me com o sr. ajudante-general, quando recebi do mesmo sr. visconde um chamado urgente, referindo-me s. ex. o que eu acabava de saber e fallando de uma carta, assignada, que recebera e entregara ao sr. ajudante-general, e, alludindo a outros anonymos, a que não dava muita importancia.

Disse-lhe nessa entrevista que ia conferenciar com o mesmo sr. ajudante-general, com os commandantes das duas brigadas, quartel-mestre-general, director do Arsenal de Guerra e com o intendente de guerra, afim de poder eu então tomar as necessarias providencias, e retirei-me.

Voltando á secretaria, informou-me o sr. ajudante-general que "estavamos sobre um vulcão", pelo que, na vespera, á noite, lhe constara e soubera do sr. chefe de policia (o que sorprendeu-me), mas que esperava evitar qualquer pronunciamento com as providencias que tinha tomado, já alludidas, e outras. Receiando eu, á vista disso, se desse algum acontecimento na noite de 15, quando estivesse o ministerio em conferencia, ou a 16, por occasião do despacho, entendi-me com os chefes militares, já mencionados, e mandei vir cartuchame para os batalhões e polvora para o Arsenal de Guerra, no qual deviam ser preparados cartuchos para onze boccas de fogo de Krupp e seis de Whithworth, que alli já se achavam, e dei outras providencias.

Todas estas medidas, porém, transpiraram, tanto que de tudo deu noticia *O Paiz*, no dia seguinte. Recommendei, ao retirar-me, vigilancia ao sr. ajudante-general, afim de communicar-me o que fosse occorrendo, e disse-lhe que o sr. visconde de Ouro Preto tinha pedido que, como eu estava enfermo, fosse elle á sua residencia, ao anoitecer, dar parte do que se resolvesse na conferencia. Depois, apezar de doente, segui para a casa do meu irmão, general barão do Rio Apa, á rua da Lapa, onde ia pernoitar, como avisei ao sr. ajudante-general, e aos meus empregados, e não para Santa Thcresa, cimi disse s. ex.; pois, apezar de ser esta a minha residencia ficava na cidade todas as vezes que o reclamava o serviço publico; e pretendia, no dia immediato, entender-me com o sr. barão do Ladario. Comquanto me houvesse limitado a estas medidas e a outras que adiante menciono, constou-me que se tinha propalado haver eu dito ser a secretaria uma posição estrategica para suffocar o movimento e que fôra alli encontrado um plano de ataque, por mim traçado em papel vegetal, quando, no emtanto, nada disso houve.

Em seu manifesto, procura o sr. visconde de Ouro Preto declinar em mim a responsabilidade dos acontecimentos de 15 de novembro, dizendo que não providenciei de modo a evital-os, quando, no emtanto, s. ex. está convencido do contrario. Tendo sabido pelo meu ajudante de ordens, ás 2 1|2 horas da madrugada, mais tarde, portanto, do que s. ex., que soube ás 11 1|4 da noite de 14, constar no Quartel-General achar-se em armas a 2ª Brigada, por esperar a todo o momento ser atacada pela guarda negra, haver ordem de embarque para o 2º Regimento de Artilharia e o 7º de Infantaria, e ordem de prisão contra dois chefes militares, não obstante ter passado a noite mal, procurei logo entender-me com s. ex., na secretaria da policia, e lá não o encontrando, como necessitasse logo providenciar, além das medidas que já tinha tomado, e das quaes já fiz menção, encaminhei-me, ás 3 horas da manhã, mais ou menos, para a secretaria da guerra, na qual, depois de orientar-me sobre o que havia, dei diversas ordens, taes como: a marcha do 7º de Infantaria, que devia destacar uma companhia para o morro do Castello, a do 1º Batalhão de Engenheiros, que estava no Campo Grande, e o do Corpo de Bombeiros, devendo todos seguir para o campo da Acclamação. Sabendo que o sr. coronel Pego já tinha recebido do sr. ajudante-general ordem de ir á fortaleza de Santa Cruz buscar o 1º de Artilharia, e trazer da de S. João 100 praças, ordenei que ficasse este contingente guarnecendo o Arsenal de Guerra e marchasse o mesmo coronel com aquelle batalhão, tomando alli as boccas de fogo a que já me referi, que deviam seguir

para o referido Quartel, onde não havia uma só. Ordenei tambem ao sr. coronel Andrade Pinto, que encontrei, ao entrar na secretaria da guerra, mandasse vir immediatamente para o mencionado Quartel toda a força de que dispunha, de infantaria e cavallaria, pois destas poucas praças alli havia. Tendo assim providenciado, ia entender-me com os srs. visconde de Ouro preto e barão do Ladario, que estavam no Arsenal de Marinha, quando recebi do mesmo sr. visconde um chamado. Ahi chegando, communiquei a s. ex. as providencias que tinha tomado e requisitei de ss. exs. mais forças, escrevendo então o sr. visconde de Ouro Preto, para esse fim, ao sr. ex-presidente do Rio de Janeiro, e de cuja carta foi portador o meu ajudante de ordens.

Diz s. ex. que, em chegando eu ao Arsenal de Marinha, "convidei-o para acompanhar-me até o Quartel-General, dizendo que sua presença era necessaria para animar a resistencia", repetindo ainda em um outro ponto "que lá se foi metter a meu chamado". Não ha tal, a s. ex. não disse que a sua presença era necessaria para animar a resistencia: perguntei, apenas, a s. ex. se queria acompanhar-me, o que accedeu, resolvendo depois o contrario, a pedido dos srs. ex-ministros da marinha e da justiça, unicos que alli então se achavam e aos quaes não fiz convite algum, nem nesta occasião, nem em outra qualquer. No emtanto, tem s. ex. a coragem de dizer que o attrahi á secretaria da guerra, e que o sr. barão do Ladario foi ferido na occasião em que attendia ao meu appello, o que é inexacto, e tanto que neste ponto appello para o mesmo sr. barão. Regressei, pois, só áquella secretaria, onde espontanea e successivamente, ás 6 1|2 horas, mais ou menos, chegaram o sr. ex-presidente do conselho e os demais srs. ex-ministros. Diz o sr. visconde de Ouro Preto que notou alli a falta de preparativos para a resistencia, o que admira, pois, quando s. ex. chegou, estavam-se reunindo no pateo dos quarteis do campo da Acclamação o 1° de Infantaria, que estava apenas com 40 praças, por estar o batalhão de guarnição, o 7° da mesma arma, com 120, por ter eu mandado uma companhia occupar o morro do Castello, o Corpo Militar de Policia desta capital, com 450, inclusive 30 de cavallaria, o Corpo de Imperiaes Marinheiros, com 156 e duas metraladoras, o Corpo de Fuzileiros Navaes, com 120 o Corde Bombeiros, com 240, ao todo 1.126 praças todas já municiadas, excepto as do Corpo de Bombeiros, que, no quartel do campo, receberam armamento e munição. Não me recordo de ter dito, quando chegou o corpo de policia desta capital — "agora, sim, temos gente sufficiente e estamos bem", como disse s. ex. Tendo sabido que, unido ao destacamento do 24°,

que estava na Escola Militar, estava em movimento o corpo de alumnas da mesma escola, já tinha ordenado ao sr. ajudante-general mandasse postar no Largo da Lapa o 10° de Infantaria, afim de obstar que á 2ª Brigada se reunisse a elle.

Já tinha determinado fossem apresentados ao sr. commandante do mesmo 10° oito praças de cavallaria de policia, para transmittirem ao sr. ajudante-general quaesquer noticias, sendo eu informado depois que ao referido corpo de alumnos se tinha incorporado esse batalhão; e avisado de que estava em marcha a 2ª Brigada, tinha ordenado ao sr. brigadeiro Amaral fosse expôr ao sr. visconde de Ouro Preto, que estava no Arsenal de Marinha, o que havia, e requisitar mais força ao sr. barão do Ladario.

Ao sr. ajudante-general tinha recommendado reiterasse às ordens para que, immediatamente, para o campo da Acclamação, viesse o 1° de Artilharia, que já devia estar no Arsenal de Guerra. Como o corpo de policia do Rio de Janeiro, 1° de Engenheiros e o 24° de Infantaria, não pôde aquelle batalhão reunir-se ás forças que estavam no pateo dos quarteis do mesmo campo. Como declarara ao sr. ajudante-general, já tinha nomeado o sr. brigadeiro Barreto para commandar a brigada provisoria, que seria composta do Corpo Militar de Policia desta capital, Imperiaes Marinheiros e Fusileiros Navaes, ao todo 726 praças, e pretendia dar ao sr. general barão do Rio Apa a 1ª Brigada, que lhe pertencia, reforçada com os outros corpos, que eu esperava. Portanto, quando s. ex. chegou á secretaria da guerra, já tinha eu tomado as necessarias providencias.

Não ponderei a s. ex. ser de grande alcance a organização de uma força que, no caso de ser o Quartel-General atacado, por sua vez acommettesse os sublevados pela retaguarda; nem foi lembrado o nome do sr. brigadeiro Amaral que era quartel-mestre-general, para commandar força alguma. Apparecendo em frente á secretaria um piquete de cavallaria como explorador da 2ª Brigada, ordenei ao mesmo sr. brigadeiro Barreto, que ia então marchar com a brigada provisoria, o mandasse aprisionar, e seguisse logo a impedir a marcha da 2ª Brigada, como presenciaram os srs. ex-presidente do conselho e demais ex-ministros.

Tardando communicação da brigada provisoria e não sabendo o que estava ella fazendo, entendi-me com o sr. ajudante-general, que mandou então o sr. capitão João da Silva Torres saber o que havia, vindo afinal eu a ser informado que tinha aquella brigada feito alto junto á estação da estrada de ferro, estando em frente com a 2ª Brigada o sr. marechal de campo Deodoro, quando calculara eu estar ainda muito

adiante. Não podia, portanto, contar o governo, nem com a brigada provisoria, nem com o 10° de Infantaria e apenas dispunha de 400 praças, cuja dedicação ao dito governo era duvidosa. O 7° de Infantaria, que devia fazer parte da 1ª Brigada, ainda não se tinha incorporado a ella, tendo assim á sua disposição o sr. general barão do Rio Apa apenas quarenta (40) praças do 1° de Infantaria, por estar o batalhão de guarnição, e por ter o 10° marchado para o Largo da Lapa. Não tendo chegado o 1° de Engenheiros nem o 1° de Artilharia com as 16 boccas de fogo, nem o Corpo de Policia de Nitheroy, nem o 24° de Infantaria, que estava na ilha do Bom Jesus, nem o reforço de marinha, frustrados todos os meios empregados para a resistencia, por terem a brigada provisoria e o 10° de Infantaria confraternizado com a 2ª Brigada e com o corpo de alumnos da Escola Militar, collocou-se o sr. marechal de campo Deodoro, que estava á frente de dous mil homens, mais ou menos, diante da secretaria da guerra, com 16 boccas de fogo de Krupp, estendidas em linha de batalha, bem como a infantaria e cavallaria, sabendo eu nessa occasião que fôra ferido o meu collega e amigo sr. barão do Ladario.

A mim não cabe, portanto, a responsabilidade do insuccesso das medidas que tomei, muito a tempo de evitar o desfecho dos acontecimentos de 15 de novembro. Se não puz em pratica os meios, barricadas, etc., de que falla s. ex. e os quaes não me esqueceria de empregar em occasião opportuna, foi porque, além de ser offensiva a posição do governo, esperando eu até poder ainda fazer marchar a 1ª Brigada, reforçada, se precipitaram os acontecimentos de tal modo que não havia mais tempo para tratar-se da defensiva, além de que nem força havia para levantar barricadas, e occupar diversas ruas. Nestas condições reunido o gabinete para deliberar, declarei que julgava sem exito qualquer resistencia exprimindo-se do mesmo modo os srs. generaes Floriano Peixoto e barão do Rio Apa, resolvendo então o ministerio pedir demissão, telegraphando o sr. visconde de Ouro Preto ao ex-imperador que estava em Petropolis. Nesta occasião offereceu-se o sr. ajudante-general para ir communicar essa resolução ao sr. general Deodoro. Ao ser entregue ao sr. director geral da secretaria o telegramma, que devia ser expedido, ouviram-se vivas no pateo dos quarteis, verificando-se que nelle penetrara o sr. marechal Deodoro, reunindo-se nesta occasião ás forças que estavam em frente á secretaria as que alli se achavam, excepto o Corpo de Bombeiros. Logo depois, achando-me no salão da secretaria, vieram dizer-me que estava no gabinete o mesmo sr. marechal, pelo que, para

alli encaminhei-me, ouvindo parte das queixas que em nome do exercito estava elle expondo aos srs. ex-presidente do conselho e ex-ministro da justiça, as quaes terminou dirigindo-me em camaradagem algumas palavras. Mais tarde retiraram-se os srs. ex-ministros, que acompanhei até ao portão da secretaria, tendo-se conservado sempre serenos, não tendo-me constado que houvessem offerecido ao ministerio sahida pelos fundos do edificio. Pela exposição succinta, mas verdadeira, dos factos, que faço patenteia-se que até á ultima hora cumpri rigorosamente os meus deveres. Foi esta sempre a norma de minha vida onde jámais vacillei no cumprimento de deveres. Ficam, com esta exposição, ainda destruidas completamente as injustas apreciações que de mim fez um diario desta capital, a proposito do manifesto do sr. visconde de Ouro Preto, apontando-me "como de indole irresoluta", e accrescentando "ter contado sempre o gabinete 7 de junho com minha firme condescendencia em medidas contra o exercito". De facto, está patente que de minha parte não houve irresolução alguma na maneira por que procedi em face dos acontecimentos de 15 de novembro.

Era bem clara a linha de conducta que me cumpria seguir, e segui-a sem vacillações, providenciando até onde me foi possivel, e como a situação reclamava. Não sómente nessa occasião, mas em todos os momentos de minha vida publica assim me tenho portado, não discutindo o que tenha a fazer, não vacillando, e, antes, me havendo sempre com a maior isenção e firmesa.

Onde a firme condescendencia para com o gabinete 7 de junho? E' grave injustiça semelhante accusação, e a prova o meu procedimento como ministro da guerra desse gabinete, e o não haver jamais cogitado elle em tomar medidas odiosas contra o exercito.

A esse respeito acham-se todos inteirados de que eram falsos completamente os boatos de dissolução do exercito, embarque de mais dois batalhões, etc., ao que tudo já me referi nesta exposição. Só os que me não conhecem, ou ignoram o modo por que costumo desempenhar-me de obrigações a meu cargo, poderão, ainda que sem prova possivel, julgar-me por esta fórma. Não tenho por habito jactar-me do que faço, e, se por esta maneira agora me exprimo, é no intuito apenas de acobertar-me contra os injustos conceitos a que me referi.

Tendo exposto com toda a exactidão e franqueza o que se passou na manhã de 15 de novembro e convencido de haver posto ao serviço da patria e do exercito durante mais de quarenta annos o esforço da minha intelligencia, dedicação e leal-

dade, tranquillo aguardo o juizo dos meus contemporaneos sobre o modo por que procedi.

Termino, aproveitando o ensejo para declarar que deixei de contestar diversos boatos que correram e publicaram alguns jornaes em relação á minha pessoa, por ter no mesmo dia em que ia contestal-os apparecido o decreto que reformou-me por motivos de ordem publica, o que me resguardava contra qualquer injusto conceito, quanto á posição que, como ministro da guerra do gabinete 7 de junho, assumi em frente aos acontecimentos que acabo de expôr, em restabelecimento da verdade.

Visconde de Maracajú.

Rio, 12 de janeiro de 1890.

IV

Gazeta de Noticias de 23 de março de 1890

Ainda os acontecimentos de 15 de novembro

O artigo que, no *Jornal do Commercio* de 16 do corrente, publicou o sr. visconde de Ouro Preto, replicando a alguns pontos das contestações que oppuz ao seu manifesto obriga-me a pronunciar-me mais uma vez sobre os acontecimentos de 15 de novembro.

Defende-se s. ex. da accusação que lhe fizera, quando notei em seu manifesto o intuito de desculpar-se "accusando-me de não ter agido no sentido de suffocar o movimento", dizendo que não teve, nem podia ter tal intuito, pela obvia razão de não accusar-lhe a consciencia nenhuma culpa, accrescentando que, se tivesse necessidade de desculpar-se, muito maior seria a minha, porquanto, como ministro e ministro da guerra, era eu o primeiro responsavel pelas medidas a adoptar-se em um conflicto com a força armada, notando ainda s. ex. que, se eu proprio affirmara que o ex-gabinete jámais cogitou de medidas odiosas contra o exercito, e declarava ter tomado em tempo todas as providencias para suffocar o movimento, não podia sentir-se na necessidade de desculpar-se.

Pelo facto de não lhe accusar a consciencia nenhuma culpa, não se segue que s. ex. estivesse isento de lhe attribuirem qualquer responsabilidade, sendo por isto acre-

ditavel que julgasse conveniente prevenir-se contra isso, como deprehendi de seu manifesto. Por outro lado, se, na qualidade de militar e ministro da guerra, era eu o primeiro responsavel pelas medidas a tomar-se em um conflicto com a força armada, s. ex. era o primeiro responsavel pela situação politica, e, portanto, não podia reclamar para si a commoda posição de irresponsavel, se lhe fossem arguidos erros ou desacertos. Direi mais: embora tivesse eu tomado as providencias que indiquei, e não houvesse motivo de queixa do exercito, não podendo s. ex. por um lado soffrer censura, podia soffrel-a, comtudo, de outra natureza, sentir-se, portanto, na necessidade, de defender-se contra ella.

Foi o que s. ex. procurou fazer com seu manifesto, atirando sobre mim, como ainda agora o faz, a responsabilidede, como mostrarei, transpirando assim do seu manifesto o intento de desculpar-se.

Não se referindo s. ex. em seu manifesto ás providencias que eu ordenara, limitando-se tão sómente a apontar as que assegura ter tomado, sendo ellas identicas a algumas das que tinha eu reterminado, era natural suppôr que s. ex. havia chamado a si autoria das mesmas.

Assim é que o sr. ajudante-general, a quem o sr. visconde diz ter mandado dar algumas ordens, não só a isso não alludiu, quando com elle conferenciei na madrugada de 15, como nem sequer constou-me que s. ex. tivesse estado no Quartel General. De haver eu tomado aquellas medidas e outras que já referi no artigo que publiquei no *Jornal do Commercio* de 14 de janeiro ultimo, se certificaria s. ex. se ouvisse ao mesmo sr. ajudante-general, e ao sr. ex-commandante do corpo de policia desta capital, com quem entendi-me directamente.

Um ponto do artigo de s. ex. carecedor de reparo é aquelle em que parece ter entendido que em minha exposição de 14 de janeiro increpei ao gabinete de não ter tomado em consideração as queixas do exercito, desculpando-me de não o ter feito por achar-me doente.

Allegando naquella occasião o achar-me doente e ausente do governo tive por fim unico responder ao topico do manifesto de s. ex. no qual se queixava de não ter ou jámais levado ao conhecimento do governo aquellas queixas, o que me cumpria fazer.

Eu proprio escrevi: "eram ellas antigas, e como eu s. ex. devia conhecel-as pelos jornaes, convindo accrescentar que, por motivo de saude, estive afastado da pasta da guerra por espaço de dois mezes."

Se outras houvesse, portanto, era mais natural ignoral-as eu do que s. ex. mesmo porque, ao contrario do que se dava commigo, esteve sempre á testa dos negocios publicos, podendo, por conseguinte, por intermedio do sr. ministro interino da guerra, que substituiu-me por aquelle tempo, ou por si directamente, ser conhecedor disso.

E a prova de que eu tanto ou menos era sabedor de que existiam queixas, é que limitei-me, e isto espontaneamente, a fazer considerações sobre a mudança de parada do 22° de Infantaria, com o fim mesmo de evitar qualquer desgosto; não me cumprindo nada mais fazer depois das ponderosas razões que deu-me para isso o sr. conselheiro C. de Oliveira.

E se então observei que aquelle batalhão era bom e bem disciplinado, não foi porque julgasse que por castigo o iam remover, o que não é crivel, e sim porque naquellas condições era preferivel que demorasse aqui na capital.

S. ex. assim se exprimindo em seu artigo ultimo emprestou-me a idéa de, ainda que de leve e injustamente, culpar, em minha defesa, aos meus collegas de governo, o que se não coaduna com o meu caracter.

De novo insiste o sr. visconde de Ouro Preto em dizer que o convidei para a secretaria da guerra "para animar a resistencia"; e agora basea-se em uma carta do sr. ex-ministro da justiça.

Releve-me o sr. visconde insistir na negativa, ainda que muito me mereça a palavra do meu ex-collega da justiça.

Contestei aquelle ponto do manifesto de s. ex., e com isso tive em vista principalmente repellir o que podia parecer da parte de s. ex. um fim injurioso; hoje o faço por amor á verdade, tão sómente, pois perdeu toda a importancia aquella phase que me imputa, desde que s. ex. tirou-lhe o caracter de offensiva.

Assim tambem protesta o sr. visconde em seu artigo, contra a intenção que lhe tivessem attribuido ao repetir uma phrase que pronunciei em relação ao sr. capitão Felippe Camara.

S. ex. labora ainda, porém, em um engano, qual seja dizer que lhe fallei ao ouvido do que não tinha necessidade.

Affirma o sr. visconde agora que advinhava nas minhas expressões que os laços da disciplina estavam rotos.

Não concordará s. ex. commigo, que assim sendo, seria até imprudente apurar em um momento anormal, o que

em quadra regular poderia ser punido, tanto mais quanto aquelle official se dirigira a s. ex. de uma maneira respeitosa, e fôra provocado por uma interrogativa do sr. visconde? Podia s. ex. admirar-se de que naquelle momento estivessem rotos os laços de disciplina?

Dizendo ao sr. visconde que o sr. capitão Camara era filho do visconde de Pelotas e ajudante de ordens do sr. ajudante-general (o que s. ex. omittiu), outro não poderia ser meu intento senão significar-lhe que o sr. capitão Camara, por aquelles motivos — ser filho do visconde de Pelotas que era amigo do governo e ajudante de ordens do sr. ajudante-general — que era um funccionario de confiança — não devia inspirar-me duvidas, e antes merecer-nos confiança, relevando-se-lhe uma falta relativamente pequena ao que se passava, e na qual não havia intento de incutir desanimo ao gabinete.

Foi o que s. ex. não adivinhou nas minhas palavras, e nellas tão sómente se continha.

No sentido de mostrar que eu proprio no dia 12 tranquillizei-o sobre a possibilidade de dar-se um movimento, o sr. visconde transcreveu uma parte de minha exposição, na qual dizia que "se naquelle dia (12) pronunciei-me de modo a não julgar imminente um movimento militar, baseei-me no que nesse mesmo dia me dissera o sr. ajudante-general."

Conclue depois s. ex.: "Assim tres dias antes de serem as instituições politicas do paiz mudadas por alguns corpos rebellados, o sr. visconde de Maracajú assegurava-me não haver motivo para receiar-se um movimento militar, jurando nas palavras do sr. ajudante-general.

Notarei antes de tudo, que, de ambas as vezes que o sr. ex-presidente do conselho se tem pronunciado sobre os factos de 15 de novembro, tem deixado obscuro o facto de nesse mesmo dia (12) ter assumido, ha poucas horas, o meu ministerio, e tel-o feito depois de uma longa ausencia de dois mezes.

Durante esse longo tempo, nem s. ex. nem qualquer outro collega, nem o sr. ajudante-general, quem quer que fosse, alludiu-me, sequer, a desgostos do exercito contra o gabinete; como, pois, achar-me mais orientado do que s. ex.?

Como desconfiar que houvessem motivos de queixa do exercito, quando dos meus camaradas, durante minha molestia e posteriormente, publicamente, recebera tantas provas de estima e de apreço?

Como culpar-me, se ao inverso do que se dera commigo, se achara s. ex. sempre á frente do gabinete, tendo por isso maiores razões do que eu para não ignorar, e no emtanto, horas antes do pronunciamento é que o sr. ex-presidente do conselho recebeu o primeiro aviso do sr. chefe de policia, como ainda agora o repete?

E se acaso outros anteriores recebeu, porque, já não digo antes, mas ainda no dia 12, delles não me fallou e apenas referiu-se a cartas anonymas a que não dava muita importancia, como adiante mostrarei, transcrevendo a propria confissão disso que fez no seu manifesto?

Mas s. ex., nas vezes que nos encontrámos em minha residencia, durante minha molestia, em nada me fallou!

Portanto, sómente no dia 12, ao reassumir minha pasta, é que poderia ter colhido a primeira noticia, e essa foi-me dada pelo sr. ajudante-general tal como referi a s. ex.

Convém accrescentar que no dia 12, embora não julgasse, pelo que ouvira do sr. ajudante-general — imminente um movimento militar — lembrei a s. ex. a conveniencia de mandar desmentir pela imprensa os boatos que então circulavam com o fim de indispôr o exercito com o gabinete, ao que s. ex. não annuiu, como detalhadamente referi em minha exposição e o proprio sr. visconde affirmou, relatando uma entrevista que teve com um redactor do *Jornal do Commercio.*

O sr. visconde diz que o tranquillizei — jurando nas palavras do sr. ajudante-general.

Nem é de extranhar que o fizesse, quando elle era uma autoridade competente para bem informar, pelo facto de, em razão de seu cargo, ver-se sempre em contacto com a guarnição, além de que era um funccionario da confiança do ministerio.

Continúa s. ex.: "nessa occasião não se referiu s. ex., como parece dar a entender, a desgostos do exercito contra o gabinete; alludiu, sim, a desgosto de um ou outro official desattendido em suas pretenções, accrescentando, recordo-me bem, como sempre os ha em todos os tempos."

S. ex. recorda-se mal.

Na propria phrase que transcreveu de meu artigo, lá está "que o exercito estava desgostoso com o gabinete por suppôr que elle lhe era infenso, e sendo esse desgosto motivado por suppôr-se que eram reaes as noticias que circulavam e desagradaveis; lembrei, por isso, a conveniencia de mandar desmentil-as, o que s. ex. não julgou preciso, dando-me as razões que já indiquei em meu artigo.

Para remover esse mal — os desgostos do exercito por acreditar nos boatos mentirosos que corriam, não era ne-

cessaria larga conferencia, bastando para isso desmentir os boatos.

Não procede, pois, o dizer s. ex. "se tivesse alludido a desgostos do exercito, não em ligeira conversa, mas em larga conferencia, disso nos teriamos occupado."

Contestando o topico da minha narração em que, referindo-me ao seu manifesto apontei equivoco em dizer que eu o tranquillizara ainda no dia 14, exprime-se s. ex. de fórma a fazer crer que o julguei em equivoco por ter s. ex. affirmado que eu lhe assegurara, em caso de perigo, contar com a 1ª Brigada, ao menos.

São cousas bem diversas.

Em haver dito s. ex. que o tranquillizara no dia 14 sobre a possibilidade de dar-se o movimento é, que o contestei, como se vê do seguinte topico que s. ex. pretendeu responder: "Continúa o sr. visconde de Ouro Preto: no mesmo sentido se pronunciou o sr. visconde de Maracajú a 14 de novembro em entrevista commigo", isto é, que o tranquillizei. Ha por certo equivoco.

Mostrarei que s. ex. não podia mesmo refutal-o.

Poderia estar eu confiante no resultado do movimento, e não o estar quanto á possibilidade de realizar-se elle.

O sr. visconde de Ouro Preto afastando-se do ponto ferido por mim, responde como se eu o tivesse atacado em ponto diverso.

Jámais contestei que houvesse dito contar em qualquer emergencia com a 1ª Brigada, isso, porém, não equivale a dizer que duvidara de ser alterada a ordem publica, a menos que s. ex. não quizesse beber esse talento naquella primeira phrase, o que não é razoavel crêr-se.

Por um topico de meu artigo que s. ex. não reproduziu e precedia immediatamente ao que foi transcripto por s. ex. e começa por estas palavras: Disse-lhe nessa entrevista, etc. — verá o leitor: 1°, que não podia eu tranquillizar a s. ex.; 2°, que não foi s. ex. a primeira fonte que deu-me aquellas noticias; 3°, que não foi dessa entrevista que recebi inspiração para providenciar.

Eis o topico alludido:

"Correndo nesse dia (14) algumas noticias alarmadoras ia até entender-me com o sr. ajudante-general quando recebi do mesmo sr. visconde um chamado urgente, referindo-me s. ex. o que eu acabava de saber e fallando de uma carta assignada que recebera e entregara ao sr. ajudante-

general, e alludindo á outros anonymos á que não dava muita importancia."

Permanece, portanto, illeso o equivoco de s. ex. que apontei na minha exposição.

No intuito de defender-se do que não argui-lhe, como já expliquei, continúa o sr. visconde.

"Portanto até o dia 14 de novembro, cerca de meio dia, quando conferenciou commigo, no Thesouro, nenhuma providencia acudiu ao sr. visconde de Maracajú para evitar, ou reprimir qualquer movimento militar, tanto que sorprendeu-se ouvindo logo depois o sr. ajudante-general dizer-lhe: *estamos sobre um vulcão.*"

Não o contesto e não cessarei de repetir o que s. ex. sempre esquece e muito importa saber, isto é, no dia 14, cerca de meio-dia, completavam-se apenas 48 horas que eu reentrara para o governo, e isso depois de uma ausencia por molestia, durante a qual foi-me aconselhado o mais absoluto repouso.

Durante essas 48 horas tive as seguintes informações: as do sr. ajudante-general, a 12, dizendo que nada havia a receiar; uma advertencia do sr. conselheiro L. de Albuquerque a qual ainda motivou ir entender-me de novo com o sr. ajudante-general que ainda animou-se; e finalmente a que me deu s. ex. alludindo a cartas anonymas á que não dava muita importancia, como se vê das proprias palavras do seu manifesto: — "Não, confesso, torno a dizel-o, a minha ingenuidade. Não acreditei nunca em uma conjuração militar. Attribui sempre os avisos anonymos que me eram dirigidos a algum individuo ou a algum grupo de interessados (aliás concebidos em termos vagos e sem articulação de factos ou nomes), que esperavam arrastar o governo a medidas de precaução que excitassem resentimentos e o prejudicassem, si adversarios eram os avisadores, ou no caso de serem simples ambiciosos, abrissem espaço á satisfação de aspirações que só lograriam vingar, afastados das commissões e cargos que exerciam aquelles officiaes, contra quem por acaso o governo se acautelasse."

Se até o dia 12 ninguem avisou-me, se essas foram as unicas informações que tive eu dahi até cerca de meio-dia de 14, e que apezar de frageis eram destruidas pelo que me dizia o sr. ajudante-general; se outras fontes não me foram abertas; se só momentos antes de ir ter com o sr. visconde se providenciou, fui informado da gravidade da situação, por noticias alarmadoras que corriam nesse dia 14 como recahir-me a censura por não tel-o feito antes, por não ter sido eu prevenido por ninguem até essa hora?

Como posso eu ser responsabilizado pelo que não era de prever, e s. ex. não?

Pelo exposto vê-se ainda ser natural o sorprender-me ao ouvir o sr. ajudante-general dizer-me "estamos sobre um vulcão", embora accrescentasse elle que *esperava serenar os animos com as providencias que já tinha tomado e outras.* Só dahi em diante, por esse motivo dei outras providencias, além das que o sr. ajudante-general me dizia ter tomado e já eram insufficientes, apezar de não ser de todo desanimadora a phrase do sr. ajudante-general. Mas entende s. ex. que se depois de ouvir eu ao sr. ajudante-general, acreditasse realmente que estavamos sobre um vulcão, não me limitaria ás poucas providencias que tomei.

Estas, porém, eram sufficientes por não se contar com a revolta nessa madrugada, o que foi sorpreza para todos, inclusive para s. ex. que foi horas antes avisado em sua casa pelo sr. conselheiro ex-chefe de policia como ainda agora o affirma em seu artigo, e sim para a seguinte noite ou mesmo no dia immediato como declarei em minha exposição. Esse foi o motivo por que guardei para o dia seguinte a conferencia que ia ter com o meu collega da marinha, além de que retirara-me tarde da secretaria.

Diz ainda s. ex.: *retirando-se tranquillo para casa de seu irmão.*

O facto de retirar-me para alli, onde costumava pernoitar sempre que exigia o interesse publico, mostra que não estava tranquillo, além de que prevenira ao sr. ajudante-general e a diversos meus empregados, do logar em que ia pernoitar, recommendando que me fosse communicado qualquer acontecimento. Não me cumpria, como entende s. ex. que devia fazel-o, verificar se o sr. ajudante-general desempenhava o que lhe incumbira. A responsabilidade do elevado cargo que exercia o sr. tenente-general Floriano Peixoto, alliada á confiança que merecia do gabinete, eram garantias seguras de que cumpriria as ordens que lhe dei. Se não fiz a s. ex. qualquer communicação da entrevista que tive com o mesmo sr. tenente-general, foi porque o sr. visconde me disse mesmo, que, attento ao meu estado de saude, lhe mandasse informar pelo ajudante-general do resultado da conferencia que com este tivera; e sómente no dia immediato soube que o sr. ajudante-general não poude comparecer na residencia de s. ex., como já referi em minha exposição. Ao facto de haver-me eu limitado áquellas providencias, não é que se deve o insucesso do ex-gabinete, pois que outras foram dadas a tempo de evital-o, não o conseguindo como mostrarei.

De facto: apezar de, sómente ás 2 1|2 da madrugada, ter recebido a primeira noticia alarmadora, não obstante ter recommendado que me fosse feita qualquer communicação, sahindo nessa mesma hora, providenciei de modo e tempo de evitar aquelle insuccesso e dessas providencias fiz sciente a s. ex. e aos collegas da justiça e marinha, no Arsenal de Marinha, onde se achavam e cheguei não depois de insistentes chamados como diz o sr. visconde, sim apenas um que me chegou ás mãos quando para lá já me encaminhava.

Não á fatalidade do destino, como diz afinal s. ex. e muito menos a haver eu tomado tardiamente as providencias, o que se deprehende do corpo de seu artigo, deve attribuir o quanto se passou na madrugada de 15 de novembro.

S. ex. não póde imputar-me falta por não ter advinhado o que estava longe de prevêr, isto é, que as forças mandadas pelo governo confraternizassem com as sublevadas. S. ex. foi, como eu, sorprendido, nada justificando até então uma suspeita. Olhe s. ex. para a Historia do Paiz em que se acha, e ahi encontrará dous factos de natureza identica ao que se deu entre nós. Um delles foi quando a guarda nacional, em Lisbôa, sublevando-se, depoz o gabinete presidido pelo marechal duque da Terceira, o qual nada poude fazer, apezar do seu prestigio politico e principalmente do que gozava como militar; o outro foi quando as tropas, sob o commando do rei D. Fernando, abandonando-o, se uniram ao exercito, muito menos numeroso, do marechal duque de Saldanha, que entrando em Lisbôa, depoz tambem o ministerio, sendo nomeado presidente do conselho. Verdade é que as instituições não decahiram então, mas será crivel, para quem testemunhou os factos, que fosse isso possivel da minha parte evitar depois de deposto o gabinete presidido por s. ex.?

Se como militar, ministro da guerra, não podia eu ser responsavel pelos factos que aqui se deram, desde que tudo foi devido á falta de cumprimento das minhas ordens, s. ex. faria grande injustiça profligando meus actos.

Queixou-se o sr. visconde de Ouro Preto da imputação de má fé que atirei-lhe em rosto a tantas mil leguas de distancia... Seja dito de passagem que era isso aliás justificado pelo modo por que se exprimira s. ex. em seu manifesto, não sendo eu o unico que notou no que disse s. ex. a intenção contra a qual agora protesta. Muito mais doloroso me seria vêr atirada á face a injustiça e a injuria de uma responsabilidade, e isso do estrangeiro, onde não era conhecido, e por um patricio e collega de governo.

Pondere ainda s. ex. que semelhante accusação chegava, quando em um telegramma passado para Lisbôa. se dizia que eu fôra reformado por faltar á patria e ao exercito,

a quem tenho servido durante longos annos, com lealdade e patriotismo.

A injustiça cercava-me de todos os lados, e o que mais é, ella me era atirada dentro e fóra do paiz por compatriotas que sabiam o contrario do que affirmavam. Folgo de ver que s. ex. protesta, dizendo, referindo-se a mim: "Nunca o julguei capaz de um acto de perfidia!!" Esse protesto aproveita mais aos creditos do caracter de s. ex. do que a mim mesmo.

Não só o sr. visconde de Ouro Preto, mas o paiz inteiro faz-me essa justiça.

Visconde de Maracajú.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1890.

CAMARA DOS DEPUTADOS

V

Discursos pronunciados na sessão de 11 de junho de 1889

— O SENHOR VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*) (*attenção, silencio*):

SR. PRESIDENTE, tenho a honra de apresentar á Camara dos srs. Deputados o ministerio de 7 do corrente mez.

Si nem todos os illustres companheiros que se dignaram de prestar-me sua coadjuvação, são conhecidos de alguns dos nobres membros desta casa, em compensação conhece-os bem o paiz, a cujo serviço consagraram-se de longos annos com o maior devotamento.

Cumpre-me informar a Camara como se organizou o ministerio de 7 de junho e quaes são os seus intuitos.

Pouco depois das duas horas da tarde do dia anterior, foi-me entregue um telegramma expedido de Petropolis pelo meu honrado amigo o sr. senador Saraiva, convidando-me, de ordem de S. M. o imperador, a comparecer no paço daquella cidade com urgencia.

Obedeci, embarcando á hora determinada, 4 da tarde. Procurei entender-me em caminho com o meu illustre collega, mas na ponte de Mauá soube com pezar, que s. ex. viera pela estrada de ferro do Norte.

Na estação de Petropolis avistei-me com sua magestade, que me marcou ás 8 1|2 da noite para uma conferencia.

Pontualmente apresentei-me ao imperador, ignorando do que se tratava por não ter podido fallar ao senhor conselheiro Saraiva, embora como homem politico conjecturasse a tal respeito.

Segundo o prudente exemplo dos meus distinctos predecessores, eu tambem protocolizei o que se passou entre mim e o chefe do Estado, afim de não proferir uma palavra de mais ou de menos, e peço licença á Camara para ler os meus apontamentos.

— O Sr. Coelho Rodrigues: — *Verba volant, scripta manent.*

— O sr. visconde de Ooro Preto (*presidente do Conselho*): Sim senhor (lê):

"Apresentando-me ao augusto chefe do Estado, sua magestade dignou-se de dizer-me que tendo-se o nobre senador pela Bahia recusado a organizar ministerio, resolvera encarregar-me dessa missão; desejando porém, antes disso ouvir-me sobre a situação do paiz. Agradecendo tão alta prova de confiança respondi ao imperador: Vossa magestade terá seguramente notado que em algumas provincias se agita uma propaganda activa, cujos intuitos são a mudança da fórma de governo. Essa propaganda é precursora de grandes males, porque tenta expôr o paiz aos graves inconvenientes de instituições para que não está preparado, que não se conformam ás suas condições e não podem fazer a sua felicidade (*apoiados geraes*).

"No meu humilde conceito, é mistér não desprezar essa torrente de idéas falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecel-a, inutilizal-a, não deixando que se avolume. Os meios de conseguil-o não são os da violencia ou repressão; consistem simplesmente na demonstração pratica de que o actual systema de governo tem elasticidade bastante, para admittir a consagração dos principios mais adiantados, satisfazer todas as exigencias da razão publica esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da patria, sem perturbação da paz interna em que temos vivido durante tantos annos (*apoiados geraes*).

"Chegaremos a esse resultado, senhor, emprehendendo com ousadia e firmeza largas reformas na ordem politica, social e economica, inspiradas na escola democratica; reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem improficuas. O que hoje bastará, amanhã será talvez pouco.

"Portanto, conclui, a situação do paiz define-se, a meu ver, por uma formula — *necessidade urgente de reformas liberaes.*"

(*Interrompendo a leitura*). Determinou-me sua magestade que positivasse com precisão quaes as medidas que me proporia a realizar para fazer face á situação.

Retorqui que estavam comprehendidas no programma do partido liberal.

— O SR. DUARTE DE AZEVEDO — Agora já não lê.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Não, repito de cór. Já li estes apontamentos perante o Senado e v. ex., que foi meu mestre, bem sabe que sempre tive boa memoria (*Hilaridade*).

Continuarei a narração (lê): "Retorqui ao imperador " que essas reformas estavam comprehendidas no programma " approvado pelo congresso do partido liberal, ultimamente "reunido nesta Côrte e do qual fôra eu um dos iniciadores, "programma que tem por idéas capitaes as que passava a " enumerar."

— UM SR. DEPUTADO: E na ordem que devem ser realizadas?

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): V. ex. depois verá (*Apartes*).

A execução não depende só de mim, mas tambem dos representantes da nação. Ouçam-me vv. eex. e se algumas das idéas que vou expôr-lhes agradar-lhes e quizerem coadjuvar-me, não ponho duvida em acceitar tão preciosa collaboração.

Não creio, porém, que m'a concedam; tantos apartes estão mostrando a boa vontade que anima os nobres deputados (*lê*):

"Determinou-me sua magestade que positivasse com pre- "cisão quaes as medidas que me proporia a realizar para " fazer face á situação.

" Observei que estavam comprehendidas no programma " approvado pelo congresso do partido liberal, ultimamente "reunido nesta Côrte e do qual fôra eu um dos iniciadores, "programma que tem como idéas capitaes as que passava a " enumerar:

" Alargamento do direito de voto, mantido o alistamento " vigente e considerando-se como prova da renda legal o " facto de saber o cidadão ler e escrever, com as unicas res- " tricções da exigencia do exercicio de qualquer profissão li- " cita e do gozo dos direitos civis e politicos. Ampliação dos " districtos eleitoraes."

— UM SR. DEPUTADO: Ahi está a restricção. O alistamento pode ser mais restricto do que o actual.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): Perdão; v. ex. não ouviu ou não me comprehendeu.

Si mantenho o actual alistamento e faço nelle incluir novas classes como póde ser mais restricto?! (*continuando a leitura*):

"Plena autonomia dos municipios e provincias. A base
" inicial desta reforma é a eleição dos administradores mu-
"nicipaes e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes
"de provincia, recahindo sobre lista organizada pelo voto
" dos cidadãos eleitores.

" Prescrever-se-hão em lei o tempo de serventia desses
" funccionarios, os casos em que possam ser suspensos e
" demittidos e os da intervenção do poder central, para sal-
" vaguarda dos interesses nacionaes que possam perigar.

" Effectividade das garantias já concedidas por lei ao
" direito de reunião; liberdade de cultos e seus consecta-
" rios, medidas aconselhadas pela necessidade da assimilação
"na familia brasileira dos elementos estranhos, provenientes
"da immigração, que convém facilitar na maior escala.

" Temporariedade do Senado."

— VOZES: Deve ser a primeira.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Si vv. eex. promettem auxiliar-me, contem commigo.

— VOZES: Poderia tratar disso na presente sessão.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Repito; não tenho duvida; mas depois das leis de meios.

— O SR. PEDRO LUIZ: — E' o começo da republica.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Não; é a inutilização da republica.

Sob a monarchia constitucional representativa podemos obter com maior facilidade e segurança a mais ampla liberdade. (*Cruzam-se numerosos apartes; o sr. presidente faz soar os tympanos.*)

Não se incommode v. ex., sr. presidente; esta tempestade não me assusta. Ao contrario, alegro-me com ella. Eu prefiro esta agitação, signal de vida e movimento, ao morno silencio, que por tantos dias reinou nesta casa, que devera ser a officina activissima do trabalho nacional! (*apoiados, muito bem.*) Eu a prefiro, porque é da luta activa dos partidos, é do choque das idéas, que surgirá a grandeza da patria! (*apoiados; muito bem.*)

Consintam os nobres deputados que continue (lê): "Reforma do conselho de Estado, para constituil-o meramente "administrativo, tirando-lhe todo o caracter politico;

"Liberdade de ensino e seu aprefeiçoamento;

" Maxima reducção possivel nos direitos de exportação;

" Lei de terras que facilite a sua acquisição, respeitado " o direito dos proprietarios;

" Reducção de fretes e desenvolvimento dos meios de ra- " pida communicação, de accordo com um plano previamente " assentado;

"Finalmente, animar e promover a creação de estabeleci- " mentos de credito, que proporcionem ao commercio e es- " pecialmente á lavoura os recursos pecuniarios de que ca- " recem.

" Muito respeitosamente, e com toda a franqueza, de- " clarei ao imperador que, homem de partido, preso aos seus " compromissos e não podendo bem servil-o sem o apoio da "maioria dos meus correligionarios, não me era dado acceitar " o governo senão para executar este programma.

"Accrescentei que, não sendo possivel iniciar simulta- " neamente tantas medidas, e tendo ficado resalvada, " por " deliberação do congresso, completa liberdade de acção ao " membro do partido, que fosse chamado a levál-as a effeito, " quanto á preferencia e opportunidade das reformas que de- " vessem ser adoptadas, pela minha parte julgava imprescin- " diveis e mais urgentes o alargamento do voto e autonomia " das provincias, concedendo-se ao Municipio Neutro governo " e representação proprios, como reclamavam sua população " e riqueza.

" Em prol destas providencias, daria todos os meus es- " forços, encaminhados tambem, em outra ordem de inte- " resses, aos seguintes fins:

" Elaboração dum codigo civil;

" Conversão da divida externa;

" Amortização do papel moeda;

"Equilibrio da receita publica com a despesa pelo menos "ordinaria.

" Fundação de estabelecimentos de emissão e credito es- " pecialmente para fomentar o augmento da producção.

"Observei mais a sua magestade que, não podendo es- " perar a approvação de semelhante politica de uma camara "composta em grande maioria de adversarios meus, me li- "mitaria a pedir-lhe os meios de governo, contando que as "proximas eleições, a que presidiria a mais completa liberdade "para todas as crenças, me trariam os elementos precisos, "que a nação não recusará a quem dest'arte se propuzer a "satisfazer suas mais fundas aspirações.

" Approvando a marcha que assim pretendia seguir no "governo, si me fosse confiado, ordenou-me sua magestade "que organizasse o ministerio, recommendando-me que o

"fizesse em breve tempo, pois a crise por demais se prolon-
"gava."

Cabe-me declarar tambem á Camara que, tendo acceitado a missão de que assim era incumbido, sua magestade perguntou-me si havia já pensado nos nomes dos companheiros que escolheria. Respondi que não cogitara ainda disso, mas podia de momento indicar os amigos cujo concurso acreditava não me seria negado. Declinei 10 ou 12 e tenho a satisfacção de affirmar que nenhum delles foi objecto de impugnação.

Organizei o ministerio com alguns desses amigos por inspiração propria, depois de ter ouvido varios correligionarios.

Portanto a organização é exclusivamente minha. Conservei plena liberdade de acção até o ultimo momento.

— UM SR. DEPUTADO: O Sr. Ruy Barboza não está de accordo com essa historia.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Si v. ex. quizer fazer-me o obsequio de expôr as razões em que se funda o sr. conselheiro Ruy Barboza para contestar a minha narrativa, muito prazer terei em responder-lhe.

— MESMO SR. DEPUTADO — Elle ha-de encarregar-se.

— OUTRO SR. DEPUTADO — Já começou.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — São ballelas sem fundamento. A organização de 7 de junho é exclusivamente minha; eu a concebi, modifiquei, fiz e refiz na minha mente, até o momento de apresental-a ao imperador.

A ultima e definitiva deliberação tomei-a no hotel, em Petropolis, antes de dirigir-me ao paço.

Si carecesse adduzir provas das minhas asserções, eu poderia dal-as, invocando até o testemunho insuspeito de um honrado cavalheiro, alheio aos partidos e ás nossas lutas politicas, mas meu particular amigo de muitos annos, o sr. conselheiro Pinho, uma das notabilidades do commercio desta Côrte, a quem communiquei o meu pensamento poucos minutos antes de ir dar contas ao chefe de Estado de como desempenhara a missão de que me encarregara.

— O SR. THEODORO MACHADO E OUTROS SRS. DEPUTADOS: V. ex., não precisa de dar provas; basta-nos a sua palavra.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Seguramente não preciso dar provas do que affirmo para o paiz que me conhece; mas quero dizer tudo á Camara dos srs. Deputados, porque lhe fallo com o coração aberto.

Sr. presidente, tenho revelado como se organizou o ministerio a que presido e quaes os fins a que se propõe; não posso esperar, nem peço a confiança desta augusta Camara, em que é predominante o voto dos meus adversarios. Reclamo apenas os meios de governo, que não me podem ser recusados, e, em circumstancias identicas, concederam os meus correligionarios a um gabinete conservador.

E' quanto tenho a communicar á Camara dos srs. Deputados e termino aqui, protestando voltar á tribuna, si fôr necessario. (*Muito bem, muito bem.*)

VI

Usaram da palavra os deputados Lins de Castro, Cezario Alvim e João Manoel, o qual terminou o seu discurso exclamando "Viva a Republica!"

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*), (*erguendo-se impetuosamente e com energia*): — Viva a Republica, não! (*Applausos prolongados no recinto e nas galerias.*)

Não e não; pois é sob a monarchia que temos obtido a liberdade, que outros paizes nos invejam e pudemos mantel-a em amplitude sufficiente para satisfazer as aspirações do povo mais brioso! (*Continuam os applausos.*)

Viva a monarchia! fórma de governo que a immensa maioria da nação abraça e a unica que póde fazer sua felicidade e a sua grandeza! (*Enthusiasticos applausos da Camara e das galerias abafam por momentos a voz do orador.*)

Sim ! Viva a monarchia brasileira, tão democratica, tão abnegada, tão patriotica, que seria a primeira a conformar-se com os votos da nação e a não lhe oppôr o menor obstaculo, si ella, pelos seus orgãos competentes, manifestasse o desejo de mudar de instituições! (*Muito bem, muito bem. Grandes demonstrações de adhesão.*)

Lavrando assim o meu protesto em nome das minhas convicções, em nome da lei e dos sentimentos da generalidade dos meus compatriotas, contra as palavras com que terminou o seu discurso o orador precedente, e que jamais deveriam ter soado neste recinto (*apoiados*); eu vou, senhores, tomar em consideração os pontos capitaes dos discursos que acabamos de ouvir. Os debates desta natureza devem ser rapidos e incisivos. O momento, como bem ponderou o nobre deputado pelo Maranhão, é grave e solemne; cumpre antes obrar do que falar.

O ministerio, disse-se, compõe-se de aulicos. Mas quem é o aulico? Será o ministro da guerra? S. ex. já havia ganho todos os seus postos, todas as condecorações que lhe adornam o peito, expondo sua vida em prol da honra e do serviço da patria, nos campos de batalha ou nos pantanos pestilentos das fronteiras septentrionaes do imperio; tinha administrado brilhantemente varias provincias, quando entrou para o paço. E' um dos generaes mais illustres do exercito; não foi o paço que lhe deu merecimento, foi o seu merecimento que para lá o chamou. (*Apoiados.*)

Será o nobre ministro da marinha? E' a primeira vez que se formúla contra s. ex. semelhante argição, si é que tal nome merece a pretendida suspeição. Todos aquelles, que já tiveram assento nesta casa sabem quaes são os principios politicos do meu illustre collega; quanto aos jovens deputados, procurem nos annaes desta camara as idéas do liberalismo mais adiantado e encontral-as-hão firmadas pela iniciativa, pela assignatura ou pelo voto do bravo marinheiro. Mas, o aulico será o nobre ministro do imperio ?! S. ex. é o ex-presidente desta camara, quando nella predominava o elemento liberal. E' o companheiro de ministerio do sr. conselheiro Saraiva, a quem não se accusará de cortezanismo. E' o presidente de varias provincias, em cuja administração deixou vestigios luminosos, é aquelle a quem foram confiados os destinos de Pernambuco em uma épocha difficil, com annuencia da Camara, que mais tarde lhe consagrou unanimemente moção de louvor. E' o professor laureado, o litterato distincto, o homem de Estado, que se sobrelevaria em qualquer paiz do mundo. (*Apoiados.*)

Si a monarchia brasileira tem como cortezãos homens desta ordem, é a melhor das monarchias, porque os officiaes da sua casa não são meros medalhões, cobertos de bordados; sim, servidores distinctos do paiz. (*Apoiados; muito bem.*)

Acaso, o aulico será o presidente do Conselho? Senhores, eu não careço defender-me a esse respeito (*apoiados*); o paiz conhece-me.

Si me resolvi a acceitar honras do paço, foi somente quando acceital-as era motivo para incorrer na censura e odiosidade de certos individuos. Titulos de nobreza já eu os possuia, e os meus foraes estavam registrados em archivos superiores aos de todas as mordomias régias!

Esses archivos são os annaes parlamentares de uma e outra casa electivas, os volumes da legislação do imperio, que encerram fructos do meu trabalho (*muitos apoiados, muito bem, muito bem*), os jornaes que tenho redigido, os

livros que tenho publicado. Não são ainda esses os melhores de que me posso ufanar. Porém, sim, a moralidade do meu lar, e a educação que dei a meus filhos, que hão de elevar o nome humilde, que herdei de meus honrados paes! (*Muitos apoiados, muito bem, muito bem*).

— O SR. COELHO RODRIGUES: — Mas mudou de nome.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Mudei; é certo, mas primeiro porque seria um acto de fraqueza rejeitar um titulo, quando me foi novamente offerecido, e tambem porque, graças a Deus, transmittia esse nome a um filho, que pode levantal-o! (*Apoiados, muito bem, muito bem.*)

Disse-se ainda, que o ministerio é anti-parlamentar. Mas porque anti-parlamentar?... Por não se compôr exclusivamente de membros das duas casas electivas? Effectivamente, é principio acceito do systema representativo que os ministros devem sahir do parlamento.

Esse principio não é absoluto; soffre excepções; applica-se em condições normaes. Supponha-se a hypothese de mudança de politica, quando a opposição conta nas camaras cinco a seis membros. Como, neste caso, organizar ministerio, só com os cidadãos que a ella pertençam?

Eu, sr. presidente, não podia contar nesta casa senão com pequeno numero de correligionarios, e portanto era do meu interesse não reduzil-o ainda mais, escolhendo dentre elles a maior parte dos meus collegas.

Demais, a Camara está representada no gabinete por dois dos seus dignos membros, numero egual ao dos senadores que delle fazem parte, accrescendo que não fiz mais do que outros fizeram antes de mim, chamando para meus companheiros cidadãos extranhos ao parlamento, sem que por isso merecessem qualquer censura.

O general Polydoro, e mais tarde o brigadeiro Manuel de Mello, o brigadeiro Mariano de Mattos, o visconde de Beaurepaire Rohan e o general Caldwell em 1860, 1861, 1864 e 1870, foram ministros com Caxias, Olinda, Zacharias, Furtado e S. Vicente, todos de illustre memoria, sem que pertencessem a qualquer das casas do parlamento e ninguem condemnou esse facto.

Na penultima ascensão conservadora, Alencar e Antão não eram deputados, nem senadores, e entraram para o gabinete do honrado visconde de Itaborahy, sem reparo, antes com applauso de muitos dos nobres deputados, que hoje me arguem porque imitei o precedente!

Na penultima situação liberal, o primeiro ministerio contou nada menos de trez distinctos cavalheiros, que não estavam investidos do mandato popular.

Outros factos poderia eu citar, sr. presidente, do nosso e de paizes estrangeiros, onde o systema parlamentar vigora em toda a sua plenitude, para apoiar o meu procedimento. Entre esses, lembrarei que ainda recentemente o emerito financeiro Goschen fez parte do gabinete britannico, embora não pertencesse nem á Camara dos Communs, nem á dos Pares, e toda a Inglaterra viu-o com o maior prazer occupando alto posto na administração do Estado.

O ministerio deixará de ser parlamentar si nas proximas eleições, a que deverão apresentar-se os seus membros, que não são deputados nem senadores, forem derrotados e não se retirarem.

Esta accusação é, portanto, sem importancia e banal.

Viu-se na entrada de dois militares tambem um erro, senão uma ameaça, mas, ao passo que assim se pronunciavam, os nobres deputados incorreram na mais flagrante incoherencia, porque si esses ministros são dignos dos louvores, que aliás tão merecidamente ss. eexs. lhes teceram, claro é que não se prestarão a ser instrumentos de uma politica anti-patriotica, ou de fins inconfessaveis.

Mas, por que estranhar a nomeação de militares?

Pois, então, para a illustrada maioria desta casa, ou para os nobres deputados, que se declararam republicanos, motivo é de suspeição pertencer á officialidade do exercito ou da armada? (*Apoiados.*)

Ha, por ventura, algum privilegio que prohiba escolher ministros de outras classes, que não sejam as dos bachareis em direito, dos doutores em medicina, dos banqueiros, ou dos padres?... (*Apoiados.*)

Eu tinha de prover as pastas da marinha e da guerra e era natural que para isso me lembrasse antes de um chefe de esquadra ou de um marechal de campos, do que de um sacerdote, embora ardente como o illustre deputado, que acabou de falar. (*Riso.*)

Por via de regra, os ministros denominados *casacas*, quando, nas pastas militares, querem envolver-se nas especialidades, consultam os entendidos. Ora, si elles são excellentes auxiliares como orgãos de consulta, melhor será dar-lhes autoridade propria, porque deliberarão por si, sem necessidade dos conselhos de quem saiba do seu officio. (*Apoiados.*)

Sempre foi de minha opinião, que devemos ter marinha e exercito modestos, compativeis com os nossos recursos, porém tão perfeitamente organizados quanto seja possivel, e por essa razão confiei as respectivas pastas a dois officiaes

generaes, ornamentos das nobres corporações de que são membros (*Apoiados.*)

E' singular, senhores! Antes da organização do ministerio de 7 de junho, clamavam todos contra a exclusão dos militares dos cargos de ministros de Estado. Chamo-os a prestar serviços neste alto posto, e sou censurado. Ha sinceridade nisto?

Já que alludi ao nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, notarei que s. ex. qualificou os meus collegas, ora de caretas, ora de carrancas, dirigindo-lhes outras quejandas amabilidades. Nada mais facil de que retaliar de modo pungente; mas não o farei, não responderei a isso, porque as discussões nesta casa devem manter-se sempre em termos elevados, mormente quando se travam entre representantes de dois poderes, como são o ministerio e a Camara dos srs. Deputados.

Sr. presidente, foi por vezes invocada a grande e incontestada autoridade do sr. Saraiva. Pois bem, peço licença para ler a carta de congratulações que s. ex. dirigiu ao sr. ministro da marinha e que o meu nobre collega me confiou ha poucos momentos, autorizando-me a servir-me della.

O sr. Saraiva diz entre outras coisas (lê):

"Muito bem fez o sr. Ouro Preto dando a militares as
" pastas militares. Estou seguro de que v. ex. fortificará a
"organização da nossa marinha de guerra, fazendo economias,
" e por isso deve contar com todo o sincero apoio de quem é
" de v. ex. admirador e amigo..."

Chamei, repito, militares para o gabinete, porque desejo ver a marinha e o exercito em condições regulares.

Não ameaço, nem quero ameaçar ninguem; o que pretendo é doutrinar e convencer.

O nobre deputado pelo Rio Grande do Norte disse que a actual mudança de politica não póde explicar-se decentetemente, porque o partido conservador tem grande maioria na Camara dos Deputados. Mas, em 1885 e 1886 o partido liberal dispunha de avultada maioria na mesma camara e foi apeado do poder.

O nobre deputado então applaudio-o, porque aproveitava a seus amigos. E' preciso ser coherente quando se quer mostrar tanto rigor, como s. ex. acaba de revelar.

— UM SR. DEPUTADO: — O nobre deputado não fallou em nome da maioria; fallou por conta propria.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*): — Sr. presidente, vi com estranheza qualificar-se de um modo inconveniente, altamente injusto e desrespeitoso, o

procedimento da corôa nos recentes successos politicos. Acredito mesmo que o regimento da casa não o permittia. (*Apoiados da maioria e principalmente da deputação do Rio de Janeiro.*)

O procedimento da corôa foi correctissimo. Si recusou por vezes a demissão pedida pelo ministerio de 10 de março foi porque aguardava que os factos se pronunciassem de modo inequivoco. Logo que a maioria se manifestou impotente para auxiliar o governo na sua missão, lhe negou a dissolução da Camara, annuinlo ao voto quasi unanime do Conselho de Estado, que poz em relevo os erros do gabinete. E o que fez depois disto? Chamou um estadista conservador, o sr. senador Correia, para organizar novo governo; s. ex. não o quiz por motivos pessoaes.

Chamou segundo; o sr. visconde do Cruzeiro e s. ex. declinou tambem; chamou terceiro, o sr. visconde de Vieira da Silva, que, depois de esforços estraordinarios, foi obrigado a confessar que não era possivel formar gabinete viavel, unindo as duas facções do seu partido.

O sr. visconde de Vieira da Silva, como communicou hoje ao Senado, não indicou nenhum outro correligionario seu que pudesse ser mais feliz. A nação não podia ficar sem governo. O imperador appellou para outro partido; o seu procedimento foi perfeitamente constitucional e nem podia ser outro.

E como me refiro a esse facto, sr. presidente, direi que é uma razão mais para acreditar que a maioria não me negará meios de governo.

Nós, os liberaes, não armamos ao poder; acceitamol-o no desempenho de um dever civico, como sacrificio em bem do paiz. A cadeira em que me sento é de espinhos e, por isso, enganou-se o nobre deputado pelo Maranhão, quando disse que o sentimento dominante em minha alma neste momento é a gratidão.

Creia s. ex.: o sentimento unico que me domina é o temor pela grande responsabilidade que assumi, não porque me falte o apoio da maioria dos meus correligionarios, visto que com elles posso contar e estou no mais perfeito accordo. Arreceio-me da propria incapacidade. (*Muitos não apoiados.*)

Sr. presidente, allegou-se que a combinação ministerial foi diversa da que se ajustara e combinara.

Combinação ajustada? Mas com quem? Eu não chamei collaboradores para a missão de que me encarreguei.

Desempenhei-a por mim só, já o disse e repito!

Ouvi, é verdade, alguns amigos, pedi-lhes conselho; mas reservei-me até á ultima hora o direito de resolver o que julgasse mais conveniente, acerca dos companheiros que devia tomar, para sahir-me bem de tão melindroso passo. Observou-se tambem que a organização publicada divergia da que se propalara. O que prova isso, porém, senão que a propalada era inexacta, e que se illudiram os que acreditaram devassar as minhas intenções?... E quando aconteceu já neste paiz, que os ministerios antecipadamente publicados fossem effectivamente os nomeados?

Pois não ha até quem se entregue ao innocente passatempo de imaginar gabinetes, mais ou menos verosimeis, e de publical-os á sua custa, para ter occasião de dizer *fui lembrado*? (*Riso.*)

Pois já não me imputaram até discurso de apresentação e programma ?

Portanto, é absolutamente falso que eu levasse a Petropolis um ministerio, como se disse, e voltasse com outro. Voltei do paço com o que levei combinado na minha mente, depois de reflectir e ponderar, depois de modifical-o e refazel-o commigo mesmo, em vista das circumstancias e conveniencias, que me iam acudindo ao espirito.

Allegou-se ainda, que não foram previamente consultados os nobres ministros da guerra e da marinha. E' exacto. Mas tambem não o foram os nobres ministros da justiça, do imperio e da agricultura. Eu apenas lhes disse: Vv. exs. serão ministros commigo. E sabe a Camara porque não os consultei previamente ? Pela razão obvia de que de antemão sabia que nenhum delles se excusaria de prestar-me sua coadjuvação, como não se excusará, posso affirmal-o com ufania, nenhum dos meus correligionarios de certa ordem, porque, torno a dizel-o, estou com elles na mais perfeita harmonia. (*Apoiados.*)

Accusam-me ainda, sr. presidente, de não ter apresentado ao imperador um programma de federação das provincias, ao qual se conjectura ter sua magestade annuido, na conferencia com o sr. Saraiva.

Já informei á Camara de que ignorava completamente o que se passou entre o chefe do Estado e o nobre senador pela Bahia, pois que não nos encontramos.

Devo accrescentar que não ha muitas horas s. ex. declarou ao Senado, que não fallara á sua magestade em federação, donde se vê que taes conjecturas não teem fundamento.

Entretanto, dado mesmo que fossem exactas, eu não podia guiar-me por ellas, e ainda menos propôr-me a executar aquillo que o meu partido não approvara. O programma do partido, a que estou ligado, e que me comprometti a levar a effeito, não é a federação, mas a plena liberdade e autonomia dos municipios e provincias, sem enfraquecimento da união e da integridade do imperio. (*Apoiados.*)

Não me era licito affastar-me daquillo, que a maioria dos meus correligionarios acceitara, para preferir um voto em separado, que apenas reuniu poucas adhesões no congresso liberal. Si assim procedesse faltaria a compromissos solemnemente contrahidos.

O nobre deputado pelo Maranhão annunciou uma moção de confiança. Esta moção é uma inutilidade. Ella virá provar um facto, que o ministerio conhece e ninguem contesta, isto é, que não tem maioria nesta casa. Entretanto eu a acceito.

Para responder, porém, á interpellação de s. ex. preciso de um esclarecimento, que espero da gentileza dos meus adversarios.

Que preferem ss. eexs. conceder-me: uma simples prorogativa ou um orçamento regular ?

— ALGUNS SRS. DEPUTADOS: O governo diga o que quer?

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*) :

— O governo não póde ter vontade nesta casa, onde os seus amigos se acham em tão insignificante minoria. Acceitará o que lhe quizerem dar. Renovo, pois, a pergunta: o que me querem conceder?

Esta questão não é indifferente, senão séria. Um dos meus primeiros cuidados foi pedir aos meus collegas que verificassem o estado de cada uma das verbas dos respectivos orçamentos. Ao entrar nesta casa, recebi do nobre ministro da guerra a demonstração relativa á sua pasta.

Interssa á Camara saber o que ella contém? Algumas verbas estão quasi esgotadas e achamo-nos ainda no principio do sexto mez do exercicio; conseguintemente, hão de faltar recursos antes do seu encerramento.

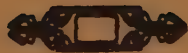
Em outros ministerios, segundo estou informado, dá-se o mesmo caso ou peior; a consignação para algumas despesas foi já consumida. E' indispensavel providenciar a este respeito.

— O SR. COSTA PEREIRA — Eu por mim dou orçamento.

— O SR. VISCONDE DE OURO PRETO (*presidente do Conselho*) :

— Com v. ex. sempre dar-me-hei perfeitamente bem; mas v. ex. não é a maioria.

Acceito a moção; é intoleravel a situação dum governo deante de uma maioria hostil. Cumpre decidir o conflicto. Não é mesmo digno da maioria e do governo disputarem entre si mais alguns dias de vida (*muitos apoiados*). Ou o governo, ou a Camara. (*Apoiados.*)

Qual será a solução deste conflicto, como me perguntou o nobre deputado, eu não sei dizel-o; mas tão sómente que vou sujeital-o á apreciação do poder competente, o qual resolverá em sua sabedoria. Portanto, não percamos tempo precioso; á obra, senhores, á obra! (*Applausos prolongados, palmas, bravos, muito bem, muito bem.*)

CUNHA MATTOS EM GOIAZ

1823-1826

MEMORIAS DO DR. AMERICANO BRASIL

Raimundo José da Cunha Mattos, um dos egregios fundadores do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, é nome que esta Companhia venera em alto grau.

A tudo quanto se encontra nos volumes da nossa *Revista* sobre esse preclaro brasileiro adoptivo junta-se agora a memoria escripta pelo nosso distincto patricio, o sr. dr. Americano Brasil, sob o titulo *Cunha Mattos em Goiaz*, — memoria notavel pelo apuro, com que seu autor colheu informações preciosas nos archivos do Estado, e pela documentação annexa, em que se retratam as qualidades singulares daquelle primeiro governador das armas da longinqua provincia brasileira no periodo de 1823 a 1826.

Eis uma valiosissima contribuição, que faltava para o justo renome do immortal Cunha Mattos.

Da Direcção.

ADVERTENCIA

A qualquer leitor que se interessar por esta mal esboçada memoria, entendo dar um conselho, quasi obrigatorio. Deixe de lado as expressões do autor e leia a correspondencia de Cunha Mattos, inserta em appendice, que esta, sim, é interessante a valer, escripta ha um seculo, mas ainda nova pelos conceitos.

O Instituto Historico, possuindo aliás esplendidas paginas sobre a inconfundivel personalidade de seu illustre fundador, não poderia prescindir do registo deste fragmento de correspondencia, ou melhor de toda ella (o que fará talvez um dia), guardada no cháos dos archivos da cidade de Goiaz e até nas Camaras do Norte da então provincia, em 1823.

Reunindo estas paginas, rendo homenagem ao Instituto, ainda que insignificantemente, e ao grande patriota, amigo de Goiaz, marechal Raimundo José da Cunha Mattos.

A. B.

CUNHA MATTOS EM GOIAZ

SUMMARIO — A correspondencia de Cunha Mattos, chegada a Goiaz e a posse do cargo de governador das armas. Seu programma e suas reformas. O caracter de Cunha Mattos. O governo militar. A indisciplina e a generala. Inspecção ao sul. Volta urgente á Goiaz — capital. A expedição ao norte. A discordia com a Presidencia. O conselho de officiaes e a partida da tropa. Quartel General em Cavalcante. Os negocios do norte. Os indios Canonicos e sua origem. As criticas de Cunha Mattos. O impaludismo. Aldeamento da Graciosa. Terras goianas em poder do Pará. Quartel General em Trahiras. O *Itinerario*, a *Chorographia* e o *Mappa* de Goiaz. Cunha Mattos, deputado geral. Partida para o Rio. Biographia de seu substituto no governo das armas. Cunha Mattos volta a Goiaz. A reforma da tropa. Incidentes entre Cunha Mattos e Lopes Gama. Troca de officios sobre abusos e reformas de administração. Volta ao Rio em 1826 para tomar assento na Camara dos Deputados. Sua reeleição. Cunha Mattos, Goiaz e os goianos.

Confesso que esta insignificante memoria foi escripta com extremado carinho historico, simples notas de uma velha agenda de apanhamentos. Como se sabe, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos, foi, no posto de coronel e depois de brigadeiro graduado, o primeiro governador das armas da provincia de Goiaz, servindo nesta importante commissão de 1823 a 1826 em que definitivamente demandou a Côrte.

Li pacientemente, nos archivos de Goiaz, a longa e illustrativa correspondencia desta autoridade militar que reunia ainda os dotes de eximio belletrista aos de historiador, geographo e philosopho. A farta messe de escriptos officiaes de sua abalisada auctoria, a reflectir linha a linha a grande alma do patriota, devia ter, pelo valor historico ou intellectual, melhor acolhida nas secções de manuscriptos das bibliothe-

cas do paiz, competindo sobretudo ao Instituto Historico, de que foi um dos tradicionaes fundadores, adquirir uma copia ou os proprios originaes, pertencentes ao Governo de Goiaz.

Aqui a preciosa correspondencia ficaria ao alcance de todos, já que no Estado Central permanece sepultado entre os innumeros documentos da capitania e da provincia, totalmente ignorada. Darei uma noticia desses papeis que, um a um, passaram por minhas mãos, faz alguns annos: ha grande numero de officios e cartas soltos nos maços de 1823 a 1826, ou do governador ou para o governador das armas, porque Cunha Mattos entregou, como devia, á Secretaria do Governo seu volumoso archivo. Não é esta a parte principal; a meu ver a mais importante contribuição para a historia goiana e para o conhecimento do fulgurante espirito é o que se resume em dous preciosos livros, encadernados em delicadissimo couro, encerrando a correspondencia mais reservada de Cunha Mattos, ou ao ministro da Guerra, ou ao Conselho Administrativo, ao presidente, ao bispo etc. Ha nesses dous volumes, grossos e de grande formato, patriotismo e mentalidade, programmas de caracter e de administração. Não se pense nos reduzidos officios banaes da burocracia moderna: os de Cunha Mattos são longos e cheios d'alma. Tenho á mão alguns delles copiados e que deram 40 e mais linguados de papel. Vê-se logo que o autor não tinha a minima preguiça de dictar ou de escrever, que é mal contemporaneo. Talvez se exprimisse melhor neste genero de transmissão do pensamento e elle proprio confessa que não era orador e que por isso fizera papel secundario na Camara dos Deputados, para onde foi com o voto da provincia de Goiaz.

E' a impressão que recebi dos dous livros encadernados e cujas ultimas paginas já são de seus substitutos na alta commissão militar, do brigadeiro Philippe Antonio Cardoso e do marechal J. Jacome Baumann que falleceu em Goiaz de um insulto apopletico.

E' ainda interessante e muito valioso, pelas relações que conserva com a correspondencia de Cunha Mattos, o livro de officios dos presidente da provincia aos governadores das armas, em cujas paginas se póde acompanhar a evolução de todos os incidentes de Cunha Mattos com o governo Lopes Gama.

Qual foi o papel do futuro fundador do Instituto Historico na provincia de Goiaz? Pela operosidade do distincto militar respondem sobejamente a *Chronographia Historica*, o *Itinerario* e o *Mappa* da provincia central, aque chamou o coração do Imperio. Mas que foram seus passos, sua acção,

suas lutas, tudo ainda está envolvido no ineditismo desalentador. Não tenho a pretenção de esboçar, definitivamente, o vasto capitulo, mas tão somente é intuito destas linhas acompanhar as pegadas do illustre philosopho militar em sua ardua missão pela provincia de Goiaz.

* * *

Vencendo longas jornadas no antigo caminho de S. Paulo, apenas acompanhado de um piquete, chegou o marechal Cunha Mattos á capital de Goiaz no dia 15 de julho de 1823, nomeado governador das armas e trazendo a carta imperial, pela qual d. Pedro I mandava que a Junta Provisoria lhe désse posse do importante cargo de confiança.

Referendada pelo ministro da Guerra João Vieira de Carvalho, tinha esta carta a data de 22 de março do mesmo anno.

Os goianos advinharam que muito iam dever no presente e no futuro á primeira autoridade militar da provincia, pois o receberam com inequivocas provas de gentileza e de grande affecto, como o proprio Cunha Mattos escreveu ao ministro da Guerra, dias depois.

Sem experimentar qualquer descanso da apressada viagem, a 16, na sala de respeito do palacio de Goiaz, em presença do presidente da provincia, coronel Alvaro José Xavier e dos conselheiros José Rodrigues Jardim, João José do Couto Guimarães, Ignacio Soares de Bulhões e Raimundo Nonato Hyacintho, Cunha Mattos tomou posse da alta investidura, sendo nesta épocha coronel addido do Estado-Maior do Exercito. Logo em seguida, com a mão sobre os Santos Evangelhos fez o juramento de preito e homenagem, promettendo defender s. m. o imperador, o rico e vasto Imperio, a Constituição Brasileira (que não existia ainda) e a provincia de Goiaz. Após o cerimonial do protocollo, acompanhado das autoridades do Governo da provincia, dirigiu-se ao palacio de sua residencia, antiga casa dos Intendentes da Fundição, onde hoje funcciona a Camara dos Deputados, em Goiaz.

Nesse primeiro contacto de Cunha Mattos com as autoridades do Governo provisorio ficou, a meu ver, estabelecida a psychologica inimizade entre os dous poderes, ou ao menos com o chefe das armas: o marechal trazia um programma de trabalho e este, em todos os tempos, teve sempre incompatibilidades com a politica.

E era a politica que, mais que nunca, se agitava nos extinctos limites da antiga Villa Bôa, cerceando os horizontes do progresso e da vida calma.

Os descontentes não eram poucos, e a ameaça da divisão

da provincia, provocada pela revolução do norte, ainda não extincta, trazia os espiritos em continuo sobresalto.

O ambiente não era propicio á proliferação do patriotismo, pois as paixões tinham o predominio. Assim, foi prematuro o programma esboçado por Cunha Mattos, mas capaz de cercal-o de grande prestigio. E seu triumpho na politica não teve outro significado; foi um premio a seu trabalho, a seu desinteresse, a seu amôr incondicional á causa do bem estar da provincia.

Mas veja-se a promessa do governador das armas á Junta Provisoria.

Militares são minhas attribuições, dizia Cunha Mattos numa correspondencia ao ministro Vieira de Carvalho.

Entretanto, continúa, como não ha pessôa alguma que me exceda em bons desejos, offereci-me á Junta do Governo Provisorio, com quem conservo a mais admiravel harmonia e bôa intelligencia, não só a ir examinar os trabalhos, cannaes e machinas das minas de Annicens, as do Rio Claro, Diamantina e quaesquer outras das riquissimas desta provincia do Ouro, posto que pobre ou indigente, como a tomar a meu cargo o concerto, cobertura das novas estradas, construcção e reparo das pontes e barcos dos rios, concerto e limpeza das pontes e calçadas e mostrar como se quebram e se extrahem pedras, a ensinar á mocidade os principios de mathematica, a lingua franceza e ingleza; finalmente offereci-me a empregar com a minha habitual actividade e assim concorrer para o bem da provincia e de seus habitantes como melhor se póde desejar. E por estes offerecimentos não ficavam subentendidas gratificações ou ajudas de custo, visto, escrevia o governador das armas, ser bastante seu vencimento militar.

Era um programma de engenharia e de educação, era um programma administrativo para muitos governos.

Cunha Mattos era um enthusiasta e um amante sincero de sua patria adoptiva, que soube amar com verdadeira abnegação e disto deixou frequentes attestados.

Bastava para completa glorificação sua obra literaria, que não parece de um adoptivo, mas de um brasileiro nascido debaixo do Cruzeiro e cujo cerebro armazenasse em toda a vida as demonstrações de sentimento da raça e os accentos epicos da heroica natureza americana. Adoptivo, foi brasileiro benemerito. Cunha Mattos não foi, como tantos *profiteurs* adhesistas, um adoptivo de occasião: foi um sincero e isto se sente em todas as suas manifestações. Como contrasta a franqueza deste homem com o espirito interesseiro de José Clemente! Como seu patriotismo reserva um chocante contraste com o brasileiro espirito de Villela Barbosa!

São figuras dispares, é certo, mas figurantes todos da jornada independencista, onde Cunha Mattos caminhou com a serenidade dos conscientes e dos homens de caracter: para elle só existia o Brasil para seu amôr.

Vencedor de difficuldades, estava nos seus principios o plano de trabalho que expoz e offereceu á Junta Provisoria. Ver-se-ha que não tardou o desentendimento entre Cunha Mattos, o Conselho Administrativo e o presidente do Provisorio.

O militar olharia primeiro os deveres de sua profissão e assim foi que a 17, dous dias após a chegada, publicou sua primeira ordem do dia, verdadeira profissão de fé militar, envolta em conhecimentos de psychologia social e philosophicos que lhe eram peculiares. Foi uma seria advertencia de seu amôr á disciplina, ao cumprimento dos deveres e aos encargos da ardua profissão das armas. Esta ordem do dia, são palavras de Cunha Mattos, ao ministro da Guerra, é a exposição de minha fé politica, e devo affirmar que não pouparia diligencia alguma para pôr em observancia aquillo mesmo que escrevi e recommendei aos militares.

Depois emprehendeu o estudo geral da provincia, afim de informar á Côrte a situação da força armada, suas exigencias immediatas, e dos negocios politicos, principalmente a agitação do norte, já velha dos dias do ultimo capitão general e não ainda completamente abatida. Espirito altamente prático, o governador das armas inteirou-se rapidamente do estado politico e militar da provincia, da má administração da Junta interina, da psychologia dos povos e de tudo fez circumstanciado relatorio.

A comarca do norte estava em luta com a do sul; a Junta para alli enviara a 25 de novembro de 1822 o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Estes assumptos mereceram severa critica do primeiro governador das armas, que demonstrou desde logo opposição á incumbencia militar do sacerdote que apenas, na sua opinião, comprometteria o estado de revolução, aggravando-o.

Do estado militar forneceu circumstanciado resumo e adiantou os planos de uma reforma, mais tarde adoptada.

Havia em Goiaz, lê-se em uma correspondencia de Cunha Mattos, uma companhia de cavallaria, chamada de dragões, levada a Goiaz em 1736 e outra de infantaria, denominada de pedestres, organização do tempo do conde d'Alva, aquella composta de bôa gente e esta de pessôas de mais baixa qualidade, sem equipamento e sem disciplina, devido aos exemplos do commandante tenente-coronel Luiz Freire de Freitas, que por sua ambição desmedida havia arrastado este corpo

á insubordinação, sendo por este motivo remettido preso para o Rio de Janeiro. Esta força era occupada na cobrança de impostos nos registos da fronteira.

Havia mais na provincia doze regimentos de cavallaria miliciana e um regimento de infantaria miliciana; aquelles de homens brancos e este de homens pardos, porque os brancos não servem na infantaria.

Tudo estava desorganizado, cheio de indisciplina e de desanimo, nada de molde a auxiliar a reforma que o governador das armas pretendia realizar.

Do estado social, censurando sobretudo a acção dos magistrados, informou tambem Cunha Mattos.

Aqui não ha, diz elle, homens ricos, as fabricas são pequenas, a mineração acha-se extincta, a preguiça e a indolencia fazem progresso, a ignorancia cresce, a miseria augmenta e este bello territorio dentro em pouco será coberto de feras e de indios selvagens, si o governo de s. m. o não livrar do abysmo em que vai precipitar-se.

Neste ponto falharam as previsões do governador das armas: Goiaz sempre esteve á beira do precipicio para muitos escriptores, mas jámais caiu nelle. Nas horas de maior perigo não lhe tem faltado meios de salvação integral.

Mas em tempo algum, como em 1823, esse abysmo pareceu mais proximo, prestes a tragal-o. Sciente da situação geral da provincia, quiz Cunha Mattos descer a particularidades e começou pela avaliação do conhecimento da tropa, dando-se então um incidente que vou figurar nestas linhas.

Em a noite de 29 de julho, apenas avisado o Conselho Administrativo pelo sargento-mór Antonio Francisco de Alexandria, mandou Cunha Mattos, a uma hora da madrugada, tocar a generala, rebate militar em voga no imperio e de conhecimento obrigatorio a todo soldado. Foi uma calamidade e uma desillusão para o governador das armas. Somente alguns officiaes inferiores e poucos soldados se apresentaram em seus quarteis. Os officiaes superiores, especialmente os commandantes de corpos, primaram pela ausencia e a capital da provincia, fallando-se dos milicianos, estava repleta delles que timbravam em ostentar seus marciaes fardões nos festejos de gala, e tão somente. Mas não conheciam a generala. Escrevendo a Vieira de Carvalho affirmava Cunha Mattos que os regimentos de milicia da provincia ou pelo menos as companhias da cidade, eram puramente ficticios. Todos eram mais ou menos compostos de paisanos fardados ou até desfardados, sem a minima instrucção, culpa dos descuidados commandantes.

Houve prisões, advertencias e ensinamentos, e o corajoso governador das armas entrou a exercitar a tropa na sã disciplina e nas licções da guerra, que o tempo era proprio dellas.

Enquanto assim procedia, porque a provincia estivesse completamente exposta em caso de uma invasão, Cunha Mattos fez estudos sobre seu guarnecimento, com fortes e com tropas.

O marechal, até hoje, talvez foi o unico militar que se deteve em tão melindroso assumpto e cuja importancia deixou patente em bellissimas paginas de tactica. As condições estrategicas de Goiaz, se as lutas da Independencia triumphassem ao norte protegendo os rebeldes, era materia realmente para atormentar seu espirito patriotico.

A provincia não tinha forças organizadas, não tinha artilharia e não tinha fortificações.

Para Cunha Mattos uma diminuta columna de soldados aguerridos tomaria de improviso o coração do Imperio, a provincia de Goiaz; mas tambem era sua opinião que 150 soldados disciplinados livrariam a provincia de qualquer insulto.

Em 1805, lê-se uma sua epistola ao ministro da Guerra, o Governo do Pará havia collocado, proximo á ponta septentrional da peninsula formada pela juncção do Tocantins com o Araguaia, um posto para obstar as deserções. Com peças de calibre 3 o forte de S. João das Duas Barras já seria bem guarnecido e destas possuia nada menos de seis, em campo raso, fronteiro ao quartel. Em 1823 não tinha melhor defesa nem tanto armamento.

Na povoação de S. Pedro de Alcantara estavam duas peças de artilharia com guarnição do Maranhão. A Junta do Governo Provisorio tinha mandado construir uma fortaleza entre os rios Manoel Alves da Natividade e Somno, mas não estava ainda concluida. Depois da competente critica destes pontos estrategicos, lembrava a construcção de uma fortaleza na extremidade da peninsula acima referida e outra em Santa Maria, no logar do antigo presidio, ambas capazes de manter em respeito qualquer força inimiga. Deu o governador das armas estes planos, e tendo plenos poderes para agir pensou logo em executa-los. Para o emprehendimento, porém, necessitava de bôa vontade da Junta de Fazenda e dos politicos goianos, mas estes já o conservavam na conta de um revolucionario. Os intrigantes já começavam apodar-lhe a sympathia, forjando motivos de despeito de uns, de zangas de outros, e os mais ousados, por occasião do toque da generala espalharam o boato de que o chefe das armas ia depôr o Governo interino.

E não fazia um mez que o marechal pisava terras goianas.

Era sobretudo no espirito de ordem e de energia do grande militar que estava o motivo de todas as discordancias: critico sincero não sabia vêr sem commentar, philosopho tinha no coração a scentelha de piedade para os que soffriam a oppressão dos grandes.

E Cunha Mattos escrevia para a Côrte que o Governo interino era minado pelos intrigantes, que o Conselho Administrativo não se entendia, que os milicianos officiaes eram paisanos ataviados e que a indisciplina provocada pelo movimento de 1822 havia anarchisado a provincia, sobretudo os militares.

Seu espirito polymorphico vagava seguro por todos os escaninhos da administração, attingindo as espheras de sociologia, em remigios de posto dentro de uma logica inquebrantavel. Sem amar as falsas lantejoulas dos gloriosos tinha a sêde da gloria e o desejo de deixar uma aureola brilhante entre seus contemporaneos, envolvendo-lhe o nome e a reputação. E conseguiu attingir os louvaveis anhelos, procurando-os incansavel e sem accusar o peso das fadigas.

Sem desistir dos planos de fortificação, guardou-os para melhores dias e encetou o que era mais — a inspecção da tropa.

A 3 de julho de 1823 deu começo ao exame das companhias de dragões e pedestres da cidade. Notou não existir um só official effectivo, e os que constavam estar licenciados eram ao contrario réos, presos a aguardar decisão de sentenças por crimes politicos; outros officiaes estavam nos registos, com a maior parte dos soldados, na cobrança do fisco. A cadeia encontrou-a vasia; escrevendo depois ao ministro da Guerra disse, com humorismo, que "a cadeia estava vasia porque o povo da cidade batia mais com a lingua do que com as armas".

Isto era em 1823; os personagens de Cunha Mattos já todos são fallecidos, não ficando mal tirar da correspondencia secreta do marechal esse traço de psychologia secular, que é do Brasil inteiro.

Cunha Mattos encontrou cousas interessantes em seu departamento: entre outras recebeu um pedido de recolher do cabo de pedestres Gervasio Cardoso que estava destacado, em um dos registos, havia 34 annos, sendo 13 sem receber soldo, isto é, o homem tinha ido para o registo em 1789, seculo XVIII, e em 1823, seculo XIX, não tinha tornado aos penates.

Esta falta de pagamento, e a maneira por que era feito aos outros soldados, indignou o marechal Cunha Mattos.

A Junta de Fazenda fazia pagamentos aos militares com os chamados bilhetes do quinto que eram vendidos com 30 %

de rebate. Verdadeira negociata ou antes exploração. Goiaz atravessava então uma critica situação financeira, estando em atrazo as folhas, civil, militar e ecclesiastica. Nenhum esperança havia de melhoria destas condições: o pessimo systema da cobrança dos dizimos, a liberdade de introducção do sal e da exportação do gado livre de direitos, constituiam, para alguns, as principaes causas da decadencia do Erario, augmentados com o descaminho do ouro e dos diamantes. A tudo isto Cunha Mattos ajuntava a falta de pratica administrativa dos responsaveis pelo governo, a má distribuição da justiça por magistrados parciaes e o desequilibrio social causado pelas liberdades excessivas e pelas theorias revolucionarias do periodo da Independencia.

Em 1823 ainda reinavam as intrigas e as esperanças dos que perderam a situação politica com as eleições de 8 de abril de 1822, que escolheram o Provisorio.

Preoccupado ainda como norte, e sem avaliar a responsabilidade da attitude, a Junta interina, tambem a braços com os despeitados, não conseguira desde logo normalizar nenhum departamento da administração, nem tampouco enveredar suas vistas no rumo do progresso e do soerguimento moral da joven provincia.

Assim Cunha Mattos criticava os bilhetes do quinto com razão; mas a Junta interina não tinha culpa. Era tudo consequencia de uma luta que perdurava, embora favoravel ao paiz fosse afinal. Não tanto o meio de pagamento intrigava o marechal, mas a exploração do rebate, feito por alguns ricaços pertencentes ao proprio governo.

Examinados os negocios militares da cidade, annotadas suas deficiencias, Cunha Mattos, completamente instruido do estado dos corpos milicianos das duas comarcas, propoz a Vieira de Carvalho uma completa reforma.

Creavam-se duas legiões, uma para o norte, outra para o sul. Cada legião constava de tres batalhões de caçadores, quatro companhias de cavallaria, quatro ditas de artilharia, com um total de 2.934 homens para cada comarca.

Para terminar de uma vez com os privilegios de carta, o governador das armas determinava que fizessem parte desses corpos homens de côr branca e parda, sem distincção.

Era um golpe na aristocracia indigena que não comprehendia pardos entre brancos. A resolução não fez adeptos, mas seria cumprida em nome da disciplina. Fervilharam as intrigas contra o marechal. Achando essa attitude contraria ao bom senso, escrevia Cunha Mattos ao ministro da Guerra que os goianos não estavam habilitados a receber um governo popular. E mostrando a ligação da familia goiana e os in-

convenientes resultantes, assegurava que eram satisfactorias as suas conclusões.

Os habitantes de Goiaz, escrevia, são entre si parentes, amigos, socios, agentes e compadres, e ajuntava que o ambito da cidade era de menor extensão que o campo da Acclamação. O marechal de certo empregava uma figura de rhetorica para realçar seu pensamento.

Quando Cunha Mattos tratava da situação social e da reforma militar da provincia, chega uma parada violenta do norte, trazendo aterradoras noticias do ataque dos Canoeiros á Paranatinga, São Felix, Amaro Leite.

O governador das armas ordenou que as forças da 2ª linha do norte, sob as ordens do commandante de Trahiras, formassem uma expedição contra os referidos indios, que de longa data vinham assolando as propriedades e intimidando os penates do norte.

Ver-se-ha adiante que mais essa providencia foi inutil contra os bravios Canoeiros, cujo odio vinha do grande massacre de 1800, levado a effeito pela expedição de 800 homens, enviados ao Pará pelo capitão general Tristão da Cunha Menezes.

Pela mesma parada communicava o conselheiro padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury o estado dos negocios politicos do norte, relativamente calmos e tambem a creação de uma nova autoridade, isto é, commandantes civis e politicos para todos os districtos do norte.

Francamente arbitrarios, contrarios á legislação, Cunha Mattos recusou reconhecer semelhantes magistrados: mais divergencia com a Junta interina. Para esta o padre Gonzaga agira com acerto, embora não existisse a nova entidade; demais os tempos eram anarchicos: não havia ainda uma Constituição, nem tampouco projecto, embora a Camara dos Deputodas estivesse reunida desde abril de 1823.

Approximava-se, porém, a épocha escolhida pelo governador das armas para passar em revista as tropas da comarca do sul. Apezar de grandes chuvas, a 1° de agosto seguiu viagem. A 5 entrava no corrego de Jaraguá, a 8 chegava a Meia-ponte; a 19 passava revista ás forças do arraial de Bomfim que eram commandadas pelo tataravô do autor destas linhas; dahi seguiu para Santa Cruz. Em seu *Itinerario* e tambem na *chorographia* detalhou seus passos em todos os arraiaes por que transitou, motivo por que passo rapidamente sobre esses pontos.

Em Santa Cruz foi encontra-lo uma parada violenta, enviada pela Junta interina, levando communicações urgentes do padre Gonzaga, a respeito da situação do norte. O conselheiro Gonzaga participava a approximação de forças revolucionarias

da fronteira da provincia, sua partida para Carolina, onde ia encontrar as forças inimigas do famoso major Francisco de Paula e seu projecto de enviar o sargento-mór José Antonio Ramos Jubi a confabular com o governo do Pará. Cunha Mattos ficou perplexo com a ousadia militar do padre Gonzaga, que numa flotilha descia o Tocantins em busca do inimigo. A ida de Jubi de Pará deu-lhe tratos aos miolos. E tão desencontradas noticias obrigaram-n'o a retroceder immediatamente, afim de organizar uma expedição e seguir para o norte. Acto continuo, expediu instrucções ao padre Gonzaga e ao sargento-mór Jubi e enviou ao ministro da Guerra o officio de 27 de agosto de 1823, expondo o caminho que tomavam os negocios do norte. Para Cunha Mattos, o padre Gonzaga era um louco ou um bravo: nem uma nem outra cousa; o sacerdote era um militar disfarçado, contando apenas com a Providencia. E esta secundou-o, como se verá adiante.

Pensava Cunha Mattos que ia encontrar Goiaz em polvorosa, vêr rostos pallidos de susto; mas nada disto, a cidade estava envolvida na tranquillidade habitual; o governo perfeitamente socegado e os habitantes inconscientes do perigo que se avizinhava com a nova phase dos negocios do norte. Mas a Junta dissuadia o governador das armas, sustentando que em Goiaz os peiores acontecimentos não tinham gravidade.

Tudo acabaria bem; para os revolucionarios Gonzaga lá estava em o norte. E era o bastante.

Cunha Mattos, está claro, pensava diversamente.

Para inteirar o ministro da Guerra de todos os acontecimentos enviou á Côrte o ajudante de campo José Antonio da Fonseca. Sem perder um só instante, começou a organizar a expedição, tendo a Junta interina, receiosa da responsabilidade da invasão da provincia, contrahido um emprestimo de 12.000 cruzados para pagamento da tropa.

Prestes a partir a expedição, a 18 de setembro a Junta interina dirigiu um officio ao governador das armas, suspendendo categoricamente a partida. Era quasi uma surpreza.

Reinava, então, o maior desentendimento no Conselho Administrativo.

Pensava este que o chefe das armas devia partir sózinho para a ardua commissão do norte, mas esta autoridade militar lobrigava no alvitre uma traição mascarada da Junta interina.

Na verdade, que faria em o norte um chefe militar sem soldados, no meio de uma revolução?

A Junta, escrevia a Vieira de Carvalho, quer que a expedição consista só em mim e não em soldados, porque deseja ver-me fóra da provincia, morto ou vivo, e isto em conse-

quencia de observar o affecto e a amizade que me tem o povo e a tropa.

Cunha Mattos, nessa communicação escalpella tambem o Conselho, fazendo uma honrosa excepção ao capitão José Rodrigues Jardim.

Um irmão do exmo. general Curado, Ignacio Soares de Bulhões é o maior intrigante do Universo, amotinador por officio, escreve o governador das armas; outro deputado, Raimundo Nonato Hiacintho, é unido em sentimento ao deputado Bulhões; o deputado Jardim acha-se em discordia com estes, mas é imperialista; o presidente Alvaro José Xavier é uma perfeita nullidade. O deputado João José do Couto Guimarães, figura por ser rico e distribuir dinheiro. No Governo tudo é confusão. Só Jardim escapava á critica, todos tinham defeito; mesmo aquelle era imperialista, condição que lhe emprestava o espirito de ordem e de autoridade com que soube vencer os mais altos postos da politica nacional.

Como dizia, a Junta era contraria ao seguimento da expedição. Cunha Mattos ficou por um instante indeciso; a situação era embaraçosa, mas della se tirou de maneira admiravel, convocando um conselho de guerra, para decidir, composto de officiaes superiores e subalternos, então na cidade de Goiaz.

O Conselho reuniu-se no dia seguinte, 19 de setembro, na sala nobre do Quartel-General do Governo das Armas, sob a presidencia de Cunha Mattos.

Pedindo a palavra, explicou este o motivo da reunião, mostrou a attitude da Junta Provisoria, passou em revista os negocios do norte e as noticias ultimamente enviadas pelo padre Gonzaga e terminou appellando para a consciencia dos officiaes presentes, sobre si devia ou não levar immediatamente a expedição ao norte. Finda a exposição, retirou-se da Assembléa, deixando que seus collegas d'armas resolvessem a situação. A discurssão foi longa; houve adeptos e contrarios aos desejos de Cunha Mattos, mas estes foram apenas dous officiaes, um miliciano e outro de ordenanças. Terminadas as ponderações, a maioria resolveu com o voto dos coroneis, dos sargentos-móres, dos capitães e dos subalternos, que o governador das armas seguisse immediatamente.

De tudo se lavrou a competente acta, que figura em um dos já referidos livros de correspondencia com as autoridades civis e militares.

Nessa historica reunião tomaram parte os seguintes officiaes superiores: coronel João José de Azevedo Noronha e Camara, coronel Francisco Xavier Leite do Amaral Coutinho, sargentos-móres Manuel Seixo de Britto, Antonio Francisco de Alexandria, Maximiano José Raimundo, capitães

Theotonio José da Silveira Pinto, Manoel Ignacio de Meirelles, José Joaquim Pulcherio dos Santos, José Joaquim Leite do Amaral Coutinho, José Dias Velloso, Mathias Vieira Leão e muitos officiaes subalternos.

Estava vencida a Junta Provisoria; estava salvo o prestigio militar do futuro representante goiano.

A 20 de setembro de 1823 as duas companhias de dragões e pedestres existentes na cidade e que formavam a força da 1ª linha, reunidas aos officiaes e soldados das milicias, sob o commando do coronel Raimundo José da Cunha Mattos, partiram da Capital em rumo a Pilar e com destino a Natividade, onde, segundo planos preestabelecidos, se fixaria o quartel-general. Sem nenhum accidente digno de nota, mas debaixo de tremendo temporal, chegaram a Pilar, não obstante penosa viagem, a 1º de outubro.

Para supprir as deficiencias da expedição foi aberta uma subscripção popular, destinada á acquisição de animaes, correame e outros indispensaveis. Adquiridos os materiaes mais necessarios, a força se poz em marcha para seu destino, debaixo de um diluvio dagua, na expressão hyperbolica de Cunha Mattos. Tocou logo depois as margens do estrepitoso Tocantins que, devido á falta de canôas, foi difficilmente atravessado. A expedição tocou Agua Quente e Cocal, localidades hoje extinctas, e fez entrada em Trahiras, actualmente em ruinas, a 10 de outubro, sendo festivamente recebida pelo padre Manuel Alvares da Silva, vigario collado da Freguezia, cavalleiro da Ordem de Christo e uma das capacidades do norte.

Nesse arraial, a 12 de outubro, foi solennizado o anniversario natalicio de d. Pedro I, assim como a inauguração do throno. Deante da tropa e do povo, reunidos, Cunha Mattos pronunciou um eloquente discurso allusivo aos actos celebrados, entremeiando-o de arrebatamentos patrioticos e de conceitos animadores aos expedicionarios, a legião do patriotismo.

Pondo-se em marcha no dia seguinte, a expedição em poucos dias venceu os rios Bagagem, Tocantinsinho e Preto, todos caudalosos e de impetuosa corrente, chegando a Cavalcante a 25 de outubro, depois de uma falha de tres dias, á margem do rio Preto para a promptificação de uma canôa que désse passagem ás tropas, ás munições de bocca e de guerra.

Cavalcante era neste tempo um arraial decadente, collocado proximo a ricos terrenos auriferos. Os ataques dos indios e os disturbios da revolução tinham amedrontado os habitantes que, por desanimados e receiosos, abandonavam a agricultura e despresavam todos os interesses. Faltavam ahi

viveres e até o proprio gado era difficilmente encontrado, pois os criadores, anarchizado o norte, conduziram seus rebanhos para a Bahia, onde os fixaram, estabelecendo-se de novo, ou os venderam.

Quando Cunha Mattos chegou a Cavalcante, os espiritos estavam em reboliço, não só ahi como em outros arraiaes, pela chegada de um *cabra*, João de Deus, que vindo da Côrte trazia duas portarias da Secretaria do Imperio, datadas de 6 de maio, autorizando o funccionamento do governo de Natividade.

Mas esse Provisorio estava desde muito dissolvido e seus membros em differentes logares.

A' vista das portarias, os homens irrequietos iniciavam os desatinos, amotinando o povo e concitando-o á revolta.

Si a força expedicionaria não tivesse ido ao norte certamente a revolução se repetiria com as mesmas peripecias dos periodos anteriores: a acção energica do governador das armas evitou a luta que bem comprehendera inutil e antiracional em seu objectivo — a repartição da provincia sem resultado prático ou social. E Cunha Mattos, agindo acertadamente, preveniu a luta: para Arroyos, para Natividade foram enviados reforços.

A' Camara de Palma, que pareceu um pouco autoritaria, o governador das armas officiou conciliatoriamente, mostrando que, recusadas as bôas maneiras, 600 homens estavam a seu dispôr para todos os effeitos.

A linguagem clara e logica da correspondencia abrandou por encanto a exaltação de animos no ex-reducto do extincto Provisorio, em um dos penultimos periodos. Em Natividade os antigos partidarios estiveram muito revoltados, mas a intervenção do padre Gonzaga restabeleceu a tranquillidade, logo depois definitivamente firmada com a escolha de Cavalcante para quartel-general do governo das armas. Nessa localidade inteirou-se Cunha Mattos da aventura guerreira do enviado da Junta, descendo Tocantins abaixo, ao encontro dos revoltosos do Maranhão, em cinco toscas montarias e conduzindo minguada força, sequiosa de victoria.

Surgiu a expedição, pouco depois, em S. Pedro de Alcantara, prompta para combater.

Já ahi, porém, não mais estava o major Paula, famoso nas suas tropelias na defesa da causa de Portugal; na luta pouco antes travada, e na qual tomaram os indios Apinagés a favor da Independencia do Brasil, aquelle cabo de guerra fôra completamente batido e feito prisioneiro pelas forças legaes.

Assim a Providencia auxiliava a expedição... fluviatil.

Calma a situação em Carolina, arraial então goiano, o padre Gonzaga enviou ao Pará o sargento-mór José Antonio Ramos Jubi para conferenciar com o governador das armas da mesma provincia.

Foram as mais importantes noticias chegadas a Cavalcante nos primeiros dias da permanencia de Cunha Mattos.

O mez de novembro de 1823 foi aziago para a tropa: o impaludismo campeou infrene e os viveres escasseavam dia a dia. Faltava medicamento. Nesse pandemonio quasi faltou paciencia ao governador das armas que, em um de seus officios ao ministro da Guerra, amaldiçoava a pestilencia do rio Bezerra, o principal fóco do mal.

Melhorado este estado de cousas, o chefe das armas reencetou seus trabalhos: um de seus primeiros actos foi substituir os commandantes politicos do padre Gonzaga por commandantes dos districtos, encargo que devia pertencer á pessôa mais graduada da localidade.

Flagellava então o norte um sem numero de jornaes que pregavam as mais desencontradas theorias politicas. Desses escriptos, doutrinarios ou não, Cunha Mattos menciona o manifesto do Barata, a Sentinella, o Tamoyo, o Correio do Rio, cujas doutrinas, commenta o governador das armas, encaminhavam o povo abertamente para a Montanha Republicana.

Para combater taes principiós, Cunha Mattos, do proprio punho, espalhava instrucções politicas, explicando a fórma de governo adoptada, que era a mais conveniente.

Emquanto assim instruia o povo, a tropa, recebia igualmente o competente ensinamento civico e se habituava á rigorosa disciplina de seu chefe. Para todas as localidades seguiam diariamente as necessarias instrucções, especialmente para os registos da fronteira, amplamente resguardados de ataques. Então os boatos alarmantes estavam desfeitos, mas os cuidados preventivos não eram desprezados...

A 3 de dezembro de 1823 recebeu Cunha Mattos completas noticias do norte do paiz por uma embaixada que chegou a Cavalcante, em caminho para a Côrte e composta do coronel José de Araujo Rocha, capitão José Xavier de Britto Abreu e padre Francisco Pinho de Castilho, todos emissarios do governador do Pará.

Póde-se dizer, porém, que o mais importante objecto tratado pela expedição foi o referente ao problema dos indios, especialmente dos Canoeiros, o mais terrivel inimigo dos fazendeiros e das localidades.

Todas as providencias anteriormente tomadas por Cunha Mattos em relação a estes foram approvadas pela portaria de

25 de outubro de 1823, quando os mesmos haviam destruido mais de 300 fazendas nos districtos auriferos de Amaro Leite, Descoberto, Carmo, Chapada, S. Felix e Palma, chegando a ponto de cortarem a communicação do norte com o sul.

Cunha Mattos empregou-se seriamente na catechese destes bravios Canoeiros, a respeito dos quaes tanto escreveu e illustrou a literatura de seu tempo e com abalisados conhecimentos que subsistem até hoje.

Não me furtarei ao trabalho de respigar algumas notas e até mesmo transcripções de Cunha Mattos, tratando dos indios da provincia de Goiaz.

Em sua epistola ao ministro do Imperio João Gomes da Silveira Mendonça desenvolveu largamente o momentoso assumpto. Eu conheço, dizia o governador das armas, tres meios para civilizar os indios: 1°, attrahi-los á força de donativos e em espectaculos pomposos e fascinantes; 2°, catechiza-los á força de resignação religiosa; 3°, sujeita-los por terror e superioridade das armas de fogo. Em nenhuma provincia do Imperio se praticou o primeiro meio em tão grande escala como na de Goiaz. As aldeias denominadas Maria, S. José de Mossamedes, poucas legoas ao sudoéste da cidade de Goiaz, habitados originariamente por um numero immenso de indios da tribu Caiapó e a aldeia do Carretão vinte legoas ao norte daquella cidade e povoado ao tempo de seu estabelecimento por cinco mil indios Chavantes e alguns Cherentes, importaram á Fazenda Nacional mais de um milhão e meio de cruzados, baldadas despesas porque os indios por sua natural indolencia nunca se applicavam ao trabalho e esse pouco que faziam redundava quasi sempre em beneficio de seus directores.

Os indios acostumados a uma vida selvagem, nada queriam de agricultura: a caça merecia os seus cuidados; abandonaram pouco a pouco as sumptuosas aldeias que se tinham fundado para sua residencia á custa de muitas centenas de milhares de cruzados; a sua população diminuiu e hoje acha-se reduzida a nada. Dos cinco mil indios da aldeia do Carretão, duzentos alli vivem na mais cruel miseria com excepção do capitão-mór e de outro indio, em quem observei alguns visos de industria e amor ao trabalho.

Dessas aldeias fugiram muitos indios domesticos para as povoações dos barbaros: os do norte augmentaram o numero dos Chavantes e Cherentes e Canoeiros, e como pratico dos costumes do povo dos arraiaes fizeram desenvolver nos indios selvagens, habitantes nos riquissimos territorios comprehendidos entre o Araguaia e o Maranhão, o mais extranhavel odio contra a gente civilizada; os do sul prati-

caram outro tanto, e agora de accordo com os barbaros e ainda mesmo em companhia de alguns dos que habitam nas aldeias Maria e S. José, saem como salteadores beduinos á estrada que vai de Goiaz para Cuiabá a atacarem as tropas ou caravanas que atravessam um deserto de cem legoas, e não poucas vezes roubam e matam os viandantes sem piedade, terminava Cunha Mattos.

Depois de taes conceitos o governador das armas concluia que o genio indomito dos Canoeiros era inaccessivel ao agrado ou ao processo de catechese religiosa iniciada pelos Capuchinhos nas aldeias de Matto Grosso, sob a direcção de frei José de Macerante.

No seu entender a ferocidade dos Canoeiros só encontraria resistencia na força armada, meio que lhe repugnava á consciencia. O padre Gonzaga fôra contrario a estas determinações e os philantropicos membros da dissolvida Constituinte tinham o mesmo pensamento do sacerdote goiano. E para firmar suas convicções, terminava, escrevendo ao ministro, que das duas uma: ou subjugar os Canoeiros ou ser vencido por elles.

Os Canoeiros eram mestiços dos indios Carijós com os negros fugidos dos quilombos. Como se vê, na expressão do vocabulo não são verdadeiros selvagens, mas um extranho amalgama, em que predomina o banditismo.

Todos esses indios de ambos os sexos andam inteiramente nús e consideram a roupa como entidade superflua; são monogramos; têm costumes muito particulares, entre outros a existencia de uma casa de correcção ou para melhor dizer uma casa de meretrizes e prostitutas das aldeias, as quaes, segundo dizem, não podem communicar-se com as outras mulheres honestas, debaixo de penas mui severas. São governadas por caciques que pelo mais leve motivo impõem a pena de morte. Fazem commercio de escravos: vendem-se uns aos outros, e os negociantes do Pará compram muitos desses infelizes do territorio de Goiaz, a troco de polvora, armas, aguardente e tabaco. E' a palavra de Cunha Mattos que em seus trabalhos impressos tem bellas paginas sobre o thema.

A convicção de Cunha Mattos, e esta é a melhor versão, comquanto não o diga claramente, é que os Canoeiros são antes uma raça de salteadores, oriunda de negros e Carijós, do que indios das selvas goianas.

No curso da historia da provincia ver-se-ha, ora os Canoeiros roubando donzellas, ora entrando nas egrejas e tudo massacrando, como em Palma, ora destruindo e incendiando fazendas e localidades.

Tinha o governador das armas uma grande expedição prompta para seguir até a habitação destes indios, quando a lei de 20 de outubro de 1823 dispoz que tal objecto ficasse sob a dependencia do Governo da provincia, o que inutilizou o proposito do marechal.

Cunha Mattos não queria destruir os Canoeiros pelas armas, mas apenas amedrontal-os, como fizera a uma aldeia de Cherentes ou Chavantes. Cunha Mattos convidara-os para assistir a uma festa, porém, o intuito era a catechese pelo terror. Reunidas muitas centenas de indios, o marechal ordenou á tropa que executasse diante delles os mais impressionantes exercicios, désse descargas e tiros de roqueiras, para mostrar a força de que dispunha. O alvitre sortiu tal effeito, ficando os indios de maneira amedrontados, que immediatamente celebraram a paz e prometteram não mais incommodar os fazendeiros.

Os Canoeiros não puderam experimentar o effeito desta enscenação caricata, mas de effeito certo, dispendiosa, mas efficiente.

* * *

Cunha Mattos era espirito energico que altivamente fallava a seus superiores.

A sua critica era infallivel a todos os actos que lhe trouxessem descontentamento.

Ainda em Cavalcante, chegou a suas mãos a lei de 20 de outubro de 1823, ambigua no sentido da distribuição das autoridades civil e militar, interdependentes, lei que devia trazer tantos contratempos em duas altas autoridades.

Não demorou a critica do marechal, e esta se fez em longo officio ao ministro da Guerra.

Si o presidente da provincia, dizia, fica portanto com autoridade amplissima que lhe dá a lei para suspender o governador das armas, perdem-se os fructos da mais atilada e profunda meditação, põe-se a Patria em perigo e lança-se por algum tempo a infamia sobre o caracter e prudente conducta de um militar que procura por meio de manobras bem estudadas desempenhar gloriosamente os altos fins, a que o chamou o soberano e a Patria.

Os romanos suspendiam os consules, os commandos dos exercitos, nomeando um dictador, mas o dictador nunca era suspenso pelo Senado; verdade é que serviram dous dictadores em um mesmo tempo, mas cada um delles commandava em chefe o seu exercito. Si Lord Wellington pudesse ser deposto com a facilidade com que o hão de ser os governadores das armas do Brasil, desgraçada seria a sua memoria, em razão da retirada do exercito para as linhas de Torres Vedras e das de Burgos e Madrid que salvara a Hispanha e Portugal do tyrannico poder de Bonaparte.

E nesse diapasão a mais sympathica e profunda critica ao acto da Constituinte, guiando-se por sua desassombrada erudição, por uma logica sem replica possivel. Mas, outro ponto da lei de 20 de outubro, que muito implicou o governador das armas foi o referente aos inimigos internos, expressão que leva até á formidavel satyra. Sobre o assumpto pediu humoristicamente explicação ao juiz de fóra, dr. João Francisco de Braga Pereira, em 1826 deputado á Assembléa Geral pela provincia de Goiaz.

A lei da Constituinte não escapou á severidade de Cunha Mattos e o bispo lhe daria razão.

Outro aspero officio dirigiu o illustre militar ao ministro da Guerra, a proposito de sua preterição ao posto de brigadeiro.

Vindo para Goiaz, Cunha Mattos foi esquecido para a promoção, sendo supplantado pelos brigadeiros graduados Egidio Gordilho, Isidoro de Almeida e Castro, e João Vieira de Carvalho. Estes factos são commentados pelo governador das armas.

O posto de brigadeiro, creado em 1708, era dado aos coroneis mais distinctos.

Aparte as campanhas no extrangeiro, em Portugal, Hispanha, França e Africa, Cunha Mattos fôra em Pernambuco inspector e creador do Trem, então um dos melhores do Imperio; commandou depois a tropa miliciana de Recife, foi commandante geral da artilharia quando de Pernambuco se retirou Manuel da Costa Pinto.

Mais tarde, transportando-se para o Rio de Janeiro, foi nomeado vice-inspector do Arsenal do Exercito, onde foi attingido pela intriga do celebre brigadeiro portuguez Francisco Antonio Raposo, que não podendo alcançar sua commissão conseguiu a extincção do logar.

Dezeseis mezes depois era nomeado governador das armas da provincia de Goiaz, encontrando-se em Cavalcante.

Pouco antes o imperador lhe recusara a condecoração do Cruzeiro e depois era preterido na promoção.

Cunha Mattos não se lamenta, mas critica com energia o acto do Governo, attribuindo seu insuccesso ao facto de estar no coração do Imperio, no meio dos rochedos escarpados de Cavalcante, a 327 legoas do Rio de Janeiro.

Poucos mezes depois era feito brigadeiro graduado, em agosto de 1824.

* * *

Não é intuito destas linhas enumerar todas as peripecias da estadia de Cunha Mattos em o norte; os successos politicos sobretudo deverão ser tratados no capitulo — *As duas revoluções*. Demais, não possuo documentos; apenas escrevo aproveitando passagens e referencias da correspondencia official.

Em meiados de maio de 1824, Cunha Mattos seguiu para Porto Real, fazendo escala por differentes localidades, observando os costumes, instruindo a tropa e dando instrucções necessarias.

A 26 de junho chegou ao logar do destino, onde o chamara a catechese dos Cherentes que em numero de 800, contando-se todas as edades e sexos, se apresentaram para celebrar alliança.

Depois de confabular com os chefes, o governador das armas orientou sua fixação no encontro do rio Taquaruçú com o Tocantins.

Firmou-se um pacto constante de varios artigos, figurando entre os primeiros:

Art. 1°. Que iriam estabelecer-se em uma ou mais aldeias na margem esquerda do rio Taquaruçú, junto á confluencia delle com o Tocantins, no sitio denominado Barreira Vermelha, 12 legoas ao norte de Porto Real.

Art. 2°. Que obedeceriam ao Governo da provincia e serviriam de carreira contra quaesquer barbaros que pretendessem atacar os habitantes della.

Art. 3°. Que não pagariam contribuição alguma enquanto não estivessem bem estabelecidos e em circumstancias de poderem alimentar-se.

Art. 4°. Que os capitães não farão guerra offensiva e nem imporão pena de morte a seu arbitrio.

Art. 5°. Que abandonariam o barbaro costume de se venderem como escravos.

Art. 6°. Que receberiam a Santa Religião e adoptariam os nossos costumes para se civilizarem.

Art. 7°. Que teriam junto a elles um dictador, que os instruisse segundo principios que ficariam ajustados.

Assim os principaes artigos do pacto de Porto Real, firmado entre Cunha Mattos e os Cherentes, indo estes, satisfeitos, residir na Aldeia Graciosa, do nome de uma filha do governador das armas.

A 29 de junho estava prompto o aldeiamento, e para elle se retiraram os selvagens, com um furriel e dois soldados. Estes beneficios á catechese nada custaram á fazenda publica: foram effectuados á custa do proprio governador das armas e de donativos offerecidos pelo povo de Arraias, São Domingos e Carmo, logares assolados pelos continuos ataques dos indios.

Regressando a Pontal soube Cunha Mattos de uma rebellião dos Apinagés; envia reforços e tudo termina a contento com a volta de dois chefes desta nação que vinham

tratar a paz e de uma nação inteira cujo nome não ficou registado.

Era intenção de Cunha Mattos ir até á confluencia dos dois grandes rios e examinar as condições de uma possivel fortificação.

"Eu pretendia, diz élle a Vieira de Carvalho, descer até á confluencia do Araguaia e visitar os terrenos e terras desertas que ficam entre este rio e o Pacurahi, pertencentes a Goiaz e occupados por tropas da provincia do Pará; esta visita tinha por alvo o exame secreto da fortificação e a accessibilidade do presidio da Fóz do Araguaia e para mostrar que á provincia de Goiaz reputa como suas todas as terras comprehendidas entre o Araguaia e o Pacurahi e as montanhas occidentaes que formam as vertentes occidentaes do Araguaia e as orientaes do rio Xingú. Duas Boccas ou de outras que ficam entre o mesmo Tocantins e o Xingú."

"A falta, continúa, de meios pecuniarios para a compra de ferramentas para brindar os indios, tambem a falta de embarcações para transporte obstou a viagem intentada."

Era incansavel no cumprimento de arduos deveres que fadigas humanas tanto custariam.

Depois de passar em revista as tropas do norte, de revigorar a disciplina, depois de examinar as condições dos registos de Taguatinga e S. Domingos, recolhia-se Cunha Mattos ao sul, quando em Trahiras soube da supposta invasão do norte do paiz por tropas portuguezas. Em parada violenta Cunha Mattos corre a Goiaz e passando por Pynopolis encontra o presidente Lopes Gama que entrava para a provincia, afim de assumir o governo. Chega a Capital, dá as providencias necessarias sobre differentes objectos militares e volta immediatamente a Trahiras: augmenta a força dos registos da fronteira e estabelece nessa localidade o quartel-general, afim de attender a qualquer ponto ameaçado, ficando na parte concentrica da provincia.

Em Trahiras teve Cunha Mattos noticia de ataques dos Chavantes á aldeia Graciosa, mas, tomadas medidas a tempo, o mal foi conjurado. Tudo teve como motivo o gesto do sargento-mór de Porto Real que retirou o destacamento da aldeia, occasionando a fuga dos tres soldados da guarnição, receiosos da aproximação do inimigo. Entretanto nada houve, e a 21 de novembro de 1824 o enviado do chefe das armas encontrou os indios de Graciosa trabalhando pacificamente.

O methodo de catechese de Cunha Mattos deu os melhores resultados: muitos colonos do rio do Somno, Gorgulho do Carmo e Pontal foram residir na Graciosa. Os habitos entre os fazendeiros e os indios foram modificados;

aquelles começaram a receber os indios em seus lares, o que dantes não faziam. A paz ia se fazendo a olhos vistos, ao menos com os Cherentes.

Em o novo quartel-general a disciplina continuou a ser a preoccupação favorita de Cunha Mattos. Não esquecia a celebração das grandes datas como meio de educação militar. A 12 de outubro, data do nascimento do imperador, realizou uma imponente festa em Trahirás, seguida de parada. Mas pequeno numero de officiaes e soldados compareceu ao chamamento do governador das armas. Esta indisciplina, proveniente, segundo Cunha Mattos, da bondade do capitão Antonio Caetano da Fonseca, homem honrado e nada mais, foi severamente punida. 36 officiaes e grande numero de soldados foram presos por tres dias, para exemplo dos demais.

Marcada nova parada para 26 de dezembro compareceram 420 soldados, rigorosamente uniformizados, no mesmo logar que á 12 de outubro tinham formado 100, arbitrariamente ataviados. Tambem em Pilar, no anniversario do throno, appareceram só 80 homens. Houve prisões, e a 26 de dezembro 226 soldados estavam em formatura, bem equipados.

As menores faltas eram punidas com vigor.

A um soldado que commetteu um estupro mandou applicar chibatadas á vista da tropa e da offendida; a um cabo que roubou um cavallo fez rebaixar.

Cunha Mattos promoveu a reparação de muitos quarteis, utilizando-se de subscripções populares. Reformou ou concertou o armamento de importancia.

A sinceridade, o espirito de ordem, o patriotismo, o desinteresse de Cunha Mattos tinham-lhe grangeado geraes sympathias em toda a provincia, resultando ser levantada sua candidatura á Camara dos Deputados. O enthusiasmo foi geral: Goiaz elegia um digno representante.

Em 1825 estava eleito deputado pelo coração do Imperio, a despeito de suas lutas com o antigo Provisorio.

Em officio de 26 de fevereiro de 1825 ao Conselho Administrativo, Cunha Mattos recapitulava sua administração, enumerando seus serviços e mostrando que seguira sempre o caminho do dever.

"Conservei os povos, diz elle, em paz que felizmente continúa; não fiz extorsões, não delapidei a Fazenda Publica; não devo um só real a pessôa alguma; respeitei os direitos dos homens; obedeci ás autoridades nos pontos em que me podem fazer respeitavel; mostrei-me constantemente bom brasileiro..."

"Não me poupei ao trabalho, continúa adeante, nos perigos fui o primeiro e nas privações não fui o ultimo; como

soldado, como philosopho e como historiador tenho concorrido com todas as minhas forças para a gloria da provincia de Goiaz e minha consciencia não me accusa de haver feito o menor mal".

E tornando á intriga: "Podendo entretanto acontecer que haja quem entenda o contrario e que tenha a fazer queixas contra mim, desde já rogo a esse exmo. Governo e Conselho que procedam ao mais severo excrutinio sobre a minha administração publica e sobre meu comportamento particular".

Era a expressão de um sincero ou de um convencido da pratica do dever. Não affirmou nada de mais, e entre os perigos a que se expoz seria injustiça olvidar que esteve prestes a perecer afogado no rio Manuel Alves da Natavidade, por se ter virado a canôa e estar o governador das armas vestido e com longas botas.

Quiz ser o primeiro a experimentar uma fragil embarcação.

Foi ainda durante a estadia em Trahiras que terminou o mappa da provincia, a *Chorographia* e o *Itinerario*, trabalhos que gravaram o nome de Cunha Mattos na historia de Goiaz. O seu mappa é a base moderna da cartographia goiana: um excellente trabalho de transição. A *Chorographia* e o *Itinerario* até hoje são inegualaveis no genero, fonte continua e sã de estudo obrigatorio para os que desejam conhecer o *hinterland*.

Sendo eleito deputado geral com o ouvidor dr. João Francisco de Braga Pereira, a 9 de março de 1825 passou o governo das armas ao tenente-coronel Luiz da Costa Freire de Freitas e partiu para a costa, afim de participar dos trabalhos legislativos.

* * *

Enquanto Cunha Mattos vai fazendo jornadas para o Rio, aproveito o ensejo para dizer duas palavras sobre este tenente-coronel Freitas, cujo nome já appareceu em dous ou tres locaes deste insignificante escripto e que agora está á frente do governo das armas. Morreu ainda moço, ha quasi um seculo, e talvez não tenha tido um biographo. Foi um egoista que perdeu as opportunidades, não obstante sua adherencia aos chefes do momento. Era natural do Rio de Janeiro e aos 16 annos, em 1801, assentara praça em Portugal, onde se achava no regimento de cavallaria. Nomeado ajudante de ordens do Governo de Matto Grosso, a 19 de agosto de 1803 transportou-se para o Brasil. Chamado depois a Lisbôa, foi promovido a tenente e enviado a servir em Alcantara em 1806. Occupada Alcantara pelos francezes, foi demittido do posto pelo marquez de Alana em 1807.

Com a restauração de Portugal, foi readmittido no Exercito com a referida patente, passando a tenente effectivo em 1809.

Vindo para o Brasil, em attenção a serviços prestados a Portugal, foi graduado em capitão por decreto de 1811 e tornado effectivo em 1814.

Tomou parte activa nos acontecimentos de Pernambuco contra seus patricios. De regresso teve de servir em Goiaz, como sargento-mór, addido ao Estado-Maior. Tendo-se retirado de Goiaz o tenente-coronel Ezequiel Rabello de Andrade, foi encarregado pelo capitão-general Ignacio de Sampaio do commando da força de 1ª linha, por acto de 10 de outubro de 1820.

Amicissimo de Sampaio foi contra os goianos que pretendiam a independencia com a revolução de 14 de agosto de 1821, tendo sido um dos instigadores das prisões de Philippe Cardoso, do padre Marques e de outros.

Fez parte da Junta eleita a 30 de dezembro, servindo com Sampaio, Carneiro Britto e Costa.

Não tendo sido contemplado na eleição de 8 de abril, que elegeu o Provisorio, provocou um movimento de força contra a Junta interina, o que lhe valeu um conselho de guerra em 1822, inutilizando-se completamente. Graduado a instancias de Sampaio em tenente-coronel não progrediu mais na carreira militar por causa da referida rebellião.

Voltou a Goiaz, que muito amava, e ahi serviu com o coronel Cunha Mattos, com o brigadeiro Baumann, até 1830. Vem ao commando das armas, por morte de Baumann, um seu desaffecto, o capitão Felippe Antonio Cardoso.

Freitas desgostou-se e com licença parte para o Rio de Janeiro em 9 de fevereiro de 1830 e aqui fallece a 27 de março de 1831, aos 47 annos de idade.

Era cavalheiro da Ordem de Christo.

Não teve sorte este Freitas, a quem em 1825 Cunha Mattos entregava o governo das armas da provincia de Goiaz.

* * *

Esperava Cunha Mattos que a Assembléa Geral funccionasse desde logo, mas tal não se dando e não querendo ficar ociosamente no Rio, pediu permissão para tornar a seu posto de chefe das armas em Goiaz.

Retornou á provincia em 18 de julho de 1825, estabelecendo-se na Capital e já então brigadeiro.

De começo entrou em lutas com o presidente Lopes Gama; Cunha Mattos queria auxiliar com sua expedição a provincia de Matto Grosso, a proposito de pretendida passagem dos Chiquitos para o Brasil.

Lopes Gama foi contrario ao intento. O incidente foi levado ao imperador. Mas, as duas autoridades dahi por deante não mais se entenderam. Os menores pretextos serviam de occasião para a troca de azedos officios entre os dous poderes, exercidos por duas individualidades criadas no cumprimento do dever: Lopes Gama era patriota honrado, mas politico; Cunha Mattos era o militar disciplinado e era o patriota reformador.

Gama transigia, mas Cunha Mattos teimava e ia a todos os sacrificios para manter sua opinião. Suas leis eram a verdade e a consciencia. Gama não se affastava da conveniencia e da legislação.

O governador das armas entendia que suas funcções deviam ser independentes da administração, como o foram até certo momento.

No regime das capitanias os chefes das armas dependiam dos capitães generaes. Quando se criou o primeiro Provisorio a 30 de dezembro foi designado o tenente-coronel Freitas para a importante commissão.

A crise politica de 9 de janeiro de 1822, obrigando a saida de Sampaio, collocou Freitas em falsa posição, resultando ser substituido pelo coronel Alvaro José Xavier. Eleito este presidente do primeiro Provisorio a 8 de abril, e affastado o tenente-coronel Freitas, foi escolhido o tenente Antonio José de Oliveira Tição que foi enviado para o norte, Freitas e Tição, originou o conselho de guerra, a que já me referi.

Anarchizada, parcial em conchavos politicos esteve a força publica até meiados de 1823, em que Cunha Mattos toma posse de sua direcção.

Durante o periodo das lutas da Independencia o governo das armas esteve mais ou menos independente da administração das Juntas, mas na épocha da luta entre Cunha Mattos e Lopes Gama vigorava a lei de 20 de outubro, que parecia submetter o chefe das armas ao presidente da provincia. Por isso, a expedição dos Chiquitos não foi avante.

Os bilhetes da junta provocam outro incidente entre as duas autoridades e entra em jogo a falta de pagamento á tropa.

Um terceiro incidente nasceu com a reclamação de Cunha Mattos contra o facto de Lopes Gama occupar alguns militares na concatenação de dados geographicos.

Talvez fossem ciumes de obreiros do mesmo officio...

Um ultimo desaguisado não se fez esperar, e este separou definitivamente as duas personagens.

Em obediencia á portaria do Imperio de 15 de julho de 1825 o governo da provincia organizou uma *enquêtte* para apurar as causas da decadencia de Goiaz e estudar medidas de solução.

Lopes Gama, em officio protocollar, pede a opinião do governador das armas. Intellectual que era, sociologo e historiador, enviou, como resposta ao presidente, um picante, mas philosophico officio, longo officio, contendo nada menos de um programma de governo e de verdades. Cunha Mattos, sem piedade, escalpellou o mal encoberto e usou de palavras claras e persuasivas, criticando e censurando os descalabros da administração publica. Foi um Deus nos accuda e houve um enorme reboliço na Capital.

Tenho á mão uma cópia desse documento, digno de figurar entre os manuscriptos de nossas bibliothecas.

"A ruina desta provincia, dizia Cunha Mattos (póde dizer-se que se acha de todo arruinada), procedem do systema cruel, ou jugo colonial, da absurda e geral pratica do celibato, da capacidade, prepotencia e desleixo dos governantes e da preguiça e crassa ignorancia dos governados..."

Exposto o quadro, Cunha Mattos entrou em sua explanação, sem pedir conta ou citar nomes.

"Não chamemos a juizo os mortos e os vivos causadores das desgraças da provincia. Os netos de uns, os filhos de outros e nós todos estamos soffrendo de sua má politica, de sua ignorancia e de sua perversidade."

E fallando das riquezas goianas: "Onde existem as enormissimas riquezas que uma avarenta não arrancou das entranhas da terra do pacifico Goiaz ? Em Portugal, na Grã-Bretanha, na França e na Italia".

Era a expressão de um economista.

"Que vemos, continúa, em Goiaz ? Taperas, montes de ruinas, excavações cheias daguas putridas e causadoras das mais crueis enfermidades ! Eis a riqueza da provincia ! Acabou-se a mineração, desprezou-se a agricultura, extinguiu-se o commercio, exgotaram-se os cabedaes e ficamos á semelhança dos arabes de Balbec observando com os olhos da apathia a nossa miseria, a nossa desdita e talvez o quadro fiel e bem chocante de nossa estupidez, da nossa reprehensivel ociosidade".

E, sem fazer a menor restricção neste quadro, Cunha Mattos denuncia crimes e prevaricações na Fazenda Publica, no almoxarifado, em todas as repartições. Aponta os males sem piedade.

"Sem o preciso conhecimento destas importantes materias, sem penetrar os reconditos arcanos da Junta da Fazenda, sem rasgar o denso véo que occulta ao Conselho o manejo da

substancia do Estado, do sangue dos cidadãos, nada se póde dizer que satisfaça, é apenas retocar, nas ramas de uma arvore apparentemente frondosa, que na verdade tem o tronco carcomido e quasi todo devorado."

A seguir duvida Cunha Mattos que em um anno apenas de governo já pudesse Lopes Gama conhecer todos os defeitos da administração. E fallando dos abusos, acha que nem 30 Conselhos nem 400 homens de sua capacidade seriam aptos a detel-os.

"Nós podemos tocar nos raminhos, o mal está no tronco, nas raizes, está encoberto."

E de mais a mais aspero fulmina a administração da Fazenda.

"Emquanto não se restabelecer os creditos da administração da Fazenda, emquanto v. ex. não fôr informado com candura e bôa fé, emquanto o egoismo dictar a lei, emquanto as pretenções decidirem dos empregos, emquanto para estes não se procurarem pessôas qualificadas, inuteis são os Conselhos, vãos os projectos de Reforma, tudo é tempo perdido, palavras ociosas e que nada significam."

Estas expressões, verdadeiras para a épocha, exasperaram o Conselho; o presidente foi ao auge da indignação.

Não commentarei o documento até o fim, mas é justiça dizer que os 28 paragraphos puzeram a nú as medidas a serem adoptadas para impedir a continuação do descalabro que assolara a provincia, originado antes de tudo do pessimo systema colonial, esteril e contra o interesse nacional.

Recebido o officio de Cunha Mattos na tarde do dia 27 de setembro de 1827, Lopes Gama convocou uma reunião matutina do Conselho Administrativo para discutir as accusações feitas pelo governador das armas em tom tão categorico e cheio de autoridade.

O Conselho foi de parecer que se chamasse immediatamente todos os funccionarios de Fazenda para depôr e responder pelas tremendas arguições.

Em assembléa todos negaram as increpações feitas, tudo era calumnia, a repartição de Fazenda era serissima...

Retiram-se os empregados e a discussão continúa; o Conselho via o officio como um desacato a ser levado ao conhecimento do imperador.

Antes de tudo queriam as provas; tantas affirmações exigiam um testemunho formal.

A cidade de Goiaz ficou agitada. As opiniões se dividiram e foram pouquissimos os partidarios de Cunha Mattos.

O officio de replica do governador das armas é um verdadeiro tratado de administração: tres vezes maior que o primeiro e desta vez com as requeridas provas. Não era o il-

lustre militar homem a deixar sem documentação suas affirmativas. E trouxe-a esmagadora, respondendo a um desattencioso officio de Lopes Gama dictado em um momento de cobiça, quando não instigado pela maioria parcial do Conselho Administrativo.

Cunha Mattos extranha a attitude de Lopes Gama e ataca-o entre a satyra e o sério.

"Como é possivel que v. ex. qual outro Etna, Vesuvio ou Hecla lançasse torrentes de fogo e lavas contra a minha pessôa e contra a minha opinião por eu ter fallado com a franqueza e liberdade convenientes ao caracter exemplar de um deputado e representante da nação brasileira?".

E depois de fallar das prerogativas do deputado, affirma seu amôr a Goiaz, posto em duvida pelo officio de Lopes Gama.

Si minha vida tem pertencido até hoje ao Estado, se o meu collega tem corrido no campo da honra, defendendo o meu principe, si meu corpo se acha coberto de cicatrizes por sustentar a dignidade da nação, si o estrepito dos esquadrões, si o ronco estrondoso da artilharia, si a aguda ponta da baioneta, si o fatal silvo da bala, nunca foram capazes de aterrar meu coração intrépido, leal e generoso, como será possivel que este mesmo homem na qualidade de deputado não defenda os verdadeiros interesses de seus constituintes com uma deliberação heroica tanto perante v. ex. como no augusto recinto da Assembléa Nacional !"

Com as proprias palavras de Lopes Gama prova o estado de ultima decadencia em que estava a provincia em 1823.

"Não me disse v. ex. tantas vezes e ainda antes de hontem que sendo informado pelo desembargador Galvão do estado de decadencia a que se achava reduzida a provincia, v. ex., suppuzera ser a noticia exagerada e que só ficou convencido das verdadeiras informações quando via a nudez dos homens, as mumias ambulantes e os cofres da provincia sem um real e cheios de teias de aranha? Penso que v. ex. é tão honrado que não negará o que acabo de apontar".

Para avivar e documentar sua critica ao jugo colonial recorre a alentada bibliographia.

"Que a decadencia da provincia procedeu do cruel systema e jugo colonial, creio que v. ex. não duvidará da verdade desta asserção para não contradizer o Raynaes, os de Prates, os Southeys, os Beauchaps, os Silvalisbôas e outros egregios varões que com mais vivas côres têm pintado as antigas desgraças do Imperio ?"

Não deixou o celibato sem ferinos commentarios, profundamente verdadeiros.

"Si v. ex. estivesse ha mais tempo nesta provincia, ou si houvesse dado tantos passos dentro della como eu tenho, saberia que no arraial do Cocal, que no dia de hoje consta apenas de quarenta e oito barracas demolidas desabrigaram-se 1.500 homens brancos, solteiros na quaresma do anno de 1751, a maior parte delles nascidos em Portugal; o resto nas provincias de São Paulo e Minas Geraes."

A prepotencia e desleixo dos governantes, expressões do primeiro officio, foram largamente consultadas.

"Provo: a capacidade do conde S. Miguel que retirou na sua bagagem um caixão de bastões para distribuir aos enfatuados portuguezes e mineiros que queriam fardas agaloadas e pagaram cada bastão por uma libra de ouro e ainda mais da capacidade dos que serviram com o general D. João Manoel de Menezes que para accumularem enormes fundos pelos emolumentos das patentes, crearam desnecessarias companhias em toda a extensão da provincia; desnecessidade contra que tanto clamou o virtuoso e nunca assás louvado conde de Palma que encontrou a provincia amortalhada em patentes conferidas pelo seu illudido antecessor.

Prepotencia de Tristão da Cunha Menezes, que voltou a provincia de baixo para cima com execuções e sequestros; prepotencia de um Antonio Francisco de Alexandria que arruinou com execuções os districtos de Santa Cruz, Araxá, Desembarque, Bomfim e a comarca do Norte; prepotencia desses agentes infames e de outros tyrannos ainda mais perversos que despovoaram o fertilissimo e povoadissimo territorio desta cidade, Trahiras, etc., que se acham cobertas de innumeraveis engenhos que por desgraça de seus proprietarios e mesmo vossa, estão abandonados e servindo de lugubre morada de féras e aves...

Desleixo de um Fernando Delgado Freire de Castilho em não se oppôr com todas as suas forças á separação dos julgados de Araxá e Desemboque, que por ventura nossa reverteram em parte á provincia mediante os altos exforços e sublime eloquencia do procurador geral no Conselho de Estado, o padre Manuel Rodrigues Jardim".

Era a historia administrativa contada pela primeira vez sem o intuito de occultar a verdade, apenas de leve annunciada na *Memoria* de Silva e Souza, de 1812.

Cunha Mattos estava senhor dos archivos e já tinha escripto sua admiravel Chorographia historica. Lopes Gama bolira no vulcão e as lavas irrompiam sob a provocação...

E após o inventario de algumas administrações do regime colonial, passa a provar a expressão — *crassa ignorancia* dos governados.

"Preguiça e crassa ignorancia dos governados porque das 60.000 almas que povoam esta provincia 54.000 vivem em completa ociosidade, esperando encontrar nas torrentes o caldeirão e os encantados Martyrios de Anhangura ou que o ouro chova em suas cabeças, como o maná no campo dos israelistas do deserto; ignorancia, porque em vez de empregarem os seus dinheiros em escravos, machinas de fiação e instrumentos aratorios, consommem-os em galões, patentes, cavalhadas festas do imperio, do Espirito Santo, em reizadas de Nossa Senhora do Rosário e Santa Iphygenia."

Em seguida a estas causticantes mas verdadeiras affirmativas, em 1823, Cunha Mattos aborda a questão da Junta da Fazenda, estimando que Lopes Gama "não levante castellos no ar, porque não ha cavalheiros que os defendam".

Desenvolve largamente, e mostra que não é um leigo na materia: propõe a suppressão da Junta da Fazenda e creação de uma provincia, o que se fez mais tarde...

"Eu não sou noviço em materia de Fazenda; não obstante ser official superior da tropa de linha, fui desde 1811 até 1815 procurador dos Feitos e logo provedor da Fazenda e Alfandega da Ilha de São Thomé; fui eu que organizei o plano da escripturação e arrecadação das duas provincias, e este plano mereceu a real confirmação por aviso de 21 de março do mesmo anno, expedido pela Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos. Os planos existem no Rio de Janeiro na secretaria de Estado respectiva; portanto não allego com testemunhas mortas e tenho desvanecimento de dizer que quem fez aquelles sabe escrever outro ou melhor".

Justificando-se, o governador das armas detalha as menores questões do complicado assumpto da Fazenda e entra a fallar dos abusos, provando os conceitos anteriores.

"V. ex. não deveria exaltar a bilis até o ponto de romper com uma estrondosa chamada. Mas como v. ex. deve saber não ignoro absolutamente aquillo que se passa, não obstante ser homem pouco amigo de ridiculas novellas, tomo a liberdade de perguntar a v. ex. se o escandaloso e abusivo desafio entre o ouvidor João Francisco de Borja Pereira e o deputado Raymundo Nonato Hyacintho aconteceu em Constantinopla ou na cidade de Goiaz em mão da Junta de Fazenda naquelle mesmo momento em que v. ex. se levantou da cadeira e entrou em um quarto interior? Pergunto eu si as escandalosas desordens acontecidas na Casa

de Fundição, depois de v. ex. aqui se achar, foram praticadas em Argel ou na cidade de Goiaz, bem junto ao Palacio em que v. ex. reside e sem nenhuma attenção á pessôa de v. ex.?"

E segue a lista, extensa, logica e esmagadora, mostrando a qualidade de adversario leal e bem informado sobre os menores casos da administração.

Perfilando os empregados da Junta de Fazenda, accusados de todos os defeitos e sustenta a razão do conceito.

"Eu servi 29 annos na Costa d'Africa e é quanto basta para não me enganar com os homens de bem e com os velhacos; tenho estudado Savater e Goll."

E adeantando-se o Lombroso: "Conheço as physionomias pelas linhas e configuração do cranio; poucas vezes erro nos juizos que faço".

Foi formidavel a resposta de Cunha Mattos e essa intransponivel barreira se levantou entre a Providencia e o governo das armas. Lopes Gama queixou-se ao imperador, mas já nesse tempo o ministro Vieira Carvalho fôra informado completamente pelo brigadeiro Cunha Mattos do incidente havido.

Sua coragem civica estava contida nestas palavras: "nada de veneno, eu sei a historia de Goiaz".

Mas Cunha Mattos não sabia só a historia da Provincia Central, mas muitas historias...

E por isso Lopes Gama nada obteve com a impertinente queixa contra o governador das armas.

* * *

Depois do incidente de 8 de outubro de 1825, pouco tempo permaneceu em Goiaz o illustre militar e primeiro chefe das armas da provincia. Seu plano de reforma fôra acceito; todas as medidas propostas foram tomadas em consideração.

As 32 companhias que formavam o regimento de infantaria foram divididas em dous regimentos de 20 companhias e dous batalhões de caçadores com seis companhias cada um. As 16 companhias do regimento de Henriques foram reduzidas a quatro, e cada uma dellas aggregada aos sobredictos regimentos e batalhões. O 1° Regimento de Cavallaria, composto de 13 companhias e o 2° de 16, foram reduzidos a oito companhias cada um.

Realizou nova divisão dos districtos militares e que começou a vigorar de 1825 em deante, épocha, egualmente, das reformas dos corpos.

Finalmente, em março de 1826, partiu Cunha Mattos para a Côrte, levando inequivocas provas da amizade dos bons goianos que o acompanharam até grande distancia.

O governo das armas passou-o ao coronel João José do Couto Guimarães, o militar mais graduado da provincia.

Cunha Mattos não mais tornou a Goiaz que o reelegeu na legislatura de 1830 a 1833, juntamente com seu contendor de 1823, o grande politico que sempre foi Caetano Maria Lopes Gama.

* * *

Cessam aqui minhas notas sobre Cunha Mattos, uma das mais eloquentes personagens da Historia de Goiaz.

Estas linhas são de homenagem a memoria do insigne belletrista á quem Goiaz tudo deve de sua Chorographia e muito de sua Historia e de sua Cartographia. Nenhum goiano até hoje fez mais pela divulgação do ameno torrão central, cujos arcanos Cunha Mattos devassou em 1823 em penosas viagens.

Si muito amou o Brasil que ajudou á criar, com seu sangue ou suas fadigas, o coração deste patriota pertencia a Goiaz que idolatrou até á morte.

E Goiaz, cousa extranha, lhe foi reconhecido e com mais surpreza ainda, baixado ao tumulo o philosopho, esse bem-querer passou á distincta familia.

Os goianos de hoje não devem esquece-lo nunca, a elle que integrou nosso berço nas sociedades de geographia, enriqueceu-o nas mappothecas e nos institutos de Historia.

Rio — Abril de 1924.

DOCUMENTOS

N. 1

Estado politico e militar da provincia de Goiaz

Officio de S. Ex. o governador das Armas ao Exmo. Senhor João Vieira de Carvalho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a respeito da sua chegada a esta provincia, e declarações do estado politico e militar da mesma.

Illmo. e Exmo. Senhor. Tenho a honra de participar a V. Ex. que no dia 15 do mez corrente entrei nesta cidade e logo no seguinte tomei posse do Emprego que Sua Magestade Imperial benignamente me conferiu. O governo provisorio da provincia e o povo me recebeu com as maiores attenções e cordialidade.

No dia 17 publiquei a minha primeira ordem do dia, a qual submetto á approvação de V. Ex. no documento n. 1.

Esta ordem é a exposição da minha fé politica e devo affirmar a V. Ex. que não pouparei diligencia alguma para pôr em observancia aquillo mesmo que escrevi e recommendei aos militares. Lisonjeio-me sobremaneira de poder significar a V. Ex. que esta provincia se conserva na melhor tranquilidade.

Poucos espiritos inquietos não amam os deputados da Junta do Governo Provisorio, talvez por ambicionarem os logares que elles occupam, ou porque como naturaes da mesma Patria conhecem-se desde os seus primeiros annos e têm inveja de os acharem elevados ao distincto emprego que occupam no Estado.

O certo, porém, é que os referidos homens descontentes conservam-se em socego e espero que elle não seja alterado. A Comarca do Norte ou de S. João das Duas Barras acha-se ligada com a do Sul; devo entender que de muito má vontade, pois que as vistas dos seus principaes habitantes dirigiam-se a estabelecerem entre si um Governo particular e muito conforme aos seus interesses familiares; é este o motivo de se haverem unido ao systema de Portugal, recusando reconhecer desde logo a feliz Regencia e a Soberania de Sua Magestade Imperial, de terem relações com as auctoridades portuguezas da provincia do Pará, e de estarem apetecendo que o general Madeira e os seus soldados Triumphassem das tropas Imperiaes.

Em conclusão, elles queriam governar, fosse qual fosse o soberano do Brasil; o tempo e os successos desenganavam aquellas familias ambiciosas; a causa portugueza não prosperou; o povo abriu os ouvidos ás vozes da razão e os demagogos ficaram por terra prostrados. Pelo que lèvo exposto, não quero dizer a V. Ex. que os habitantes da comarca do Norte tivessem motivos sobejos de estarem contentes com a administração do Sul.

Aquella comarca padeceu muito. O antigo systema do governo, a severidade do Fisco, as violencias do Juizo dos Defuntos e Ausentes iam acabando de uma vez as riquezas e os homens daquelle vasto territorio. Eu não posso ouvir sem magua as façanhas e os excessos de alguns magistrados. Immensas fabricas de assucar e mineração destruidas por causa de dividas que continuavam a ser com a pessôa de outros devedores, que no fim de pouco tempo experimentavam a mesma desgraça daquelles, cujos bens haviam arrematado. São estes os motivos da extrema decadencia, pobreza e miseria dos habitantes desta provincia atenuada. Aqui não ha homens ricos, as fabricas são pequenas, a mineração acha-se extincta, a preguiça e insolencia fazem progressos, a ignorancia cresce; a miseria augmenta; e este bello

territorio dentro de pouco tempo será coberto de féras e de Indios selvagens, si o Governo de Sua Magestade não o livrar do abysmo em que vai precipitar-se.

Rogo a V. Ex. que me desculpe o eu haver saido fóra do meu elemento, tractando de negocios politicos, ou civis antes de fazer menção dos militares que, unicamente me competem. Eu propuz-me fallar na desgraça dito para passar a uma das suas partes que não se acham em melhor estado. Ha nesta provincia uma companhia de cavallaria de linha que chamam *Dragões* e outra de infantaria regular a que denominam *Pedestres;* aquella composta de bôa gente, e esta de pessôas de mais baixa qualidade; ambas as companhias formam o corpo, que teve por ultimo commandante um homem fraco, que acabou de sepultar a disciplina, si é que existiu ou podia existir algum dia nesta tropa abandonada. Certo é que similhantes companhias de soldados podem ou devem ser commandadas por officiaes ou agentes da Administração e Arrecadação da Fazenda Publica, porque elles estão em muitos annos destacados nas Alfandegas ou registos da Fazenda da provincia; são os cobradores ambulantes dos arraiaes, andam de casa em casa pedindo a um, recebendo de outro, vexando talvez todos e conduzindo dinheiro para o cofre da capital.

E' por este motivo que os soldados de cavallaria e de infantaria se acham no maior atrazamento da disciplina militar. Nem os cavallos nem os soldados têm eschola. Os cavallos estão aptos, e os soldados que existem na cidade vivem debaixo de immensa oppressão, porque, sendo poucos e o serviço muito, acham-se continuamente de guarda ou em outro trabalho pesado.

Pelo mappa que forma o documento n. 2, verá V. Ex. o estado, em que presentemente se conservam o corpo de linha desta provincia, falto de armamento ou com elles sobejamente arruinados.

Existem mais nesta provincia dous regimentos de cavallaria miliciana compostos de homens brancos, ou reputados como taes, montados e por montar, ricos e pobres, fardados e sem fardas, com armas ou sem ellas. Acham-se distribuidos pelas cidades e arraiaes, sem instrucção e sem disciplina e com pouco desejo de tomarem-n'as. Os mappas annotados de 3 e 4 apresentam os pontos em que se conservam os corpos militares, de que por ora não possa dar a V. Ex. a relação mais circumstanciada, o que farei logo que para isso tiver exacto conhecimento de causa.

Existe mais em toda a provincia um regimento de infanteria miliciana composto de homens pardos. (Os brancos não

têm servido até hoje na infantaria); quasi todos pobrissimos, ignorantes, desfardados e desordenados; não têm disciplina e pouco desejam tomal-a.

O mappa n. 5 mostra a V. Ex. a força deste corpo militar. Obras de fortificação é cousa que por ora se não conheceu nesta provincia.

A Junta do Governo Provisorio informou-me de que mandara levantar uma fortaleza no Sitio do Porto Real fronteiro á povoação do Pontal, entre os rios Manoel Alves da Natividade e o do Somno, sobre a margem direita do Tocantins ou Maranhão.

Eu não tenho por ora noticia da confirmação nem dos progressos desta obra; espero adquiril-a com brevidade, e então terei a honra de informar exactamente a V. Ex., apresentando-lhe um mappa chorographico da provincia, ou pelo menos um topographico do terreno em que dizem estão construindo a obra, e nessa occasião á vista dos mappas, mostrarei a V. Ex. os meus sentimentos a respeito de um territorio que muito merece o meu cuidado por se achar fronteiro ás provincias do Pará, Maranhão e Piauhy. Entretanto, para que V. Ex. possa desde já formar alguma idéa ao estado das minhas luzes sobre aquelle remoto territorio e das providencias que dou a respeito da guarda e defesa delle, tenho a honra de levar á presença de V. Ex. no documento n. 6 as cópias que em data de 19 do corrente mez dirigiu o official commandante das forças da fronteira e ambiciono muito as sabias reflexões e advertencias militares de V. Ex. sobre os negocios que nelle trato.

Os armazens desta provincia acham-se exhaustos.

Na relação n. 7 verá V. Ex. quaes são os armamentos e apetrechos de Guerra, que nelles se conservam. Permitta-me V. Ex. algumas informações, que tenho alcançado sobre varios objectos, que merecem providencias muito serias da parte do illuminado ministerio de Sua Majestade Imperial.

A distancia que ha desde o Rio de Janeiro até á cidade de Goiaz por caminho extremamente tortuoso é de 241 legoas. Tal é a marcha que eu fiz quasi sempre de noite e em bôa commodidade. Estes caminhos são na maior parte muito planos, e a pouco custo se poriam em estado de serem trilhados por artilharia, e toda a especie de carruagem.

Parece-me que vinte arrobas de polvora bastam para se quebrarem algumas pedras que se encontram em varios logares e tornam mais difficultoso o transito dos carros desde o Rio de Janeiro até Goiaz; é tal a miseria desta pro-

vincia ou a indolencia dos seus moradores, que ha mui pouca gente para fazer uma broca, para quebrar pedra; não ha um architecto, um engenheiro. O pequeno trabalho das minas de ouro e diamante faz-se por um systema desgraçado: aqui não tem havido industria, arte, sciencia nem actividade. Todos os deputados da Junta do Governo Provisorio conservam bons desejos, mas eu vejo pouco trabalho e o certo é que as minas de Anicuns, em que existe uma sociedade de mineração, nada têm produzido, quando, aliás, podiam deixar immensas vantagens, tanto ao povo como ao Estado. Creio que esta apathia deve attribuir-se ás convulsões politicas aqui succedidas, e a outras causas muito remotas e que devo consultar.

Bem conheço que Sua Majestade Imperial dignou-se encarregar-me unicamente do governo das armas. E' este o meu elemento, e militares são as minhas attribuições. Entretanto, como não ha pessôa alguma que me exceda em bons desejos, offereci-me á Junta do Governo Provisorio com quem conservo a mais admiravel harmonia e bôa intelligencia não só a ir examinar os trabalhos, canaes e machinas das minas de Anicuns, as do Rio Claro, Diamantina e quaesquer outras das riquissimas desta provincia do ouro e preciosidade, posto que pobre ou indigente, como a tomar a meu cargo o concerto, cobertura das novas estradas, construcção e reparo das pontes e barcos dos rios, concerto e limpeza das fontes e calçadas, e mostrar como se quebram e se extrahem pedras, a ensinar á mocidade os principios de mathematica a lingua franceza e ingleza; finalmente offereci-me a empregar-me com a minha habitual actividade e assim concorrer para o bem da provincia e dos seus habitantes, como melhor se póde desejar. Os meus offerecimentos dirijo á Sua Majestade Imperial por intervenção de V. Ex., certificando a V. Ex. que por estes ou quaesquer outros trabalhos civis, em que Sua Majestade Imperial queira que me empregue, não exijo gratificações, remunerações, ajudas de custo nem vencimentos, porque são bastantes os que percebo na minha qualidade militar, e nada mais ambiciono do que a gloria e prosperidade da minha Patria adoptiva e da honra e magnificencia de Sua Majestade Imperial e da fortuna e felicidade dos subditos deste Imperio.

Deus guarde a V. Ex. — Quartel-General da Cidade de Goiaz, 23 de junho de 1823. Illmo. e Exmo. Senhor João Vieira de Carvalho — Assignado — *Raimundo José da Cunha Mattos.*

N. 2

Sobre a topographia da provincia de Goiaz

Officio ao Illmo. e Exmo. Sr. João Vieira de Carvalho, sobre o estado desta provincia.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. Tenho eu dicto a V. Ex. no meu officio n. 1, que logo que fosse possivel levaria á presença de V. Ex. apresentando o mappa topographico de parte ou de toda a provincia de Goiaz para á vista delle apresentar a V. Ex. os meus sentimentos da defesa da mesma provincia, no caso de se acharem occupadas as do Ceará, Maranhão, Piauhy pelas tropas de Portugal; cumpre-me agora satisfazer a minha obrigação, offerecendo a V. Ex a carta do terreno comprehendido entre dous caudalosos rios Tocantins e Araguaia, desde a cidade de Goiaz até ao porto de São João das Duas Barras. Esta carta, que talvez não seja exacta, mostra contudo aquillo que é bastante para V. Ex. immediatamente decidir sobre as peculiares circumstancias da provincia, relativamente ás outras tres que lhe ficam no quadrante do Norte.

O porto ou villa de São João das Duas Barras foi fundado por ordem do senhor rei d. João 6° e sob a direcção do governador e capitão general da provincia do Pará d. Francisco de Sousa Coutinho no anno de 1801.

Situado junto á confluencia dos dous grandes rios Araguaia e Tocantins, elle protegia um immenso territorio e conservava abertos as communicações entre o Pará e Goiaz, a cuja ultima provincia era pertencente, posto que se achava guarnecidos por tropas da provincia.

Durante o governo do general Fernando Delgado trouxe grandes desmembrações desta provincia.

O rico districto do Araxá (a melhor porção della) uniu-se a Minas Geraes; o territorio comprehendido entre o rio de Manoel Alves, grande, fronteira do Pará e a Cordilheira Geral incorporou-se ao Maranhão; o Pará teve o terreno immenso de São João das Duas Barras, e esta provincia de Goiaz ficou reduzida a um esqueleto privado das suas mais ricas e ferteis terras.

Em consequencia pois desta desmembração o governo do Pará tractou de fortificar o porto de São João das Duas Barras, que feixa hermeticamente os rios Tocantins e Araguaia; poz-lhe uma guarnição de 60 homens e aproveita-se de todas as

vantagens, recursos e preciosidades que dessem dos immensos sertões desta provincia central.

Tudo isto era desculpavel no tempo em que o Brasil se achava ligado a Portugal, mas as cousas mudaram de figura; logo que Sua Magestade o senhor rei d. João 6° regressou áquelle Reino homens perversos seguiram os principios abraçados pelos demagogos de Lisbôa, dilaceraram esta provincia, lembraram-se do restabelecimento de uma Republica, cujo nucleo assentavam na Bahia; finalmente queriam tudo, excepto terem um Governo Real no Brasil, ou para melhor dizer certas familias e pessôas bem conhecidas queriam tyrannizar os povos a titulo de fazer a fortuna dos mesmos povos.

Pouvera a Deus que similhantes sentimentos já se achassem dissipados, mas por desgraça não aconteceu assim; um fogo occulto ainda escalda varios corações que muito a seu pezar se conformam com os principios abraçados por todo o Imperio e desejam que não existam outras auctoridades sinão as que elles julgam necessarias aos seus interesses particulares. No tempo em que se separou da provincia de Goiaz o territorio de São João das Duas Barras, propoz-se o governador Fernando Delgado estabelecer um porto forte na fronteira da provincia, a bem de auxiliar os commerciantes que pelo rio Araguaia desciam para o Pará; e com effeito mandou estabelecer o presidio de Sancta Maria do Araguaia logo abaixo da confluencia dos dous grandes canaes que formam a immensa ilha de Sancta Anna ou Nova Beira.

A escolha do logar não foi má, porque servia de freio aos indios Chavantes e Cherentes; mas a selecção do commandante da provincia foi pessima por recair em Francisco Xavier de Barros, que hoje é capitão graduado da Companhia de Pedestres, o qual ha pouco tempo marchou para essa Côrte.

Este official fraco, ignorante e incapaz de tudo não se fortificou e por isso foi completamente destroçado pelo gentio Chavante que destruiu a colonia, dando morte a umas pessôas e afugentando outras, de forma que no dia de hoje aquelle terreno está aberto a todas as tentativas do primeiro occupante.

Com effeito, pela união do porto de São João das Duas Barras do Pará e pela runina do presidio de Sancta Maria pelos Chavantes ficou esta provincia sem força alguma sobre os grandes rios que communicam com aquellas; o que tornando-se summamente prejudicial aos interesses brasileiros pela facilidade de uma invasão das tropas portuguezas até ao

coração do Imperio, lembrou-se o padre Luiz de Gonzaga de Camargo Fleury, deputado da Juncta do Governo Provisorio desta provincia (quando marchava á testa de alguma tropa a promover a reunião das duas comarcas que se tinham desligado por deligencia do celebre ouvidor Segurado) a levantar uma fortaleza no Porto Real entre o rio de Manoel Alves ou Natividade e o do Somno para com ella obstar os designios dos portuguezes do Pará.

Mais persuadido estou de que esta obra de fortificação é ou ha de ser cousa fraquissima, porque o padre Gonzaga apenas conserva duas peças de bala de libra, faltaram-lhe espingardas, não tinha munições e carecia de officiaes. Dizem-me que elle não approximara a sua obra mais á fronteira por querer cobrir o paiz que tem maior numero de habitantes; entretanto elle deixou exposto todo o terreno comprehendido entre o Porto Real e o rio Manuel Alves Grande e a immensa peninsula formada pelo Tocantins e o Araguaia, donde livremente os Portuguezes podem extrahir ricas producções sem acharem o menor obstaculo em razão da distancia a que lhe fica o Porto Real.

Não acontecerá, porém assim, si na ponta septentrional da peninsula formada pelo Tocantins e Araguaia se construir uma boa obra de fortificação, ou no caso de se occupar a fortaleza de São João das Duas Barras; estabelecendo num porto militar na ponta da peninsula fecham-se os dous rios, porque, segundo dizem, o terreno é proprio e commanda as margens oppostas destes grandes canaes; e quando em logar deste estabelecimento (muito preferivel na minha opinião) se queira possuir obra já feita, será necessario sorprender a fortificação de São João das Duas Barras occupada por sessenta soldados portuguezes.

Eu já dei providencias para vêr si se pode conseguir esta empresa, e em tal caso temos protegida a entrada da provincia. Acontecendo porém não se tomar esta obra de São João das Duas Barras, nem se construir, como é mui necessario, uma boa fortificação na ponta septentrional da peninsula, faz-se indispensavel restaurar o antigo presidio de Sancta Maria sobre o Araguaia, pois que, a ficar aberto este grande canal, podem repentinamente subir por elle as tropas portuguezas do Pará, cortar as communicações entre Cuiabá e Goiaz, assaltar todas as terras desta ultima provincia e dirigir-se a Minas Geraes e a S. Paulo sem acharem grandes obstaculos, sobretudo sendo auxiliados por algumas pessoas, que as receberiam de mui boa vontade.

Quando eu fallo por este modo, logo me oppõem a distancia dos logares e a difficuldade dos transportes; a isto

respondo que no Brasil olha-se com indifferença para uma distancia de duzentas leguas, que os transportes sempre apparecem porque não faltam canôas ou arvores de que se façam, e cavallos para carga e cavalleiros que tambem não faltam e penso finalmente que os Portuguezes bem sabem que o Cuiabá é muito rico em diamantes, que em Goiaz poderão fazer alguma fortuna, em conclusão a homens que desejam vingar-se, destruir, roubar e escravizar aplanam-se todas as difficuldades, principalmente tendo elles vistas de proclamar a liberdade dos escravos e de formar republicas (muitos partidarios têm por estas terras) confederadas com Portugal.

Para practicar porém aquillo que eu proponho como interessante, é preciso haver gente, dinheiro, armas e munições para ellas. Nada disto ha na provincia. As duas companhias de tropas de linha são mais agentes da Fazenda Publica do que soldados. Falta-lhes instrucções, e ainda quando tenham quem lh'a dê, não podem tomar por se acharem distribuidas pelos registos da provincia.

Dinheiro não ha, porque no Norte o ouvidor segurado aboliu todas as contribuições; no Sul pelo systema da arrecadação dos dizimos e franca entrada do sal a nada montam as rendas nacionaes. Armas não existem, pois que as tropas de linha acham-se arruinadas e as milicias apenas têm algum taquari para caçar veados. Munições não apparecem. V. Ex. já viu as relações das munições aqui armazenadas, que acompanharam o meu officio n.º 1. Por ella pode V. Ex. formar idéa do estado em que me acho. A' vista pois do que acabo de informar a V. Ex. parece que no caso de acontecerem as tropas portuguezas a occupar a provincia do Pará convem constituir uma obra de fortificação que domine as boccas dos rios Tocantins e Araguaia na ponta septentrional da peninsula formada pelos mesmos rios; e não sendo possivel fazer-se esta (a meu ver) indispensavel obra por falta de grandes recursos convirá elevar um bom porto na margem esquerda do rio Manuel Alves Grande, juncto á sua fóz e outro no logar em que existiu o antigo e abandonado presidio de Sancta Maria, ou ainda mais a baixo juncto a alguma cachoeira de mais difficultoso accesso. A respeito deste presidio falei ao Governo Civil da Provincia, como mostro a V. Ex. no documento incluso, e por ora nada se practica sem que de Porto Real venham noticias do estado em que se acha a provincia do Pará.

N. 3

Sobre a fundação do Hospital de Caridade

Illmo. e Exmo. Senhor.

Com a mais transcendente e cordial satisfacção recebi o officio de V. Ex., sem numero, e datado de 23 de novembro proximo passado, em que me participa as suas philantropicas intenções de estabelecer um Hospital de Caridade nesta provincia de Goiaz. Como bom brasileiro dotado de sentimentos religiosos, lisongeio-me de vêr dar principio a uma fundação de que tanto necessita para o soccorro dos miseraveis que desgraçadamente inundam as ruas dessa cidade, procurando abrigo de pessôas mais caritativas do que aquellas que por effeito de ingratidão barbara e impropria dos homens de senso que se confessam membros de uma Egreja cujas primeiras bases são o amor do proximo, lançam pela porta fóra alguns similhantes seus, quando os annos e as enfermidades os tornam inuteis á sua avareza e cruel deshumanidade. Os brasileiros imitaram ou introduziram no Imperio alguns estabelecimentos uteis de Portugal; elles não se esqueceram do dever dos primeiros homens honrados; elles conheciam que amar ao proximo é segundo preceito que nos impoz o Creador. Tomando, pois, exemplo de tantos e tão illustres individuos que na Mãe Patria haviam fundado gafarias, hospitaes e albergarias para os enfermos assim como para os viandantes desvalidos, elles levantaram nas principaes cidades e villas do Brasil muitos asylos sagrados para os indigentes ou necessitados.

Nos devemos blasonar com melhor titulo de havermos dado começo a estas instituições desde o tempo das Cruzadas. As religiosas e hospitaleiras de Jerusalém, fundadas em 1080; os Cavalleiros de S. João estabelecidos em 1099. Os Templarios Congregados em 1118 fizeram todas os esforços para melhorar em Portugal os pequenos hospitaes que os bispos e os religiosos de S. Bento sustentavam as suas dioceses e juncto aos seus mosteiros.

O nosso principe Affonso grão-mestre da Ordem de São João em 1194, resignando a dignidade suprema, veio estabelecer em Portugal uma Casa de Caridade que elle mesmo administrava; foi uma princeza nossa a que instituiu a primeira Confraria de Misericordia logo imitado em todo o mundo christão, e o portuguez S. João de Deus foi o fundador dos Ermãos Hospitaleiros ou da Caridade em 1554. O exemplo destas pessôas venerandas chegou até o Brasil. A Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e outras cidades e villas, levantaram grandes hospitaes; mas, que differença não existe entre aquel-

las cidades e a pobre capital da provincia de Goiaz ! O restabelecimento de um Hospital é em si mesma idéa grande e digna de louvor, metter mão á obra é... tal qual eu considero a de V. Ex.; mas conservar o edificio em perpetuidade é tarefa mais sublime, e de tal importancia e consideração que eu acho (por ora) nesta provincia senão de todo impossivel, pelo menos mais difficultosa. Convenho com V. Ex. nas vantagens de um hospital. Nas memorias desta provincia ha muito tempo escriptas pela minha tosca penna, propuz a conveniencia do estabelecimento de dous hospitaes, um no Sul e outro no Norte.

Não se póde fazer tudo de repente. V. Ex. mette mão ao primeiro: tempo virá que estabeleça o segundo.

Eu que me preso de ser tão bom como melhor, desejo não ter o ultimo logar no numero dos operarios que levantarem esse asylo consagrado á Beneficencia: eu desejaria poder gravar caracteres indeleveis mostrando á Posteridade que V. Ex. foi o principal instrumento da fundação de um hospital em Goiaz; mas, pergunto eu: haverá patriotismo, haverá constancia para levar avante os desejos caridosos de V. Ex.? Haverá meios para compra do edificio, promptificação de utensilios, sustentação dos enfermos, pagamento dos empregados, acquisição dos medicamentos? Interessar-se-hão os habitantes do Norte e ainda os do Sul na conservação de um hospital em Goiaz, isto é, em logar remotissimo daquelles em que elles habitam ?

Eis aqui as duvidas que se apresentam aos meus olhos e que a meu ver são de grande peso no actual estado de decadencia, a que a provincia se acha reduzida por falta de Policia, pela escassez de numerario, pela intenção dos trabalhos das minas e por mil outras occorrencias que não aponto a V. Ex. por serem sobremaneira repugnantes ao coração do homem honrado. E' justo que todos contribuamos para o estabelecimento do Hospital, mas ainda mais justo é que comecemos o edificio pelo seu verdadeiro alicerce, quero dizer pela dotação. Sem fundos constantes, não póde subexistir o hospital; e si havemos de metter mão a uma obra para ficar em paredes toscas, melhor será que cada um de nós despenda o dinheiro pelos pobres, que todos os dias nos batem á porta com gemidos dolorosos. Eu creio que V. Ex. ficará convencido da força deste discurso: sem dotação não ha hospital: tratemos, pois, da dotação; eu sou o primeiro que lanço o meu nome na lista, subscrevendo cincoenta mil réis em cada anno que estiver empregado na provincia de Goiaz e por uma vez a quantia de cem mil réis para promptificação do edificio, utensilios e outros artigos indispensaveis.

Aos commandantes dos corpos da 1ª linha e milicias assim como aos commandantes geraes do districto da provincia escrevo sem demora para ver si a respeito do estabelecimento do hospital querem ser um pouco mais francos do que o foram sobre as escripturações da guerra do Imperio: não afianço a v. ex. um feliz resultado, mas protesto não poupar diligencia para levar avante as bôas intenções de vossa excellencia.

Deus guarde a vossa excellencia.

Quartel-General de Trahiras, 24 de dezembro de 1824.

Exmo. senhor presidente desta Provincia.

N. 4.

Resumo dos trabalhos do governador das armas:

Officio ao Conselho do Governo da Provincia.

Illmo. e exmo. senhor.

Honrado pelos povos desta provincia com o sublime emprego de seu representante na Camara dos Deputados na Assembléa Geral Legislativa do Imperio do Brasil eu vou fazer patente a vv. eex. o meu procedimento na qualidade de governador das armas da mesma provincia afim de que v. ex. á vista desta minha exposição fiel e das noticias veridicas que ao depois alcançarem possam entrar em uma severa censura da minha administração com aquella imparcialidade, que convem á minha honra sempre illesa e á justiça dos povos que se reputam para mim aggravados em algumas determinações pouco reflectidas ou desviadas da mais perfeita constitucionalidade.

Entrei nesta provincia a exercitar o emprego de governador das armas em 16 de junho de 1823; a 6 e 13 de junho, digo, julho seguinte passei revista de inspecção aos côrpos de 1ª e 2ª linha. As praças revistadas existem; podem dizer si commetti a menor violencia contra algumas dellas; estabelecidos os principios de disciplina, que julguei adaptados ás circumstancias da tropa da Capital, puz-me em marcha para os arraiaes dos maiores do sul, onde passei revista a homens ainda existentes, que darão testimunho da minha conducta para com a tropa em particular, assim como para o povo em particular.

Avisado pela exma. Junta do Governo Provisorio do risco que corria a provincia pela approximação de força portugueza e fronteira della voei á cidade e daqui puz-me em marcha para o norte com a tropa de linha que estava em termos de ser empregada. O meu modo de proceder nesta occasião foi approvado por sua magestade imperial por por-

taria da Secretaria do Estado dos Negocios da Guerra datada de 30 de outubro de 1823, em que me foi recommendada a tranquillidade da provincia. Outra egual approvação mereceram as medidas tomadas pelo exmo. governador provisorio por portaria datada de 18 dicto. Chegando do decurso da minha marcha ao rio Tocantins e recebendo noticias do destroço das forças portuguezas na Cachoeira de Santo Antonio, pouco ao norte do arraial de Carolina, seguiu para Cavalcanti, dando nesse mesmo tempo novo vigor á expedição contra os indios Caiapós e Canoeiros, o que me havia sido ordenado pelo exmo. governo da provincia.

Esta importante diligencia abortou por falta de previdencia, pela duplicata nomeação de commandantes feita pelo capitão Antonio da Fonseca, que em nada seguiu as minhas ordens; entretanto, apesar do pouco effeito da bandeira resultou a vantagem de não haverem os indios Canoeiros atacado os districtos de Amaro Leite desde então até agora. Em Cavalcanti metti mão aos trabalhos da fiscalização da Fazenda, que me tinha sido recommendada; descobri o maior desleixamento da parte dos administradores e fiz patentes os principios de prevaricação por elles adoptados. O meu severo escrutinio deu logar á cobrança de muitas dividas já reputadas como perdidas; e maiores sommas se arrecadariam, si eu fosse mais zelosamente auxiliado pelos administradores, que dão cumprimento ás ordens que recebem na razão directa da distancia a que se acha quem lhes dirija. Chegando á comarca do norte, tive noticias da supposta approvação do Governo do norte, e pondo-se os espiritos em fermentação fiz marchar tropas das duas linhas para Arroyos debaixo das ordens do sargento mór Nicacio da Cunha Monteiro, e para o norte foi a maior parte da tropa da linha sob o commando do capitão Theotonio José da Silva Pinto para se unir á que se achava com o exmo. deputado da Junta Provisoria Luiz de Gonzaga de Camargo Fleury, encarregado dos negocios daquella Comarca, cuja presença no norte assim como a chamada do tenente José Bernardino de Senna Ferreira e do furriel João de Deus ao Quartel-General foram bastante para se restabelecer a tranquillidade que por um momento tinha sido perturbada.

Em maio de 1824 puz-me em marcha para Porto Real afim de passar revista ás tropas dos arraiaes do norte a vêr si obtinha trazer civilização aos indios de Tocantins.

Eu pretendia descer até á confluencia do Araguaia e visitar os termos e terras desertas que ficam entre este rio e o Pacurahi, pertencentes a Goiaz e occupadas por tropas da provincia do Pará; esta visita tinha por alvo o exame se-

creto da fortificação e accessibilidade do presidio da foz do Araguaia, e para mostrar que a provincia de Goiaz reputa como suas todas as terras comprehendidas entre o Araguaia e o Pacurahi e as montanhas occidentaes que formam as vertentes orientaes do Araguaia e occidentaes do rio Xingú, duas boccas ou de outras que ferem entre o mesmo Xingú e o Tocantins.

A falta de meios pecuniarios para compra de ferramentas para brindar os indios e tambem a falta de embarcações para o meu transporte obstou a viagem intentada.

Chegando ao Porto Real, encontrei com os capitães Cherentes que com muitos guerreiros e familias viera pedir paz e aldeiamento; em conformidade pois das ordens, que eu havia recebido para esse fim da Secretaria do Estado dos Negocios da Guerra datado de 25 de outubro de 1823, determinei que no dia 29 de junho desse mesmo anno reteiro do Tocoaraqui pequeno, se levante uma aldeia para aquelles indios que logo para lá marchassem, marcharam tambem com um furriel e dous soldados.

Os meus officios a este respeito existem na Secretaria do exmo. Governo Civil da provincia, os quaes foram para a Secretaria do Estado, que não só mereceram a imperial consideração, mas tambem duas ordens datadas de 16 de novembro e 7 de dezembro ultimo, em que sua magestade imperial me recommenda a maior actividade e desenvolvimento nos meus trabalhos para o util fim da civilização e aldeiamento dos indios. Deve observar-se que todas as despesas feitas com os Cherentes, que marcharam a estabelecer-se na aldeia Graciosa (tal é o nome que dei á nova povoação) foram feitas á minha custa e com os donativos offerecidos pelo povo de Arroyos, Norte de S. Domingos e Carmo, para fardamento dos soldados novos. A Fazenda Publica não forneceu um só real. No meu regresso ao Pontal recebi officios do commandante dos arraiaes da Carolina, em que me participava a fuga dos indios Apinagés que o haviam citado na sua casa; logo no mesmo momento expedi o portador da noticia com munições de guerra e armamentos, que, não obstante a sua quantidade comparativamente insignificante, foram sufficientes para reduzil-os á paz, visto que pelo ultimo officio recebido daquelle commandante consta ter vindo aldeiar-se na Carolina uma nação, cujo nome elle não aponta, e estarem no mesmo arraial os capitães de duas grandes aldeias de Apinagés para tratarem de aldeiamento e de paz. Ao commandante do Arroyo escrevi ha poucos dias enviando-lhe muitas munições e promettendo-lhe a remessa de quantidade mais avultada na estação

secca no anno que corre. Com as sahidas ás revistas das tropas de quasi todos arraiaes do norte, e estabelecida uma regular disciplina, e feita a revista dos registos de Taguatinga e São Domingos, recolhia-me no sul quando em Trahiras recebi noticia da invasão do Brasil pelo Governo de Portugal; corro a Goiaz, passo Meia Ponte onde me encontrei com o exmo. presidente da provincia na sua marcha para a Capital; chego a Trahiras, augmento a força dos registos da fronteira por motivo das denuncias de parte das provincias de Pernambuco, Maranhão e Ceará; estabeleci naquelle arraial o meu quartel-general afim de vôar a qualquer ponto em que a minha presença fosse necessaria, muito principalmente a Porto Real pela estrada do Amaro Leite, que é de 60 legoas de marcha menos do que pelos Arroyos do Norte. Em Trahiras recebi noticias dos suppostos ataques da aldeia Graciosa pelos indios Chavantes e Inhajurupés. O sargento-mór commandante do Porto Real teve o desaccordo de fazer retirar o deslocamento no dia 16 de novembro cuja calamidade (eu reputei como tal) foi nesse mesmo dia, seguida pela infame deserção de quatro soldados da infantaria de linha, que alli se achavam, e tinham medo de verem a cara do inimigo. Felizmente no dia 21 do mesmo mez chegaram ordens minhas ao Porto Real para ser reforçada e defendida a aldeia Graciosa até a ultima extremidade. Marchou novo destacamento, e os soldados viram os pacificos aborigenes continuando os seus trabalhos no mesmo logar em que foram desamparados.

A guarnição da Graciosa monta presentemente a 17 praças; a aldeia vai prosperando a passos largos; na sêcca deste anno hade ser augmentada com muitos colonos que vêm do rio do Somno e Gorgulho do Carmo e Pontes, e pelos officios que se acham na minha secretaria mostra-se que os habitantes em outro tempo assentados não só admittem nas suas casas os indios da aldeia, mas já vão estabelecer-se na Conceição e outras terras de que antigamente foram desalojados. Estudando sempre em conservar a disciplina militar, soffri o desgosto de vêr que os soldados da 2ª linha do Julgado de Trahiras, esquecidos de suas obrigações para com sua magestade imperial appareceram em diminutissimo numero no dia 12 de outubro de 1824 para assistirem a festa do anniversario natalicio e da acclamação do mesmo senhor. Conheço que a indisciplina procedia da extrema condescendencia e bondade mal entendida do capitão Antonio Caetano da Fonseca, homem muito honrado e nada mais, e por isso logo me deliberei em dividir em districtos separados o Districto Geral de Trahiras, em que por motivo da sua ex-

tensão enorme, tudo andava extremamente relaxado. Mandei prender 36 officiaes inferiores e soldados por tempo de tres dias, admoestei-os e tive o gosto de vêr a 26 de dezembro 420 soldados de 2ª linha no mais rigoroso uniforme naquella mesma praça, em que no dia 12 de outubro apenas tinham apparecido 100 homens arbitrariamente ataviados.

No arraial de Pilar apresentaram-se no dia 12 de outubro 80 praças, havendo alli seis companhias; foram presos muitos officiaes e officiaes inferiores, que faltaram pelos mesmos motivos acima apontados, e por isso no dia 26 de dezembro compareceram 226 homens. Um soldado de linha perturbou escandalosamente o socego publico no arraial de Trahiras, attrevendo-se a forçar uma mulher, crime punido de morte pela lei militar. Ordenei logo que, á vista da offendida e de toda a tropa existente, fosse castigado com muita severidade com chibatadas; si assim o não praticasse perdia-se a subordinação, e os povos achariam nos soldados algozes crueis em vez de defensores honrados.

A um cabo de esquadra que se attreveu a tomar cavallos e aos habitantes da estrada para si e para uma amasia, fiz reduzir a praça de soldado, e não lhe appliquei mais castigo attendendo á sua edade muito avançada.

Nunca consenti a indisciplina; tratei da conservação e bom reparo dos quarteis; fiz remonta da cavallaria por subscripções voluntarias; reformei e concertei o armamento da infantaria; tratei caridosamente os soldados no hospital; nunca invadi jurisdicções, e mantive as minhas prerogativas com toda a força que me impõe a lei; conservei os povos em paz que felizmente continúa; não fiz extorsões, não delapidei a Fazenda Publica; não devo um só real a pessoa alguma; respeitei os direitos dos homens e obedeci ás autoridades nos pontos em que me podem fazer respeitavel; mostrei-me constante como bom brasileiro; paguei sempre 14 acções mensaes, de 300 réis cada uma, a beneficio do augmento da Marinha do Imperio; contribui para construcção e sustentação do Hospital desta cidade, subscrevendo 100$000 por uma vez e 50$000 annualmente emquanto estiver empregado; não me poupei ao trabalho; nos perigos fui o primeiro e nas privações não fui o ultimo; como soldado, como philosopho e como historiador tenho concorrido com todas as minhas forças para a gloria da provincia de Goiaz, e a minha consciencia não me accusa de haver feito o menor mal.

Podendo entretanto acontecer que haja quem entenda o contrario que tenha a fazer queixas contra mim, desde já rogo a este exmo. Governo e Conselho que procedam ao mais

severo escrutinio sobre a minha administração publica, sobre o meu comportamento particular.

Eu não dou a pessoa alguma por suspeita; amigos e inimigos (eu não tenho inimigos, ou pelo menos não os conheço) podem apresentar ás suas accusações na certeza de que perante este exmo. Conselho me obrigo a pagar 10 em logar de um, que eu tenha prejudicado a Fazenda Publica ou qualquer particular; estou prompto a mostrar que sempre marchei com a lei na mão e que nem uma só vez deixei de patentear fidelidade para o imperador, respeito submisso ás autoridades constituidas; attenções cuidadosas aos militares e desvelo patriotico a beneficio dos povos da provincia de Goiaz. Deus guarde a vv. eex. Quartel General em Trahiras, 26 de fevereiro de 1825. Illmos. e exmos. senhores vice-presidente e conselheiros desta provincia.

N. 5

Sobre a reforma da administração

Illmo. e exmo. senhor:

Havendo v. ex. em Conselho julgado conveniente á prosperidade desta provincia ouvir a minha opinião sobre os importantes objectos, de que trata a Portaria da Secretaria deste Estado dos Negocios do Imperio, datada de 15 de julho p. p.; tenho a honra de dizer a v. ex. que não me excedendo talvez pessoa alguma em bons desejos a prol de um paiz, em que a pesada mão da adversidade tem descarregado os mais duros golpes e aberto as mais profundas feridas, cuidei mui seriamente durante as minhas extensas marchas pelo interior da mesma provincia em conhecer a origem, em observar os progressos e em calcular o ultimo periodo da absoluta aniquilação dos corpos politicos de toda ella. Eu bem desejava occultar a v. ex. em Conselho os fortes e verdadeiros traços da historia escandalosa da destruição e completa ruina da provincia de Goiaz; desejava não fazer patentes causas, e pessoas que soffreram e despediram golpes fataes, que para sempre havemos de lamentar; mas cumpre em obsequio á verdade dizer aquillo que sente a minha alma; aquillo que tem observado os meus olhos; e aquillo que chegou ao meu conhecimento por varias relações mui circunstanciadas. A ruina desta provincia (póde dizer-se que se acha de toda arruinada) procedeu do cruel systema, ou jugo colonial, da absurda e geral prática do celibato; da incapacidade, prepotencia e desleixo dos governantes; e da preguiça e crassa ignorancia dos governados.

Dolorosa experiencia, triste recordação, mal irremedia-

vel! A prova destas eternas verdades é tão comprehensivel, que as pessoas mais prevenidas, e outras ainda mais insensatas não quererão talvez contradizer principios mui claros; e por isso não me metto a provar uma ou todas as quatro theses sobre que se podem escrever não resumindo discursos, mas obras mui volumosas. Não chamamos a juizo os mortos, e os vivos causadores das desgraças da provincia.

Os netos de uns, os filhos de outros e nós todos estamos soffrendo o resultado de sua má politica, de sua ignorancia ou da sua perversidade.

Onde existem as enormissimas riquezas que mão avarenta arrancou das entranhas da terra do pacifico Goiaz? Em Portugal, na Grande Bretanha, na França, na India!!! Que vemos em Goiaz? Taperas, montes de ruinas, excavações cheias de aguas putridas e causadoras das mais crueis enfermidades!

Eis a riqueza da provincia!

Acabou a mineração, desprezou-se a agricultura, extinguiu-se o commercio, exgottaram-se os cabedaes e ficámos á similhança dos arabes da Balbac observando com olhos de apathia a nossa miseria, a nossa desdita e talvez o quadro fiel e bem chocante da nossa estupidez, da nossa reprehensivel ociosidade!

Será porventura praticavel a construcção de um dique tão solido que obste aquella furiosa torrente das desgraças?

Duvido muito, porque conheço que numa verdadeira indifferença em vez de verdadeiro patriotismo estabeleceu throno soberbo na provincia de Goiaz: os bons desejos apresentam-se em um mero jogo de palavras, e quando se passa a obra quasi todos recuam porque temem atacar os seus interesses individuaes. Ninguem quer cobrir a nudez alheia com a roupa propria; todos fazem sacrificios, todos evitam incommodos ou inconvenientes que resultam das grandes reformas, e antes preferem o naufragio da barca do Estado do que perder a posse de um lucro com que deviam salva-la.

Sendo isso assim, como realmente é, cumpre-me dizer a v. ex. que não acho remedio ao cancro que corróe o corpo moral desta provincia sinão applicando-lhe enquanto é tempo os mais fortes e ardentes escaroticos; gema, embora, um ou outro interessado no abuso das Leis; soffra aquelle que similhante á sanguesuga exgotta pouco a pouco a substancia do Estado: acabe o egoismo, sejamos todos verdadeiros e todos cidadãos de um nascente Imperio, de uma devastada provincia. de uma patria desprezada; exponhamo-nos, sacrifiquemo-nos e talvez a barca será salva.

Eu vou, pois, apontar a v. ex. aquillo que me parece util para obstar, si possivel fôr, a decadencia da provincia:

desde já supponho que a minha opinião será abandonada; mas eu digo o que sinto, o que entendo, e o que conheço com uma franqueza verdadeiramente patriotica, sem guardar attenções que possam ser prejudiciaes ao andamento da causa publica, ou aos fins a que v. ex. me convida e a que são chamados os exforços de v. ex. em Conselho para completo desempenho da ordem de sua magestade o imperador, expedida pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em data de 15 de julho p. p. Antes, porém, de propôr o meu juizo, cumpre-me dizer a v. ex. que, dependendo a natureza das provincias contra os abusos da administração da Fazenda Publica do perfeito conhecimento do systema ou ordem observada, tanto na arrecadação das rendas, como na destruição ou nas despesas dellas, será necessario entrar em exame das correspondencias officiaes das differentes repartições subalternas á Junta da mesma Fazenda Publica; examinar o estado da escripturação e o methodo da contabilidade; confrontar livros com livros, ligar balanços com balanços; examinar as dividas activas e passivas; conhecer os motivos de não arrecadar a primeira, e as razões de se não saber a ultima; e formar de ramos parciaes um todo, ou tronco geral, que ao primeiro golpe de vista apresente o resultado que se espera ou que se procura. Sem os previos conhecimentos destas importantes materias, sem penetrar nos reconditos arcanos da Junta da Fazenda, sem rasgar o denso véu que occulta ao Conselho o manejo da substancia do Estado, do sangue dos cidadãos, nada se póde dizer que satisfaça, e apenas se tocará nos ramos de uma arvore apparentemente frondosa, que na verdade tem o tronco carcomido e quasi de todo devorado.

Um anno ha que v. ex. tomou posse da presidencia desta provincia e da Junta da Fazenda della; um anno é pouco tempo para v. ex. penetrar os altos mysterios do estabelecimento, e ainda quando v. ex. dia e noite meditasse sobre os livros dos registos, processos e folhas de pagamentos, era impossivel que v. ex. adquirisse idéas bem claras em um intrincado labirintho, sobretudo si por desgraça achasse conductores interessados no amalgama das materias que forem submettidas á inspecção de vossa excellencia.

Excellentissimo senhor, permitta-me v. ex. que falle com franqueza, certo de provar tudo aquillo que eu disser. Si v. ex. e a Junta da Fazenda não puderam remediar os abusos da administração das rendas públicas; si v. ex. e a Junta não forem as que descobrirem os verdadeiros autores e collaboradores das prevaricações, nem o exmo. Conselho, nem trinta conselhos, nem quatrocentos homens como eu somos capazes de o remediar. Nós podemos tocar nos ra-

minhos: o mal, permitta o céu que não seja incuravel, está no tronco, está nas raizes, está encoberto e só um ou dous podem patentear. São os de dentro e não os de fóra que conhecem a natureza e o progresso da molestia. Nós, os externos, apenas ouvimos os roucos trovões formados naquella politica atmosphera; quando sabemos as causas é quando apparecem tão descaradas, como nos ultimos dias aconteceu a meu respeito e de outros filhos da folha.

Enquanto se não restabelecer o credito da Administração da Fazenda; enquanto v. ex. não fôr informado com candura e bôa fé; enquanto o egoismo dictar a Lei; enquanto as protecções decidirem dos empregos; enquanto para estes não se procurarem pessoas qualificadas, inuteis são os Conselhos, vãos os projectos de reforma; tudo é tempo perdido, palavras ociosas e que nada significam, assim como nada aproveitam os que até agora tenho dito e os que ainda passo a manifestar. Sei que tanta franqueza não hade ser bem acolhida: v. ex. sentirá abalos na sua alma por não ter talvez até hoje ouvido verdades tão descarnadas. Chamem-lhe muito embora invectivas; chamem ataques formaes; eu não ataco pessoas, faço notas sobre as cousas, procuro como devo a honra de v. ex., a gloria da Junta da Fazenda e a felicidade desta provincia attenuada. Si eu não fosse por v. ex. chamado para emittir a minha opinião, guardaria o meu silencio; fui chamado na duplice qualidade de chefe da força armada da provincia e de representante eleito dos povos della: fallo aqui com a mesma liberdade com que fallei na Assembléa Legislativa do Imperio; ouçam-me, e si lhes parecer desprezem as minhas palavras, uma vez que não pertencendo eu ao exmo. Conselho, não aspiro reforçar com argumentos e outras provas que convençam o scepticismo mais abalisado.

Apontamentos economico-politico sobre a receita e despesas da Fazenda Nacional:

1°. Reformar a Junta, Contadoria, Almoxarifado, Pagadoria e Administrações Exteriores da Fazenda Publica para restaurar o credito que alguns individuos lhe têm feito perder pelas suas criminosas prevaricações.

2°. Vender a quem mais der as fazendas de gado pertencentes á Nação para não continuar no custeio dellas em extremo dispendioso.

3°. Preceder a todas as compras e vendas de generos, assim como ás arrematações de predios, officio e contractos em hasta publica, pondo com muita antecipação editaes nos logares em que existem os predios, em que se hão de servir os officios e em que se devem cobrar as rendas contractadas.

4°. Exigir fiadores abonados e com hypothecas especiaes em todas as arrematações de predios, officios e contractos, uma vez que a venda dos primeiros não seja a dinheiro á vista.

5°. Examinar, fiscalizar, e ainda arbitrar a qualidade e quantidade dos trabalhos dos officiaes das Repartições a bem de não passarem o tempo em distracções e ociosidade. O ponto nos officiaes publicos é indispensavel.

6°. Não admittir fianças e quantias menores de vinte mil réis.

7°. Promover a cobrança e arrecadação das dividas em tempo proprio e com responsabilidade dos exactores omissos ou desleixados.

8°. Incorporar os officiaes da Casa da Fundição agora existentes na Repartição da Junta, Contadoria, Almoxarifado e Pagadoria da Fazenda. Por fallecimento ou na ausencia dos empregados actuaes, o ouvidor da Comarca sirva de fiscal. O thesoureiro da Junta faça as vezes do da Fundição: o 1° escripturario da Contadoria sirva como escrivão; o porteiro supprima-se; um ensaiador e o fundidor sejam conservados.

Por este modo evita-se a existencia dos officios de fiscal-thesoureiro, escrivão e porteiro da Fundição, cujos rendimentos no tempo presente não chegam em metaes preciosos ou moeda corrente á decima parte da despesa do estabelecimento, e ainda menos renderiam si deixassem de admittir-se os infames bilhetes do quinto que servem de injuria e opprobrio a uma nação cheia de brio e magnanimidade qual é a brasileira. Estes vis bilhetes, eguaes aos assignados da Republica Franceza em 1794, deverão ser queimados, pois que sendo o credito nacional a maior joia que possue o Imperio é preferivel perder-se um pouco de ouro, a ganhar-se um mau nome e a maldição do desgraçado filho da folha que se vê obrigado a acceita-los para depois arrebater pela 4ª ou 5ª parte do seu valor.

9.° Obstar a franca extracção dos diamantes, creando para os trabalhos deste fossil precioso uma Companhia de naturaes ou extrangeiros que entrem em ajustes com os primeiros, empregados do Thesouro Publico Nacional.

10. Extinguir o pagamento do quinto ao ouro e fazer compra de tudo o que se tirar pelo preço marcado, recebendo a Fazenda Publica o unico interesse do direito senhorial da moedagem. Adoptando-se este projecto, renderá o direito da moedagem quantias muito mais avultadas do que presentemente produz o quinto nesta provincia: Isto que dicto fica, não terá logar no caso de se conseguir a creação de uma Companhia de mineiros naturaes ou extrangeiros para os trabalhos montanisticos, mas neste caso dever-se-hão pôr as

maiores cautelas e obstaculos aos extravios dos mineiros ou faiscadores não incorporados em companhias, para que pelo mesmo facto de descaminharem os quintos do ouro que tirarem, não venham a lesar os interesses das Sociedades.

Os obstaculos ao descaminho do ouro são de difficultosissima praticabilidade.

11. Não empregar soldados de linha na agencia e administração da Fazenda, porque possuindo o simples soldo não têm meios de pagar os alcances em que forem encontrados. Quantas sommas delapidaram os antigos e protegidos soldados de Goiaz!!!

12. Fiscalizar, rever e combinar as contas dos fieis dos Registos da provincia com os da administração dos diversos julgados, em que caso se acham envolvidas estas contas.

13. Collocar os registos nos logares mais proprios ás circunstancias da população, agricultura e commercio de tempo presente.

14. Não faltar com o pagamento e com o castigo aos fieis, e guarnições dos registos da provincia e transferir annualmente os fieis e guarnições de uns para outros logares.

15. Crear um contador ambulante para examinar a escripturação da receita e despesa de administradores dos julgados mais remotos da Capital.

16. Conceder arrazoadas commissões aos administradores e officiaes da Fazenda dos julgados. Estas commissões serão tiradas depois de prestarem as suas contas no fim de cada anno e os thesoureiros serão sempre os homens mais abastados dos logares e outros que a isso se offerecem apresentando fianças idoneas e hypothecadas.

17. Sobrecarregar de direitos os generos de luxo e livrar delles o ferro em obras e em barras, assim como os instrumentos proprios para agricultura e mineração.

18. Obrigar os homens vadios, ociosos aos trabalhos da agricultura, commercio e mineração, afim de promover augmento das rendas ao Estado e reformar a libertinagem e a corrupção da boa moral.

19. Fazer effectiva a responsabilidade dos juizes e outros officiaes de Justiça e Fazenda pelo descuido da arrecadação das sisas dos predios, escravos, sellos de testamento e passagens aos rios e mais rendas nacionaes.

20. Melhorar as barcas e as canôas nas passagens imperiaes visto que todos fogem e não se querem arriscar nas que actualmente existem para lhes não acontecer o que succedeu a mim mesmo na passagem do rio Manoel Alves da Natividade.

21. Obrigar a todas as pessoas, até para conservação da propria vida, a atravessarem os rios caudalosos, que têm

portos imperiaes, nos barcos e canôas públicas, uma vez que os remadores estejam promptos e as taes barcas e canôas sejam de construcção adequada á largura e força da corrente dos rios e ás dimensões dos volumes que ordinariamente se transportam.

22. Constituir porto público ou imperial o denominado — Porto dos Pereiras no rio Paranahiba, e o de Manuel João no rio de S. Marcos; estabelecendo em ambos elles barcos seguros, em que se evitem os grandes riscos que ordinariamente correm os viandantes.

N. B. — As barcas ou canôas de passagem devem geralmente ser mais attendidas como uteis aos interesses dos povos do que como vantajosas ao crescimento das rendas.

O systema de cobrar direitos de passagens sem haver barcos, canôas e remadores seguros é geral nesta provincia: o que se procura é o augmento da renda, sem se olhar á commodidade dos povos. E este o motivo de eu metter visto nos ultimos momentos da vida no rio Manuel Alves da Natividade: é por isso que eu passei o Tocantins, o Maranhão, o Palma, o Paraná, o Bagagem, o Preto e outros dentro de cestos rôtos ou gamellas de lavar roupa, e não em barcas e canôas seguras, como pertencente ao Estado. E' por isso que têm morrido tantos homens e se têm perdido tantas cargas em váos e pinguelas em que se arriscam passageiros por conhecerem a pessima qualidade das canôas e dos remadores.

Os viandantes além de se sacrificarem a riscos e demoras ainda são obrigados a pagar uma pesada contribuição.

23. Impôr um pequeno direito da sahida dos crystaes tirados da terra deste no Julgado da Santa Luzia, os quaes sendo alli comprados a preço vil têm a melhor sahida nos portos de mar com interesses de quarenta por um. Este paragrapho refere-se ao 17.

24. Promover a fiação, tecelagem, cortumes e manufacturas de chapeus cujos direitos da sahida ainda mesmo o resultado da venda augmentam os interesses do patrimonio nacional.

25. Reunir o Governo das armas á administração civil da provincia, uma vez que assim convenha ao systema geral do Imperio.

A escolha do sujeito para o governo geral deve merecer grandes attenções.

26. No caso do paragrapho sobredicto far-se-ha uma conveniente reforma nas secretarias a bem de se conservarem os officiaes necessarios e nunca gente superflua.

27. Extinguir a companhia de cavallaria de linha como inutil e despendiosa, creando em logar della uma de caçadores.

28. Não prover os postos de sargentos-mores de milicias por serem inuteis, attentas as circunstancias da população.

Eis aqui os apontamentos que posso fazer para melhorar o systema da arrecadação e distribuição das rendas públicas desta provincia. Cousas vão indicadas, que só em Goiaz podem ter logar; e absurdo seria o propo-las como geraes para todo o Imperio. Não me metto a dar a minha opinião sobre o methodo que se deverá seguir na reforma de cada cousa de que trato nos apontamentos que vão escripto, nem a indicar o systema de melhoramento de outros ramos da pública administração da provincia, porque não tenho de ser executor disso: tudo é mais facil do que parece; em havendo boa vontade, algum zêlo e uma pouca de actividade conseguir-se-ha um perfeito andamento dos negocios; e no caso de não se apresentarem novos ou occultos obstaculos, é mui provavel que Goiaz a não ficar regenerado ou de todo melhorado, conseguirá ao menos demorar por mais algum tempo a sua queda até que a fortuna depare novos meios á v. ex. que com elles e com sua consummada prudencia e muita habilidade poderá obter os altos fins que se esperam, e eu muito ambiciono.

Deus guarde a v. ex., Quartel General, 27 de setembro de 1825. Illmo. e exmo. senhor presidente da provincia.

N. 6

Replica ao presidente de Goiaz

Illmo. e exmo. senhor. — O officio do exmo. Conselho datado de hoje é a prova mais decisiva da coacção e aviltamento em que desejam conservar-me. V. ex. pelo seu officio n. 87 convidou-me a emittir a minha opinião sobre os abusos da administração da Fazenda Publica da provincia, na qualidade de commandante em chefe da força armada e na de representante do povo e deputado eleito á Assembléa Geral Legislativa do Imperio.

Não sei se este convite feito a mim deputado estriba em principios politicos: eu sou deputado dentro do recinto da Assembléa: por ora considero-me um simples particular; mas já que v. ex. me convidou em razão do sublime caracter de representante do povo da provincia, cumpre-me que eu diga aquillo que entendo com a nobre franqueza de um procurador aos meus concidadãos e com a dignidade de um membro honrado da Assembléa Geral Legislativa do Imperio; assim como v. ex. é obrigado a respeitar-me e a ouvir a sangue

frio e com madura prudencia e ainda melhor conselho tudo quanto eu disser na qualidade de deputado, que v. ex. me attribuiu, e em que me convidou a fallar. Como é possivel pois que v. ex. qual outro Etna, Vesuvio, ou Hecla lançasse torrentes de fogo e lava contra a minha pessoa e contra a minha emittida opinião por eu ter fallado com franqueza e liberdade conveniente ao caracter exemplar de um deputado e representante da Nação Brasileira?

Não é o deputado livre de responsabilidade pelo que diz e debate no recinto da Assembléa? Não foi v. ex. deputado da extincta Assembléa Constituinte e Legislativa? Não se fizeram naquella Assembléa os mais estrondosos, sophisticos e insultantes discursos contra particulares, contra magistrados, contra o ministerio e até mesmo contra a sagrada e augusta pessoa de sua magestade imperial? Houve porventura quem accusasse os oradores? Foram elles expulsos da Assembléa por motivo das opiniões que emittiram em pleno Congresso antes dos tenebrosos dias 11 e 12 de novembro de 1823, que sempre serão de infeliz recordação?

Ah senhor, v. ex. deve lembrar-se de que a pessoa que deseja fins, hade ter meios: os fins que v. ex. se propõe farão reformar o systema da administração da Fazenda; os meios de que se quiz servir foram os meus limitadissimos conhecimentos theoricos e noções adquiridas pela prática dentro desta provincia de Goiaz. V. ex. convidou-me como deputado, ouça-me portanto debaixo do ponto de vista. 1°, que eu não sou responsavel pelo que disser; 2°, que a minha pessoa deve ser considerada como inviolavel. Fallo como deputado e não como um simples particular. V. ex. assim o quiz; si fez bem, compraz-me com a gloria de acertar; e si fez mal, tenha paciencia de soffrer os desgostos de ouvir a um homem que discorre com tanta liberdade quanto foi aquella que v. ex. teve para emittir a sua opinião no recinto da Assembléa Constituinte e Legislativa do Imperio.

Mas, que vejo na cidade de Goiaz? confusão, susto, terrores, homens pallidos, espiritos abatidos, animos consternados; um Conselho reunido ás 9 horas da manhã do dia de hontem, os empregados publicos citados a apparecerem representantes perante o mesmo Conselho, e logo ahi serem surprehendidos pela apresentação de 21 artigos de syndicancia, sobre os quaes são alli mesmo obrigados a responder em termos precisos e conscios sem se desviarem da lettra e materia que se lhes apresenta. E para que, oh meu Deus? Para ver si se mostra que eu no officio que dirigi a v. ex. notado com o n. 66 apresentei materia falsa; que accusei individuos innocentes; que me propuz malquistar ou infamar

homens provectos e de reconhecidas virtudes desde o primeiro dia em que entramos na vida pública!

Eu não daria credito ao que estou vendo, si os factos não me mostrassem o alvo a que v. ex. se dirige. V. ex. suppõe que eu fallando em abusos e prevaricações da Junta da Fazenda, involvo a v. ex. no numero dos que abusam e dos que commettem malversações. Nunca tive similhante lembrança; não fallei em pessoa alguma, servi-me de termos geraes; não marquei épochas, pessoas nem logares.

Si v. ex. quizer examinar os meus escriptos, envenene como quizer. Sua magestade, o seu illuminado Ministerio, a provincia de Goyaz, o Brasil, o mundo todo conhecerão a candura e as verdades das minhas expressões. Sua magestade fará justiça a ambos nós, e a provincia de Goiaz ficará convencida até á ultima evidencia de que elegendo-me para seu representante na augusta Assembléa Legislativa do Imperio, terá um defensor acerrimo dos seus interesses, um promotor de sua gloria e um constante agente da sua prosperidade. Sinto não ser orador; talvez este defeito notavel dê logar a eu fazer uma indifferente figura na Assembléa Legislativa do Imperio; mas, apezar da minha reconhecida insufficiencia, estou resolvido a propugnar pela causa desta provincia com toda força, actividade e energia, que se deve esperar de um honrado representante do povo brasileiro; si a minha vida tem até hoje pertencido ao Estado, si meu sangue tem corrido no campo da honra defendendo a gloria do meu principe; si meu corpo se acha coberto de respeitaveis cicatrizes por sustentar a dignidade da Nação; si o estrepito dos esquadrões, si o rouco estrondo da artilharia, si a aguda ponta da baioneta, si o fatal silvo da bala nunca foram capazes de aterrar um coração intrepido, leal e generoso como o do governador das armas da provincia de Goiaz; como será possivel que este mesmo homem na qualidade de deputado não defenda os verdadeiros interesses dos seus constituintes com uma deliberação heroica, tanto perante a v. ex. como no augusto recinto da Assembléa Nacional?! V. ex. tem até hoje formado uma idéa muito triste das minhas opiniões ou dos meus desejos a respeito de v. ex. V. ex. suppõe que eu tenho espirito hostil á autoridade, representação e dignidade de v. ex.; quanto v. ex. se acha enganado! Si v. ex. tivesse a bondade de ler alguns dos meus toscos escriptos v. ex. conheceria que, bem longe de eu desejar o aviltamento da autoridade e representação de v. ex., procuro com todas as minhas

forças que um alto decoro e uma maior extensão de prerogativas, sejam accumuladas sobre o elevado emprego de v. ex. Eu não sou egoista; não sei faltar aos termos prescriptos pelas leis da honra e de mais circumspecta urbanidade. A provincia de Goiaz conhece até que ponto eu levo os obsequios para com a pessoa de v. ex. e da sua exma. familia. V. ex. sahiu a tomar ares em uma fazenda tres e meia leguas distantes da cidade; e não tive eu a honra de acompanhar a v. ex.; não fui eu sempre junto á estribeira da sua exma. consorte? Não fui com os meus officiaes todas as quintas-feiras, sem excepção de uma só, a fazer os meus cumprimentos a v. ex.? Podia eu levar os obsequios a um grau mais exaltado? Dependo eu porventura de v. ex. na menor cousa fóra do serviço público? Espero eu de v. ex. alguma remuneração? Nada, nada, nada. Si fui cruel e cheio de urbanidade para com v. ex. era para mostrar ao povo de Goiaz o alto respeito da illimitada veneração com que eu trato e desejo que todos tratem a v. ex. como primeiro representante da augusta pessoa de sua magestade imperial dentro do territorio desta provincia. Ora, quando os homens de certa jerarchia se portam com tanta polidez é por julgarem conveniente ao interesse publico as demonstrações da boa harmonia, que entre elles subsiste; eu não sou homem de refolhos; dou ás cousas a seu verdadeiro nome e cuido em sustentar aquillo que uma vez disse; e é o que agora vou fazer á vista do meu officio n. 66 que passo a analysar:

No exordio do meu officio lamentei eu a desgraça a que se acha reduzida a provincia de Goiaz e não tem v. ex. convindo sempre commigo nesta fatal verdade? Não me disse v. ex. muitas vezes, e ainda antes de hontem, que sendo informado pelo desembargador Galvão do estado de decadencia a que se achava reduzida a provincia, v. ex. suppuzera ser a noticia exagerada, e que só ficou convencido das verdadeiras informações quando viu a nudez dos homens, as mumias ambulantes e os cofres da provincia sem um real e cheios de teias de aranha? Penso que v. ex. é tão honrado que não negará o que acabo de apontar.

Disso eu em outro paragrapho que a decadencia da provincia procedeu do cruel systema e jugo colonial; creio que v. ex. não duvidará da verdade desta asserção para não contradizer o Raynals, os de Prats, os Santhys, os Beauchamps, os Silvas Lisboas e outros egregios varões que com mais vivas côres têm pintado as antigas desgraças do Imperio.

Disse eu mais que procedia do absurdo e geral systema do celibato. Verdade que desgraçadamente devemos lamentar! Si v. ex. estivesse ha mais tempo nesta provincia ou si houvesse dado tantos passos dentro della, como eu tenho, sabe-

ria que no Arraial do Cocal, que no dia de hoje consta apenas de quarenta e oito barracas demolidas, desabrigaram-se 1.500 homens brancos solteiros na quaresma do anno de 1751, a maior parte delles nascidos em Portugal e o resto na provincia de S. Paulo e nas Minas Geraes.

Acrescentei eu que a ruina da provincia procede da capacidade, prepotencia e desleixo dos governantes. Provo: capacidade do conde de S. Miguel, que trouxe na sua bagagem um caixão de bastões para distribuir a enfatuados portuguezes e mineiros que queriam fardas agaloadas e pagaram cada bastão por uma libra de ouro e ainda mais: da capacidade dos que serviram com o general d. João Manoel de Menezes que para accumularem enormes fundos pelos emolumentos das patentes, criaram desnecessarias companhias em toda a extensão da provincia; desnecessidade contra que tanto clamou o virtuoso, e nunca assaz louvado conde da Palma, que cantou o subvenite á Provincia amortalhada em patentes conferidas pelo seu alludido antecessor; prepotencia de Tristão da Cunha Menezes, que voltou a provincia de baixo para cima com execuções e sequestros; prepotencia de um Antonio Francisco de Alexandria que arruinou com execuções o districto de Santa Cruz, o Araxá, o Desimboque, o Bomfim e a Comarca do Norte; prepotencia desses agentes infames e de outros tyranos ainda mais perversos que despovoaram o fertilissimo e povoadissimo territorio desta cidade, Trahiras, etc., etc., que se acham cobertos de innumeraveis engenhos, vias, que por desgraça de seus proprietarios e mesmo nossa, estão de todo abandonados e servindo de lugubre morada de feras e aves.

Desleixo de um Fernandes Delgado Freire de Castilho em não se oppôr com todas as suas forças á separação dos julgados do Araxá e Desimboque, que por ventura nossa reverteram em parte á provincia mediante os altos esforços e sublime eloquencia do exmo. procurador geral no Conselho de Estado o padre Manoel Rodrigues Jardim.

Preguiça e crassa ignorancia dos governados, porque das 60.000 almas que povoam esta provincia 54.000 vivem em completa ociosidade, esperando encontrar nas torrentes, o Caldeirão e os encantados Martyrios do Anhanguera, ou que o ouro chova em suas cabeças, como maná no Campo dos Israelitas do deserto —; ignorancia — porque em vez de empregarem os seus dinheiros em escravos, machinas de fiação e instrumentos aratorios, consumiu-os em galões, patentes, cavalhadas, festas do Imperio, do Espirito Santo e em Reinado de Nossa Senhora do Rosario e Santa Iphigenia.

Não entenda v. ex. que eu conto o exmo. conde da Palma no numero dos tyranos de Goiaz; esse illustre fidalgo deixou

um eterno padrão do seu serviço nos armazens e estaleiros de Santa Rita e no naufragio do Rio do Peixe.

Nada de veneno, exmo. senhor, eu sei a historia de Goiaz.

Disse eu que a indifferença levantou throno soberbo nesta provincia, e v. ex. talvez attribua a si estas expressões. Engana-se vossa excellencia. V. ex. já leu acima que o *subvenite* foi cantado pelo exmo. conde da Palma. V. ex. quando aqui entrou apenas viu o pó a que tinham sido reduzidos os ossos; no trato de v. ex. eu não apontei épochas; fallo do passado e desejo que os abusos não se pratiquem no presente nem sejam renovados para o futuro.

V. ex. sabe que nós temos leis civis, militares e ecclesiasticas escriptas typographicamente; todos os magistrados, todas as autoridades acham-se ao alcance das taes leis, mas não obstante isso, vemos que, o soberano a cada passo nos recommenda a fiel e exacta observancia dellas; eis o que eu pratico; lembro a observancia das leis sem perguntar si v. ex. já applicou providencias sobre a sua execução litteral; eu não indago o procedimento de v. ex.; desejo que v. ex. se distinga, mas nem por isso me hei de matar quando vir, que v. ex. não acode com prompto remedio aos abusos da administração. V. ex. responde de per si, assim como eu sou responsavel por mim.

Rogo, portanto, a v. ex., que não levante castellos no ar, porque não haverá cavalleiros que o defendam.

Disse eu mais que para se formar idéas dos abusos da administração da Fazenda, cumpre examinar o estado da escripturação, o methodo de contabilidade, confrontar livros com livros, ligar balanços a balanços, examinar as dividas activas e passivas e reformar dos ramos parciaes um tronco geral, onde ao primeiro golpe de vista se apresente o resultado que se espera ou que se procura.

Vamos mostrar o que eu quero dizer: examinar correspondencia é mui necessario; eu mesmo pratiquei muitas vezes negocios serios na Junta da Fazenda, e mais de uma vez tive em resposta que estava em férias. Eu mesmo tenho em meu poder cartas originaes, em que os administradores da Fazenda dos Julgados se queixam da falta de livros, instrucções e respostas; si fôr necessario apresenta-las, existem na Secretaria do governo das armas.

Ligar balanços com balanços é indispensavel; mas, poderá v. ex. fazer essa liga ou exame necessario? Onde estão os balanços? Iam para a Côrte a tempo proprio e com as clarezas indispensaveis? Foram, em outro tempo; mas ultimamente só os que v. ex. remetteu. Eis o que eu recommendo: não esqueçamos os balanços, e não pense v. ex. que eu me atiro a censurar a v. ex. Examinar a divida

activa e passiva; como hade v. ex. examina-la, si lhe faltam para isto todos os dados ?! Como têm vindo as contas das administrações dos arraiaes? Como se póde esperar de muitos idiotas. Os administradores da Fazenda dos arraiaes sabem porventura que cousas são contas ou contabilidades?

V. ex. não os conhece; eu vivi com elles e tomei o fundo dos seus talentos. Saber os motivos de não se ter arrecadado. E' porque os administradores e agentes nem tinham livros, nem saiam de casa a cobrar as dividas activas, taes são, v. g., o administrador de S. Felix, o de Santa Rita, Moquem de Amaro Leite, do Descoberto, da Piedade e outros, que logo hei de apontar.

Fallo em arcanos; arcanos são segredos, mysterios, cousas escondidas. Eu não sou constitucional exaltado, nem furioso; não clamo pela publicidade do maneio da Fazenda, antes, pelo contrario, oppôr-me-hei a isso com todas as minhas forças. E' indispensavel o segredo, mas com o segredo deve caminhar a bôa fé. Si a Junta da Fazenda estivesse dando satisfacções ao mundo e apresentando os seus livros a todos os curiosos, a secretaria della ficaria cheia de sapateiros e alfaiates politicos modernos, bem similhantes aos regeneradores francezes de 1793, que entraram pelas camaras dos almirantes e secretarias dos generaes para lerem as derrotas e os diarios das operações, com que não deviam embaraçar-se.

O que eu desejo perguntar a v. ex. é si o exmo. Conselho póde emittir a sua opinião sem conhecimento do estado da escripturação; si ha livros mutilados, linhas raspadas, folhas grudadas; si a escripturação é methodica, si fundada em ordens supremas ou si por arbitro illegal.

Isto que digo não se dirige unicamente á Junta da Fazenda; é com ella e com a escripturação das administrações exteriores; eu vi a escripturação do norte e fallo por conhecer a desordem em que se acha, e por muito tempo se ha de achar. Digo, que só os internos, isto é, a Junta, é que póde remediar os abusos; sou constante nisto, ninguem, sinão a Junta e desnecessario é proval-o.

Eu não sou noviço em materia de Fazenda; não obstante ser official superior da tropa de linha, fui desde 1811 até 1815 procurador dos Feitos e logo depois provedor da Fazenda e Alfandega da ilha de S. Thomé; fui eu que organizei o plano da escripturação e arrecadação das duas Provedorias, e este plano mereceu a real confirmação por aviso de 21 de março do mesmo anno, expedido pela Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos. Os planos existem no Rio de Janeiro na Secretaria de Estado respectiva; portanto, não allego com testimunhas mortas e tenho desva-

necimento de dizer que quem fez aquelle sabe escrever outro tambem, ou melhor.

Vamos agora aos apontamentos que eu apresentei e tanto mortificaram a v. ex. No 1° disse eu que devera reformar a Junta, Contadoria, Almoxarifado, Pagadoria e administrações exteriores da Fazenda. A Junta da Fazenda deve, segundo eu entendo, ser extincta e abolida com todo os seus empregos, officios e incumbencias, como prejudicial aos interesses desta provincia sobremaneira arrastados á falta de meios de pagar a muitos empregados. Em logar da Junta da Fazenda deve criar-se uma Provedoria como teve no tempo antigo, em que as entranhas da terra detiveram muitos centos de arrobas de ouro e os poucos officiaes então existentes, bastavam para a escripturação e administração geral. A Provedoria deverá ser composta do ouvidor da Comarca como provedor, escrivão, almoxarife, pagador, procurador, dous officiaes de bufete e dous praticantes ou amanuenses. Os officiaes agora existentes devem conservar-se nos empregos em que foram proprios. Ao procurador competirão todos os negocios forenses da provincia, e ao procurador o promover as causas fiscaes e arrecadação da Fazenda. Não se poderá despender uma só parcella de dinheiro, sem ordem expressa do exmo. presidente da provincia, lavrada na sua Secretaria. Isto tanto se entende na cidade como nas administrações exteriores. O exmo. presidente da provincia exercitará autoridade fiscal sobre os empregados da Fazenda e nomeará os agentes e outros officiaes que servirão por provimentos seus enquanto não forem confirmados por sua magestade imperial. O provedor da Fazenda será obrigado a apresentar no dia sabbado de cada semana ao exmo. presidente da provincia, o balancete da receita e despesa, assim como o saldo existente no cofre; junto ao balancete que fôr entregue, no ultimo sabbado de cada mez, apresentará o provedor ao exmo. presidente a relação das dividas activas e passivas, declarando-se as parcellas que se cobraram durante o periodo mensal.

No fim do anno o exmo. presidente e Conselho Administrativo da provincia tomarão contas ao almoxarife-pagador; examinarão o estado da contabilidade e o da escripturação. Não haverá mais de um cofre e a escripturação da receita e despesa geral deverá ser lançada unicamente com classificações de cada artigo despendido ou arrecadado.

Fallo agora na restauração do credito da Fazenda. V. ex. espinhou-se, mas sem razão. Eu já disse que trato do passado, fallo do presente e desejo evitar abusos para o futuro. Não marquei épochas, não notei classes de culpas ou crimes, e por conseguinte v. ex. não deverá exaltar a bilis até a ponto

de romper com uma estrondosa chamada. Mas, como v. ex. deve saber que não ignoro absolutamente aquillo que se passa, não obstante ser homem pouco amigo de ridiculas novellas, tomo a liberdade de perguntar a v. ex. si o escandaloso e abusivo desafio entre o ouvidor João Francisco de Borja Pereira e o deputado Raimundo Nonato Hyacinto, aconteceu em Constantinopla ou na cidade de Goiaz, em sessão da Junta da Fazenda naquelle mesmo momento, em que v. ex. se levantou da cadeira e entrou em um quarto interior. Pergunto eu si as escandalosas desordens acontecidas na casa da Fundição depois de v. ex. aqui se achar, foram praticadas em Argel ou na cidade de Goiaz, bem junto ao palacio em que v. ex. reside e sem nenhuma attenção á pessoa de v. ex. Diga-me v. ex.: não está v. ex. lembrado do que eu escrevi a v. ex. a respeito do administrador da Fazenda de S. Feliz e do padre Manuel Marques ? Não está lembrado do que muitas vezes disse a v. ex. a respeito dos administradores do Norte ?

. . . .

Não tem v. ex. muitas vezes e quasi sempre debalde exigido as contas das administrações do norte ? Não tem v. ex. recambiado muitas dellas por serem inintellegiveis ? Não ia acontecendo um enormissimo abuso na arrematação dos dizimos do Araxá, si v. ex. não fosse informado pelo ouvidor da comarca do Paracatú e por Luiz Francisco ? Eu conheço os fiadores offerecidos pelo correio; contaram-me o manejo da causa muito miudamente, e muito longe desta provincia, á vista das testemunhas que agora existem nesta cidade; foi junto a Tamanduá que eu pela primeira vez soube cousas informes, cousas que ao depois me repetiram em diversos logares ! V. ex. resentiu-se do meu modo de fallar e diz que tem dado e está dando providencias proficuas para atalhar os abusos da administração; isso mesmo prova que com effeito existiram, e ainda existem abusos maiores ou menores, que se acham por ora occultos á penetração de v. ex.

Duvido eu porventura o ter v. ex. applicado boas providencias no manejo da administração da Fazenda ? Fallei eu em v. ex. ? Apontei pessoas, épochas ou logares ? Nada disso; agora é que aponto e omitto outras, uma vez que se torna desnecessario em razão das providencias dadas por v. ex. para a administração. Não avance v. ex. nunca o epitheto da calumnia áquillo que eu digo, porque uma vez que v. ex. sabe que existiram ou ainda existem grandes ou pequenos abusos nas repartições da Fazenda, e uma vez que esses mesmos e identicos homens que abusaram ou foram prevaricadores ainda agora servem com v. ex., deverei dizer que, si elles não continuam nas suas criminosas prevarica-

ções, é porque v. ex. tem a isso obstado no todo ou em parte.

Ora, v. ex. veio para esta provincia ha um anno. Eu ignoro as providencias que v. ex. tem dado; vejo esses prevaricadores antigos nas repartições de Fazenda; não me fio nelles. Pedirei muitas vezes que os vigiem de perto, porque aquelles que por muitos annos gastaram o alheio em orgias e bacchanaes; aquelles que muitos annos não cumpriram o seu dever estão sempre aptos e habilitados para renovar os seus ensaios que ficaram suspensos pela actividade, zêlo ou patriotismo de v. excellencia.

Si v. ex. está persuadido de que elles poderão ser bons, eu estou convencido de que sempre hão de ser maus. Eu não indico a v. ex. pessoa alguma; metta cada um a mão na sua consciencia e diga si as minhas palavras se dirigem á sua pessôa. V. ex. não introduziu abusos na administração; achou-os introduzidos; quer ou tem querido deita-los abaixo; talvez o consiga com immensa difficuldade, mas não é com depoimentos de officiaes de Fazenda que v. ex. os ha de cohibir. V. ex. conhece as diversissimas paixões que animam a uns contra outros. Conhece que muitos foram prevaricadores, que estiveram presos por furtos que commetteram; que estão pagando pelos seus ordenados os dinheiros que roubaram. São, porventura, estes officiaes capazes de fallar com franqueza contra os proprios abusos que elles e os seus collegas commetteram?

Como hade um official da Contadoria apontar o abuso da escripturação, si elle mesmo, em logar de escrever, está passeiando pelas salas da Casa da Fazenda, e talvez pela rua, e gasta a maior parte do tempo a aparar pennas, ociosos, ou em queixar-se da falta de pagamento de seus empregados.

Ainda mais: para os empregados responderem livremente não devêra achar-se presente no Conselho o meritissimo procurador da Fazenda e ainda mesmo v. ex. que pelo seu alto respeito e por serem membros principaes da Junta poderão (caso por mim negado) ser suspeitos de fazer com um ou com outro individuo em quem deve cair uma justa censura ou queixa de qualquer official.

Pensa v. ex. que não obstante as recommendações de v. ex., e a fazer responsaveis os empregados que estão respondendo aos 21 artigos propostos, hão de elles declarar o que souberem? Um ou dous talvez digam alguma cousa contra egual numero de individuos de quem não gostam; os mais calam-se por não saberem responder, ou por terem sido prevaricadores, ou por não quererem succumbir com as suas desgraçadas familias debaixo do peso e resultado das suas declarações. O silencio muitas vezes equivale á maior lo-

quacidade, e os abusos só podem ser francamente declarados a um magistrado imparcial e extranho á provincia, que ouça com toda a prudencia as exposições dos empregados, que ouça ás suas intrigas, que observe o odio que agita a uns contra os outros, que veja os fins a que elles se propõem, e do meio deste embrulho de depoimentos, de invectivas, de absurdos, de calumnias e de verdades, elle tire o succo util ao Estado e deixe as fézes para se ensodarem (?) aquelles que com espirito de egoismo e sem nenhum zêlo do serviço apresentam um palavriado mais proprio para illudir do que para desenganar.

Pensa v. ex. que não conheço as pessôas que ora occupam os empregos da Fazenda em toda esta provincia ? Conheço-as muito bem; uns são honrados e ignorantes; outros instruidos e dissimulados; uns á sciencia ajuntam virtude a toda a prova; outros são hypocritas de officio, que mangam em todos os tempos e sabem com as suas manhas ganhar barlaventos, livrando-se sempre dos rochedos occultos ou descobertos.

Não me supponha v. ex. tão simples como pareço; eu servi 19 annos na Costa d'Africa, e é quanto basta para não me enganar com os homens de bem e com os velhacos; tenho estudado Lavater e Gall. Conheço as physionomias pelas linhas e configurações do craneo; poucas vezes erro nos juizos que faço.

O 2° apontamento não merece analyse por ser uma simples recommendação.

O 3° alguma cousa tem comsigo; si os generos se comprassem em hasta publica ou com vistas de economia, não aconteceria talvez tornar-se o feijão comprado para a expedição de Cuiabá a 1.200 réis o alqueire, havendo este legume a 900 réis, como me disse o juiz de fóra actual; bem sei que o Estado não perde no que ficou, porque os officiaes da Fazenda o estão comprando a 1.200 réis. O mesmo que digo a respeito do feijão, tem ou póde ter logar em outras cousas no presente ou para o futuro.

Direi só uma palavra a respeito dos officiaes. Soube alguem no arraial de Trahiras que os officios de tabellião e o de escrivão de Orphãos estavam postos a lanços ? Ninguem, sinão quando appareceu o celeberrimo Florentino Braz dos Reis provido em ambos elles.

Devo declarar em obsequio da verdade que o provido apresentou os mais seguros fiadores, e que, durante o tempo em que eu estive em Trahiras, comportou-se exemplarmente. Os dous officiaes que occupavam os officios queixaram-se e parece tinham alguma razão, visto acharem-se em exercicio activo e serem moradores daquelles logares. O que proponho

no 4° apontamento é uma medida de precaução para o presente e para o futuro a bem de não acontecer a mesma desgraça que está a recair sobre os fiadores de João Luiz Brandão e outros, que se achariam livres de tão graves incommodos, si se houvesse praticado aquillo que eu indiquei no apontamento.

V. ex. não ignora que a Fazenda Publica tem perdido enormissimas sommas por falta de hypothecas; e innumeraveis homens da provincia ficaram arruinados por motivos de fianças. Eu já disse a v. ex. no meu officio n. 66, que as medidas que proponho como uteis para Goiaz, talvez sejam absurdos em outros logares; eu digo o que entendo e o que me parece conforme aos interesses dos habitantes da provincia.

O 5° apontamento é simples recommendação para o futuro, pois que eu sei que v. ex. tem dado providencias a respeito do ponto; mas sobre os trabalhadores da Contadoria estou todos os dias ouvindo aos empregados nesta repartição, que o expediente se acha muito atrazado por falta das contas do norte, a que deverão accrescentar-se pela ociosidade e preguiça dos mesmos empregados. V. ex. conhece esta verdade.

O 6° apontamento é tambem recommendação; si assim se praticasse, não se teria perdido innumeraveis dividas insignificantes, que pela sua multiplicidade montariam a grande somma.

O 7° apontamento é recommendação. Para v. ex. conhecer a falta de zêlo, mande indagar quanto renderam os dizimos nas administrações, e calcule si seria possivel que o povo da Cidade e Arraial se alimentasse com o décuplo do valor dos mantimentos manifestados. Eu torno a lembrar-me de acontecimentos de S. Felix, de que dei parte a v. excellencia.

O 8° apontamento é projecto de economia; pelo que respeita aos bilhetes do quinto, lembro-me de que sua magestade imperial não póde levar a bem que os seus fieis subditos fiquem lesados em tres quartos ou quatro quintos do valor, por que lhe são entregues os bilhetes. Conheço a utilidade da medida no tempo da omissão delles, e as circunstancias mudaram e aquelle que propugnaria pela conservação dos bilhetes, ao par da moeda corrente, retiram antes de ver o ultimo resultado de seu plano.

O 9° apontamento é uma medida economica; talvez seja um absurdo, mas eu digo o que entendo.

O 10° apontamento vai a par do 9° em toda a extensão dos periodos escriptos.

O 11° apontamento merece nota: confundir os soldados de cavallaria de linha do tempo antigo com aquelles que agora servem, é pôr em parallelo um juiz ordinario... com o exmo. regedor das justiças do Rio de Janeiro. O soldado de cavallaria do tempo antigo sempre pertencia ás mais distinctas familias da provincia e fazia provas de nobreza e capacidade; elle vencia 300 réis diarios; quando conduzia dinheiro tinha de ajuda de custo o dobro desta somma: forneciam-lhe besta de bagagem e era acompanhado por pedestres, que serviam como escravos. As commissões que elles ganhavam pela conducção e entrega do ouro, que lhe confiavam os particulares, montavam a grandes sommas. Nos arraiaes eram acompanhados á Egreja pelos habitantes mais distinctos; os vigarios recebiam-nos á porta do templo; davam-lhes assentos ornados; em conclusão, faziam uma figura muito maior do que eu represento no dia de hoje.

Vejamos o soldado de cavallaria que agora serve; tem 100 réis de soldo, uma etapa e fardamento, que raras vezes lhe pagam por falta de meios da Fazenda Publica. Acabaram as ajudas de custo, desappareceram as commissões por ter desapparecido o ouro; em conclusão, o soldado desta provincia é um completo miseravel. Diga-me v. ex. si taes homens sem saberem ler e escrever, ou lendo e escrevendo muito mal, são capazes de servir como agentes da Fazenda Publica? Para estarem ás ordens dos agentes, creio que poderão prestar, mas para agentes e administradores, nunca; ao menos nunca seriam para isso por mim nomeados, quando me pertencesse a administração das rendas nacionaes. V. ex. chegou ainda hontem, não tem havido dinheiro e por isso não tem havido grandes prevaricações. Alguns soldados são excepção da regra; mas não foram soldados de cavallaria, um ou dous irmãos do actual thesoureiro que, segundo tenho ouvido dizer, ficaram alcançados em 40.000 cruzados? Eu não o afianço, digo o que me têm contado. Não é soldado de cavallaria um José Joaquim Marques a quem ainda hoje se está descontando parte do soldo para pagamentos dos seus accidentaes enganos na agencia da Fazenda? Não se acham debaixo de sequestros os bens do cabo de esquadra João Marques? Não foi sua magestade servido perdoar ao ajudante Gregorio dos Santos Silva outros enganos que elle teve? O numero dos alcançados ainda é mais extenso.

Diz v. ex. que os soldados arrecadavam mais do que os paisanos; não duvido, porque nesta provincia no tempo em que havia ouro, sempre ou quasi sempre os soldados foram encarregados da arrecadação das rendas nacionaes. Fallo em protegido, porque os soldados eram alistados entre as melhores pessoas da terra, e estes sempre tinham protecções.

Quem foi mais protegido e mais tyranno do que Antonio Francisco de Alexandria ?

O 12° apontamento é uma recommendação. Si v. ex. visse os livros das contas dos Registos conheceria a necessidade da medida proposta.

Os 13°, 14°, 15°, 16°, 17° e 18° são méras recommendações.

O 19° está bem qualificado pelo acontecimento de São Felix e por outros havidos em diversos logares.

O apontamento 20° é notavel por ter merecido a acre censura de v. ex. que não gosta de hyperboles ou metaphoras. Si v. ex. tivesse passado na canôa do rio Tocantins e na do Manoel Alves, si tivesse passado o rio Preto no mesmo vehiculo em que eu atravessei, v. ex. conheceria que não ha hyperbole; diga o illmo. deputado do exmo. Conselho, o padre Gonzaga, qual foi a canôa em que elle atravessou o rio Preto? Essa mesma canôa foi a que me transportou para a margem direita do rio por occasião da maior cheia; verdade é que a tal canôa do rio Preto não pertence ao Estado, mas eu desejaria que em um rio tão caudaloso e infestado de monstros aquaticos, houvesse ao menos uma canôa pertencente ao público.

Não pense v. ex. que eu censuro a v. ex. não ter mandado construir barcos nos portos públicos; para isso falta dinheiro; só me propuz lembrar a v. ex. que ao tempo da vinda do exmo. Manoel Ignacio de S. Paio para esta provincia não havia barcas no Corumbá, mas elle logo obrigou ao donatario construir uma muito bôa, em que eu passei. A construcção das barcas é com effeito mais despendiosa do que das simples canôas; os interesses, porém, que deixam as barcas são muito mais crescidos, porque com a existencia do transporte seguro, ninguem se arriscará aos váus ou ás pinguellas. O recentissimo naufragio de Joaquim de Bastos, que no dia 5 de agosto último perdeu 48 ½ alqueires de sal no rio das Velhas por culpa dos remadores de barco, mostra que não é ociosa a minha recommendação. No itinerario do coronel Berford, que v. excellencia fez... encontram-se caixas conduzidas por canôas nos rios da Palma e Correntes. O rio das Almas, junto a Cavalcanti, foi atravessado em gamellas de lavar no inverno de 1823. eu estava aquartelado no Arraial.

Os 21°, 22°, 23° e 24° apontamentos são de economia politica. Os direitos de que trata o 21° entender-se-hão das passagens dos rios, visto que os generos manufacturados não pagam direito de saida.

Os 25°, 26°, 27° e 28° apontamentos tambem não necessitam explicações.

Eis aqui, exmo. senhor, o que eu me proponho dizer a v. ex. perante o exmo. Conselho Administrativo. Já declarei

por muitas vezes e torno a repetir com toda a franqueza que eu não aponto no meu officio n. 66 pessoas, épochas nem logares; escrevi por ser a isso convidado; não fiz reflexão alguma sobre a pessôa de v. ex.; sei que v. ex. tem dado muitas providencias proficuas, mas, não obstante ellas, eu nunca reputarei como ociosas lembranças iguaes e inteiramente similhantes áquellas que v. ex. já tem applicado; quanto mais que eu não posso saber, por me não competir, a totalidade das medidas tomadas por v. ex. Eu digo o que me parece util; si v. ex. já praticou aquillo que eu aponto lisongeio-me de haverem as minhas idéas casado com as de v. ex., e, si com effeito eu disse alguma cousa de novo e que seja aproveitavel, muito folgo em não perder o meu tempo escrevendo um papel, que não foi de todo mallogrado. Resta-me sómente dizer um pouco sobre a prevaricação praticada contra mim e outros na folha dos pagamentos que nos fizeram; um engano em um dia é considerado como tal; no segundo dia admitte alguma desculpa; no terceiro advertencia severa; no quarto tomarão os negocios outro caracter.

O tenente-coronel Freire foi lesado em dez mil réis no seu soldo. O mesmo tenente-coronel recebeu de menos 29$000 o soldo da tropa; eu achei de menos em prata 19$200; em um sacco de cento e tantos mil réis que adeantei á expedição de Cuiabá encontrou o commandante da tropa da mesma provincia seis mil e tantos réis de menos, como eu no mesmo instante mandei dizer ao illmo. deputado do exmo. Conselho o senhor padre Marques, procurador da Fazenda; e em outros saccos achei diversas faltas. V. ex. mesmo me fez a honra de me dizer em S. Izidro que em um seu pagamento lhe faltaram 16$000, que logo lhe foram restituidos; portanto são muitas faltas.

Eu estou convencido de não haver o actual almoxarife interino tirado proveito do meu e de outros dinheiros; a culpa viria de pessôas differentes, mas veio da Pagadoria, em que talvez encontrassem individuos que não sejam muito dignos de confiança dos empregados. Deus guarde a v. ex. Quartel General, 8 de outubro de 1825. Illmo. e exmo. senhor presidente da provincia.

Assignado — *Raymundo José da Cunha Mattos.*

OS FRANCISCANOS NO MARANHÃO

POR

AUGUSTO O. VIVEIROS DE CASTRO

OS FRANCISCANOS NO MARANHÃO

I

A fundação da cidade pelos francezes

São Luiz do Maranhão, a minha terra natal, unica cidade do Brasil fundada pelos francezes, teve a invejavel fortuna de ter sido abençoada no seu berço pelos benemeritos filhos do *Poveretto de Assis*, grande aos olhos de Deus, porque desposou a pobreza e fez da humildade o seu broquel, e considerado por toda a humanidade como um dos seus maiores bemfeitores, pela incommensuravel somma de bens que diariamente derramam sobre o mundo as *Ordens* que elle fundou, e que são tão ostensivamente protegidas pela Santissima Virgem, que ainda conservam vivaz a chamma original.

Na partilha das doze capitanias em que el-rei dom João III dividiu o Brasil, coube a do Maranhão ao insigne historiador João de Barros, sendo esta doação feita a um intellectual, um *prenuncio* do extraordinario desenvolvimento literario e scientifico a que depois attingiu o Maranhão, e que lhe grangeou o cognome de *Athenas Brasileira*.

Associando-se com Ayres da Cunha e Fernão Alvares de Andrade, o donatario conseguiu preparar uma armada que, sob o commando do primeiro, foi povoar a nova capitania, "a mais ennobrecida de todas pela grandeza dos seus rios, fertilidade de plantas, abundancia de animaes e fama de riquissimas minas".

Não nos interessa ventilar aqui a questão de saber si a expedição partiu em 1535, como affirma o proprio João

de Barros, na sua *Decada* 1ª, e confirma Varnhagen, commentando o *Roteiro* de Gabriel Soares; ou em 1539, como diz Manoel Severino de Faria, o *elegante* biographo de João de Barros.

Sobre o mallogro da tentativa, não divergem os historiadores; a armada naufragou em logar que ainda não foi possivel precisar, e os naufragos, desanimados, voltaram ao reino.

João de Barros, tendo perdido grandes cabedaes na empresa, e arriscado a vida de dois filhos, fez desistencia da capitania, então doada a Luiz de Mello e Silva, que ainda foi mais infeliz.

Effectivamente, esse donatario viu tambem destroçada em um naufragio a expedição que organizara em 1554; e, regressando das Indias, em 1573, para onde fôra refazer a sua fortuna, para poder tentar novamente a colonização da sua capitania, nunca mais houve noticias da nau *São Francisco*, em que embarcara.

Cessaram as tentativas portuguezas: mas um pirata francez, Riffault, que andava mascateando pelas costas do Brasil, ficou tão impressionado com a riqueza da terra, que planeou a fundação de um estabelecimento francez permanente; e conseguiu, em 1594, armar tres navios bem providos de homens e munições.

Segundo João Lisboa — *Jornal de Timon*, 2º volume, — foi devido a uma tempestade que a expedição arribou ao Maranhão, donde regressou para a França.

Mas os selvagens tinham acolhido os francezes tão benevolamente que Riffault se animou a deixar em terra alguns compatriotas, para melhor conhece-la e estuda-la.

Um delles, De Vaux, gostou tanto do Maranhão, taes cousas contou ao rei Henrique IV, quando regressou á França, que o monarcha resolveu explorar a terra por conta da corôa, si fossem favoraveis as informações do official de marinha, Daniel de la Touche, senhor de Ravardière, que acompanhou De Vaux, na sua viagem para o Maranhão, como commissario do rei.

De *visu*, verificou Daniel de la Touche a exactidão das informações prestadas ao rei, e tão enthusiasmado ficou, que se apressou em voltar para a França, para dar contas do resultado da sua commissão.

Infelizmente para o exito da projectada empresa, Henrique IV havia sido assassinado, e a situação politica da França era tão complicada, que o governo não pôde cogitar do assumpto.

Desenganado de obter a intervenção official Ravardière se associou, em 1611, com dois riquissimos fidalgos, Nicolau de Harley, senhor de Sancy, barão de Mello e de Gros Bois, e o almirante Francisco de Razilly.

Sempre pessimista, João Francisco Lisboa pensa que as principaes causas da expedição eram o amor do poder e das riquezas, e o seu objecto a conquista e o commercio das regiões que iam buscar; mas confessa que os historiadores do tempo asseveram que Razilly fitava menos os interesses temporaes que aos da Religião; e esta versão era a verdadeira, como mostrarei mais adiante.

A sociedade armou á sua custa tres navios *Regente*, *Carlota*, e *Sant'Anna*, nelles embarcando perto de quinhentos homens.

O auxilio da rainha Maria de Medicis, que então governava a França como regente, visto sér ainda menor seu filho Luiz XIII, se limitou a mandar expedir cartas-patentes aos tres socios, investindo-os da dignidade de seus logar-tenentes — (Ravardière já tivera uma carta patente, datada de julho de 1605, na qual Henrique IV o constituira seu logar-tenente — general na America, desde o rio Amazonas até á Ilha Trindade), generaes nas Indias Occidentaes e terras do Brasil, assignando, de seu proprio punho, essas cartas-patentes; a conceder á flotilha um *pavilhão*, no qual, além das armas de França e de emblemas relativos á empresa, se lia a seguinte divisa: *Tanti dux femina facit;* e a escrever, a instancias do almirante Razilly, ao padre Leonardo, que era então Provincial do grande Convento dos Capuchinhos da rua Santo Honorato, pedindo-lhe, com muito empenho, que designasse quatro capuchinhos para irem fundar um convento da Ordem, na Ilha do Maranhão.

E' intuitivo que, si o almirante Razilly não se preoccupasse, de preferencia, com os interesses da religião, não iria gastar o seu valimento junto da rainha para obter a ida dos religiosos; teria procurado obter vantagens materiaes para a nova empreza. E tal era o seu desejo de imprimir um cunho religioso á tentativa colonizadora que iam emprehender, que Ravardière, apesar de protestante, não oppoz a menor objecção, e nem mesmo pediu que tambem fossem alguns pastores protestantes.

Esse procedimento de Ravardière é, a meu vêr, um argumento decisivo do profundo sentimento catholico do almirante Razilly.

Recebendo a carta da rainha, o provincial submetteu o *caso* ao superior da Ordem, padre Jeronymo de Castro, o

17

qual lhe conferiu amplos poderes para resolver o assumpto, designando os religiosos que seguiriam para o Maranhão.

Mais de 50 padres se offereceram com enthusiasmo; mas o Capitulo Provincial resolveu que fossem apenas quatro, como a rainha havia pedido, sendo designados: padre Yves d'Evreux, superior; padre Claudio d'Abbeville; padre Arsenio, de Paris; padre Ambrosio, de Amiens.

Convém dizer, perfunctoriamente, alguma cousa sobre a personalidade dos escolhidos.

O padre Yves d'Evreux tinha, no seculo, o nome de Simon Michellet, que era tambem o de seu pae, descendia de familia abastada, e nasceu na parochia de Normanville, do bispado d'Evreux.

Fez o seu noviciado no convento dos Capuchinhos, de Rouen. Era muito instruido, conhecendo perfeitamente o latim, o grego e o hebreu.

Foi superior do convento d'Auxerre, então em construcção, e guardião do convento de Montfort-l'Amaury.

A sua escolha para a missão do Maranhão mostra o alto apreço em que era tido no convento da rua de Saint-Honoré, que então gozava de grande voga, devido á retumbante conversão do conde de Bouchage (que, na Ordem, tomou o nome de frei Angelo de Joyeuse); e da abjuração do protestantismo, que fez um dos membros da illustre familia gauleza dos Pembroke, que tomou o nome de frei Archangelo.

Como escriptor, não recebeu dos seus contemporaneos o acolhimento que a posteridade lhe dispensou.

A sua obra — *Suite de l'histoire des choses plus memorables advenues en Maragnon les annés* 1613 *et* 1614" — publicada em 1615 pelo editor François Huby, foi destruida por ordem régia, afim de não despertar as desconfianças da Hespanha, á qual estava então annexado Portugal.

Ferdinand Denis, a cuja memoria devemos eterna gratidão pelo muito que aprofundou o conhecimento da nossa historia e pelo carinho com que tratou as nossas coisas, reimprimiu essa obra, servindo-se de um exemplar, em máo estado, que encontrou na Bibliotheque Nationale de Paris, exemplar que elle julgava ser o unico existente. Mas o notavel americanista Gabriel Marcel menciona outros exemplares, um dos quaes foi vendido em Paris, em 1884, por 1.600 francos.

Em 1874, o dr. Cesar Augusto Marques, um dos maranhenses que com mais afinco estudaram a historia do Maranhão, e que por este motivo não tem ao menos uma simples rua a recordar o seu nome, publicou uma edição por-

tugueza da obra do padre Yves d'Evreux, com um prefacio de Ferninand Denis.

Em 1618, o editor François Huby publicou um outro trabalho do egregio capuchinho — *Supplement nécessaire à l'écrit que le capucin Yves, prédicateur à Saint Eloi, a fait imprimer touchont les conférences entre lui et Jean Maximilien Delanglé, ministre à Quevilly* —, e taes foram as queixas e reclamações suscitadas pela referida publicação, que o Parlamento da Normandia, em abril de 1620, condemnou o referido editor ao pagamento de uma multa de 50 libras.

O padre Claudio d'Abbeville, nasceu em Abbeville, na segunda metade do seculo XVI, e o seu nome secular era Firmino Foullon.

Recebeu o habito franciscano em 14 de julho de 1601, e foi o primeiro guardião do novo convento erguido, graças aos seus esforços, em Abbeville, e cuja pedra fundamental foi collocada em 7 de agosto de 1606.

Era muito illustrado e escreveu a *Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnon*, da qual sahiram duas edições em 1614, não sendo mais reimpressa, de fórma que os poucos exemplares conhecidos foram adquiridos por sommas elevadas.

Em 1922 Paulo Prado, sobrinho e discipulo predilecto do inesquecivel Eduardo Prado, publicou em Paris uma reproducção fac-simile da referida obra, prefaciada por Capistrano de Abreu, talvez o mais profundo dos sabedores da historia patria, e enriquecida com um *glossario* das palavras e phrases da lingua tupy, escripto pelo dr. Rodolpho Garcia, que já conquistou as suas esporas de cavalleiro em assumptos historicos; mas, como a tiragem foi apenas de cem exemplares, não passou de um pequeno circulo de privilegiados, que ciosamente guardam os seus exemplares.

Foi devido á benevolencia com que sou tratado no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, principalmente pelo seu erudito 1° secretario perpetuo, dr. Max Fleiuss, que tive a fortuna de manusear um desses exemplares.

Falleceu o padre Claudio d'Abbeville em 1616, na cidade de Rouen.

O padre Ambrosio de Amiens tencionava requerer licença para advogar e se tornara conhecido pelos seus estudos na Sorbonne, quando, em 1575, resolveu entrar para a Ordem dos Capuchinhos, sendo um dos primeiros a tomar o habito no convento da rua de Saint Honoré, no qual exerceu, por diversas vezes, o cargo de guardião.

Pela sua extraordinaria eloquencia e inexcedivel caridade, revelada nos surtos epidemicos que assolaram Paris, nos annos

de 1584 e 1586, mereceu o cognome de *Apostolo da França*, pelo qual era geralmente conhecido.

Era já avançada a sua idade quando foi da expedição ao Maranhão; mas taes foram as suas instancias, que obteve sua eleição.

Deus, nos seus altos designios, não permittiu que o padre Ambrosio de Amiens realizasse o secreto desejo de seu coração — soffrer o martyrio pela sua fé. Mas acceitou o sacrificio de sua vida, pois, accommettido pela febre, veiu a fallecer em S. Luiz do Maranhão, a 9 de outubro de 1612, dia do glorioso martyr S. Denis, primeiro apostolo da França.

Ferdinand Denis attribue esse fallecimento, e o violento ataque de rheumatismo, que obrigou o padre Yves d'Evreux a regressar á França, aos miasmas deleterios que constantemente se desprendiam dos logares recentemente desbravados e á falta absoluta de certos medicamentos energicos, apropriados a combater com decidida vantagem essas influências paludosas.

Mas, em defesa da salubridade da minha terra natal, invocarei um testemunho insuspeito — o do padre Claudio d'Abbeville.

Falando do excessivo calor da zona torrida, a qual, segundo alguns autores, *non est habitabilis oestu*, disse elle: "Mas, por mercê de Deus, vimos o contrario na *Ilha do Maranhão* e terras adjacentes do Brasil; na verdade, o sol ahi passando duas vezes pelo seu zenith, o calor seria insupportavel, si não fosse pela incomprehensivel Providencia de Deus temperado por meios muito maravilhosos. Si a bôa temperatura de uma região ou clima só depende da pureza e moderação do ar, não julgo (talvez alguem pense ser paradoxo) que haja logar mais temperado e mais delicioso do que este paiz...

Não se conhece no Brasil o muito vento septentrional, secco e frio, nem meridional, putrido, doentio e extremamente malefico, nem os occidentaes, frios e humidos. Não se observa alguma alteração, corrupção ou mau tempo occasionado por ventos maleficos, pois apenas reina quasi sempre o vento do oriente, moderando o calor do dia, agitando o ar para não ser corrompido por meio de grande repouso e tambem por suas qualidades, purificando-o e temperando-o..."

Diante desse testemunho, creio poder contestar a qualidade de insalubre attribuida a S. Luiz do Maranhão, quando foi da sua fundação.

Do ultimo missionario, padre Arsenio de Paris, não encontrei noticia alguma da sua vida antes da partida para o Maranhão, sendo, porém, de presumir que elle tivesse tanto

valor como os seus companheiros, porque, ao regressar do Brasil, seguiu para o Canadá, onde se entregou á conversão dos Hurões, e foi durante cinco annos superior das Missões na America do Norte.

Retomemos a narrativa da expedição colonizadora, sob o commando do almirante Razilly.

E' datada de 27 de agosto de 1611 a *Carta de Obediencia*, concedida ao padre Yves e que assim começa: *Venerando in Christo Patri Yvoni Ebroiensi predicatori ordini fratrum minorum Sancti Francisci Capucinorum, frater Leonardus parisiensis licet immeritus salutem in dominó, in eo qui est nostra salus.*

No dia seguinte, em que a Egreja celebra a festividade de Santo Agostinho, partiram os missionarios para o porto de Cancale, onde estava fundeada a flotilha, e onde o bispo de S. Malô abençoou solemnemente os navios e os estandartes.

Mas, devido á demora no apparelhamento da expedição e á necessidade de esperar ventos favoraveis, sómente a 19 de março de 1612 partiu a flotilha, sob a protecção do patriarcha S. José, estando todos ajoelhados, invocando a protecção do Espirito Santo, da Santissima Virgem Maria e S. Francisco, e cantando o *Benedictus Dominus Deus Israel* e as outras orações que se lêem no *Itinerarium* do Breviario Romano.

Uma terrivel tempestade, que o padre Claudio d'Abbeville pensa ter sido suscitada pelo demonio, acossou de tal fórma os navios, que elles foram obrigados a se refugiar em portos inglezes, mas sem perdas de vidas, nem damnos materiaes.

As autoridades inglezas acolheram muito gentilmente os expedicionarios, e a flotilha, reunida em Plymouth, pôde partir pela segunda vez a 23 de abril, dia seguinte á Paschoa, ao troar da artilharia e occupando os pontos mais altos da cidade o respectivo governador e todas as pessoas de representação social.

Encontrando mar e ventos favoraveis, a flotilha chegou, a 26 de julho, a uma ilha que os selvagens chamavam *Ypaou Miry* ou *Ipaun mirim* (ilha pequena, segundo o *Glossario* do dr. Rodolpho Garcia), e que o almirante Razilly denominou Santa Anna, não só em homenagem á Mãe da Santissima Virgem, como tambem porque era Anna o nome da condessa de Soissons, parenta do almirante.

Emquanto De Vaux foi á ilha do Maranhão verificar si os selvagens ainda estavam dispostos a receber favoravelmente os francezes (medida ordenada pelo chefe da expedição, que, como capitão prudente, não quiz confiar unicamente nas informações dos commandantes de dois navios de Dieppe,

que estavam ancorados na ilha), os missionarios mandaram preparar uma grande cruz, que foi plantada na ilha de Santa Anna a 29 de julho, tendo sido carregada pelo almirante Razilly e pelos officiaes mais graduados, salvando a artilharia dos navios, e entoando todos o *Veni Creator*, o *Vexilla regis prodeunt*, as Litanias da Virgem e muitos hymnos piedosos.

Foi uma commovente ceremonia, feita, segundo informa o padre Claudio d'Abbeville, *avec une très grande devotion, les yeux baignés de larmes, acompagnées d'une joie et dilegresse nompareille*.

Assegurada uma boa recepção pelos selvagens, os missionarios embarcaram em um barco de 16 a 18 toneladas, e chegaram á ilha do Maranhão a 6 de agosto, dia em que a Egreja celebra a gloriosa Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Christo.

Informados por De Vaux de que o rei de França lhes enviara quatro *Pay* (padre, sacerdote e frade) para lhes ensinar qual era o verdadeiro Deus, afim de que elles pudessem se tornar seus filhos pelo *baptismo*, os selvagens ficaram tão desejosos de conhece-los, que foram ao seu encontro em canôas, indo muitos a nado.

Devido ao calado do barco, os missionarios tiveram tambem de passar para canôas, donde saltaram já revestidos de sobrepelliz, de cruz alçada e entoando o *Te Deum laudamus* e outras orações devotas, estando ajoelhados na praia o almirante Razilly e todos os francezes.

Informa o padre Claudio d'Abbeville que o referido almirante lhes offereceu no dia da chegada um banquete *aussi magnifique que l'on saurait faire en France, où il avait abondance des toutes sortes de gibier et autres viandes acommodées à la façon des françois: il n'y manquait de bon vin, non plus que de bons entremets et des meilleures confitures pour le dessert.*

Permittiu-se a entrada dos principaes selvagens, que saudavam os recem-chegados *à leur façon, avec tous les temoignages de bienveillance qu'il se pouvait.*

Mas, como não estavam ainda construidas as cabanas em que os missionarios teriam de morar, elles dormiram essa primeira noite debaixo de copadas arvores, o que é muito agradavel e sadio, dado o clima secco do norte.

Em uma collina proxima ás suas habitações, os capuchinhos fizeram construir uma barraca, onde collocaram um altar partatil, que tinham levado, e no qual celebraram, a 12 de agosto, as primeiras missas rezadas no Maranhão.

Os selvagens assistiram maravilhados ás ceremonias do culto, admirando os bellos paramentos dos celebrantes, e fi-

caram muito penalizados quando, na occasião do *Offertorio*, fecharam a porta da barraca, porque o Divino Mysterio não podia ser assistido sinão pelos fieis christãos.

Não sei si não teria havido excesso de zelo na applicação das Ordenanças da Egreja, porque, si ellas fossem applicadas hoje com o mesmo rigor, quantos *fieis* christãos ficariam na Egreja?

Os indios tupynambás muito auxiliaram os francezes na construcção dos edificios da futura cidade, recahindo sobre elles o trabalho mais pesado — o da derribada das arvores.

Pouco distante da povoação, em um logar de particular belleza, cercado de arvores frondosas, onde gorgeavam as aves e donde saltavam innumeros macacos, e se ouvia o adormecente sussurrar de um ribeiro, os missionarios mandaram construir uma grande casa para servir de convento, e uma capella para o serviço divino.

Foi assim que se começou a edificar a cidade de S. Luiz do Maranhão, e se ergueu o primeiro *convento de S. Francisco*.

II

Fracasso da colonização franceza — Periodo colonial portuguez

Fundado o convento, os missionarios começaram a desempenhar a sua divina missão, penetrando pelo interior da ilha, evangelizando, catechizando, espalhando por toda a parte a dulcissima doutrina do amor e do perdão.

Os selvagens os recebiam carinhosamente, e ouviam com todo o respeito a palavra de Deus devido aos seguintes motivos: 1°, os capuchinhos eram *francezes*, que elles consideravam os seus unicos protectores contra a fria crueldade dos portuguezes os terriveis *Peros*, de que elles fallavam com horror; 2°, a nova doutrina não contrariava, em seus pontos fundamentaes, a rudimentar mythologia tupy.

Effectivamente, os nossos aborigenes tinham uma noção imperfeita de um grande Deus *Toupan* ou *Tupã* (*tub-am = pae* alto, elevado, segundo o precioso *Glossario* do dr. Rodolpho Garcia); e acreditavam nos espiritos malfazejos — *Ieropary* ou *Jurupari* o demonio incubo.

Mostrando injustiça da unica accusação que lhes faziam os portuguezes — *a de não acreditarem no verdadeiro Deus* disse um dos indigenas principaes, *Iapy Ouassou* (Japim grande, *classicus cela* de Linneu), em um discurso que fez ao almirante Razilly;

"Ah! Infelizes que somos! como nós o adorariamos, si não nos ensinaram primeiro a conhece-lo, implora-lo, adora-lo?

Nós sabemos, como elles, que ha Um bonissimo, que creou todas as coisas, e que nos deu a alma, que é immortal.

Nós acreditamos ainda que, pela maldade dos homens, Deus mandou o diluvio sobre a terra, para castiga-los; ficando sómente um bom pae e uma boa mãe, dos quaes nós descendemos.

Algum tempo depois do diluvio, Deus mandou os seus prophetas, usando barbas, para nos instruir na lei de Deus.

Depois, nos tornamos miseraveis, porque os prophetas, vendo que os da nossa nação não queriam crer, fugiram para o ceu, deixando a marca dos seus pés gravada, com cruzes, na rocha que está perto de *Potyou* (Potingy ou Potengy, rio do Rio Grande do Norte, segundo nos informa o *Glossario*), que, como eu, tu tambem viste..."

Si bem que o revmo. Claudio d'Abbeville tenha o cuidado de nos prevenir que o selvagem fallou *en son language*, sendo, portanto, do traductor a fórma literaria, é incontestavel que o discurso revela um desenvolvimento intellectual devéras surprehendente em um aborigene.

O revmo. Yves d'Evreux tambem attesta ser tradição entre os selvagens da vinda outr'ora de um grande *Maratá* de Tupã, isto é, apostolo de Deus, que ensinara aos seus antepassados, não só as coisas de Deus, como tambem o emprego da *mandioca*, como comestivel, e a maneira de preparar o pão; e que, desgostoso com a indifferença dos selvagens pela doutrina christã, passara o mar, não sem deixar na rocha signaes indeleveis da sua presença.

Deus abençoou muito especialmente a obra dos missionarios, e centenas de indigenas os cercavam, pedindo com insistencia o baptismo.

Um dos primeiros a recebe-lo foi o filho mais velho de Iapy Ouassou, cujo nome era Tucan assú, o qual, chorando enternecido, exclamava: *Arobiar Tupã Pay, Arobiar Tupã Touue Arobiar Tupã Raheire. Arobiar Toupã S. Esprit. Chemoiafouch yépé Pay. Chemoiafouch yépé Pay.* (Ah! Propheta. Eu creio em Deus, meu pae. Eu creio em Deus Filho, creio em Deus Espirito Santo; baptizai-me, baptizai-me, meu padre.)

E a immensa multidão repetia essas palavras, emquanto que os Capuchinhos, chorando de alegria, mal podiam responder.

Contando essa scena tão commovedora, Claudio d'Abbeville lembra o milagre da descida do Espirito Santo sobre os ouvintes de S. Pedro, em Cesaréa, os quaes começaram a fal-

lar diversas linguas, louvando e glorificando a Deus; e conclue que o Espirito Santo descera tambem sobre as almas selvagens, illuminando-lhes a intelligencia, inflammando-lhes as vontades com o fogo de seu amor, impellindo-os assim a pedir em altos brados o baptismo, como a porta de salvação eterna que elles tão ardentemente desejàvam. Diante de tão admiraveis effeitos, é de reconhecer que *Gratia Spiritus Sancti in mantiones effusa est.*

E maior se tornou a ansia dos aborigenes pelo baptismo quando se operou o milagre do restabelecimento de uma criança, que a mãe afflicta trouxera, já agonizante, ao missionario. pedindo-lhe que a baptizasse para salvar a sua alma, e que, entretanto, apenas recebeu o baptismo, recobrou *une si parfaite santé, qu'il ne se porta jámais mieux.*

Eram incansaveis os missionarios, prégando continuadamente a palavra de Deus, e exercendo benefica influencia sobre os costumes dos selvagens.

Tendo o almirante Rezilly feito, em 1613, uma viagem á França, levou em sua companhia seis selvagens, ainda pagãos, e arvorados em embaixadores dos tupynambás, os quaes foram recebidos com grandes festas em Paris, indo ao seu encontro o padre Archangelo de Pembroke, *director das Missões nas Indias Orientaes e Occidentaes*, acompanhado de mais de cem religiosos, e foi tal a multidão que acompanhou a *procissão* que, para evitar uma invasão do convento de Saint Honoré, onde ficaram hospedados os selvagens, a rainha regente teve de mandar guarda-lo por soldados.

Tres desses selvagens morreram, recebendo, por occasião do baptismo, os nomes de Francisco, Jacques e Antonio; mas os outros tres resistiram á mudança do clima e do meio social, e foram baptizados no dia de S. João Baptista, com a maxima solemnidade, pelo arcebispo de Paris, na capella do convento, sendo padrinhos o rei e a rainha regente, recebendo os nomes de Luiz Maria, Luiz Henrique e Luiz de S. João.

Não sei si impressionado por esta solemnidade, ou sí levado pelas ardencias do seu temperamento de lutador, resolveu o padre Archangelo Pembrocke partir para o Maranhão, levando em sua companhia dez dos seus irmãos, cujos nomes Ferdinand Denis não conseguiu conhecer, mas que são indicados por Gabriel Marcel, num excellente estudo sobre o padre Yves d'Evreux, no *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, tome IV, numero II, e se reporta, quanto aos nomes dos companheiros do provincial, a uma informação do padre Edmond d'Alençon.

Os capuchinhos que seguiram na segunda turma de missionarios foram os onze seguintes: Frei Archangelo de Pem-

broke, frei Timotheo de Paris, frei Celestino de Bouteville, que foi guardião do convento d'Evreux, frei Graciano d'Abbeville, frei Francisco de Bourdemare, frei Tranquillo de Montarliers, frei Paulino d'Amiens, frei Lambert d'Epernay, frei Francisco de la Haye, frei Raphael de Rouen e frei Jeronymo d'Auxerre.

As mais nobres damas da Côrte, tendo á frente a duqueza de Guise, prepararam com suas proprias mãos os riquissimos paramentos, que offereceram aos missionarios.

Não se conhecem pormenores da viagem desses missionarios, e tambem se ignora o local em que desembarcaram, sendo sabido apenas que a 22 de junho cantaram um *Te Deum* na capella do rustico convento, construido pelos seus predecessores.

Frei Archangelo de Pembroke pouco se demorou no Maranhão, tendo regressado á França em fins de 1614, no mesmo navio em que embarcou Gregorio Fragoso, sobrinho de Jeronymo de Albuquerque, e encarregado de uma missão diplomatica.

Si bem que elle não imitasse o zelo apostolico de frei Yves d'Evreux e frei Arsenio de Paris, baptizou, comtudo, 650 selvagens, segundo informa um dos seus biographos, accrescentando, melancolicamente, que quasi todos voltaram á sua idolatria, sendo apenas de 60 o numero de christãos sinceros, accrescentando mais uma vintena de creanças.

E' de presumir que o biographo chamasse volta á idolatria a pratica de actos de superstição e de feitiçaria, que os selvagens alliavam á sua nova crença.

Mas o que nós vemos hoje, mais de trezentos annos após, não nos permitte ser muito rigorosos com os nossos aborigenes.

Regressando á França, frei Archangelo se desinteressou completamente das coisas do Brasil, esteve envolvido nos acontecimentos politicos, da sua épocha, e falleceu a 29 de agosto de 1632, tendo vestido o seu habito de franciscano durante 47 annos, e sendo muito citado nos annaes da sua ordem, sob a denominação de *religioso escossez*, si bem que na realidade elle descendesse de uma familia gauleza.

Segundo informa Gabriel Marcel, no referido estudo, um desses missionarios, frei Francisco de Bourdemare, adquiriu notoriedade especial.

Descendente de uma familia nobre, distinguiu-se pela sua elegancia nos salões de Versailles, foi casado, entrando para o convento de Orleans a 2 de outubro de 1603, muito tempo depois do fallecimento de sua mulher, o que prova não

ter cedido a um movimento de desespero, e sim ter obedecido á vontade do mais amoroso dos paes.

Nada mais se sabe a respeito delle, antes de sua viagem ao Maranhão; mas em 1617 publicou em Madrid um volume in-4º, intitulado *Relatio de populis Brasilensibus*, a qual Gabriel Marcel julga ser a mesma que Ferdinand Denis procurara inutilmente na Hespanha e em Portugal, e o encarregara de obter um exemplar, indicando assim o titulo de *De idolatria Brasiliæ*.

Creio, porém, que a diversidade dos titulos autoriza a supposição de ter Francisco Bourdemare publicado duas obras differentes, uma sobre as cousas do Brasil, em geral, e outra consagrada especialmente á idolatria dos selvagens, desapparecendo ambas completamente.

Em 1618, o famoso padre José (*l'Eminence grise*) o encontrou em Madrid e o encarregou de negociações muito importantes. E foi em Madrid que elle morreu *comme un ange*, no dizer de um biographo.

A natureza deste esboço não nos permitte relembrar como os portuguezes conquistaram o Maranhão, embora eu tivesse muita satisfação em salientar o papel preponderante do meu valoroso antepassado, Diogo de Campos Moreno, sargento-mór do Estado.

Foram os francezes expulsos da colonia, que haviam fundado; e sómente agora começaram os maranhenses a pagar a sua divida de gratidão para com os heroicos expedicionarios, tendo o presidente do Estado, commandante Magalhães de Almeida, a feliz inspiração de denominar — *La Ravardière* — ao palacio do governo, que mandou reconstruir.

Esta obra de reparação não ficará, de certo, em meio; e o criterioso e fecundo administrador, que actualmente dirige os destinos da terra maranhense, perpetuará em estabelecimentos scientificos ou escolares os nomes gloriosos dos nossos primeiros historiadores — *Yves d'Evreux* e *Claudio d'Abbeville*.

* * *

Expulsos os francezes, não valeu aos capuchinhos o habito que vestiam, nem a missão evangelizadora que estavam desempenhando; foram obrigados a embarcar para a França, com todos os outros compatriotas.

Mas o *Seraphim de Assis* continuou a velar sobre o Maranhão, vindo na expedição portugueza dois franciscanos, frei Cosme de S. Damião e frei Manoel da Piedade, que recolheram a piedosa *herança* dos seus irmãos francezes.

Segundo refere Berredo — *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, — o primeiro havia sido guardião no convento da Parahyba, e o segundo descendia da principal nobreza do Brasil (?) e ambos justificavam o acerto da escolha, pela sua vida exemplar e excelsas virtudes.

Os dois franciscanos desempenharam papel saliente na batalha de *Guaxanduba*, que decidiu em favor dos portuguezes a guerra pertinaz que elles vinham sustentando pela posse do Maranhão, sempre de cruz alçada nos pontos mais perigosos, animando a coragem dos soldados.

Berredo diz que os dois religiosos grangearam a *immortalidade*, no constante desprezo dos maiores perigos.

Eu, porém, os admiro mais em façanhas menos bellicosas, e mais consentaneas com o habito de que estavam revestidos.

Assim, por exemplo, informa frei Antonio de Santa Maria Jaboatam, na sua tão citada obra — *Novo Orbe Seraphico Brasilico* — que, tendo irrompido em 1615, no Maranhão, uma terrivel epidemia de sarampo, que causou innumeras victimas, não só entre os aborigenes, como entre os soldados portuguezes, tanto frei Cosme, como frei Manoel foram incansaveis em prestar assistencia, material e espiritual, a todos os enfermos, pasmando pela sua caridade *em tempo e conjuncção em que para os valentes era difficil o sustento, e experimentada a penuria.*

Foram incansaveis os dois franciscanos no desempenho do seu apostolado, conquistando almas, principalmente pelo seu desinteresse, pois não tinham o menor cuidado da conveniencia propria, tratavam unicamente do bem alheio, vivendo em miseraveis choupanas, feitas de palha, se alimentando de raizes, principalmente de *macacheira* (mandioca doce ou aipim), dormindo em pequenas rèdes, e usando habitos remendados com pedaços de pannos de algodão da terra.

Deus, que nunca deixa de remunerar regiamente os que lavram na sua vinha, abençoou os esforços dos dois franciscanos, os quaes tiveram a felicidade de converter alguns calvinistas, e centenas de selvagens, principalmente depois que se realizou o extraordinario *milagre* de deixarem os gafanhotos intactas as roças dos catholicos, ao passo que arrasavam a dos herejes e pagãos.

Depois da reconquista do Maranhão pelos portuguezes, os religiosos se retiraram para Pernambuco, por terra, dizendo seccamente os *Annaes da Ordem* que o motivo da retirada foi *já estar a missão assistida de operarios necessarios*, referindo-se, de certo, aos padres jesuitas e aos frades do Carmo, que foram para o Maranhão, na comitiva de Alexandre de Moura.

A explicação não foi das mais felizes, porquanto, para seára tão ampla, não seria nunca excessivo o numero dos lavradores.

A causa verdadeira da retirada dos franciscanos, devemos attribuir á intervenção da Companhia de Jesus, a qual procurou monopolizar a catechese dos selvagens, e exercer sobre elles absoluto dominio, pretenção que mais tarde tantas lutas provocou entre os colonos e os jesuitas.

Creio que como arma de guerra nessas lutas, a Companhia de Jesus começou a invocar a prioridade da evangelização dos aborigenes, e os seus relevantes serviços na campanha contra os francezes; e um dos biographos do celebre padre Antonio Vieira não hesitou em escrever o seguinte: *E' bom que saiba o mundo que não só no espiritual, senão tambem no temporal, devem as terras do Maranhão á Religião da Companhia de Jesus a felicidade, que logram. No anno de 1615, governando o Brasil Gaspar de Souza, que então residia em Pernambuco, foi mandado o capitão-mór Alexandre de Moura, a dar fim á guerra, que no anno antecedente tinha principiado Jeronymo de Albuquerque contra os francezes do Maranhão. Iam na Armada os padres Manoel Gomes e Diogo Nunes, da Companhia de Jesus, e com elles muitos indios, filhos todos de sua doutrina, nas aldeias que em Pernambuco cultivavam. Chegou a Armada a avistar o Maranhão, e como se julgasse seria senhor do terreno, quem tivesse por si os naturaes, os primeiros homens que, por ordem do capitão-mór, pisaram a terra, foram os ditos padres, com os seus indios; e com fortuna de Cesar, o mesmo foi ter fala com o Gentio, que reduzil-o á sujcição e amizade dos Portuguezes. Desamparada deste arrimo a ousadia franceza, no mesmo dia cedeu á nossa fortuna, entregando a seu pesar a terra, de que o nosso descuido, mais que seu valor, os fizera possuidores injustos.*

Não seria possivel accumular, em trecho tão reduzido, maior numero de erros e clamorosas injustiças.

Quem désse credito a esse biographo do padre Antonio Vieira, julgaria que o papel de Jeronymo de Albuquerque foi inteiramente secundario, tendo apenas iniciado as hostilidades, levadas brilhantemente a termo por Alexandre de Moura, graças ao trabalho dos jesuitas, que conseguiram em pouco tempo retirar aos francezes o apoio dos selvagens, com o qual elles tanto contavam.

Mas tudo isso não passa de pura phantasia.

Quando a esquadra de Alexandre de Moura fundeou na bahia de S. José, a *conquista do Maranhão já estava quasi acabada* (João Lisboa — *Jornal do Timon,* volume 2º), e a gloria dessa campanha cabe indiscutivelmente aos dois valen-

tes cabos de guerra Jeronymo de Albuquerque e Diogo de Campos.

Já frei Manoel da Piedade catechizara os aborigenes, e dissipara as prevenções que elles tinham contra os portuguezes.

Todo o esforço militar de Alexandre de Moura consistiu em fazer um desembarque na ponta de S. Francisco, onde edificou aprêssadamente uma fortificação de pau a pique, e que se chamou o *Forte do Sardinha;* e a mandar intimar o commandante francez a se render, tendo Ravardière comparecido no dia seguinte, e assignado immediatamente o auto de entrega.

Colheu apenas o fructo que já encontrou bem sazonado, prestes a despregar-se da arvore.

Não encontrei em historiador algum a menor referencia á esse pretenso papel saliente dos jesuitas na reconquista do Maranhão pelos portuguezes.

Infelizmente, o biographo do padre Antonio Vieira não estava isolada na defesa da infundada pretenção da Companhia de Jesus, antes traduzia uma aspiração dessa Ordem, porquanto, segundo refere o dr. Cesar Marques — *Diccionario Historico-Geographico da Provincia do Maranhão,* — o padre commissario da Ordem Franciscana requereu ao ouvidor geral de Belém que lhe fosse permittido justificar, perante elle, serem os franciscanos os primeiros missionarios que entraram no Estado (Pará e Maranhão), e nelle estabeleceram missões, trazendo os selvagens ao gremio da Egreja.

Sendo citados os superiores das demais ordens religiosas, o dos jesuitas, padre Antonio Coelho, declarou que não interviria na questão, emquanto não houvesse qualquer prejuizo á sua ordem.

Não consegui averiguar si a justificação dos franciscanos teve ou não seguimento; é provavel, porém, que não tivesse, pois se tornara inutil desde que os jesuitas se recusavam a intervir na discussão, exhibindo os documentos em que apoiavam a sua pretenção.

Ninguem reconhece mais do que eu os inestimaveis serviços que a Companhia de Jesus tem prestado á civilização brasileira.

Mas, nós, os maranhenses, devemos particular veneração aos benemeritos filhos de S. Francisco de Assis, os pioneiros do nosso progresso, os primeiros a projectar sobre a gloriosa terra maranhense a luz saneadora do Evangelho.

Laus Deo, Virgini Matri, et Seraphico Patri Nostro Francisco.

III

Da reconquista portugueza á Independencia Nacional — Curioso despejo judicial de um formigueiro — Foi um franciscano que presidiu o ultimo governo colonial

Regressando para Pernambuco os dois franciscanos, que haviam recebido a *herança* da missão franceza, ficaram desoccupados o convento e a capella annexa, e o capitão-mór, Alexandre de Moura, segundo informa o padre José de Moraes, os doou, em nome d'el-rei, á Companhia de Jesus, que se apressou em abrir um collegio, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz.

Desmentindo o proverbio de que *les absents ont toujours tort*, os franciscanos não foram esquecidos, e os antigos companheiros de armas de Jeronymo de Albuquerque representaram ao rei de Hespanha, que então dominava Portugal, fazendo sentir o grande proveito que a provincia auferiria com a presença dos benemeritos filhos de S. Francisco.

Attendida a representação, vieram da Europa frei Antonio de Merciana e mais tres companheiros; mas, pcr motivos ignorados, elles seguiram para o Pará e lá permaneceram.

Mas, em 1624, na comitiva de Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador nomeado para o Estado, vieram 16 religiosos da Provincia de Santo Antonio de Portugal, tendo como commissario frei Christovão de Lisboa.

Devido ás ordens recebidas, o governador tocou primeiro em Pernambuco, onde se demorou, o que obrigou a frei Christovão e os seus companheiros a seguirem em um barco de coberta para o Maranhão, onde chegaram em agosto do referido anno.

Estando occupado pelos jesuitas o antigo convento franciscano, frei Christovão iniciou e teve a fortuna de concluir a construcção *do convento de Santo Antonio*, que ainda hoje existe, em cuja egreja annexa (edificada muito mais tarde, como veremos no quarto artigo). Deus abençoou a minha união com a minha santa companheira, a cuja memoria renderei sempre o culto de imperecivel saudade e profunda gratidão, pela abnegada dedicação com que, por mais de trinta annos, assegurou a felicidade de meu lar.

Seguindo para o Pará, frei Christovão era guardião do convento de Santo Antonio do Curral, quando, em dezembro de 1642, d. João IV o nomeou bispo de Angola.

O segundo guardião do convento do Maranhão foi frei Antonio da Trindade.

Pelo breve do papa Innocencio X — *In nomine Sanctissimi*, de 14 de agosto de 1647, confirmado pelo breve do Papa Alexandre VII, — *Ex commissi nobis*, de 24 de agosto de 1657, ficou constituida a *Custodia do Brasil*, completamente independente da Provincia de Santo Antonio de Portugal, sendo o primeiro custodio frei João Baptista, então guardião do convento da Bahia, o qual, aos 67 annos de idade, foi preso pelos hollandezes, em 1637, quando foi da conquista de Pernambuco, remettido para a Hollanda, e regressando ao Brasil logo que obteve a liberdade.

Os primeiros definidores, eleitos no capitulo celebrado em 1649, no convento da Bahia, foram frei Antonio de Santa Clara, frei Jeronymo de Santa Catharina, frei Francisco dos Santos e frei Gaspar da Conceição. (Frei Jaboatam, Ob. citada volume I).

O convento dos franciscanos era o logar de asylo preferido por todos os que tinham motivos para receiar a justiça d'el-rei, embora pertencendo á magistratura local. Lá se recolheu o ouvidor geral, dr. Vicente Leite Ripado, receioso das iras do governador Bernardo Pereira de Berredo. Um outro ouvidor, dr. João Francisco Leal, procurou tambem a protecção do convento, quando suspenso pelo governador dom Fernando Pereira Leite de Foyos, suspensão motivada pelo facto de se haver casado, sem apresentar a necessaria licença régia.

Tendo os frades murado todo o quintal do convento, os vizinhos se queixaram ao governador João de Abreu Castello Branco, que estava então no Pará, allegando que o muro lhes impedia o gozo de uma fonte, que haviam construido dentro do matto e de que estavam na posse desde tempos immemoriaes, "na qual, por sua pobreza e por não terem servos, iam elles, suas mulheres, filhos e filhas buscarem potes dagua e lavarem suas roupas por serem partes occultas, e não vistas de todo o povo."

O governador ordenou á Camara que fizesse uma vistoria no local, e, verificada a verdade da allegação, "restituisse ao povo a sua posse, fazendo derribar quaesquer muros ou paredes que a impedissem, mas procedendo nessa execução com a attenção e respeito devido aos referidos religiosos".

Procedida a vistoria, da qual resultou a certeza de que o accesso da fonte estava impedido pelo muro, foi o mesmo der-

ribado, sendo o acto do governador approvado pela *provisão régia*, de 20 de março de 1740.

Allegando, provavelmente, que o muro era indispensavel á vida claustral, sendo incomprehensivel que os frades andassem por um terreno entregue ao publico, e onde mulheres iam lavar roupa, os franciscanos fizeram um requerimento ao rei, solicitando *provisão* para que o ouvidor pudesse conhecer e sentenciar o impedimento opposto á construcção do muro; mas o rei negou-lhes esse recurso ao poder judiciario, pela *provisão régia* de 20 de abril de 1742, registrada a 20 de julho do mesmo anno, nos livros da Camara Municipal de S. Luiz do Maranhão.

Era tão justa a pretenção dos religiosos, que não se comprehenderia o indeferimento do seu pedido si não fosse bastante conhecida a sordida politica da nossa antiga metropole, polvo insaciavel a sugar os recursos do nosso paiz, nelle gastando o menos que era possivel.

Construido o muro, e vedado assim accesso á fonte, seria necessario acudir aos reclamos da população da vizinhança, e mandar construir pelo menos um poço...

El-rei, *muito catholico*, sacrificou o decoro do Convento, mas economizou a quantia que teria de despender com a nova fonte ou simples poço.

Esta mesma questionada fonte nos offerece um outro testemunho irrecusavel da sordidez da administração portugueza.

Com licença do governador, o *Almotacé* (juiz eleito pela Camara Municipal, para inspeccionar os pesos e medidas, os preços dos viveres, jornaes, soldadas, limpeza da cidade e outros serviços) Gabriel Raymundo Lampeiberg, fez obras na dita fonte, tendentes a recolher num só jacto as aguas que extravasavam junto ao muro do Convento; e, para continuar essa obra, requereu á Camara Municipal um auxilio de cem mil réis!

Foi ouvido sobre esse requerimento o governador dom Diogo de Souza, que informou que "quando havia approvado tal obra, foi não só por ser util ao publico, *como porque se persuadiu que podia ser feita com muito modica despesa pelos grilhetas, que mandou destinar a esse fim.*"

A' vista da informação, a Camara Municipal indeferiu o pedido, e o *Almotacé* fez á sua custa a obra publica.

Era assim que Portugal governava a sua colonia, á custa da qual ainda hoje vive.

Foi durante o periodo colonial portuguez que teve logar o *processo das formigas*, de que nos dá noticia o padre Manoel

Bernardes no seu livro *Nova Floresta,* volume 1º, capitulo IV, edição de 1919.

Foi o caso que o Convento dos Franciscanos foi infestado por um numeroso exercito de formigas (que no Maranhão se chamam *saúvas*), as quaes não só saqueavam a magra dispensa dos bons frades, devastando a provisão de farinha de mandioca (que o padre Manoel Bernardes chama *farinha de páu,* mas cujas qualidades nutrientes foram reconhecidas por occasião dos estudos realizados para a fabricação do pão mixto), como tambem minavam os alicerces do Convento.

Exterminar as saúvas, repugnava aos filhos do Seraphico S. Francisco, que chamava irmans a todas as creaturas, e celebrava pactos com o *irmão lobo de Gubbio.*

Não fazer nada, cruzar os braços, era impossivel, attentos os prejuizos que as trefegas irmansinhas iam causando diariamente a uma Ordem, cujo distinctivo é a mais absoluta pobreza.

Nesta apertada conjunctura, acudiu ao espirito de um dos religiosos a seguinte traça (que Bernardes attribue á inspiração Divina) — propôr uma demanda áquellas irmans formigas perante o Tribunal da Divina Providencia — sendo *Juiz* o seu prelado, nomeados procuradores para ambas as partes contendoras.

Acceito este plano, e proposta a acção perante o vigario foraneo, licenciado Manoel Homem, foram as *saúvas* citadas em suas proprias pessôas, em 19 de junho de 1714, pelo escrivão do ecclesiastico Joseph Guntardo de Bechmann.

No libello, allegaram os religiosos que sendo o seu instituto mendicante, elles viviam de esmolas, reunindo com muito trabalho a farinha, que obtinham perigrinando por todas as roças das vizinhanças; e que, entretanto, as formigas, demonstrando um espirito totalmente opposto ao do Evangelho, pelo que não podiam deixar de ser aborrecidas pelo seu Pae S. Francisco, procediam como *ladrões formigueiros* (ladrão de coisas de somenos importancia), e não só os privavam dos fructos das esmolas, como tambem, com manifesta violencia, os pretendiam expellir do Convento, pois em tanto importava arruinar-lhe os alicerces. Concluia o libello pedindo que as formigas, si não apresentassem razões relevantes, fossem todas mortas com fumegações ou afogadas com alguma inundação, salvo si o juiz preferisse expulsa-las do districto.

O curador *ad litem* das rés desempenhou muito conscienciosamente a sua missão, contrariando o libello nos seguintes itens: 1º, que ellas, tendo recebido o beneficio da vida do seu Creador, tinham o direito natural de conserval-a, por aquel-

les meios que o mesmo Creador lhes ensinara; 2°, que, na execução desses meios, ellas serviam ao Senhor, dando aos homens o exemplo das virtudes de que eram dotadas, a saber: *prudencia*, acautelando o futuro e enriquecendo o celleiro para o tempo da necessidade; *diligencia*, ajuntando nesta vida merecimentos para a eterna; *caridade*, ajudando umas ás outras, quando a carga é maior que as forças; *religião e piedade*, dando sepultura aos mortos da sua especie, como escreveu Plinio — *sepeliuntur inter se viventium soloe, praeter hominem* — e observou, para a sua doutrina, o monge Malco — *hoe luctu celebri corpora defuncta deportabant*; 3°, que o trabalho, que ellas punham na sua obra, era, muito maior, respectivamente, que o delles autores em ajuntar as esmolas, visto que a carga frequentemente era maior que o corpo, e o animo que as forças; 4°, que, supposto fossem os homens irmãos mais nobres e dignos, não passavam, comtudo, de formigas diante de Deus; e si gozavam da vantagem da razão, era abatida e descontada essa vantagem porque não raro offendiam ao Creador, não observando as regras da razão, ao passo que ellas observavam as da natureza; pelo que se faziam indignos de que creatura alguma os servisse e acommodasse, pois maior infidelidade era nelles defraudarem a gloria de Deus por tantas vias, do que nellas o furto da farinha; 5°, que ellas já estavam na posse mansa e pacifica do local muito tempo antes dos religiosos fundarem o seu Convento; e que, portanto, os mesmo religiosos eram os intrusos, e não podiam esbulha-las, e, si o fizessem, ellas appellariam para o Creador, que tanto fez os pequenos como os grandes, e confiou cada especie a um anjo conservador; 6°, finalmente, que os religiosos defendessem a sua casa e a sua farinha pelos meios humanos que soubessem, porque a isto ellas se não oppunham; mas que ellas, sem embargo, haviam de continuar nas suas diligencias, pois do Senhor e não delles autores era a terra e tudo quanto Elle creara — *Domini est terra, et prenitudo ejus.*"

Houve replica e treplica, e o juiz, depois de bem estudados os autos, assim decidiu o pleito: as formigas foram despejadas do local, porque os religiosos tinham vindo ali por obediencia, a semear o grão evangelico, e não seria justo privar o operario do fructo do seu trabalho; mas, em compensação, os frades foram obrigados a demarcar, dentro da sua cerca, um logar apropriado para a vivenda das formigas.

Desta sentença foram intimadas as formigas, lendo um religiosos, nas boccas dos formigueiros, o mandado de despejo, sob pena de excommunhão.

E assim conclue o padre Manuel Bernardes a sua narrativa: "Caso maravilhoso, e que mostra como se agradou

deste requerimento Aquelle Supremo Senhor, de quem está escripto que brinca com as suas creaturas — *ludens in orbe terrarum!* Immediatamente sahiram, a toda a pressa, milhares daquelles animalejos, que, formando grossas e longas fileiras, demandaram em direitura o assignalado campo, deixando as antigas moradas, e livres de sua molestissima oppressão aquelles santos religiosos, que renderam a Deus as graças por tão admiravel manifestação de seu poder e providencia."

Referindo-se, muito succintamente, a este processo, o dr. Cesar Marques — "Diccionario Historico e Geographico da Provincia do Maranhão", diz que foi uma farça sacrilega e ridicula.

Tenho a honra de ser soldado, embora muito humilde, do exercito de Christo, e pertenço ao mais alto tribunal do paiz; entretanto, formo do referido processo um juizo inteiramente diverso, considerando muito commovente essa idéa de appellar para um julgamento judiciario, em vez do exterminio completo e immediato dos formigueiros.

E, em se tratando do Patriarcha de Assis, tão familiar com os animaes, não é de admirar que as formigas fossem tão obedientes á ordem de despejo.

O processo contra animaes, seja dito entre parenthesis, não é uma invenção dos religiosos, registrando varios casos os annaes judiciarios.

Quando estive no Ceará, em 1889, soube todos os pormenores de um processo que um juiz de Direito daquella então provincia, de cujo nome ainda me recordo, mas que não seria conveniente citar, instaurara contra um *boi*, accusado pelo proprietario de uma roça de estragos muito mais consideraveis do que os causados pelo pobre asno da admiravel fabula de La Fontaine — *Os animaes iscados da peste*.

E o resultado desse processo foi muito mais tragico: *o boi foi condemnado á morte* e executado, sendo a sua carne vendida para resarcimento do damno que causara.

Si são realmente felizes os povos que não têm *historia*, devemos concluir que o Convento dos franciscanos foi realmente *um seio de Abrahão*, porquanto por mais de um seculo nada pude encontrar, referente a esse Convento, que fosse digno de menção.

Seria uma repetição inutil, depois do magistral trabalho de frei Fernando, tratar de todos os bispos maranhenses, que pertenceram ás Ordens franciscanas.

Basta salientar o nome de frei Joaquim Nazareth, que presidiu a ultima junta governativa do periodo colonial, e que foi inquebrantavel adversario da independencia nacional; mas, diante desse vulto venerando, eu me inclino res-

peitoso, porque era uma alma heroica, de convições sinceras, leal ao seu rei e á sua Patria.

Conhecendo o seu valor e desejando attrahí-lo para a causa nacional, o principe d. Pedro empregou o seu prestigio pessoal, escrevendo-lhe a seguinte carta, que o dr. Cesar Marques descobriu nos archivos da Camara Municipal de S. Luiz do Maranhão, bem como a respectiva resposta.

"Meu caro frei Joaquim.

Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1823.

Como o conheço desde que nasci e lhe conheço as suas virtudes, é a razão porque pego na penna para dizer-lhe que trabalhe para unir o Maranhão ao Imperio a que elle pertence, como Provincia, dizendolhe que nisto faz um grande serviço ao Brasil e a mim que não desagrada a meu Pae, que está captivo de vis carbonarios, que são todos contra a Religião, que professamos, e que estão excommungados pelo Chefe da Egreja, assim todos os que seguem ou adherem ao seu governo.

Espero que o Bispo concorra para o que lhe digo, visto as suas virtudes religiosas.

Receba mil abraços e os puros sentimentos deste que o ama.

Pedro".

Propositadamente ou não, esta carta chegou ás mãos do seu destinatario quasi tres mezes depois de estar victorioso no Maranhão o movimento emancipador.

Entretanto, frei Joaquim de Nazareth não quiz se aproveitar de carta tão amavel para adherir ao novo estado de coisas, dando assim um testemunho da sua dedicação ao principe d. Pedro, cujas ordens cumpriria, embora com sacrificio dos seus sentimentos pessoaes.

Ao contrario, reaffirmou altivamente o seu lealismo á causa portugueza, e a sua desapprovação ao procedimento do principe, duplamente trahidor como filho e como vassallo portuguez.

Eis alguns trechos mais suggestivos da resposta do bispo:

"Senhor

Penetrado dos mais puros sentimentos de respeito e gratidão, beijo as Augustas mãos de V. Magestade pela distincta mercê com que se dignou honrar-me,

enviando-me uma carta de sua propria letra, cheia de expressões as mais lisongeiras e affectuosas.

... Mas, Senhor, acaso seria eu capaz de trahir os meus concidadãos, a abjurar a patria, que me viu nascer, e os legitimos direitos de V. Magestade?

Um Bispo tão devedor ao Sr. D. João Sexto, e tão amante da augusta casa de Bragança, póde elle ter outros desejos, que não sejam da sua maior prosperidade, e grandeza, para assim patentear a Deus e ao mundo o seu dever, e a fiel gratidão que fôra sempre animado? ...

Ah! Senhor! Independencia e desgraça são palavras synonimas, entendidas no seu verdadeiro vigor; ellas se identificão e vêm a significar a mesma coisa. Se V. Magestade tivesse previsto a alluvião de desgraças, que têm incendiado este vasto territorio desde a Bahia até ao Maranhão, e todas aquellas que ainda estão por vir, sendo mais desastrosa a actual ruina do Throno de V. Magestade, por certo que não teria coração para assignar tantos decretos, feitos talvez de proposito para inteiro exterminio e perdição de milhares de seus vassallos...

Senhor, seja-me permittido patentear a V. Magestade toda a verdade, si V. Magestade não quer ficar insultado, sem ter quem lhe obedeça, ponha termo a tantos males, dê as mãos ao seu Augusto Pae, batalhe com elle a enterrar a Independencia, assim como enterrou a Constituição.

Veja que o espirito dos povos é todo republicano, e aquelles que os dirigem conhecem bem a fraqueza do Rio de Janeiro e a nenhuma vantagem que de lá tirão, servem-se do nome de V. Magestade para reunirem a gente da plebe e a terem debaixo das suas ordens, e, quando lhes convier, ao primeiro rebate, clamarão todos a uma voz — Vivão os republicanos unidos e acabe para sempre o Imperador.

Eu não fallaria com tanta franqueza se mesmo não estivesse ao facto destas cousas; e não tivesse notado os seus procedimentos, que são todos filhos das suas malevolas intenções... Ninguem vive socegado em sua casa, muitos preferem viver no mar, a bordo de algumas embarcações estrangeiras, para, na primeira occasião, fugirem: tal é, Senhor, o bem-estar destes povos que tanto prezo, pelo que sempre me oppuz á Independencia, que jamais juraria porque temo a Deus e estimo a V. Magestade, assim como

estimo ao seu Augusto Pai, e não quero a execração da minha Patria, e muito menos dos meus nacionaes, que são meus diocesanos bem queridos.

Beijo as mãos respeitosamente de V. Magestade.

Frei Joaquim de Nazareth".

Adversario irreconciliavel da causa brasileira, e resolvido a não jurar a Independencia, o bispo ficou numa posição insustentavel, e assim renunciou o bispado e regressou para Portugal, onde o seu rei o cumulou de honras, elevando-o ao Arcebispado de Coimbra, fazendo-o par de Reino, dando-lhe o Condado de Arganil e o Senhorio de Cojos.

Mas do coração amantissimo do pastor não se esvaeceu a lembrança do rebanho maranhense. E, quando em 1840, diante do liberalismo victorioso, frei Joaquim de Nazareth, dando um novo testemunho da sinceridade das suas crenças, renunciou os altos cargos que exercia em Portugal, foi no Maranhão que elle procurou um abrigo; e o povo maranhense, sempre magnanimo e generoso, esqueceu as antigas dissenções, acolheu-o de braços abertos, e o tratou como um pastor muito querido.

A terra maranhense guarda carinhosamente os despojos mortaes do seu ultimo prelado portuguez.

IV

A decadencia do regimen monarchico — Factos gloriosos do periodo republicano

As graves agitações que convulcionaram a provincia, pouco tempo depois da proclamação da independencia nacional, não crearam, como, aliás, era de esperar, uma atmosphera propicia ao desenvolvimento do Convento dos Capuchinhos, o qual ficou tão despovoado de religiosos que, em 1838, o guardião cedeu ao bispo da Diocese, d. Marcos Antonio de Souza, grande parte do Convento para nelle ser installado o Seminario Episcopal, realizando-se a inauguração a 17 de abril do referido anno.

Desse seminario sahiu uma pleiade brilhante de sacerdotes, que constituem motivo de justo orgulho para a Egreja maranhense, e que honrariam qualquer clero do mundo.

Em 1840 era Superior da Missão dos Capuchinhos frei Dorotheu de Dronero, que viveu longos annos no Maranhão;

muito estimado e respeitado, pois ninguem o excedeu em zelo apostolico nem foi mais incansavel em pregar as santas missões.

Dentre os seus companheiros, merecem particular menção frei José de Loro, que especialmente se consagrou á catechese dos indios Guajajaras e Timbés, e fundou as aldeias S. Pedro e Canna Brava, ainda existentes; frei Benedetto de Bobbio e frei Pedro de Gangia, que penetraram pelos sertões maranhenses, e desenvolveram extraordinaria actividade pregando missões nas freguezias do Mearim e do Itapecurú, e reconstruiram muitas egrejas, capellas e cemiterios, tendo frei Pedro fallecido na Barra do Corda, em cujo convento está sepultado, sendo o seu nome ainda venerado até pelos proprios selvagens; frei Luiz de Gubbio, que conheci muito alquebrado pelos excessivos affazeres de um longo e fructuoso apostolado; e frei Celestino de Pedavoli, de quem tive a fortuna de ser amigo, em Pernambuco, e cuja eloquencia tantas vezes me arrebatou e edificou, em admiraveis sermões pregados no Convento da Penha.

Dentre as preciosas reliquias possuidas pelos missionarios, destaca-se uma de excepcional valor: o *Corpo de Santa Severa*, offerecido pelo prefeito apostolico do Rio de Janeiro e que actualmente se venera na Egreja de S. Pantaleão.

Provavelmente para poder dar maior expansão á missão dos Capuchinhos, sem prejudicar o desenvolvimento do Seminario, frei Dorotheu aforou, em 1848, do capitão Thiago José Salgado de Sá Moscoso, uma capella que o seu avô, capitão José Salgado de Sá Moscoso, construira em 1788, sob a invocação de S. Thiago Menor; e nella erigiu um hospicio, tendo o imperador concedido o seu *beneplacito*, a 8 de janeiro de 1853, e proferindo s. excia. revma. o sr. bispo diocesano sentença nos autos, em 18 de julho de 1854, erigindo e instituindo a referida capella e casa contigua em hospicio regular, com todos os privilegios, graças, isenções e immunidades de que gozavam os mais hospicios.

O jornal catholico *Ecclesiastico*, de 1° de agosto de 1854, (citado pelo dr. Cesar Marques) assim descreveu a solemnidade da inauguração do hospicio, realizada a 24 de julho, vespera da festividade de S. Thiago:

"S. Excia. Revma. o Sr. Bispo Diocesano, D. Manoel J. da Silveira, dirigiu-se nessa tarde para ali assistir o acto da erecção, sendo antes desse acto exaltada uma Cruz grande, em frente da capella, que, benta por S. Excia. Revma., foi pelo mesmo Bispo e mais dois conegos assistentes elevada ao seu assento por meio de tres longas fitas, ajudadas pelo soccorro de grossos cabos de linho, sustentados pelo povo, que devotamente se prestou a esse serviço — Concluida a exaltação da

Cruz, S. Excia. Revma. subiu ao solio, e em sua presença, na dos mesmos conegos e missionarios Frei Dorotheu Dronero (vice-prefeito) e Frei Lourenço Maria do Monte Leone, e de um não pequeno concurso de povo, foi lida a provisão da erecção; finda a leitura Frei Lourenço fez do pulpito um discurso analogo."

Prosperava o hospicio, quando o dr. Ricardo Decio Salazar, casado com uma das herdeiras do senhorio directo, propoz contra os Capuchinhos uma acção de reivindicação, e obteve ganho de causa; e da fecunda colmeia, que frei Dorotheu com tanto amor construira, nem mesmo as ruinas ficaram de pé. O reivindicante era um dilectante de pleitos judiciaes, o seu prazer era ganhar as causas, não tirando proveito dos fructos da victoria.

O Convento de Santo Antonio continuou a vegetar tão obscuramente, que o suppunham abandonado, affirmando o dr. Cesar Marques que o governo imperial chegou a incorporal-o á Fazenda Nacional, declarando extincta a Ordem, por Aviso do Ministerio da Fazenda, de 30 de junho de 1845, que foi revogado pelo Aviso de 25 de julho do mesmo anno, *por intervenção do bispo*, segundo ainda informa o dr. Cesar Marques.

Não encontrei esses Avisos na collecção das leis; e si o bispo diocesano do Maranhão não estava *providencialmente* aqui naquella épocha, só por milagre, não havendo então communicação telegraphica e tendo decorrido menos de um mez entre a data da incorporação e da revogação, elle poderia ter conhecimento do acto do Governo, e providenciado efficazmente a respeito.

Em 1856, chegou ao Maranhão, vindo do Pará, frei Vicente de Jesus, eleito guardião, e logo o Convento, que definhava, sentiu os beneficos effeitos da sua administração abençoada por Deus, como o são todas as obras do bem.

Em 1° de setembro do referido anno, o novo guardião já estava tão seguro do resultado dos seus esforços, que se abalançou a collocar a pedra fundamental da *Egreja de Santo Antonio*, incontestavelmente um dos maiores templos da minha inesquecivel S. Luiz. Foi construida por donativos particulares e subvenções votadas pela Assembléa Provincial.

Frei Vicente de Jesus baixou ao tumulo em 1862, deixando a Egreja toda coberta; e o seu successor, frei Ricardo do Sepulchro, conseguiu terminar a construcção, sob a direcção na sua ultima phase, do engenheiro dr. Francisco Cesar da Silva Amaral, nomeado pelo presidente da provincia.

Informa o dr. Cesar Marques que a *Imagem de Santo Antonio* veiu de Lisbôa a bordo da *Restauração*, desembarcando na manhã de 17 de janeiro de 1867, e sahindo em pro-

cissão, no dia 20, da Guarda-moria, salvando o forte do *baluarte*, e estando as ruas embandeiradas.

Em um quarto de seculo, não encontrei a menor noticia da acção franciscana no Maranhão, parecendo-me que ella se fazia sentir exclusivamente em missões pelo interior, e principalmente pelos nossos *sertões brutos*, onde não penetraram ainda as estradas de ferro, e a civilização não passa da phase embryonaria.

Coincidencia notavel — esse periodo de enfraquecimento da actividade dos franciscanos assignala tambem uma lamentavel decadencia do sentimento religioso. Na propria capital, era tão descurado o cumprimento dos deveres religiosos, que não era avultado o numero de senhoras que ouviam a missa aos domingos e dias santificados, sendo rarissimos os homens.

Muito frequentadas eram apenas as chamadas *missas de festa*, em que se ouvia boa musica e se exhibiam custosas *toilettes*.

Segundo o costume portuguez, os maridos nunca recorriam ao salutar Sacramento que a Misericordia de Deus instituiu para que possamos redimir os nossos peccados; e confiavam ás mulheres da casa a missão de ajustarem as contas delles com o céo.

No interior, os vigarios eram quasi todos chefes de um dos partidos politicos; e emulavam com o clero do periodo colonial, antes da chegada dos jesuitas.

O bispo, d. Antonio Candido de Alvarenga, era um varão de austeras virtudes, illustrado, e, no trato particular, muito agradavel.

Mas, no exercicio das suas funcções episcopaes, era aspero, pouco paciente, não tolerava, como se fazia mistér em um meio ainda contaminado pela lepra da escravidão, a pratica de certos actos embora não rigorosamente liturgicos, inspirados, comtudo, por piedosas intenções.

Paulista, *muito paulista*, elle não quiz se adaptar ao ambiente maranhense, tropical, expansivo, palreiro.

Entretanto, esse bispo, mais temido do que estimado, prestou á sua diocese um serviço relevantissimo, promovendo a vinda dos Capuchinhos Lombardos, os quaes, sob a direcção de frei Carlos de S. Martinho, chegaram a S. Luiz, no dia 16 de agosto de 1893.

A escolha não podia ser mais acertada: pela sua illustração, pelas suas maneiras captivantes, pela doçura de sua voz, pela força persuasiva dos seus argumentos, frei Carlos era um typo completo do orador sacro.

Secundavam-n'o brilhantemente frei Samuel, frei Mansueto, que a opinião publica consagrou como o melhor dos prégadores, e frei Affonso, baritono de voz possante, e cuja

admiravel gesticulação meu pae, o senador Gomes de Castro, considerado como um dos maiores oradores brasileiros, muito apreciava. não perdendo as suas praticas para aprender a doutrina e rectificar os proprios gestos.

Estava no Maranhão, quando a Missão Franciscana se installou, a principio na Egreja Matriz de S. João Baptista, e depois no Convento do Carmo, comprado ao Governo Federal, que o incorporara ao patrimonio nacional, pela extincção da respectiva Ordem; e posso dar o meu testemunho de que só a Graça de Deus póde explicar a radical transformação que, em menos de um anno, se operou no sentimento religioso da capital.

Attrahida pelo brilhantismo das cerimonias religiosas, impressionada pela vida simples dos Capuchinhos, seduzida pela prégação sempre serena e elevada, sem as irritantes allusões pessoaes, com que os padres politicos punham á prova a paciencia das suas victimas, a população affluiu em massa ao templo franciscano, o Divino Hospede não ficou mais esquecido.

As communhões pascoaes, que no primeiro anno foram apenas de 150, quadruplicaram no anno seguinte, e hoje, segundo a informação que gentilmente me prestou frei Apollinario da Desenzano (de quem direi *apenas* que é um digno filho de S. Francisco), se póde dizer que é verdadeiramente edificante a frequencia dos sacramentos.

Em 1894, frei Carlos de S. Martinho, cumprindo as ordens dos seus superiores, e satisfazendo, ao mesmo tempo, um desejo vehemente do bispo diocesano, restabeleceu a antiga Missão do Alto Mearim, fundada anteriormente por frei José de Loro, e iniciou as missões pelo interior, prégando na Victoria do Baixo Mearim, em Pedreiras, e na Barra do Corda, onde abriu um collegio para educação dos filhos dos selvagens, tendo secções de artes e officios, sob a direcção de frei Estevam, frei Roberto e frei Zacharias.

Distante doze leguas da Barra do Corda, no logar denominado *Alto Alegre*, estabeleceu uma colonia para a catechese dos selvagens das aldeias vizinhas; e foi essa colonia o theatro de uma medonha tragedia, que tanto enriqueceu o martyrologio catholico.

Levantado o *Cruzeiro* a 5 de maio de 1859, a colonia prosperou de tal forma que, cinco annos depois, ninguem mais reconhecia os antigos aldeiamentos dos aborigenes; as mattas se haviam convertido em campos de cultura, os indios domesticados se habituaram a viver em pequenas casas, e eram muito frequentadas as escolas, dirigidas por franciscanos de nacionalidade italiana:

Mas a catechese dos missionarios prejudicava os interesses de alguns *civilizados* da vizinhança, que exploravam os aborigenes, e lucravam com o estado de embrutecimento em que vivia a escassa população da localidade; e foram esses civilizados que urdiram o plano satanico, cuja execução enriqueceu a pleiade gloriosa dos martyres da fé.

No dia 13 de março de 1901, quando celebrava na Capella o Santo Sacrificio da Missa, os selvagens, capitaneados por um colono da Missão, João Caboré, cercaram o local e, sem encontrar a menor resistencia, porque nenhuma das victimas procurou se defender, procederam a uma horripilante chacina que terminou ao meio dia, *morrendo tres frades, cinco irmãos e 250 fieis*.

Empreguei todos os esforços para dar os nomes de todos esses martyres; mas frei Apollinario da Desenzano, que gentilmente me prestou preciosas informações sobre a Missão, propositadamente calou esses nomes; os amigos do Maranhão, a que recorri, e que no desejo de melhor satisfazer o meu pedido, foram se abeberar em fonte capuchinha, tambem não mencionaram esses nomes; e não consegui obter um jornal que narrasse essa terrivel tragedia.

Não quiz Deus, portanto, que ficassem registados, nesse esboço de estudo da actividade franciscana no Maranhão, os nomes de seus martyres — *fiat voluntas tua*.

Novos heroes vieram substituir os martyres, e os Capuchinhos Lombardos continuam a lavrar na vinha do Senhor, na extensa *Prelazia de S. José do Grajahú*, cujo administrador apostolico é o exmo. e revmo. d. Roberto Colombo, sacerdote de alto valor e zelo infatigavel, o qual, vencendo innumeras difficuldades, já fundou residencias para os missionarios e conventos para as freiras franciscanas, nas freguezias do Grajahú, Imperatriz, Carolina e Barra do Corda.

Esta Prelazia de S. José do Grajahú confina ao norte com o Oceano Atlantico, a léste com os rios Gurupy e Tocantins, ao sul com a serra das Alpercatas e a oéste com os rios Mearim, Pindaré e Tury-Assú; e, no immenso territorio, ha innumeras aldeias de selvagens, que occupam as serras e as mattas.

Devido á acção benefica de 20 frades capuchinhos, uma grande parte do territorio maranhense vae gradualmente se integrando na civilização, sem se afastar, comtudo, dos severos costumes da moral christã.

Os templos foram reconstruidos e dotados das necessarias alfaias para a celebração dos actos divinos, sempre devotamente assistidos por um povo numeroso.

A instrucção se desenvolve, e o trabalho se organiza de forma muito promissora.

O sangue dos martyres fecundou a obra civilizadora; e os benemeritos filhos de S. Francisco, que haviam abençoado o Maranhão no seu berço e no agitado periodo colonial, são actualmente esforçados obreiros do nosso progresso, á sombra protectora da suave doutrina do Divino Mestre.

Que o meigo *Poverello de Assis* abençoe sempre a minha terra e a minha gente.

Petropolis, 1927.

Augusto Olympio Viveiros de Castro.

OS CASQUEIROS DE SANTA CATHARINA OU SAMBAQUIS

POR

LUIZ GUALBERTO

Antes de entrar no assumpto propriamente desta conferencia, permitta-me a illustre assembléa conte como fui levado a estudar os factos que se prendem á historia de Santa Catharina.

O illustre cidadão (*) que devia presidir a esta sessão, attestando ainda uma vez a preoccupação que sempre lhe mereceram as cousas da sua terra, offereceu-me e já lá vão muitos annos, um exemplar da *Memoria Historica de Santa Catharina*, conquistando desde aquelle momento, com sua gentileza, mais um amigo para sua terra.

Sabia naturalmente s. ex. pela clarividencia tantas vezes depois revelada em conhecer os homens, que aquelles que ainda não têm tradições na terra, onde por qualquer circunstancia se venham estabelecer, facil é conquistar para esta as suas sympathias, desde que conheçam os seus fastos e os seus homens.

Não se enganou o illustre catharinense.

O livro foi mais um laço que radicou-me áquella sua terra de céo sempre azul e de longos crepusculos transparentes. O estudo que passo a lêr tem, pois, esta origem. Póde se dizer que é o producto de uma suggestão, longamente trabalhada.

Oxalá possa corresponder a importancia do assumpto, satisfazendo assim os intuitos que teve em vista o honrado presidente dos nossos trabalhos.

(*) Referencia ao exmo. sr. senador Lauro Müller.

Amago de conchas do rio do Miranda

OS CASQUEIROS DE SANTA CATHARINA OU SAMBAQUIS

Os montes de conchas espalhados profusamente em todo o littoral de Santa Catharina e que por largo tempo e ainda hoje têm servido para a exploração industrial do fabrico da cal, offerecem as mais notaveis similhanças com os osmagos de conchas, conhecidos na sciencia com o arrevesado nome *Kjökkenmöddings*, encontrados por sua vez nas costas da Dinamarca.

Restos de cozinha, que outra cousa não quer dizer o esquisito nome que ha pouco citei, serviram de base ás mais serias investigações para o conhecimento das primitivas populações que habitavam o norte da Europa. Pelo estudo systematico da sua estructura verificaram os sabios que a esses estudos se dedicavam, que elles eram compostos, na sua maior parte, de conchas de molluscos bivalvos, cinzas de antigos fogões, instrumentos de pedra, ossos de animaes, plantas marinhas carbonizadas, vasos quebrados, que deram aos seus investigadores idéa clara e precisa da flora e fauna daquellas regiões, assim como uma idéa ainda que fugidia dos habitos e costumes do povo que os formaram.

Ao serem conhecidas essas primeiras indagações, multiplicaram-se os achados e assim se veio a saber que nas regiões mais afastadas, em todas as zonas da terra, sob climas os mais differentes, os viajantes descreveram os mesmos montões de conchas com os mesmos aspectos, formados pelo mesmo material e contendo quasi sempre os mesmos productos.

Assim, na Dinamarca, nas costas da França, em Portugal, na Hespanha, na Malasia, nas ilhas de Andaman, na Australia, no Japão, na America do Norte, quer na costa Atlantica, quer na do Pacifico, na America do Sul; na Terra do Fogo ou no Amazonas, fallam os viajantes de montes e collinas formados

de conchas, onde se encontram instrumentos de pedra, cinza, carvão e ossos de animaes, demonstrando a existencia de uma população que em épochas remotas alli se tivesse estabelecido e que se alimentava dos proventos da caça e pesca. Os instrumentos de pedra encontrados nos amagos de conchas da Dinamarca eram rudes e grosseiros, talhados em silex e raro appareciam instrumentos de pedra polida, podendo-se contar um só fragmento achado em Havelse, aproveitado para raspador. Diante desses factos e com justas razões, eram esses monumentos tidos e havidos como uma demonstração de pertencerem a uma phase transitoria que devia ter existido entre a épocha da pedra lascada e a da pedra polida.

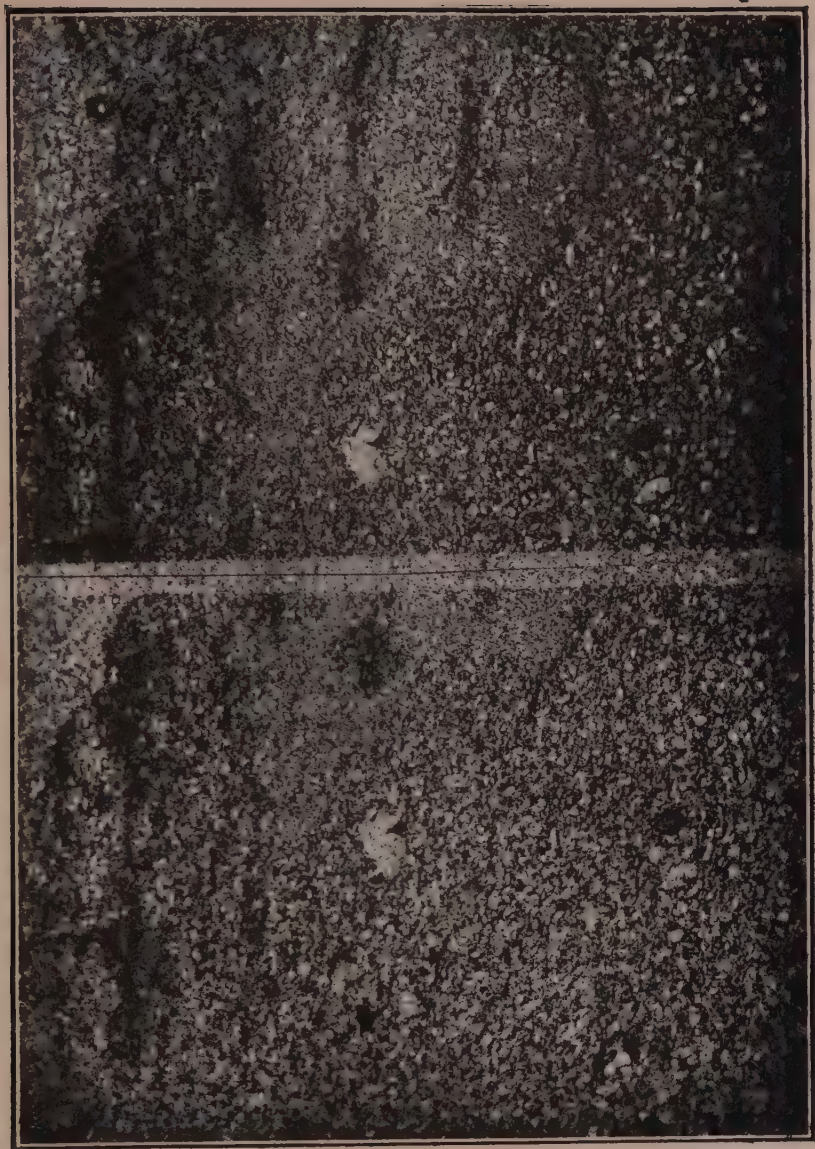
Ora, apresentando os Sambaquis do Brasil differentes affinidades com os monticulos de conchas da Dinamarca, facil foi concluir-se que elles remontam áquelle periodo transitorio e dessas analogias chegou-se a acreditar, não só na sua alta antiguidade, como tambem na do atrazo de civilização em que vivia o povo que os havia construido ou levantado.

Não nos podemos conformar com esse modo de ver, mesmo porque cada povo tem ou póde ter o seu desenvolvimento á parte.

Além disto, não nos parece methodo aproveitavel tirar deducções de factos observados na Europa e applica-los a estudos, embora da mesma natureza, procedidos na America.

Demais, ha uma certa differenciação entre os monticulos de conchas da Europa e os Casqueiros do Brasil. O professor Lubbock não encontrou nos amagos de conchas da Dinamarca ossos humanos e os artefactos pelo mesmo descriptos são grosseiramente talhados.

Entretanto, o estudo comparativo ainda não estava sufficientemente feito e ainda hoje se diz que o povo que habitou o Brasil por aquelle tempo era um povo de atrazadissima cultura, acreditando-se mesmo que era um povo em decadencia. Esse modo de ver resultava do facto de se ter encontrado na America do Norte e muito principalmente no Mexico, America Central e Perú, monumentos e povos com um certo gráo de adiantada civilização. Facil foi, pois, a generalização dessas idéas.

Alguns, admittindo que os povos passam successivamente por diversas phases de desenvolvimento correlactivas e que não podem atravessar um dos estadios sem ter passado pelo que o precedeu, vendo que o selvagem do Brasil estava na phase agricola e não tinha animaes domesticos, concluiram por esta circunstancia, que elle teria atravessado esta phase em outro

Dois aspectos das camadas de um Sambaquí — Casqueiro do rio da Olaria, arrabalde da Cidade de S. Francisco do Sul

ponto da terra, tendo sido o Brasil povoado por immigrantes. Essa doutrina, desenvolveu-a o sr. Couto de Magalhães, e no seu interessante e já hoje raro livro, intitulado *O selvagem*.

Como não temos monumentos que nos esclareçam a respeito dos primitivos habitantes do Brasil, e a nossa historia escripta só nos apparece depois da conquista portugueza e a tradição oral é geralmente desfigurada entre os povos selvagens, forçoso nos é aproveitar os esclarecimentos que nos podem fornecer, neste particular, os elementos que nos deixaram as tribus que habitaram essa parte do littoral brasileiro, os habitos e costumes de um povo, principalmente na phase rudimentar do seu desenvolvimento, mais do que qualquer outra cousa se conservam e se perpetuam e são um auxiliar poderoso para investigações archeologicas.

E', pois, pelo estudo comparativo do que são hoje as tribus que aqui habitam, dos seus instrumentos, do modo por que vivem, dos seus habitos e costumes, que podemos concluir alguns factos para esclarecer a obscura historia dos primeiros povoadores dessa zona.

Não são propriamente os Sambaquis monumentos historicos, no rigoroso termo da expressão, porque não foram construidos ou levantados pela mão do homem para um certo e determinado fim. Foram um producto do acaso. As tribus os levantaram inconscientemente. Todavia, podem nos fornecer os mais seguros elementos para o conhecimento das populações que habitaram em tempos remotos e antes da descoberta do Brasil, toda essa faixa do littoral brasileiro, e das relações que mantiveram com as populações circunvizinhas.

Nenhuma outra região do Brasil apresenta um tão grande numero de Sambaquis, que a costa de Santa Catharina e a vastissima superficie de terras continentaes e ilhas que a compõem profundamente recortada por enseadas e rios que se mettem longamente através das terras.

De facto: O aspecto que offerece a região comprehendida entre S. Francisco e Laguna, se caracteriza por consideravel massa dagua, penetrando através das terras até quasi que ao sopé da cadeia e contrafortes da Serra do Mar, de onde nasce uma infinidade de rios e arroios.

As bahias se desdobram em abras e enseadas e a montante da maré penetra pela embocadura dos rios, exercendo a sua influencia a grande distancia da foz dos mesmos.

Em toda a extensão do littoral da ilha de S. Francisco, através das *Tres Barras*, na lagôa do *Saguassú*, e nas extensas linhas que se prolongam por todo o comprimento do canal do *Araguary*, intromettem-se, bifurcam-se, esfuziam milhares de

corregos e ribeirões. O mesmo facto se repete com relação á Laguna. Alli, as aguas invadem em consideravel extensão as terras adjacentes e projecta-se em longos braços pela terra a dentro, cobrindo larga e extensa superficie. O vasto lago nas margens do qual está situada a cidade da Laguna, não é senão o desdobramento de tres vastas lagôas, cobrindo uma superficie de cerca de 60 kilometros quadrados pelas communicações que offerecem ás lagôas de Santa Martha, Garopaba e Camacho. Só em S. Francisco nós podemos contar para mais de 150 Sambaquis.

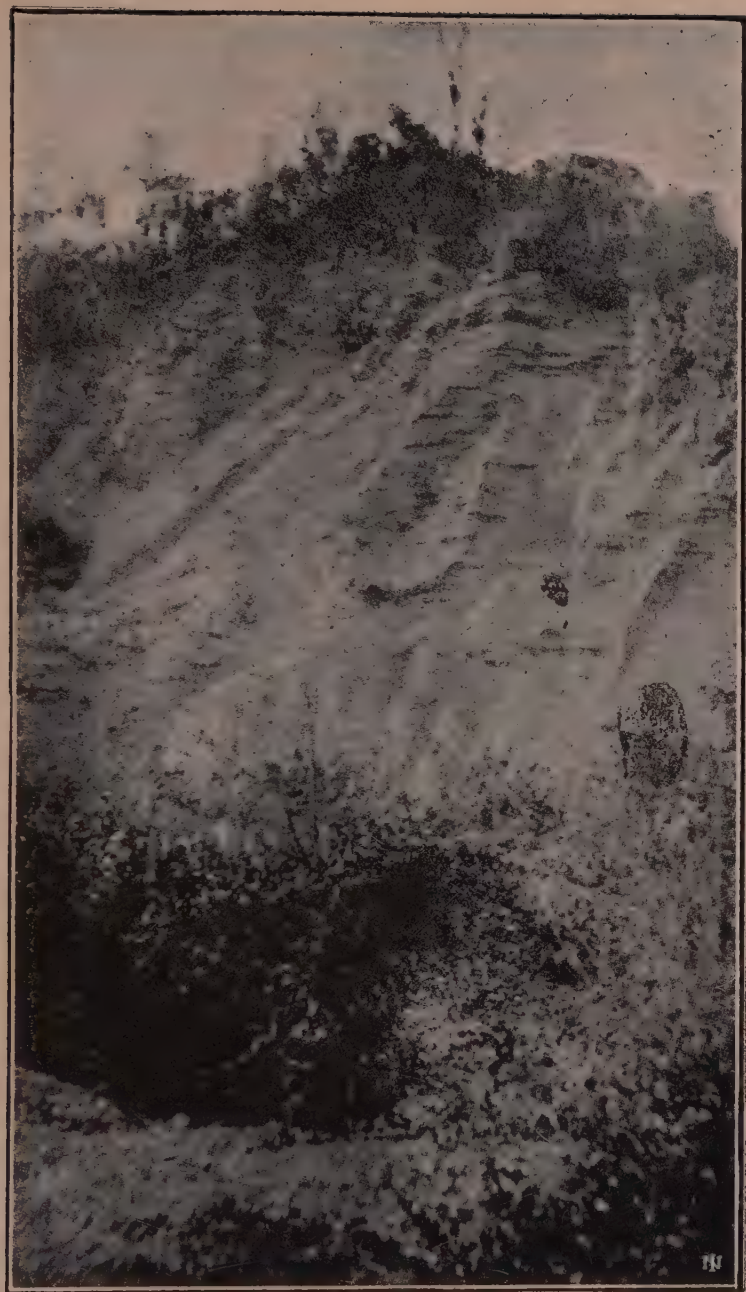
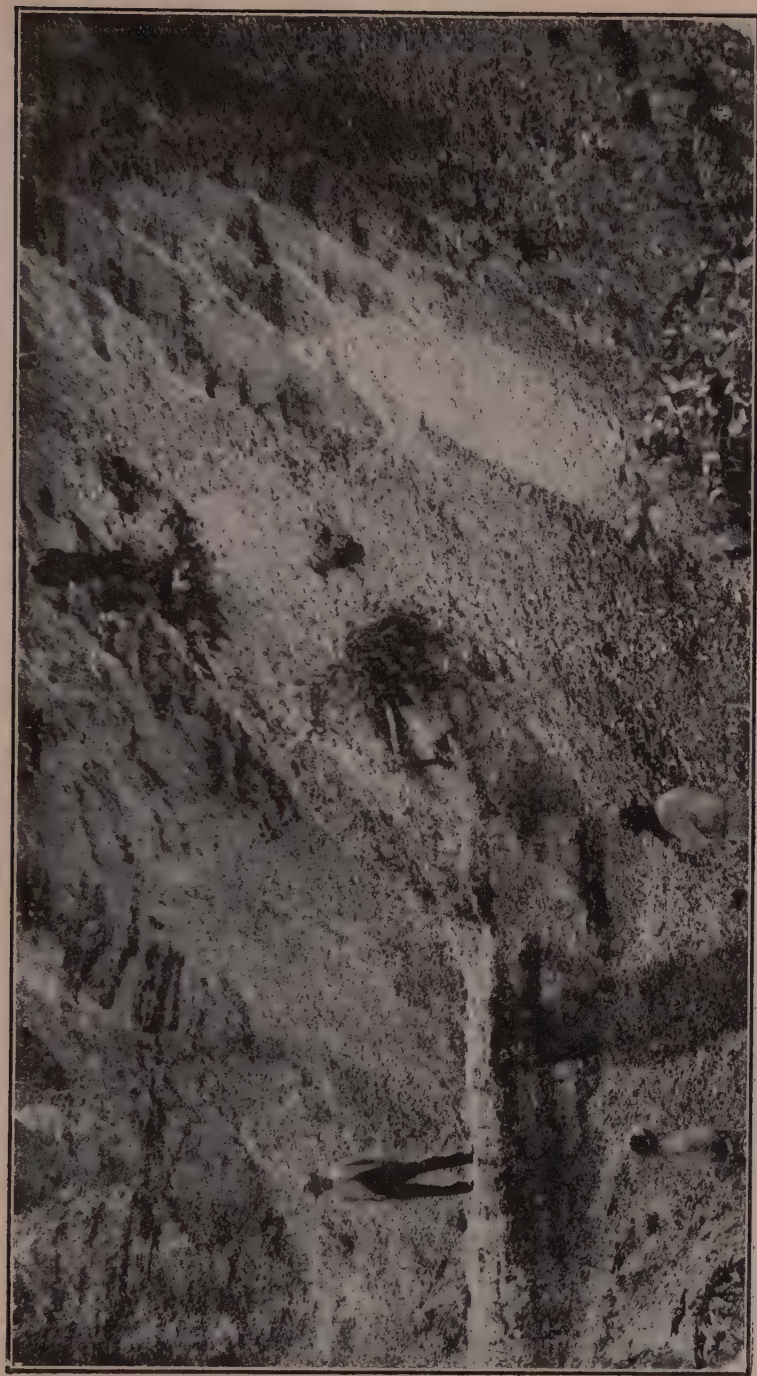
Toda essa costa é recortada de enseadas e bahias, os rios mesmo se transformam em lagos interiores e as lagôas têm muitas vezes uma abertura para o mar.

Comprehende-se o valor que póde ter uma configuração dessa ordem para o desenvolvimento dos productos marinhos e os recursos que poderiam offerecer, neste particular, a população que ahi se viesse estabelecer.

Junte-se a isso a amenidade do clima e a abundancia dagua potavel. Facil ahi foi, pois, o estabelecimento de uma população mais ou menos sedentaria, tanto como o poderia ser uma população dos primitivos tempos. Essas excepcionaes circunstancias deviam, além disto, favorecer a vinda de tribus espalhadas no interior e attrahir povos mais distantes.

Parece que Santa Catharina foi mesmo em tempos antigos um ponto de convergencia de povos e de raças. Além dos Sambaquis, profusamente espalhados na costa, são conhecidas diversas estações prehistoricas nesse mesmo territorio.

Ao lado do grande casqueiro, que existe perto da lagôa do Saguassú, vê-se uma estação prehistorica, cujos vestigios não deixam duvida a este respeito. Nas rochas de granito que lhe ficam ao lado distinguem-se claramente grandes sulcos longitudinaes, cavados na rocha, que serviram para polir e afiar machados de pedra e concavidades elipsoides para moagem dos grãos ou preparo da farinha de peixe. A mesma cousa se encontra na Laguna e segundo von den Steinen, que as estudou, existem perto do Sambaqui do Magalhães, quatro pedras trabalhadas, uma com 70 centimetros de comprimento e 60 centimetros de largura; outras mais com diversas cavidades, tendo a encontrada perto do Sambaqui da Cabeçuda cerca de vinte cavidades.

Outras estações existem. A' margem do rio Pirabeiraba, no municipio actual de Joinville, ha uma celebre estação que pela quantidade de pedras lascadas, restos dos machados que alli foram talhados, de mós e percutores, bem demonstram a sedentariedade do povo que alli permaneceu. A essas esta-

Stratificação do Sambaqui do Rio do Miranda

Sambaqui do rio Miranda

ções dão os habitantes actuaes a pittoresca denominação de *ferraria dos bugres.*

Quem quer, porém, que tenha examinado a estructura e composição de um Sambaqui, mesmo com as maiores prevenções, se ha de capacitar que essas formações não são productos naturaes. Alguns desses montes, verdadeiras collinas, attingem a altura de 30 metros; são compostos de cascas de ostras, de berbigões, de ameijões, de mexilhões em camadas alternadas, variando de seis a dez decimetros e camadas de cinza, areia e carvão, de envolta com instrumentos de pedra de todo o genero mais ou menos utilizados, fragmentos de louça, espinhas de peixe, fragmentos de crustaceos, ossos de quadrupedes e ossadas humanas.

Em alguns a stratificação não é regular, observando-se largas fendas afuniladas, como para demonstrar que o Sambaqui fôra constituido por diversos monticulos que se foram fundindo na massa total, por successivos desmoronamentos.

O volume de alguns póde ser computado em 40 mil metros cubicos de casca.

A linha da Estrada de Ferro de S. Francisco a Iguassú, na parte comprehendida na ilha de S. Francisco, é lastrada em toda a sua extensão, com as cascas extrahidas de um só Sambaqui.

Isto quanto ao aspecto physico, quanto ás deducções que podem ser tiradas pelos objectos encontrados, admittindo-se a hypothese de sua formação artificial, denotam uma cultura muito mais adiantada, do que a que geralmente se admitte, para os povos que inconscientemente os formaram.

Encontrei nos Sambaquis desde o calháo rolado e apanhado á margem dos rios encachoeirados e utilizado sem mais preparo, como instrumento de uso commum, até o ornato mais bem acabado, finamente talhado e polido da rocha a mais dura, como agatha ou crystal de rocha. Não são raros os fragmentos de louça; alguns revelam, pela fineza de estructura, uma technica aperfeiçoada, outros, sem duvida mais antigos ou talvez com mais verdade, grosseiramente feitos, mais espessos e rudes, conservam nas suas paredes grãos de areia grossa. Almofarizes, pilões, mós, percutores, machados, enxós, furadores, bolas de arremesso, polidores, grande variedade de adornos: — placas trapezoides de pedra, com orificio de suspensão, buzios perfurados intencionalmente, dentes de *queixada* e rodellas ou discos perfurados de pedra ou de osso, pontas de flecha e os bellos zoolithos, ou instrumentos de pedra polida, affectando fórmas de animaes, tudo isso se encontra no meio da massa geral. Muitos destes fragmentos

estão atacados pelo fogo. Além disto, se tem encontrado nos Sambaquis igaçabas ou urnas de barro, como um facto raro, e eu mesmo encontrei e possuo fragmentos que se podem attribuir a um desses vasos, achados em um Sambaqui, perto da foz do rio Paraty, pouco distante do canal do Araguary, que é a barra sul do rio de S. Francisco do Sul.

Não encontrei o esqueleto humano que esta urna devia conter, mas me parece que o homem dos Sambaquis ou a raça que o succedeu, não enterrava em urnas os seus mortos, antes os despojava de suas carnes e os envolvia em uma camada de oligiste ou sanguinea e nellas os depositava, á maneira de que ainda hoje praticam as tribus que habitam o rio Jauapery, affluente do rio Negro, no Amazonas, cobrindo-os com uma camada de ferro oligiste, como se póde ver em Barbosa Rodrigues — *Indios Jauaperys*.

Os ossos humanos encontrados nos Sambaquis são quasi todos fragmentados e nessa circunstancia viu o sr. Ch. Wiener provas de canibalismo. O sr. Müller, numa communicação que fez ao Congresso dos Americanistas, reunido em Berlin, acredita tambem no canibalismo desses homens — os ossos humanos achavam-se, diz elle, quasi sempre quebrados e encontrou mesmo uma especie de colher com que tiravam a medulla.

No começo dos estudos prehistoricos, como não havia ainda grande numero de observações, muitos archeologos, encontrando ossos fragmentados, attribuiam essa fragmentação á prática de canibalismo, verificando-se depois que similhante facto era occasionado, muitas vezes, pela pressão que esses ossos soffriam.

E quem se deixava levar muito pelas primeiras impressões, tomava, as mais das vezes, uma gruta sepulchral por uma habitação humana.

Encontra-se, effectivamente, nos Sambaquis de Santa Catharina, ossos fragmentados; elles, entretanto, guardam entre si as suas connexões naturaes, o que repelle a idéa de canibalismo. O mesmo facto verifica-se em outras regiões e particularmente no monte de conchas do Cabeço d'Arruda, em Portugal, descripto por Cartaillac, que, apesar disto, não admitte que as primitivas populações de Portugal sejam ou tivessem sido canibaes, concluindo mesmo em sentido inverso (*).

A questão da fragmentação dos ossos não é, comtudo, prova segura de canibalismo. Era na Europa, na épocha

---

(*) Cartaillac — *Les âges préhistoriques*, pag. 57.

Stratificação do Sambaqui do rio da Olaria — Vêm-se ossos humanos

da renna ou Magdaleniana, um facto commum: despojava-se a carne dos mortos e enterravam-se os ossos tintos de encarnado nas grutas artificiaes — Cartaillac.

Estudando os *cemiterios e paradeiros prehistoricos da Patagonia*, Moreno encontrou ossos e craneos pintados de encarnado; era para elle um velho costume que tinha essa tribu de preparar os esqueletos de seus mortos, pintando-lhes os ossos quando as partes molles tinham desapparecido, para os depôr no tumulo de seus antepassados.

Acredita o mesmo escriptor que essa prática era só usada para com os guerreiros mortos combatendo seus inimigos e a abundancia de armas de pedra lascada, assim como a falta de ossos de mulheres e velhos, parecem indicar a origem guerreira dessas necropoles (**).

Queremos crêr que só os indigenas encontrados aqui ao tempo da descoberta é que não davam a mesma importancia aos Sambaquis, desconhecendo-os mesmo.

Já se havia perdido a tradição da existencia dessa raça que nessa costa habitou e não seria descabido que agora, com os primeiros chronistas aqui chegados, déssemos uma noção do estado em que se achava naquelle tempo esse interessante problema.

Os mais antigos limitaram-se, como aliás era de prever, em se referir aos montes de conchas ou ostreiras, como os denominaram, espalhados pélo littoral, e que serviam, como ainda infelizmente até hoje servem, para o fabrico da cal. Passaram mesmo despercebidos para elles instrumentos de pedra e ossos humanos, que com certeza deviam ter sido encontrados pelos primeiros povoadores europeus, que delles se utilizaram para a construcção de conventos, egrejas e habitações, que começaram a ser levantadas, logo nos primeiros tempos da descoberta.

O padre Anchieta, autor da *Informação da Provincia do Brasil*, escripta em 1549, referindo-se aos mantimentos do Brasil, diz que as ostras são em tão grande quantidade que se acham ilhas dellas cheias e que a cal, que dellas se faz, para a construcção dos edificios, é tão bôa como a da pedra.

Gabriel Soares, que escreveu por 1583 o seu famoso *Roteiro do Brasil*, fallando do mesmo assumpto, escreve que ha tantas ostras na Bahia e em outras partes, que se carregam barcos dellas para das cascas se fazer cal que é muito alva,

---

(**) F. P. Moreno — *Description des cemetières et paraderes préhistoriques de Patagonie* — "Revue d'Anthropologie", III, 1874, pag. 72.

empregando-se para mais de tres mil moios na construcção de um só engenho.

Frei Vicente do Salvador, que escreveu no seculo seguinte, é muito mais explicito e refere que faz-se tambem muita cal assim de pedra do mar, como da terra e de cascas de ostras, que o gentio antigamente comia e se acham montes dellas, cobertos de arvoredo, donde se tira e se cose, engradada entre madeira, com muita facilidade.

Desses chronistas, entretanto, sobreleva a todos frei Gaspar da Madre de Deus, pela justeza de sua observação e interessante commentario que a proposito relata. Diz elle que indios particulares em todo o tempo e povos inteiros, em certos mezes vinham mariscar na costa, escolhiam entre os mangues algum logar enxuto, onde se arranchavam e dalli sahiam como enxame de abelhas a extrahir do lodo os testaceos maritimos. E' indizivel a immensidade que colhiam de ostras e berbigões, ameijoas, sururús de várias castas e outros mariscos; mas a pesca principal era de ostras e berbigões, ou porque gostassem mais delles ou porque os encontrassem em maior cópia e colhessem com mais facilidade. De tudo isso havia, e ainda hoje ha, muita abundancia nos mangaes da Capitania de S. Paulo.

Com taes mariscos se sustentavam enquanto durava a pescaria, o resto seccavam e assim beneficiado conduziam para suas aldeias, onde lhes serviam de alimento por algum tempo.

As conchas lançavam a uma parte do logar onde estavam congregados e com ellas formavam montes tão grandes que pareciam outeiros a quem agora os vê soterrados.

Na maior parte dessas ostreiras ainda se conservam inteiras as conchas e em algumas acham-se machados, pedaços de panellas quebrados e ossos de defunto; pois que se algum indio morria no tempo da pescaria, servia de cemiterio a ostreira na qual depositavam o cadaver e depois o cobriam de conchas.

Citei longamente o erudito frade historiador para que ficasse bem nitida a sua theoria sobre a origem e formação dos Sambaquis. Não se poderá dizer que elle improvizava uma doutrina. Tinha frei Gaspar a sua habitação e fazenda nas proximidades de Santos, na margem opposta á cidade, em uma região onde não são raros os casqueiros.

Pela clareza e segurança com que é exposta bem se póde concluir que é um producto de observação e larga experiencia que tinha do assumpto. E' ainda hoje em suas linhas geraes, francamente acceitavel, entrando na categoria dos que

Sambaqui do Rio da Olaria — Perto da Cidade de S. Francisco

sem preconceitos, observaram e deram sem caso pensado a sua opinião.

Continúa a ser, apesar do que se tem escripto sobre o assumpto, uma questão aberta essa da origem e formação dos Sambaquis. Acreditam alguns que sejam formações naturaes e van Lede diz que se póde pelo menos induzir que elles foram depostos tranquillamente no fundo do mar, bastante afastado da costa, para que não pudessem ser misturados com as particulas terrosas que podiam, nessa épocha, estar em suspensão nas aguas do mar, trazidas pelos rios.

Deixa, entretanto, ao tempo e á sciencia o cuidado de esclarecer essas questões, cuja solução afinal é de muito pouca importancia para o futuro de Santa Catharina, segundo pensa.

Ch. Wiener, estudando-os em 1876, classifica-os em tres categorias. Sambaquis naturaes, os que entram na categoria dos estudados por van Lede, isto é, aquelles que são depostos tranquillamente no fundo do mar.

Como se póde ver, a esses não cabe absolutamente o nome de Sambaquis, são bancos de conchas ou antigas corôas, que em virtude do phenomeno, longamente observado nas costas do Brasil, ficavam afastados do littoral pela sublevação da costa. Comprehende-se que nessas formações não ha selecção; o material que as compõem é de uma só especie, são, póde se dizer, constituidos quasi que em sua totalidade, por berbigões.

Não possuem nem cinza, nem instrumentos humanos. Vi e observei muitas vezes, formando tambem as barrancas dos ribeirões, cobertos por grossa camada sedimentosa, largas faixas desse material que bem mostravam a sua origem marinha e natural.

A segunda classe dos Sambaquis de Ch. Wiener, é constituida de antigos repastos, productos da indolencia humana, que não removia para longe os restos das refeições. E' a esses que chama Sambaquis de origem simultaneamente artificial e fortuita.

São esses para nós os verdadeiros Sambaquis.

Wiener, enfim admitte uma outra classe de Sambaquis, o que elle diz que são obra da paciencia do homem, que durante um longo espaço de tempo foi accumulando gradativamente as conchas dos molluscos, com um fim definido. São os Sambaquis artificiaes, que elle considera verdadeiros monumentos archeologicos.

Os Sambaquis, porém, não têm fórma determinada; não se assemelham ás construcções artificiaes, como aliás temos um bello exemplo no *mound* do Pacoval, da ilha Joannes, que

tem a fórma de uma tartaruga, ou *mounds* do valle do Missisipe que affectam fórmas animaes.

Perdem, pois, os Sambaquis as caracteristicas que lhe dariam logar na classe dos monumentos e entram na categoria dos productos feitos ao acaso, sem determinado fim.

O sr. von Ihering, levado principalmente pela stratificação observada nos córtes verticaes que os fabricantes de cal fazem nos seus Sambaquis, conclue que são productos naturaes, deposito do mar nas aguas tranquillas. Estabelecendo esse principio que acceita como verdadeiro, tira todas as conclusões e explica todos os factos. A stratificação nos córtes verticaes, na verdade illude. Nas secções horizontaes, verifica-se, entretanto, que as camadas não se estendem uniformemente em todo o plano, observando-se faixas alternadas de ostras e berbigões.

Reduzindo assim as suas verdadeiras proporções, não perdem, por isso, o interesse como fonte subsidiaria para o conhecimento das populações pre-colombianas, que habitaram o Brasil, os Sambaquis de Santa Catharina.

Pelos rapidos traços esboçados, bem se vê que Santa Catharina é uma terra que deve ser cara aos que se dedicam a estudos archeologicos.

Quanto a mim, confesso que esse pendor tão pronunciado pelas cousas antigas se desenvolveu nesse meio tão convidativo a essa ordem de estudos, penalizava-me, porém, ver como eram destruidos pela cubiça do lucro os unicos monumentos que nos poderiam dizer alguma cousa das populações que ahi existiram outr'ora e passavam-me pelo espirito as observações do eminente Lubbock, ao ver destruidos os antigos tumulos dinamarquezes; dizia elle que, embora fossem grandes e duras as pedras dos tumulos, nenhum respeito pelos mortos, nenhuma tradição póde salval-os quando as necessidades das construcções ou a valorização dos terrenos, incita a ganancia dos proprietarios que têm nos seus terrenos estes antigos monumentos (*).

Se com os pesados monumentos megalithicos se dão desses factos, o que poderemos nós esperar dessas frageis construcções ?

São ellas, entretanto, os unicos documentos que nos restam dessa raça que a civilização tem feito desapparecer, e sendo fonte rendosa para o fabrico da cal, os industriaes os vão destruindo e se não fosse a multiplicidade delles, já de ha muito nada disto restaria.

(*) JONH LUBBOCK — *L'homme préhistorique*, t. I, pag. 214.

Sambaqui da ilha do Linguado — Canal do sul da ilha de S. Francisco

Tendo em alta conta a subida importancia desses monumentos para o esclarecimento da prehistoria nacional, chama-os, entretanto, o sr. Löfgren, de toscos pela impressão provavelmente que lhe causaram os Sambaquis de S. Paulo que não têm a imponencia, belleza e importancia dos de Santa Catharina. O sr. Lüfgren, em suas minuciosas investigações nos Sambaquis de S. Paulo nada diz quanto a ornamentos, provavelmente não os encontrou e o sr. Koëngswald, dizia que num dos Sambaquis de Santos tinha encontrado uma rodella de osso perfurada. Provavelmente os Sambaquis de Santos pertencem a classe dos que geralmente se encontram tambem em Santa Catharina, onde os materiaes que os compõem estão mais ou menos estragados pela acção do tempo e provavelmente pela grande pressão que supportam. Encontram-se nesses Sambaquis e nas camadas inferiores pedras informes e seixos rolados, similhantes aos que se veem ainda hoje, quer no leito dos ribeirões, quer no meio das rochas das cochoeiras, nesses, raros machados e artefactos polidos.

Os seixos rolados, affectando fórmas mais ou menos conhecidas e usados pelo homem selvagem, podem levar ao espirito do observador a suspeita de que marcariam taes instrumentos o periodo inicial da épocha neolithica. Visitando-se, porém, e mais demoradamente estudando-se os sitios circumvizinhos, verifica-se a presença de objectos congeneres, abundantes principalmente nas pequenas cachoeiras dos corregos proximos. Essas pedras que se assemelham a pesos de pesca, a pontas de lanças estragadas, a machados informes mais ou menos polidos, não eram devidos, quer quanto ao polimento e fórma, a trabalho intencional humano, embora o homem as tivesse assim aproveitado, mas a acção da agua corrente.

Dos insulares de Adamam, segundo Man, citado por Lubbock, os utensilios de pedra são fragmentos achados ao acaso e que não foram talhados propositalmente por um modelo.

* * *

Não podemos por diversas razões, quer quanto ao estado do material que os compõem, quer pelo desenvolvimento dos artefactos ahi achados, quer ainda pelo estado de conservação das conchas dos molluscos, admittirmos que todos os Sambaquis datam da mesma épocha. Não precisamos, contudo, irmos até ás épochas geologicas. Os ossos dos animaes nelles encontrados são todos do nosso tempo.

O que ha, porém, de incontestavel é que no periodo quaternario, o Brasil foi habitado, como o foi toda a America do

Sul, por uma raça cujos vestigios se encontram ainda. O craneo da lagôa Santa é francamente quaternario e apresenta caracteres que nos fazem lembrar a raça de Neanderthal.

Da mesma maneira os encontrados em Cordova, e no valle do rio Negro, na Republica Argentina.

Elles são dolichocephalos, hyposthenocephalos e prognathas, de parietaes espessos, fronte deprimida e largas arcadas superciliares. Os ossos dos membros denotam uma raça de pequena estatura e a cavidade olecraniana do humero perfurada apresenta um longo orificio de 15 millimetros de diametro.

Esta raça, que não offerece typos similares nas differentes tribus que actualmente habitam a America do Sul, viveu nesta parte do mundo, durante o periodo quaternario; foi contemporanea dos grandes *edentados* extinctos e abrigava-se sob a casca dos enormes *glyptodontes*, desta mesma épocha. Ameghino, Trouessart.

Já anteriormente sabiamos, pelos estudos do professor Liais, da coincidencia de artefactos da industria humana primitiva, encontrados no cascalho aurifero. E' assim que elle menciona na sua obra sobre o *Clima e geologia do Brasil*, machados de pedra de fórma analoga á dos machados de silex dos depositos quaternarios da França, com a differença, porém, de serem feitos de diorito granitoide e mais ou menos polidos, assim como mós igualmente polidas e da mesma substancia, encontradas em cascalho antigo. Em diversas localidades do Estado de Minas, em Barbacena, no rio das Velhas, em Diamantina, e nas cavernas do rio de S. Francisco, foram encontrados e sempre no cascalho aurifero ou diamantino, objectos de pedra e mesmo um vaso de argila grosseira, de paredes excessivamente espessas e dardos ou pontas de flechas, talhados em quartzo e petrosilex.

Observava o sr. Liais que os selvagens da épocha actual fazem de madeira a ponta de suas flechas.

E o sr. Clausen encontrou entre as ossadas de um animal da especie extincta *Plationix Cuvierii*, fragmentos de louça, revestidos de fina camada de stalagmite. Não lhe parecia revolvido o terreno e o animal estava tão bem conservado que as unhas dos pés estavam inteiras. Os fragmentos do vaso achavam-se de mistura com a ossada.

Conclue o professor Liais, desses factos, a contemporaneidade do homem e do animal em questão, o qual se acha unicamente nos depositos inteiramente antigos das cavernas e da épocha quaternaria.

Póde-se duvidar, entretanto, que as camadas onde foram encontradas essas ossadas estivessem intactas.

Sambaqui do rio do Miranda

E o sr. Couto de Magalhães refere que num dos affluentes do Araguaya, encontrou uma mão de pilão de petrosilex e uma mó de argila rôxa methamorphica, em cascalho supposto quaternario, verificando posteriormente o mesmo viajante que o cascalho não era virgem. Resta, contudo, para attestar a alta antiguidade do homem no continente americano, o craneo da lagôa Santa, descoberto e estudado por Lund, e acceito por todos os anthropologistas, como quaternario. Ha quem queira ver, através do longo periodo decorrido entre a existencia do homem da lagôa Santa e a das tribus actuaes, caracteres persistentes desta raça, e o dr. Lacerda, estudando craneos de botocudos, de Sambaquis, e os comparando com o da lagôa Santa, estabelece ligações ethnogenicas entre essas differentes raças indigenas.

Não poderia ser intenso naquelles primeiros tempos o phenomeno do cruzamento, mas não nos repugna acceitar o facto desta penetração reciproca entre tribus que viviam no mesmo continente, e como consequencia a persistencia ou o desapparecimento, pela adaptação e herança, de certos caracteres que as poderiam por acaso differenciar.

Pelos vestigios da industria encontrados nos Sambaquis podemos mesmo concluir que havia entre as tribus do littoral e as do planalto relações de escambo: — as bolas encontradas nos casqueiros e os vasos em fórma de animaes, exclusivamente em Santa Catharina, bem demonstram essas relações. Esses vasos, que não encontram similares entre os nossos e que revelam uma tão alta cultura relativamente aos outros productos, cabalmente salientou a sua procedencia exotica.

O costume de descarnar os ossos e enterrá-los coloridos de vermelho, como faziam os da lagôa Santa, os dos Sambaquis e os de Mercedes, no valle do rio Negro, na Argentina, asseguram uma approximação que sem duvida foi motivada pela immigração. Os cruzamentos que della deveriam resultar crearam essa serie de typos intermediarios que foi unindo e nivelando as tribus entre si.

Os estudos mais recentes dos Sambaquis attestam, pois, pelos productos de sua industria sérias e positivas ligações entre esses differentes povos.

Quanto ás relações com a Bolivia e Perú essas chegaram tradicionalmente até nós. Havia um caminho bastante conhecido e trilhado entre Santa Catharina e o Paraguay. Quando Alvaro Nunes quiz ir por terra ao Paraguay encontrou indigenas que conheciam esse caminho e que o levaram através do sertão extensamente povoado até Assumpção.

Abramos nós agora, pioneiros de uma outra civilização esse caminho tradicional.

Aquelles que primeiro o trilharam encontraram em Santa Catharina, no accidentado de suas serras, nas extensas e vastas campinas do seu planalto e na larga faixa do seu littoral, os recursos necessarios para uma longa estadia. Viveram farta e abundantemente.

O paredão da serra do mar não lhes foi embaraço. Galgaram a sua encosta, através de uma garganta e, desprotegidos e nús, no meio da matta sombria, nas corredeiras dos rios que atravessaram, entre os perigos e ameaças dos despenhadeiros, através das tempestades e do granizo, poderam ver do alto da ultima serra, como numa carta em relevo, os contornos da praia e o azulado do mar intermino.

Estava para elles aberto o vasto celleiro e conhecido para todas as tribus o caminho da abundancia e da fartura.

Façamos nós, senhores, o inverso dessas tribus. Assentemos através desse caminho aberto pelos immigrantes do planalto, o caminho imposto pelas condições do nosso estado de desenvolvimento. Sigamos o littoral ás vastas e fecundas regiões de cima da serra, aproximemos as populações agricolas da zona criadora, do commercio do mundo. Deixemos que entrem com os silvos das locomotivas os contingentes dos povos de todas as raças, pois com elles virão a alegria e fortuna, o conforto, a paz e a felicidade.

Abramos assim pelo transporte rapido, aos que trazem a cubiça do lucro pelo trabalho, as portas dessas inexploradas riquezas, demos ás populações que vivem afastadas de nós valor aos seus productos e façamos que ecoem nos chapadões do interior todos os ruidos de nossa civilização.

Cumpramos o nosso dever, porque o que constitue a unidade dos povos não são as distincções subalternas das raças, senão a solidariedade que resulta desses grandes interesses moraes e materiaes que nascem e se despertam pelo trabalho fecundo.

Rio, novembro de 1908.

Amago de conchas situado nas proximidades do rio do Miranda, perto do Canal do Araguary

ACTAS DAS SESSÕES DE 1924

ACTAS DAS SESSÕES DE 1924

PRIMEIRA SESSÃO (EXTRAORDINARIA) EM 25 DE MARÇO

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 21 horas abre-se a sessão com a presença dos socios, senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Augusto Tavares de Lyra, Rodolfo Garcia, Alfredo Valladão, Eugenio Vilhena de Moraes, José Maria Moreira Guimarães e Pedro Souto-Maior.

O SR. AGENOR DE ROURE (2° *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) diz que sejam as primeiras palavras, ao iniciar os trabalhos do corrente anno, uma cordial saudação a todos os consocios, cheia de confiança de que esses trabalhos vão plenamente confirmar as honrosas tradições dos oitenta e seis annos anteriores. Contrastando com essa saudação, tem o desprazer de dar conhecimento á casa do fallecimento dos socios: dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, correspondente, eleito a 9 de dezembro de 1886 e fallecido a 26 de novembro de 1923; padre J. B. Hafkemeyer, S. J., correspondente, eleito a 6 de agosto de 1921 e fallecido a 13 de fevereiro de 1924; e dom Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, primaz do Brasil, honorario, eleito a 25 de julho de 1897 e fallecido a 19 de fevereiro de 1924. Desses dignos e illustres consocios, em dia opportuno, o preclaro orador perpetuo do INSTITUTO fará o necrologio, pondo em evidencia os multiplos titulos de que eram possuidores.

Tracta-se hoje de commemorar uma grande data da Historia politica do Brasil: a do centenario da Constituição que,

assignada a 11 de dezembro de 1823 pelos seus redactores, foi solennemente jurada, mandando-se que as auctoridades a cumprissem e fizessem cumprir e guardar tão inteiramente quanto nella se continha, a 25 de março de 1824. Reformada, nalguns pontos, dez annos depois, essa Constituição regeu o Brasil durante sessenta e cinco annos. Adeantadissima para a épocha em que foi promulgada; imbuida de sensato espirito liberal; permittindo, sem restricção alguma, a propria revisão quatro annos após a sua vigencia; contendo todas as garantias de direitos politicos e civis dos cidadãos, tanto que nessa materia nada até agora se lhe innovou, a Constituição de 1824 é documento que honra os nossos maiores e merece respeitoso estudo dos competentes. Entre esses está o nosso segundo secretario, socio benemerito, o sr. ministro Agenor de Roure, que, em numerosos e bellos escriptos, se tem revelado emerito constitucionalista. Agradece-lhe o novo serviço que prestou ao INSTITUTO, aceitando ser o orador desta sessão. (*Muitos applausos.*)

O SR. EUGENIO VILHENA DE MORAES justifica a seguinte proposta:

"Propomos que se consigne na acta da sessão de hoje um voto de congratulações e louvor a s. ex. revma. sr. d. Sebastião Leme, d. d. arcebispo coadjuctor do Rio de Janeiro, pela sua recente circular ao clero archidiocesano, a proposito da defesa do patrimonio historico e artistico de nossas egrejas — patriotico documento em que visa s. ex. "despertar e desenvolver na mentalidade popular sentimentos de culto affectuoso ás cousas e monumentos do passado" e do qual merece destaque, para registo em nossos Annaes, a "seguinte norma de boa educação esthetica, patriotismo e cultura espiritual": — "*Onde quer que se nos apresente um traço apreciavel da physionomia nacional, em sua historia, em suas crenças e tradições, em seus documentos de arte, a unica attitude que convém a um homem de espirito — é a de respeito e veneração*".

Propomos, outrosim, que seja dada a s. ex. revma. sciencia desta resolução.

Rio, 25-3-1924. *E. Vilhena de Moraes. — Jonathas Serrano. — Rodolfo Garcia. — Othello de Sousa Reis. — Ramiz Galvão. — Conde de Affonso Celso. — M. Fleiuss. — Alfredo Valladão. — A. Tavares de Lyra. — Agenor de Roure.*" (Approvada unanimemente.)

O SR. FLEIUSS manifesta a impressão que lhe causou a sua recente visita ao Museu Paulista, de verdadeiro deslumbramento, graças á direcção intelligentissima do dr. Affonso

de Escragnolle Taunay, cujas iniciativas tiveram sempre o immediato apoio do sr. dr. Washington Luis. O edificio do Museu Paulista, construido pelo saudoso architecto Thomaz Bezzi, e que vem citado pór Elysée Réclus como uma das joias de Architectura contemporanea, está transformado na verdadeira "Casa da Historia". Logo á entrada, o visitante se extasia, vendo á direita a estatua em marmore de Fernão Dias — "O Caçador de Esmeraldas", e á esquerda a estatua, tambem de marmore, de Antonio Raposo Tavares, ambas devidas ao cinzel de Brizzolara. Num dos vãos da escada, uma das canôas da monção que partiu de Porto Feliz. No patamar, a grande figura em bronze de d. Pedro I, obra de Rodolfo Bernardelli, nova e feliz concepção do nosso grande esculptor.

Nas paredes, os retratos de todos os proceres da Independencia. No salão principal, além do conhecido quadro de Pedro Americo, os quadros mandados pintar por Affonso Taunay, representando a intimação de d. Pedro I a Avilez e a famosa sessão da Constituinte Portugueza, em que Antonio Carlos repelliu as objurgatorias de Borges Carneiro, télas estas devidas ao applaudido artista patricio Oscar Pereira da Silva. Dos lados, a imperatriz Leopoldina, rodeada de seus filhos, tendo em frente a celebrada heroina bahiana Anna Quiteria de Jesus Medeiros.

Nas outras salas vêem-se: a reproducção dos mappas antigos de São Paulo, as scenas do desbravamento do sertão, devidos ao pincel de Henrique Bernardelli, Benedicto Calixto, Baptista da Costa e outros, a reconstituição de São Paulo antigo e a reproducção esculptural da mesma capital em 1842. Em summa, uma série de magnificas restituições do passado, traduzindo um preito de justiça e de arte.

Referindo-se, com justo louvor, ao notavel brasileiro, que é o dr. Washington Luis, não deixará de salientar a maneira summamente patriotica por que, sob inspiração de s. ex., o Estado de São Paulo commemorou o centenario da nossa independencia politica. O illustre presidente de São Paulo, na longa e amabilissima palestra que teve com o orador, a 19 de março, no palacio da presidencia daquelle Estado, mostrou as photographias dos monumentos que mandou erigir na Estrada do Vergueiro (Serra do Mar): o 1°) — o grande Cruzeiro quinhentista, symbolizando a Historia, a Religião e as tradições; o 2°) lembrando o inicio do transito das tropas, e abrange o periodo de 1727 a 1839, na estrada mandada abrir pelo capitão-general Bernardo José de Lorena, conde de Sarzedas; o 3°) representando o "Rancho da Maioridade" e lembra o inicio da estrada de rodagem feita na presidencia de Almeida Torres e reformada em 1844 com o nome de *estrada da Maioridade*, recordando tambem a passagem de d. Pedro II,

quando em 1846 se dirigia a São Paulo; o 4°) symboliza o momento actual: o *Rancho de Paranapiacaba*.

Julgando, por isso, o orador que fica bem ao INSTITUTO manifestar aos seus illustres consocios srs. Washington Luis e Affonso de Escragnolle Taunay todo o applauso pelas realmente grandiosas obras, propõe que se registe um voto de grande louvor a esses benemeritos patricios. (*Applausos.*) (Unanimemente approvado.)

O SR. PRESIDENTE dá depois a palavra ao SR. AGENOR DE ROURE, que, da tribuna, pronuncia a seguinte conferencia:

Exmo. sr. presidente do Instituto.

Senhores consocios:

O INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO não podia deixar exquecida a data de hoje em que se commemora o centenario da Carta Constitucional do Imperio. Só louvores e applausos merece a iniciativa do nosso eminente e prezado presidente, sr. conde de Affonso Celso, convocando esta sessão extraordinaria para fim tão nobre e patriotico. O defeito da iniciativa está apenas na escolha do socio encarregado de dizer o que foi essa Carta, como foi ella elaborada e jurada, quaes as modificações que soffreu enquanto vigorou e principalmente, o que ella valia como instrumento regulador das liberdades publicas, como garantia do funccionamento regular das instituições monarchicas, como machina geradora de progresso e como propulsor do continuo movimento para a frente, feito de 1824 a 1889. E' pena realmente que o escolhido para tão elevada tarefa tenho sido eu. O assumpto merecia ser tractado por um dos muitos mestres desta nobre instituição, onde, por meio do culto da Historia, procuramos accentuar e consolidar o amor da Patria....

Mas, eu cumpro a ordem recebida com muito prazer, embora lamentando que o prazer não tivesse sido deixado, de preferencia, aos ouvintes, contra a escolha de outro orador...

A noticia da victoria dos liberaes portuguezes contra o absolutismo chegou ao Brasil em janeiro de 1821, quatro mezes depois do grande acontecimento. Teve aqui forte repercussão, dando logar á campanha em favor do regime constitucional, da qual resultou o movimento separatista que fez a nossa Independencia a 7 de septembro de 1822. Os liberaes portuguezes eleitos para as Côrtes entendiam que a liberdade devia ser-lhes garantida na Europa, com prejuizo das colonias e principalmente do Brasil, que desde 1808 era a séde da Monarchia e que desde 1815 era Reino. D. João VI, antes de embarcar, practicou actos que valiam pela defesa do nosso paiz, cuja unidade elle garantira pela centralização da administração e da justiça. Regressando a Lisbôa, submetteu-

se ás Côrtes e desfez a sua grande obra de 13 annos: com a sancção das leis que reduziam o Brasil á situação anterior a 1808, d. João VI destruira a unidade nacional e dividira o Brasil, tornando as provincias directamente sujeitas á administração e á justiça de Lisboa, sem laços que as prendessem ou ligassem umas ás outras. Seria o desmembramento do colosso, si a acção dos patriotas brasileiros, guiados por José Bonifacio, não houvesse impedido o desastre.

O impulso dado para a frente já não permittia o retrocesso. O proprio d. João VI, dous mezes antes de partir, reconhecera que o Brasil estava em situação de não poder receber as leis de Lisboa, sem a *adaptação* necessaria. O decreto de 18 de fevereiro de 1821 deixou bem claro o seu pensamento. Valia pela convocação de uma *Constituinte revisora* da Constituição que fosse votada em Portugal, *para adaptal-a á povoação, localidade e mais circunstancias do Brasil*". Cinco dias depois nomeou uma commissão que fosse desde logo tractando das leis constitucionaes para o Brasil. Evitava assim "a demora da convocação de provincias muito distantes". A 23, como a 18 de fevereiro, era seu proposito dar leis constitucionaes ao Brasil, adaptando as de Portugal ás nossas condições de Reino. A 24 mudou de idéas e mudou de rumo. A nova orientação era a indicada pelas pontas das baionetas da tropa portugueza aqui destacada: em vez de *uma Constituinte revisora, composta de juizes letrados*, tivemos a reunião de homens armados; em vez do preparo das leis constitucionaes tivemos o juramento das que estavam sendo feitas em Lisboa *sem alteração nem differença.* Dias depois, pelo decreto de 10 de março, chegaram ao conhecimento dos Brasileiros as *Bases* da futura Constituição portugueza, uma das quaes, a 21ª, tornava a acceitação dellas, no Brasil, dependente da approvação dos seus representantes. Quer dizer: a tropa obrigara d. João VI a *jurar* uma Constituição que ainda não estava feita cousa que as proprias Côrtes julgaram não poder exigir nas *bases* dessa Constituição. A 10 de fevereiro, a tropa da Bahia já havia forçado o juramento da futura Constituição. A 21 de abril, o povo do Rio, agindo em sentido contrario á tropa, optou pelo juramento da Constituição espanhola, que o rei adoptou por decreto do mesmo dia. Mas, alta noite, a tropa dispersava os eleitores a tiro e o rei passou-se para o lado da gente armada, annullando o decreto que adoptava a Constituição espanhola, para revigorar o *juramento* á que se estava fazendo em Lisboa. Fez isto e... partiu. Finalmente, a 5 de junho o principe d. Pedro fez o juramento das *Bases*, ainda por exigencia da tropa.

Em resumo: a 18 e 23 de fevereiro tivemos a nomeação a *Constituinte revisora;* a 24, o juramento de uma Consti-

tuição que não existia; a 21 de abril foi adoptada a Constituição espanhola; a 22, foi ella revogada; a 5 de junho foi feito o juramento das *Bases*. Enquanto assim oscillava a vontade dos nossos governantes entre as exigencias do povo e as da tropa, as Côrtes de Lisboa faziam leis constitucionaes que nos reduziam á situação de Colonia, submettendo as nossas provincias ao governo e á justiça de Portugal. O resultado disso foi a proclamação da Independencia e a convocação de uma Constituinte *de verdade* e não apenas *revisora* da Constituição portugueza. Essa Constituinte funccionava e votava o art. 23 do projecto de Constituição, que garantia a liberdade de Imprensa. Mas a tropa entendeu que se devia garantir a liberdade de defender o Governo e atacar a Assembléa, mas não a de defender a Assembléa e atacar o Governo. Era uma maneira original de entender a liberdade, mas esse modo de ver era o dos canhões e das baionetas.

Convidado a comparecer á sala das sessões para dizer a verdade sobre o que se passava, Villela Barbosa, ministro do Imperio, entrou de espada á cinta. Chamada a sua attenção para esse ar de arrogancia e ameaça, respondeu *que a sua espada era para defender a Patria e não para offender a augusta assembléa*. Esta achou a phrase bonita e o homem guardou a espada. Interrogado, quiz fallar sentado. O presidente convidou-o a levantar-se. Elle obedeceu e a espada não se mexeu! E o que Villela Barbosa, ministro desde dous dias, confessou á Assembléa foi isto: — a tropa *exigia* a expulsão dos Andradas e o castigo para o abuso da liberdade de Imprensa! O Governo, porém, não quizera passar por fraco e ignorante, e, por isso, não communicara á Assembléa uma pretenção tão inconstitucional como a da expulsão dos tres deputados Andrada. O ministro foi mandado em paz. Estabeleceu-se a confusão: estes queriam que a Assembléa se dissolvesse, e aquelles que ella se mudasse para longe... dos canhões... Silva Lisbôa achava que a tropa, *peticionando*, exercia um direito; mas Antonio Carlos extranhou *esse direito de peticionar pondo a arma ao peito...*

Pouco depois, quando fallava José Bonifacio, os *peticionarios* chegavam e rodeavam a Assembléa, assestando para o edificio da Cadeia Velha as *boccas que pediam*, isto é, as boccas dos canhões. Um official subiu e entregou a *petição*: era o decreto de dissolução, com a promessa de convocação de outra Constituinte, á qual seria apresentada uma *Constituição duplicadamente mais liberal*. Estava *dissolvida* a Constituinte e por motivos falsos: não é verdade que a Assembléa estivesse votando uma Constituição que destruia nossa sancta Religião, pois a Carta de 1824 consagrou depois os mesmos principios que a Assembléa votava; não é verdade que a Assembléa tivesse qualquer responsabilidade, através

os Andradas, nos ataques directos ao imperador, feitos por jornaes de opposição; não é verdade que a Assembléa trabalhasse contra a harmonia dos poderes; não é verdade que a Assembléa estivesse restringindo em demasia as attribuições do imperador; não é verdade que a Assembléa procurasse semear a discordia entre Brasileiros e Portuguezes, porque fôra o proprio Pedro I quem se encarregara sempre de desconfiar dos Portuguezes e de descompô-los.

Deixemos de lado esse incidente desagradavel, em que Pedro I agiu com exquecimento de um aphorismo muito verdadeiro — *o de que os governos que pactuam com as revoltas armadas serão um dia victimados por uma revolta.* Pedro I teve o seu dia a 7 de abril de 1831...

Chegámos assim á elaboração da Carta de 1824, cujo centenario estamos commemorando com a certeza absoluta de rendermos homenagem a um monumento juridico e politico, levantado em momento no qual nenhuma outra monarchia no Mundo havia ainda consagrado os principios liberaes adeantados que nella se continham. Dissolvida a Constituinte a 12 de novembro de 1823, o imperador baixou a 13 o decreto que creou o Conselho de Estado e o encarregou de elaborar "com sabedoria e apropriação ás luzes e civilização do Imperio" o projecto de Constituição a ser submettido ás Camaras Municipaes, para que estas enviassem á nova Constituinte as suas observações. Guardemos os nomes dos que compunham esse Conselho de Estado; os seis ministros Villela Barbosa, Maciel da Costa, Carvalho e Mello, Ferreira França, Mariano Pereira da Fonseca e Silveira Mendonça, e mais os conselheiros Barão de Sancto Amaro, Pereira da Cunha, Carneiro de Campos e Nogueira da Gama. A 11 de dezembro estava o trabalho prompto. Gastou o Conselho de Estado menos de um mez para *redigir* o novo projecto de Constituição. Digo *redigir*, porque evidentemente foi aproveitado o projecto Antonio Carlos, que a Constituinte discutia e votava quando recebeu a *petição* da tropa sublevada. O nosso eminente consocio dr. Rodrigo Octavio, no seu notavel trabalho escripto para o Congresso de Historia de 1914, chamou a attenção para o facto do Conselho de Estado, que não era constituido de modo superior e por homens de incontestavel competencia, haver podido terminar, em vinte e poucos dias, tão importante tarefa. E accrescentou: — "Isso demonstra como se serviu elle do trabalho de Antonio Carlos".

Temos, pois, que o projecto elaborado na Constituinte destruia a Religião catholica e a harmonia dos poderes, restringia as attribuições do imperador, etc., mas, uma vez satisfeita a mania que a tropa tinha de *peticionar*, naquella épocha, esse mesmo projecto perdeu os defeitos que apre-

sentava e serviu de modelo para o Conselho de Estado elaborar a Carta de 1824. Recebendo o projecto, Pedro I fe-lo remetter ás Camaras Municipaes no dia 17 de dezembro. O Senado da Camara do Rio de Janeiro reuniu-se a 20 e foi écho dos desejos do imperador, que não queria a nova Constituinte. O Senado da Camara "não achou reflexão alguma a fazer e antes encontrou no Projecto uma prova não equivoca do liberalismo de Pedro I". A nova Constituinte iria "acceitar o projecto ou fazer outro no mesmo sentido e por outras palavras, perdendo-se dous annos com risco da segurança publica". Que fez então o Senado da Camara ? Mandou collocar na sua sala dous livros em que todos assignassem, sem coacção — n'um, os que quizessem que a Constituição fosse logo jurada; e n'outro, os que preferissem a reunião da Constituinte. Nove dias depois, a 2 de janeiro de 1824, "estava exuberantemente reconhecida, pelo extraordinario numero de assignaturas, a vontade geral do povo em jurar a Constituição". A 9 de janeiro, no segundo anniversario do "Fico", Pedro I recebia a deputação que lhe fôra levar "essa mesma expressão da vontade geral". Soube-se então que o livro destinado aos partidarios da reunião da Constituinte ficara com as paginas em branco. Toda gente entendia que a Constituição devia ser logo jurada e não ficar dependendo *de uma facção*; mas Pedro I respondeu que se devia esperar pelo pronunciamento das outras provincias. Emquanto esperava, suspendeu as eleições para a Constituinte. As adhesões á idéa do juramento immediato foram taes, que a 11 de março poude Pedro I responder á Bahia que *as suas restricções não podiam ser attendidas* e que a maioria das provincias já aceitara a Constituição tal qual estava redigida pelo Conselho de Estado.

São conhecidas as restricções das Camaras da Bahia e de Itú. A da Bahia não queria a vitaliciedade dos conselheiros de Estado e desejava se tornasse bem claro que as tropas de 2ª linha não seriam tiradas dos seus respectivos districtos, senão no caso de perigarem a independencia e a integridade do Imperio. A de Itú queria que só a metade do Senado fosse vitalicia; que a eleição dos deputados fosse por districto, e não por provincias; oppunha-se á dissolução da Camara; pedia plena garantia da liberdade de Imprensa e responsabilidade effectiva dos ministros de Estado. Ambas submetteram-se, porém, á vontade da maioria. Onde, absolutamente, não houve submissão a essa vontade foi em Recife. A Camara Municipal dalli foi deposta, e o povo amotinado votou a moção de frei Caneca, contraria ao projecto do Conselho de Estado, por julgá-lo máo e oppressor. O povo do Recife nem se deu ao trabalho de redigir emendas:

para elle, o projecto não prestava. Dahi resultou a revolução que proclamou a *Confederação do Equador*.

O certo é que por decisão de 17 de março Pedro I havia marcado o dia 25 para o juramento, "tendo subido á sua Imperial presença representações de tantas Camaras que formavam já maioria do povo brasileiro". A Cisplatina opinou pelo governo absoluto, mas Pedro I respondeu que só governaria com a Constituição (decreto de 18 de maio, 1825). Em 1830 ainda havia odio em Pernambuco, sendo queimados exemplares da Constituição em uma praça publica da cidade de Goiana. Mas esses factos isolados não tiram ao acto do juramento da Constituição a sua alta significação moral: Pedro I, que dissolvera a Constituinte, dera-se pressa em fazer elaborar a Constituição; resistira á tentativa de absolutismo, jurara e fizera jurar a Carta de 25 de Março, dando á ceremonia, realizada na Capella Imperial, uma solennidade digna de elogios.

Durante 65 annos serviu a Carta de 1824 ao progresso do Brasil, com a elasticidade necessaria ao desenvolvimento das doutrinas liberaes nella consubstanciadas. Dez annos depois do juramento, veio o Acto Addicional, que deu autonomia ás Provincias, sem o exagero da federação immediata e sem a amplitude encontrada na Constituição de Pouso Alegre, da qual tão bem nos fallou, em trabalho apresentado ao Congresso de Historia, o nosso illustrado mestre dr. Alfredo Valladão.

Depois, em 1840, veio a reacção conservadora com a lei de Interpretação. Mas independentemente de revisões e agitações inuteis, muitas outras reformas liberaes foram realizadas dentro da elasticidade do texto constitucional, que permittia a sua estabilidade e a estabilidade das instituições, sem a rigidez que entrava o progresso. Para não citar sinão uma, basta lembrar a reforma da eleição directa, feita sem revisão constitucional, para servir aos desejos do povo, que assim colheu os resultados fecundos de uma idéa amadurecida e posta em practica no momento opportuno, sem abalos nos alicerces das instituições plantadas em 1824.

Justissima é a iniciativa de commemorarmos a data de hoje, que é a do centenario do juramento dessa Carta. Ella nos recorda a attitude, por meio da qual Pedro I resgatou o erro da dissolução da Constituinte, tornando-se benemerito. Ella nos recorda a acção prompta e efficaz do Conselho de Estado, redigindo-a com sabedoria e correcção. Ella nos faz lembrar o exforço ingente de Antonio Carlos e outros constituintes de 1823, articulando e systematizando os mais adeantados principios politicos da épocha para deixarem áquelle Conselho a fonte pura, onde foi elle buscar tudo quanto de melhor se continha na Carta de 1824.

Não quero, senhores, deixar sem documentação a affirmativa que acabo de fazer. O facto do Conselho de Estado haver copiado quasi integralmente o projecto Antonio Carlos não exige provas outras além daquellas que constam de confrontos feitos entre um e outro projecto pelo barão Homem de Mello, pelo dr. Rodrigo Octavio e um pouco por mim mesmo em trabalhos, que este Instituto conhece. O que quero, neste momento, deixar bem claro é que os principios da Carta de 1824 eram os mais liberaes da épocha. Nem de outra fórma se explicaria terem elles atravessado 65 annos sem outros retoques além dos relativos á autonomia provincial e municipal.

Ainda no começo de sua existencia politica, dous annos depois da sua Independencia, não reluctou o Brasil em seguir o caminho mais liberal ao estabelecer as condições exigidas para ser alguem considerado cidadão brasileiro. Não exigiu dos Portuguezes aqui residentes em 1822 a declaração expressa de adhesão á Independencia e contentou-se com a adhesão tacita pela continuação da residencia no paiz. A naturalização foi permittida ao extrangeiro de qualquer religião, sendo embora official a Religião catholica. As qualidades necessarias ao cidadão brasileiro eram, em 1824, as mesmas que a Republica incluiu na Constituição de 1891. Os naturalizados gosavam de direitos politicos, podendo votar e ser votados, menos para deputados e senadores. Paiz de immigração, precisavamos dos extrangeiros e procuravamos attrahi-los; mas nem por isso deixa de ser digna de nota a liberalidade da Carta de 1824, numa épocha em que as monarchias européas não tinham Constituição ou cerceavam ainda muito as liberdades publicas e a entrada do extrangeiro para a communhão nacional.

Em França vigorava a Carta de 1814, menos liberal que a nossa de 1824. A Belgica só teve Constituição sua em 1831, um anno depois da sua independencia. A Constituição da Hollanda é de 1848, modificada em 1887. As do Luxemburgo são de 1841 e 1868. As da Allemanha são de 1849 e 1871. A da Prussia é de 1850. A da Baviera, com o regime feudal, era de 1818, e só em 1848 aboliu aquelle regime. A da Austria-Hungria era de 1867. A da Suissa só veio em 1848, modificada em 1874. A da Espanha, de 1812, fôra abolida, de modo que em 1824 existia o absolutismo, voltando-se ao regime constitucional em 1837, 1845 e 1876. Em Portugal, quando jurámos a nossa, já não havia Constituição, e só em 1826 deu-lhe Pedro I uma Carta, que não foi respeitada por dom Miguel. A Dinamarca só teve Constituição em 1849; a Rumania, em 1866; a Servia, em 1869; a Grecia, em 1844, pois que a de 1823, revista em 1827, desapparecera em 1830, quasi sem execução continuada.

Na America, exceptuados os Estados Unidos, todos os outros paizes só tiveram Constituições estaveis depois da nossa. No Mexico, a de 5 de outubro de 1824, baseada na americana, viveu dependente de revoluções, até que foi substituida, em 1835, por outra, centralizadora. Em 1844 nova revolução fez revigorar a federativa de 1824 e afinal ficou como definitiva a de 1857. A Colombia teve diversas Constituições em 1832, 1843, 1863, 1886 e 1908. A Venezuela começou pela de 1830, seguindo-se as de 1857, 1881, 1891 e 1904. A Bolivia arranjou uma em 1825-26, mas saiu complicada, com tres Camaras, sendo substituida em 1831, 1843, 1851, 1878, etc. O Perú teve as de 1828, 1839, 1856 e 1860. O Chile esteve em dictadura até 1827, sendo as suas Constituições de 1828 e 1833. A Argentina não conseguiu uma Constituição definitiva sinão em 1860.

E' impossivel deixar de reconhecer grande merito na obra dos Brasileiros de 1823-24 e no procedimento correcto de Pedro I ao dar-se pressa em jurar uma Constituição que era, póde-se affirmar, a unica verdadeiramente liberal das poucas que então existiam no mundo inteiro, excluida apenas a dos Estados Unidos. A Carta, cujo centenario hoje commemoramos, consignava a divisão dos poderes e estabelecia-os de modo a haver perfeita harmonia no seu funccionamento. O projecto Antonio Carlos delegava as attribuições legislativas á Assembléa e ao imperador; mas a Carta de 25 de Março deu essas attribuições á Assembléa, com a sancção do imperador, de modo que a iniciativa das leis era do Parlamento, sem dependencia de propostas e até com abandono das propostas. Mesmo votando uma lei proposta pelo Executivo, o Parlamento não perdia o *direito de iniciativa*, porque ainda hoje, que o Congresso tem competencia *privativa* para legislar, o Governo envia-lhe proposta e suggere providencias. Em França, a Carta de 1814, que vigorava em 1824, quando jurámos a nossa Carta, dava a iniciativa das leis só ao rei. Ainda hoje, pela Constituição de 1875, o presidente da Republica tem alli a iniciativa das leis, concurrentemente com as duas Camaras. Poderiamos ainda ir mais longe no confronto, mas isto basta para demonstrar que a Carta de 25 de Março de 1824 estabeleceu a divisão dos poderes, com harmonia na sua acção, de modo tão liberal e adeantado, que a Constituição Republicana, para fazer alguma coisa de novo, incluiu o adverbio *privativamente* nas attribuições do Congresso, afim de melhor characterizar a iniciativa do Parlamento na confecção das leis.

Os principios do direito orçamentario estabelecidos na Carta de 1824 são os que ainda hoje regulam a materia na Constituição Republicana. Resalvando a minha opinião, geral-

mente combatida, sobre a abolição da proposta orçamentaria pelos Constituintes de 1890-91, estão de pé, na actual legislação, aquelles principios basicos do direito orçamentario, quanto á annullação, á competencia do Parlamento, á execução e á fiscalização. Muito do que fizemos, neste particular, em 1824, só muito mais tarde foi feito em outros paizes civilizados da Europa.

O cuidado em garantir a divisão e a harmonia dos poderes levou ainda o Conselho de Estado a incluir na Carta de 1824 o principio basicó das immunidades parlamentares: a idéa das incompatibilidades que evitassem dependencia dos membros do Legislativo em relação ao Executivo; o *véto* suspensivo em vez do absoluto, para tirar do imperador o direito de evitar a execução de uma lei approvada em duas legislaturas consecutivas; a responsabilidade effectiva dos ministros e o seu julgamento pelo Parlamento; o direito de dissolução da Camara pelo Poder Moderador; a vitaliciedade da magistratura, embora com a restricção da movibilidade e da suspensão.

No capitulo das liberdades publicas podemos ainda melhor ajuizar do gráo de adeantamento em que nos collocámos em 1824. As idéas consagradas pela Carta de 25 de Março são as que a democracia ainda não conseguira tornar completamente victoriosas na Europa, apesar do successo das revoluções feitas em seu nome e orientadas no sentido de consagrá-las.

Começámos pela abolição dos castigos corporaes, então em uso mesmo entre os povos mais cultos da Europa. A Suissa prohibiu os castigos corporaes na Constituição de 1845. Le Bon affirma que a Inglaterra e a Dinamarca ainda tiram muito resultado do *tractamento* dos *apaches* pelo *chicote de nove rabos*, tendo havido, em França, quem se lembrasse de pedir o restabelecimento da chibata, porque, além de mais efficaz como castigo, é pena muito mais hygienica do que a da prisão durante annos! Parece que, mesmo no Brasil, depois da Carta de 1824, ainda o açoite foi muito applicado como meio de corrigir deserções e outros crimes; mas o abuso não tira á Carta o merito de haver estabelecido a prohibição do barbaro castigo.

Passamos ás pressas sôbre os principios da egualdade, perante a lei, de ninguem ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma cousa sinão em virtude de lei, de livre entrancia e saïda no territorio do Imperio (liberdade que ainda soffre limitações na Europa e America), de inviolabilidade do lar, de ninguem poder ser preso sem culpa formada, de abolição dos privilegios, de manutenção do jury, de prohibição do confisco, de exigencia de hygiene nas prisões, de abolição das corporações de officios, de inviolabilidade da correspondencia, do direito de petição, do direito de reunião, etc., para nos refe-

rirmos apenas á algumas das liberdades que mais embaraços teem encontrado em todos os povos, taes como a religiosa, a de pensamento e a de profissão, assim como a garantia da propriedade.

Quanto á liberdade religiosa, Antonio Carlos a pleiteara, na Constituição de 1823, com maior amplitude do que a que figura na Carta de 1824. Queria elle liberdade mais accentuada para as communhões christãs, não catholicas, chegando a dar aos christãos em geral os direitos politicos garantidos aos adeptos da religião official e o direito de reunião em recincto no qual o seu culto fosse professado. A's outras religiões, não christãs, só seria permittido o culto domestico. A Constituinte não concordou em dar direitos politicos aos christãos protestantes, e a Carta de 1824 manteve a negativa, limitando-se a affirmar que ninguem poderia ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeitasse a do Estado, não offendesse a Moral publica e practicasse o seu culto em casas sem fórma exterior de templo. Desde que a Carta consagrava uma religião official, não era licito exigir mais em materia de liberdade religiosa. E não fomos muito pouco liberaes em 1824, porque a França até 1905 sujeitou sempre os cultos não catholicos e não christãos a um regime de politica especial, que tornava suas reuniões dependentes de auctorização do Governo. Accresce que a Carta de 1824 permittia a naturalização de extrangeiros de qualquer religião.

Quanto á liberdade de pensamento, vale mais a practica do que a theoria ou o principio estabelecido na Carta. Não ha quem ignore que a liberdade de pensamento e, com ella, a liberdade de Imprensa, tiveram sempre garantia completa, principalmente no segundo reinado, embora a "pessoa inviolavel e sagrada" de Pedro II fosse o alvo preferido dos ataques e remoques.

D. João VI já havia abolido a *censura prévia, que retardava a impressão e circulação dos escriptos*, passando ella a ser feita *nas provas*. As *Bases* da Constituição Portugueza tambem não mais admittiam a censura prévia, creando penalidades para os abusos de Imprensa. O projecto Antonio Carlos, discutido na Constituinte, estabelecia que os escriptos não estavam sujeitos á censura *nem antes, nem depois de impressos*. Haviamos, pois, caminhado para a liberdade completa de pensamento, ficando sujeitos á censura apenas os escriptos sôbre dogma e moral e os censores eram os bispos. A Carta de 1824 até esta censura supprimiu, adoptando o principio verdadeiro e legitimo da ampla liberdade, mas respondendo cada um pelos abusos que commettesse, levada a liberdade ao limite em que o seu uso importasse em offender a liberdade ou a honra alheia. E' o que quer ainda hoje a Constituição da Republica,

e é o que visa a recente lei de Imprensa, com grande satisfacção para a gente que não quer fazer da reputação alheia um meio de vida. Theodoro Roosevelt, fallando na Sorbonne, em 1910, externou a esse respeito uma opinião que não devo deixar de recordar-vos: "O poder do jornalista é grande, mas elle só tem direito ao respeito e á admiração em razão desse poder, quando delle faz bom uso. Póde fazer e muitas vezes faz um bem consideravel. Póde fazer e muitas vezes faz um mal infinito. Todos os jornalistas, todos os escriptores que apreciam a extensão do poder de sua profissão *teem o dever* de levantar-se contra aquelles que a desacreditam... A desculpa de que o povo quer o jornal assim, e que é preciso servir ao paladar publico tem tanto valor como si fosse apresentada pelos negociantes de comestiveis vendendo generos falsificados e envenenados". Só louvores merecem, pois, os auctores da Carta de 1824, estabelecendo mais ampla liberdade de pensamento em uma épocha em que a *censura* ainda imperava no Mundo e quando nós mesmos apenas haviamos abandonado a censura prévia, mantendo-a *parallela* á publicação dos escriptos, por meio *das provas*...

E da liberdade da profissão, que dizermos? Foi a carta de 1824 tão liberal neste particular, como em relação ás outras liberdades? Certamente que sim! A liberdade de industria era ainda prejudicada pelas leis reguladoras das corporações de officios. O projecto Antonio Carlos, approvado nesta parte pela Constituição de 1823, abolia taes corporações e a Carta de 25 de Março declarou claramente que nenhum genero de trabalho, de cultura, industria ou commercio podia ser prohibido, uma vez que não se oppuzesse aos costumes publicos, á segurança e saude dos cidadãos, ficando abolidas as corporações de officios, seus juizes, escrivães e mestres. D. João VI já havia estabelecido uma relativa liberdade de commercio com a abertura dos portos e já havia permittido o livre estabelecimento de fabricas e manufacturas, mas com muitas restricções. A Carta de 1824 deu logo a maxima amplitude á liberdade de profissão, excedendo em liberdade ao que Constituições posteriores da Europa e America consagraram e egualando-se áquellas que ainda hoje mais concedem neste particular, porque nenhum povo civilizado, governado por monarcha ou presidente, deixou nunca de limitar a liberdade de profissão para proteger direitos de terceiros e garantir a sociedade. Repito aqui palavras de Charles Wagner, que constam do meu livro — *A Constituinte Republicana*: — "O exercicio da liberdade póde ser comparado ao livre jogo dos membros do nosso corpo. Ter os braços livres significa — poder movê-los e agitá-los nos limites determinados pela sua propria estructura. Ninguem poderá dizer que não tem os braços livres porque não póde

dobrar o cotovelo sinão num sentido e não em todos os sentidos. Um braço que dobrasse em todos os sentidos seria completamente desarticulado e não poderia prestar serviço algum." A liberdade de profissão, sem restricções, seria peior que o braço desarticulado, porque este ficaria apenas inutilizado, e aquella inutilizaria todos os esforços feitos pela humanidade em proveito de communhão. O que a Carta de 1824 concedeu, em materia de liberdade de profissão, é o que ainda hoje concedem os povos mais adeantados do Mundo e as mais democraticas das Constituições modernas...

Finalmente a Carta de 1824 garantiu de modo satisfactorio a propriedade? Sim, naturalmente. O espirito liberal que presidiu á confecção da Carta não podia deixar de influir para a plena garantia da propriedade. Uma lei das Côrtes de Lisbôa, datada de 19 de novembro de 1821, havia restituido aos clerigos e regulares secularizados o direito de propriedade, podendo elles adquirir, possuir sem limitação de tempo e traspassar bens de raiz, allodiaes, foreiros, etc. aos corpos de mão morta ou aos altos donatarios, não prejudicando direitos por qualquer modo adquiridos. Era uma das restricções feitas ao direito de propriedade. A lei de 1821 veio permittir aos regulares secularizados e clerigos a livre disposição dos seus bens. Era o perigo dos bens de mão morta, que as leis francesas regulavam ainda em 1901 e que muitas das constituições modernas collocam sob a salvaguarda do Estado. A nossa Constituinte Republicana discutiu a questão, porque o projecto do Governo Provisorio mandava *observar os limites postos pelas leis de mão morta*. O Apostolado Positivista combateu a idéa do Governo Provisorio. Na 1ª discussão venceu essa idéa; mas muitos constituintes insistiram em substituir aquella expressão por esta outra — *observadas as disposições do direito commun*, vencendo esta corrente em 2ª e 3ª discussões. A Republica deixou assim de *revigorar* leis anteriores á Independencia; leis que as Côrtes de Lisbôa haviam revogado em 1821; leis as quaes o projecto Antonio Carlos nem fizera referencia, por terem garantido plenamente a propriedade; leis que a Carta de 1824 desprezou, quando disse estar o direito de propriedade garantido em toda a sua plenitude. O projecto Antonio Carlos fallava em indemnização quando se tractasse de desapropriação por utilidade publica, mandando calcular essa indemnização não só pelo valor intrinseco como pelo de affeição. A carta de 1824 fugiu ao perigo *desse valor de affeição*, mas muito liberal garantiu a *indemnização prévia* — coisa de que não cogitara Antonio Carlos. Este principio da indemnização prévia só muito mais tarde figurou nas Constituições dos outros povos.

Creio bastarem esses argumentos para a prova da minha affirmação quanto á excellencia dos principios constitucionaes da Carta de 25 de Março de 1824 — e principios tão adeantados que enfrentaram, durante 65 annos, os progressos das idéas liberaes e as conquistas mais importantes da democracia moderna. Commemorando, pois, o Centenario desse monumento politico erguido em 1824, rendemos uma homenagem aos que nelle collaboraram, ao monarcha que se apressou em faze-lo executar, aos estadistas que o reformaram e que o conservaram e ao imperador Pedro II, que, pessoalmente, durante quasi 50 annos, fez timbre em respeita-lo e faze-lo respeitado. A Carta de 25 de Março de 1824 é e será sempre um dos marcos mais importantes da Historia constitucional dos povos livres, não só pelo seu accentuado cunho liberal, que ultrapassou os limites democraticos da épocha, como pela sabedoria empregada na organização dos poderes harmonicos e independentes, garantidores do regular funccionamento de um mecanismo politico apto a supportar, sem abalos, o impulso que nos levou á civilização de 1889, quando os republicanos nada encontraram de novo para a redacção do capitulo relativo aos direitos dos cidadãos e á liberdade dos Brasileiros na Constituição de 24 de Fevereiro..." (*Prolongados applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO agradece ao sr. Agenor de Roure o novo e valioso serviço feito ao INSTITUTO e communica que será commemorado a 2 de julho o centenario da Confederação do Equador, devendo fazer uma conferencia allusiva á mesma ephemeride o erudito 1° vice-presidente do INSTITUTO, sr. Manoel Cicero Peregrino da Silva.

Justificam a sua ausencia os socios srs. Jonathas Serrano e commandante Raul Tavares.

Encerra-se a sessão ás 22 horas. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

1ª SESSÃO ORDINARIA, EM 23 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 17 horas, abre-se a sessão, com a presença dos socios, senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Homero Baptista, Augusto Tavares de Lyra, Braz Hermenegildo do Amaral, Raul Tavares, José Maria Moreira Guimarães, Rodolfo Garcia, Eugenio Vilhena de Moraes, Alfredo Valladão, Augusto Oympio

Viveiros de Castro, Nelson de Senna, Jonathas Serrano, Gentil de Assis Moura, João Ribeiro, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Alfredo Ferreira Lage, Francisco Radler de Aquino, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca e Nicoláo José Debané.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) communica o fallecimento do sr. dr. Nilo Peçanha, presidente honorario do INSTITUTO, estadista a quem o paiz deveu assignalados serviços e sôbre cuja individualidade, com a eloquencia que lhe é peculiar, e em tempo opportuno, discorrerá o orador perpetuo, sr. dr. Ramiz Galvão. Communica, outrosim, o fallecimento do principe Rolando Bonaparte, tambem pertencente ao quadro social do INSTITUTO e justamente reputado um conhecedor profundo de Geographia e Historia. Diz que fará constar da acta um voto de pesar pelo traspasse de ambos.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) procede á leitura dos seguintes pareceres e propostas:

—"A Commissão de Fundos e Orçamento, como lhe competia, examinou o balancete da receita e despesa, e os respectivos documentos do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, correspondentes ao anno de 1923, e é de parecer que seja o mesmo approvado sem restricções, pois em tudo verificou perfeita regularidade.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1924. — *Clovis Bevilaqua.* — *Homero Baptista.* — *Agenor de Roure.* — Unanimemente approvado.

"A' Commissão de Admissão de Socios é grato opinar pela inclusão do nome Dr. Francisco José de Oliveira Vianna no quadro de membros effectivos do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, não só pelo seu trabalho — *Aspectos Sociaes do Brasil* —, publicado no *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil* (o que o inclue entre os favorecidos pela resolução da assembléa geral do INSTITUTO, realizada a 15 de dezembro ultimo, que dispensa, para a eleição aos quadros do INSTITUTO, do parecer das commissões technicas, os collaboradores da mesma obra); como attendendo ao valor dos seus livros — *Populações Meridionaes do Brasil* e *Pequenos estudos de Psychologia Social*, que o collocam a par dos mais eminentes sociologos nacionaes. Tão notorios, por isso mesmo, são os meritos do dr. Oliveira Vianna, que, elegendo-o para seu gremio, o INSTITUTO adquire, na sua pessôa, um lidimo representante da cultura brasileira, contemporanea. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1924. — *Epitacio*

Pessôa, relator. — *Manuel Cicero*. — *Ramiz Galvão*. — *Tavares de Lyra*. — *Miguel J. R. de Carvalho*." — *Fica aguardando vaga no respectivo quadro para ser submettido á votação*.

— "A Commissão de Admissão de Socios vem dar a sua opinião a respeito da proposta, datada de 18 de septembro de 1922, firmada pelos doutores Manuel Cicero, M. Fleiuss, Moreira Guimarães, Souto Maior, Sebastião Galvão e Ramiz Galvão, que manda admittir no quadro de honorarios deste INSTITUTO os senhores doutores Ricardo Levane e Enrique Ruiz Guiñazú, membros da Juncta de Historia y Numismatica de Buenos Aires e professores ambos da Universidade de La Plata. De bom grado opina a Commissão pelo ingresso dos preclaros argentinos ao nosso gremio, pois, além da sua consolidada reputação nos circulos portenhos, têm elles na sua bagagem os trabalhos com que concorreram ao Congresso Internacional de Historia da America, reunido nesta capital, por occasião do centenario da Independencia e promovido pelo nosso INSTITUTO, e em cujos trabalhos tomaram parte de modo notavel e efficaz.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1924. — *Ramiz Galvão*, relator. — *Tavares de Lyra*. — *Miguel J. R. de Carvalho*." — *Fica aguardando vaga no respectivo quadro para ser submettido á votação*.

— "Propomos para socio correspondente do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO o sr. dr. Sylvio Rangel de Castro, secretario da Embaixada Brasileira em Paris. O candidato tem-se imposto ao reconhecimento dos brasileiros pelo modo notavel como vem desempenhando os deveres do seu cargo, realizando, continuamente, nos grandes centros intellectuaes do Velho Mundo, conferencias sobre assumptos brasileiros, versando já a nossa Literatura, já a nossa Historia, sobrelevando as recentes conferencias por elle realizadas na Universidade de Londres, o que, no nosso parecer, lhe dá direito a pertencer ao quadro social do nosso INSTITUTO.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1924. — *Max Fleiuss*. — *Raul Tavares*. — *Iodolpho Garcia*. — *Eugenio de Castro*. — *Moreira Guimarães*. — *Souto-Maior*.

A' Commissão de Historia, sendo relator o sr. Alfredo Valladão.

— "Propomos que a primeira vaga que se verificar na classe de socios benemeritos do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO seja preenchida pelo actual socio correspondente sr. dr. Affonso de Escragnolle Taunay. A notoriedade dos meritos do illustre director do Museu Paulista e a série

de optimos serviços que ha dezena de annos vem prestando á nossa instituição dispensam qualquer justificação para a nossa proposta, que não é mais que um acto de justiça.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1924.— *Max Fleiuss.— Raul Tavares. — Rodolfo Garcia. — Moreira Guimarães. — Ramiz Galvão. — Souto-Maior. — Eduardo Marques Peixoto. — Vilhena de Moraes. — Othello de Sousa Reis. — Eugenio de Castro. — Olympio da Fonseca. — Agenor de Roure.*"

Vai á Commissão de Admissão de Socios, sendo relator o sr. Epitacio Pessôa.

— "Temos a honra de propôr para socio honorario do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, nos termos do art. 7° dos Estatutos, os illustres scientistas e navegadores norueguezes, drs. Fridtjof Nansen e Roald Amundsen.

A celebridade desses vultos e seus valiosos descobrimentos geographicos e ainda outros dispensam commentarios; bastar-nos-á resumir seus principaes trabalhos para pôr em relevo o quanto lhes deve a Geographia moderna.

O dr. Nansen nasceu em 1861 e desde cedo dedicou-se ao estudo da Zoologia, particularmente a Zoologia oceanica, que o levou a especializar-se na Oceanographia e nos estudos polares. Dirigiu varias expedições polares de observação scientifica, sendo as mais notaveis entre ellas a de 1888 e a de 1893 a 1896.

Na primeira, o illustre explorador, em companhia de Sott-Hansen, atravessou a Groelandia de Léste a Oéste, e voltou com importantes dados sobre essa região desconhecida, sôbre o polo magnetico, sôbre as raças esquimôas, e sôbre o pre-desconhecimento e pre-colonização da America pelos No-Nóva Escossia e costas do actual Canadá e da actual Republica dos Estados Unidos da America do Norte. Modesto, contentou-se em affirmar a possibilidade do pre-descobrimento da America pelos Portuguezes, sem se pronunciar sobre a realização do proprio facto. Mas os sabios dinamarquezes e norueguezes, de posse dos documentos que lhes trouxe, e de outros que poderam coordenar, chegaram á conclusão, quasi indiscutivel hoje, da realidade do descobrimento, que se extendeu, mesmo, conforme alguns, até o nosso Brasil, via da Florida e do archipelago das Antilhas, o que se afigura empresa de menor monta aos que podiam atravessar a distancia que separa a Noruega da Islandia e esta ilha do Groelandia. Não exqueçamos, com effeito, que Colombo, antes de iniciar sua expedição para o descobrimento da America, foi á Islandia, conheceu pelos Islandezes a distancia da Groelandia, cuja extremidade, o cabo Farewell, se acha justamente no

meridiano do Rio de Janeiro, e cuja costa oriental não dista muito das Antilhas, não sendo impossivel, naquelle tempo, calcular approximativamente a distancia entre os meridianos conforme as varias latitudes.

Nansen, com as suas duvidas, não sôbre a possibilidade, mas sôbre a realização effectiva do descobrimento da America pelos Norueguezes, com os seus numerosos pontos de interrogação acerca da celebre questão do "Vinland" e do valor historico das "sagas" irlandezas, fez o papel de um consciencioso *advocatus diaboli;* mas, por isso mesmo, o *advocatus diaboli* foi o melhor *promotor fidei*, pois que, como resultado, se viu que nem mesmo um Nansen conseguia debellar a força dos argumentos que outorgam aos destemidos Norueguezes a honra de serem os primeiros e verdadeiros descobridores do Novo Continente.

Sabe-se que um trabalho recente, de grande esmero typographico e impresso em Portugal, recusa as honras do descobrimento da America aos Norueguezes e até ao proprio Colombo, que é apresentado como "hallucinado, paranoico e megalomano"; mas temos por incontestavel que essa these singular carece do valor scientifico, que em taes assumptos se reclama.

Mais valiosa para o progresso das sciencias geographicas foi a expedição polar de Nansen de 1893-1896. Da consideração do movimento de rotação da terra chegou o illustre sabio á conclusão de que uma corrente martima devia existir da Asia para a America, passando muito perto do polo Norte, e que um navio ou uma massa de gelo, levada, por essa corrente, haverá de seguir automaticamente esse rumo. Concebeu então o temerario projecto de seguir rumo Léste até o gelo polar e de deixar preso na massa gelada um pequeno navio, o *Fsam* (nome que quer dizer, em portuguez, *Adiante*), especialmente construido na Noruega para poder resistir ao esmagamento do gelo, observando, entretanto, a derrota do referido navio. Tão perigosa era a experiencia, que sabendo bem que poderia nunca voltar á civilização, perdendo-se nas solidões geladas do polo, sem que mesmo sua morte podesse ser certificada, fez o sacrificio de divorciar-se da esposa amada para não lhe tirar a possibilidade de casar-se de novo, em caso de prolongada falta de noticias. A experiencia verificou as theorias polares de Nansen: o *Fsam*, preso ao gelo desviu-se rumo Oéste, até que, chegando a aguas temperadas, pudesse regressar á Noruega, sob o commando do capitão Otto Sverdrup, depois de mais de tres annos de ausencia. Nansen, que todos acreditavam ter morrido no frio polar, já tinha chegado á sua patria a bordo de outro vapor, porque, deixando o *Fsam* preso no gelo, foi com o capitão Johansen em trenós puxados por vigorosos cães rumo do polo Norte, ponto de que se ap-

proximou até a latitude 86°, 14', isto é, até á distancia de 250 milhas, regressando por outro caminho ao mar livre.

De regresso de sua ultima expedição polar, Nansen passou a occupar a cadeira de Oceanographia, na Universidade de Christiania, foi ministro plenipotenciario da Noruega em Londres, de 1906-1908, delegado da Noruega á Liga das Nações, continuando nesta qualidade até hoje, e director da commissão internacional de allivio da miseria na Russia. Entre os numerosos titulos e honras que possue, estão os seguintes: doutor em Philosophia, professor cathedratico da Real Universidade da Noruega, membro da Academia das Sciencias da Noruega, director titular do Instituto Oceanographico e Hydrographico da Universidade e da Academia das Sciencias, presidente do Instituto Nansen, para o progresso das Sciencias, "Doctor of Science" da Universidade de Cambridge, "Doctor of Civil Law da Universidade de Oxford, membro honorario de numerosas sociedades scientificas e geographicas estrangeiras, grã-cruz da Real Ordem Norueguesa de Sancto Olavo, especialmente condecorado por merito scientifico, grão titular da medalha polar do "Fsam", grão titular da medalha norueguesa da Coroação, grão titular da medalha dinamarqueza do Merito Scientifico, companheiro da Real Ordem Dinamarqueza do Daneberg, grã cruz da Ordem de Victoria da Inglaterra, grã cruz da Ordem de Francisco José de Austria, grã cruz da Corôa da Italia, grã cruz da Ordem dos Sanctos Miguel e Lazaro da Italia, grã cruz da Ordem de Sancto Estanislau da Russia; da Legião de Honra, da França, etc.

Os trabalhos scientificos, publicados pelo dr. Nansen em fórma de livros, communicações, relatorios e contribuições ás principaes revistas scientificas, são numerosissimos. Notemos entre elles o seu livro intitulado — "No nevoeiro das regiões polares", em que expõe suas observações feitas na Groelandia, livro publicado na Noruega, na lingua propria e em inglez, e a relação da expedição do "Fsam", que se acha traduzida nas principaes linguas da Europa.

Não menos illustre que Nansen é o integrador do continente meridional com o descobrimento do polo Sul, o capitão Roald Engelreth Gravning Amundsen, grã cruz da Real Ordem Norueguesa de Sancto Olavo, grão titular da medalha norueguesa da Expedição da Descoberta do Polo Sul, grã cruz da Ordem Sueca da Estrella Polar, da Ordem de Sanct'Anna da Russia, da Ordem de Francisco José da Austria, grão titular da medalha dinamarqueza de ouro com corôa para o merito scientifico, titular da medalha Sueca da Vega, da medalha de Livingston, grande official da Ordem da Corôa da Italia e da Legião de Honra da França, etc., e socio da Real Academia das Sciencias da Noruega, classe Sciencias mathematicas e

naturaes, e membro honorario de muitas sociedades scientificas estrangeiras.

Amundsen é um vulto de celebridade mundial entre os exploradores polares, é uma das glorias nacionaes da Noruega actual, já como navegador, já como scientista. Basta mencionar duas das suas grandiosas realizações geographicas, que antes delle desafiaram victoriosamente os exforços dos mais intrepidos exploradores. A passagem do Noroéste, que Amundsen effectuou em sua expedição polar de 1903-1906, tendo sido o primeiro homem que foi do oceano Atlantico ao Pacifico, pelo Nórte do Globo terrestre, e o descobrimento do polo Sul, muito mais difficil de alcançar que o polo Norte, e onde Amundsen foi o primeiro a pisar, implantándo a bandeira da Noruega, em 14 de dezembro de 1911, e seguindo até o gelo sul polar a bordo do mesmo navio de Nansen, o "Fsam"; são factos dos nossos dias, que não precisam ser relembrados porque estão na memoria de todos.

Curiosos caprichos dos acontecimentos: embora fosse a Noruega o paiz mais septentrional do mundo e embora tivesse sido quasi um ponto de honra nacional entre os filhos do paiz chegar ao polo Norte e tomar posse delle em nome de sua patria, de tal sorte que não pouparam exforços para conseguir esse fim, não realizaram, contudo, seu desejo e não foi dada á Noruega a satisfacção de plantar sua bandeira no eixo septentrional do globo; em compensação foi o polo Sul, precisamente, o ponto mais afastado da Noruega, que havia de ver tremular a cruz azul e branca sôbre campo vermelho do pavilhão nordico, e foi um filho do paiz civilizado mais boreal que havia de ser o integrador do nosso hemispherio austral.

Depois do descobrimento do polo Sul, Amundsen, carregado de louros e de honras, longe de descansar, não fez sinão dedicar-se com maior ardor a expedições e estudos polares. Ha dois annos deixou novamente a Noruega para ir a Alaska encontrar seu pequeno e fiel navio, o "Maud", afim de chegar de novo ao gelo polar e atravessar o polo em aeroplano, de modo a regressar á Noruega, via Spitzberg. Não conseguiu, comtudo, levar a effeito essa nova tentativa, devido á imperfeição dos meios de que dispunha; mas não desanimou e actualmente os Americanos do Norte, sob sua direcção, estão construindo aeroplanos especiaes para realizar esse grandioso emprehendimento.

Taes são os actuaes Colombos polares, cuja designação como socios honorarios temos a satisfação de propor a este Instituto. Como se vê, podemos applicar, a seu respeito, o celebre verso:

"Nada falta á gloria delles, elles faltam á nossa.

Rio, 20 de abril de 1924. — *Nicoláo J. Debané.* — *Max Fleiuss.* — *Agenor de Roure.* — *Raul Tavares.* — *Rodolfo*

Garcia." — A' Commissão de Geographia, sendo relator o sr. Eugenio de Castro.

O SR. FLEIUSS participa que a Radio Sociedade do Rio de Janeiro iniciou ha mezes a transmissão diaria, pelo telephonio sem fios, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco. A Radio Sociedade, na primeira quinzena do mez de maio, começará a servir-se de uma grande estação irradiadora, que lhe permittirá espalhar pela maior parte do territorio nacional pequenas conferencias scientificas e literarias, nas quaes os assumptos da Historia patria terão especial destaque. Como se tracta de uma sociedade de pura educação popular, visando os mais elevados propositos e usando processos de grande efficiencia num paiz como o Brasil, em que a falta de communicações é um dos maiores obices ao progresso geral, propõe que o INSTITUTO prestigie seu patriotico programma e se congratule com a sua directoria pelo inicio da medida acima apontada.

Propõe mais que, tendo sido nomeado delegado do Brasil junto ao XXI Congresso de Americanistas, a reunir-se na Hollanda e na Suecia, o nosso illustre consocio dr. Roquette Pinto, ex-segundo secretario do INSTITUTO, se lhe confiram amplos poderes para representar o mesmo INSTITUTO, que em Congressos simílhantes já foi representado pelos consocios drs. Oliveira Lima e Affonso Arinos. (Approvadas unanimemente as duas propostas sob applausos.)

O sr. Fleiuss, continuando com a palavra, tem ensejo de ler alguns trechos do manuscripto inédito das suas "*Contribuições para a Historia Biographica de d. Pedro II*, primeira parte do capitulo 1°, intitulada — "*Nascimento, primeiros annos. Educação: tutores e mestres*". A elaboração da biographia do segundo imperador, como parte integrante da homenagem e commemoração do INSTITUTO, no 1° centenario natalicio de d. Pedro II, a 2 de dezembro de 1925, foi objecto de proposta do mesmo sr. Fleiuss, apresentada em sessão de 21 de abril de 1922, para que fosse nomeada uma commissão incumbida de traçar a biographia do grande monarcha, que foi desde 1839, durante meio seculo, o mais desvelado protector da associação, fundada pouco antes da *Declaração da Maioridade*. Nomeada a referida commissão pelo sr. conde de Affonso Celso, presidente do INSTITUTO, em 2 de janeiro de 1923, reuniu-se pela primeira vez a 11, e logo depois a 18, adoptando o criterioso plano da obra, elaborado pelo 2° vice-presidente, sr. Augusto Tavares de Lyra, que a dividiu em oito capitulos.

A parte inicial do trabalho, divulgada na sessão do INSTITUTO, constitue, por sua natureza, um estudo historico-biographico muito interessante, vasado em moldes — bem se póde dizer — novos; a infancia do imperador, assumpto que

os nossos historiographos antigos e contemporaneos desdenharam quasi completamente. Por isso a monographia do sr. Max Fleiuss vale bem pelo titulo de *contribuição*, o que, na technica scientifica, é quasi sempre synonymo de originalidade.

Além disso, o seu estudo, de cêrca de 300 laudas a machina, não é méro capitulo de dissertação literaria, mas um archivo da melhor documentação nacional sôbre tão delicado thema, a que serviram de precioso contingente varias obras, manuscriptos raros, autographos, jornaes, cartas, instrucções, relatorios, leis, regulamentos, certidões, etc., tanto do INSTITUTO HISTORICO, cujo nucleo principal veiu, como se sabe, da Bibliotheca do Paço, como do Archivo Nacional.

Após largo esboço do scenario politico social do Brasil, no anno de 1825, em que veiu ao mundo d. Pedro II, o sr. Max Fleiuss descreve-lhe o advento, os boletins medicos, a arvore genealogica, o noticiario sôbre o nascimento, apresentação á Côrte, festas populares, ceremonial do baptizado (9 de dezembro), a consagração (2 de janeiro de 1826); dá curiosos informes sôbre a sua ama de leite, a suissa Catharina Equey, mandada vir de Nova Friburgo, por d. Pedro I e sôbre a sua primeira aia, a virtuosa senhora dona Mariana Carlota de Verna, depois condessa de Belmonte; narra-lhe as infermidades infantis e as perdas dos mais caros entes que teve desde os mais tenros annos, até ver-se imperador do Brasil, aos cinco annos de edade, longe dos seus e chefe de sua pequenina familia, composta de tres irmanzinhas — d. Januaria, d. Paula e d. Francisca — e da vastissima Nação Brasileira; e, com menos de nove annos, orpham completamente, nos paços solitarios dos seus antepassados.

A parte relativa á administração da tutela e ás *Contas do estado de instrucção imperial*, por José Bonifacio e o marquez de Itanhaem, é completissima, pois acompanha, por assim dizer, *pari passu*, toda a sua formação intellectual, mestre por mestre, desde d. Maria de Verna, que lhe ensinou a ler e a garatujar a primeira carta ao pae, na antevespera da partida definitiva para o exilio, em 1831; desde Luiz Aleixo Boulanger, que lhe ensinou Calligraphia, primeiras letras e Geographia; o conego Boiret, mestre de francez; Nathaniel Lucas, de inglez; Fortunato Mezziotti, de Musica; Lourenço Lacombe, de Dança; Simplicio Rodrigues de Sá, de Desenho, até frei Pedro de Santa Mariana, Araujo Viana, Felix Taunay e Alexandre Vandelli, que foram seus primeiros professores de Philosophia, Latim, Historia universal, Grego, Sciencias naturaes, assim como Caxias, de Esgrima, e Roberto Damby, de Equitação.

Assignala os rasgos de iniciativa de José Bonifacio ao lado do equilibrio das qualidades moraes e circumspecção de Itanhaem.

Dentre os mais interessantes, são os topicos que se re-

ferem aos brinquedos e diversões e amigos da primeira infancia do sr. d. Pedro II, occupando o primeiro logar, destes ultimos, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, depois visconde do Bom Retiro e presidente do INSTITUTO HISTORICO, o qual foi, até morrer o seu fiel amigo intimo de sempre.

Em todo o trabalho são referidas 58 obras, 15 jornaes, autos, 250 cartas autographas, trabalhos calligraphicos do imperador-menino e suas irmãs, e um sem-numero de decretos, leis, regulamentos, relatorios, contas, instrucções, pareceres, certidões, boletins, etc.

Cita, igualmente, como corollario do imperador-menino, o juizo critico dos maiores vultos e celebridades sôbre o segundo imperador do Brasil, taes como Lamartine, Victor Hugo, Pasteur, Darwing, Nietzche, Dumas Filho, Jules Simon, Alexandre Herculano, Houssaye, De Amicis, Leguové, Brissier, Gladstone, terminando com uma brilhante citação de Affonso Celso.

O trabalho, que é ainda illustrado de perto de 50 notas, em annexo, e de opulenta bibliographia, mereceu os mais justos louvores, causando a melhor impressão, reputando-o o presidente do INSTITUTO um modelo no genero.

O SR. RODOLFO GARCIA, obtendo a palavra, faz uma communicação, que, está certo, será recebida com o interesse que merece. Sabe o INSTITUTO que o estudo dos mappas antigos, como um dos ramos da investigação historica, e dos mais prestantes com relação á America, adquire, dia a dia, maior importancia, á medida que surgem dos velhos archivos europeus, publicos ou privados, os documentos que o instruem. Nesse particular, a recente acquisição pelo Museu Britannico, de Londres, de um mappa de procedencia italiana até agora desconhecido, é facto que não deve ficar sem registo especial em nossos annaes. Deu noticia dessa acquisição *The Times*, de 25 de septembro do anno proximo findo, em artigo assignado pelo sr. Edward Heawood, bibliothecario da Royal Geographical Society, de Londres, o qual, em *The Geographical Journal*, correspondente ao mez de outubro (vol. LXII, n. 4), publicou ainda a respeito pormenorizado e erudito estudo. Os mappas antigos dividem-se em dous grupos: o das cartas nauticas, que indicavam os resultados dos ultimos descobrimentos, como entre outras a de Juan de la Cosa, a de Cantino e a de Canerio; e o das cartas academicas, como o grande mappa de Waldsmüller, de 1507, e mesmo o de Ruysch, de 1508, apezar de seu auctor ter andado envolvido em negocios nauticos, como é notorio. A esse segundo grupo filia-se o mappa a que se refere e que, conforme a descripção de Heawood, pertence ao pequeno numero de mappas e cartas marinhas da primeira decade do descobrimento da America, que consignam os resultados das viagens de Colombo, Vespucci e seus contempo-

rancos. Uma inscripção ou legenda, como costumam trazer os documentos congeneres, deixa ver que foi feito por "diligentia Joani Mathei Contarini, arte et ingenio, Francisci Roselli, florentini, 1506, notum". Por essa inscripção e por outra, que attribue a Contarini a principal auctoria, parece que Roselli foi o gravador, e talvez editor do mappa. Muito pouco se sabe sobre essas personagens; Contarini, como cosmographo, é absolutamente desconhecido; de Roselli são dous mappas sem data, pouco importantes, e, por isso mesmo, sem maior relevo na historia da cartographia.

O mappa de Contarini, de 1506, na ordem dos mappas impressos em que são representados de modo geral os descobrimentos no Novo Mundo, reivindica a prioridade ao Waldsmüller, de 1507, como este reivindicou, quando foi achado pelo jesuita Fischer, em 1901, ao de Ruysch, de 1508.

Quando outras circunstancias não realçassem o valor do mappa de Contarini, bastava essa para torna-lo notavel entre os mais notaveis documentos do genero.

E' esta a communicação que faz ao INSTITUTO (*Muitos applausos*).

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO communica que a proxima sessão se realizará a 26 de maio, data em que se completam 100 annos do reconhecimento da Independencia do Imperio do Brasil pelos Estados Unidos da America, tendo sido recebido naquella data pelo presidente James Monroe o nosso encarregado de negocios naquella Republica, José Silvestre Rebello, um dos fundadores deste INSTITUTO. Para fallar sobre a data foi convidado o sr. dr. Rodrigo Octavio, 3° vice-presidente, que acceitou o appello do INSTITUTO. Justifica a sua ausencia o socio, sr. Laudelino Freire.

Encerra-se a sessão ás 18 1|2 horas. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

86° ANNO—2ª SESSÃO ORDINARIA, EM 26 DE MAIO DE 1924

CONFERENCIA DO SR. RODRIGO OCTAVIO, 3° VICE-PRESIDENTE, SOBRE O "CENTENARIO DO RECONHECIMENTO DA INDEPENDENCIA DO IMPERIO DO BRASIL PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA DO NORTE"

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

(Presidente perpetuo)

A's 17 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Homero Baptista, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo

Octavio de Langgaard Meneses, Rodolfo Garcia, Eurico de Góes, J. P. Calogeras, Braz Hermenegildo do Amaral, Augusto Olympio Viveiros de Castro, Alfredo Valladão, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Alfredo Ferreira Lage, Nelson de Senna, Liberato Bittencourt, João Ribeiro, José Maria Moreira Guimarães, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, Afranio Peixoto, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Francisco Radler de Aquino, Justo Leite Chermont e Laudelino Freire.

O sr. AGENOR DE ROURE (2° *secretario*) lê a acta da sessão anterior, que, sem debate, é approvada.

O SR. FLEIUSS (1° *secretario perpetuo*) lê o seguinte expediente: telegramma do sr. encarregado de negocios dos Estados Unidos da America do Norte, excusando-se por não poder comparecer á sessão; carta do exmo. revmo. monsenhor d. Sebastião Leme, arcebispo coadjuctor do Rio de Janeiro, agradecendo a moção de applausos á circular que dirigiu ao clero archidiocesano, a proposito da conservação do patrimonio artistico e religioso das nossas egrejas; e o parecer infra, que, nos termos dos Estatutos, será votado quando houver vaga.

—"A indicação do nome do sr. dr. Affonso de Escragnolle Taunay, socio correspondente do INSTITUTO desde 23 de septembro de 1911, para ser elevado á classe dos benemeritos na primeira vaga que occorrer, merece todos os applausos da Commissão de Admissão de Socios.

Já por seu valor pessoal attestado por obras, como, entre outras: "Chronica do Tempo dos Philippes", "Grandes Vultos da Independencia", "Na Era das Bandeiras", "S. Paulo no Século XVI", "S. Paulo nos Primeiros Annos", "Cultura e Opulencia do Brasil por suas Drogas e Minas" (com um estudo bio-bibliographico), já pela sua assidua collaboração na *Revista* do INSTITUTO, onde figuram os seus trabalhos—"Prefacio ás Cartas do exilio de d. Pedro II ao visconde de Taunay"; "Frei Gaspar da Madre-de-Deus" "Documentos sôbre a vida e obras de Nicolau Antonio Taunay", "Estudo biographico de Pedro Taques de Almeida Paes Leme" e outros, já pela superior direcção que tem dado ao Museu Paulista, reorganizando-o e collocando-o em nivel que desperta a admiração geral, iniciando a publicação dos seus *Annaes* e a impressão da cartographia antiga de S. Paulo; por todos esses predicados impõe-se o dr. Affonso de E. Taunay á consideração do INSTITUTO, que o tem como dos mais prestantes e competentes membros. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1924. — *Epitacio Pessôa*, relator. — *Ramiz Galvão.* — *Manuel Cicero*."

O SR. AGENOR DE ROURE (2 *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras* do barão do Rio-Branco, as que se referem á data da sessão.

O SR. FLEIUSS communica uma resolução sua e do socio correspondente sr. Alfredo Ferreira Lage, de offerecer, em nome do INSTITUTO, duas placas de bronze para serem collocadas no Convento de Santo Antonio, nas cellas outr'ora occupadas pelos frades Francisco de Mont'Alverne e Francisco de Sancta Tereza de Jesus Sampaio.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO louva essa nobre iniciativa e agradece em nome do INSTITUTO.

Proseguindo com a palavra o sr. PRESIDENTE PERPETUO, diz que o INSTITUTO effectua mais uma das suas commemorações patrioticas: a do centenario do primeiro reconhecimento da Independencia nacional por parte de uma nação estrangeira, os Estados Unidos da America do Norte, sendo que figurou no acto, como representante do Brasil, um dos, mais tarde, fundadores do mesmo INSTITUTO, — José Silvestre Rebello. Do discurso official dessa commemoração, incumbiu-se a inexcedivel gentileza do socio benemerito e 3° vice-presidente, dr. Rodrigo Octavio, cujos meritos e serviços não precisam ser lembrados e que acabam de ter uma consagração excepcional. Refere-se o sr. conde de Affonso Celso á nomeação do dr. Rodrigo Octavio, pelos Estados Unidos e pelo Mexico, para super-arbitro da commissão arbitral, encarregada de decidir antigas e importantes reclamações entre os dous paizes. E' uma alta distincção que summamente honra não só nosso compatricio como tambem o nosso paiz.

O INSTITUTO congratula-se, satisfeito e desvanecido, com o dr. Rodrigo Octavio, certo de que s. ex., no desempenho da elevada, honrosa e merecida commissão, colherá calorosos louvores e applausos, registrando novos triumphos tal como vae succeder com a conferencia, para proferir a qual o sr. PRESIDENTE lhe dá a palavra. (*Muitas palmas.*)

O SR. RODRIGO OCTAVIO, da tribuna, pronuncia a seguinte conferencia:

"Sr. Presidente. Meus senhores.

Em nossa Historia de povo independente, sob o ponto de vista de suas relações internacionaes, a data de hoje memóra o centenario de seu primeiro momento.

Mesmo antes da proclamação solenne e ostensiva de nossa Independencia, na commovedora scena das margens do quieto Ipiranga, o principe, ainda logar-tenente de seu pae

ausente, rei e senhor do Brasil, accentuando a personalidade internacional do novo Estado, endereçara ás Nações amigas o Manifesto de 6 de agosto de 1922, em que solicitava o reciproco estabelecimento de legações e representações diplomaticas.

Vossa excellencia, sr. presidnete, por cuja ordem venho ainda desta vez fazer ouvir minha voz neste respeitavel recinto, rememorando o centenario desse momento historico, já havia egualmente determinado que, aos 6 de agosto de 1922, fosse por mim aqui mesmo recordada a alta significação politica desse documento, cujo centenario então transcorria.

E nem vossa excellencia, ao me encarregar da tarefa de agora, nem eu ao acceita-la, sem medir as difficuldades da empresa, tivemos em mente que os acontecimentos que ora vão ser relembrados são a continuação natural dos acontecimentos que constituiram o objecto da conferencia anterior.

Realmente, o dia de hoje tem a data em que, ha cem annos, era o primeiro representante diplomatico do Brasil independente recebido, nessa qualidade, pelo Governo de uma nação estrangeira que respondia, assim, de modo altamente fraternal e amigo, ao appello do então principe regente.

Essa nação foi a União Norte Americana, ainda na sua infancia, mas já poderoso Estado, com voz auctorizada no concerto internacional.

Não foi esse acto dos Estados Unidos, certamente, de simples benevolencia e sympathia para com o novo Estado, que, aliás, quebrando a uniformidade do regime politico, que fôra naturalmente adoptado para o novo continente, se organizara sob o typo monarchico.

A Politica de solidariedade continental, que devia ser a inspiração da vida conjuncta dos povos americanos, já havia entrado no periodo de suas realizações positivas.

Apezar da instabilidade e insegurança da emancipação das colonias hispanholas da America, algumas, occupadas ainda por fortes contingentes de tropas metropolitanas; apezar da notoria debilidade militar de algumas; apezar das dissenções internas que tornavam ainda mais precaria a força defensiva de sua vida independente; apezar da significativa attitude da Europa, constituindo a Sancta Alliança para restabelecimento do absolutismo e restauração do Imperio Colonial de Espanha; apezar, sobretudo, do interesse que tinham os Estados Unidos em não contrariar a politica de Fernando VII, de cuja boa vontade dependia a acquisição da Florida, territorio vasto e fertil, cuja integração no sólo da União era vista como indispensavel elemento de vida e prosperidade; a despeito de todas essas ponderosas razões, os Estados Unidos

haviam reconhecido a independencia dos Estados americanos de origem espanhola que se estavam constituindo ao Norte e ao Sul do continente.

Em 19 de junho de 1822, fôra recebido na *Casa Branca* o primeiro representante diplomatico das antigas colonias emancipadas, o encarregado de negocios da Colombia; e os demais se seguiram de perto.

E' preciso lembrar que a esse tempo era James Monroe o presidente da grande Nação e esse nome vale um programma, define uma politica, representa uma orientação segura e uma larga visão projectando-se pelo futuro do continente e do mundo. De facto, pouco tempo antes dos acontecimentos, que vou aqui recordar, o presidente Monroe, na memoravel mensagem de 2 de dezembro de 1823 ao Congresso dos Estados Unidos, enunciara os conceitos e affirmações que constituiram a base da Politica continental e lhe immortalizaram o nome.

Ha poucos mezes, na data centenaria dessa mensagem celebre, coube-me a honra de presidir a commemoração promovida pela Sociedade Brasileira de Direito Internacional e ahi tive ensejo de accentuar que "acto de coragem partido de um paiz novo, affrontando a colligação das velhas potencias européas, que tomaram a si a empreitada de restabelecer, na comminação do mundo, a auctoridade divina dos legitimos occupadores dos thronos, a declaração do presidente dos Estados Unidos constitue egualmente um extraordinario acto de previsão politica e social, que se projectou por cem annos e ainda hoje, modificado pelas circunstancias actuaes da existencia do continente americano, persiste, vivaz e benfazejo." E salientei que é como a accentuação corajosa da intangibilidade dos territorios do continente, como a affirmação solenne da effectividade da independencia proclamada pelas antigas colonias saxonias e latinas da America que a doutrina de Monroe nasceu, exercendo, desde logo, no desenrolar da vida politica americana, uma influencia decisiva e protectora que ainda hoje, quando as antigas colonias completaram sua organização politica, constituindo-se em Estados livres e fortes bastante para prover a propria vida e independencia, vive e persiste na solidariedade continental, que encontrou sua fórmula fecunda na concepção do Pan-Americanismo.

Recorde-se, entretanto, que Monroe não era um pensamento isolado no meio politico da America do Norte. Nelle se reflectia toda uma serie de affirmações e de actos, que já constituiam uma tradição.

E' assim que "já em 1808, como lembrei em meu referido discurso, Thomaz Jefferson, extraordinaria figura que Nicho-

las Murray Butler, num recentissimo livro *Building the American Nation*, denomina o *spokesman of the Democratic Espirit*, em carta a Claiborne, governador da Luziania, referindo-se aos rumores de cessão do Mexico e de Cuba a potencias européas, disse: "Consideramos os seus interesses e os nossos como os mesmos, e julgamos que está nesses interesses excluir toda a influencia européa deste hemispherio".

E annos depois, em 1820, quando as nações da America já estavam constituidas ou prestes a ultimar sua integração nacional, separando-se das metropoles, esse pensamento de Jefferson tomou a sua fórma definitiva, e elle viu a grande vantagem da "cordial fraternização de todas as nações e a importancia da colligação dellas em um systema de Politica americana, inteiramente independente e desligada da politica européa". Os principios sôbre os quaes repousa a sociedade pareciam-lhe radicalmente differentes no antigo e no novo mundo, e elle esperava que "nenhum patriota americano jámais perdesse de vista que a Politica essencial da America era impedir, nos mares e no sólo das duas Americas, as luctas ferozes e sanguinarias da ambição européa"; e, como Jefferson, tambem Madison e Adams, desenvolvendo aliás o texto dos versiculos dessas sagradas escripturas, appoiam as phrases lapidares de *Farewell Address*, de George Washington.

Essas idéas se agitavam no cerebro desses pioneiros da formação do espirito americano. Com elles commungava Monroe, e, para bem se aquilatar da intima communhão dessas actividades fecundas, basta lembrar, como ainda agora acaba de fazer o secretario de Estado Hughes, num luminoso discurso, cujo texto o *Jornal do Commercio* proporcionou ao leitor brasileiro, que Jefferson fôra secretario de Estado durante quatro annos da presidencia de Washington; que durante os oito annos de presidencia de Jefferson, Madison foi secretario de Estado; que durante os dous termos da presidencia de Madison, Monroe foi secretario de Estado por seis annos; que durante os dous quadriennios de Monroe, Adams, que o substituiu na presidencia, foi secretario de Estado. Assim, como conceituosamente conclue o preclaro secretario de Estado actual dos Estados Unidos, digno emulo daquellas grandes figuras historicas, que estamos evocando, a doutrina de Monroe teve sua enscenação dramatica com uma declaração sensacional cuidadosamente formulada, mas, em sentido algum, ella foi variante ou qualquer cousa nova ou extranha, enxertada na Politica norte-americana. Ella foi o fructo dessa Politica, e sua designação estava de completo accôrdo com os principios desde muito affagados e tornados quasi sagrados, pelas licções da experiencia".

Dentro dessa atmosphera e com esses precedentes, Monroe, presidente, Adams, secretario de Estado, não era de estranhar que as pretenções do Imperio do Brasil, de se fazer reconhecer pela grande Nação do continente, encontrassem a mais favoravel perspectiva de exito.

Accrescia a circunstancia, notoriamente reconhecida na America do Norte, de nossa entranhada sympathia pela grande Nação que alli se havia constituido; da irresistivel attracção que nos meios brasileiros exerciam, desde o fundo do periodo colonial, as instituições norte-americanas, a orientação continental de sua Politica, o desenvolvimento já marcado do seu progresso.

O Governo do Brasil fôra o primeiro Estado a reconhecer e acceitar a doutrina de Monroe. Nas instrucções dadas ao agente confidencial que para ali mandamos, em 1824, no character de encarregado de negocios e para conseguir o reconhecimento de nossa Independencia, instrucções assignadas por Luiz José de Carvalho e Mello, depois visconde de Cachoeira, preclaro cidadão, que papel tão assignalado desempenhou no exforço multiplo e ingente pelo reconhecimento internacional do Imperio, nessas instrucções, datadas de 31 de janeiro de 1824, isto é, de 59 dias apenas depois da mensagem de Monroe, se encontra a affirmação positiva de que "os interesses do Brasil se acham em inteira concordancia com os proprios principios do Governo dos Estados Unidos e da sua Politica". E, depois de fazer uma indicação desses principios, conclue: "Taes são os principios da Politica desses Estados que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, principios esses que tiveram agora, na mensagem do presidente a ambas as Camaras, em dezembro passado, uma applicação mais generica para todos os Estados deste Continente, visto que na mesma mensagem claramente se annuncia a necessidade de nos ligarmos e propugnarmos pela defensão de nossos direitos e territorios".

E nos é particularmente grato assignalar que assim foi. As relações de todo o genero que se entabolaram sob as inspirações desses patriotico e sabio documento jamais perderam o seu character inicial; e tanto assim que, quasi um século depois, o preclaro presidente Rodrigues Alves, em sua mensagem de 1906 ao Congresso Nacional, poude dizer, com verdade, que "concorrendo para que cada vez mais se estreitem as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da America, não havia feito mais do que seguir a Politica traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independencia e invariavelmente observada por todos os Governos

que o Brasil tem tido". E a verdade dessa affirmação não póde ser posta em dúvida.

Ná parte final do mencionado manifesto de 6 de agosto, documento que, como é sabido, foi escripto por José Bonifacio, então ministro do Reino do Brasil e dos Negocios Estrangeiros, proclamou o principe regente que "esperava que os homens sabios e imparciaes de todo o mundo e que os Governos e nações amigas do Brasil houvessem de fazer justiça á tão justos e sabios sentimentos, continuando com o Reino do Brasil as mesmas relações do mutuo interesse e amizade". E concluia: "Estarei prompto a receber os seus ministros e agentes diplomaticos e a enviar-lhe os meus enquanto durar o captiveiro d'el-rei, meu Augusto Pai".

E, como informa Rio-Branco, em seu documentado estudo sôbre o *Brasil, os Estados Unidos e o Monroismo*, apparecido, pela primeira vez, sob o pseudonymo J. Penn, nas "publicações á pedido do *Jornal do Commercio*, e posteriormente, sob sua assignatura, em o numero de maio e junho de 1912 da *Revista Americana*, seis dias, apenas, depois da data do manifesto, aos 12 de agosto de 1822, o principe regente assignava o decreto de nomeação de Luiz Moutinho Lima Alves e Silva, official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, para encarregado de negocios nos Estados Unidos da America, por entender, como reza o decreto de nomeação, "ser indispensavel nas actuaes circunstancias politicas que houvesse pessoa que, em Seu Real Nome, tractasse directamente juncto aos Estados Unidos os negocios que occorrem relativamente a ambos os paizes".

Essa foi a primeira nomeação diplomatica assignada pelo principe regente. No mesmo dia, porém, por actos posteriormente subscriptos, segundo ainda informa Rio-Branco, foram egualmente assignados os decretos de nomeação para Londres, do marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois marquez de Barbacena, e, para Pariz, de Manuel Rodriguez Gameiro Pessôa, depois visconde de Itabaiana.

A nomeação de Luiz Moutinho não teve, entretanto, effectividade; preso, por multiplos affazeres, á Secretaria de Estado, de que depois foi nomeado official maior, cargo que correspondia ao de director geral, Moutinho não chegou á partir para os Estados Unidos. Depois, veio o 7 de septembro, veio a proclamação do Imperio, veio o advento do principe regente como imperador do Brasil... E, aos 21 de janeiro de 1824, foi nomeado encarregado de negocios do Im-

perio nascente nos Estados Unidos da America João Silvestre Rebello, que para alli partiu immediatamente, desembarcando em Baltimore no dia 28 de março e chegando a Washington a 3 de abril.

Sabe-se que apenas 54 dias depois, aos 26 de maio, data da que hoje transcorre o primeiro centenario, foi elle officialmente recebido pelo presidente Monroe, dando-se desse modo o reconhecimento do Imperio pela grande Nação do Norte.

E é tudo de que consta a Historia. De José Silvestre Rebello, o diplomata noviço, mas que, de um modo tão expedicto e satisfactorio, deu conta de sua missão, sabe-se que foi um dos fundadores deste INSTITUTO, razão para que seu nome seja aqui recordado com o maior acatamento e carinho. Portuguez de origem, elle desde logo se incorporou na corrente dos que ambicionavam a independencia da nova patria e foi um dedicado e sincero obreiro desse glorioso movimento. Commerciante, porém dado a estudos economicos e de Geographia, illustrou seu nome e fez-se conhecido nos circulos intellectuaes. Delle occupando-se, em seu ***Diccionario Bibliographico Brasileiro***, nos fornece Sacramento Blake as seguintes informações:

"Nascido em Portugal entre o terceiro e o ultimo quartel do século passado, segundo calculo, falleceu no Rio de Janeiro em agosto de 1844. Negociante na praça desta cidade, quando se tractou da nossa emancipação politica, não só adheriu a ella como tambem cooperou para a sua realização, e foi depois aos Estados Unidos da America do Norte como enviado do Brasil, com o fim de tractar do reconhecimento de sua independencia. Foi um dos que se associaram ao conego Januario da Cunha Barbosa e brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos para a fundação do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO; era socio da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, commendador da Ordem da Rosa, e escreveu:

— *O Commercio Oriental*: Descripção mercantil de todos os portos que jazem desde o Cabo da Bôa Esperança até ao Japão; dos pesos, medidas e moedas que nelles se viram, egualmente das mercadorias que melhor se vendem e dos generos que delles se exportam, da natureza destes e do modo de os escolher; extrahida em parte, e em parte ampliada da obra que sôbre este assumpto escreveu Milburn, offerecida a el-rei Nosso Senhor. Rio de Janeiro, 1820, 579 pags., in-4°, com uma carta geographica.

— *O Brasil visto de cima*: Carta a uma Senhora sôbre as questões do tempo, por "Trezgeminos Cosmopolitas". Rio de Janeiro, 1822, 46 pags., in-4°. Consta-me que ha uma edição de 1839.

— *Carta* ao redactor da *Malagueta*. Rio de Janeiro, 1822, 24 pags., in-4°; tracta de acontecimentos da epocha, com o mesmo pseudonymo.

— *Carta* ao redactor do *Espêlho* sôbre as questões do tempo por Tes. Ges. Ca.as. Rio de Janeiro, 1822, 16 pags., in-4°. Faz referencia ao conde de Palmella.

— *Memoria* sôbre a cultura da canna e elaboração do assucar. Publicada no *Auxiliador da Industria*. 1833.

— *Memoria* sôbre a cultura do cafeeiro. Idem. 1833.

— *Memoria* sôbre a necessidade de se crearem sociedades entre os homens. Idem. 1833.

— *Memoria* sôbre os canaes e sua utilidade. Idem. 1840.

— *Se a introducção dos africanos no Brasil serve de embaraçar a civilização dos indios cujos trabalhos foram-lhes dispensados pelo trabalho dos escravos. Neste caso qual é o prejuizo da lavoura brasileira, entregue aos escravos?* Da *Revista do Instituto Historico*, tomo 1°, pags. 16 e seguintes.

— *Discurso sôbre a palavra Brasil* — Idem, tomo 1°, pags. 298 a 305, e tomo 2°, supplemento, pags. 622 a 627.

— *Povoação do Brasil* relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes. Idem, tomo 45°, pags. 327 a 340.

— *Qual era a fórma por que os Jesuitas administravam as povoações de indios que estavam a seu cargo?* Programma do INSTITUTO, 1841 (Inédito).

— *Quaes sejam as causas da espontanea extincção das familias indigenas que habitavam as Provincias littoraes do Brasil, se entre essas causas se deve enumerar a expulsão dos jesuitas que pareciam melhor saber o systema de civilizar os indigenas* — O autographo de 8 pags., in-folio, pertence ao INSTITUTO HISTORICO.

Fundador, como já se viu, deste benemerito e glorioso INSTITUTO, foi, por occasião de seu fallecimento, feito aqui seu elogio funebre pelo orgão de Manuel de Araujo Porto-Alegre, na sessão solenne de 14 de dezembro de 1844; e, nestes termos, aliás, de pouca elegancia e de contradictorias referencias, se exprimiu o illustre orador:

"Na pessoa do commendador José Silvestre Rebello perderam o INSTITUTO e a Sociedade Auxiliadora da Industria Na-

cional um homem preciosissimo. Actor no drama da nossa Independencia, obreiro incansavel na prosperidade de sua patria adoptiva, eu cansaria a vossa paciencia si enumerasse todos seus modestos serviços prestados em favor da patria.

"Os grandes edificios não são compostos sómente da pedra que nos fere a vista, nem das de uma grande dimensão. Nos intervallos das abobadas que sustentam e ligam os edificios, nos centros dos pilares que sustentam as arcadas, e no massiço de seus alicerces, tambem entram calhaus de uma irregular figura e pequenissima dimensão. A Historia, a Geographia, a Industria e a Agricultura do Brasil devem muito a este benemerito obreiro.

"Como enviado secreto aos Estados Unidos da America, elle desempenhou a sua missão de fazer reconhecer a Independencia de uma maneira rapida e satisfactoria. Como homem de letras possuia raros conhecimentos da Historia e Geographia; como membro do INSTITUTO, era uma columna firme, trabalhador zeloso e modesto; além dessas especialidades, tinha muitas idéas de Archeologia, Numismatica e Esthetica, possuindo um gabinete e bibliotheca que attestavam grande amor ao estudo e apreço ás bellas-artes. O INSTITUTO perdeu nelle um membro prestante; um homem possuido desse fervor, desse inapreciavel fanatismo pela prosperidade do Brasil".

E é tudo o que se disse do homem, esse pouco. Quanto ao feito são do mais doloroso e injustificado silencio os nossos historiadores. Armitage, Pereira da Silva, Varnhagen, na *Historia Geral*, como na da *Independencia*, Rocha Pombo, o mais recente de todos, referem-se ao reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos em quatro palavras, alguns, incidentemente, e, todos sem uma data, sem a menção de um nome. O sr. Oliveira Lima, tão erudito e meticuloso em seus trabalhos historicos, no livro especialmente consagrado ao *Reconhecimento do Imperio* não se occupa do reconhecimento pelos Estados Unidos; e entretanto, sr. presidente, tracta-se do primeiro acto de reconhecimento internacional, com que foi honrada a nação; e assim, quem quer que se occupasse do reconhecimento do Imperio, de nenhum outro caso se deveria occupar primeiro.

Benemerita é, pois, duas vezes benemerita, a iniciativa deste INSTITUTO, fazendo lembrar os feitos, de que hoje transcorre o centenario.

Benemerita, porque commemora uma data assignalada nos fastos de nossa Historia de povo independente; benemerita porque concorre para levantar do olvido factos até agora injustificadamente exquecidos;

A verdade, sr. presidente, é que sôbre o reconhecimento de nossa Independencia pelos Estados Unidos, o só que existe é a correspondencia de nosso agente diplomatico enviada ao ministro dos Negocios Extrangeiros do nascente Imperio, cartas até este momento ainda não publicadas e de que tive conhecimento por cópias, que me foram confiadas pelo meu egregio amigo, o sr. João Pandiá Calogeras, que tem em mãos uma obra sôbre a Independencia do Brasil, na qual, desta vez podemos estar seguros, a historia será contada por inteiro e com justiça.

Consta essa correspondencia de algumas cartas, das quaes, as de 26 de abril e de 26 de maio encerram o relato minucioso, e ás vezes pittoresco e ingenuo, das negociações, e seu exito surprehendentemente rapido.

Baseado nessas cartas, Pereira Pinto em seus preciosos *Apontamentos para o Direito Internacional*, no preambulo de estudo sobre o *Tratado de Amizade, Navegação e Commercio com os Estados Unidos*, de 12 de dezembro de 1828, refere as negociações de Silvestre Rebello e seu recebimento pelo presidente Monroe; tambem baseado nellas o barão do Rio-Branco escreveu a primeira parte de seu já aqui referido artigo sôbre o *Brasil, os Estados Unidos e o Monroismo*; e o sr. Helio Lobo, que com tanto brilho para seu nome e proveito para nosso paiz, tem se feito ouvir em diversas Universidades do Sul e do Norte do Continente, dellas se serviu para as Conferencias que realizou nas velhas escholas de Harward, em Boston e Colombia, em Nova York, e foram recolhidas ás páginas de seu livro de *Cousas Diplomaticas*.

E foi nessas cartas que fui haurir as informações que estou tendo a honra de communicar aos meus ouvintes desta tarde. Para maior fidelidade em minha narração terei daqui a pouco de ler alguns trechos dessas cartas e preciso, desde já, prevenir aos que me ouvem que não vamos travar relações com um diplomata ousado e astuto, nem com um homem de fino e alevantado espirito.

José Silvestre Rebello era certamente um homem honesto e um convencido cidadão. Entretanto, por seus escriptos, pelo que se sabe de sua actuação nos movimentos da epocha, actuação que Porto-Alegre, seu contemporaneo e consocio, tão modestamente classificou, e pela vida apagada que teve depois do exito de sua famosa missão, não se descobre porque foi elle o escolhido para esse delicada incumbencia, de cujo exito tanto dependia o futuro da Nação.

Talvez porque conhecesse o inglez, idioma de pouco vulgar conhecimento entre nós, naquelle tempo... E' uma

simples supposição que eu aventuro, mas que as circunstancias legitimam plenamente.

O facto, porém, é que nomeado, si grandes talentos e engenho não mostrou, a verdade é que se houve com habilidade, e, como novo Cesar, foi, viu e venceu. Gloria, pois, ao seu nome.

Do que ides ouvir, do que disse, pensou e escreveu José Silvestre, tomae em consideração, principalmente, a sadia inspiração que o animava. O Brasil dava os primeiros passos, vacillantes e inseguros, de sua vida independente; seus diplomatas não podiam ser os émulos dos requintados especimes que, já por esse tempo, nos offereciam as velhas civilizações européas.

Como quer que seja, porém, honrado com a confiança do Govêrno Imperial, José Silvestre Rebello partiu levando instrucções que constituem um assignalado documento, digno de exclarecido estadista, como era, sem duvida, o futuro visconde de Cachoeira.

Como elemento substancial deste bello incidente de nossa Historia diplomatica, o teôr dessas instrucções não podem deixar de fazer parte integrante deste estudo. Dellas, porém, apenas referirei as partes, que de modo mais directo se entendem com o objecto principal delle.

E' assim que resavam essas instrucções, subscriptas por Carvalho e Mello, com data de 31 de janeiro de 1824, entre outras avisadas recommendações, ás seguintes:

"1ª. Reconhecendo S. M. Imperial a vantagem que deverá resultar a este Imperio de estreitar as antigas relações, e promover novas com os Estados conterraneos, consolidando assim em particular a Independencia do Brasil, e em geral a deste Continente Americano, que nunca poderiam chamar-se inteiramente livres emquanto uma parte, tão consideravel delles, como o Imperio do Brasil, permanecesse do lado de fóra da linha das Nações: Houve por bem Nomeal-o seu Encarregado de Negocios junto aos Governos Estados Unidos da America, e por esta occasião mandar remetter-lhe a sua competente carta de Crença e as Instrucções que o deverão reger.

"2ª. Apenas chegar não perderá tempo em apresentar a sua credencial: e sendo natural que antes de ser admittido officialmente se fação tentativas para empenhal-o em aberturas confidenciaes com terceiras pessoas não autorizadas, V. Mcê. fará sentir com dignidade a sua repugnancia para entrar em quaesquer conferencias sem ter sido préviamente recebido e tratado no pé correspondente ao seu caracter publico, fazendo ver o quanto seria incoherente com os prin-

cipios constitutivos dos governos americanos, e quanto impeceria a Causa Geral dos Americanos na Europa, si esses Governos hesitassem hum só momento em tratarem-se com as demonstrações que os Supremos Governos dos Povos se devem mutuamente;

"4ª. Se introduzirá com os Enviados Estrangeiros que ahi residirem, sobretudo com os de outros Estados Americanos, mostrando sempre predilecção para com elles, e affectando huma exclusiva parcialidade pela Politica americana...;

"5ª. Para convencer esse Governo do particular interesse que lhe resulta em reconhecer prontamente a nossa Independencia, bastará trazer á lembrança o que tantas vezes se tem dito e escripto sobre o perigo que corre a America, si na sua actual posição não concentrar-se em si mesma e reunir-se toda para oppôr huma barreira ás injustas tentativas da velha e ambiciosa Europa. Fará ver particularmente neste caso 1º, a Politica da Grã-Bretanha que parece querer tirar partido das disposições entre as Metropoles e suas Colonias, e sobretudo entre o Brasil e Portugal, a quem considera como um pupilo; 2º, que no caso de não achar o Brasil o apoio e coadjuvação, que necessita, no proprio Continente Americano, se verá obrigado a ir procural-o em alguma Potencia da Europa, mas que neste caso importaria aos Estados Unidos tomar o passo á França ou Inglaterra ou afastar estas Potencias de toda a ingerencia nos nossos negocios. He, pois, manifesto pelo que fica dito que este reconhecimento, he do proprio interesse dos Estados Unidos, por ser conveniente ao Systema Politico da America que haja mais huma Potencia Independente e poderosa, conveniencia que se faz ainda mais palpavel quando se considerar o quanto convem oppôr á influencia da Grã Bretanha, antiga rival dos Estados Unidos, e em geral á influencia européa, um Estado de grandeza e força tal qual seria o Brasil e os Estados Unidos ligados entre si, afim de que para o futuro não prevaleça a politica européa á americana. Isto é tanto verdade que nada conviria ás colonias do Novo Mundo separarem-se de suas metropoles, se lhes fosse mistér cahirem sob a protecção de outra qualquer potencia da mesma Europa. Quanto á vantagem que ganharia o commercio dos Estados Unidos é evidente que elle avultaria na proporção do enthusiasmo que motivaria no Brasil um prompto reconhecimento.

"6º. Ora si os Estados Unidos da America por motivos de particular interesse devem reconhecer a Independencia do Imperio do Brasil, como fica provado, muito mais se deve esperar desta grande Nação, quando accresce que seus mesmos interesses se acham em concordancia com os proprios prin-

cipios de seu governo e da sua politica; porque é notorio que esse governo reconhecendo, como fez, a Independencia das ex-colonias hespanholas, fundou-se no principio de que, tendo sido expulsos os hespanhóes pela força, e ficando essas colonias libertadas do mundo europeu, assumindo nova fórma de governo com marcha regular, a *Independencia existia de facto*. E por esta occasião disse o Presidente dos Estados Unidos na sua mensagem á Casa dos Representantes em 1822 para serem reconhecidas as ex-colonias que — When the result of such a contest is manifestly settled, the new government have a claim to recognition by other — e concluiu declarando, que as provincias, que teem proclamado a sua Independencia e estão no goso della, devem ser reconhecidas. Taes são os principios de politica desses Estados, que por si eram subeijos para apressar o nosso reconhecimento, principios estes que tiveram agora na mensagem do Presidente á ambas as Camaras em Dezembro passado, uma applicação mais generica para todos os Estados destes continentes, visto que na mesma mensagem claramente se annuncia a necessidade de nos ligarmos todos e propugnarmos pela defensão dos nossos direitos e territorios. Si acaso, na occasião em que as ex-colonias hespanholas foram solemnemente reconhecidas pelo governo americano não foi egualmente incluido o Brasil, a razão não podia ser outra, senão a de não ter ainda este Imperio fixado definitivamente a sua categoria, posto que já dissidente de Portugal; além de que não tinham mandado, como as outras ex-colonias fizeram, os seus emissarios ao governo dos Estados Unidos afim de solicitarem semelhante reconhecimento, o que agora se pratica com toda a esperança do mesmo resultado, principalmente tendo sido a nosso favor o parallelo que se fizera entre este Imperio e as ex-provincias hespanholas, pela maior parte ainda vacillantes e dilaceradas pela guerra civil. E' pois impossivel que a revolução destas provincias brasileiras não tenha attrahido e excitado a mesma sympathia dos cidadãos e governos dos Estados Unidos, que mereceram as do continente hespanhol cujas provincias, á proporção que iam separadamente proclamando a sua Independencia — a saber Buenos Aires em 1816, a Republica Federativa da Colombia, pelo Acto Final de 1819 — Chile, em 1818 — o Perú em 1821 — e o Mexico no mesmo anno, tinham logo entrada franca nos portos dos Estados Unidos debaixo da protecção do mesmo governo, e tanto os seus navios publicos como particulares tinham a liberdade de exportarem todos os artigos que eram objecto de commercio em outras nações.

"7ª. Por outra parte fará V. Mcê. tambem vêr com toda a clareza e franqueza a justiça dos motivos em que se funda

a Declaração da Independencia e Imperio do Brasil. Estes motivos são tão sabidos por cada um brasileiro, que julgo desnecessario produzil-os, e deixo á sua intelligencia o fazer delles o detalhe energico e circumstanciado que acabará de dar ás nossas pretenções o cunho da maior legalidade, e mostrará a todas as luzes o direito que temos aos bons officios e coadjuvação da primeira nação, que neste hemispherio quebrou os ferros coloniaes e constituiu-se implicitamente na obrigação de ser fiadora destes mesmos principios para com as outras nações, que depois teem seguido na mesma gloriosa vereda.

"15.ª Sondará a disposição desse governo para uma liga offensiva e defensiva com este Imperio, como parte do continente americano, comtanto que semelhante Liga não tenha por bases concessões algumas de parte a parte, mas que se deduza tão sómente do principio geral da conveniencia mutua proveniente da mesma Liga.

"18.ª Existindo ainda neste vasto Imperio alguns restos dispersos de facções Republicanas, que sua Magestade Imperial com Sua Costumada Actividade e Sabedoria tem quasi inteiramente aniquilado, e sendo provavel que estas facções procurem ter fóra do imperio um pouco de apoio, V. Mcê. indagará escrupulosamente, mas com toda a delicadeza, se nos Estados Unidos existe o fóco deste partido, quaes sejam as pessoas influentes e quaes as suas correspondencias e maquinações, e do que observar dará conta secretissima para este Secretario d'Estado."

Perfeitamente imbuido do espirito destas sabias recommendações, o agente diplomatico brasileiro desembarcou em Baltimore e, de como se houve nésta cidade e em Washington, das cousas que disse, ouviu e respondeu, elle mesmo, em sua linguagem simples mas profundamente sincera, melhor dirá do que eu em paraphrase ou resumo que fizesse.

Recordemos, como já aqui se disse, que era secretario de Estado da União Norte-Americana, John Quincy Adams.

Em sua primeira carta, datada de Washington, 26 de abril, assim se exprime Rebello:

"Eu desembarquei em Baltimore em 26 do paçado, e me annunciei como hum individuo, que vinha do Brasil a tratar negocios com este Governo, sem me dar um caracter; lembrando-me da questão com os trastes do Rodney nessa e sendo consequente p. o Reconhecimento do Imperio preceda a tudo o mais que he publicamente diplomatico: Apezar do meu silencio o Capm. do Brigue disse o q. quiz e em consequencia appareceu na Gazeta do dia seguinte o q. V. E.

verá no papelinho incluzo; esta declaração provocou na seguinte as reflexoens q. V. Ex. verá no outro, e não foi ali desmentido em parte o annuncio anterior porque, como a Gazeta não he papel official (me dicerão) pode pôr o que quizer. Nos cinco dias, pois, que ali me demorei para dezembarcar os meus trastes (duas comodas das quaes me pedio o guarda q. abrisse sendo os volumes dez), vestir-me a moda da terra, e preparar-me para as dez legoas que tinha a fazer por terra: Recebi daquelle hospitaleiro povo finezas, e obsequios continuados. No dia 30 escrevi ao Cruz (1) em Filadelphia a Carta N.oo Devi estas atenções a huma carta do consul C. Raguet (2) a Eward. J. Coxle; com elle pois vizitei todos os estabelecimentos publicos, bem q. com pouco o Muzeu e a Academia, e o resultado foi dar-me boa fama. Vizitei as principaes pessôas, q. me corresponderão, e entre ellas a hum dos veneraveis fundadores deste Governo — Caroll —, hum dos que assignaram a acta da Independencia, velho de 87 annos, ao qual fazendo hum Resumo da nossa Constituição pois q. como tal chamei projecto que s. m. teve a bondade darnos, ponderei-lhe que entre nós e elles essencialmente só existia a differença de q. o seu primeiro Magistrado era electivo e se chamava Presidente, ao mesmo tempo que o nosso éra hereditario e se chamava Imperador. Eu não sei, me disse o veneravel Ancião, se V. não tem acertado, e não vão melhor; sempre que temos a fazer a eleição de Presidente he huma desinquietação: Terá visto nas Gazetas insultos, e louvores aos cinco pretendentes de agora; isto faz comichões e suscita sustos; o certo é que o bom Governo não depende absolutamente da sua organização; estriba-se no vigor, franqueza, verdade e probidade da Administração. Estes mesmos sentimentos presenti em muita gente de bem."

Mais adeante prosegue a carta:

"Na segunda-feira seguinte ao sobred°, dia 3 em que cheguei a esta cidade, dirigi ao Secretario d'Estado Respectivo a Nota 1ª com a cópia da Credencial, hindo a Nota, em Portuguez, no seguinte de manhã; descobrindo primeiro ao Encarregado de Negocios do Mexico, o coronel José Anastacio Torrens, por seu aviso fui entregar á porta do mesmo Ministro uma sedula de Visitta. Ao apear-me do coche na volta para

---

(1) Era um consul brasileiro desde alguns mezes nomeado para Philadelphia.

(2) Era o consul americano no Rio de Janeiro, depois, como se verá, nomeado encarregado de negocios, posto em que serviu até 10 de março de 1827.

casa, Recebi hum convite da Senhora para a partida á noite. Fui com o Mexicano, e o Ministro, depois de me apresentar á Senhora, disse-me com muito bom modo, que elle esperava ver-me o seguinte dia ás duas horas no seu Gabinete na Secretaria.

"Appareci na hora indicada e tivemos a conversação seguinte. Feitas as cortezias disse eu — S. M. o Imperador do Brasil, querendo augmentar as relações de Commercio, e Politica existentes naturalmente entre o Brasil e os Estados Unidos, mandou-me aqui para patentear esta sua vontade e assegurar ao Governo dos Estados Unidos do desejo que tem de ver entaboladas Relações Politicas entre o Brasil e este paiz; Dizendo isto entreguei-lhe a minha Credencial. Leu o sobscripto com muita attenção, e sem abrir disse-me: Este he o original do papel que me mandou, o qual poz sobre a Meza; pois bem, a Nós consta-nos que no Brasil se acha creado um systema de Governo que se chama Imperial, mas sabemos isto pelas Gazetas; Aquelle Governo não nos fez até aqui saber officilamente, nem porque se declarou independente de Portugal, nem nos mandou a sua Acta de Independencia, nem outra da creação do Imperio; Nós ignoramos o que lá se paça. — Se o ignorão, a culpa não é nossa, he dos seus Agentes, porque todos esses Documentos se imprimirão, e Correm o Mundo; bem podião elles pois ter-lhes mandado. — Quando digo que não Temos recebido esses Documentos, contestou, não se deve entender que os nossos Agentes os não mandarão: o que se infere é que o Governo do Brasil não os remetteu officialmente; portanto para marcharmos em regra hade mandar-me huma narração succinta do que por lá se tem paçado, com a Acta da Declaração da Independencia, e a outra da Declaração do Imperio; eu apresentarei estes papeis ao Presidente; serão provavelmente mandados ao Congresso e resolver-se o modo de Reconhecer o Brasil como uma Nação Independente. Eu lhe contestei, não tenho inconveniente algum em fazer esse Relatorio, e de mandar esses papeis. A justiça do Brasil no acto de declarar a sua independencia he publica he fundada no primeiro de todos os direitos, o direito de conservação propria: Os portos do Brasil forão abertos ao Commercio do mundo em 1808 por El Rei, que é hoje de Portugal, e então deixou o Brasil de ser Colonia; em 1815 foi elevado a cathegoria de Reino, chamando-se o Monarcha Rei de Portugal, Brasil e Algarves; como tal teve Ministros dos Estados Unidos, logo, este Governo já tratou o Brasil como hum Reino. Pois bem, as Cortes de Portugal, o Governo dessa Nação quiz privar-nos da Cathegoria, e quiz

outra vez fazer-nos Colonia; isto está provado pelas Gazetas de lá.

"Nós nada mais temos feito do que concervar o que já eramos, cathegoria de Nação e chamarmos o Nosso Soberano Imperador; mas isto é uma palavra que nada altera o direito de ser-mos considerados huma Nação Independente; o Nosso Governo está estabelecido e fundado na Reprezentação popular; Temos Corpo Legislativo dividido em duas Camaras, administração de Justiça Independente; he verdade que o Chefe do Poder Executivo he hereditario, e se chama Imperador, mas assim o quiz o Povo, que tem lá o mesmo direito, que o Povo aqui teve de querer o seu eleito, e que se chamasse Prezidente. S. M. o Imperador he o primeiro Republicano do Brasil, e aqui para nós, talvez o unico que lá ha. — Bem, me replicou, tudo isso espero eu que nos mande por escripto, não se esquecendo de citar que o Brasil já era Reino desde 1815; á vista dos seus papeis he que o Prezidente, e o Congresso Resolverão e como se hade fazer o Reconhecimento da Independencia do Brasil."

"Nós não temos aqui quem entenda bem a lingua Portugueza; o Abbade Correia, Amado Gxehon que lhe sucedeu e todos os outros Agentes Portuguezes posteriores até Barrozo, que está agora, sempre nos mandarão as suas Noticias em Francez; Se quizesse fazer assim seria bom, porque torno a dizer, não temos cá quem entenda bem a lingua Portugueza. — Este Governo fez-se huma regra, segundo ouvi lhe repetir, de responder sempre na sua lingua ás Nottas Extrangeiras, logo parece que deve esperar que os outros lhe mandem as suas, cada um na sua respectiva lingua. — Ademais o Brasil, e os Estados Unidos devem vir a ter relações interessantissimas, tanto politicas, como mercantis; principiando cada hum a corresponder-se na sua lingua respectiva, suscitar-se-ha a necessidade do estudo das mesmas: Ora, isto hade com o tempo vir a ser muito util aos dous povos; logo devemos communicar-nos. Eu em lingoa Brasileira, ou Portugueza; V. Ex. em lingua Americana, ou Ingleza. Para facilitar, porém, a intelligencia das minhas Nottas, e por obsequio a V. Ex. eu as mandarei traduzidas em vulgar, assignando comtudo só o original."

—"Bom, disse ele, e ficamos calados. Interrompi eu o silencio e disse: S. Ex. o Presidente na sua Mensagem ao Senado disse que a politica dos Estados Unidos era reconhecer os governos existentes *de facto*; Ora, no Brasil existe um governo *de facto* estabelecido, logo deve ser Reconhecido."

—"Elle assim o parece, me Respondeu, mas para fazer isso he necessario que os papeis, que nos mandar, o provem;

bem entendido que se não deve esquecer de nos citar a cathegoria de Reino, dada ao Brasil depois de 1815. — Assim o farei, accrescentei eu, pegando no meu chapéo. Levantou-se e acompanhou-me até a porta com muita hurbanidade. He hum homem Respeitavel pela sua fizionomia, pelas suas maneiras chãas, e pelos seus polidos modos.

No seguinte dia meti mãos a minha narração, e para soffrer huma demora que me affligio, fui essa noite atacado de uma fluxão nos olhos, que me impedio de escrever, e sahir de casa quatro dias; então conheci que estava só, e em paiz extrangeiro, e que se os Negocios hão de marchar com actividade, outra creatura mais se precisava. Diminuida a molestia que atribui ao fogo de Carvão de Pedra, peguei-me ao trabalho, e no dia 20 mandei á Secretaria a Notta 2ª, em Portuguez e Inglez; cubrindo a Narração e Documentos pedidos só em Inglez, os quaes remeto por copia, Rubricados de 1ª a 13ª, e vão mesmo em Inglez, para que o Governo de S. M. veja as proprias palavras de que me servi, as quaes espero que serão approvadas por S. M."

Refere depois a carta outros incidentes extranhos ás negociações com o secretario do Estado, e conclue assim: — "No dia 20 era outra vez a partida em caza do Ministro, e fui, e com a mesma bondade me disse que tinha recebido os meus papeis, que poria na presença do Presidente que teria hum Resultado. Estendemos um pouco a conversação emquanto entravam as visitas, ponderei-lhe as conveniencias, que resultarião á America da União Politica dos Estados Unidos e do Brasil; lembrei-lhe que sendo eu diplomatico novo, era de esperar que commettesse faltas; rio-se e disseme que não era assim. Ha cinco dias, pois, que lá estão os meus papeis, e se tardar outros cinco sem os mandar ao Senado, hei-de queixar-me em uma Notta."

* * *

Um mez, dia a dia, decorreu da data desta primeira missiva do nosso agente, e outra carta foi mandada, trazendo a data que hoje o calendario repete. E' claro que essa carta foi escripta em diversos dias, recebendo, afinal, a data do dia em que, obtido um resultado satisfactorio, foi ella encerrada e mandada ao seu destino.

Dessa nova missiva, tão interessante e suggestiva como a primeira, communicarei aos meus ouvintes os trechos principaes.

Nella escreveu Rebello: — "No dia 5 do corrente, precedente prévio aviso pessoal do Secretario de Estado tivemos

na Secretaria a Conferencia seguinte. — Puz, me disse, na presença do Presidente os papeis, e notas, que me tem mandado; e á vista dellas não está este Governo resolvido a reconhecer já a Independencia do Brasil; primeiramente por que he hum paiz que não tem ainda o seu governo organizado, pois que não tem ainda uma Constituição. Em segundo logar, não quer o systema de Governo Imperial, e a prova é que a Provincia de Pernambuco está com as armas na mão; e quer, outro systema de Governo; aqui tem (e dizendo isto mostrou-me) a copia da declaração do bloqueio datada do Rio de Janeiro e communicada officialmente. Em terceiro logar, porque o official francez naquelles mares, que commanda a esquadra, levou ordem para tratar ao seu, que chama Imperador, como Principe Regente. Todas essas razõens, bem vê, embaração este Governo de Reconhecer a Independencia, o Imperio do Brasil; ellas "são certamente justas".

"Todas ellas, a meu modo de ver as cousas, lhe Respondi, ainda mesmo sendo verdadeiras não devem embaraçar este Governo de reconhecer a Independencia e o Imperio do Brasil.

"Primeiramente o Governo Imperial está perfeitamente organizado, e supposto que a Constituição não está ainda jurada, comtudo, dos papeis, que mandei a V. Ex. e dos que tenho em casa, se vê que o Povo quer que o projecto seja Constituição e provavelmente será jurada no dia 3 de Maio. Mas supponhamos o Brasil sem Constituição por algum tempo, este Governo tem Reconhecido Naçõens Independentes ás anteriormente, Colonias Hespanholas", as quaes quasi todas estão sem Constituição; no Mexico ainda não ha; no Rio da Prata ainda se ha de fazer; no Chile, ainda não está acabada, e o que he mais notavel, o Perú ainda não he uma Nação, pois que está la, e muito bem postado, hum Exercito hispanhol, e com tudo já he huma Nação Independente para este Governo.

"Emqut°. a bulha em Pernambuco ela he simplesmente pessoal; se S. M. o Imperador tivesse nomeado Prezidente o homem que la si tinha apossado do Governo, estaria esta Provincia em paz como estão as outras; mas ele he mao homem, e hade largar o posto; o Governo do Brasil tem meios de o chamar á ordem. Porém suponhamos q. huma ou outra Provincia do Brasil se subleva, não foi a Inglaterra sempre huma Nação para as outras, mesmo nas questõens entre as casas de Iork, e Lancastre, não foi este argumento o de que se serviu a commissão, que o Congresso aqui encarregou de relatar se se devia, ou não reconhecer a Independencia das Colonias Hispanholas ? logo ele he aplicavel á situação do Brasil.

"O official que foi commandar a Esquadra Frãnceza, hade ter mais cortezia, e mais amor á sua pessôa do que avizarão a V. E. O Agente Francez, o Conde Gestas vai a Corte no Rio de Janeiro, e trata a S. M. Imperial com o Respeito devido aos Soberanos dos Povos Livres.

"Lord Amerst, Governador Geral de Bengalla, o que he alguma cousa mais do que ser Commandante de huma Esquadra Franceza, comprimentou, paçando pelo Rio de Janeiro, a S. M. como a hum antigo Soberano. Os Francezes são um Povo mui polido, não é provavel que faltem ao seu dever, e he mais natural que o Governo aqui esteja mal informado.

"Todas essas razoens forão atendidas, e meditadas, me contestou, mas ha uma mais forte, que todas elas, e que seriamente nos deve embaraçar de Reconhecer o Brasil como Independente. Communica-se-nos de Lxa. que o seu Principe Regente se empenha em reunir o Brasil a Portugal outra vez, e bem vê que fariamos mau papel Reconhecendo huma Nação que não ha de durar. Não Senhor, lhe respondi abanando a cabeça. O Brasil nunca mais hade fazer parte da Nação Portugueza. S. M. o Imperador não tem tal ideya, he primeiro brasileiro; he hum mentiroso quem lhe levantou esse testemunho. O Governo he hoje composto de Brasileiros, e eles não querem. Nos Gabinetes do Mundo, aonde se pença bem, não se admitte o plano; se tal paçasse pela cabeça de alguem, a não ser a cabeça dos Lisboetas, o primeiro passo que se desse seria a ruina de S. M. o Imperador, a de todos os Brasileiros, a dos Portuguezes, e hum fatal desfalque para o Commercio do Mundo; ora hum projecto que so oferece desgraças não pode ser concebido por ninguem; he possivel fazer no Brasil outro S. Domingos, mas não é possivel fazello mais Colonia de Portugal. Suponhamos com tudo que havia tal projecto, eis ahi uma razão de mais pª. que este Governo Reconheça sem perda de tempo a Independencia do Brasil; isto feito, fica habilitado para mandar ao Rio de Janeiro hum homem de talento com hum caracter Diplomatico, o qual se deve empregar em embaraçar a tal sonhada Reunião; porque nada ha mais oposto aos interesses deste paiz; Raguet he certamente hum homem muito capaz, mas he hum Consul, e estes não podem falar Diplomaticamente. A America deve ser independente da Europa, eis aqui o verdadeiro e principal alvo do Governo dos Estados Unidos; logo deve qtº. antes Reconhecer o Brasil, e o seu Governo, e este Reconhecimento habilitará este Governo com um argumento mais contra a sonhada Reunião. O Brasil, eu o repito a V. E., he, e, será já agora, para sempre, independente, e o Seu Governo, tal qual está, permanecerá a pezar de intrigas de quem não as devia fazer.

"Ainda que o reconhecimento da Independencia, e do Imperio do Brasil se não faça já, me disse mais, logo que as noticias sejam mais favoraveis ela se fará; isto he hum mez mais, ou menos. Jurada a Constituição, e provado que a Esquadra Franceza não foi mandada ao Brasil para secundar a reunião então será Reconhecido. Sabe que o Governo de Colombia teve aqui muitos anos hum Agente, tivemos mt[a]. Correspondencia, e só mt[o]. depois he que foi Reconhecido.

"He tempo perdido, aquele, q. este Governo gastar, lhe disse, em esperar o q. fará a Esquadra Franceza: foi mandada ao Brasil para fazer ver aos brazileiros q. os Francezes tão bem ten Marinha e nada mais; e se fosse com outro fim perdida estava porq. está mt[o]. e mt[o]. vigiada. Columbia, e as Colonias Hespanholas não se achavam nas circunstancias do Brasil; Reconhecidas elas, o Brazil, nas suas actuaes circunstancias, não pode ser p[a]. este Governo se não huma Nação Independente. Perguntei se o Agente de Columbia Recebeu Resposta deste Governo no tempo q. aqui esteve, só vocaes ou tão bem as recebeu por escripto ? — Algumas forão dadas por escripto, me disse; Bem, accrescentarei eu, então espero q. V. E. terá a bondade de me mandar por escripto as Razoens q. tem este Governo, p[a]. não Reconhecer já a Independencia do Brazil. Se o Prezidente tiver isso por conveniente eu o farei, disse, mas olhe q. hei de citar o que se nos diz de Lisbôa sobre a Reunião de Brazil a Portugal, cooperação de França etc etc. Sim Sr. quero isso tudo, respondi, e mesmo quaesquer outras razoens, q. este Governo tenha para esta demora, a meu ver tão mal fundada."

"No entretanto pode continuar, acabou, a mandar as suas Nottas como até aqui; será por mim tratado como o tem sido até agora. Esperei até o dia 17, vendo que não aparecia nada, mandei a Notta 4[a]. No dia seguinte a noite me disse em sua caza o Secretario d'Estado q. brevemente receberia por escripto o q. estava resolvido a vista das minhas Nottas."

"No dia 24 recebi por escripto huma participação assignada por huma pessoa da Secretaria, na qual se me prevenia q. o Secretario D'Estado queria falar-me, q. aparecesse eu qd[o] me fosse conveniente. Fui e tivemos a seguinte Conferencia. — Como Commissario Juiz da Commissão Mixta saberá dizer-me em que estado se acha o commercio da Escravatura, e q. ideyas tinha o Governo sobre os Tratados, que existem entre o antigo Governo e as diferentes Naçoens. O Commercio da Escravatura, respondi, está como o limitou o ultimo Tratado entre a Inglaterra, e o antigo Governo, isto he, não importamos Escravos senão dos Estabelecimentos Portuguezes n'Africa."

"Emqº. aos Tratados serão prehenchidos escrupulosamente na parte, que se refere ao Brazil; assim se imprimio no manifesto as Naçoens de 5 de Agosto de 1822, q. lhe mandei."

"Abrio então o Manifesto, que estava sobre a mesa, e mostrei-lhe no fim as palavras, pelas quaes o Governo se comprometteu a assim fazer. E quaes são as ideyas, accrescentou, do Imperador, e do Governo sobre o sobredito Commercio?"

"Eu as ignoro, lhe disse, contudo parece provavel q. hum dos primeiros actos da fuctura Assembléa será diminuir para acabar qdº. for possivel o tal Commercio. S. M. o Imperador conhece q. he hum mal, mas já o achou feito, e não he molestia a curar Repentinamente; no Paiz ha homens q. o desejam ver exterminado, mas ha muitos q. só olham para o interesse do momento e pª. com estes he preciso ter attençoens; he huma lei nova q. "só a Assembléa pode fazer. As ideyas do Governo tendem pª. a Abolição, e eu estou autorizado pª. assim o assegurar a este Governo; se V. E. quer isto por escripto, eu lhe mandarei copiada a parte das Instrucçoens, q. se refere a esta questão."

"Não somente estimaria, disse ele, receber o q. me offerece, mas mtº. me alegraria q. fosse hoje mesmo.

"Seguiu-se a conversação sobre o numero de Escravos que tem o Brasil; a proporção das duas Cores; a importação de Africanos neste anno, que, orcei entre seis a oito mil, e, despedindo-me, vim á casa, e pouco depois lhe mandei a Notta 5, a qual estimarei, que fosse concebida segundo as intenções de S. M. o Imperador..

"Estou, pois, á espera do Rezultado".

De outras materias extranhas propriamente ao fim especial de sua Missão occupa-se egualmente Silvestre Rebello nesta sua longa carta, cheia de observações curiosas sôbre cousas que viu e que lhe disseram. Assim, disse elle: "A antipathia horrorosa contra as Dinastias Reignantes, creada pela Revolução de França, enxertou-se neste Paiz e pegou; aborrece-se tudo o que é Rei velho, ao mesmo tempo que Napoleão ainda he hoje o seu idolo e que Bolivar, apezar de sua Presidencia vitalicia, é um heroe".

Acredita, porém, o observador brasileiro que "esse erro de entendimento póde ser corrigido pelo rapido progresso que ali faz a religião Catholica Romana".

E, a proposito, discorre longamente sôbre o estabelecimento e desenvolvimento do Catholicismo nos territorios das antigas Colonias saxonicas da America, concluindo com uma suggestão. "El-Rei de França, escreveu elle, tem presenteado as Egrejas Catholicas Romanas com differentes alfaias; um Calix e um par de Galhetas de ouro, mandados por S. M. fariam aqui provavelmente um excellente effeito..." Não sei si

o alvitre foi acceito e mandado o par de galhetas; a verdade, porém, é que o milagre se operou, e, nessa mesma carta, que, como disse a principio, traz a data de 26 de maio, pôde o Negociador Brasileiro annunciar a conclusão feliz de suas negociações.

Realmente, em cérto ponto, escreve elle:

"Chegava com este officio aqui, quando recebi deste Governo a Nota A. E' um convite do Secretario de Estado Adams para ir á Casa Branca, afim de ser apresentado ao Presidente. Venho do Palacio do Presidente, na ante-sala do Qual achei o Secretario d'Estado vestido muito simplesmente. Depois de uma pequena conversação, introduziu-me á outra sala, onde achei o Presidente em pé, e vestido de Côrte; feitas as cortezias, disse o Secretario — "Aqui está Mr. Rebello, Encarregado de Negocios do Imperador do Brasil". Então, lhe repeti as palavras seguintes: (no original este pequeno discurso está em inglez, de que dou aqui a traducção) — E' um momento muito agradavel de minha vida encontrar-me em circumstancias de apresentar cumprimentos em minha publica qualidade a Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos. Sua Magestade o Imperador do Brasil me ordenou positivamente de me approximar de Sua Excellencia o Presidente dos Estados Unidos com o mais profundo respeito. O Governo e o povo do Brasil sempre e gratamente se recordarão que o Governo e o povo dos Estados Unidos foram os primeiros a se adeantar e reconhecer a Independencia das Nações novamente surgidas neste ponto do Globo e surgidas com o unico fim de propagar os mais sãos principios de politica, conducente á felicidade e bem estar da Humanidade."

"A esse discurso respondeu o Presidente Monroe que os Estados Unidos conservariam sempre com o Brasil o seu Soberano as melhores relações de amizade, e que o Brasil seria sempre tratado com toda a attenção.

E, o officio conclue: — Agradeci-lhe e protestei da parte do Governo do Brasil amizade ingenua" (3). Conclue:

Despedimo-nos, acompanhando-me o Secretario até a segunda sala, onde me insinuou que lhe mandasse uma lista dos meus criados para ser entregue aos ofifciaes de Justiça, afim de que gozem de todas as immunidades, que o direito das Gentes dá aos Criados dos Agentes Estrangeiros".

---

(3) Esta expressão — *amizade ingenua* — está na carta em portuguez; mas, certamente, é traducção literal da expressão ingleza de que se serviu Rebello, que seria — *ingenous friendship* —, que quer dizer — *amizade sincera*. — *R. O.*

"O Presidente é um homem com quem me hei de parecer daqui a vinte annos. Foi, pois, o Imperio do Brasil reconhecido por este Governo no dia 26 de maio, dia 59° depois que desembarquei em Baltimore. Dou a V. E. os meus parabens, e peço a V. E. que beije as mãos de S. M. Imperador, em meu nome".

* * *

Estes officios, como Rebello informa em carta posterior, de 31 de Maio, foram mandados de Washington, via Londres, endereçados a Gameiro Pessôa, nosso agente alli. Por intermedio do nosso agente em Paris, Domingos Borges de Barros, depois visconde da Pedra Branca, foram remettidas segundas vias. Nessa carta, que já se encontra transcripta, em nota, á pag. 390, do 2° volume dos *Apontamentos*, de Pereira Pinto, Rebello relata de novo o acto do reconhecimento. Diz elle: — "Espero que meus officios terão chegado, comtudo, para aproveitar mais esta occasião; participo a V. Ex. que este Governo reconheceu a Independencia e o Imperio do Brasil, no dia 26 deste, sendo eu apresentado ao Presidente como Encarregado de Negocios de S. M. o Imperador do Brasil, com as mesmas formalidades com que são recebidos os representantes dos outros Soberanos".

A esses acontecimentos se seguiu, aliás não immediatamente, a elevação a encarregado de negocios de Mr. Condy Raguet, que já desde alguns annos antes havia sido acreditado como consul dos Estados Unidos.

Em o n. 102 do *Diario Fluminense*, de 31 de outubro de 1825, encontra-se a seguinte noticia: — "Sabbado, 29 do corrente, foi apresentado a S. M. I., pelo Ministro e Secretario de Estado Interino dos Negocios Estrangeiros, o Ex. Visconde de Paranaguá, o Ex. Sr. Condy Raguet, na qualidade de Encarregado de Negocios dos Estados Unidos da America junto á Côrte do Brasil.

"Ouvimos haver S. Ex. repetido a S. M. I. hum elegante discurso, que diligenciaremos obter, para apresentarmos a nossos leitores".

E, de facto, essas arduas diligencias de reportagem tiveram successo e, em o n. 106, desse mesmo *Diario*, publicado a 5 de novembro, appareceu a traducção do elegante discurso, que passo a ler:

"Imperial Senhor. — Tendo sido do agrado do Presidente dos Estados Unidos da America, nomear-me Encarregado de Negocios junto da Côrte do Rio de Janeiro, coube-me a honra de ser hoje apresentado a V. M. I. como chefe da Nação Independente Brasileira, para offerecer a V. M. as felicitações

do Governo Americano, por se haver felizmente terminado aquella gloriosa luta da Independencia, a qual juntou um novo e conspicuo Membro á Familia de Estados Americanos.

"Tem quasi decorrido meio seculo, Imperial Senhor, depois do memoravel dia 4 de Julho de 1776, dia em que os Estados Unidos, então Colonias do illustre e poderoso Reino da Grã-Bretanha, lançarão os alicerces para a completa emancipação do dominio Europeu, cortando os laços que os ligavam á Mãe Patria, e proclamando ao Universo que elles deviam ser de direito livres, Soberanos e Independentes. Huma guerra de sete annos, calculada para com sua duração, e limitados meios dos Colonos pôr á prova a constancia dos homens, e tornal-a interessante aos olhos das Nações da Europa, pela influencia, que provavelmente o seu exito devia produzir nas suas relações commerciaes, ou politicas, foi o resultado desta atrevida e arriscada medida. Porém, apoiada pela virtude, e firmeza dos seus patriotas no Conselho, pelo valor dos seus guerreiros no campo, e sendo soccorrida durante a lide pelo generoso Monarcha de França, e pelas armas de alguns dos seus mais bravos e distinctos filhos, triumphou a America na sua Causa; e, reconhecendo finalmente a Mãe a Independencia da Filha, preparou assim aquellas amplas, e liberaes relações, as quaes, sendo promovidas pela identidade de parentesco, religião, e linguagem, não tem contribuido pouco para a prosperidade de ambas as Nações.

"Concluido aquelle importante evento, que decidiu do fado de milhões de homens vindouros, era obvio para os varões illustrados do antigo e do novo Mundo, que o fogo da Independencia, que se tinha ateado no Norte, devia estender as suas chammas para o Sul. Os Governos da Europa, que possuiam colonias neste Continente, não tinham ainda distinguido na liberdade de *huma parte da America*, o Dedo da Providencia, indicando a marcha inevitavel que toda ella devia seguir. Elles desdenharam aproveitar-se da experiencia da Grã-Bretanha, a qual tinha achado pelo accrescimo offerecido á sua industria, e capitaes, que a perda das suas Colonias era na realidade, hum ganho; e que, apezar de todo o seu poder, como Senhora do Oceano, tentara de balde estorvar uma marcha de successos, tão evidentemente approvada pela Divina Providencia. Elles se compraziam ainda em deixar-se illudir pela enganosa politica do systema Colonial, e em logar de consolidarem a amizade dos seus Filhos Americanos, concedendo-lhes iguaes direitos aos dos seus irmãos Trans-Atlanticos, alienaram a sua boa affeição, e pelos seus proprios actos inconsiderados accelerarão a crise, que pretendiam prevenir. As antigas e ferteis Colonias da Hespanha formam presentemente Nações distinctas, e independentes; e Buenos Aires, Chile, Co-

lumbia, Perú, Guatemala e Mexico devem para sempre considerar-se perdidas para a Metropole.

"Durante o progresso das revoluções de que tem sido theatro este Continente, não póde suppor-se que o Governo, e Povo dos Estados Unidos tenhão sido espectadores indifferentes. Elles tiverão por longo tempo os seus olhos cuidadosamente fitos na Parte Meridional deste grande Hemispherio da liberdade e saudavam com alegria cada novo companheiro que entrava para a confederação do novo Mundo.

"O Brasil, ainda que por causas que me forão particulares, fosse o ultimo em declarar a sua emancipação, não foi comtudo tardio em effectuar o seu complemento. Desde a sempre memoravel época de 7 de setembro de 1822, em que V. M. ainda não elevado, pela Unanime Acclamação dos Povos á Dignidade Imperial, porém, já como Regente, e *Defensor Perpetuo do Brasil*, revestido do Poder Executivo do Estado, fôra o primeiro a proferir o grato e irrevogavel grito de Independencia, até o periodo em que a ultima bayoneta inimiga foi compellida a deixar este Paiz, decorrendo-se apenas o espaço de 18 mezes, tem apresentado simultaneamente á Mãe Patria e ao Mundo uma prova irrefragavel do zelo do Soberano, da energia do seu Governo, e da unanimidade de Nação. Apenas se effectuou a Independencia de *facto*, apressou-se a Republica dos Estados Unidos a manifestar que reconhecia, que o Imperio do Brasil era mais huma no numero das Nações, recebendo diplomaticamente o Representante do Governo de V. M. em Washington; e fazendo huma nomeação correspondente para a Côrte de V. M., logo que o cumprimento de certos artigos Constitucionaes, e a contemplação devida a huma nova administração, assim o permittiram.

"Animados dos mais fortes sentimentos de affeição para com os seus irmãos Americanos, que tem estabelecido e mantido o Direito de se Governarem a si proprios, os Estados Unidos aproveitarão todas as opportunidades de testemunharem as suas boas disposições para com o Brasil por meio de Actos de amisade e Justiça.

"Persuadidos de que os seus proprios interesses reaes existem na manutenção da Paz, e de relações generosas e liberaes com o mundo inteiro, elles não podem deixar de lisongear-se de que nestes pontos a politica Americana será uniforme.

"Quanto a mim, que me acho devidamente penetrado da importancia da relação, em que tenho a distincção de vêr-me collocado, para com o Governo de V. M., cumpre-me assegurar a V. M. todos os desejos, que me acompanhão de contribuir para promover huma Amisade perduravel entre as Nações Brasileira e Americana; as quaes, posto que distante

em posição geographica, estão mui intimamente ligadas por um espirito commum de independencia.

"Com estes sentimentos só me resta expressar os meus votos pessoaes, pela bôa Saude, e Felicidade de V. M., esperando que, como Chefe da Grande Nação Brasileira, possa vêr realizadas toda a prosperidade e fortuna, a que parecem destinal-a seus recursos, população, clima e territorio."

* * *

Taes são os acontecimentos que directamente se prendem á ephemeride de hoje. Como tendes visto, desde que comecei a occupar vossa attenção, não tenho feito sinão recordar e reunir documentos que estavam exquecidos e esparsos, alguns sepultados no pó dos archivos, de onde sahem agora pela primeira vez, outros perdidos em velhas folhas de velhissimas gazetas.

Outra preoccupação não me animou, porém, sinão a de reunir taes elementos, afim de que, postos assim á disposição facil dos observadores e commentadores das cousas sociaes, possam elles tirar-lhes a interessante philosophia.

Quanto a vós, que me ouvistes, si pudestes conservar presa vossa attenção por todo o tempo desta palestra enfadonha, estou certo que as linhas geraes dessa philosophia vos ficaram esboçadas no espirito, e que estareis a esta hora meditando sôbre como não são a força e o engenho das creaturas que preparam os acontecimentos e resolvem as situações, senão estes acontecimentos e estas situações que os levam e dirigem; e, principalmente, por outro lado, como a gloria e o renome dependem pouco da effectividade e successo, por mais completo e satisfactorio que seja, daquillo que a cada um, em sua peregrinação pela terra, tocou fazer, na cega e ás vezes sorprendente partilha dos destinos humanos. (*Muitos applausos.*)

O sr. Rodolfo Garcia, obtendo a palavra, faz a seguinte communicação:

"Com o fim de fixar e elucidar a chronologia de Pedro Fernandes Sardinha e por instancia do nosso eminente consocio dr. Capistrano de Abreu, o erudito padre José Manuel de Madureira, S. J., extrahiu dos *Monumentos historicos Societatis Jesu*, o que alli se reporta áquelle primeiro bispo do Brasil. De posse desses extractos, pediu-me o dr. Capistrano de Abreu os communicasse ao INSTITUTO, para que, por esse meio, passassem ás paginas da nossa *Revista*, reconhecidamente o mais opulento repositorio dos factos da nossa Historia.

Os extractos dos *Monumenta historica* referem-se a Pedro Fernandes, quando era vigario geral na India, e pertencem aos *Monumenta Xaveriana*, tomo I; são os que se seguem:

I

Pags. 465, *in nota*: — "Praeterea, in ep. 74 Xaverii ad P. Simonem Rodrigues, Cocini, 25 Januarii 1549 data, asserit Petrum Fernandes, olim Indiæ Vicarium generalem, in Lusitaniam redire, et ex contextu eruitur illum Cocini navigationis tempus expectare.

II

Pags. 467 — Carta 68: "P. Franciscus Xaverius Goanus Vicarius et duo religiosi O. S. Fr. — Joanni III, Lusitaniæ Regi (Cocino) 22 Octobris, 1548.

-|-

Senhor

1. Estamdo ho Viso-rey Dom Joam de Castro para falecer, nos disse a nós todos quatro, Mte. Pedro, Vigairo gerall (2)...

III

Pags. 508 — Lê-se na Carta 74: "Patri Simoni Rodrigues in Lusitaniam. — Cocino, 25 Januarii 1549.

Nota 2 do Editor, pags. 467|468: (2) "Petrus Fernandes, qui Michaeli Vaz successit, de quo haec juvat exscribere: "Depois de fal. pe. Miguel Vaz, veiu do reino exercitar os logares de provas, e visit. g. em Gôa, dr. Pedro Fernandes Sardinha, nat. d'Evora, lente na univ. de Paris, Coimbra e Salamanca, as quaes incumbencias desempenhou com universal satisfação; assistiu a D. J. de Castro nos derradeiros momentos. El. em 1551, 1°, Ep. do Brasil, partiu com muitos ministros, e depois de exercitar o offº. pastoral com ardente zelo, voltando a Portugal, no caminho fal. em 1556." — Nazareth, *Mitras lusitanas no Oriente*, 2° per., pags. 37 (2ª edit.)

2. "Después de auer escripto todas las cartas para Portogal, las quales lleva Mº. Pedro Hernández, Vicario general, que fué destas partes de la India (2).

IV

Pags. 650|651 — *Lê*-se na Carta 94: "P. Antonio Gomes, Goam (pags. 646) — Cangoxima, 5 Novembris 1549.

12... Sed mucho grande amigo del Señor Bispo y del Vicario general...

V

Pags. 807 — Lê-se na Carta 138: "PP. Francisco Perez, Malacam et Gaspari Berzaes, Goam. — E. Sanciano, 13 Novembris 1553:

1. "Encommendo-vos muito que com muita diligencia deis ordem como o senhor Bispo veja as bullas da Companhia, e tambem o Vigario geral (2)...

Nota do Editor, pags. 508: (2) "Petrus Fernandes Sardinha. Vid. ep. 68, annot. 2. Hinc corrige Tursell, qui eum vocat Emmanuelem Petrum."

Nota do Editor: (2) "Petrus Fernandes Sardinha, qui Michaeli Vaz successit." — Mas o mesmo editor (o commento e do Revdm. Padre Madureira), no fim do tomo I, no Index, se retrata desta nota, corrigindo-se do erro e dizendo que o Sardinha foi posto ahi erradamente, não sendo mais nessa épocha Vigario geral na India, e sim o seu successor. A retratação está nestas palavras do Index: "P. Fernandes Sardinha *perperam* (fóra do proposito, inadvertidamente) *positus pro ejus successore*, pags. 807-808." — Além disso, nos *Addenda et corrigenda*, postos depois do Index, pags. 1.019, ainda mais claramente diz: "Delanda est annot. (2), nam Fernandes Sardinha, anno 1548, in Lusitaniam reversus est, anno autem 1551. Bahiæ episcopus fuit consecratus, atque hoc tempore. de que nunc este sermo, scil., anno 1556, et Brasilia in Luzitaniam rediens, supremum diem oblit, Anno 1552, Vicarius generalis erat Ambrosius Ribeiro. Vide, inter alla, testimonium, quod affert Lucena, opere cit., lib. X, Cap. XXIV:

"Certifico eu, o Doutor Ambrosio Ribeiro, Prouissor e Vigairo geral, e administrador deste Bispado de Goa, e mais partes da India pelo juramento de meu cargo que he verdade que vai em noue annos, que vim a estas partes da India, e siruo os sobreditos cargos... "Hoc testimonium datum fuit,

anno 1556;" e eu assinei de minha mam ao primeiro de Dezembro de mil, e quinhentos e cincoenta, é seis."

São esses os extractos dos *Monumenta historica*, na parte dos *Monumenta Xaveriana*. O INSTITUTO reconhecerá, estou certo, a utilidade desses dados, porquanto todos sabemos que a famosa collecção jesuitica, publicação de restricta tiragem, não é accessivel á grande maioria dos leitores.

Approveitarei a opportunidade que se me offerece para trazer algumas achegas á biographia do nosso primeiro bispo, que encerra ainda tantos pontos obscuros e tantas controversias. Delle não se occupou Jorge Cardoso, em seu prestante *Agiologio Lusitano;* o que a respeito se sabe de certeza condensou o dr. Capistrano de Abreu, em nota á terceira edição da *Historia do Brasil*, de Varnhagen (Rio de Janeiro, 1906). pags. 343, atravéz de Diogo Barbosa Machado — *Bibliotheca Lusitana*, vol. III (Lisbôa, 1752). Ahi temos que Pedro Fernandes nasceu em Evora, em fins do seculo XV; Manuel da Nobrega — *Cartas do Brasil* (Rio de Janeiro 1886), pags. 104, — que não era moço, refere-se á edade adeantada do bispo, que "não soffre já os desamparos desta terra"; era de sessenta annos, escreve d. Duarte da Costa, em carta queixosa a d. João III, de 2 de maio de 1555, in *Revista do Instituto Historico*, tomo 49, parte I (1886), pags. 573. Foram seus paes Gil Fernandes Sardinha e Lourença Fernandes; seu ermão Alvaro Fernandes foi celebre theologo e mais tarde confessor do rei. Estudou na Universidade de Paris, ensinou na de Salamanca; em Paris estava cêrca de 1528. Carta do rei ao papa Julio III, de 31 de julho de 1550, pedio provisão no bispado do Salvador para mestre Pedro Fernandes, "mestre em Theologia, pessôa de bôas letras e doutrina" — Rebello da Silva — *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo VI (Lisboa, 1884), pags. 378.

Não foi do Reino para a India a "exercitar os logares de provisor e visitador geral em Gôa" — como se disse no topico citado das *Mitras lusitanas no Oriente;* alli já se encontrava em 1546 ou antes, porque naquelle anno o vigario geral era Miguel Vaz, que viera da India a Portugal, afim de arrancar da Côrte ordens mais apertadas para a perseguição aos gentios e judeus, e regressára com poderes inquisitoriaes em instrucções, que são pouco conhecidas, e que elle cumpriu ou excedeu — Conde de Ficalho — *Garcia da Orta e o seu tempo* (Lisbôa, 1886), pags. 194. Tornou-se então mais aspera na India, sob a direcção do ardoroso vigario geral, a perseguição aos gentios e a destruição dos pagódes; ao mesmo tempo procedia-se contra os christãos-novos e os judeus, que eram naquellas partes pessôas muito ricas, mercadores e cambistas da rua Direita de Gôa. Acontece, porém, que em meio da acção odiosa, Miguel Vaz adoeceu e veio a fallecer; aos judeus cul-

param de sua morte por peçonha, e Diogo do Couto — *Decadas VI*, liv. VII, cap. V — recolheu a versão sem maior exame. O facto passar-se-ia nos primeiros dias de Janeiro de 1547, porque uma carta do bispo de Gôa a d. João de Castro, que estava em Diu, de primeiro de Fevereiro, conta em mau castelhano a morte do vigario geral e do mestre Diogo de Borba: "De la muerte de migel vaz recebi gran desconsolacion, y perdi mucho descanso por yo averle dado todo my poder, que no queria tener cargo destas cosas, segun mi condicion, y para el año yr-me. En esta determinacion estava: agora llevólo nuestro señor: el quomo, el quando, no lo se; solo dios es sabidor. Falsos testemonios aca se dizen mucho: desto le dare cuenta, quando nuestro señor lo troxere a esta tierra, o me mandare a my ir ella. Mestre dioguo es muerto: duró cinco dias con grandes febres; murio quinze dias despues del vicaryo general, en quarta ferya, esta pasada: son misterios divinos...." — Jacintho Freire de Andrade — *Vida de D. João de Castro*, ed. frei Francisco de S. Luiz (Lisbôa, 1835), pags. 455.

Mestre Diogo era grande amigo de Miguel Vaz e seu braço direito na empresa contra os infieis do Oriente: foi tal o sentimento que teve pela morte do comparsa, "que logo se metteu frade em S. Francisco, onde em poucos dias falleceu, e affirmava-se que de nojo". — Diogo do Couto, *ubi supra*. Mestre Pedro Fernandes, que no meio do alvoroço parece era só quem conservava certo sangue-frio, tambem escreveu a d. João de Castro, em data de 14 de fevereiro relatando os successos que alarmavam a cidade; sua carta refere que um bacharel, cujo nome não declara, mas que tomara parte no perseguimento contra os judeus e gentios, havia colhido "tam grande medo da morte destes dous homens, que se confessou, e commungou, e á des dias que tomou a extrema unçam, sem nunqua lhe vir febre nem outro acidente perigoso." — Jacintho Freire de Andrade, *ubi supra*, pags. 456. E accrescentava, com desconfiança: "Nosso senhor me perdoe; porque cuido ho fez por alvoroçar mais a terra, porque tambem era da quadrilha"; e o remedio curioso que sua therapeutica aconselhava para sarar o bacharel anonymo, era que o bispo fizesse um pontifical...

Logo depois, mas não se sabe precisamente quando, Pedro Fernandes era nomeado vigario geral de Gôa. Em maio de 1548, attendia com o padre Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, frei Antonio do Casal, custodio de S. Francisco, os veadores da Fazenda e mais auctoridades, ao chamamento do vice-rei d. João de Castro, que, doente e pauperrimo, requeria lhe ordenassem por conta da Fazenda real uma

honesta despesa emquanto durasse sua doença; naquelle dia, em casa do vice-rei da India, não houve dinheiro com que se lhe comprasse uma gallinha! Desse requerimento lavrou-se um auto, que todos os presentes assignaram. — Diogo do Couto, *op. et loc. cit.*: Jacintho Freire de Andrade, *ubi supra*, pags. 308|9; S. Francisco Xavier, carta 68, acima cotada.

Quatorze dias depois, a 6 de junho, falleceu o honrado vice-rei, que fôra "a servir e não a commerciar ao Oriente"; nos seus derradeiros momentos assistiu-o Pedro Fernandes, o vigario geral, que ainda o era em 22 de outubro de 1548. Não se sabe quando deixou o logar: em 25 de janeiro de 1549, já não o tinha, segundo se infere da carta 74, de S. Francisco Xavier ao padre Simão Rodrigues; entre aquelles dous termos, devia ter passado o cargo ao seu successor Ambrosio Ribeiro, partindo para Cochim, onde, esperando o tempo da navegação para o Reino, ficou até fins de Janeiro pelo menos, conforme a mesma carta 74.

No Reino permaneceu até embarcar para o Brasil, a tomar conta da nova diocése do Salvador, que creou a bulla *Super specula militantis Ecclesiae*, expedida a 25 de fevereiro de 1551, como averigou Varnhagen — *Historia Geral do Brasil*, 2ª ed., tomo I, pags. 250. — A data exacta de sua chegada á Bahia foi pela primeira vez apurada por Candido Mendes de Almeida — *Notas para a Historia patria*, in *Revista do Instituto Historico*, tomo 40, parte II (1877) pags. 366, — como sendo 22 de junho de 1552, conforme o testimunho da padre Manuel da Nobrega, que em carta de Julho ou Agosto daquelle anno, escrevia para o padre provincial de Portugal: "Vespera da vespera de S. João, chegou o Bispo a esta Bahia, com toda a nau e gente de saude, posto que trouxeram proluxa viagem..." — *Cartas do Brasil*, cits., pags. 94. A mesma data está confirmada por Capistrano de Abreu, em nota a 3ª ed. da *Historia do Brasil* de Varnhagen, pags. 342, e Braz do Amaral — *Memorias historicas* de Accioli, vol I Bahia, 1919). pags. 341, uma das melhores obras de erudição historica ultimamente apparecidas.

Da viagem do bispo existe no archivo do Instituto, em manuscriptos do imperador, por cópia de códice do archivo da Torre do Tombo tirada por Gonçalves Dias (doc. 170, fls. 9|11) uma carta de sua mão a d. João III, até hoje inedita, — motivo por que vou prevalecer-me desta occasião para trazel-a ao conhecimento dos illustres confrades, embora pouco interesse á nossa Historia. Ei-la:

"Senhor. Parese-me resão, loguo daquy começar de conprir o que Vossa Alteza me mandou, quando de la me despedy, que senpre lhe esprevesse do que soccedese nesta viagem.

Item: Partimos de Belém a vinte e quatro de Março e aos vinte e sete viemos á vista da ilha da Madeira com nortes, nordestes, e lestes tão rijos que paresiam que falavão, e com eles coremos ate altura das Canarias; daqui por diante viemos com ventos gualernos e brandos ate esta ilha de São Tiaguo do Cabo Verde, onde sorgimos a oito de Abril tres dias antes mansão (correcção do dr. Capistrano no ms. do Instituto tres horas ante manhã) en conjução que dous navios davão a vela pera o Reino, e por coidarem que viamos (idem, idem: *eramos*) franceses tornarão amainar ate que foi de dia, que nos conhecerão. Muito mais cedo a cheguaramos a esta ilha se correramos com todas os velas, mas por esperar pelas naos da India e em especial pela nao Brasileira, que nunqua ade perder o nome de Zoreira, não coriamos senão com o papafigo e com o traquete de proa: eu não quisera tomar esta ilha nem apartarme das naos, mas a muita opportunação dos padres que vinhão muito enjoados, e a instancia do mestre e piloto que desejavão de vender suas farinhas, mo fez fazer eles larguaram-se das naos da India na parajem das Canarias, segundo os ventos fresquos que trouxemos; as naos da India devem de ser aguora nesta parajem. Hum navio de Afonso de Tores, que chegou ontem la outra costa, deu novas que tivera vista de huma nao grande que lhe pareseo o Zambuque.

Item: Estivemos nesta ilha quatro dias, no qual tempo senty ser esta terra mais riqua de dinheiro que de vertudes, e não he muito de espantar, pois ha tantos annos que carese de pastor: se a absencia de Mouses (*Moysés*) em quarenta foy causa que o povo idolatrasse, que se pode cuidar de huma terra onde nunqua entrou pastor, e se entrou não durou mais de hum mez. Pelo que Vossa Altesa devia de prover esta terra ante que se acabem de estraguar as conciencias, que nela são muy largas. Hum dos meos que me amym parese com que esta terra se podia reformar e muito emmendar he virem a ela Sopiriores, asi no esprituall como no temporall, que fosem muy isentos de cobiça, e zelosos la justiça (cuidando nisto me alenbrou o que conta Plutarco de Trajano e Antonino Pio, ambos emperadores romanos, os quais quando mandavão guovernadores as provincias muito distantes capitulavão com eles que não avião de sair de suas guovernanças com mais fazenda da que tinhão quando entrarão nelas e depois que acabavão seus cargos casavão-lhes as filhas e honravão-lhes os filhos), e pois Vossa Altesa, é tão poderoso como Trajano e Antonino Pio, seria eu de pareser que usase de este istilo trajaniquo, pois não tem menos animo pera fazer mercês a quem o serve do que ele teve, e desta maneira

servirão os homens pera receberem mercê e não se entreguarião antes de servir.

Item: Muito fuy enportunado que quisese dar ordêes nesta terra e dalguns fuy grosado e notado de pequo, porque não trouxe licença de Vosa Altesa e do Nuncio pera as dar, disendo que podem daqui levar huns mill crusados; mas eu muy de milhor sofro titolo de nescio que nome de cobiçoso e muito mais folguo com onesta pobresa que com fazenda ganhada a custa de conciencia; a sos dous tey ordêes menores por terem breves de Roma, crismey algumas quinhentas ou seiscentas pessôas, e mais crismara se não estivera tanto de caminho.

Item: o Cabido e povo me pedio que lenbrase a Vosa Altesa de lhe mandar fazer huma igreja de que já pasou provisão; eu confeso que eles tem muita necesidade desta igreja, mas muito maior tem de emmendarem suas vidas e coregerem seus costumes gentiliquos. Todos estão espantados da grande destrição e perda que qua fez hum grande deluvio de augoas ho agousto pasado, mas pouquos entendem em reformar suas vidas; presa a Nosso Senhor que os toque da sua mão e lhes dê sua graça pera que o fação antes que venha outro castigua mais grande. Dos padres que qua fazem o que devem, segundo meo pareser he o padre adaião; Vosa Altesa devia de o favorecer com suas cartas emquanto o não provê de perlado, pera que não lhe levantem a obediencia porque esta gente insular por pouqua cousa poem a barca no monte.

Item: Nosa partida daquy sera esta noite com ho terrenho; prasera Nosso Senhor, per cujo serviço e fee Vossa Altesa nos manda nesta empresa que ele que ate qui nos deu tempo, nolo dará pera cheguarmos ao Brasil a salvamento, pela Vosa Altesa, Rainha e Principe e Princesa dara muita vida com grandisima prosperidade.

— Desta ilha de São Thiago do Cabo Verde, onze de Abril de mil quinhentos cinquenta e hum. — Orador e creado de Vosa Altesa — *O bispo do Salvador*.

A data — 11 de Abril de 1551 — não é verdadeira. "Si não houve lapso (pondera o dr. Capistrano de Abreu, nas citadas notas á 3ª ed. da *Historia* de Varnhagen), o bispo contava o anno não de 1° de Janeiro, como já era costume commum, mas com atrazo de um anno approximadamente como tambem se usava. Então deveria se accrescentar 1 a suas datas, para po-las de accôrdo com os contemporaneos."

Portanto, a bispo partiu de Belém a 24 da Março e chegou á Bahia a 22 de Junho de 1552, trazendo, como disse Manuel da Nobrega, "proluxa viagem" — de pouco menos de tres mezes.

Do agitado quatriennio que passou no Brasil, das intrigas e desordens em que foi parte com o segundo governador geral e seu filho, e por fim de sua morte tragica, não me occuparei: A Historia está feita, ou quasi feita, e os documentos afloram abundantemente.

Tenho concluido. (*Palmas*).

O Sr. conde de Affonso Celso (*presidente perpetuo*) convidando o auditorio, cuja presença agradece, salientando a dos srs. dr. Sebastião Sampaio, representante e chefe do gabinete do sr. ministro das relações Exteriores, e do sr. embaixador, Raúl Regis de Oliveira, para a conferencia que no proximo sabbado 31, ás 20 horas, fará, na sala de leitura publica do Instituto, o rvmo. d. Pedro Eggerath, archi-abbade da Ordem Benedictina no Brasil, sobre o valle do Rio Branco e os indios ali residentes, felicita mais uma vez o sr. dr. Rodrigo Octavio e levanta sessão.

Encerra-se a sessão ás 18 1/2 horas. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

86° ANNO — 3ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 17 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores: conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Homero Baptista, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Ferreira Lage, Rodolpho Garcia, José Maria Moreira Guimarães, Raúl Tavares, Carlos da Silveira Carneiro, Eugenio Teixeira de Castro, Liberato Bittencourt, João Lyra Tavares, Justo Jansen Ferreira, Eduardo Marques Peixoto, Henrique Morize, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Eugenio Vilhena de Moraes, Alfredo Valladão, Joaquim Nogueira Paranaguá, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca e Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses.

O sr. Agenor de Roure (*2° secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é sem debate approvada: assim como lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) diz que cumpre, com grande magua, o triste dever de communicar officialmente ao INSTITUTO o prematuro e inesperado passamento do dr. Aurelino Leal, socio prestantissimo do mesmo INSTITUTO e brasileiro egregio, sob varios aspectos.

A homenagem que os Estatutos determinam se preste hoje á sua memoria benemerita é a inserção de um voto de profundo pesar na acta dos trabalhos. Far-se-á isso, com assentimento unanime. Os talentos, virtudes e serviços serão, na sessão propria, commemorados devidamente, com eloquencia e justiça, pela magistral competencia do orador perpetuo do INSTITUTO, o sr. Ramiz Galvão.

Eis, em resumo, a fé de officio do dr. Aurelino Leal no INSTITUTO: tomou parte activissima no Congresso Nacional de Historia, de 1914, promovido e effectuado pelo INSTITUTO de 7 a 16 de septembro; ainda em 1914 realizou o seu curso de Historia Constitucional do Brasil, em cinco conferencias; teve parte muito saliente no Congresso Internacional de Historia da America, que se reuniu em commemoração do centenario da Independencia do Brasil, convocado e realizado pelo INSTITUTO de 8 a 16 de septembro de 1922. Foi o relator geral da 4ª sub-commissão, que comprehendia a Historia Constitucional, além de sua magnifica *Historia Judiciaria do Brasil*, publicada no tomo I do *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Foi membro da commissão permanente de Historia do INSTITUTO, tendo, nesse character, lavrado varios pareceres. Socio effectivo em 28 de junho de 1915, nasceu na Bahia, em 4 de agosto de 1877 e falleceu nesta cidade em 8 de junho do corrente, com 47 annos incompletos.

Propõe, ainda, o CONDE DE AFFONSO CELSO que na sala publica de leitura do INSTITUTO seja collocado o retrato do dr. Aurelino Leal, como reconhecimento da instituição ao seu eminente consocio. A assembléa applaude unanimemente a mesma proposta.

O SR. PRESIDENTE *declara* que tendo occorrido duas vagas na classe de socios effectivos deve ser cumprido o que dispõe o art. 93 dos Estatutos. Submette, pois, á votação o parecer da Commissão de Admissão de Socios, já lido em sessão de 23 de abril do corrente anno. Este parecer tem direito á preferencia resolvida pela Assembléa Geral de 15 de dezembro do anno passado. Vae ler novamente o referido parecer:

— "A' Commissão de Admissão de Socios é grato opinar pela inclusão do nome do dr. Francisco José de Oliveira Vianna no quadro de membros effectivos do INSTITUTO HISTO-

RICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, não só pelo seu trabalho — *Aspectos sociaes do Brasil*, publicado no *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil* (o que o inclue entre os favorecidos pela resolução da assembléa geral do INSTITUTO, realizada em 15 de dezembro ultimo, que dispensa, para a eleição aos quadros do INSTITUTO, do parecer das commissões technicas, os collaboradores da mesma obra), como attendendo ao valor dos seus livros — *Populações meridionaes do Brasil e Pequenos estudos de psychologia social*, que o collocam a par dos mais eminentes sociologos nacionaes.

"Tão notorios, por isso mesmo, são os meritos do dr. Oliveira Vianna que, elegendo-o para o seu gremio, o INSTITUTO adquire, na sua pessôa, um lidimo representante da cultura brasileira contemporanea. — *Epitacio Pessôa*, relator. — *Manuel Cicero.* — *Ramiz Galvão.* — *Tavares de Lyra.* — *Miguel J. R. de Carvalho.*"

Corrido o escrutinio secreto, é o parecer unanimemente approvado, e o sr. conde de Affonso Celso proclama socio effectivo do INSTITUTO o sr. Francisco José de Oliveira Vianna.

O SR. CARLOS CARNEIRO pede um voto de congratulações com o sr. Ramiz Galvão pela passagem do seu anniversario natalicio a 16 do corrente, o que é approvado com applausos.

O SR. FLEIUSS diz que lhe é grato communicar haver recebido do sr. dr. Silvio Rangel de Castro, secretario geral da Delegação Brasileira á Liga das Nações, noticias precisas sobre o papel, brilhante e patriotico que este nosso diplomata vem desempenhando no velho mundo. Esta communicação tem a sua razão de ser, porque corrobora os motivos justificativos da proposta, de que teve a iniciativa, indicando o dr. Silvio de Castro para a classe dos socios correspondentes do INSTITUTO.

No *Guia Anglo-Sul-Americano*, de Londres, encontra-se um discurso elogioso do reitor da Universidade de Londres (King's College), apresentando o dr. Silvio de Castro ao auditorio por occasião das suas conferencias sôbre o nosso paiz naquelle grande centro intellectual, assim como no relatorio do professor Ernest Martinenche, sôbre o *Groupement des Universités et grandes Ecoles de France pour les relation avec l'Amérique Latine*, ha referencias encomiasticas sôbre o nosso distincto patricio.

Acredita que, como se dá com o orador, o INSTITUTO receberá com intima satisfação estas noticias, que, além do mais, justificam plenamente o acerto da proposta concernente ao dr. Silvio de Castro.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO refere que o INSTITUTO, com a diligencia e perseverança que põe sempre em seus emprehendimentos, vai proseguindo na grande obra commemo-

rativa do centenario natalicio do seu alto e inexquecivel protector, d. Pedro II, o *Magnanimo*. Dessa obra já foi lida, no recincto social, a parte de que se incumbiu o secretario perpetuo, sr. Max Fleiuss, verdadeira e preciosa monographia sôbre a infancia do imperador. Outras partes, como as confiadas aos srs. Agenor de Roure, Calogeras, Miguel de Carvalho, Alfredo Valladão, Clovis Bevilaqua e Ramalho Ortigão, acham-se em adeantada elaboração. Vai hoje ter conhecimento o INSTITUTO da de que se encarregou o seu vice-presidente, sr. Tavares de Lyra, relativa á épocha da Maioridade. S. ex. tractou do assumpto com a segurança, clareza, discernimento, elevação de vistas que notabilizam todos os seus trabalhos. Certo de que, mais uma vez, o sr. Tavares de Lyra grangeará os encomios e os applausos da assembléa, o Presidente dá-lhe a palavra. (*Muitas palmas.*)

O SR. TAVARES DE LYRA, da tribuna, começa fazendo uma synthese da evolução social, economica e politica do Brasil, desde seu descobrimento, passando depois a estudar, em ligeiros traços, a situação do paiz, sob todos os seus aspectos, no momento em que subiu ao throno d. Pedro II, "uma creança inexperiente, predestinado a ultimar, com a gratidão postuma da patria, a missão historica que a Providencia, reservara á monarchia em terras brasileiras, a de ser o penhor da nossa integridade territorial e o transitorio agente unificador de que fallou Euclides da Cunha".

Nesta parte são interessantissimos os dados que apresenta, especialmente quanto á formação do typo brasileiro e ás nossas condições economicas e financeiras.

Refere-se depois ao *Ministerio da Maioridade*, traçando o perfil de cada um de seus membros, examinando os seus actos, isoladamente e em conjuncto, esboça a organização social e politica da épocha e discute os tres principaes capitulos de accusação formulados contra aquelle Ministerio, a saber: a *derrubada* de funccionarios, o falseamento do direito do voto e as medidas adoptadas para pacificar o Rio Grande do Sul.

Por fim, conclue indicando as causas reaes da quéda do Ministerio, que liga á necessidade que havia de ser tomada a orientação dos reaccionarios, que vinham desde 1837 promovendo a politica de concentração monarchica, incompativel com as conquistas democraticas da Regencia. Duas são as theses que sustenta neste final de seu trabalho: 1ª, a formação de uma consciencia nacional foi a obra por excellencia do Imperio; 2ª, a centralização administrativa e politica era uma condição de existencia para a realeza no Brasil.

Toda sua exposição é largamente documentada. (O trabalho é acolhido pelo INSTITUTO com grandes applausos.)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO agradece ao sr. Tavares de Lyra o seu novo, valioso serviço ao INSTITUTO e convida os presentes para a proxima sessão, a 2 de julho vindouro, que será solenne, em homenagem ao centenario da Confederação do Equador, sendo orador o sr. Manuel Cicero, illustre 1° vice-presidente do INSTITUTO. Nomeia para convidar o sr. presidente da Republica a assistir á mesma sessão, os srs. Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero e Alfredo Lage.

O SR. VILHENA DE MORAES justifica a ausencia dos srs. Othello Reis e Jonathas Serrano e o sr. RODOLFO GARCIA a do sr. Viveiros de Castro.

O dr. João Luiz Alves, ministro da Justiça, esteve representado pelo sr. dr. Manuel Marques Lisbôa.

Encerra-se a sessão ás 18 1/2 horas. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

86° ANNO — SESSÃO SOLENNE ESPECIAL, EM 2 DE JULHO DE 1924, COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

CONFERENCIA DO SR. DR. MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA, 1° VICE-PRESIDENTE DO INSTITUTO

Presidencia do sr. dr. Arthur da Silva Bernardes

(Presidente da Republica e presidente honorario do Instituto)

A's 21 horas abre-se a sessão, com a presença dos senhores Arthur da Silva Bernardes, conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Homero Baptista, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses, Solidonio Leite, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Pedro Souto-Maior, coronel Liberato Bittencourt, Rodolfo Garcia, Eugenio Vilhena de Moraes, Carlos da Silveira Carneiro, Nelson de Senna, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Alfredo Ferreira Lage, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, José Felix Alves Pacheco, Paulino José Soares de Sousa, Antonio de Barros Ramalho Ortigão, Antonio Olyntho dos Santos Pires e Nicolau José Debané.

O SR. AGENOR DE ROURE (2° *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras* do barão do Rio-Branco, as que se referem á data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) diz que o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO tem a honra de apresentar reverentes homenagens ao dignissimo chefe da Nação, agradecendo-lhe a dupla distincção que, pela segunda vez, s. ex. se dignara outorgar-lhe: a de comparecer á sessão e a de assumir-lhe a presidencia.

O INSTITUTO HISTORICO préviamente, aliás, nutria a certeza de que s. ex. attenderia ao convite, como o fez a 2 de julho do anno transacto, porque em ambas ás occasiões se tractava de uma commemoração patriotica, e, em materia de patriotismo, póde-se, de antemão, contar com todo o sincero concurso do sr. presidente da Republica.

Tractava-se de uma commemoração patriotica, sim.

No 2 de julho pernambucano vibra o mesmo impulso de brasilidade, que tanto glorifica o 2 de julho bahiano.

Seja qual fôr o criterio para ajuizar do movimento revolucionario que, ha cem annos, de Pernambuco se propagou a outras então provincias do Imperio, ninguem, de boa fé, poderá contestar o ardor civico dos revoltados, a sua dedicação no cumprimento do que julgavam seu dever de Brasileiros, o heroismo com que muitos sacrificaram interesses, arriscaram e perderam a vida.

Pernambuco, com os que o acompanharam, revelou em 1824, ainda uma vez, as insignes virtudes nacionalistas que lhe grangearam immortaes laureis na epopéa neerlandeza, na guerra dos Mascates e em 1817 e são titulos de orgulho e gloria para o Brasil inteiro.

Devemos alta veneração aos martyres, que, ha um seculo, se exalçaram ao Pantheon, onde fulgem Philippe dos Santos, Tiradentes, Joanna Angelica, Miguelinho e padre Roma.

A revolução de 1817 celebrou-a devidamente no INSTITUTO a eloquencia do illustre pernambucano, hoje senador federal, Barbosa Lima.

Da de 1824 vai occupar-se outro tambem illustre pernambucano, o 1° vice-presidente do INSTITUTO, dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

"Que o meu sangue seja o ultimo derramado no Brasil e no mundo por motivos politicos!", exclamou, ao ser executado, um dos revolucionarios de 1824.

"Religião, Independencia, União, Liberdade", eram palavras inscriptas na bandeira branca, azul e encarnada da Confederação do Equador.

Nobres palavras, magnificos lemmas!

O INSTITUTO faz ardentes votos para que taes palavras e lemmas se gravem na consciencia nacional, exclarecendo-a e inspirando-a permanentemente, de modo que nunca mais haja guerras civis no Brasil, e todos os Brasileiros, á luz dos sagrados principios, gozando de liberdade e independencia per-

feitas — o que só se consegue dentro da ordem, — se sintam cada vez mais identificados por fraternal, indissoluvel, modelar união.

Roga ao sr. presidente da Republica haja de conceder a palavra ao dr. Manuel Cicero. (*Muitos applausos.*)

O SR. ARTHUR BERNARDES (*presidente da Republica e presidente honorario do Instituto*) dá a palavra ao sr. Manuel Cicero.

O SR. MANUEL CICERO, da tribuna, lê a seguinte conferencia:

Pernambuco e a Confederação do Equador — A's tendencias democraticas e aos ideaes de liberdade que se haviam arraigado, em algumas provincias do Norte, principalmente em Pernambuco, não podia satisfazer a Independencia, tal como se fez, adoptada a fórma monarchica.

Fosse preferivel ou não que se tivesse estabelecido desde logo a fórma republicana, pois a separação se daria fatalmente, não podia a Independencia sem a republica constituir para os espiritos adeantados a solução definitiva do problema politico brasileiro, mas apenas medida transitoria, que conduzisse á republica, a que aliás só attingimos tantos annos depois.

"Pernambuco", disse Pereira Pinto, "nas luctas da Independencia não se definira com clareza; abraçara, é certo, com enthusiasmo a causa da regeneração politica, conservando, porém, a sua Juncta governativa dubia neutralidade e uma autonomia independente do Governo do Rio" (*Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, p. 2ª, pag. 75).

Desde muito se estava formando em Pernambuco o sentimento da nacionalidade. Nas idéas avançadas que alli dominavam, na coragem civica dos Pernambucanos, no seu ardor patriotico, de que foram manifestações evidentes a expulsão do invasor hollandez, a guerra dos mascates e a revolução republicana de 1817, devemos ir procurar a explicação do seu estado de espirito e da sua attitude nos primeiros tempos do Brasil independente, ante os acontecimentos politicos que se desenrolaram na capital do Imperio, e do modo por que repercutiram naquella provincia a dissolução da Assembléa Constituinte e Legislativa, a 12 de novembro de 1823, seguida da prisão e deportação de ex-deputados, a convocação de outra assembléa, que não chegou a reunir-se, porque do seu concurso prescindiu o monarcha, o offerecimento do projecto de Constituição, organizado pelo Conselho de Estado e enviado pelo Governo ás Camaras municipaes, e, finalmente, o juramento da Constituição, a 25 de março de 1824.

Entre os actos da Assembléa, promulgados por d. Pedro, a 20 de outubro de 1823, o mais importante dos quaes foi, sem duvida, o que estatuiu que a promulgação de todos os decre-

tos se fizessé sem dependencia de sancção imperial, está aquelle que extinguiu as Junctas provisorias de governo e as substituiu em cada provincia por um presidente e um secretario, nomeados pelo imperador, e um Conselho de seis membros, eleitos da mesma maneira que os deputados á Assembléa.

A Juncta Provisoria, que governava Pernambuco e, de conformidade com similhante decreto, devia ser substituida, estava reduzida a tres dos seus membros — o morgado do Cabo capitão-mór Francisco Paes Barreto e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, republicanos de 1817, e Manuel Ignacio Bezerra de Mello, — desde que, a 15 de septembro de 1823, foram depostos pela tropa e pelo povo, perante o Senado da Camara do Recife, o presidente Affonso de Albuquerque Maranhão e o secretario padre José Marinho Falcão Padilha, assim como o governador das armas Joaquim José de Almeida, que foi mandado prender na fortaleza do Brum, accusados de procedimentos arbitrarios, havendo contra o ultimo a suspeita de tencionar acclamar imperador absoluto d. Pedro I, no dia 2 de outubro. Estava no numero dos que promoveram essa destituição Cypriano José Barata de Almeida, ex-deputado ás côrtes de Lisbôa e deputado á Assembléa Constituinte pela provincia da Bahia, exaltado nativista, que se deixou ficar em Pernambuco a prégar as suas idéas no periodico de que era redactor, a *Sentinella da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, e contra quem, por vingança, usou a Juncta da maior violencia, prendendo-o na mesma fortaleza a que fôra recolhido Joaquim José de Almeida e enviando-o preso para o Rio.

Concorriam para a instabilidade das Junctas de governo o seu character provisorio e as circunstancias do momento favoraveis á práctica de excessos, mesmo por parte das auctoridades. A primeira Juncta eleita, conforme o decreto das Côrtes de Lisboa, de 29 de septembro de 1821, da qual foi presidente Gervasio Pires Ferreira, revolucionario dos mais notaveis de 1817, foi deposta a 16 de septembro de 1822, em consequencia de sedição militar, promovida pelo capitão de artilharia Pedro da Silva Pedroso, que fôra, na revolução de 6 de março o "principal heroe militar" (Dias Martins, *Martyres pernambucanos*. Pernambuco, 1853, pag. 309), tendo tomado parte na sedição o capitão José de Barros Falcão de Lacerda, tambem patriota de 1817. Substituiu-a uma Juncta interina, que governou por alguns dias, presidida por Francisco de Paula Gomes dos Santos, antigo presidente da Juncta de Goianna. A 24 do mesmo mez começou a exercer as suas funcções a nova Juncta, cognominada *dos matutos*, aquella a que nos referimos em primeiro logar, e já em fevereiro de 1823

era obrigada a retirar-se do Recife para a villa do Cabo de Sancto Agostinho, deante dos actos de hostilidade do governador das armas, Pedro da Silva Pedroso, então tenente-coronel. Sem governo esteve o Recife, até que, sete dias depois, Pedroso se demittiu, accedendo aos rogos do Senado, e por ordem da Juncta foi preso, entregue ao intendente da Marinha Manuel de Carvalho Paes de Andrade e enviado para o Rio.

Estava o governo de Pernambuco entregue, como dissemos, desde 15 de seftembro de 1823, a tres membros dessa Juncta, á frente da qual se achava Francisco Paes Barreto como pro-presidente (assentado como fôra perante o Senado do Recife, que dos tres serviriam de presidente o que houvesse alcançado maior numero de votos e de secretario o menos votado), quando se reuniu a 13 de dezembro do mesmo anno o Grande Conselho, em que tomaram parte o clero, a nobreza, o povo e os chefes militares. Nessa sessão memoravel, a que não compareceu, allegando doença, Francisco Paes Barreto, propoz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que a presidiu, presente o pro-secretario Manuel Ignacio Bezerra de Mello, que, "achando-se a provincia bandeada e ameaçando uma guerra civil..., annunciando-se que ella não cessaria sem que se mudasse de governo..., era um dever sagrado do governo fazer cessar as calamidades publicas, poupando assim o sangue patriotico, o que... elle e seus companheiros, pois que tinha em seu poder procuração do presidente Francisco Paes Barreto, rogavam a todos os congregados que, em nome do bem da humanidade e da provincia, e mesmo em nome do Grande Imperio Brasileiro, os dispensassem de um governo em que tinham perdido toda a força moral e cuja continuação só podia produzir males incalculaveis e que, sendo a salvação da provincia a primeira lei, elles desde já haviam por demittido o governo e que, para não haver um intervallo anarchico, deprecavam instantemente que se remediasse o mal, creando-se um governo precario na fórma da carta de lei de 20 de outubro do corrente anno, pois que, não soffrendo demora o estado convulsivo da provincia, era preciso seguir a fórmula, não obstante alterar-se o modo..." Foi resolvido por unanimidade que se désse a demissão, como exigia a felicidade da provincia, e que se elegesse naquella occasião o novo Governo, por força de uma necessidade absoluta, e se convocassem os eleitores das comarcas para a nova eleição do presidente, do secretario e do conselho, mas que, si antes ou depois da eleição chegassem do Rio o presidente e o secretario, a estes se devia entregar o governo, procedendo-se á nomeação do Conselho do modo prescripto no decreto. Nessa mesma sessão foram eleitos presidente Manuel de Carvalho Paes de Andrade, secretario José da Natividade Saldanha e os seis conselheiros que com elles deviam servir, tendo sido, por acclamação, no-

meado governador das armas o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que na vespera chegara da Bahia, onde se batera victoriosamente, á frente das tropas de Pernambuco, pela causa da Independencia.

Fizeram parte desse Grande Conselho Francisco Muniz Tavares, José Martiniano de Alencar, Venancio Henriques de Rezende, e outros ex-deputados á Constituinte, que naquelle mesmo dia haviam desembarcado da galera que os trouxera do Rio, e haviam, em manifesto, dado conta do modo por que fôra dissolvida aquella assembléa e protestado contra a dissolução.

Manuel de Carvalho, que tomara parte activa na revolução de 1817, inimigo dos Portuguezes, intelligente, insinuante e energico, estava indicado, no momento, para assumir o posto que lhe foi designado.

Natividade Saldanha, que estudara em Coimbra, de onde acabava de regressar, tendo-se formado em Direito, adquiriu desde logo pelo talento e conhecimentos que revelava uma situação de destaque, da qual resultou a sua eleição.

Convocado o collegio eleitoral das comarcas de Olinda e Recife, para eleger o novo governo provisorio e os deputados á nova Assembléa Constituinte, realizou-se a eleição a 8 de janeiro de 1824, na cathedral de Olinda, presentes os membros da Camara da mesma cidade, sendo escolhidos presidente Manoel de Carvalho e secretario Natividade Saldanha, e recomposto o Conselho com a substituição de tres nomes.

Do termo dessa eleição consta ter-se decidido unanimemente que se não elegeriam novos deputados, porque, já havendo eleito a provincia "aquelles que deviam fazer e firmar o pacto social e a legislatura nacional, e não tendo ainda estes concluido esta soberana commissão e nem prostituido o seu character, era contrario á dignidade e decoro desta provincia nomear novos... e porque tambem o facto da dissolução do Congresso não era dissolutivo dos direitos dos povos em conservarem os seus mesmos representantes..."

Na mesma data, os eleitores dirigiram ao imperador uma representação, em que participaram que, embora não coubesse nas suas attribuições, procederam á nomeação de presidente e secretario, attendendo ás circunstancias em que se achava a provincia. Accrescentaram que alli já se havia divulgado a noticia da nomeação de Francisco Paes Barreto, contra a qual nenhum passo dariam, "si a pessoa eleita fosse capaz de sanar os males da provincia. Porém, considerando nós que, pelo contrario, os males se exacerbariam pela falta de opinião publica, em que, infelizmente, tem caïdo a mencionada pessoa eleita por v. m... accrescendo sobretudo a desconfiança não pequena em que se acham todos os habitantes desta provincia pelo extraordinario acontecimento que

teve logar nessa côrte em o dia 12 de novembro... receando com grande inquietação o restabelecimento do antigo e sempre detestavel despotismo, a que estão dispostos a resistir corajosamente: sim, Imperial Senhor, todas estas considerações que nos parecem poderosas fizeram com que não hesitassemos em nomear as pessoas da nossa confiança... e esperamos... ou antes ficamos certos de que teremos uma decidida approvação, sem a qual a provincia não poderá socegar" (*Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, p. 2ª, pags. 152-153).

Recusando-se a eleger novos deputados, a reconhecer, portanto, a dissolução da Assembléa, declarando-se dispostos a oppôr-se corajosamente ao restabelecimento do absolutismo, desapprovando a nomeação de Paes Barreto para o cargo de presidente da provincia, davam os eleitores de Pernambuco o primeiro passo para a revolução.

Paes Barreto, que a 13 de dezembro se demittira, receoso de deposição, já havia sido nomeado pelo Governo Imperial a 23 de novembro. Recebendo o decreto de nomeação, que o collocava em situação embaraçosa, não se sentiu com o necessario desprendimento para acompanhar a Gervasio Pires Ferreira, Manuel Zeferino dos Santos e Pedro de Araujo Lima, que se haviam excusado. (*Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.*, n. 47, pag. 214). Não contando com Manuel de Carvalho para facilitar-lhe a posse, recorreu ao governador das armas, coronel José de Barros, que, não só se eximiu de tomar parte na questão, mas convocou um Conselho composto de todos os officiaes superiores e commandantes de corpos, os quaes se reuniram a 13 de fevereiro de 1824 e adoptaram o mesmo alvitre. Declarou então Paes Barreto, em officio endereçado áquelle coronel, que se dirigiria aos chefes de todos os corpos e auctoridades da provincia.

A 18 do mesmo mez scientificou-lhe o Senado da Camara de Olinda, ao qual remettera o decreto de nomeação, que, em vista da representação dos eleitores enviada a d. Pedro I, nada se devia resolver sem decisão deste, além de que, para tractar do assumpto, estava convocado o Conselho das Camaras. Reunidos a 21 os representantes das Camaras, resolveram que não assumisse a presidencia da provincia aquelle que reconhecera ter perdido a força moral e se demittira sem a menor coacção, e que continuasse o actual presidente, estando o negocio affecto ao imperador.

Tendo appellado para os commandantes de corpos, como annunciara, conseguiu Paes Barreto o apoio dos majores Bento José Lamenha Lins e Antonio Correia Seara, que, pela madru-

gada de 20 de março saïram á frente do 1° batalhão de caçadores com alguns officiaes e de soldados retirados das guarnições da praça, a principal das quaes pertencia ao 3° batalhão, e, cercando o palacio do governo, exigiram a demissão immediata de Manuel de Carvalho. Avisado do que occorria, apresentou-se este á tropa e declarou que de bom grado se submetteria, si assim o quizesse o povo que o elegera, sendo então preso e recolhido á fortaleza do Brum. Mas a attitude do 2° batalhão de caçadores, de diversas guerrilhas e do povo do Recife, ao mesmo tempo que a das tropas de Olinda e a da Camara dessa cidade, não permittiu que a prisão fosse mantida e poucas horas depois era Manuel de Carvalho posto em liberdade, sem ter sido necessario se empregassem as medidas que aquella Camara havia ordenado.

Era, porém, intenção dos rebeldes embarcar o preso naquelle mesmo dia para o Rio, o que não conseguiram, devido á presteza das providencias e principalmente á intervenção decisiva do commandante do regimento de artilharia de Olinda, major Wenceslau Miguel Soares Carne-viva, que mandou uma deputação ao Brum, acompanhada de força armada, reclamar a soltura do presidente. "A deputação chegou", disse elle em officio de 20, ao governador das armas, "e poude á vista de algumas persuasões arranca-lo da fortaleza e traze-lo para esta cidade, onde se acha, e como a guarnição da fortaleza do Brum se evadisse della, já mandei outro destacamento..." (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, p. 244. (4)

De Olinda regressou o presidente ao Recife, alli entrando a 21, com grande acompanhamento e no meio de acclamações.

O coronel José de Barros havia conseguido reunir um Conselho militar para resolver sôbre a situação, no qual se decidiu que Manuel Ignacio de Carvalho, membro do Conselho da provincia, deveria assumir o governo até solução final da questão entre os dous presidentes, decisão que não prevaleceu, não só por manifestar-se o povo em sentido contrario, como por ter sido solto no mesmo dia Manuel de Carvalho.

Tudo se passara no decurso de algumas horas. Não tendo alcançado o esperado exito, os majores Lamenha Lins e Seara, com as tropas que se conservaram sob o seu commando, deixaram o Recife, na tarde do mesmo dia 20 e foram ter á villa

---

(4) Da preciosa collecção de documentos que possue, a respeito da revolução de 1824, acaba o Archivo Nacional de inserir grande parte no vol. XXII das suas "Publicações", concorrendo de tal modo para a commemoração do centenario daquelle movimento.

do Cabo, onde se achava Paes Barreto e a 22 se installou uma Juncta sob a sua presidencia.

Pretendia o Morgado reunir elementos que lhe garantissem a entrada na cidade do Recife e nesse sentido se dirigiu á 21 ao major Soares Carne-viva, ordenando-lhe que marchasse com o regimento de que era commandante de Olinda para o Cabo, afim de incorporar-se ás forças que o haviam de acompanhar no seu regresso. Fe-lo, porém, inutilmente. Desilludido de obter a adhesão das tropas que haviam permanecido no Recife e das que se achavam estacionadas em Olinda, retirou-se Paes Barreto com a sua gente para o Engenho do Junco, onde se achava a 2 de abril, e dahi para a Barra Grande, na provincia de Alagoas, e nessa povoação assentou acampamento e fez levantar trincheiras.

O governador das armas e a officialidade de 1ª e de 2ª linhas, dando conta da sua conducta ao imperador, em officio de 3 de abril pronunciaram-se abertamente em favor de Manuel de Carvalho e contra Paes Barreto, que, quando membro da Juncta eleita em septembro de 1822, não gozava da confiança publica por falta "de conhecimentos e mais requisitos para bem governar uma provincia que se achava em circumstancias difficeis... pela effervescencia do espirito marcial...; que, quando serviu de pro-presidente pela deposição de Affonso de Albuquerque Maranhão... se conheceu que elle tivera uma grande parte naquelle governo descompassado e ruinoso." São desse officio os dous seguintes trechos:

"A marcha prudente e justiceira que tem seguido... Carvalho nestes poucos mezes de sua presidencia alliciou de tal maneira a affeição de toda a provincia e sua adhesão, que não seremos exagerados si affirmarmos a V. M. que tem chegado ao enthusiasmo; bem como que o Paes Barreto está em um verdadeiro odio, execração de toda a provincia... Nesta ordem de cousas a força armada... não tem podido deixar de seguir a publica opinião e a torrente da affeição decidida a favor de Carvalho e receia grandes calamidades a este povo amante de V. M. e seu fiel subdito, si acaso for de encontro á sua racional paixão." E terminaram pedindo a confirmação de Manuel de Carvalho e, si isso não fosse possivel, que jámais viesse Paes Barreto.

A 31 de março fundeou em frente ao Recife a divisão de que era commandante o capitão de mar e guerra João Taylor e que se compunha das fragatas *Nictheroy* e *Piranga*, a primeira das quaes, sob o commando daquelle mesmo official, se salientara na guerra da Independencia, perseguindo até á foz do Tejo a esquadra e os transportes portuguezes. No mesmo dia da chegada pediu o commandante Taylor ao governador das armas viesse a bordo dessa fragata, onde conferenciariam

a respeito da commissão de que estava encarregado. Allegando abatimento physico, excusou-se José de Barros, ao que respondeu Taylor, a 1 de abril, enviando-lhe, para que os distribuisse pelas forças, exemplares da Proclamação que dirigira aos habitantes de Pernambuco e recommendando cuidasse desde então de proteger com a maior efficacia o prompto restabelecimento de Paes Barreto.

Com antecedencia de muitos dias devia este ter tido conhecimento da missão, que seria confiada áquella divisão naval, pois a 23 de março já o esperava como consta do officio que dirigiu ao commandante da fortaleza de Gaibú. (*Publ. do Arch. Nac.* XXII, pag. 256.)

A 2 de abril officiou Taylor a Paes Barreto, convidando-o a vir a bordo da *Nictheroy* no dia 5, si possivel, e aconselhando-lhe que retirasse "já e já" os corpos militares que o acompanhavam e insinuasse aos milicianos, que se recolhessem aos seus districtos, e aos de linha que voltassem aos seus quarteis, podendo assegurar a uns e a outros que não seriam inquietados e que a esquadra seria sufficiente para ter em respeito os povos da provincia.

Para tomar conhecimento do que occorria e decidir qual a conducta a seguir-se, o governador das armas, de accôrdo com o delegado de Taylor, capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, promoveu a convocação de um Grande Conselho formado das Camaras e das principaes pessoas de todas as classes, que se reuniu a 7 de abril na grande sala do governo da provincia, com a presença daquelle delegado, e foi presidido pelo padre Venancio Henriques de Rezende, ex-deputado á Constituinte, sendo um dos secretarios frei Joaquim do Amor Divino Caneca, revolucionario de 1817. Decidiu-se que devia ser mantido Manuel de Carvalho, pelo seu patriotismo e bom governo, ao passo que o eleito de s. m. tinha perdido a opinião publica e contrahido o odio e execração geral, e que, não havendo chegado ao imperador, conforme declarou o commandante da divisão, as representações que a respeito lhe foram dirigidas, se lhe mandasse uma deputação de tres membros, um civil, um militar e um ecclesiastico, para participar-lhe o occorrido desde 31 de dezembro e rogar-lhe a confirmação do actual presidente. De 319 pessoas que tomaram parte na assembléa, uma apenas negou o seu voto a essa decisão.

Não esteve presente á reunião aquelle que a convocara, Manuel de Carvalho, mas enviou ao Grande Conselho uma exposição dos seus actos, por onde se vê como procedia com acerto.

Justificando longamente o seu voto no Grande Conselho, disse frei Caneca reconhecer as virtudes domesticas que dis-

tinguiam Paes Barreto, não julgando, entretanto, com aptidão para o governo um homem sem conhecimentos, que só tinha talento para a intriga e cujos despachos haviam servido de objecto de riso, que cooperara para o descredito e a quéda da Juncta de que foi presidente Gervasio, assim como para as desavenças de Pedroso com a Juncta presidida por Maranhão, a expulsão deste e do secretario e a prisão de Almeida, tendo dado passos para que as testimunhas da devassa jurassem a seu contento, que fez prender o deputado Barata, contra o direito, as leis da hospitalidade e a gratidão, e que, em sessão de 26 de novembro de 1823, resolveu se prendessem, sem culpa formada, o deputado Carvalho e seu ermão Manuel de Carvalho, assim como todos aquelles que dizia tramavam a deposição da sua Juncta.

Sciente do resultado da reunião de 7 de abril, convencido da inutilidade das suas tentativas, o commandante da divisão naval lançou a 8 um manifesto e declarou o bloqueio do Recife e portos adjacentes. A proclamação, que a 9 dirigiu Manuel de Carvalho aos Pernambucanos, é um brado vibrante de revolta deante da declaração do bloqueio e um incitamento á resistencia. Nessa proclamação, em que Taylor descobriu que se desenvolviam claramente idéas republicanas, pergunta o seu auctor: E pensará este mercenario que intimida com bravatas os bravos Pernambucanos, ou que deste modo nos porá na necessidade de retrogradarmos um só passo na carreira da liberdade? Não conhece que nós somos ainda os descendentes dos heroes de 1654, de 1710 e aquelles mesmos que ha pouco, nos campos de Pirajá, fizemos tremer as aguerridas tropas lusitanas?

Por mais que o governador das armas, em seus officios, lhe protestasse fidelidade ao imperador e fosse ao exagero de assegurar que todos os Pernambucanos eram verdadeiros adoradores do Defensor Perpetuo do Brasil, Taylor duvidava da sinceridade desses protestos, sabendo, como disse, "distinguir as adorações, que se prestam ao idolo que se teme, dos cordiaes tributos que os puros corações offerecem com candura, amor e respeito".

Tendo feito prender o chanceller e dous desembargadores da Relação de Pernambuco, que o não reconheciam como presidente da provincia, mandou-os Manuel de Carvalho entregar a Taylor, que os recolheu a bordo da fragata *Nictheroy*.

Na proclamação aos habitantes de Pernambuco, datada de 21 de abril, e no officio de 22, enviado ao governador das armas, Taylor accusou Manuel de Carvalho de ter-lhe proposto fugir, por exgotados os meios para sustentar-se na presidencia, abandonando assim os seus companheiros de lucta. (*Diario Fluminense*, de 21 de maio de 1824.)

E' para admirar que, nada de grave tendo occorrido que determinasse essa brusca transformação no animo até então forte e resoluto de Manuel de Carvalho, fizesse este similhante proposta. Por outro lado, divulgada a felonia, não consta que o desprezassem os seus correligionarios, como por certo fariam a quem houvesse procedido indignamente. Essa accusação, que se nos afigura infundada, foi talvez um ardil de que se soccorreram os partidarios do Morgado com o intuito de provocar a deserção dos elementos, em que se apoiava Carvalho.

A deputação que o Grande Conselho de 7 de abril resolveu se mandasse ao Rio e que ficou composta de Joaquim Francisco Bastos Junior, do tenente de artilharia Brasilio Quaresma Torreão e do vigario João Evangelista Leal Periquito, partiu no brigue americano *Frederico*, que apesar de levar bandeira parlamentaria não passou o bloqueio sem difficuldades.

Chegou a deputação ao Rio a 2 de maio, quando o Governo Imperial já havia, por decreto de 24 de abril, revogado a nomeação de Paes Barreto, sem, porém, acceitar a imposição do nome de Manuel de Carvalho. e nomeado em logar daquelle José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, assegurando amnistia aos que obedecessem ás suas ordens e adherissem á causa da Independencia e ameaçando com o rigor das leis aos que assim não fizessem. Nesse decreto justifica o imperador a solução dada ao conflicto, tendo em consideração o perigo que para o bem da administração publica e para a segurança individual haveria em alimentar os partidos divergentes e mais ainda em dar a um victoria sôbre o outro, pelo justo temor de reacções, e manifestando o desejo de "dar quanto antes áquella *bella e interessante provincia* a paz, tranquillidade e segurança que não tem, ao passo que todas as outras já saboreiam o beneficio de uma Constituição liberal, unanimemente approvada e em muitas já jurada".

Só a 14 foi a deputação recebida pelo imperador, perante quem Basilio Quaresma Torreão proferiu um discurso, em que expoz os factos occorridos na provincia e os motivos pelos quaes não foi acceito Paes Barreto, e em que agradeceu a nomeação de Mayrink.

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão tomara parte na revolução de 1817, e, pronunciado na Alçada como réo de lesa-majestade, conseguiu fugir para a França com o auxilio de Luiz do Rego, que novamente lhe valeu no regresso, obtendo que o processo fosse revisto e o réo declarado innocente.

Timorato e indeciso, não era Mayrink o homem indicado para o momento. Tendo recebido a 20 de maio o decreto de sua nomeação, procurou entender-se com Manuel de Carvalho e declarou-lhe que havia assentado pedir demissão, pois não tinha ambições de governar e conhecia a sua insufficiencia para dirigir os negocios publicos em crise tão arriscada, e, como Manuel de Carvalho não desse por definitiva essa resolução, protestou que ficaria contente com a sua exclusão.

Convidado no dia seguinte a marcar dia para a posse, communicou que se demittia, sendo-lhe agradavel conformar-se com a vontade de uns poucos de homens que á noite se lhe annunciaram por parte dos Pernambucanos livres e honrados, os quaes, sem desattenção, exigiram delle que não acceitasse a presidencia, porque no estado actual de cousas não poderiam prescindir de Manuel de Carvalho á testa dos negocios da provincia. Este, porém, não se julgou com auctoridade para acceitar o pedido de demissão, e a 21 e 22 officiou ao tenente-coronel José Antonio Ferreira, commandante da Divisão Constitucional do Sul, participando-lhe a revogação da nomeação de Paes Barreto e a escolha de Mayrink e mandando suspender qualquer hostilidade contra aquelle e seus aggregados, e intimar os desertores do conteúdo do decreto de 24 de abril, em virtude do qual se podiam recolher ás suas bandeiras, certos de que haveria total exquecimento do passado.

Ainda a 21 de maio procurou Manuel de Carvalho Mayrink e, desfazendo os seus receios, instou para que tomasse posse, porque assim era conveniente ao bem da patria, ao que este accedeu, dizendo entregar-se de todo nas suas mãos. Convidado, porém, a 23 para designar o dia em que tomaria posse, havia modificado a sua resolução e, recorrendo a um expediente protelatorio para esquivar-se ao cumprimento do que combinara, declarou que, achando-se quasi toda a tropa fóra do Recife, uma parte na Parahiba, em attitude hostil ao Governo daquella provincia e outra ao Sul contra o partido do Morgado, e devendo a tropa "merecer toda a consideração, porque o soldado que serve á sua patria nunca perde os fóros de cidadão", achava que primeiramente deveria Carvalho mandar communicar á força armada as imperiaes ordens e determinar-lhe que, reconciliados os partidos, se recolhesse aos quarteis, para então, em presença della, dar-se cumprimento ao decreto da sua nomeação. Respondeu-lhe Carvalho a 24, expondo as razões por que as tropas se achavam umas ao Norte, outras ao Sul, e communicando que passava a expedir ordens ao tenente-coronel commandante para que se retirasse logo que os desertores se recolhessem ás suas bandeiras ou se dispersassem.

Não obstante, em officio de 26, Mayrink communicou que não assumiria a presidencia de Pernambuco, cujos destinos estavam nas mãos de Carvalho, não sendo occulto que um partido se havia manifestado descontente com qualquer mudança na direcção dos negocios da provincia, e que o decreto de 24 de abril não tranquilizara os animos, receosos de que o Governo Imeprial usasse de medidas violentas contra os que se haviam mostrado mais denodados liberaes nos repetidos movimentos que tinham havido em Pernambuco, e que lhe parecia mais acertado continuasse Carvalho no governo. Sempre irresoluto, não dizia claramente si, de modo definitivo, renunciava ao governo ou apenas adiava a posse para quando se sentisse melhor garantido.

Achou-se assim Manuel de Carvalho no dever de continuar no posto para que fôra eleito e a que dava o melhor do seu esfôrço e das suas convicções democraticas.

A Bahia, a 12, e Pernambuco, a 13 de dezembro de 1823, tiveram conhecimento da dissolução da Assembléa Constituinte. A agitação que naquella provincia se produziu acalmou-se em breve com as providencias tomadas pela Juncta Provisoria, que não deixou de manifestar a d. Pedro I a magua que lhe causara o golpe de estado. Em Pernambuco, a noticia do acto violento do imperante, encontrando os animos excitados, contribuiu para a renuncia dos membros da Juncta e despertou a reacção contra o perigo da volta ao absolutismo. No Ceará, provincia quasi autonoma, como Pernambuco, na qual dominavam as mesmas idéas ultra-liberaes, a exaltação chegou ao extremo de haverem algumas Camaras, a começar pela de Campo Maior de Quixeramobim, declarado d. Pedro I excluido do throno, rejeitando o projecto de Constituição e manifestando-se pelo regime republicano.

Nas demais provincias ao Norte de Pernambuco o acto da dissolução provocou egualmente protestos e agitações.

A outorga de uma Constituição, precedida embora da simples formalidade da approvação pelas Camaras, que para tão alto mistér não estavam investidas dos necessarios poderes, não encontrou em Pernambuco a acceitação que mereceu da maioria das provincias. A reunião de um Conselho, promovida pela Camara do Recife para o dia 26 de março, afim de emittirem os cidadãos as suas opiniões sôbre o projecto e assignarem os seus nomes em livro que a ésse fim fôra destinado, não se poude realizar pela falta de segurança

em que se sentiram os primeiros que concorreram. (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, pag. 169.)

Mais tarde, preparava-se a Camara para jurar como Costituição o projecto imperial, quando se deu a sua deposição e foi eleita outra, que, por meio de cartas e editaes, convocou as auctoridades e pessoas representativas para manifestarem o seu modo de pensar a respeito do cumprimento do decreto de 11 de março, pelo qual o Governo Imperial mandara proceder ao juramento. Sem que no dia fixado (6 de junho) houvessem comparecido muitas das pessoas convidadas, foi, não obstante, resolvido que se não devia prestar o juramento, por ser o projecto contrario á liberdade, independencia e direitos do Brasil e ter sido apresentado por quem não tinha poder para tanto, e ainda por envolver o seu juramento perjurio do juramento civico, em que se prometteu reconhecer e obedecer á Asembléa brasileira constituinte e legislativa. Convidado como membro do corpo literario da cidade, frei Caneca leu o seu voto, fazendo a analyse do projecto e criticando os seus principaes artigos (Frei Caneca, *Obras polit. e lit.*, Recife, 1875, pags. 40-47).

Os desembargadores da Relação não quizeram, porém, deixar de manifestar a sua approvação ao projecto e fizeram-no em sessão de 30 de março, sem testimunhas, da qual se lavrou assento para ser guardado em segredo até o restabelecimento da ordem, e nas mesmas condições de sigillo juraram a Constituição a 1 de junho de 1824.

Em Olinda, o Conselho convocado pela Camara para o dia 17 de junho recusou-se a prestar o juramento por ter deixado de comparecer a maioria das pessoas convidadas, o que demonstrava geral descontentamento.

Na sua marcha para o Sul foram seguidos os rebeldes pelas tropas que o presidente Carvalho e o governador das armas enviaram contra elles e que fizeram alto nas margens do rio Persinunga, linha divisoria das provincias de Pernambuco e Alagoas. Acolheu-os o governo de Alagoas, resolvido, porém, não permittir que ganhassem forças para atacar os contrarios, mas que permanecessem uns e outros onde se achavam, a aguardar as deliberações do imperador.

Sem communicação official alguma do governo de Alagoas, tendo-lhe constado que os desertores haviam adquirido reforços, convocou Manuel de Carvalho um Grande Conselho, que se reuniu a 6 de maio e resolveu que sem demora se atacasse a provincia vizinha, visto o auxilio que havia prestado aos desertores e terem começado as hostilidades, atacando e

aprisionando alguns soldados. Do voto justificado de frei Caneca consta que, chegando á linha divisoria, as tropas do governo de Pernambuco pediram ao de Alagoas lhes permittisse a entrada, afim de prender o Morgado e os desertores ou os fizesse regressar, e que esse Governo, no intuito de ganhar tempo, reuniu um Conselho, que se atreveu a legislar, fóra da sua competencia, no sentido de caber a Manuel de Carvalho o governo do Recife e ao Morgado o do Sul. Consta ainda desse voto que o mesmo governo pediu se suspendessem as prisões enquanto se entendia com Carvalho pelo seu deputado Gustavo Adolfo de Aguiar, que até aquella data (6 de maio) se não havia apresentado. Votou fr. Caneca para que se invadisse immediatamente o territorio de Alagoas, "não só para prender o Morgado e seus satellites, mas tambem para desthronar aquelle governo rebelde" e fazer eleger outro que fosse "amante e defensor da Independencia do Imprio e sua constitucionalidade". As instrucções da Camara de Olinda aos seus representantes no Conselho estabeleciam que só em ultimo caso deveriam ser atacados os rebeldes como inimigos, procurando obter-se antes que o governo de Alagoas providenciasse para que elles voltassem aos seus quarteis, como antes do bloqueio, havia Taylor aconselhado a Paes Barreto.

A divisão bloqueadora continuava fundeada deante do Recife, tendo-se elevado a dez o numero dos navios que a compunham em principios de junho (Varnhagen — *Hist. da Independ.*, Rio 1917, pag. 419. Nota de Rio Branco.) Por esse tempo um delles, o brigue *Bahia* auxiliava os rebeldes de Barra Grande nos combates, que travavam com as tropas sitiantes ao mando do tenente-coronel José Antonio Ferreira.

Correspondendo-se com o presidente da Parahiba, foi por este attendido o commandante do bloqueio na requisição de viveres e de munições de guerra.

Constou então ao Governo Imperial que uma expedição portugueza se preparava contra o Brasil e mandou em portaria do ministro do Imperio, datada de 11 de junho, participar ao presidente de Pernambuco que, não podendo dividir a esquadra de que dispunha e devendo concentra-la no porto do Rio de Janeiro para levar promptos soccorros a qualquer ponto acommettido, era indispensavel que cada provincia se valesse dos proprios recursos até que fosse soccorrida, sendo chegada a occasião de mostrar o brioso povo pernambucano que era *digno de ser livre e independente*.

Ante o perigo que se afigurava imminente, cessou o bloqueio a 28 de junho e a divisão naval, então reduzida ás duas

fragatas, partiu a 1° de junho em direcção á Capital do Imperio. A 30 de junho respondera Manuel de Carvalho á portaria do ministro do Imperio, declarando que não poderia entrar em duvida o procedimento que a provincia de Pernambuco teria contra qualquer pretenção hostil dos Portuguezes e até se prestaria a soccorrer as provincias limitrophes, como por vezes havia feito, o que pedia levasse á presença do imperador (Mss. da Bibl. Nac., II, 32.1.7.)

Livre do bloqueio, Manuel de Carvalho aproveitou habilmente a occasião para dar o golpe decisivo e realizar a aspiração dos Pernambucanos no sentido da Republica.

Fôra-lhe preciso, até então, contemporizar, simular obediencia aos decretos do Governo Imperial, para não prejudicar o exito do emprehendimento e melhor aguardar o momento em que pudesse *levantar a mascara*, na phrase do redactor da *Gazeta de Lisboa*, no numero de 11 de septembro de 1824. Não se havia descuidado, porém, de activar a propaganda das idéas republicanas nas provincias do Norte, para as quaes despachara emissarios, portadores de exemplares da Constituição da Colombia e outros impressos a distribuir, e encarregados de promover os meios de em cada uma dellas ser proclamada a Republica.

Livre do bloqueio, lançou a 1° de julho uma proclamação aos Pernambucanos, outra a 2 de julho aos Habitantes das Provincias do Norte e um Manifesto aos Brasileiros sem data, destinado a acompanhar, ao que parece, a Proclamação do dia 2.

Na primeira proclamação Manuel de Carvalho ataca o Ministerio, que com o iniquo, injusto, não provocado bloqueio "pretendeu forçar os Pernambucanos á obediencia cega de seus tyrannicos caprichos" e a renunciar os seus sagrados e imprescriptiveis direitos, em cuja usurpação estavam absolutamente decididos a não consentir, tendo demonstrado ser dignos da liberdade pela firmeza e constancia com que resistiram a todos os meios de seducção, astucia e perfidia, e pela denodada coragem e infatigavel vigilancia, com que repelliram os ataques dos instrumentos da oppressão.

A proclamação de 2 de julho é a declaração formal de desobediencia ao Governo do Rio de Janeiro, é o convite dirigido aos Brasileiros do norte para a formação de um governo commum.

Assim termina a proclamação: "Brasileiros! O Imperador desamparou-nos; e que nos resta agora? Unamo-nos para salvação nossa, estabeleçamos um Governo Supremo, verdadeiramente constitucional, que se encarregue de nossa mu-

tua defesa e salvação. Brasileiros! Unamo-nos e seremos invenciveis."

São do Manifesto as seguintes palavras:

"Não é preciso. Brasileiros, neste momento, fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do Imperador...; porém... nunca podia a ninguem passar pela idéa... que o Imperador havia de trahir-nos e abandonar-nos ao capricho de nossos sanguisedentos e implacaveis inimigos lusitanos, no momento em que teve noticia de estar fazendo-se a vela a expedição invasora! E é crivel que não fosse preparada de accôrdo com elle? E' possivel, mas não provavel.

Brasileiros: salta aos olhos a negra perfidia; são patentes os reiterados perjurios do Imperador; e está conhecida nossa illusão ou engano em adoptarmos um systema de governo defeituoso em sua origem e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para ellas. Eia, pois, Brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo analogo ás luzes do seculo em que vivemos; o systema americano deve ser identico; desprezemos instituições oligarchas, só cabidas na encanecida Europa. Os Pernambucanos, já costumados a vencer os Vandalos, não temem suas bravatas; 12.000 baionetas, manejadas por outros tantos cidadãos soldados da 1ª e 2ª linha, formam hoje uma muralha inexpugnavel; em breve teremos forças navaes, e algumas em poucos dias. Segui, ó Brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona torrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitae os valentes de seis provincias do Norte, que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor de todos os systemas — Representativo... Brasileiros: pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este; salvemos a honra, a patria, a liberdade, soltando o grito festivo — Viva a Confederação do Equador".

Segue-se a transcripção da portaria de 11 de junho.

A esse Manifesto respondeu o imperador a 26 de junho, com os decretos pelos quaes, ouvido o Conselho de Estado, mandou suspender provisoriamente para a provincia de Pernambuco as garantias constitucionaes e nomeou uma commissão militar, para cuja presidencia designou o coronel Francisco de Lima e Silva, encarregado de processar summarissima e verbalmente os cabeças da rebellião, e a 27 publicou uma Proclamação ás tropas, na qual ameaçava os republicanos, "infames facciosos", com um castigo tal que sirva de exemplo até para os vindouros" e concitava os seus Camaradas a acabar com os demagogos e revolucionarios. "Juramos Independencia ou Morte", proclamou d. Pedro, "seremos indepen-

dentes; juramos a integridade do Imperio; ha de ser sustentada; juramos, emfim, uma Constituição, ella regerá para sempre todo o solo brasileiro."

Conhecido no Rio, antes de 26 de julho e publicado no *Diario Fluminense* de 30, o Manifesto fôra enviado do Recife muitos dias antes de 24, quando diz Abreu e Lima (*Compendio de Historia do Brasil*, Rio, 1913. Docs., pag. 124) ter sido ahi publicado, o que Sebastião Galvão corrobora, accrescentando que o foi no *Diario do Governo* (*Dicc. Chorogr. Hist. e Estatistico de Pern.* Rio, 1922, 3° volume, pag. 52).

Sem data, lançou Manuel de Carvalho uma proclamação aos Habitantes da Bahia, convidando-os a unir-se aos Pernambucanos e terminando com as exclamações: *Viva a Confederação do Equador! Viva!!* Remetteu-a, junctamente com outras, ao presidente da Bahia, Francisco Vicente Vianna, acompanhadas de officio datado de 8, pelo brigue *Guadiana*, que partiu a 9 ou 10, no qual encareceu a necessidade de ser eleito um Governo Supremo das *Provincias Federadas*. Na proclamação que assignou a 20 de julho, o presidente da Bahia verberou o procedimento dos que espalhavam libellos famosos, assoalhando idéas demagogicas, subversivas da ordem social".

Sem data foram subscriptas por Manuel de Carvalho proclamações — aos Pernambucanos, amigos e patricios, — aos Brasileiros do Norte, — aos Bahianos, — aos Alagoenses.

E' uma questão vencida, depois que a esmerilharam auctoridades como Pereira da Costa, Gonçalves Maia, Oliveira Lima e Basilio de Magalhães, a de saber em que data, na falta de acto solenne de proclamação que se houvesse realizado em Pernambuco, se deva commemorar o movimento revolucionario, que tinha por objectivo a formação da Confederação do Equador.

Tem importancia capital o appello do presidente de Pernambuco ás mais provincias do Norte para que se unissem e estabelecessem um Governo Supremo. E o documento em que esse appello se contém é a Proclamação de 2 de julho.

Provincias Federadas, Provincias Confederadas, Confederação, Confederação do Norte são expressões empregadas por Manuel de Carvalho em documentos anteriores a 24 de julho, a começar pela portaria do dia 2, na qual providenciou relativamente ao arranjo do palacio de Olinda, edificio destinado ás sessões da Assembléa Constituinte e Legislativa da *Confederação do Norte*.

Admittindo-se que o Manifesto se destinasse a receber differentes datas, conforme em cada provincia fosse proclamada a Republica, o que é inacceitavel, não se tendo afastado

de Pernambuco o respectivo signatario, admittindo-se que nessa provincia só se tornasse publico a 24, ainda assim deveria prevalecer para a commemoração a data de 2 de julho, conforme a conclusão a que chegou o inolvidavel Pedro Lessa no luminoso laudo lido e applaudido neste recincto. (*Rev. do Inst. Hist.*, 83, pag. 423). Reconhecida como documento de importancia precipua a Proclamação do dia 2, considerado o Manifesto como peça complementar que provavelmente a houvesse acompanhado, estava dirimida a questão.

Mas, si hoje as duvidas estão melhor elucidadas, nem por isto nos é licito negar acatamento á opinião dos conspicuos membros do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, que em 1893 se declararam pelo dia 24, entre os quaes o desembargador Luna Freire, auctor de excellente estudo sôbre a *Revolução de* 1824, inserto no n. 47 da *Revista* daquella benemerita aggremiação.

Ainda em 1904 escrevia Alfredo de Carvalho, no Almanach de Pernambuco, para o anno de 1905:

"A data precisa em que foi proclamado no Recife o movimento revolucionario, que passou á Historia com o nome de Confederação do Equador, ainda não está devidamente averiguada."

Dado o passo decisivo, cumpria áquelle que mettera hombros á ousada empresa assegurar-lhe o exito por meio de acção prompta e energica, prudente e efficaz, demonstrando capacidade de direcção e de organização á altura das difficuldades do momento. Fez Manuel de Carvalho o que estava ao seu alcance, cercando-se de forças e meios materiaes necessarios á defesa, promovendo a adhesão das provincias, preparando a nova construcção politica e tomando providencias outras que se lhe afiguraram adequadas.

Desde logo encommendou para a Europa grande quantidade de material bellico e para os Estados Unidos seis canhoneiras, que deveriam vir completamente guarnecidas. Auxiliado pelo governador das armas, creou varios corpos de exercito e companhias de guerrilhas, abriu o recrutamento e chamou ás armas os corpos milicianos, dando-lhes as vantagens de que gozava o exercito, e garantiu uma pensão ás familias dos que morressem, assim como aos que se invalidassem na defesa da liberdade e da independencia. Armou uma esquadra que, em Junho, havia começado a preparar, e de que fizeram parte, além de outros navios, os brigues *Constituição ou Morte* e *Guadiana* e as escunas *Independencia ou Morte* e *Maria da Gloria*, e augmentou o soldo dos mari-

nheiros. Estabeleceu linhas telegraphicas por meio de signaes e uma linha de correios terrestres e encommendou para Londres dous navios a vapor, de cem toneladas cada um, para o serviço das communicações entre as provincias da Confederação.

Outras medidas tomou, como a suspensão, por edital de 3, do trafico da escravatura para a provincia até ulterior deliberação da Assembléa Constituinte; a convocação de um Grande Conselho para o dia 17 de agosto, ao qual as provincias, que elle esperava adherissem, enviariam os seus procuradores, que se deviam apressar em nomear, conforme consta dos officios de 3 de julho, com os quaes remetteu a proclamação aos presidentes e governadores das armas das provincias do Ceará e Piauhi; a auctorização a Diogo Burne & C^a^., de Londres, para o fretamento de navios que trouxessem colonos irlandezes, preferidos os artistas e lavradores, aos quaes se distribuiriam terras para a cultura do algodão e outras culturas, navios que poderiam voltar carregados de pau-brasil; a ordem de partida, que se realizou a 9 ou 10, do brigue *Guadiana* para levar á Bahia emissarios encarregados de espalhar proclamações e fazer adeptos, disfarçados, porém, o verdadeiro intuito com a compra de um carregamento de farinha, que o brigue transportaria na volta; a organização de um *Plano* para creação de um *Supremo Governo Provisional das Provincias Confederadas*, remettido ao presidente do Rio Grande do Norte com officio de 15; a expedição enviada a 17 á Barra Grande para auxiliar as tropas do tenente-coronel Ferreira e levar-lhe numerario e material de guerra, composta do brigue *Constituição ou Morte* e da escuna *Maria da Gloria*, aquelle commandado pelo maltez João Metrowich, a quem Manuel de Carvalho concedera a graduação de 2° tenente da armada, e esta por Joaquim da Silva Loureiro, tendo sido nomeado a 13 para servir como segundo commandante do brigue o portuguez João Guilherme Ratcliff; o convite, por edital de 27, aos eleitores da provincia para que tomassem parte no Grande Conselho com os deputados das Camaras e homens republicos e com elles deliberassem sôbre o que em beneficio publico tinha o presidente a propor.

A Typographia Nacional, onde se imprimiram as proclamações e o Manifesto, e passou a ser impresso o orgão official, que era o *Diario do Governo*, começou a trabalhar com essa denominação a 3 ou 4 de julho (Pereira da Costa, *Conf. do Equador*, na *Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.*, XIII, pag. 284.)

O *Diario do Governo*, redigido por Natividade Saldanha, publicou o ultimo numero a 24 de julho e foi substituido pelo *Registo Official do Governo*, semanario de que só vieram á luz quatro numeros, de 1 a 21 de agosto.

A 2 de agosto dirigiu Manuel de Carvalho uma proposta, que constava de quatro artigos, aos *dignos representantes da familia pernambucana*, por não ter o Governo sufficientes poderes para deliberar em assumptos extraordinarios, no sentido de estabelecer-se, até que se reunisse a Soberana Assembléa Constituinte, para formar a Constituição, um Governo Provisional Representativo da provincia, composto de vinte e cinco deputados, um presidente eleito, como os deputados, pelo Conselho provincial, e tres secretarios, nomeados pelo presidente, sendo submettida a nomeação á approvação pelo corpo de deputados. (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, pag. 133.)

Não era essa proposta, que só dizia respeito á provincia de Pernambuco, o objecto do edital de 27 de julho, nem do officio de 15, dirigido ao presidente do Rio Grande do Norte.

Aquillo que Manuel de Carvalho tinha de propor em *beneficio publico* não interessava unicamente a Pernambuco, era o plano da creação do *Supremo Governo Provisional* das Provincias Confederadas. Esse plano não podia ser, como alguns têm admittido, inclusive Pereira da Costa, o conjuncto de *Bases para a formação de um pacto social*, redigidas por uma Sociedade de homens de lettras, que foi publicado nos numeros de 1 e 15 de julho d'*O Typhis Pernambucano*, de que eram redactores frei Caneca e João Soares Lisboa, simples enumeração de direitos individuaes, que poderia fazer parte de uma Constituição, mas não resumir um plano de governo. São bases liberalissimas, algumas das quaes foram inspiradas em artigos do titulo VIII da Constituição da Colombia promulgada a 6 de outubro de 1821. O plano de que se tracta não era outro sinão o *Projecto de governo para as Provincias Confederadas e que as deve reger em nome da Soberania Nacional das mesmas Provincias, offerecido a todos os Brasileiros em geral e em particular aos das Provincias do Norte, especialmente aos Pernambucanos, por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente do Governo de Pernambuco.*

Constituem o capitulo 1º do Projecto os cinco artigos seguintes:

"1.º As provincias do norte do Brasil passam a formar uma união, que terá por titulo — *Confederação do Equador*.

2.º O Governo se divide em dous poderes politicos, legislativo e executivo.

3.º Este governo terá o titulo de Supremo Governo Provisional da *Confederação do Equador*.

4.º Será permanente (o Governo) até que em virtude duma Constituição, que o mesmo Supremo Governo adoptar, se reuna a Soberana Assembléa da Confederação.

5.º A religião unica por excellencia, mantida pelo Estado, é a catholica, apostolica, romana."

A *Analyse* desse projecto, com a transcripção de quasi todos os seus artigos, foi publicada no Rio ainda em 1824 e figura sob o n. 7.314 no Catalogo da Exposição de Historia do Brasil. Escripta no mesmo estylo de outras publicações anonymas attribuidas a José da Silva Lisboa, a este deve caber tambem a auctoria desse pamphleto, muito ao gosto da épocha, no qual o auctor, entre indignado e motejador, chama o ridiculo para o projecto, e se refere, em termos desabridos e injustos, a Manuel de Carvalho, como um "homem perfeitamente immoral, cuja conducta foi sempre o crime em marcha batida", attribuindo á João Soares Lisboa a feitura dessa "machina infernal", desse "burlesco projecto", e accrescenta: "Si o infame, si o atroz, si o peçonhento Projecto *sahisse á luz*, muitos o rasgariam", por onde se vê que elle não fôra publicado até então.

Era esse plano um projecto de lei que devia preceder a Constituição, a exemplo do que acontecera na Colombia, onde duas leis fundamentaes se promulgaram antes da Constituição de 6 de outubro de 1821, a ultima das quaes a 12 de julho desse anno. (Pombo, *Constituciones de Colombia*, Bogotá, 1892). O projecto foi publicado com incorrecções no vol. XXII, da *Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.* Enganou-se Blake no seu *Diccionario Bibliographico*, attribuindo a *Analyse* a Manuel de Carvalho, do mesmo modo que um projecto de Constituição.

A Camara do Recife e outras da provincia elegeram os seus deputados ao Grande Conselho, o mesmo tendo feito o Ceará, de onde a 3 de setembro partiram os eleitos acompanhando as tropas do capitão-mór José Pereira Filgueiras.

Tendo sido transferido, por acto de 13 de agosto para épocha indeterminada, não chegou a reunir-se o Grande Conselho convocado para 17, ao qual seria submettido o projecto e perante o qual, provavelmente, se proclamaria de modo solenne a Confederação do Equador.

Não se conhecem os actos, pelos quaes tivessem sido adoptadas a bandeira da Confederação e, provisoriamente, a Constituição da Colombia.

Sabe-se quanto á bandeira, pelo testimunho do capitão de artilharia José Maria Ildefonso, que commandava a fortaleza do Brum e, em principio de Agosto, seguiu, para Barra Grande acompanhando o coronel José de Barros, que houve idéa de adopta-la, mas que dessa idéa desistira o Governo (*Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pern.*, VII, pag. 280). E' certo entretanto que se benzeram bandeiras da Confederação do Equador, a 26 de agosto, na capital do Ceará. Mas a bandeira imperial que Manuel de Carvalho recommendou a 13 de julho apparecesse no penol da mezena do *Guadiana*, enviado á Barra Grande, ainda fluctuava a 14 de agosto nas fortalezas de Pernambuco, e o *Diario do Governo* conservou na primeira pagina, até o seu ultimo momento, as armas do Imperio.

Quanto á Constituição Colombiana, de que se imprimiram exemplares para distribuição nas provincias, não é fóra de duvida que houvesse sido adoptada. Já em principio de abril partiram para o Pará, na escuna *Camarão* emissarios do presidente de Pernambuco encarregados da propaganda republicana, que levaram consigo grande numero de exemplares daquella Constituição (*Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pern.*, XIII, pag. 318). Houve talvez a intenção de adopta-la ao mesmo tempo em todas as provincias como Constituição provisoria, ou teria sido distribuida a titulo de propaganda do regime nella consagrado.

Do officio de 15 de julho, já citado, dirigido ao presidente do Rio Grande do Norte, deve concluir-se que o Conselho ainda não seria a Assembléa Constituinte da Confederação, pois que Manuel de Carvalho lhe ia apenas propôr a creação de um Supremo Governo *Provisional* das Provincias Confederadas. Não se tractava de Constituição, mas de um plano de Governo *Provisorio* da Confederação, o qual não chegou a ser votado, porque se não reuniu o Conselho. Se para a adopção desse projecto o Governo de Pernambuco se não considerava armado de sufficientes poderes, como os teria para perfilhar a Constituição da Colombia?

Te-lo-ia feito depois do adiamento do Conselho, abandonando a idéa da creação do Governo Provisorio?

Não é de crer.

E afinal o Supremo Governo Provisorio não se constituiu, não se fez a eleição, nem acclamação do presidente da Confederação, e Manuel de Carvalho nunca se apresentou nesse character, mas sómente como auctor da iniciativa, e em nenhum documento apparece a sua assignatura senão como presidente da Provincia de Pernambuco. Nem por isto deixou de existir a Confederação, no sentido de um conjuncto de provincias divergentes do Governo do Imperio, ligadas por pen-

samento commum, agindo tanto quanto possivel harmonicamente, luctando e sacrificando-se pela liberdade, desejosas de que se lhes unissem as co-irmãs do Sul.

Não logrou feliz resultado a missão do brigue *Guadiana*, pois o presidente da Bahia, descoberto o verdadeiro objectivo dos emissarios de Manuel de Carvalho, cujas proclamações distribuiam, mandou aprisiona-los e ao navio que os conduzia. E' de suppôr que da Bahia tenham procedido as informações que a respeito dos acontecimentos de Pernambuco chegaram ao Governo Imperial a tempo de já a 26 de julho ser decretada, para essa provincia, a suspensão de garantias.

De resultado desastroso foi a expedição naval enviada a Barra Grande. Poucos dias alli se demoraram os dous navios, tendo-se entendido Ratcliff com o commandante das fôrças pernambucanas, ao qual Manuel de Carvalho recommendava que de novo offerecesse capitulação aos desertores nas condições que elles já anteriormente haviam recusado. Achavam-se em Porto de Pedras, onde os agentes do Governo de Pernambuco tinham conseguido fazer distribuição da proclamação dirigida aos *Alagoenses*, quando a 25 foram avistados pela corveta *Maria da Gloria* e pelo brigue *Guarany*, da Marinha imperial, que lhes deram caça e acabaram por captura-los, aprisionando as respectivas tripulações e a Metrowich, Ratcliff e Loureiro. Pretendera Ratcliff, vendo-se perdido, lançar fogo ao paiol da polvora do seu navio, mas não o consentiu a guarnição, só assim se deixando elle aprisionar. (*Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.*, VII, pag. 225.)

Aos dous decretos de 26 de julho e á proclamação do imperador ás tropas, publicada a 27, seguiram-se instrucções dadas a 30 ao commandante da brigada expedicionaria, o coronel, que passou a brigadeiro-general, Francisco de Lima e Silva, a quem foi enviada na mesma data a relação das pessoas que deveria prender, logo que entrasse no Recife, e que seriam julgadas pela commissão militar. Em substituição ao coronel José de Barros, demittido das funcções de governador das armas, foi nomeado o brigadeiro José Manoel de Moraes. E a 2 de agosto a brigada de Lima e Silva partia para o Norte, tendo embarcado na divisão commandada pelo almirante Cochrane e composta da nau *Pedro I*, da corveta *Carioca*, do brigue *Maranhão* e dos transportes *Harmonia e Charidade*. Outros navios destinados ao bloqueio de Pernambuco já haviam sido enviados do Rio, ás ordens do capitão de fragata Antonio José de Carvalho, a saber, a fragata *Paraguassú*, a corveta *Maria da Gloria* e a escuna

Leopoldina, que a 1° de agosto fundearam em frente á Barra Grande (Varnhagen, *Hist. da Ind.*, pag. 427 — Nota de Rio Branco).

Deixou Cochrane em Maceió as tropas de Lima e Silva e a 18 ancorava deante do Recife e estabelecia o bloqueio. Lançou duas proclamações aos habitantes da cidade, a 19 e a 23, ameaçando-os com o bombardeamento. Por esse tempo, segundo refere Oliveira Lima, a escriptora ingleza Mrs. Graham, auctora do livro "Journal of a voyage to Brazil", dirigia-se ao Rio, a convite de d. Pedro, que lhe quiz confiar a educação da princeza d. Maria da Gloria, e achava-se como passageira de um paquete inglez, que no Recife fazia escala. Tendo conhecido Cochrane quando estivera no Chile, visitou-o a bordo e foi por elle incumbida de entender-se com Manuel de Carvalho e convenceu-o de que se devia submetter deante da superioridade de forças, missão que ella desempenhou do melhor modo, avistando-se por duas vezes com o presidente, a ultima das quaes no dia 20, por quem foi gentilmente recebida, mas a quem não conseguiu demover do seu proposito de tornar livre o Brasil. Regressando Mrs. Graham para bordo, procurou Cochrane, a quem desilludiu de chegar a uma solução pacifica. (*Rev. do Inst. Arch. e Geog. Pern.*, pag. 306).

Condições de capitulação foram, não obstante, propostas por Cochrane a23 de agosto, de accôrdo com as quaes os chefes da revolução, depostas as armas até o dia 28, antes do sol-posto, poderiam partir para o extrangeiro, levando os seus bens, obrigando-se, porém, a não voltar ao Imperio sem licença do imperador.

Manuel de Carvalho, inabalavel nos seus designios e decidido á resistencia, tentou subornar Cochrane, que sabia exigente relativamente a vantagens pecuniarias, dirigindo-lhe uma carta, em que lhe offerecia a quantia de quatrocentos contos de réis, como indemnização por suas perdas, sob a condição de ser por elle esposada a causa da Confederação do Equador, a qual, dizia, "é adoptada pela maioria das provincias septentrionaes, cujo limite será o rio S. Francisco do Norte" (*Rev. trim. do Inst. do Ceará*, XXXII, pag. 37).

Debalde procurou Cochrane, por intermedio do vice-consul francez, obter a acquiescencia de Manuel de Carvalho ás suas propostas de submissão.

Tendo resultado inuteis as suas tentativas, quiz o almirante intimidar os habitantes da cidade e fez a escuna *Leopoldina*, de 28 para 29, romper as hostilidades, bombardeando as fortalezas, que, apesar do prolongado canhoneio, não soffreram maiores damnos.

Entregando o commando do bloqueio ao capitão de fragata Antonio José de Carvalho, deixou Cochrane, no dia 4 de septembro, o Lamarão, onde receiou conservar a nau *Pedro II*, que, em consequencia do máo tempo, perdera todos os ferros, menos um, e dirigiu-se á ilha de Sancto Aleixo, em cujas proximidades se achavam os brigues *Cacique* e *Maranhão*.

Communicou-se então por officio com Lima e Silva, que com o seu estado-maior fizera alto no engenho Pindoba e a quem manifestou as suas apprehensões a respeito do movimento, parecendo-lhe que o mal tinha raizes mais fundas do que suppunha o Governo Imperial. Assim tambem pensava Lima e Silva, conforme informou ao ministro da Guerra em officio de 6 de septembro: "Si bem que é necessario affectar desprezo do partido rebellado, cumpre todavia que a S. M. não seja occulto o progresso colossal, que tem tido as damnadas doutrinas de Carvalho. O espirito dos povos está mui minado e ainda que as partidas armadas dos rebeldes são de pouca força cada uma, ellas existem em grande numero por toda a superficie das provincias limitrophes e acham acolhimento nos povos".

Dahi tomou Cochrane o rumo da Bahia.

Tendo partido de Maceió em direcção a Pernambuco as tropas de Lima e Silva, ás quaes se junctaram as de Paes Barreto, não conseguiram alcançar os patriotas pernambucanos, que se retiravam e iam encontrar-se em Ponte dos Carvalhos, a poucas léguas do Recife.

Da proclamação que aquelle general distribuia nos logares por onde passava merecem ser destacados os dous seguintes periodos: "Malvados, tremei; a espada da justiça está por dias, a decepar-vos a cabeça; rendei-vos ou aliás estas bravas tropas de commando entrarão como se fosse por um paiz inimigo, pois mais inimigos que revolucionarios não póde haver. Não espereis mais benevolencia; o modo de vosso julgamento não admitte appello; uma commissão militar, da qual sou presidente, é que vos ha de fazer o processo e mandar-vos punir".

Lima e Silva demorara-se tres dias em Serihãem para descanso das tropas e fizera avançar uma columna até Ipojuca e dahi passara á villa do Cabo, ponto em que reuniu todas as forças do seu commando. No intuito de cortar aos contrarios as communicações com o Recife, destacou uma força com ordem de ameaça-los incessantemente, enquanto em marcha por asperos caminhos attingiu a 12 o engenho de Sancta Anna, posição mal guarnecida, que facilmente foi dominada.

Accelerou a marcha o exercito imperial e, ao meio dia do mesmo dia 12, alcançava as planicies de Afogados, nas immediações do Recife, e ahi se empenhava em lucta com as forças republicanas, que, cedendo á superioridade numerica, recuaram até a ponte e debalde a defenderam encarniçadamente. Seguiram-se a tomada da fortaleza das Cinco Pontas, a entrada daquelle exercito no bairro de Sancto Antonio ás 4 horas da tarde daquelle dia e a occupação do palacio do governo. Cortaram então os revolucionarios a ponte do Recife e entrincheiraram-se na outra margem do rio, auxiliados pelo fogo da fortaleza do Brum.

Não podendo entrar por Afogados, uma vez que o inimigo cortara a ponte de Molocolombó, procuraram as fôrças pernambucanas abrir passagem pela ponte da Bôa Vista, que encontraram a 13 fortemente guarnecida e onde se travou sanguinolenta e renhida acção. Referindo-se ao combate do dia 13, disse Lima e Silva, no officio de 18 de setembro, dirigido ao ministro da Guerra: "Neste dia foi o bairro de Sancto Antonio, que nós occupavamos, uma nova Copenhague, porque a artilharia postada no bairro do Recife, em nossa frente, os fortes de Brum e do Buraco sôbre a nossa esquerda, o brigue-escuna *Independencia ou Morte* sôbre a direita e as tropas que ameaçavam a Bôa Vista sôbre a retaguarda faziam um fogo tão vivo e cruzado sôbre esta parte da cidade que a tinham tornado medonho espectaculo da morte e das ruinas". (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, pag. 322).

Comprehendeu Lima e Silva que os republicanos não podiam sustentar por muito tempo a posição que occupavam. Intimou a render-se o commandante das forças do Recife, respondendo-lhe a 14 o Senado da Camara de Olinda com um pedido de armisticio por tres dias para serem estabelecidas as condições da paz. Naquelle mesmo dia o Senado da Camara fôra investido do governo civil da provincia, conforme deliberou um conselho de cidadãos de todas as classes. Em resposta extranhou Lima e Silva a attitude daquella corporação, e exigiu peremptoriamente que, no espaço de dez horas, lhe entregasse o governo, por achar-se elle legitimamente nomeado pelo imperador, e fizesse depôr as armas á tropa que lhe obedecia. Não mais esperou o Senado da Camará de Olinda, para, acatando as ordens imperiaes, fazer-lhe entrega do governo, no dia 15, declarando, porém, que as tropas só obedeciam ao governador das armas.

Não se conformou com a resposta do commandante do exercito imperial o coronel José de Barros, commandante do exercito constitucional pernambucano, e scientificou-o de que daquelle dia, 15 de septembro, em deante, não ficaria respon-

savel pela effusão de sangue que fizessem as tropas aguerridas do seu commando, resolvidas "a acabar antes no campo da honra do que serem mudas espectadoras dos males de sua patria".

Apresentadas, afinal, por meio de uma deputação as condições de pacificação propostas pelo Senado de Olinda, de accôrdo com o governador das armas, entre as quaes ser reconhecido o presidente nomeado pelo Governo Imperial e haver total exquecimento dos acontecimentos politicos que até então se haviam dado na provincia, declarou a 16 o commandante do exercito imperial, ou Exercito Cooperador da Bôa Ordem, que sómente concedia, como *ultimatum*, para ser acceito dentro de quatro horas: — poupar as vidas dos soldados e inferiores, que seriam conservados no serviço miliitar, assim como as dos officiaes, que seguiriam soltos e livres o destino que lhes desse o imperador, exceptuados, porém, os cabeças da rebellião; dar passaportes aos que quizessem sair do Brasil, contanto que se não tractasse dos cabeças; ser restituido immediatamente um official que fôra preso, apesar da bandeira parlamentaria que o protegia.

Tendo prorogado o prazo até meia noite, postou as suas forças em attitude offensiva em relação a Olinda, assestou canhões contra a fortaleza do Brum e fez desembarcar contingentes da divisão naval que chegara a 10, commandada pelo chefe de divisão Jewett e composta das fragatas *Piranga* e *Nictheroy* e do brigue *Cacique*. Jewett assumira, na ausencia de Cochrane, o commando dos demais navios, que se achavam deante do Recife e eram a fragata *Paraguassú*, a corveta *Maceió* e a escuna *Leopoldina*. Não havendo recebido resposta ao *ultimatum*, mandou Lima e Silva, pela madrugada de 17, atacar o Recife, de que em pouco tempo se apoderou, assim como de Olinda e das fortalezas da Barra, do Brum e do Buraco (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, pag. 323).

As tropas de Olinda, abandonando essa cidade, deante do fogo inimigo, tendo sido atacadas por terra e por mar, seguiram em marcha forçada, sob o commando do coronel José de Barros, a occupar Goianna, mas a 19 eram desalojadas pelas forças da Parahiba, commandadas por Estevam José Carneiro da Cunha, a quem Lima e Silva ordenara que as perseguisse e obstasse a sua marcha para o Ceará.

O seguinte trecho do officio de Lima e Silva, dirigido ao Ministerio da Guerra, em data de 1 de outubro, deixa ver a extensão e os resultados da propaganda revolucionaria e o modo de pensar daquelle general acerca das doutrinas que se pregavam: "Na revolução de 1817, como o povo não tinha entrado nella, era elle quem denunciava e prendia os malva-

dos; eis o que agora não acontece, por isso que a maior parte dos habitantes de diversos logares se acham comprommettidos e são os mesmos que acoitam os mais criminosos: ainda mais, naquella épocha os povos eram obedientes e ainda se lhes não tinha prégado, com constituição, liberdade, soberania popular e outras doutrinas similhantes, com que se illudem as pessoas incautas, prevenindo-as contra as legitimas auctoridades, por mais justo e liberal que seja o seu proceder." (*Publ. do Arch. Nac.*, XXII, 377).

Em agosto haviam partido para Barra Grande as tropas ás ordens do coronel José de Barros, entre as quaes o 1° batalhão de caçadores, sob o commando de José Gomes do Rego Casumbá, o batalhão de Henriques, commandado pelo major Agostinho Bezerra, o batalhão do major Emiliano Philippe Benicio Mundurucú e o corpo de artilharia do qual era commandante o major José Maria Ildefonso. Esse exercito, porém, não chegou á fazer juncção com as forças do tenente-coronel José Antonio Ferreira e não passou do engenho Trapiche, porque Lima e Silva já lhe havia tomado a frente. Voltou então até Prazeres o coronel José de Barros, deixando guarnecidos differentes pontos, por onde poderia passar o inimigo.

Encontraram-se na villa do Cabo os dous exercitos, o de José de Barros e o de Ferreira, e marcharam junctos para o Recife, sem que, entretanto, ficassem desprotegidos os logares que poderiam ser atacados. Para o engenho Sant'Anna levou o major Ildefonso uma peça de artilharia e esperou toda a noite de 11 para 12 de septembro dous batalhões que José de Barros promettera enviar, só havendo chegado pela manhã um alferes e 12 soldados. A passagem do inimigo pouco depois se effectuava sem embaraço algum. Nada pudera fazer Ildefonso, a quem o incidente muito indignara, e que logo partiu para o acampamento de Prazeres, encontrando em caminho Manuel de Carvalho, frei Caneca, Francisco de Sousa Rangel e outras pessoas que ainda ignoravam a entrada de Lima e Silva.

Não podendo o exercito imperial seguir outro caminho para o Recife, afigurou-se a Ildefonso "um gráve erro, improprio de um cabo de guerra distincto como era o coronel José de Barros, o abandono contra seus conselhos e instancias da estrada existente entre os engenhos Soccorro e Sancta Anna, pela qual passou desembaraçadamente... o exercito de Lima e Silva". (*Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.*, n. 47, pag. 240). Frei Caneca considerou a imprevidencia de José de Barros como perfidia e traição para abrir ao inimigo as portas da cidade.

Informa o major Ildefonso que, "chegando a Olinda a tropa dos revolucionarios, depois da tomada da Boa Vista, divulgou-se na noite de 14 de septembro que o commandante das armas, coronel José de Barros, e seus filhos tinham desapparecido do quartel da ladeira do Varadouro, onde estiveram até nove horas da noite, tractando da defesa de Olinda, ficando portanto, a tropa em verdadeira debandada". (*Rev. do Inst. Arch. e Geogr. Pern.*, n. 47, pag. 243). Entretanto, no dia seguinte, quando poucas esperanças podiam ainda restar aos que se batiam pela liberdade, José de Barros não trepidou em declarar ao general inimigo que as suas tropas estavam resolvidas a acabar no campo da honra, não respondendo elle pela effusão de sangue...

Diz frei Caneca, no seu *Itinerario*: "Como que se completassem os fataes dias marcados pela perfidia para a entrega da cara patria, fomos advertidos em segredo que nos occultassemos, pois que nós eramos procurados com empenho; e, como quem nos fez esta advertencia, debaixo da face de amizade, foi o filho do mesmo traidor Barros, nós entendemos que, longe de ser aquella revelação um effeito de amizade, era um meio de nos separarem do quartel-general, afim de não observarmos os perversos planos do traidor..."

Aquillo que o major Ildefonso considerou grave erro de José de Barros, foi para frei Caneca acto de perfidia e traição. E', porém, uma suspeita, que não foi confirmada, não se podendo facilmente admittir que um militar do seu merecimento e com os seus serviços, patriota de 1817, heroe da guerra da Independencia e um dos sustentaculos da revolução, practicasse tal indignidade. A sua defesa está na pena a que veiu a ser condemnado.

Vimos que a 14 de septembro o Senado da Camara de Olinda fôra investido do governo civil da provincia. E' que na vespera Manuel de Carvalho se havia asylado a bordo da fragata ingleza *Tweed*.

Segundo Pereira da Costa, no seu *Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres*, Manuel de Carvalho havia pela manhã de 11 recebido intimação de Lima e Silva, datada de 10 e escripta no engenho *Guarapú*, para que lhe entregasse a Cidade e, partindo sem demora para o acampamento de Prazeres, retirou 300 homens e foi reforçar o unico ponto, por onde poderia passar Lima e Silva, mas soube em caminho que este já se havia adeantado, tornando-se-lhe então impossivel unir-se ao grosso das tropas, situação em que os seus

amigos lhe aconselharam que se puzesse a salvo. Manuel de Carvalho, porém, resistindo aos rogos, procurou um jangadeiro que o conduzisse a logar de onde pudesse reunir-se ao seu exercito, e como nenhum a isso se prestasse, por temer o fogo continuo que reinava em todas as direcções, recolheu-se em ultimo recurso, no dia 13, a bordo da fragata ingleza.

Segundo Rio Branco, em nota á *Historia da Independencia*, escripta por Varnhagen: "O chefe da revolução, Paes de Andrade, tendo sido cortado no dia 12, quando com trezentos homens se dirigia ao engenho Sanct'Anna, tentou entrar na Cidade pela ponte de Molocolombó, mas já a achou occupada pelos imperiaes. Então, em vez de ir incorporar-se ao seu exercito, ordenou que aquella sua escolta o fizesse e metteu-se em uma jangada, dizendo que ia animar a defesa do bairro do Recife. Foi, porém, refugiar-se a bordo da fragata ingleza *Tweed*, onde chegou ás duas horas da madrugada de 13, e no dia 14 mandou ao chefe Jewett umas proposições datadas desse dia do "Acampamento das tropas patrioticas", que não era seguramente a fragata onde se asylara".

E' possivel que o allegado temor dos jangadeiros não fosse justificado e ao chefe da revolução periclitante não desagradasse a solução que se lhe deparava, encontrando asylo em seguida á invasão da Cidade e occupação do palacio do governo, e quando se achava no Lamarão a divisão de Jewett, prompta a secundar as forças de terra. Teria reconhecido a inutilidade dos seus exforços e desanimado por completo, quando se refugiou sob a bandeira ingleza.

Mas a presumpções e conjecturas devemos preferir o testimunho do proprio Manuel de Carvalho, que, em publicação feita em Londres, "declarou não ter podido desembarcar no Recife, porque os jangadeiros recusaram chegar até ahi, receando ser mortos pelo muito fogo que havia". (Varnhagen, *Hist. da Ind.*, pag. 432 — Nota de Rio Branco.)

Do consul inglez requisitou Lima e Silva e não obteve a entrega do refugiado, que naquelle vaso de guerra se transportou á Inglaterra.

Ao partirem de Goianna, as tropas revolucionarias em marcha para o Norte, já as não commandava o coronel José de Barros, que se havia afastado, mas o coronel Manuel Ignacio Bezerra de Mello. Logo se separaram em dous grupos, seguindo o de Bezerra de Mello para Nazareth, onde o abandonou o seu chefe, que se retirou para o engenho, e outro para Poço Comprido, na provincia da Parahiba, onde se junctaram novamente formando um exercito de mais de 2.000 homens, que se denominou "Divisão Constitucional da Confederação do

Equador", sob o commando de José Victoriano Borba Cavalcanti de Albuquerque, que substituira em Nazareth a Bezerra de Mello.

Frei Caneca, Francisco de Sousa Rangel e João Soares Lisboa alcançaram as tropas já além de Goianna, delles se tendo separado antes de Iguarassú o tenente-coronel José Antonio Ferreira e outros.

Em Poço Comprido resolveu um Grande Conselho que nenhuma capitulação seria acceita de Lima e Silva sinão mediante a condição de evacuarem as suas tropas a cidade do Recife e de ser installada a Assembléa Constituinte num ponto central do Brasil, no qual, fóra da influencia das armas do Rio de Janeiro, se pudesse discutir e decretar a Constituição. Saïndo de Poço Comprido, a divisão passou no Limoeiro, onde se bateu com vantagem contra forças commandadas por frei Jeronymo de S. José, e dahi, através de constantes obstaculos, tomou a direcção do Ceará. Disputou-lhe a passagem o inimigo em Couro d'Anta, a 1° de outubro, e nesse combate foi morto João Soares Lisboa, secretario da divisão. Substituido este por frei Caneca, proseguiram as tropas constitucionaes, sem que as detivessem as investidas a que em varios pontos do trajecto tiveram de responder, como no Riacho de Sancto Antonio, no Agreste, na Ipoeira e na fazenda da Boa Vista, já na provincia do Ceará, até que a 27, sob o commando de José Gomes do Rego Casumbá, chegaram á fazenda do Juiz, pertencente aos frades benedictinos de Olinda.

Appareceu-lhes ahi á frente de alguma tropa o major Lamenha Lins, que vendo-os preparados para combater, convidou os rebeldes a capitular, promettendo que os acolheria como ermãos e amigos e com elle voltariam ao seio das suas familias. Nesse dia, 29 de novembro de 1824, capitulou a divisão constitucional da Confederação do Equador.

Não cumpriu Lamenha Lins o seu compromisso. Mandou conduzir presos para a villa de Lavras todos os officiaes e pessoas de consideração e ahi fez a escolha dos que considerava cabeças e foram, além de outros, o presidente do governo temporario da Parahiba, Felix Antonio Ferreira de Albuquerque, frei Caneca, o major Agostinho Bezerra, o capitão Lazaro de Souza Fontes e o major José Maria Ildefonso. Entregues ao major José Antonio da Fonseca Galvão, conhecido por *Pastorinha*, partiram os presos no dia 1° de dezembro e, com excepção de alguns, entre os quaes Felix Antonio, que conseguiram fugir no engenho Bujari, á pequena distancia de Goianna, vieram a chegar ao Recife, no dia 17. A frei Caneca facilitara o major Fonseca Galvão os meios de

fugir, mas recusou-os aquelle por não ser criminoso, nem querer comprometter o seu conductor.

"A expedição mallograda do Ceará, de quasi 200 leguas", diz João Brigido (*Resumo chronologico para a historia do Ceará*, Paris, 1887, pag. 178) "é o maior sacrificio que se fez á politica no Brasil; a retirada mais difficil que já se executou; a prova de fogo da bravura dos homens de Pernambuco a Parahiba."

Da viagem de ida e do regresso escreveu frei Caneca o *Itinerario*, que é a melhor fonte de informações a respeito.

Alguns dos presos mandou Lima e Silva para a fortaleza do Brum, outros, como frei Caneca, para a cadeia, onde foram mettidos em estreito e tenebroso calabouço, que servira para guardar as cabeças dos enforcados.

A desejada cooperação das provincias da Bahia e de Alagoas em favor da causa republicana não pudera tornar-se effectiva. Vejamos o que havia occorrido nas outras provincias.

Na Parahiba, declararam-se contra o presidente Philippe Nery Ferreira algumas villas do interior e foi proclamado a 5 de maio em Brejo de Areia um governo temporario, sendo eleito presidente o sargento-mór Felix Antonio Ferreira de Albuquerque. Entendeu-se este com o presidente de Pernambuco e delle recebeu contingentes que se junctaram ás fôrças revolucionarias parahibanas. Com as tropas enviadas por Philippe Nery e commandadas por Estevam José Carneiro da Cunha travaram as de Felix Antonio renhida peleja em Itabaiana, recuando estas, que, após a chegada de novos reforços de Pernambuco, se foram concentrar na villa do Pilar. Para tentar a conciliação entre os dous governos parahibanos foi por Manuel de Carvalho mandado á Parahiba o tenente Quaresma Torreão, de cuja intervenção resultou um tractado que seria ultimado na villa do Conde, para onde se dirigiu o emissario de Pernambuco e onde a 17 de julho escapou de ser victima, no momento em que assistia ás negociações entre o ouvidor geral e o representante do presidente temporario. Não se fez a pacificação, e o Conselho da provincia em reunião de 26 declarou sustentar o systema monarchico constitucional e condemnar os principios da Proclamação e do Manifesto impressos, assignados pelo presidente de Pernambuco. Novo representante enviou á Parahiba o Governo pernambucano, o padre Ignacio de Almeida Fortuna, que a 6 de agosto assignou um ajuste de paz e concordia entre as duas provincias, continuando, porém, a Parahiba a manter obe-

diencia ao Governo Imperial. Já a 4 do mesmo mez ordenava Manuel de Carvalho ao tenente-coronel graduado Antonio Machado Freire Pereira da Silva, commandante da força do Norte, que suspendesse hostilidades contra a Parahiba. Não infringiu o Governo da Parahiba as condições do ajuste, quando, a 6 de septembro, attendeu a Lima e Silva e lhe prestou auxilio, fazendo partir uma brigada de mil homens para occupar Goiana.

No Rio Grande do Norte, varias Camaras do interior contrarias ao projecto de Constituição organizado pelo Conselho de Estado officiaram ás Camaras de Olinda e do Recife "requisitando os seus votos nesse negocio e protestando seguir a sorte de Pernambuco na paz e na guerra (O *Typhis Pernambucano*, numero de 27 de maio de 1824). Em março de 1824 havia Manuel de Carvalho enviado do Rio Grande do Norte um ajudante de cirurgia apparentemente encarregado de propagar a vaccina, conforme pedira a Juncta dessa provincia, mas na realidade incumbido de distribuir impressos e proclamações e preparar terreno para a revolução. Não lh'o permittiu, porém, o presidente Manuel Teixeira Bastos, que obrigou o vaccinador a deixar o porto na escuna de guerra *Maria Zeferina*, que o trouxera e a cujo bordo seguiu para o Ceará, para onde Manuel de Carvalho remettera, como fizera para o Rio Grande do Norte, o material destinado a uma officina typographica, da qual saiu a 1 de abril o primeiro numero do *Diario do Governo do Ceará*, redigido pelo padre Mororó. (G. Studart — *Datas e factos para a hist. do Ceará*, Fortaleza, 1896, 2° vol., pag. 11).

A's Camaras do Rio Grande do Norte dirigiu-se Manuel de Carvalho a 16 de julho, convidando-as a consolidar a união das provincias do Norte, que passariam a formar uma Confederação. Entre delegados do Rio Grande do Norte e Quaresma Torreão, por parte de Pernambuco, foi assignada no Recife, a 23 de agosto de 1824, uma *concordata*, em virtude da qual as duas provincias se uniam em liga fraternal, offensiva e defensiva, ficando estabelecido que o governo do Rio Grande formaria um corpo de tropas que se postaria nos limites da Parahiba e seria sustentado pela provincia de Pernambuco e *depois* pela Confederação do Equador. Ratificada por Manuel de Carvalho, não é certo que o fosse por Thomaz de Araujo Pereira, presidente do Rio Grande. E' certo, porém, que aos republicanos de Pernambuco prestaram os liberaes do Rio Grande do Norte inestimaveis serviços. (Tavares de Lyra, *Hist. do Rio G. do Norte*, Rio, 1821, pag. 530.)

No Ceará, as noticias de que foi portador um emissario do Governo de Pernambuco provocaram a deposição do pre-

sidente Pedro José da Costa Barros pelo commandante das armas José Pereira Filgueiras, sendo eleito Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, cujas idéas democraticas o puzeram desde lôgo ao lado de Miguel de Carvalho, a quem, a 30 de abril escrevia: "Está feita a nossa intima união, quer de reciprocidade de sentimentos, quer de riscos e de perigos. O Ceará não cede a Pernambuco em patriotismo e zelo da sua liberdade".

Perante o Grande Conselho reunido a 26 de agosto na capital da provincia foi solennemente proclamada a Confederação do Equador, a qual, conforme acta que então se lavrou, era composta de quatro provincias ao Norte do cabo de Sancto Agostinho e das demais que para o futuro se lhes unissem. Estava ahi incluida a Parahiba, onde, entretanto, o Conselho da provincia declarava, nesse mesmo dia, sustentar o systema monarchico.

No Grande Conselho do Ceará, presidido por Tristão Gonçalves, que teve como secretario o padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, tomaram parte 405 pessoas, muitas das quaes de elevada significação social, como os membros do Conselho da provincia, o governador das armas, os membros das Camaras da Fortaleza, de Aquiraz e de Mecejana, os procuradores das outras Camaras, chefes militares e mais officiaes, parochos e outros membros do clero, eleitores de parochia, homens bons e povo. Apresentado pelo presidente, foi lido e approvado um plano de fórma de governo. Em seguida, todos se dirigiram á egreja e ahi se benzeram as bandeiras da Confederação, fazendo o governador das armas entrega de uma dellas á tropa reunida.

Realizou-se no dia seguinte a ceremonia do juramento de defender cada um e guardar a religião catholica, de ser fiel á Confederação do Equador, de fazer crua guerra ao despotismo imperial e guerra eterna a todo despotismo e de prestar obediencia ao governo supremo salvador.

A proclamação e o juramento foram actos solennissimos, a que os revolucionarios cearenses deviam ter assistido com a mais profunda emoção. A'quelles actos nada deve ter faltado para que se revestissem de magnificencia e grandiosidade, que assignalassem a radical transformação politica que alli se operava.

As forças do capitão-mór Filgueiras, que em septembro seguiram para o Recife, soffreram revezes nos encontros que, durante a marcha, foram obrigadas a sustentar, com tropas da Parahiba e, informadas do insuccesso da revolução em Pernambuco, tiveram de contramarchar em direcção á

Fortaleza. Por sua vez, Tristão se ausentara para, em Aracati, subjugar os imperialistas, quando Cochrane aportou á capital e della se assenhoreou. Na retirada, Tristão foi morto pelos contrarios a 31 de outubro, e o exercito de Figueiras dispersou-se na serra do Araripe.

No Piauhi, principalmente na villa de Campo Maior, reflectiam as agitações que se davam em Pernambuco, na Parahiba, no Rio Grande do Norte e no Ceará. Emissarios cearenses, portadores de noticias animadoras, faziam constante propaganda do systema democratico. Em maio de 1824, Tristão Gonçalves communicava á Juncta de Oeiras a deposição do presidente Costa Barros, prevenindo-a de que não deveria contar com o Ceará, si adoptasse outro systema de governo. Na Villa da Parnahiba, o padre Francisco de Paula Barros, emissario do governo do Ceará, chegou a fazer abertamente, numa série de prácticas, a apologia do movimento revolucionario, que annunciava vencedor em quatro provincias do Norte.

A 25 de agosto, reunida em sessão extraordinaria a que compareceu grande numero de pessoas, declarou solennemente a Camara da Parnahiba prestar adhesão á republica, que em Pernambuco fora instituida. O mesmo aconteceu a 8 de septembro na Villa de Campo Maior, a cuja Camara se dirigira a da Parnahiba, convidando-a a manifestar-se.

Mas as informações que iam chegando a respeito da marcha da revolução em Pernambuco e das providencias postas em práctica pelo Governo Imperial não eram de molde a alimentar esperanças no resultado final. Fracassara a revolução em Pernambuco, na Parahiba e no Rio Grande do Norte. No Ceará as forças do capitão-mór Filgueiras encontravam serios embaraços. Foi quando deante das medidas que tomara o presidente temporario Manuel de Souza Martins, para enviar uma expedição contra as duas villas, se decidiram estas a renunciar á rebeldia e acceitar o projecto de Constituição, que na Parnahiba foi de novo jurado a 28 de outubro, prestando a Camara de Campo Maior o mesmo juramento a 7 de novembro (Abdias Neves — *O Piauhy na Confederação do Equador*. Rio. 1921.

No Maranhão repercutiram de algum modo os factos que occorriam no Ceará e deram causa a que fosse deposta a 31 de maio, por suspeita de republicanismo, a Juncta de que era presidente Bruce e que fizera publicar na sua Gazeta extraordinaria de 26 uma proclamação dos revolucionarios do Ceará. Tendo sido reposta a Juncta de S. Luiz, organizou-se outra no Rosario e não tardaram a dar-se conflictos entre as forças que a cada uma dellas apoiavam.

Dirigida *Aos Brasileiros do Norte*, foi publicada no Maranhão, na Typographia Nacional, uma proclamação que termina com as seguintes exclamações: "Viva a Confederação do Equador! Viva a Constituição que nos deve reger! Viva o Governo Supremo que ha de nascer de nós mesmos!"

Ao Pará chegaram em abril emissarios de Manuel de Carvalho, passageiros da escuna *Camarão*, e alli fizeram larga distribuição de exemplares da Constituição da Colombia, proclamações e instrucções e, prégando com enthusiasmo idéas democraticas, conseguiram o apoio de varios elementos com que a 29 do mesmo mez depuzeram a Juncta governativa, da qual fazia parte o então arcediago Romualdo Antonio de Seixas. Eleita nova Juncta a 30, preparavam-se para a 1 de maio proclamar a Confederação, quando a chegada imprevista de José de Araujo Roso, nomeado presidente da provincia, os impediu de realizar os planos (*Rev. do Inst. Hist.*, XXIX, p. 2ª, pag. 128.

Installou-se no Recife, a 18 de dezembro, a commissão militar, composta do brigadeiro general Francisco de Lima e Silva, como presidente; Thomaz Xavier Garcia de Almeida, juiz relator; vogaes, o coronel Salvador José Maciel, o tenente-coronel Francisco Vicente de Souto Maior, o coronel Manuel Antonio Leitão Bandeira e como interrogante, o coronel conde de Escragnolle.

Perante ella compareceram no dia 20 frei Caneca, Francisco de Sousa Rangel e o major Agostinho Bezerra, que se defenderam como lhes foi possivel, protestando frei Caneca, accusado principalmente de delictos de imprensa, contra o character militar do tribunal que o julgava.

Em obdiência á carta imperial de 16 de outubro, segundo a qual deveriam ser summarissimamente julgados e sentenciados os cabeças, sem attenção ás suas qualidades, empregos e graduações, a commissão militar, proseguindo nos seus trabalhos, condemnou á morte e fez executar, de 13 de janeiro a 12 de abril frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Agostinho Bezerra Cavalcanti e Souza, Lazaro de Sousa Fontes, Antonio Macario de Moraes, Francisco Antonio Fragoso, os capitães Nicolau Martins Pereira e Antonio do Monte e Oliveira e o americano James Heide Rodgers.

A' frente da galeria de martyres do patriotismo, sacrificados á inclemencia imperial, está a figura excepcional de frei Caneca, carmelita turonense, que redigira o periódico *O Typhis Pernambucano*, consagrado ás idéas democraticas. Tomara parte na revolução de 1817, do mesmo modo que

grande numero de outros sacerdotes, classe que na de 1824 tambem figurou numerosa.

Nascera no Recife frei Joaquim do Amor Divino Rabello, que, filho de tanoeiro, accrescentou ao nome a alcunha de seu pae. Das obras que escreveu ficaram umas ineditas e outras constituem a collecção organizada por Antonio Joaquim de Mello e publicada no Recife, de 1875 a 1876. Figura de incontestavel relevo no movimento revolucionario de 1824, pela intelligencia brilhante, pelo acendrado amor da patria, pelas virtudes que reunia, pelo grande saber, Frei Caneca attrahiu os odios do Governo Imperial, que contra elle se desencadearam ferozmente.

Transferido a 26 de dezembro para outra prisão, onde ficou incommunicavel, passou á sala livre a 10 de janeiro de 1825, quando lhe foi lida a iniqua sentença.

Ouviu-a imperturbavel, declarando falsas as razões ahi apontadas, e foi em seguida levado ao oratorio, onde se conservou sereno, dirigindo-se por vezes ao official e ás sentinellas para demonstrar-lhes quanto era injusto o proceder dos tyrannos contra os que procuravam exclarecer os povos no dever de libertar a patria do jugo ferreo da oppressão. Tres dias esteve no oratorio, tendo recusado a assistencia religiosa de alguns franciscanos, aos quaes preferiu o provincial da sua ordem, frei Carlos de S. José, com o qual se confessou e de cujas mãos recebeu o viatico.

Foi de tal modo abalada a opinião publica pelo desmarcado rigor da commissão militar, que o Cabido de Olinda, *sede vacante*, se lhe dirigiu, de cruz alçada e acompanhado de religiosos das diversas ordens, afim de pedir que se não executasse a sentença, enquanto não resolvesse o imperador sôbre a supplica que lhe ia enviar. Nem recebidos foram os generosos intercessores; ao contrario, foram repellidos e reprehendidos, procedimento que d. Pedro, por seu ministro da Justiça, Clemente Ferreira França, approvou em portaria de 7 de fevereiro, considerando *louca e incurial* a pretensão do Cabido e mandando que, sob pretexto algum, se demorasse ou suspendesse a execução das sentenças.

A commissão militar não julgou frei Caneca; fez um simulacro de julgamento, proferindo a sentença de accordo com o que trouxera resolvido. A um dos capellães da brigada de Lima e Silva haviam sido delegados pelo bispo do Rio de Janeiro (provisão de 31 de julho), por insinuação do imperador, os poderes necessarios para o acto de degradação canonica dos sacerdotes que houvessem de soffrer a pena de sangue pelo crime de rebellião e de lesa-majestade.

Foi a 13 de janeiro de 1825 a execução do grande martyr. Exautorado á porta da egreja do Terço, seguiu para o largo das Cinco Pontas, logar do supplicio. Os carrascos recusam ser cumplices do vil attentado, apesar de castigados e impellidos a couce d'armas. Resolve então a commissão militar mandar fuzila-lo, em desaccôrdo com a sentença, que o condemnara ao enforcamento. Não o abandonam naquelles terriveis instantes a coragem spartana, a serenidade, a resignação. Ensina ao alcaide como amarra-lo ao poste e dispõe-se a fazer a ultima práctica sôbre os seus sentimentos liberaes, mas é interrompido pelo seu provincial e desiste.

Executada a sentença, foi, para maior escarneo, entoado pela tropa, ao som da musica, o hymno da Independencia, sendo erguidos vivas ao imperador, á Constituição e á Independencia do Brasil.

Vieram depois as execuções de Lazaro de Sousa Fontes, de Antonio Macario e do major Agostinho Bezerra, homem de côr preta e character nobre, republicano de 1817, por quem intercedeu o commercio, que lhe era grato por haver contido os excessos da multidão enfurecida contra portuguezes e nacionaes, que considerava inimigos da causa republicana. Por intermedio da propria commissão militar foi enviada, no sentido do perdão, uma representação ao imperador, que apesar do voto favoravel do Conselho de Estado, confirmou a sentença e recommendou que as penas impostas pela commissão fossem logo executadas, sem dependencia de confirmação ou de perdão. Pretenderam então pessoas do commercio proporcionar-lhe a evasão, mas Agostinho Bezerra recusou terminantemente os meios que lhe eram offerecidos. E a 24 de março caminhou para o supplicio. Fallou ao povo e, subindo ao patibulo, sem esperar pelo carrasco, atirou-se da escada.

Seguiram-se Antonio do Monte e Oliveira, Nicolau Martins Pereira e James Heide Rodgers, que foram fuzilados.

Nicolau nascera na Parahiba, cursara até o terceiro anno a Academia Militar, servira á causa da Independencia, quer no Rio, quer na Bahia, e promovido a capitão, fôra nomeado commandante da fortaleza do Brum. Nessa praça de guerra, resistiu como um bravo ao assalto das forças imperiaes.

Consta que deu, elle proprio, á escolta que o tinha de fuzilar, as ordens de carregar e apontar armas e para substituir a voz de fogo lhes acenou com o lenço. Diz a seu respeito Pereira Pinto: "Na entrada das fôrças imperiaes no Recife, evita desatinos que homens ardentes pretendiam perpetrar contra os bairros commerciaes da cidade e livra da morte ao tenente da legalidade João Maria de Sampaio, que já se achava com

os olhos vendados para ser fuzilado. Por taes serviços muitas pessoas gradas do Recife intercederam por Nicolau, quando foi condemnado á morte pela commissão militar, e o general Lima auxiliou com seu voto essas representações, como dicto é acima, mas sem fructo. Resa a tradição que na noite em que entrara do Rio de Janeiro em Pernambuco o navio portador do indeferimento daquella supplica, achava-se o capitão Nicolau em casa de sua familia, á qual, attenta sua probidade, se lhe permittia que visitasse algumas vezes, e, espalhando-se aquella nova, o official encarregado de sua vigilancia se dirigira com presteza áquelle logar, temendo a fuga do réo; ao avista-lo, disse-lhe o capitão Nicolau, rodeado já então de amigos que lhe aconselhavam a evasão: — que se não assustasse, porque elle havia saïdo da prisão com palavra de a ella voltar, que a cumpriria —; e despedindo-se de sua familia tornou para o carcere. O pedido de indulto e o indeferimenot abrangiam Antonio do Monte e Oliveira e o americano Rodgers.

A 19 de maio realizava-se em Pernambuco a ultima execução, a de Francisco Antonio Fragoso.

Outra commissão militar funccionou no Ceará, de abril de 1825 a junho de 1826, sob a presidencia do coronel Conrado Jacob de Niemeyer, e condemnou á pena ultima o coronel João de Andrade Pessôa, o padre Gonçalo Ignacio de Loyola Albuquerque e Mello Mororó, o major Luiz Ignacio de Azevedo, Francisco Miguel Pereira Ibiapina e Feliciano José da Silva Carapinima, que foram executados, uns em abril, outros em maio de 1825, tendo sido commutada egual pena imposta a mais tres dos accusados. Por essa commissão foi absolvido José Martiniano de Alencar.

No Rio de Janeiro foram julgados pela Relação e, condemnados, foram enforcados no largo da Prainha a 17 de março de 1825 João Guilherme Ratcliff, João Metrowich e Joaquim da Silva Loureiro. Não havia aqui uma commissão militar; era um tribunal superior que decidia injustamente, sem base para a imposição da pena capital, mas indo ao encontro dos desejos do soberano.

Ratcliff despediu-se dos companheiros, lamentando que fossem arrastados ao supplicio por seu respeito, porque só elle era o alvo a quem se dirigiam. Enquanto no oratório escreveu: "Morro innocente e pela causa do Brasil e da humanidade: possa meu sangue ser util a ambas" (Manuscripto da Bibliotheca Nacional, I, 3, 3, n. 53). Da escada se dirigiu ao povo, declarando que morria innocente, morria pela causa da razão, da justiça e da liberdade, e manifestando o desejo de que o seu sangue fosse o ultimo a derramar-se no

Brasil e no mundo por motivos politicos. Em Portugal havia sido partidario da politica adoptada pelas Côrtes em relação ao Brasil, mas com a reacção absolutista foi forçado a deixar o paiz. Pela causa que abraçou em Pernambuco e pela morte affrontosa que soffreu redimiu a sua culpa de ter acompanhado em Portugal os que combatiam a Independencia do Brasil.

Consta que d. Pedro partira para a fazenda de Sancta Cruz, afim de escapar aos pedidos dos Portuguezes. A cabeça de João Guilherme Ratcliff foi salgada e enviada á rainha d. Carlota Joaquina.

Estava satisfeita a sêde de vingança.

Ao monarcha, cujo *paternal* coração foi posto á prova, parecera necessario nodoar de sangue o throno, que pretendia consolidar.

Pela commissão militar de Pernambuco foram tambem condemnados á morte e banidos, a qualquer sendo permittido mata-los, ausentes como Manuel de Carvalho Paes de Andrade, José da Natividade Saldanha, o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, o tenente-coronel José Antonio Ferreira, o major Emiliano Philippe Benicio Mundurucú e os capitães José Francisco Vaz de Pinho Carapeba e José Gomes do Rego Casumbá.

Só a 1° de dezembro de 1824 poude ser jurada no Recife a Constituição do Imperio e só a 23 de maio de 1825 assumiu a presidencia de Pernambuco José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, passando a ser Lima e Silva o governador das armas.

A amnistia, que por decreto de 7 de março de 1825 aprouve ao imperador conceder aos que houvessem tomado parte na revolução, só aproveitava aos que não estivessem pronunciados pela commissão de Pernambuco, pois a do Ceará ainda não havia iniciado os seus trabalhos. Que os pronunciados fossem remettidos ao fôro ordinario e que os sentenciados fossem promptamente executados, — taes as *benignas* disposições do decreto de amnistia.

Manuel de Carvalho refugiou-se na Inglaterra e dahi passou aos Estados Unidos. Fizera embarcar, durante a revolução, um carregamento de pau-brasil, com destino á Inglaterra, para adquirir, com o producto da venda, material de guerra; mas, achando-se em Londres, mandou entrega-lo, por não ser propriedade sua, ao representante diplomatico do Govêrno Brasileiro. Só poude tornar ao Brasil depois da abdicação de d. Pedro I e da amnistia geral concedida pela Regencia. Foi então eleito deputado por Pernambuco e logo depois senador pela Parahiba, sendo escolhido em 1834. Foi

presidente de Pernambuco de 1834 a 1835. Morreu no Rio de Janeiro em 1855.

Natividade Saldanha, que sempre estivera ao lado de Manuel de Carvalho, auxiliando-o no governo e concorrendo para conter possiveis excessos, teve tambem de emigrar para a Inglaterra, mas ahi não permaneceu, e tendo estado em Paris, partiu para os Estados Unidos, de onde foi ter a Caracas e por fim a Bogotá, onde se distinguiu pela sua cultura literaria e pela sua extraordinaria veia poetica. Foi-lhe, porêm, a sorte adversa e alli morreu em 1832. De Caracas, em agosto de 1825, enviou ao juiz relator da commissão militar de Pernambuco curiosa procuração, em que lhe concedia amplos poderes para que em seu logar, como si o proprio fôra, pudesse morrer enforcado e soffrer qualquer castigo, desautorização e penas.

José de Barros achou refugio nos Estados Unidos, de onde só regressou em 1829, obrigado, porêm, a occultar-se para escapar á perseguição dos seus inimigos, até que foi amnistiado em 1831. Resentindo-se da indifferença com que eram retribuidos os seus serviços, reformou-se em 1833 no posto de coronel e falleceu em 1851, tendo exercido varios cargos publicos, entre os quaes o de vereador da Camara Municipal do Recife.

Não poude a sentença condemnatoria alcançar a João Soares Lisboa, que morrêra no combate de Couro d'Anta. Redactor do *Correio do Rio de Janeiro*, fôra mandado prender pelos Andradas em novembro de 1822. Condemnado a oito annos de desterro, mas perdoado, foi viver em Pernambuco, onde se tornou amigo de Manuel de Carvalho, attribuindo-se-lhe haver influido no animo deste para que proclamasse a Confederação do Equador. Ahi redigiu o *Desengano aos Brasileiros*. Nascido em Portugal, tornou-se brasileiro pelo coração e pela defesa incessante da causa do Brasil.

A Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo, couberam como premio de sua dedicação ao imperador e ás instituições monarchicas o titulo de visconde do Recife, com honras de grandeza, a grã-cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro e o cargo de armeiro-mór da Casa Imperial, mercês que elle agradeceu em officio de 23 de novembro de 1824, dirigido ao ministro do Imperio (Manuscripto da Bibliotheca Nacional, II, 32-1-7). Foi elevado a marquez a 12 de outubro de 1825.

Tem-se attribuido á revolução de 1824 fins separatistas. Só para separação se poderia formar o nucleo de que houvesse de irradiar o movimento republicano por todo o paiz. Mas, logo em seguida á proclamação de 2 de julho ou si-

multaneamente, o Manifesto foi um appello fraternal a todos os brasileiros para que fizessem causa commum com os valentes de seis provincias do Norte. Em proclamação dirigida aos *Pernambucanos, amigos e patricios*, Manuel de Carvalho dizia: "Não desacoroçoeis, não estaes sosinhos em campo; a causa porque pugnamos é a causa de Pernambuco, da Parahiba, do Rio Grande, do Ceará, do Maranhão, do Pará, do Piauhi e do mesmo Sul do Brasil". O projecto do governo das Provincias Confederadas era por elle offerecido a *todos os Brasileiros em geral*. No seu citado officio de 15 de julho dizia ao presidente do Rio Grande do Norte: "Só a reunião de uma Assembléa Constituinte, composta dos delegados das Provincias Confederadas, *póde salvar o Brasil* das garras dos invasores, das tramas dos absolutos e do horrivel despotismo. Eu desconheço caminhos tortuosos, não sei trilha-los, sigo francamente a estrada da honra".

A Mrs. Graham, emissaria de Cochrane, disse Manuel de Carvalho que se achava resolvido a tornar livre o Brasil.

A propria denominação de Confederação do Equador não significava o intuito de separação, ao contrario era destinada a abranger todas as provincias do Brasil. Imperio do Equador era o Brasil. *Imperio do Equador ou terra de Sancta Cruz*, tal é o titulo do livro que, a proposito de um voto de Roberto Southey, publicou, em 1822, José da Silva Lisboa. Imperio do Equador era denominado o Brasil na proclamação do presidente da Bahia, de 20 de julho de 1824.

Que Manuel de Carvalho pretendia extender o movimento a todo o Imperio, disse a Relação do Rio de Janeiro num dos fundamentos do Accórdão de 12 de março de 1825, pelo qual foram condemnados á morte natural, com baraço e grégão, Ratcliff, Metrowich e Loureiro: "Mostrá-se que este mesmo scelerado e infame Manuel de Carvalho, devorado do temerario espirito da rebellião, não poupara meios alguns para destruir pelo ferro e pela mais cruenta e abominavel guerra aquella porção da tropa, que valerosamente obstava ao progresso da revolução que elle premeditara extender ás mais provincias vizinhas para assim a poder generalizar em todo este Imperio".

Na revolução de 1824, os Brasileiros do Norte extenderam a mão, desde o primeiro instante, aos compatriotas do Sul, para que com elles confraternizassem. Não pretendia o Norte a desintegração, o desmembramento do Brasil. Ao contrario, desejava e procurava a adhesão das demais provincias, que por certo a teriam prestado, si a tentativa se não houvesse frustrado tão cedo, mallogro que se tornou inevitavel, dada

a falta de cohesão dos elementos, que deveriam contribuir para que resultasse vencedora.

Soffreram com similhantes demonstrações de altivez as provincias do Norte pela prevenção que contra ellas naturalmente se estabeleceu como fócos de rebeldia.

De Pernambuco, como castigo, foi por decreto de 7 de junho de 1824 desligada a Camara do Rio S. Francisco e annexada provisoriamente á provincia de Minas Geraes, e por decreto de 15 de outubro de 1827 incorporada á Bahia, ainda provisoriamente.

Mas o germe ficou latente para vir a transformar-se em arvore frondosa a 15 de novembro de 1889, victoriosa a fórma definitiva, a fórma republicana, federativa, sem distincções regionaes e mantida a integridade indestructivel do territorio brasileiro.

Excede os limites de uma conferencia a historia da revolução de 1824, tal a importancia que esta assumiu, tal a multidão dos successos que merecem ser assignalados e apreciados, tão longo é o periodo que ella abrange desde os seus prodromos até ás suas consequencias, tão vasto o territorio a que se propagou a scentelha patriotica, tão numerosas as individualidades que assumiram posição de relevo e deram sobejas provas de enthusiasmo pelos seus idéaes e de bravura, abnegação, heroismo.

Recordar hoje os heroicos feitos daquelles propugnadores de principios democraticos, commemorar o centenario daquella arrojada tentativa republicana, constitue para os Brasileiros acto de patriotismo e dever de gratidão á memoria dos que se atreveram a promove-la, dos que corajosamente pugnaram em sua defesa, dos que tombaram no campo da honra ou victimas da prepotencia imperial, mas que, demonstrando no mais alto gráo o espirito de sacrificio e revelando a indomita alma brasileira, caminharam para a gloria e para a immortalidade. (*Prolongados applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO, cessados os applausos com que foram recebidas as últimas palavras do sr. Manuel Cicero, diz que tem uma communicação importante a fazer, assim como vai formular uma proposta tambem relevante; a primeira é a de que os restos mortaes do grande Varnhagen serão em breve transportados para o Brasil, segundo participação que o secretario perpetuo do INSTITUTO acaba de ter do illustre filho do grande historiador, o sr. Luis Varnhagen de Porto-Seguro, ha pouco em visita á nossa terra; a segunda é um voto de louvor ao escoteiro Alvaro Silva, que terminou tão brilhantemente o seu *raid* a pé de Niteroi a Santiago do Chile. O presidente perpetuo do INSTITUTO enaltece em

phrases significativas esta façanha do nosso joven patricio. (*Vivas e applausos.*)

O SR. PRESIDENTE considera a proposta approvada diante dos applausos que provocou.

Agradece, a seguir, a presença dos srs. presidente e vice-presidente da Republica, ministros de Estado, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, prefeito do Districto Federal e ministro do Perú.

O SR. ARTHUR BERNARDES (*presidente da Republica*), por sua vez, agradece o convite que lhe foi feito para presidir a sessão, congratulando-se com o INSTITUTO pela sua bella commemoração patriotica.

Na assistencia notam-se: dr. Estacio Coimbra, vice-presidente da Republica; dr. João Luiz Alves, ministro da Justiça, representado pelo tenente Colonia; almirante Alexandrino de Alencar, ministro da Marinha, representado pelo commandante Carlos Carneiro; dr. Francisco Sá, ministro da Viação; marechal Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra; dr. Sampaio Vidal, ministro da Fazenda; dr. Miguel Calmon, ministro da Agricultura; ministro Felix Pacheco, titular da pasta do Exterior; dr. Alaôr Prata, prefeito do Districto Federal; ministro André Cavalcanti, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal; marechal Carneiro da Foutoura, chefe de Policia, representado pelo tenente Gusmão Sá; dr. V. Maurtua, ministro do Perú; dr. Thomé Bezerra, pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro; dr. J. J. Monteiro de Paiva, pela Associação da Imprensa do Pará; Aguinaldo de Araujo Lins, Joaquim Ramalho Ortigão, dr. Marcos Baptista dos Santos, Luiz André da Costa, José Guimarães Jurema, dr. J. Burle, J. Carneiro de Campos, ministro dr. Vicente Neiva, dr. Alexandre Stockler, dr. Julio Barbosa, dr. João Cabral, deputado dr. Bianor de Medeiros, dr. Murillo Fontainha, dr. Adelmar Tavares, Justiniano Meirelles, deputado Agammenon de Magalhães, Raul C. de Brito, Americo Gomes, deputado dr. Tavares Cavalcanti, Antonio Marques, Leoncio Basbanner, Luiz de Barros, Oscar M. Gomes e dr. R. Chapot-Prévost, por si e pela União Amazonense no Rio.

O Centro Pernambucano esteve representado pelos srs. drs. Solidonio Leite e ministro Vicente Neiva.

Justificam a sua ausencia os socios, senhores: Thiers Fleming, Viveiros de Castro, Tavares de Lyra, Jonathas Serrano, Othello Reis, Ramiz Galvão e Laudelino Freire.

O dr. Flavio Maroja, presidente do Instituto Parahibano, e o dr. Ribeiro Gonçalves, presidente do Centro Nacionalista,

congratulāram-se com o INSTITUTO pela realização desta sessão.

Encerra-se a sessão ás 23 horas. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

86° ANNO — 4ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 17 horas, abre-se a sessão, com a presença dos srs. conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Rodolfo Garcia, Jonathas Serrano, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Eduardo Marques Peixoto, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Pedro Souto-Maior, Liberato Bittencourt, Raul Tavares, Carlos da Silveira Carneiro, Francisco Radler de Aquino, Alfredo Ferreira Lage, Eugenio Vilhena de Moraes, Augusto Tavares de Lyra, Laudelino Freire, Antonio de Barros Ramalho Ortigão e Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca.

O SR. AGENOR DE ROURE (2° *secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é sem debate approvada, assim como procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, na parte em que ellas se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) diz que sendo esta a primeira sessão do INSTITUTO, depois dos deploraveis acontecimentos de S. Paulo, se congratulava, em nome da associação, com esta propria, com os poderes publicos, especialmente com o seu presidente honorario, sr. Arthur Bernardes, e com os consocios srs. João Luiz Alves, Felix Pacheco e Miguel Calmon, membros do governo, pelo restabelecimento da ordem, renovando ardentes votos para que nunca mais sangrentas luctas civis perturbem a solidez e a ascenção do progresso nacional.

Dá a palavra ao socio effectivo, sr. Eugenio Vilhena de Moraes, para occupar-se da grande figura de Caxias, de que é esta a data natalicia, e observa que, si é sempre opportuno glorificar o denominado Wellington brasileiro, essa opportunidade muito se accentúa no momento presente, porque se tracta do insigne pacificador, disciplinador e, mais do que nunca, o Brasil precisa de paz e disciplina, para poder, na ordem economica, na financeira, na politica e na social, cumprir a alta missão, da qual tantos elementos privilegiados e superiores o tornam responsavel. (*Muitos applausos.*)

O SR. EUGENIO VILHENA DE MORAES pronuncia, da tribuna, erudita conferencia sôbre a vida e obras do duque de Caxias, trabalho este que, por motivo de fôrça maior, deixa de figurar na presente acta, devendo, porém, ser opportunamente publicado.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO agradece ao conferencista o seu novo serviço ao INSTITUTO e communica que a 9 de septembro proximo se realizará uma sessão especial, destinada a commemorar o centenario natalicio do barão de Macahubas.

Justifica a sua ausencia o sr. Henrique Morize.

Encerra-se a sessão ás 18 horas e 30 minutos. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

86º ANNO — SESSÃO ESPECIAL, COMMEMORATIVA DO CENTENARIO NATALICIO DO BARÃO DE MACAHUBAS

CONFERENCIA DO SR. MAX FLEIUSS, SECRETARIO PERPETUO

Presidencia do sr. conde de Affonso Celso

(Presidente perpetuo)

A's 17 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores: conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Raul Tavares, Antonio Coutinho Gomes Pereira, José Maria Moreira Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Alfredo Valladão, Alfredo Ferreira Lage, Augusto Tavares de Lyra, Gentil de Assis Moura, Rodolfo Garcia, Eugenio Vilhena de Moraes e Manuel Cicero Peregrino da Silva.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) declara que, sendo uma sessão especial, não ha acta nem expediente a serem lidos e diz que a mesma sessão se destina a commemorar o centenario natalicio de um dos mais preclaros heróes brasileiros na benemerita campanha contra estes dous terriveis inimigos da nossa Patria: o analphabetismo e a ignorancia. Ninguem mais e melhor do que o dr. Abilio Cesar Borges, barão de Macahubas, combateu esse bom combate. Dos seus altos predicados, não só na esphera da Pedagogia, como tambem em varias outras do pensamento, do sentimento e da acção; dos seus valiosissimos serviços; dos seus patrioticos e humanitarios exforços, vai occupar-se um dos seus dignos

discipulos, o secretario perpetuo do INSTITUTO, sr. Max Fleiuss, a quem dá a palavra. (*Muitos applausos.*)

O SR. MAX FLEIUSS profere, da tribuna, a seguinte conferencia:

"Exmo. sr. presidente do INSTITUTO.

Illustres consocios:

Não podia esta Casa veneranda, consagrada através de longos annos, desde a sua fundação, a render preito de homenagem, como um altar da Patria erguido á memoria dos fortes varões e das cousas illustres do Brasil, deixar transcorrer indifferente o primeiro centenario desse grande educador brasileiro, a quem nosso paiz deve, de facto, todo um patrimonio de inexcediveis serviços e de gratidão insolvavel.

Refiro-me ao dr. Abilio Cesar Borges, barão de Macahubas, pedagogo notavel e scientista bahiano, cujo nome guardado e repetido com profundo respeito e verdadeira saudade por gerações e gerações de seus discipulos, e respeitado, não só em nossa terra como nos centros de maior cultura extrangeira, constitue, sem favor algum, um trophéo e um exemplo ao porvir, nos annaes da Pedagogia brasileira.

O INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO sente-se, neste dia, jubiloso de tê-lo possuido entre os seus mais egregios membros; e, designando-me dentre os orgãos da sua directoria, muito especialmente por ter sido alumno de Macahubas em 1877, em seu collegio das Laranjeiras, e depois em Barbacena, e novamente aqui no modelar estabelecimento da praia de Botafogo, congratula-se hoje tambem convosco e com o paiz inteiro, particularmente com a heroica terra da Bahia que o viu nascer, pela passagem do 1° centenario do barão de Macahubas.

Coube-me assim a honra de evocar na vossa exclarecida companhia, mais pela sensibilidade de um coração que se recorda do que pelos improvisos de um cerebro creador, os traços fortes do character e da personalidade intellectual e moral do provecto educador brasileiro.

Grande o seu papel na educação social brasileira; extraordinaria a sua figura como factor de utilitarismo patriotico na estractificação da cultura nacional; inestimaveis os serviços que prestou sem descanso a um grande paiz como o nosso em que, infelizmente, avulta ainda o coefficiente estatistico dos illetrados, apesar da maior somma de exforços despendida pelo passado e actual regime em pról da desanalphabetização dos mais longinquos centros de vida nacional.

O melhor e o primeiro de todos os serviços que se possa prestar ao Brasil, a par do saneamento do seu territorio, é,

sem duvida alguma, instruir e educar a consideravel massa dos nossos analphabetos, que sem o relativismo e as exigencias da moderna sciencia da Estatistica, e sem sermos um Quetellet (mesmo porque esse calculo não foi ainda rigorosamente verificado entre nós), se póde orçar em mais de 50 % da nossa população global, tomando-se por base de estimação as approximativas mais recentes das nossas probabilidades demographicas.

Instruir o Brasil, educar, diffundir em nossa patria o ensino primario e secundario, fazê-la conhecida e respeitada pelas demais nações cultas do Velho Mundo — eis a magna e sancta cruzada do barão de Macahubas.

Como educador, foi um dos maiores, sinão o maior que teve o Brasil, dentre os authenticos que assim legitimamente merecem ser chamados.

Ocioso é encarecer a funcção social de educar nas maravilhas do progresso humano. Basta convir com Leibnitz que um verdadeiro educador é o unico obreiro da Civilização a que se faz possivel operar o milagre de transfigurar a face do mundo.

Si certos homens não attingem o summo grau de desenvolvimento moral, pensava La Bruyère, si não chegam mesmo até aonde poderiam, incide sempre nisso uma falha qualquer de educação primaria, porque ninguem ha, diz Saint-Evremond, que não traga em si algum germe do Bem, que não possa fazê-lo melhor, si devidamente cultivado.

O ideal da educação seria, segundo o individualista Spencer, obter cada homem o tirocinio completo para toda a vida; e, para Kant, prepará-lo desde creança, não para viver no estado actual da especie humana, mas segundo a idéa de uma posição melhor a attingir de futuro, isto é, conforme o ideal da humanidade em seu completo destino e finalidade.

Mas é preciso comprehender-se com Jules Simon e Payot que a eschola é não só um meio de exclarecer e mobilar a intelligencia e a memoria, mas principalmente de formar o character, de robustecer e educar a vontade humana. Um pugillo de homens de alma forte como um roble, atirado a uma gléba ingrata, desbravará mais facilmente as rótas do progresso e do futuro, do que milhões de individuos sem energia e sem iniciativa, vivendo embora no mais vasto e feraz dos territorios.

A ignorancia, não é preciso reaffirmá-lo aqui, — foi sempre a noite fechada do espirito, sem lua e sem estrellas, de que fallava Marco Tullio Cicero.

De facto, todo homem inculto é sempre um elemento de desordem, é um nullo agente de producção, como obtempera Laveleye. Imprevidente, incapaz de proporcionar-se o mi-

nimo bem-estar pelo trabalho systematico, sempre prompto a trocar a enxada pelo bacamarte; no fundo, o analphabeto constitue, por via de regra, uma constante e séria ameaça ao meio social em que vive.

Ao invés disso, uma boa educação, synthetizada no lemma — corpo rijo, espirito recto, virtude inquebrantavel — transforma e assegura ao homem, pela necessidade organica, a posse de uma segunda natureza.

O segredo da sciencia da Puericultura foi sempre, antes de tudo, plasmar o espirito de uma creança, que o eminente critico inglez Tyndall comparou a uma folha de papel em branco, onde o mestre-eschola póde escrever tudo o que bem lhe apraz; cultivando, na alma do menino, a do homem que elle deverá ser, segundo o systema de Frederico Frœbel.

Nesse particular, são extraordinariamente verdadeiras as palavras de Diderot, o encyclopedista do século XVIII:

"A boçalidade é o quinhão do escravo e do selvagem. Si eu houvesse de educar uma creança, faria della, antes de tudo, um homem de bem. Que fosse, em primeiro logar, uma creatura boa; e depois, si pudesse ser, um grande homem. Fôra muito melhor assim para elle proprio, para mim, para todos que o cercam, vê-lo dotado de uma alma bem formada do que mais formoso talento".

Comprehendeu isso perfeitamente o insigne pedagogista brasileiro, que, em seus varios estabelecimentos de ensino, fundados em differentes épochas na Bahia, em Barbacena e no Rio, formou o character e a intelligencia de um sem numero de jovens brasileiros, cujos nomes illustraram mais tarde as sciencias, as letras e as artes patrias, e occuparam posições do maior destaque na politica, na judicatura, no magisterio, nas armas, no alto commercio e na industria nacionaes.

Honra ao nome desse benemerito educador da mocidade, que tanto engrandeceu e glorificou a sua terra natal, dandolhe uma pleiade de concidadãos que a nobilitaram e serviram em todos os ramos da actividade humana. Por todos elles, fervorosos discipulos seus, como pelo heroico Estado da Bahia, que o viu nascer, e por toda a vastidão do Brasil, o seu nome será rememorado e bendicto nesta ephemeride secular e solenne, sob os céos do Equador e do Tropico, cravejados pela Cruz astral.

Foi a 9 de septembro do anno de 1824, dessa mesma éra que se fez celebre na historia da formação do Brasil constitucional que, na então Villa do Rio-das-Contas da antiga Provincia da Bahia, nasceu o dr. Abilio de Cesar Borges, do matrimonio de Miguel Borges de Carvalho e d. Mafalda Maria da Paixão Borges. Fez as suas primeiras letras na villa de

origem, hoje florescente cidade do Norte, onde completou tambem a instrucção primaria.

No crepuscular periodo regencial, no mesmo anno de 1838 em que se fundava este Instituto, partia o adolescente escholar, aos 14 annos incompletos, para a capital da Bahia a cursar as aulas do *Collegio de Nossa Senhora da Conceição*, do padre Moura, um dos mais afamados da épocha. Em dous annos, com raro brilhantismo, concluia o curso de estudos preparatorios.

Cabe assignalar aqui a sua primeira manifestação de precocidade pedagogica: foi monitor desse collegio, enquanto alumno; e, já academico, se viu convidado por seu director a fazer parte em 1841 do corpo docente do mesmo estabelecimento, em vista das brilhantes provas que deu alli em seus estudos secundarios.

Por quatro annos exerceu com fulgor, na Bahia, o magisterio particular.

Com 15 annos completos estava habilitado para matricular-se na Academia de Medicina, — era, em 1840, no anno glorioso da *Maioridade*. Foi disso obstado, porém, por gravissima enfermidade que o fez procurar, a conselho medico, o aconchego do lar paterno, onde convalesceu e repousou um pouco, tonificando-se em melhor clima. No anno seguinte de 1841, tornou á capital da Bahia, onde fez um dos mais brilhantes cursos medicos de que ha memoria, sendo que as cinco primeiras séries de academia, cursou-as na sua terra, com approvações distinctas no 4° anno e *laude* nos 3° e 5°; e, no 6°, fez acto perante a Faculdade de Medicina da antiga Côrte. A nota alcançada no 3° anno, honra-o sobremodo, pois entre todos os estudantes da Faculdade, apenas elle e mais outro collega obtiveram similhante laurea, conferida não só pelos examinadores, como pelo voto unanime da Congregação.

Durante a phase academica, fundou, aos 21 annos de edade, o Instituto Literario da Bahia, de sociedade com alguns collegas que o elegeram presidente, devido á summa consideração que lhe dispensavam, tendo sido tambem redactor de *O Crepusculo*, orgão social desse instituto.

No Rio, para onde se transferiu em 1847, já doutorando em Medicina, creou a Academia Philomatica, aggremiação em que tiveram parte os nossos maiores literatos da épocha, tendo por presidente o 1º visconde de Caravellas, conselheiro de Estado, Manuel Alves Branco; e por 1° vice-presidente o barão de Sancto-Angelo, Manuel de Araujo Porto-Alegre, artista e poeta de renome, auctor do poema *Colombo*. O dr. Abilio exerceu o cargo de 1° secretario dessa fundação literaria,

que vem relembrar-nos as tentativas congeneres feitas no XVIII século, aqui no Rio, por Bobadella e Lavradio.

Por esse tempo redigiu scintillantes artigos de sciencia, em collaboração, pelas columnas do *Jornal do Commercio*, *Archivo Medico Brasileiro* e *Auxiliador da Industria Nacional*, tendo estampado, neste último periodico, a conclusão da sua excellente memoria sôbre serviços de mineração na Provincia da Bahia, que mereceu, aliás, as honras de transcripção na *Gazeta Official* e no *Jornal do Commercio*, acompanhada dos maiores elogios.

Foi precisamente esse primoroso trabalho que lhe deu ingresso como socio do Instituto Historico Brasileiro, por proposta assignada a 16 de septembro de 1847, do dr. Ludgero da Rocha Ferreira Lapa, Manuel Ferreira Lagos, 1° secretario, e Francisco Manuel Raposo de Almeida, havendo sido eleito a 9 de dezembro seguinte.

Nesse mesmo anno de 1847, era recebido como membro da Imperial Sociedade Amante da Instrucção e do Conservatorio Dramatico Brasileiro; e collava grão de doutor em medicina pela nossa Faculdade, salientando-se ainda uma vez pelo brilho e vehemencia, com que sustentou a defesa de sua these.

Logo após, retirou-se para a terra natal, onde se dedicou algum tempo ao exercicio da profissão medica, especialmente á alta chirurgia, com tal proficiencia que chegou a ser indigitado para o cargo de director da Faculdade de Medicina da Bahia.

Casou-se, então, na familia Wanderley, com uma sobrinha do grande Cotegipe, — d. Francisca Antonia Wanderley, senhora de excelsas virtudes, em quem achou, não só a desvelada companheira de longos annos de existencia, como a mais intelligente collaboradora e a inspiradora que sempre lhe alentou as energias em toda a sua carreira de renhidas luctas e bem merecidos trophéos.

A' competencia profissional alliava o desvelo e a caridade com que, á cabeceira dos enfermos, desempenhava a nobre missão de lenir os soffrimentos da humanidade. Mas Deus não o destinara, na vida, para reseccar as visceras dos seus similhantes, nem mesmo disputá-los á voracidade da Morte. A Providencia Divina chamou-o ao convivio dos seus compatricios para a missão muito mais elevada de formar-lhes a alma e remoldar-lhes o character pela disciplina intelligente da educação intuitiva.

Quando a figura Macahubas surgiu em nosso meio politico-social, em 1824, o colosso natural do Brasil mal saïa do seu *Estado de Natureza*, como lhe chamou o insigne José Bonifacio. E para bem comprehender a grande obra de Ma-

cahubas, é preciso reviver sempre o fino e sabio conceito de Talleyrand (que tanto concorreu, aliás, em 1815, para que o Brasil fosse promovido da condição servil de Colonia á dignidade de Reino-Unido, primeiro passo historico para a sua independencia em 1822): "Depois de ter dado a soberania a um povo, deveis ensinar-lhe a sabedoria, porque a instrucção é um lastro indispensavel á liberdade".

Em 1850, seguiu o dr. Abilio Borges para o interior da sua provincia natal, onde, cedendo afinal a uma irresistivel vocação innata, fundou um collegio, na villa, hoje cidade da Barra, ao mesmo tempo que alli installava tambem, como medico, um hospital, nos sertões da Bahia.

Um sanatorio e uma eschola — era o resumo de todo um programma, á americana, de prophylaxia do meio e do individuo, e o mais urgente beneficio que se pudera prestar material e moralmente ao invio sertão e ao nosso inculto sertanejo, sempre hospitaleiro e generoso, sempre bom e intrepido, como poucos.

Buscou assim practicar, desde joven, no coração ainda rustico do Brasil, a sancta e intelligente obra de missionario de Hygéa e o apostolado da Cartilha maternal de primeiras letras, regenerando, pela sciencia, o homem physico, e redimindo-o intellectual e moralmente, pela instrucção e pela educação.

Os garimpeiros do século XVII, entrando a selva brasileira, só viam nella o ouro nativo, que lhe sobrava, enquanto o educador, penetrando nos sertões do Norte, só via nelles o legitimo minerio do ouro da intelligencia, que lhes faltava.

Dalli veio retirá-lo o Govêrno da Bahia, quando, por premio dos seus abnegados exforços, nomeou-o, em 1856, para o elevado cargo de director geral da Instrucção primaria e secundaria — ou "director dos Estudos", como então se designava, — cargo que exerceu durante dous annos, salientando-se pela actividade febril e pelo singular tino administrativo. Reformou o ensino, combateu tenazmente o emprego da férula como instrumento aviltante de tortura pedagogica e os demais castigos a miude infligidos á infancia; preconizou então, em suas circulares officiaes, os modernos processos de Methodologia intuitiva de Pestalozzi e Frœbel, como o melhor meio de substituir o castigo corporal pela persuasão, pelo exemplo e pelos conselhos; e de trocar pela confiança e pelo amor esse injustificavel instincto de terror ao mestre.

Em dous relatorios notaveis, de 1857 e 1858, agitou magistralmente a magna these da organização e diffusão do ensino primario no Brasil.

A partir dessa épocha, o dr. Abilio Cesar Borges assume a primeira plana entre os pedagogos brasileiros. Sagra-o

a palavra abalisada do visconde de Castilho, que o tracta de mestre, vaticinando que os referidos relatorios seus haveriam de contribuir assás para a evolução de todo o Brasil literario e scientifico.

Entretanto, a experiencia dos factos nos demonstra que as grandes idéas não madrugam pela victoria dos seus frutos, colhidos quasi sempre tardiamente.

Vendo que não era facil romper de chofre com a rotina da politica local, como director da Instrucção pública de sua terra, preferiu alijar o cargo a sacrificar-lhe os seus irreductiveis principios pedagogicos. Abriu então em fevereiro de 1858, um grande estabelecimento particular de ensino, o Gymnasio Bahiano, que gozou sempre da melhor reputação como um instituto-modelo no genero, onde livremente applicou, com os melhores resultados, os mais modernos methodos didacticos. Durante 14 annos, esteve á testa desse notavel collegio, cuja memoria não se apagará nunca dos annaes da Pedagogia nacional, porque d'alli surgiram discipulos da estatura moral de Ruy Barbosa, Castro Alves, Rodolfo Dantas, Satyro Dias, Benicio de Abreu e outros. Preferido sempre pelos paes de familia que almejavam dar a seus filhos os melhores professores, dispunha de um avultado e escolhido corpo docente, e logo nos primeiros mezes de abertura matriculou cerca de 300 alumnos.

"O Gymnasio Bahiano, relembrou perfeitamente o commendador José Luiz Alves, como orador official desta Casa, ao fazer o elogio funebre do barão de Macahubas na sessão magna anniversaria, realizada em 15 de dezembro de 1892, — foi o mais importante estabelecimento de educação da cidade do Salvador. O venerando d. Romualdo Antonio de Seixas, arcebispo primaz e marquez de Sancta-Cruz, que presidiu á sua fundação, muito o considerava e jámais deixou de comparecer ás suas solennidades e de externar, por palavras eloquentes e animadoras, a sua satisfação."

Ficava optimamente situado, entre sombras, no flanco de aprazivel montanha, em excellente clima.

Quando o imperador d. Pedro II visitou, em 1860, a Bahia e as provincias do Norte, foi esse o unico estabelecimento de ensino particular, que teve a subida honra da sua visita.

Nos "outeiros" do Gymnasio Bahiano, — especie de reuniões literarias que fazia o seu director em alguns dias solennes, como o 2 de julho e o 7 de septembro, cujas festas civicas o dr. Abilio Borges instituiu na Bahia, — estreou-se o inspirado cantor de *Espumas Fluctuantes* e da *Cachoeira de*

Paulo Affonso, improvisando poesias que presagiavam já o proeminente papel, que viria a representar na Literatura do paiz. Como alumno do Gymnasio Bahiano, Antonio de Castro Alves foi tambem redactor de uma gazeta literaria, orgam do collegio (*Gazeta Literaria*, n. 2, 15 de outubro de 1883, "Biographia de Antonio de Castro Alves", pag. 34).

Das suas primeiras poesias podem ser citadas as seguintes, por occasião do 36° anniversario de Macahubas, a 9 de septembro de 1860:

"Grato sempre á mocidade,
Bello dia, has de raiar:
Sempre ella muito contente
Mil flôres te ha de offertar!

Sempre em ti se entregará
Ao prazer com expansão;
Mil cultos render-te-ha
Nos altares da affeição.

Pois em ti, sublime dia,
Do alto dos Céos baixou
O anjo, que á mocidade
Dos rigores libertou.

Baixou este grande homem,
Que tanto anima a instrucção,
Estimulando co' amor
O infantil coração.

Nasceu hoje meu bom Director
Para honra do grande Brasil,
Preparando na infancia, que educa,
Para a Patria futuro gentil.

E' por isso que o sol orgulhoso
Ergue a fronte soberba e brilhante,
E' por isso que as flôres exhalam
Um perfume mais doce e fragrante.

E' por isso que tão crystallinos
Os regatos se alongam ao mar,
E as aves co'as côres tão vivas
Brincam — ternas — voando no ar.

E os ventos tão meigos e frescos,
Sussurrando, as campinas percorrem;
E as abelhas em busca do mel
A's florinhas contentes já correm.

E' por isso enfim que tão bella
A natura se ostenta no mundo;
E' por isso que a infancia já sente
Regosijos do peito no fundo.

Eia! contentes cantemos!...
Com grinaldas coroemos
Neste bello e grande dia
Do natalicio do amor,
O nosso bom Director,
Que tão zeloso nos guia."

(*Gymnasio Bahiano, 9 de septembro de 1860, pelo alumno Antonio de Castro Alves Junior.*)

Mas o dr. Abilio Borges não repousava, como o herói de Marathona, sôbre os laureis das suas victorias: era um luctador indefesso que tudo fez pela Instrucção nacional.

Emprehendeu varias excursões scientificas ao velho Mundo, onde estudou a sério a organização, os programmas de ensino e o admiravel funccionamento das suas escholas; e relacionou-se com os mais célebres educadores.

De regresso a esta Capital, fundou, em 1873, outro instituto-modelo, segundo o que vira de mais aperfeiçoado na Europa, com a denominação de Collegio Abilio, com séde na rua Ipiranga n. 4, hoje 70, nas Laranjeiras, em edificio majestoso, bem arejado e illuminado, com todos os requisitos da hygiene escholar e onde actualmente se encontra o Asylo João Alves Affonso, mantido pelo Sociedade Amante da Instrucção.

O juizo dos competentes no assumpto e a opinião social e a da Imprensa carioca receberam-no com os mais effusivos signaes de apreço e fizeram sempre os maiores encomios ao seu merito real, á efficacia innegavel do seu systema de educar, que tão magnificos fructos produziria egualmente no Gymnasio de Barbacena.

Viajantes illustres extrangeiros, como Hartt, admiraram-se de ver que a capital do Brasil possuia um collegio tão bem installado e dirigido como os melhores da Europa.

Durante 21 annos, o dr. Abilio Cesar Borges instruiu e educou o escól da juventude do Rio de Janeiro, como fizera á da primitiva capital do nosso paiz. Foi, na verdade, posso dizê-lo com convicção e testimunho proprios, o prototypo do mestre que se desvela pelos discipulos; estes, aliás, sabiam retribui-lo na mesma moeda de effusiva cordialidade.

O éstro do dr. Rozendo Moniz Barreto, saudando ao monarcha brasileiro em sua visita ao Collegio Abilio, no festival de férias de 1872, chamou aos alumnos alli perfilados em torno do mestre:

"os *animados thesouros*
da riqueza nacional."

E assim o concitava o poeta, versejando ao mais democrata dos soberanos, — magnanimo imperador do Brasil:

"Ao nivel das creancinhas
e sem o apparato régio,
sois mais rei neste collegio
que sôbre o throno, Senhor...

Honrando mestres e alumnos,
prestae constantes auxilios
ao trabalho dos Abilios,
bons *obreiros do porvir*."

Por essa épocha, a *Semana Illustrada*, em seu n. 627, de 15 de dezembro de 1872, estampava no texto as oitavas de Rozendo Moniz, ornando-as com uma allegoria-retrato, composição artistica de meu saudoso pai e director desta revista, que fez representar o insigne educador brasileiro, quasi envolvido por um verdadeiro enxame de meninos que o acclamam e acariciam, todos a um tempo, subordinada ao titulo: *"O obreiro do porvir" e os seus "thesouros animados"*.

Em seus estabelecimentos de ensino reinou sempre o mais rigoroso respeito e presidiu-lhes a maior moralidade, a despeito da abolição dos castigos corporaes, que profligava energicamente. O Collegio Abilio, foi, de facto, o nosso melhor estabelecimento de ensino primario e secundario, sob o ponto de vista physico, intellectual e moral.

A perspectiva quadrangular do seu edificio alto, todo cercado de um longo correr de janellas, bem installado segundo as modernas regras da hygiene escholar, sobresaïa por entre os massiços verdes e recortados da vegetação, com os seus grandes pateos de recreio e exercicios de cultura physica, os apparelhos de gymnastica, a piscina de natação, o parque magestoso, com as longas aléas alfombradas; o *stand* de tiro ao alvo; e, no interior, a capella, o gabinete do director, o amphitheatro de estudo, o grande salão de honra, com a mesa alta e a tribuna das grandes solennidades; as espaçosas salas de aulas, os dormitorios, a rouparia e o refeitorio hygienicos, — toda uma perfeita installação, segundo os mais modernos preceitos da sciencia pedagogica.

Nos grandes dias, era bello ver-se alli enfileirados e erectos em fórma centenares de alumnos, irreprehensivelmente uniformizados, sadios e louçãos, por entre as evoluções da gymnastica ao ar livre, sob o fundo escuro da folhagem entremeada de galhardetes bicolores e festivos, por onde resoavam os échos estridulos da banda do collegio, casados ás vozes argentinas e vibrantes de enthusiasmo das nossas almas juvenis. Entre as reminiscencias da infancia, conservo grata a desses festivaes escholares, rumorejantes, onde se destacava a figura severa e correcta do dr. Abilio Borges, com a sua barba á ingleza, o seu ar de bondade e energia e o seu olhar

penetrante e paternal, que nos infundia um mixto de respeito e confiança.

Por longos annos desempenhou na sua provincia natal e aqui no antigo Municipio Neutro, as funcções honorificas de membro do Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria.

Em 1877, partiu mais uma vez para a Europa, de onde trouxe novos conhecimentos, novas edições de livros seus, que se faziam de preferencia em Leipzig e Bruxellas; e installações novas para dous grandes collegios, que, de regresso á patria, fundou ainda, um na cidade mineira de Barbacena, a 3 de fevereiro de 1881; e outro nesta Capital, sob a denominação Novo Collegio Abilio, a 15 de março de 1883. Dirigiu elle proprio o primeiro delles e confiou, em boas mãos, a direcção do segundo a seus dignos filhos, os drs. Abilio Cesar Borges e Joaquim Abilio Borges.

De volta da Europa, o Governo imperial conferiu-lhe, por decreto de 30 de junho de 1881, o titulo nobiliarchico de barão de Macahubas, como sagração do seu valor incontestavel e patrioticos serviços ao paiz. Em 3 de junho do anno seguinte, concedeu-lhe as honras de titular com grandeza; e nomeou-o delegado ao Congresso Pedagogico de Buenos-Aires, onde foi figura do maior destaque, tendo agitado as mais relevantes questões concernentes ao problema do ensino publico e particular.

Disse com razão um grande especialista no assumpto, um competente para julgá-lo como grande educador que foi, o dr. Meneses Vieira, no seu *Annuario de Ensino*, para 1889, pag. 497, que, para mostrar os ingentes exforços empregados pelo barão de Macahubas no aperfeiçoamento da nossa Pedagogia, bastavam as multiplas conferencias e exposições por elle feitas como prova do seu largo e proficuo tirocinio do magisterio. Nellas expoz o seu inegualavel material technico escholar, os seus museus e collecções de Botanica, Mineralogia, Zoologia, apparelhos de Cosmographia, gabinetes de Physica, excellentes mappas muraes de Geographia e Historia natural, tudo o que havia, em summa, na épocha, de última palavra no ensino.

No salão de honra da Exposição Pedagogica, em presença do imperador, a 28 de septembro e 7 de outubro de 1883, fez o barão de Macahubas duas notaveis conferencias acerca do *Arithmometro fraccionario*, da sua invenção, e sôbre a *Lei nova de ensino infantil*, applicada ao Collegio Abilio, o que lhe valeu os fóros de primeiro reformador do ensino publico e particular no Brasil, bem como os de primeiro pedagogo que teve, entre nós, a idéa de apresentar-se com os seus alumnos e os seus methodos e creações pedagogicas em

publico, funccionando com elles como na propria eschola, valendo-lhe isso calorosos elogios, dentro e fóra do paiz, como, *verbi-gratia*, o do eminente professor uruguaio, dr. F. A. Berra, cujo voto sôbre a debatida questão dos premios escholares, Macahubas victoriosamente combateu, aliás, no Congresso Pedagogico Internacional de Buenos-Aires, de 1822. Por essa occasião, o Governo argentino prestou-lhe significativa homenagem dando seu nome a uma eschola, exemplo que foi posteriormente seguido pela nossa Municipalidade, e as dos Estados do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Geraes.

Além disso, obteve o egregio Bahiano a grande medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, de 1889, onde exhibiu magnificos trabalhos escholares, obras didacticas e inventos seus, entre os quaes o "apparelho cosmographico" e o "escolar multiplo", e o "fracciometro ou contador mechanico de operações sôbre quebrados".

Na Europa, representou ainda o Brasil no Congresso dos Americanistas.

Alguns dos nossos presidentes de provincia, no passado regime, encommendaram-lhe, varias vezes, planos de reforma da instrucção pública, entre os quaes sobrelevam os que redigiu, a instancias do visconde de S. Lourenço, approvados pela Assembléa Provincial; e como membro da commissão nomeada pelo barão de Mamoré para reformar o ensino desta Capital.

O governo de d. Pedro II, como reconhecimento a seus inexcediveis serviços prestados á Instrucção popular deste paiz, agraciou-se com o habito da Ordem de Christo, e a commenda da Imperial Ordem da Rosa; e Sua Sanctidade o papa Pio IX lhe conferiu o grão de commendador da Ordem de São Gregorio Magno, de Roma.

Ninguem desconhece que, aos dotes peregrinos da intelligencia, alliava o barão de Macahubas os de character e do coração, fortes e magnanimos, como a propria alma da Patria. Como brasileiro illustre, instruiu e educou gratuitamente centenas de estudantes pobres; abriu varios cursos gratuitos, pelo seu novo methodo denominado da "Leitura Universal", de incontestavel vantagem, muito frequentados tambem por soldados e marinheiros. Dava então aulas no Quartel General, com a honrosa circumstancia de terem sido assistidas muitas vezes pelo Imperador e pelo ministro Alfredo Chaves, que lhe não regateava louvores pela excellencia dos processos.

Alguns dos meninos e soccorridos espontaneos da sua intelligencia e zelo civico occupam hoje notaveis posições. Além disso offereceu gratis ás escholas, de todo o Brasil, importando-os annualmente á sua custa, centenas de milhares, mais de um milhão de compendios das suas innumeraveis

obras didacticas impressas na Europa. Deu um combate de morte, sem tréguas, ao analphabetismo, que é o maior flagello do paiz, conseguindo, no minimo espaço de tempo, que os adultos apprendessem a ler pelo seu referido methodo.

Houvessem prevalecido as suas licções e o seu exemplo, e não existiriam hoje analphabetos no Brasil.

Quem assim procedeu, não era um exhibicionista industrial, nem um mercenario vulgar. Macahubas teve inimigos porfiados e impenitentes detractores. Quem não os possue, tendo o grande valor e o espirito de iniciativa de que elle dispunha ? Si até não faltam aos mais obscuros... Shakespeare disse pela boca de sir John Falstaff — a maledicencia nasceu com o mundo.

Macahubas fez a mais intelligente propaganda dos seus excellentes estabelecimentos e systema de ensino, tanto aqui como no extrangeiro, e isso foi ainda um maximo serviço que prestou ao paiz. Foi um grande propagandista, sim, mas a seus constantes e rumorosos annuncios e publicações correspondeu sempre a mais estricta realidade.

Além de tudo, é indispensavel rememorá-lo nesta gloriosa data do seu centenario, que elle foi, não só um perfeito educador, mas um patriota insigne, do qual mui justamente nos devemos ufanar.

Foi das suas excursões scientificas á Europa, em character particular, que resultou, por assim dizer, a primeira missão pedagogica ao Brasil, que nos trouxe notaveis professores francezes, inglezes e allemães, entre elles o famoso professor Bockel. Realizou, em Londres e em Paris, interessantes conferencias sôbre o ensino, assistidas nesta ultima cidade pelo illustre ministro francez Cochin. Obteve as melhores recompensas nos melhores certames pedagogicos realizados no Velho e Novo-Mundo. Alguns dos seus novos methodos didacticos chegaram a ser introduzidos na Europa, onde foram preconizados por especialistas de nomeada universal. Buscou sempre animar as letras nacionaes, distinguindo os seus melhores cultores na épocha e fundando o Instituto Literario da Bahia, cercou-se sempre dos mais notaveis professores, taes como esse erudito e virtuoso prelado d. Antonio de Macedo Costa, arcebispo metropolitano da Bahia e primaz do Brasil, que foi lente do Collegio Abilio. Pertenceram ambos a esta Casa, tendo fallecido em começo do mesmo anno de 1891, Macahubas a 17 de janeiro e d. Antonio de Macedo Costa a 21 de março.

Grande philanthropo, fez enormes donativos avaliados em contos de réis á Associação Protectora da Infancia Desamparada, para a fundação do Asylo Agricola de Sancta Isabel, em

Desengano. Abriu curso para adultos no Lyceu Literario Portuguez, sempre com os melhores resultados; e aos refractarios em apprender mandava frequentar o seu Collegio, pagando-lhes até, aos mais pobres, as passagens de bonde e dando-lhes outros auxilios em vestuarios, livros e material escholar. Cuidou, como ninguem, da educação physica, moral, intellectual, hygienica e esthetica da mocidade brasileira. Foi, com o dr. Meneses Vieira, um dos primeiros a chamar a attenção do Govêrno para a educação dos retardados e a creação de uma cadeira de *linguagem articulada* para os surdos-mudos, quando entre nós só vigorava ainda o methodo da *linguagem figurada*, do abbade L'Epée.

Como brasileiro ardoroso, inflammou o espirito nacional enristando em 1865 a penna do jornalista, vibrante de enthusiasmo, ao ver-se ultrajado o pendão nacional pelo tyranno do Paraguai. Armou, á sua custa, nessa épocha, um batalhão, o dos Zuavos Bahianos, que tão denodadamente se bateram em Curupaiti, e cuja officialidade se compunha de funccionarios do Gymnasio Bahiano, muitos dos quaes dormiram alli o último somno da gloria em defesa da Patria.

Na campanha abolicionista, foi ainda um dos mais intemeratos epigonos: fundou a Sociedade Bahiana Sete de Setembro, — a primeira que, no Brasil, manteve um jornal — *O Abolicionista*, para defender a causa da emancipação.

Quando o dr. Abilio Borges partiu da sua provincia natal e veio installar-se aqui no Rio, passou a presidencia do centro abolicionista ao conselheiro Dantas, continuando, porém, a ser alli considerado por presidente honorario.

Na viagem á Europa, de visita á Cidade Eterna, teve o ensejo de pedir, em sua audiencia com o Sancto Padre Pio IX — que interviesse no sentido de ser extincta a escravidão em nosso paiz; e deante da formal promessa do summo pontifice de interceder a Deus por esses infelizes, pediu-lhe Macahubas que elevasse tão alto a sua voz aos céos em favor delles, a ponto de ella ser ouvida tambem no Brasil pelos verdugos exploradores da raça negra...

Era um combativo por natureza, e um forte cidadão da sua patria; feriu o bom combate pelo Bem e pela Intelligencia; foi um nobre de titulo e de character, um grande e um bom brasileiro. E passados cem annos do seu nascimento, o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO houve por bem designar-me, como ex-alumno do barão de Macahubas, que me prezo de ter sido, para consagrar-lhe este singelo preito de homenagem secular ao perfeito educador brasileiro, que tanto illustrou o Brasil, no sentido lato e generico do termo.

Honra ao grande mestre nacional, que gerações de discipulos e a Patria abençoam neste dia memoravel. Honra á

gloriosa memoria do barão de Macahubas." (*Prolongados applausos.*)

Justificam a sua ausencia os socios, senhores: Augusto Olympio Viveiros de Castro, Homero Baptista, coronel Liberato Bittencourt, Jonathas Serrano e Othello de Sousa Reis.

Encerra-se a sessão. — *Agenor de Roure,* 2º secretario.

86º ANNO — 5ª SESSÃO ORDINARIA REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 17 horas e um quarto abre-se a sessão com a presença dos senhores: conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, José Maria Moreira Guimarães, Rodolfo Garcia, Laudelino Freire, João Pandiá Calogeras, Liberato Bittencourt, Alfredo Valladão, Henrique Morize, Eugenio Egas, Eugenio de Castro, Alfredo Ferreira Lage, Raul Tavares, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Jonathas Serrano.

Justificam a sua ausencia os srs. Othello de Sousa Reis e Eugenio Vilhena de Moraes.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) lê a acta da sessão anterior, que é unanimemente approvada, bem assim procede á leitura das *Ephemerides Brasileiras* do barão do Rio Branco, na parte em que ellas se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) dá conhecimento á casa do seguinte parecer:

"Ao emittir parecer a respeito da proposta apresentada no sentido de, como socios honorarios do INSTITUTO, serem acceitos Fridtjof Nansen e Roald Amundsen, a Commissão de Admissão de Socios julga-se dispensada de salientar os meritos dos dois grandes navegadores, tal a notoridade dos seus extraordinarios serviços prestados á sciencia.

"A viagem que Nansen emprehendeu ás regiões do extremo Norte em 1893 e em que, affrontando a morte a cada instante, conseguiu chegar a uma latitude que até então não fôra attingida (86º, 14' N), ficou assignalada como um prodigio de energia e de intrepidez.

"Coube a Amundsen, em 1911, realizar empresa ainda mais ardua e temerosa e, arrostando e vencendo toda a sorte de obstaculos, alcançar o polo Sul, e ahi plantar o pavilhão da Noruega.

"Os dous arrojados exploradores das regiões polares são dous nomes consagrados, duas das mais legitimas glorias da sciencia contemporanea, que honram às varias corporações scientificas a que pertencem, e que admira ainda não figurem no quadro social do INSTITUTO.

"A approvação da proposta será motivo de justo orgulho para esta associação, com a qual a Commissão de Admissão de Socios de antemão se congratula.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1924. — *Manuel Cicero*, relator. — *B. F. Ramiz Galvão.* — *A. Tavares de Lyra.*"

O SR. FLEIUSS pede urgencia para ser discutido e votado o mesmo parecer. Não ha discussão. Unanimemente approvado.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) proclama socios honorarios do INSTITUTO os srs. Fridtjof Nansen e Roald Amundsen.

O SR. FLEIUSS (1° *secretario perpetuo*) lê o seguinte expediente:

Convite da Liga da Defesa Nacional para a sessão commemorativa do *raid* do escoteiro brasileiro Alvaro Silva ao Chile e entrega de medalhas que recordam esse feito aos senhores presidentes do Chile e do Brasil e ao mesmo pequeno heróe.

O SR. PRESIDENTE designa o sr. Moreira Guimarães para representar o INSTITUTO nesta solennidade.

Proposta para socio effectivo:

"Temos a honra de propor para socio effectivo do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO o sr. dr. Victor Viana, bisneto do marquez de Sapucahi, presidente do INSTITUTO de 12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1875, neto do dr. Carlos Honorio de Figueiredo, socio do INSTITUTO de 1846 a 1881, tendo sido seu 2° secretario de 1876 a 1881, e filho do saudoso dr. Ernesto da Cunha de Araujo Viana que, egualmente, pertenceu ao quadro de socios effectivos do INSTITUTO desde 20 de abril de 1916 a 14 de fevereiro de 1920.

"A credencial com que apresentamos esta proposta é o excellente livro de Victor Viana, denominado *Resumo Historico da Formação Economica do Brasil.*

Sala das sessões, 11 de outubro de 1924. — *Conde de Affonso Celso.* — *Max Fleiuss.* — *Laudelino Freire.* — *Ramiz Galvão.* — *Agenor de Roure.* — *Manuel Cicero.* — *Eugenio de Castro.* — *Raul Tavares.* — *Oliveira Vianna.* — *Felix Pacheco.* — *Pinto da Rocha*".

Vai a proposta á Commissão de Historia, relator o sr. Vieiros de Castro.

Propostas para socios honorarios:

"Temos a honra de propor para socio honorario do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, nos termos do

art. 7° dos Estatutos, o sr. dr. Victor Manuel Maurtua, ministro do Perú juncto ao nosso Governo.

"O sr. dr. Victor Maurtua, doutor em Direito, professor de Philosophia de Direito da Universidade de Lima, antigo membro da commissão consultiva do Ministerio das Relações Exteriores do Perú, deputado de 1916 a 1919, presidente da commissão de Finanças e Diplomacia durante o seu mandato, é auctor da lei de restricção alcoolica e do Codigo Penal, vigentes no Perú. Pertenceu á commissão que elaborou o Codigo do Processo Civil, foi ministro da Fazenda e do Commercio em 1918 e 1919 e interveio na elaboração das leis, que promulgou, sobre a moeda no Perú. Fez parte da delegação do Perú no 2° Congresso Pan-Americano, reunido no Mexico, redigindo, por occasião desse certame, a memoria do Perú sobre o arbitramento obrigatorio. Plenipotenciario na questão de limites de seu paiz com a Bolivia, redigiu as allegações e as defendeu. Esteve em missão especial no Brasil, a proposito de limites peruano-brasileiros. Plenipotenciario na Venezuela e presidente da delegação ao Congresso Internacional de Caracas, subscrevendo neste charater tractados com a Venezuela, Equador, Colombia e Bolivia. Em 1923, discutiu com a chancellaria equatoriana a questão territorial e de limites de seu paiz com aquella nação. Delegado do Perú no Congresso Scientifico Pan-Americano de Direito Internacional, á Conferencia da Paz, de Paris, e á Sociedade das Nações em 1919, membro da Academia de Jurisprudencia e de Historia de Madrid, do Instituto Historico, do Instituto dos Advogados e da Sociedade de Geographia do Perú. Enviado extraordinario e plenipotenciario na Argentina, Equador, Paizes Baixos, Suissa, e actualmente no Brasil, é auctor dos seguintes livros e publicações: "A Questão do Pacifico" (traduzido para o inglez); "Sur le Pacific du Sud", "La batalla de Ayacucho y la independencia hispano-americana"; "Cuestiones de sociologia peruana"; "Jurisdición Militar"; "Estatutos de Funcionarios"; "Exposición Histórico-Geográfica de los límites entre el Perú y la Bolivia" e 30 volumes de documentos historicos da conquista e da colonização hispano-americana e 100 mappas.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1924. — *Conde de Affonso Celso.* — *Max Fleiuss.* — *Oliveira Vianna.* — *Rodolfo Garcia.* — *Manuel Cicero.* — *Alfredo Valladão.* — *Sebastião de Vasconcellos Galvão.* — *Agenor de Roure.* — *Dr. Souto Maior.* — *Calogeras.* — *Eugenio de Castro.* — *Raul Tavares.* — *Alfredo Ferreira Lage.* — *Felix Pacheco.* — *Pinto da Rocha.*

Vai á Commissão de Admissão de Socios, relator o sr. Miguel de Carvalho.

"Propomos para socio honorario do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, nos termos do art. 7° dos Estatutos,

o sr. dr. Alberto Diez de Medina, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica da Bolivia juncto ao Governo do nosso paiz.

"Alem deste elevado cargo, tem o sr. dr. Medina sido deputado ao Congresso Nacional Boliviano, de cuja Camara foi secretario em 1905; encarregado de negocios no Brasil em 1907-1909, delegado ao Congresso Postal de Montevidéo em 1900, Prefeito de Oruro em 1912, delegado ao Congresso Scientifico Pan Americano de Washington, delegado da Sociedade Boliviana do Direito Internacional ao Instituto Americano de Direito Internacional de Washington, ministro plenipotenciario no Equador, Colombia e no Paraguai, vogal consultivo do Ministerio das Relações Exteriores, delegado ao Congresso de Direito Internacional de Buenos Aires.

"E' membro titular do Instituto Americano de Direito Internacional de Washington, membro da Academia Colombiana de Jurisprudencia, da Academia Nacional de Historia de Caracas, da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, secretario e fundador da Sociedade Boliviana de Direito Internacional, na Sociedade de Geographia de La Paz.

"Tem publicado — Na Universidade de La Paz: "Temas de estudios" e "Revistas de ciencias políticas y sociales"; no Congresso Nacional da Bolivia: "Leys de Minería", "Modificaciones a la ley de imprenta"—Proyecto estableciendo responsabilidades por los abusos de prensa;—"Ley de matrimonio civil" —Proyecto apresentado en 1906; "Representación de las minorías en el Parlamento" — Proyecto estableciendo el sistema proporcional. Na imprensa: Direcção e redacção dos diarios de La Paz: "La Tarde" y "La Epoca"; "El Laudo Argentino", 1910; "Anotaciones a la biografía del coronel Clemente Diez de Medina", 1910; "La neutralidad", 1917. Como diplomata subscreveu os tractados de arbitramento amplo com a Bolivia em 1918 e com a Venezuela em 1919. Tem para publicar: "El problema del Pacífico", "La audiencia de Charcas", "Cuestiones de Derecho Internacional Privado", "La intervención del Gran Mariscal de Ayacucho en la Independencia del Alto Perú".

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1924. —*Conde de Affonso Celso. — Ramiz Galvão. — A. Tavares de Lyra. — Max Fleiuss. — Manoel Cicero. — Calogeras. — Eugenio de Castro. — Raul Tavares. — Felix Pacheco."*

Vai á commissão de Admissão de Socios, relator o sr. Antonio Olyntho.

O SR. FLEIUSS communica que está na casa o sr. Francisco José de Oliveira Vianna, eleito socio effectivo em 18 de julho de 1924 em substituição do sr. Aurelino Leal e requer a nomeação de uma commissão para introduzi-lo no recincto.

O SR. PRESIDENTE nomeia para esse fim os srs. Fleiuss, Agenor de Roure, Jonathas Serrano, Laudelino Freire, Camelo

Lampreia e Raul Tavares, e convida a assistencia a receber de pé o novo socio, que, perante o sr. presidente, profere o juramento regimental.

O SR. PRESIDENTE, a seguir, dá-lhe a palavra.

O SR. OLIVEIRA VIANNA lê, da tribuna, o seguinte discurso:

Meus senhores — Numa das suas orações magistraes, que são o encanto frequente desta companhia, o vosso insigne orador, mestre insuperavel das nossas letras classicas e não menos das nossas letras historicas, disse uma vez, compendiando, numa formosa synthese, a complexidade, sinão a universalidade da missão cultural do Instituto:

"E' bem sabido que neste cenaculo fulguram os cultores de todas as especialidades, porque a Historia, a Geographia e a Ethnographia são hoje campos vastissimos, em que se exercitam o talento e a cultura universal para escrever o grande livro da Patria Na ampla accepção, em que tomamos a Historia, ella envolve questões multiplas, que entendem com os mais variados ramos do saber humano. Ella é a mestra e todos nós lhe prestamos reverencia e subsidio."

Bellas palavras estas, senhores! Ellas bem exprimem e resumem a complexidade, a vastidão, a grandiosidade da obra, que constitue a razão de ser desta gloriosa instituição, e a que emprestaes os brilhos do vosso espirito e as excellencias do vosso saber.

Realmente, este Instituto é um centro cultural por excellencia, o nosso maior centro cultural por certo, ou, como já disse um dos espiritos mais subtis desta companhia, "a mais austera e veneravel instituição sabia do nosso paiz". Ha, certamente, outras instituições sabias no paiz; mas esta, não só é a mais veneravel e a mais austera como mesmo a mais comprehensiva e menos especializada — pois o estudo da Historia, abrangendo hoje todas as especialidades, pede a collaboração de todas as sciencias: as sciencias da natureza, as sciencias do homem, as sciencias da sociedade.

Os phenomenos historicos, senhores, já não se apresentam mais aos olhos dos modernos historiadores com aquella singella composição com que appareciam aos olhos dos velhos historiadores. Para estes os acontecimentos historicos, o desenvolvimento das nacionalidades, a grandeza e a quéda dos imperios, a evolução geral das sociedades eram consequencias da actuação de um numero limitado de causas e, ás vezes, de uma causa unica. Hoje, ao contrario do que presumiam estes espiritos simplistas, os phenomenos historicos se mostram taes como realmente são e como deveriam ser: extremamente complexos, resultantes, que são, da collaboração de uma infinidade de causas, tão variados e multiplos que, embora utilizando as luzes de todas as sciencias, e apparelhada com incomparaveis methodos de pesquisas a critica historica não

consegue discernir e isolar sinão uma certa parte delles, que nem sempre, aliás, é a maior parte.

Esta complexidade do phenomeno historico impoz aos trabalhos da synthese historica um apparelhamento cultural prodigioso. Como observa sabiamente o illustre Henri-Berr "a complexidade das cousas implica a diversidade do saber" — e o historiador de hoje, para realizar plenamente a sua missão, teria que possuir, em sua cultura, o encyclopedismo de Aristoteles. Por isso mesmo, as grandes syntheses historicas ultrapassam modernamente as possibilidades de um só individuo e só as grandes associações culturaes serão capazes de realizá-las. Ha pouco ainda, bem o sentistes isto mesmo, quando, para organizardes o vosso monumental *Diccionario*, tivestes que appellar para as mais variadas competencias — e todos que ahi collaboram, com excepção apenas de um, deixaram nas suas paginas as provas mais luminosas das suas altas capacidades. Em França, na grande obra de synthese collectiva, que Henri Berr preside com tamanha audacia e tanto brilho empenham-se as mais variadas competencias: só na primeira parte, que comprehende apenas a Prehistoria e a Antiguidade, collaboram cerca de trinta especialistas, todos representando as maiores summidades da cultura franceza contemporanea. O mesmo acontece com a grande synthese sobre Historia Moderna, realizada sob a inspiração da velha universidade de Cambridge.

E' que todas as sciencias e todas as culturas concorrem com o seu contingente para estas complexas edificações do espirito critico. Os factores que determinam a evolução de cada povo, sendo incontaveis na sua multiplicidade, para isolá-los, fixá-los e definí-los, o ristoriador tem que recorrer aos principios e aos dados de todos os systemas e conhecimentos. O mais simples phenomeno historico — porque se realiza dentro de um determinado meio physico — está dependendo naturalmente das condições deste meio physico; — porque se opera dentro de um determinado meio social, está subordinado, nas suas causas e nos seus effeitos, ás contingencias desse meio social; — porque se resolve afinal em actos humanos, está dependendo das leis profundas que regulam a genese de todos os actos humanos. Isto equivale dizer que o mais simples phenomeno historico exige para a sua exacta comprehensão os subsidios de todas as sciencias naturaes, de todas as sciencias anthropologicas, de todas as sciencias sociaes.

Estas principalmente, senhores. Ellas trazem uma contribuição de valor incomparavel para a elucidação dos phenomentos historicos. Não é possivel hoje realizar nenhum trabalho de interpretação do passado sem recorrer ás diversas

sciencias sociaes, aos seus principios, aos seus methodos, aos seus dados objectivos. Dentre as varias sciencias auxiliares da Historia, estas são as mais essenciaes á comprehensão das realidades do passado. Não conseguiu ainda a sciencia determinar as leis geraes, que regulam a evolução das sociedades humanas; mas, o que é certo é que estas leis existem, embora ainda não reveladas, e ao conjuncto das diversas evoluções particulares deve corresponder uma evolução geral, dentro da qual se enquadrem todas essas evoluções particulares; o que equivale dizer que a obra do historiador deve ser precedida pela obra do sociologo, e que toda a explicação da vida das sociedades passadas implica necessariamente o conhecimento das leis que regulam a vida das sociedades actuaes. Dahi, senhores, aquelle formoso conceito de Emile Waxweiller, o grande mestre do Instituto de Sociologia Solvay, da Belgica: "Não foi com o auxilio dos fosseis que conseguimos crear as sciencias da vida, mas foi justamente com o auxilio das sciencias da vida, que conseguimos resuscitar os fosseis." E isto, senhores, é tão exacto nos dominios da Paleontologia, como nos dominios da Historia — a bella sciencia, que é o objecto das nossas mais caras preoccupações.

Esta collaboração das sciencias sociaes é indispensavel á critica historica, — porque a documentação dos archivos só por si não basta para o perfeito conhecimento do passado. Os documentos não dizem tudo, não fixam tudo, não apanham todos os aspectos dos acontecimentos; dizem apenas alguma cousa, fixam apenas alguns detalhes, apanham apenas alguns aspectos — e, ás vezes, esses aspectos, que elles revelam, nem sempre são essenciaes; esses detalhes, que elles fixam, nem sempre são necessarios; essa alguma cousa que elles dizem, nem sempre contém o sentido intimo e substancial da realidade. Ha sempre, por mais numeroso e minudente, por mais preciso e exacto que seja o testimunho dos archivos, certos pontos que escapam á determinação testimunhal — e muitas vezes, esses pontos, não fixados pelo testimunho, encerram qualquer cousa capital para a comprehensão do phenomeno historico: representam qualquer cousa mais ou menos analoga áquelles "characteres dominantes" de Cuvier, por meio dos quaes nos seria possivel reconstituir, na sua integridade, a estructura dos acontecimentos.

Essas insufficiencias inevitaveis do testimunho dos archivos tornam indispensavel, na elaboração ou synthese historica o appello aos subsidios da inducção conjectural. E' tão frequente e mesmo tão necessario esse recurso ao elemento conjectural da parte dos historiadores, que muitos delles não vêem na sciencia historica sinão conjectura, e apenas conjectura. E todos vós sabeis que para um delles, e um dos

maiores, Ernesto Renan, a grande sciencia da Historia não era outra cousa sinão "uma pequena sciencia conjectural".

Esta contingencia da Historia em ter de recorrer frequentemente, sinão obrigatoriamente, á inducção conjectural, em nada a diminue na sua dignidade de sciencia, — porque a verdade é que nenhuma das outras sciencias foge á fatalidade desta contingencia: e vós bem o sabeis como a Physica e a Chimica ainda tacteiam na penumbra mais ou menos illuminada das suas conjecturas sob a constituição da materia, e como a Biologia, na confissão recente de Cuenot, ainda vacilla dentro do seu pequeno mundo de conjecturas, já não direi sôbre as origens da vida, mas mesmo sôbre o funccionamento intimo do mechanismo da selecção.

Este coefficiente de conjecturalidade em nada influe sôbre o character scientifico da Historia e é tão insito á natureza das suas investigações que já um grande mestre contemporaneo Alfredo Croiset, — tão conhecido de todos vós e principalmente do eminente orador desta casa — porque é principe dos hellenistas contemporaneos, — dizia, que querer supprimir da Historia esse elemento conjectural seria supprimir a propria Historia: "Retirar da Historia toda esta parte de intuição, de inducção rapida e conjecturavel, seria não fazer da Historia uma sciencia rigorosa, o que impossivel, mas realmente supprimi-la".

Ha, porém, senhores, que distinguir, neste trabalho de intuição e inducção, de que falla o mestre francez, duas modalidades de conjecturas. Ha a conjectura arbitraria, pura obra de imaginação, sem ponto de péga nas realidades da vida, e ha a conjectura disciplinada, apoiada e orientada no conhecimento das leis que presidem á estructura e á physiologia das sociedades humanas.

Os velhos historiadores, os que historiaram antes da constituição das sciencias sociaes, quando forçados deante dos elementos archivaes, a supprir as lacunas dos seus conhecimentos com o appello á inducção conjectural, faziam-no naturalmente de um modo arbitrario, — porque não possuiam nenhum principio realmente scientifico, nenhum dado realmente objectivo, capaz de corrigir ou rectificar as illusões da sua visão critica, ou soffrear os vôos e as ousadias da sua imaginação evocadora. E a elaboração historica era então a phantasia e o arbitrio, que refugiam do prosaismo e da seccura das ephemerides para asylarem-se na alta poesia e na imaginosa exuberancia dos animadores de visões, á maneira Michelet.

Hoje, senhores, os historiadores estão magnificamente apparelhados com incomparaveis elementos de informações, não

só para rectificar as illusões da sua visão critica, não só para restringir os surtos da sua phantasia evocadora, mas mesmo para póder reconstituir, com o possivel rigor scientifico, na sua estructura e na sua vida, as velhas sociedades mortas. Em vez daquella inducção conjectural, méra obra de imaginação, reflectindo exclusivamente as condições subjectivas de cada historiador, as idiosyncrasias do seu temperamento e quasi sempre as inclinações das suas sympathias ou antagonismos; o que vemos, hoje, dominar crescentemente o campo das pesquisas historicas é essa outra especie de inducção conjectural, que chamaremos de objectiva — porque inteiramente inspirada nas condições objectivas da realidade.

E, realmente, todo o progresso da critica historica tem consistido, não na eliminação da conjectura em si mesma, porque isto, como já vimos, importaria em supprimir a propria critica historica; mas, sim, na reducção progressiva do coefficiente subjectivo da conjectura, ou mais exactamente, na substituição crescente da conjectura subjectiva por essa conjectura objectiva, que tem para ponto de partida os principios e os dados da sciencia.

Esta nova modalidade da inducção conjectural, assim orientada pela sciencia, é que suppre o historiador moderno com este contingente das realidades, que não puderam ser fixadas pelos textos escriptos ou guardados pelos testimunhos oraes; ella é que lhe permitte fazer da Historia realmente uma resurreição, isto é, uma bella obra d'arte que nem por ser uma bella obra d'arte, deixa de ser uma verdadeira obra de sciencia.

E' assim, com auxilio dessa conjectura objectiva, que a critica historica tem conseguido desvendar o mysterio de certos enigmas, que apenas com os elementos archivaes lhe seria impossivel esclarecer. Todos vós sabeis como ainda agora, o eminente Movet conseguiu explicar a genese do poder politico no velho Egypto pharaonico, — facto historico sôbre o qual silenciam inteiramente os archivos paleographicos. Não foi a Archeologia, nem a Prehistoria que lhe forneceram elementos para a solução desse obscuro problema; foi a Ethnographia comparada, foi a observação da vida actual dos pequenos grupos selvagens da America Septentrional, foi o estudo da genese e das transformações do poder politico nas classes Totemicas da Oceania e da Africa.

Entre nós mesmos, senhores, é-nos possivel esclarecer muita obscuridade da nossa Historia, supprir muita lacuna dos nossos archivos, corrigir muita conjectura temeraria dos nossos historiadores, com a observação attenta da nossa realidade presente. — Do velho feudalismo guerreiro, que

encheu com o rumor das suas algaras todo o vasto e brilhante cyclo do bandeirismo, nós ainda podemos encontrar muitas analogias explicadoras na observação da sociedade actual dos nossos altos sertões septentrionaes, onde ainda remanescem muito daquelle humor bellicoso e muito daquella tempera anarchica que eram tão distinctivos dos nossos heroicos conquistadores do Sul. Uma viagem aos longinquos sertões do Brasil Central nos porá deante dos pequenos nucleos de aventureiros que exploram o diamante no Rio das Garças. Ora, senhores, deante destas pequenas communidades de "faiscadores", vendo-as e observando-as hoje, no seu tumulto, na sua anarchia, nos desmandos da sua cobiça, o nosso espirito, recuando duzentos annos, como que reconstitue, nos seus minimos detalhes, toda a vida, e o espirito, e a historia dos nossos antigos nucleos mineradores, — e os textos dos nossos archivos, á luz desses elementos, extrahidos da observação, á luz dessas "experiencias complementares", para empregar uma expressão feliz de Davy, adquirirão uma vida nova e uma nova claridade!

Como a Sociologia e a Ethnographia, outras sciencias de observação, outras sciencias experimentaes trazem á sciencia historica uma contribuição inestimavel. E' assim a Anthroposociologia, principalmente quando estuda a morphologia ethnica das diversas camadas sociaes. Ella tem permittido aos historiadores esclarecer certos problemas do passado, que a luz exclusiva dos archivos não conseguira illuminar. Certo, a hereditariedade ethnica não basta, só por si, como pensam Laponge e os da sua eschola, para explicar esses phenomenos extremamente complexo, que é a evolução de uma sociedade; mas, é tambem fóra de duvida que é impossivel comprehender e explicar scientificamente a historia de qualquer povo sem levar em conta essa poderosa determinante da conducta humana. Pelo menos, não sei como será possivel explicar certas particularidades da nossa Historia colonial, especialmente o movimento bandeirante e o seu alto idealismo, sem fazer intervir o factor ethnologico, sem recorrer aos subsidios da analyse ethnica operada sôbre as massas brasileiras, da actualidade, sem appellar para os elementos, que forçosamente hão de trazer as pesquisas sôbre a Anthropologia das classes sociaes no Brasil de hoje.

Como vêdes, senhores, o conhecimento da realidade actual, da realidade presente, da realidade circunstante, dado pelas sciencias da natureza e pelas sciencias da sociedade — a Biologia, a Anthropologia, a Ethnographia, a Geographia, a Sociologia — é indispensavel á comprehensão do passado, á recon-

stituição das sociedades extinctas, á synthese historica, em summa. Sem esse conhecimento preliminar, sem as luzes de todas essas sciencias das realidades vivas, é impossivel a sciencia das realidades mortas, reveladas pelo testimunho dos archivos. São essas sciencias das realidades actuaes, que estudam o sólo, o clima e o homem, e nos revelam cada dia novos segredos da vida organica e superorganica, são essas sciencias que insufflam aos textos paleographicos o halito de uma vida nova e dão aos depoimentos, fixados nas paginas mortas dos archivos, uma tal vibração e uma sonoridade tal, que, lendo-os, é como se estivessem a ouvir a voz dos nossos proprios contemporaneos.

Esta tão intima interdependencia entre sciencia historica e demais sciencias impõe ao historiador moderno uma profunda identificação com o espirito do seu tempo. Estamos hoje muito longe do velho typo do historiador, alheio ás correntes de cultura e ás aspirações da sua épocha, e resumindo todo o vasto horizonte do mundo ao pequeno espaço occupado pelos pergaminhos e alfarrabios dos seus archivos. Hoje, elle tem que estar attento a todas ás revelações da curiosidade investigadora e ao fremito de todas as idéas, prompto a acolher as grandes e pequenas verdades, que lhe venham dos quatro cantos do horizonte. Os naturalistas e anthropologos nos seus laboratorios, os ethnologos e geographos nas suas viagens, os sociologos e philosophos nos seus gabinetes: do labor de todos elles se utiliza, da sciencia de todos elles se aproveita, e é á luz das suas revelações que elle prepara e realiza o prodigio das suas syntheses e o milagre das suas resurreições.

Esta, senhores, a grande sciencia da Historia. Mas a Historia não é apenas uma grande sciencia; é tambem e magnificamente, uma grande arte, — e esta condição de grande arte ainda torna mais complexo o labor da synthese historica.

Chego aqui a um ponto dos mais delicados da sciencia, que faz o objecto das vossas grandes preoccupações. Justamente por ser uma grande arte é que muitos espiritos se recusam a ver na Historia a grande sciencia, que ella é. De mim confesso, senhores, que ainda não pude perceber bem esta incompatibilidade entre a sciencia e a arte, porque para isto seria preciso que houvesse incompatibilidade entre a verdade e a belleza.

Nesse preconceito eu vejo apenas uma reminiscencia do que era a Historia antes da constituição das sciencias sociaes. Então o historiador, sem os subsidios dos dados scientificos e dos methodos positivos de investigação, fazia da Historia,

antes de tudo, uma obra artistica. Este é o aspecto que se nos parece revestir a Historia entre os historiadores classicos. Nas paginas de Xenophonte ou de Tito Livio, nas paginas de Thucidides ou de Tacito, a Historia não é sinão realmente uma grande arte — a arte da narração, a arte da creação, a arte da resurreição, para fallar como Michelet. Hoje ainda, apezar da serenidade dos seus methodos objectivos, ella guarda, nas paginas a um tempo coloridas e eloquentes de um Taine, de um Carlyle, de um Vandal ou de um Michelet, a lembrança ainda vivaz dessas bellas tradições artisticas desses periodos iniciaes. E não foi sem grande razão que um inglez paradoxal, Thomas Seccombe, chegou a dizer que nenhum historiador podia considerar-se verdadeiramente grande, si não possuisse a capacidade verbal e o talento descriptivo de dous ou tres grandes romancistas.

Esta condição de grande arte parece ser o traço mais distinctivo da sciencia historica, o traço que a singulariza no conjuncto das demais sciencias, mesmo daquellas que são mais estrictamente auxiliares, — como a Anthropologia, a Geographia, a Ethnologia, a Sociologia. Estas podem dispensar, e em regra dispensam, quando desenvolvem os seus principios, quando expõem as suas leis, quando formulam as suas conclusões, o auxilio das artes da ficção; mas, a Historia, não. Esta pela natureza justamente do seu objectivo, justamente por ser uma sciencia de evocação, versando materia a que falta o encanto das cousas vivas, não póde dispensar o auxilio das artes da ficção. São éstas artes que emprestam á obra do historiador esse interesse, essa seducção, que suscita a curiosidade de todos os espiritos pelas velhas épochas passadas. Sem o encanto e poesia, que ellas derramam, o passado interessaria apenas um circulo limitado de estudiosos, —e a Historia seria, como a Geographia, a Ethnologia e a Anthropologia, uma dominio limitado, um campo circumscripto e privativo, onde sómente penetraria um certo numero de curiosidades especializadas, isto é, os proprios historiadores. O que vemos, porém, não é nada disto; é justamente o contrario disto: o que vemos é que a Historia é um dominio commum procurado por todos os espiritos, dos mais variados feitios, das mais variadas tendencias, das mais variadas especialidades. Homens de sciencia, homens de arte, homens de letras, homens de guerra, homens de Estado, todos encontram nas obras historicas um interesse, uma seducção, um fascinio. Ora, esta curiosidade tão universal pelas obras da Historia tem a sua razão de ser neste character inevitavelmente artistico de toda a resurreição historica.

Senhores, eu vos peço perdão de estar repetindo, perante mestres tão consummados da grande sciencia, estes conceitos sabidos de todos vós. Fazendo-o, porém, o meu intuito é accentuar que, pela propria complexidade, de que se reveste hoje a synthese historica, este INSTITUTO não póde ser indifferente nenhuma das manifestações da actividade espiritual da vida brasileira, nas letras, nas artes, nas sciencias, na legislação ou na politica. Dahi neste gremio assentarem-se, desde 1838, scientistas de todas as sciencias, letrados de todas as letras, estadistas de todas as escholas. Chamando-os, o Instituto se tem mostrado perfeitamente consciente da importancia da sua alta finalidade scientifica e da universalidade da sua missão cultural. Elle é, por isso mesmo, "o centro espiritual da propria nacionalidade".

Um ambiente destes, senhores, saturado de tão alto intellectualismo e onde as sciencias sociaes e politicas occupam tão grande espaço, era realmente um ambiente extremamente favoravel á actividade de um espirito do feitio e da elevação de Aurelino Leal. Trazendo-o para o vosso seio, tivestes o sentimento muito justo do valor, que essa acquisição representaria para o exito e a fecundidade da vossa grande obra cultural.

Tendo ingressado nesta illustre companhia em 1915, não teve tempo de dar ao INSTITUTO tudo o que podiamos esperar da sua poderosa intelligencia. Os altos cargos politicos e administrativos, que exerceu, occuparam a maior parte do seu tempo e da sua actividade; mas, si as nossas letras historicas e juridicas muito perderam com isto, não o perderam o paiz, o seu Estado, esta Capital e o meu Estado, onde, nos cargos representativos ou nos cargos de administração, a superioridade da sua intelligencia, a superioridade da sua cultura, a superioridade do seu character culminaram sempre com relevo inconfundivel. Da sua passagem pela alta administração do meu Estado, em momento, aliás, dos mais delicados e graves, posso dar testimunho da sagacidade do seu tacto politico e das suas robustas capacidades de administrador, como tambem da serenidade perfeita, da nobreza e da rectidão com que se houve no desempenho da sua difficil magistratura.

Elle era, para mim, um dos typos mais fortemente representativos da mentalidade brasileira em geral, mas muito especialmente da mentalidade bahiana. Como esta, a sua intelligencia tinha esta malleabilidade e extensibilidade, esta rapidez e agilidade, que lhe permittiam uma adaptação immediata e instantanea ás situações mentaes mais variadas, e lhe davam esta faculdade peregrina de mover-se com presteza,

com facilidade, com segurança no meio das mais intricadas difficuldades de ordem práctica ou de ordem especulativa. E foi assim que elle poude ser, sempre brilhantemente, sempre efficientemente, e quasi simultaneamente, politico, administrador, parlamentar, magistrado, jornalista, jurisconsulto e historiador.

Das suas aptidões de historiador podem dizer com eloquencia, não apenas a bella synthese sôbre a *Historia do poder judiciario no Brasil*, obra de rara excellencia pelo pensamento, pela erudição e pela fórma; mas, as paginas mesmas dos vossos annaes, onde o seu grande espirito deixou as provas mais luminosas da sua capacidade e cultura, especialmente nesse pequeno ensaio sobre o movimento da maioridade e o golpe de estado de 40, ensaio que póde ser considerado verdadeiramente modelar, — porque nelle encontramos, como num resumo, todas as fortes qualidades que eram characteristicas do seu bello temperamento de historiador.

Nada mais justo, pois, que um espirito como este, tão multiplo nas suas aptidões e tão polymathico na sua cultura, tivesse acolhida grata entre vós, neste alto centro de intellectualismo e saber, que tanto honra a nossa civilização.

De mim, senhores, é que não sei como justificar a generosidade da vossa escolha, nem atino como corresponder á magnanimidade desta distincção immerecida. No parecer, com que me déstes entrada nesta Casa; nas palavras generosas com que o redigiu o grande jurisconsulto e homem de Estado, que hoje está honrando a nossa cultura na maior assembléa do mundo, depois de te-la honrado nas mais altas magistraturas da nossa terra; no applauso, que lhe déstes, subscrevendo o seu julgamento e approvando a sua indicação; em tudo isto, eminentes mestres, eu vejo apenas as expressões carinhosas da vossa magnanimidade, com que quizestes encobrir e dissimular a enorme desproporção entre o mesquinho merecimento meu e a incomparavel grandeza da distincção conferida. Desvanecido pela honra que me fizestes, exaltando-me em tanta maneira acima da minha natural mediocridade, eu aqui estarei para apprender comvosco, nas licções do vosso saber e no vosso exemplo, o amor ao passado e convosco cooperar, nos limites da minha obscuridade, na obra patriotica, que é o supremo objectivo desta sábia e gloriosa corporação.

Esta obra, que estaes ha quasi um seculo realizando, tão austera e fecundamente, é realmente, senhores, uma obra do mais alto valor patriotico. O estudo do passado, a analyse do passado, a evocação do passado não têm penas o valor de uma simples satisfacção da nossa curiosidade de conhecer,

comparavel á curiosidade das viagens — como querem alguns espiritos levianos; não têm apenas um mero valor especulativo — como querem outros espiritos, demasiadamente philosophicos; têm tambem um alto valor pragmatico.

Desculpae-me, senhores, si insisto sôbre o valor pragmatico da sciencia historica; mas é justamente elle que me parece dar a razão da admiravel vitalidade e do incomparavel prestigio desta sábia instituição. Lembro-me sempre daquellas palavras de Sealey, ao estudar as origens e a evolução do imperialismo britannico, quando o grande mestre de Cambridge recorda e accentua o character essencialmente práctico de toda synthese historica. Vale a pena ouvirmos as suas palavras magistraes:

"Tenho como uma das minhas maximas favoritas que a Historia, embora scientifica nos seus methodos, deve sempre ter em vista a prosecução de um fim práctico. Quero dizer, a Historia não deve restringir-se simplesmente á satisfacção da curiosidade dos leitores pelo passado, deve tambem procurar corrigir a concepção que elles tenham do presente, e o seu modo de considerar o futuro. Ora, si esta maxima é verdadeira, a Historia da Inglaterra não póde deixar de terminar com alguma cousa que bem se poderia chamar uma moral. Ella deve chegar a alguma grande conclusão e mostrar a tendencia geral dos interesses britannicos, de modo tal que tenhamos uma base segura para julgarmos o futuro e prevermos o destino, que nos está reservado. Comprehende-se, e é justificavel mesmo, que algumas nações, como a Suecia e a Hollanda, considerem a sua historia como encerrada. Ellas já foram grandes, mas as condições da sua grandeza passaram, e agora o logar que occupam no mundo é secundario. O interesse que ellas teem pelo seu passado é, ou de natureza sentimental, ou então puramente scientifico: dahi a unica licção práctica que a sua Historia lhes póde dar é uma licção de resignação.

Mas, a Inglaterra, não: o seu desenvolvimento continua — e ella é cada vez maior. E' muito maior no seculo 19 que no seculo 18; muito maior no seculo 18 que no seculo 17; muito maior no seculo 17 que no seculo 16. Data a prodigiosa grandeza por ella attingida, o problema do seu futuro se torna, por isso mesmo, infinitamente importante, e, ao mesmo tempo, mais angustioso; porque é claro que, justamente pela sua grande extensão territorial, o Imperio fica exposto á perigos, de que elle estava livre, quando ainda limitado á insignificancia das suas ilhas. De modo que o interesse, que a historia ingleza offerece, deve se ir tornando cada vez mais profundo, á medida que ella se approxima do seu fim, — e, si

é o passado que dá origem ao futuro, a historia do passado da nacionalidade ingleza nos deve levar a uma prophecia concernente ao seu futuro."

Estas palavras, de tão alta sabedoria, do grande historiador contemporaneo, como que parecem escriptas especialmente para o nosso caso. Tambem nós, senhores, somos maiores hoje do que eramos no III seculo; maiores no III seculo do que eramos no II; maiores no II do que eramos no I seculo, quando ainda arranhavamos como carangueijos, na phrase do nosso primeiro historiador, as ribas do nosso littoral immensuravel. Nossa Historia não é, como a do pequeno Portugal, uma historia que terminou; é, ao contrario, uma Historia em começo, uma Historia em marcha, que accentua cada vez mais o seu interesse. Nella não vamos buscar uma licção da resignação, para repetir a phrase de Sealey, mas uma licção de enthusiasmo e de fé, um maior sentimento de nós mesmos e do nosso proprio presente, uma consciencia mais illuminada e mais robusta do nosso proprio futuro.

Já dizia, neste mesmo recincto, o cidadão eminente por tantos titulos e que tamanho lustre dá á presidencia desta Casa: — "Augmenta-se a energia nacional quando se dá ao povo o orgulho da sua Historia".

E' esta, senhores, a primeira utilidade práctica do estudo do passado, da admiração ao passado. Ella dilata, ella robustece, ella intensifica, ella esclarece a consciencia do patriotismo em cada um de nós, augmenta em cada um de nós o sentimento de respeito para com os nossos maiores, para com o patrimonio das grandezas moraes e materiaes que elles nos transmittiram, e que elles formaram, accumularam e defenderam com o esforço do seu braço na lavra dos campos, com o esforço da sua intelligencia na elaboração da cultura, com o esforço da sua vontade na organização da ordem e da legalidade, com o esforço da sua espada e com a sua bravura nas batalhas dentro das fronteiras, para repellir a insolencia de invasores audazes, ou fóra dellas, pela fidelidade aos seus ideaes de liberdade e justiça, nas batalhas pela redempção de outros povos.

Dizia Michelet que a Historia é uma resurreição. Senhores, eu peço licença para accrescentar que, muitas vezes, para o historiador, sensivel ás emoções da belleza ou do heroismo, a Historia é mais que uma resurreição, a Historia é uma reincarnação. O historiador, devotado integralmente á sua tarefa, escrevendo com o coração e com o cerebro, como é dever de todos que se votam a uma obra de verdade ou de justiça, ao evocar os episodios heroicos que dramatizam o passado, tem qualquer cousa do actor, entre os scenarios do seu

palco: como este, "vive" os seus heróes, encarna-os, infunde-se na alma de todos elles e partilha assim por um momento, do fremito das suas emoções heroicas. Por isso mesmo, senhores, confesso que não sei de nenhum verdadeiro historiador que seja um mau patriota.

Este é um dos mais bellos aspectos da utilidade pragmatica do estudo do passado: é uma das mais nobres, sinão a mais nobre eschola de patriotismo e de dignidade civica.

Ha, certo, os que blasonam patriotismo e, ao mesmo tempo, socodem deante dos nossos olhos espantados o manto theatral do seu desdem pelo passado, da sua guerra ao passado e, mais do que isto, da sua nenhuma relação com o passado. Eu é que não comprehendo de que materia é feita o patriotismo deste genero de patriotas. Patriotismo implica a idéa da patria; — a patria é a terra dos nossos paes, logo o mundo em que viveram os nossos antepassados, e esse mundo não é apenas o sólo na sua materialidade, é tambem o sólo na sua espiritualidade, centro lario da grei, com as tradições que elles crearam, com a civilização que fundaram, com as dores que soffreram, com as alegrias que tiveram, com as glorias e triumphos que alcançaram. Mas, si o novo patriotismo renega o passado, renega tudo isto: logo, renega a patria — e será preciso forjar, com os materiaes da nossa lingua, um novo vocabulo para exprimir o patriotismo desses patriotas sem patria.

Senhores, essa admiração do passado não significa, nem póde significar, uma idéa de retorno ao passado, nem tambem nenhum desdem pelo presente, menos ainda nenhuma indifferença pelo futuro. Essa admiração ao passado, que é a religião desta casa, é apenas gratidão por aquelles que, vindos antes de nós, prepararam as condições de paz, civilização, riqueza e justiça, dentro das quaes nós, os de agora, estamos vivendo e prosperando e, por nossa vez, preparando uma grandeza maior para a nossa humanidade futura.

Como vêdes, senhores, o conhecimento do passado não é apenas uma preoccupação do méro interesse paleontologico, de que pretende sorrir a facil ironia dos Gedeões da Avenida; é uma maravilhosa eschola de educação civica, é um factor de efficiencia incomparavel no desenvolvimento do nosso sentimento patriotico e da nossa propria consciencia collectiva. Nesse estudo encontramos, não apenas as melhores emulações do nosso civismo, mas as inspirações mesmas dos nossos grandes problemas nacionaes. E' este justamente o ponto que para Sealey constitue a verdadeira "moral" da Historia.

Realmente, senhores, os grupos sociaes são como os individuos, não porque sejam unidades superorganicas, á maneira da velha concepção spenceriana; mas, porque, como os

individuos, elles se desenvolvem segundo certas linhas invariaveis, que constituem o que poderiamos chamar, — pedindo á technologia Weismanniana uma expressão —, as "determinantes" da sua personalidade collectiva. Como as fórmas, que constituem o typo de uma arvore, estão contidas nas virtualidades do seu germe, os elementos estructuraes de um povo, as condições intimas do seu viver, as particularidades fundamentaes da sua mentalidade, da sua sensibilidade, da sua reactividade especifica ao meio ambiente mostram um *quid immutabile*, qualquer cousa de estavel e permanente, em todas as phases da sua evolução, — desde o obscuro momento das actividades do seu plasma germinativo até o grande momento do seu climax da maturidade e expansão.

Estas "determinantes" de cada povo são inviolaveis e irreductiveis, — e todas as vezes que legisladores ou estadistas, reformadores politicos ou elaboradores de codigos as desconhecem, o exforço de todos elles resulta inutil e vão, como o exforço do individuo que quizesse, pela simples magia de alguns esconjuros, regular o rhythmo das ondas no oceano ou deter a marcha dos astros no firmamento. O conhecimento dessas "determinantes" nacionaes é, pois, essencial á acção de todos que exercem uma funcção dirigente na sociedade, principalmente os que teem o encargo da direcção politica. Ha cem annos, — já eu o disse alhures — o idéalismo utopico dos nossos legisladores e dos nossos estadistas insiste em desconhecer estas verdades fundamentaes; mas ha cem annos tambem o fracasso das suas constituições, das suas legislações e dos seus programmas reformadores tem sido a replica invariavel da nacionalidade aos que não a querem estudar nas leis essenciaes da sua formação e não a querem respeitar nas linhas estructuraes do seu character.

Entre os factores que determinam a marcha das sociedades, o papel reservado á acção da vontade consciente é modestissimo, é insignificante mesmo. Para além desse raio limitadissimo dos nossos exforços, subsiste e palpita todo um vasto mundo de forças organizadas, de tendencias, de instinctos, de impulsões mysteriosas, que formam o systema das correntes subterraneas que circulam no subconsciente das nacionalidades. — "Na rotina da vida — diz Ribot — uma massa enorme de habitos nos conduz como automatos. Si descontamos o que deve ser levado a cargo do automatismo, do habito, das paixões e sobretudo da imitação, veremos que o numero de actos verdadeiramente voluntarios é bem pequeno."

Eis, senhores, como o passado exerce sobre nós o seu ascendente subtil e poderoso. Vivemos envolvidos de todos os lados pela atmosphera impalpavel e imponderavel das suas

suggestões, e inconscientes quasi sempre da sua influencia invisivel e profunda. Eis tambem, senhores, porque o estudo do passado, o conhecimento do passado, a experiencia do passado, apurada e recolhida pela Historia, têm para nós um valor precioso e inestimavel, não apenas de natureza sentimental, não apenas de natureza especulativa, mas tambem de natureza pragmatica. Desse passado, do seu estudo, da sua critica, da sua larga e intelligente comprehensão, é que poderemos obter a revelação dessas "determinantes" da nossa personalidade nacional, dêsse *proprium quid*, a cujo imperio não podemos fugir e cujo conhecimento é essencial ao exito de qualquer movimento renovador. O estudo exclusivo do presente, o estudo isolado da actualidade não nos poderá trazer esta revelação, só possivel pela comparação das diversas etapas da marcha da nacionalidade ao longo dos caminhos da sua historia.

Senhores, o que a observação assignala em todos os povos que entrám em phase de revivescencia patriotica e que dilatam o seu sentimento nacional no orgulho da propria grandeza presente e na consciencia da propria grandeza futura, não é nunca o repudio do passado, não é nunca o abandono das suas tradições, não é nunca a quebra da cadeia da sua continuidade historica. O que a observação assignala é precisamente o contrario dessa attitude negativa: todo grande movimento de revivescencia patriotica é assignalado sempre por um retorno ao passado; toda marcha impetuosa para o futuro busca sempre as razões do seu rhythmo na admiração das grandezas ancestraes. Nunca, como agora, o sentimento nacional dos grandes e pequenos povos se mostrou mais robusto e militante; mas nunca, como agora, o culto do passado, o orgulho do passado, o sentimento do passado se mostraram tambem mais ardentes, mais vivazes, mais conscientes, mais profundos. Todos os povos como que se voltam sôbre si mesmos, procurando, na suas tradições e na sua historia, o segredo da sua força, o sentimento da sua unidade, a revelação do seu futuro.

O Japão, senhores, nos dá o mais bello exemplo dessa fidelidade á sua consciencia historica, da permanencia do seu espirito nacional no meio das mais audaciosas transformações. Ha pouco ainda, — num livro, que, pela sua harmoniosa belleza, pela graça, pela pureza, pela luminosidade da sua arte, pela serenidade e força da sua eloquencia, é uma das poucas obras primas da Literatura contemporanea — um historiador, um philosopho, um artista subtil e perfeito, Kakuzo Okakura, accentuava esta characteristica do nacionalismo nipponico — como sendo justamente um retorno consciente ás velhas tra-

dições millenarias, base de todo o sentimento nacional e fonte de toda inspiração patriotica:

"Conservar-se fiel a si mesmo — diz elle formosamente, — apesar da coloração nova que a sua vida de nação moderna o obriga a tomar, é para o Japão o imperativo cathegorico que lhe foi inculcado pelos seus antepassados. Nossa missão não consiste apenas em retornar ao nosso velho ideal nacionalista, mas tambem sentir e reanimar, da sua vida hibernante, a velha unidade asiatica. A tarefa actual da Asia consiste em proteger e restaurar as tradições asiaticas; mas, para isto, é preciso que a Asia se reconheça a si mesma e intensifique a consciencia das suas proprias tradições; — pois nas sombras do passado estão contidas as promessas do futuro. E' ao longo dos antigos caminhos da raça que a grande voz se fará ouvir."

Esta fidelidade ao passado, senhores, não é o sentimento apenas dos povos tradicionaes do Oriente: é o sentimento dominante de todos os grandes povos actuaes. E' o da Inglaterra, fiel como sempre ás suas velhas tradições. E' o da França, cada vez mais orgulhosa e consciente das suas glorias antigas. E' o da Italia, revivendo esplendidamente as grandes tradições cesaristas. E' o de todos os povos conscientes, robustos e progressivos. E' o nosso tambem, senhores: o nacionalismo brasileiro não póde ter outra feição sentimental, não póde buscar outra fonte de inspiração, não póde tomar outra directriz, senão esta, que lhe está indicando não só o exemplo dos outros povos, mas a voz mesma da sua propria razão. O seu ponto de partida ha de ser o culto do passado, não para retornar a elle — porque seria uma aspiração insensata; mas, para buscar nelle as inspirações do nosso heroismo e essa plethora de orgulho confiante, que é, nos povos como nos individuos, condição do proprio exito.

Esse novo surto nacionalista que se esboça em nosso paiz, senhores, é o vosso Instituto — direi melhor: é o nosso Instituto, já que me destes a honra de partilhar um pouco da sua gloria — o orgão mais auctorizado para inspirá-lo e conduzi-lo.

Na vida quasi secular da vossa instituição, tendes, senhores, sempre estado á altura dessa missão admiravel. Termino agora mesmo de reler, com uma emoção de encanto, essas bellas *Paginas de Historia*, tão densas de erudição e saber, com que o vosso illustre secretario perpetuo, de quem já se disse que era a providencia omnipotente e omnisciente desta casa, acaba de accrescentar ao patrimonio das suas benemerencias mais uma formosa benemerencia — e, através das

suas paginas, pude conhecer melhor a historia dessa veneravel instituição e medir melhor a magestosa grandeza da sua obra.

Senhores, pela extensão do vosso passado, tendes por assim dizer, crescido com a propria nacionalidade. Convosco conviveram os heróes que haviam feito, pela penna, pela palavra ou pelas armas, a Independencia nacional — e aqui os tivestes na familiaridade do seu convivio, ainda illuminados do divino enthusiasmo do seu triumpho. Ouvistes, ainda recentes e vivos, os échos das grandes luctas regenciaes e assististes o seu epilogo glorioso, que havia de reintegrar a nação na sua unidade e preparar o advento do reinado do Augusto, e a *Pax brasilica*. Desta, senhores, partilhastes muito intimamente das suas doçuras e muito intimamente collaborastes na sua grandeza; e do varão magnanimo, que a encarnou e realizou, o ambiente desta Casa parece resoar ainda o rumor delicado dos seus passos e clarear-se ainda das radiações do seu espirito. Nos vossos archivos, guardaes a historia do Brasil colonial; mas do Brasil autonomo, do Brasil-Imperio e do Brasil-Republica, sois a testimunha viva e presencial.

Nada vos tem sido indifferente em nossa Historia contemporanea: tendes tido uma sensibilidade de sismographo, a todos os estremecimentos da nossa consciencia collectiva. Todas as situações da alma nacional aqui têm encontrado uma resonancia discreta e grave, como convém á feição da vossa austeridade — e aqui se tem reflectido todas as grandes aspirações da nossa raça: as do passado, as do futuro, as do presente. Nos codices da vossa bibliotheca; nos manuscriptos dos vossos archivos; nas paginas da vossa *Revista*: cada um dos obreiros da nossa Historia, cada um dos edificadores da nossa nacionalidade, cada um dos seus heróes, anonymos ou gloriosos, escreveu um testimunho, fixou uma memoria, preparou uma revelação; de cada um a alma palpita nesta casa, dentro desta cidade de livros, cheia do grande silencio do mundo, mas rumorosa das grandes vozes do passado.

Esta, senhores, a razão do grande e justificado prestigio do vosso INSTITUTO em nosso paiz e fóra delle. Elle não é apenas um dos maiores centros de cultura da nossa terra, e o mais austero e veneravel; elle tem tambem suscitado, pela estimulação do seu exemplo, a apparição de novos centros de cultura por todo o paiz: — e quasi vinte Institutos estaduaes crescem e laboram á sua sombra! Em vez de diminuir e apojar-se, como é tão commum neste paiz de cousas mutaveis, e

pereciveis, essa grande instituição, á medida que avança em sua historia, cresce, frondeja, expande-se e, á maneira daquella arvore benfeitora da lenda indiana, cada dia que passa crêa uma nova fronde para abrigar uma humanidade nova.

Quizestes, senhores, chamando-me para o vosso seio, dar-me tambem um pouco do agazalho desta sombra generosa. Eu vos agradeço, certo de que, entrando para esta Casa, não preciso abdicar das minhas convicções na grandeza do nosso presente, nem denunciar as minhas crenças nas grandes virtualiadades contidas no nosso futuro. Não tem sido esta a vossa licção: vejo-vos sempre muito presos á admiração do passado: mas, vejo-vos tambem muito attentos a todos os problemas do presente, e vejo-vos muito sensiveis a todos os ideaes do futuro.

E' que tendes muito ampla, senhores, a noção desse continuo *devenir*, que é a evolução de uma nacionalidade, e muito profundo o sentimento da solidariedade das gerações, muito viva a consciencia da nossa continuidade historica. O passado e o futuro são ambos, por isso mesmo, sagrados para vós; ambos formam os polos das vossas affeições. Para saudardes o clarão dos novos tempos, não julgaes necessario apedrejar as sombras do nosso passado heroico: vós, senhores do INSTITUTO, não practicaes o abyssinismo em Historia. E, deixae-me que vos diga, todos vós pareceis repetir aquellas palavras memoraveis de Ernesto Lavisse, quando, nas paginas commovidas dos seus *Souvenirs*, celebrou uma vez a brevidade do passado:

"Descobri que o passado é curto. Fiz este calculo cedo. O pae do meu tio-avô, que nasceu em 1764, quando reinava Luiz XV, conheceu ainda moço os contemporaneos de Luiz XIV. Os mais velhos destes tinham sido govérnados pelo cardeal de Richelieu; e não seria preciso uma grande série de homens, não mais do que uns trinta octogenarios, para attingir o tempo em que Jesus Christo veio ao mundo. Esta brevidade do passado deu-me um respeito pelo futuro immenso. Encontrei-me numa disposição de espirito, que mais tarde se fixou em mim. A hora presente não vale para mim sinão uma hora. Porque se encontra no correr da minha vida, não é razão para que eu julgue de um valor maior do que as passadas e as futuras." (*Applausos prolongados.*)

O SR. RAMIZ GALVÃO responde nestes termos:

"Illustre collega, sr. dr. Oliveira Vianna:

Quando o nosso INSTITUTO preparava a organização do seu *Diccionario Historico* para solennizar o centenario da Independencia, fomos appellar para vosso talento e vos pedimos

uma contribuição para o capitulo da Ethnographia. Já conheciamos o valor de vossos trabalhos, o pendor de vosso espirito para este genero de locubrações.

O digno patriota não se fez esperar e escreveu uma memoria substancial e erudita, que deu logo a medida de seu alto merecimento. Ella tem por titulo *O typo ethnico brasileiro*.

A esse trabalho succederam outros publicados em 1922, 1923 e 1924: *Populações Meridionaes; O Idealismo na evolução politica, Evolução do povo brasileiro, Problemas de Anthropologia social*.

Tendes ainda em preparo o importante capitulo VII das *Contribuições*, que tambem vos solicitámos para o *Estudo biographico sôbre d. Pedro II*, — a grata homenagem que o INSTITUTO vai prestar em 1925 ao centenario natalicio do segundo e immortal imperador.

Tudo que haveis feito com grande applauso estava pois reclamando a vossa admissão ao nosso gremio como precioso elemento para a faina, a que nos dedicamos com amôr e enthusiasmo. Hoje temos a fortuna de vos dar o abraço fraternal, e, o que é mais, depois de ouvirmos a brilhante oração inaugural, em que acabaes de justificar amplamente a votação unanime que vos accolheu.

Pela minha parte sinto-me altamente penhorado ante as palavras benevolas com que alludistes a algumas phrases proferidas neste mesmo recincto pelo orador do INSTITUTO; mas a gratidão da nossa Companhia ainda é maior pelos conceitos com que a honrastes, encarecendo o modo por que entendemos servir á Patria, e definindo o nosso papel de "centro cultural por excellencia, o nosso maior centro cultural por certo; instituição a mais veneravel e mais austera, a mais comprehensiva e menos especializada, pois o estudo da Historia abrange hoje todas as especialidades, pede a collaboração de todas as sciencias: as sciencias da Natureza, as sciencias do homem, as sciencias da sociedade".

Pois bem, illustrado collega, é por isso mesmo, que se reclama a vossa presença neste Areopago, talento de escól capaz de auxiliar a obra de benemerencia, que faz a preoccupação desta casa quasi secular, onde, como acertadamente acabastes de dizer, não nos podemos satisfazer com a simples documentação dos archivos, porque estes não apanham todos os aspectos dos acontecimentos do passado, que devemos e queremos reconstruir.

Este pensamento desenvolvestes com raro brilho na oração-programma, que acabamos de ouvir com applauso e intima satisfacção.

Nessa mesma oração aproveitastes o ensejo para prestar justissima e eloquente homenagem a um distinctissimo Brasileiro, que foi dos nossos, — o preclaro Aurelino Leal. Estou convosco em toda a linha, e posso assegurar que todos os soldados desta sancta cruzada acceitam *toto corde* o vosso "veredictum".

Viestes, sr. dr. Oliveira Vianna, occupar a cadeira que elle honrou por alguns annos, e que até agora esteve coberta de lucto.

Não temos dúvida sôbre o brilho que restituireis a essa cadeira, digna por todos os titulos de ser occupada por um patricio rico de talento, rico de illustração, opulento de patriotismo.

A velha Companhia carece sempre deste sangue novo, fortemente oxygenado, para continuar as suas tradições. Vós o tendes nas arterias. Sêde benvido! (*Calorosos applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO diz que é sôb a deliciosa impressão dos dous primorosos trabalhos que acabam de encantar o INSTITUTO e tão á altura das gloriosas tradições deste, que levanta a sessão. (*Muitos applausos.*)

Encerra-se a sessão. — *Agenor de Roure*, 2° secretario.

SESSÃO MAGNA, COMMEMORATIVA DO 86° ANNIVERSARIO DA FUNDAÇÃO, EM 21 DE OUTUBRO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. DR. ARTHUR DA SILVA BERNARDES

(*Presidente da Republica e presidente honorario do Instituto*)

A's 21 horas, presentes os socios, srs. Arthur da Silva Bernardes, presidente da Republica e presidente honorario do INSTITUTO, conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Felix Pacheco, Miguel Calmon du Pin e Almeida, João Luiz Alves, José Maria Moreira Guimarães, Thiers Fleming, Liberato Bittencourt, Raul Tavares, Pedro Souto Maior, Laudelino Freire, Rodolfo Garcia, Mario Barreto, Nelson de Senna, Alfredo Ferreira Lage, Olympio da Fonseca e João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, o SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA declara aberta a sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo do Instituto*) diz que, antes de tudo, lhe cabe o cumprimento do agradavel dever de, em nome do INSTITUTO, apresentar ao eminente chefe da Nação as homenagens do mais vivo reconhecimento pela honrosa gentileza, não só de haver compare-

cido, como de se dignar de presidir a sessão. Queira s. ex. acreditar nos sentimentos de profundo e affectuoso acatamento com que é acolhido no seio da patriotica associação, que se desvanece de o contar entre os seus presidentes honorarios e acolher cordialissimas saudações, já no character official de digno supremo magistrado da Nação, já no particular de insigne cidadão brasileiro. (*Muitos applausos.*)

Diz mais que, ao completar nesse dia o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO o 86º anniversario da sua creação e ininterrupto regular funccionamento, se sente jubiloso e ufano, porque tem plena consciencia de que, em tão extenso e agitado periodo, jámais se desgarrara do recto caminho traçado pelos seus fundadores, cujos elevados propositos procurou constantemente realizar, tanto quanto permittiram os recursos da melhor vontade, á qual inevitaveis tropeços, longe de esmorecer, serviram sempre de estimulo para redobrado esforço.

Os dous documentos essenciaes da sessão, o relatorio do secretario e o discurso do orador perpetuo, ambos grandes benemeritos do INSTITUTO, demonstrarão que o anno social transcorrido foi fiel continuação dos precedentes quanto á operosidade, perseverança, espirito de investigação e de critica, dedicação absoluta aos interesses fundamentaes da Patria. Registaram-se deploraveis perdas de prestantes consocios, mas resta a consolação de que todos elles, conforme assignalará a magistral eloquencia do orador, bem serviram aos ideaes do INSTITUTO e lhe legaram bellos exemplos.

O INSTITUTO proseguiu sereno e firme no desempenho do seu programma, programma simples no enunciado, mas variado e complexo nas applicações. Póde reduzir-se a uma expressão unica: patriotismo. O patriotismo, porém, póde e deve exercer-se de differentes maneiras. Práctica-o quem quer que, na esphera da sua actuação, já no lar modesto e puro, já em fecundas labutações civicas, obedeça aos imperativos sagrados do senso moral e faça tudo quanto puder pela segurança, grandeza e elevação do seu Paiz.

O patriotismo do INSTITUTO não consiste apenas em nutrir, affirmar, encarecer, diffundir o amor e o respeito das cousas patrias, sentimento tão natural ao homem que a sua ausencia, ou desconhecimento, significa excepcional anomalia. E' patriotismo raciocinado, reflectido, assente em solidas razões. O INSTITUTO estuda o passado e as peculiaridades nacionaes, não tanto pela satisfacção proporcionada por esse estudo, como tambem e principalmente afim de haurir novos motivos de carinho e gratidão para com a nossa terra e a nossa gente, de correspondentes responsabilidades e de cada vez maior

segurança no radioso porvir brasileiro, sejam quaes forem as apprehensões das conjuncturas. Corrobóra-se-lhe assim a certeza de que o Brasil possue forças de recuperação, arremesso ascensional, predestinação victoriosa, incutidores de fé e esperança realmente infrangiveis.

Aggremiação essencialmente dedicada á paz; nucleo de indefectivel zêlo pelas sciencias, letras e artes; fóco de lucido civismo; eschola de tolerancia e tenacidade; sacrario de gloriosas tradições; abrigo de aspirações e iniciativas propicias a melhoria da nossa communhão social; licção permanente e viva de levantados designios; cultor dos grandes nomes e dos grandes feitos de outr'ora e de hoje: o INSTITUTO desempenha, sem duvida, com dignidade e competencia, instructora, educadora, benefica, exemplar missão.

Ao invés do que succede ao organismo corporeo, a longevidade augmenta-lhe as energias na lida. Aggravação de trabalhos, crescentes obrigações, desde que concorram para o cumprimento do seu nobre objectivo, em logar de lhe deparar receios, incentivam-lhe o ardor. Por isso, commemora perto de um seculo de labor assiduo, oneroso, abnegado, entoando o hymno da animação e da confiança. (*Muitas palmas.*)

Tem, em seguida, a palavra o SR. MAX FLEIUSS, que lê o RELATORIO do anno social de 1924:

"Casa de tradições e de culto ao passado quasi secularmente consagrada ao amor das cousas patrias, reune-se hoje o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO para solennizar em sessão magna commemorativa o 86° anniversario da sua fundação.

Perfaz a nossa vetusta companhia oitenta e seis annos laboriosos e fecundos, accumulados, desde a Regencia até á Republica, como um thesouro de inestimaveis serviços ao paiz, vultoso acervo de ensinamentos e patrioticas realizações.

Representa o INSTITUTO não só o depositario fiel da documentação nacional, o mesmo papel que traduzem os archivos seculares e a sciencia da Heuristica em face da Historia viva. E' não já o mais auctorizado orgam de informação da ancianidade brasileira, o consultor por excellencia em tudo quanto se refere ao estudo da Geographia, Ethnographia e Historia patrias, como foi sempre, desde as suas primeiras origens, o arco-de-alliança que vincula, pela noção da continuidade do sólo, pela identidade ethnica e consciencia historica, todas as unidades da Federação Brasileira. Congraça e fraterniza no mesmo abraço todos os povos cultos, maximé os do Novo-Continente, através do intercambio intellectual e dos Congressos internacionaes, como esse de Historia da America, reunido a 8 de septembro de 1922, por iniciativa desta casa, do qual sur-

girá a *Historia Geral da America*, escripta em conjuncto por todos os seus paizes, segundo a idéa unanimemente vencedora, do insigne brasileiro que de ha longo tempo preside os destinos desta casa, o sr. conde de Affonso Celso.

"O futuro da America é um mysterio, já o disse Avellaneda numa entrevista celebre com d. Pedro II — accrescentando: — teremos de decifrá-lo pela concordia e pela paz."

Ha quasi um seculo votada á occupação pacifica da sciencia, segundo a sua divisa, realiza esta Casa esse elevado e principal dos seus fins associativos.

Desde 1838 encetou o INSTITUTO a nobre, a patriotica missão, segundo o dispositivo dos primeiros estatutos, de — colligir, methodizar, archivar, e publicar os documentos referentes ao estudo da Geographia, Ethnographia e Historia patrias; e entrou a corresponder-se logo com as associações congeneres do Velho e Novo Mundo, e a ramificar-se pelas então provincias do Brasil, para mais facilmente realizar a sua grande empresa de estudar a nossa terra, os nossos costumes, as nossas cousas e os nossos homens; de codificar o nosso passado e consolidar e fortalecer as nossas tradições e a nossa raça pela confraternização com os demais povos do globo, principalmente os da mesma familia ethnica. Largo e profundo programma que os nossos maiores tanto se exforçaram em cumprir á risca, e cujo exemplo edificante todos nós até hoje vimos seguindo.

Tal o viandante que parte cedo, ao caïr das primeiras horas da vigilia, porque traz longo roteiro a emprehender, — assim o nosso INSTITUTO se ergueu tambem ao lusco-fusco da Regencia, quasi nas vesperas da *Maioridade*; e tal como "a testimunha ocular dos tempos", de que falla Cicero, desde os fins de 1838 até os nossos dias presenciou, em tres regimes politicos differentes, os grandes fastos nacionaes; foi mesmo protagonista nelles por seus membros desde os 27 gloriosos fundadores e documentou esses fastos nas paginas impereciveis da sua *Revista*. Foi contemporaneo das luctas partidarias dos *chimangos*, *jurujubas* ou *farropilhas* e *caramurús*, que precederam a declaração da *Maioridade*, dos movimentos hostis da *Balaiada*, *da Sabinada* e dos *Farrapos*; viu subir ao throno em 1840 o seu grande *Mecenas*, no vulto immortal de d. Pedro II; assistiu a todo o seu largo e fecundo reinado de paz e prosperidade; viu raiar e estabelecer-se a Republica Federativa dos nossos dias. E então, como hoje, alheio completamente ao revolver das paixões humanas e ao transmudar dos scenarios politicos, para só se absorver no estudo, foi elle como o fanal de um recife-immoto e impavido, cuja restea de luz, vinda do passado, irradiou sempre a illuminar os horizontes do presente e do futuro da Patria.

Mercê de Deus, nunca lhe faltou, até agora, no passado como no actual regime, a égide moral e o apoio material dos nossos compatricios. Quer governantes, quer governados, todos indistinctamente sempre lhe dispensaram as mais inequivocas e confortadoras provas de apreço. Além disso, cumpre-nos salientar aqui o crescente e visivel interesse dispensado pela nossa alta administração publica aos destinos do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, consideração essa toda especial, que só póde achar confronto no carinhoso desvelo e na dedicação sem par que lhe consagrou sempre, sem alternativa, o devotado e egregio presidente desta Casa, o sr. conde de Affonso Celso.

Após haver-me congratulado comvosco pela passagem da data anniversaria do INSTITUTO, permitti-me que, em obediencia á letra dos Estatutos, venha traçar-vos a presente resenha dos nossos trabalhos annuaes.

SESSÕES

Realizaram-se este anno, ao todo, nove sessões, sendo uma de assembléa geral, uma extraordinaria, cinco ordinarias e duas especiaes.

Na sessão de assembléa geral, convocada a 15 de dezembro de 1923, o sr. conde de Affonso Celso, presidente perpetuo do INSTITUTO, teve ensejo de apresentar á discussão uma proposta, no sentido de ser enviado ao sr. presidente da Republica, dr. Arthur Bernardes, um telegramma de parabens e applausos do INSTITUTO HISTORICO, por motivo das acertadas medidas tomadas pelo Governo para o effeito da pacificação do Estado do Rio Grande do Sul.

Na mesma sessão propoz egualmente o sr. commandante Carlos Carneiro fossem expedidos telegrammas congratulatorios sôbre o mesmo assumpto aos srs. dr. João Luiz Alves, nosso illustre consocio, ministro de Estado dos Negocios do Interior e Justiça, e marechal Setembrino de Carvalho, ministro de Estado dos Negocios da Guerra.

Em immediata resposta de agradecimento pediu o primeiro dos mencionados ministros que se fizessem extensivos esses applausos aos srs. ministro Augusto Tavares de Lyra e deputado federal Nabuco de Gouvêa, que os mais relevantes serviços haviam prestado á causa da pacificação daquelle Estado do Sul, o que foi approvado.

Em seguida, o sr. commandante Raul Tavares teve approvada uma proposta sua, em virtude da qual serão preferidas nas vagas occorrentes no quadro social as propostas relativas aos collaboradores do *Diccionario Historico, Geogra-*

phico e Ethnographico do Brasil, cuja publicação continúa a ser promovida por este INSTITUTO, tendo já apparecido os dous primeiros volumes da *Introducção Geral*, a 7 de setembro de 1922, em commemoração ao 1º centenario da nossa Independencia.

Como justo titulo de valor civico, conferido pelo INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO ao primeiro magistrado da Nação foi, na mesma assembléa, unanimemente eleito presidente honorario desta Casa o sr. dr. Arthur da Silva Bernardes, muito digno presidente da Republica.

Finalmente, procedeu-se ao preenchimento dos cargos electivos da Directoria, e bem assim os dos membros das commissões permanentes, para o biennio de 1924-1926.

A 25 de março deste anno occorreu a sessão commemorativa do primeiro centenario da Carta Constitucional do Imperio, realizando o nosso notavel consocio e 2º secretario, sr. Agenor de Roure, uma conferencia sôbre o assumpto, que versou com a peculiar maestria, tendo sido francamente applaudido.

Propoz na mesma sessão o sr. Eugenio Vilhena de Moraes, tendo sido approvado, um voto de congratulações e louvor a s. ex. revma. o sr. arcebispo coadjuctor da nossa Archidiocese, d. Sebastião Leme, pela attitude tomada por essa alta autoridade ecclesiastica em defesa do patrimonio historico e artistico do paiz em nossos templos.

Por essa mesma occasião tivemos o ensejo de enviar á mesa a proposta de um voto de louvor ao sr. Washington Luis, como benemerito presidente que foi do Estado de São Paulo; e ao sr. Affonso de Escragnolle Taunay, competentissimo director do opulento *Museu do Ipiranga*, pelos notaveis e reaes embellezamentos introduzidos no referido Museu, que póde ser denominado como a verdadeira *Casa da Historia*.

A primeira sessão ordinaria do corrente anno houve logar a 23 de abril, quando foi approvado, por unanimidade, o parecer da Commissão de Fundos e Orçamento sôbre as despesas do anno anterior.

Foram lidos então os pareceres da Commissão de Admissão de Socios, favoraveis á acceitação dos srs. Francisco José de Oliveira Vianna, como effectivo; Ricardo Levene e Enrique Ruiz Guiñazu, conhecidos professores universitarios platinos, como honorarios.

Além disto foram apresentadas as seguintes propostas: indicando para socio correspondente o sr. Silvio Rangel de Castro; elevando á categoria de benemerito o socio correspondente sr. Affonso de Escragnolle Taunay; indicando para socios honorarios os grandes scientistas noruguezes e

excursionistas polares srs. Fridtjof Nansen e Roald Amundsen; e applaudindo a bella iniciativa da transmissão diaria das *Ephemerides Brasileiras* do barão do Rio-Branco, pela Radio Sociedade do Rio de Janeiro.

Foi egualmente approvada a proposta para que o nosso INSTITUTO aproveitasse a ida á Europa do illustre sr. Edgar Roquette Pinto, ex-segundo secretario, afim de representá-lo no XXI Congresso de Americanistas, a reunir-se na Hollanda e na Suecia.

A segunda parte dessa sessão foi por nós occupada com a leitura de alguns trechos do nosso trabalho constitutivo do capitulo I da *Historia biographica de d. Pedro II*, que deve ser collaborada pelos socios deste INSTITUTO e publicada por iniciativa do mesmo, como grata homenagem em commemoração á passagem do primeiro centenario natalicio do seu grande protector, o segundo monarcha brasileiro, subordinando-se o capitulo á epigraphe — *Nascimento — Primeiros annos — Tutores e Mestres*.

Aproveito o ensejo para reagradecer a todos vós do INSTITUTO e em particular ao nosso prezadissimo presidente as expressões de generosidade e de conforto com que recebestes meu singelo e despretensioso trabalho, ao ser dado então á leitura neste recincto.

Antes de encerrar-se a sessão o consocio sr. Rodolfo Garcia fez interessantissima communicação sobre o facto de ter o Museu Britannico, de Londres, adquirido o famoso *Mappa do Contarini*, que traz a data de 1506, sendo, portanto, o primeiro mappa impresso do Novo Mundo, a contrastar com o de Waldsmüller, que só o foi em 1507.

A segunda sessão ordinaria do extincto anno social, realizada a 26 de maio, constou da admiravel conferencia do nosso festejado consocio e 3° vice-presidente, sr. Rodrigo Octavio, sobre o *Centenario do reconhecimento da Independencia do Brasil pelos Estados Unidos da America do Norte*, na qual o conferencista houve ensejo de exaltar os serviços prestados nesse momento historico por um socio fundador do INSTITUTO, José Silvestre Rebello, então encarregado de negocios do Brasil nos Estados Unidos.

Feita a leitura do parecer da Commissão de Admissão de Socios, opinando pela elevação do sr. Affonso de Escragnolle Taunay á categoria de socio benemerito, ficou o mesmo aguardando a abertura da primeira vaga.

Em seguida foi apresentada a communicação nossa de que o digno consocio, sr. Alfredo Ferreira Lage, vai offerecer, em nome do INSTITUTO, duas placas de bronze para assignalar as cellas que, em nosso secular Convento de Sancto Antonio, foram occupadas pelos grandes oradores sacros freis Francisco

de Mont'Alverne e Francisco de Sancta Teresa de Jesus Sampaio, o conhecido redactor do manifesto popular do *Fico*.

No final da sessão, o sr. Rodolfo Garcia fez erudita communicação no intuito de melhor fixar e elucidar a chronologia do primeiro bispo do Brasil, d. Pedro Fernandes Sardinha.

Na terceira sessão ordinaria, que se reuniu a 18 de junho, o sr. presidente cumpriu o doloroso dever de communicar a esta Casa o fallecimento de um dos vultos de maior relevo e que a todos nós deixou a mais sincera e cruciante saudade. Refiro-me ao prestantissimo confrade Aurelino de Araujo Leal, de cujo reconhecido talento e valor civico dentro em pouco vos dirá a palavra lapidar e auctorizada do orador do INSTITUTO.

Declarou então o sr. conde de Affonso Celso que, tendo occorrido duas vagas na classe dos associados effectivos, deveria ser preenchida uma dellas, nos termos do art. 93 dos Estatutos. Em consequencia disto, foi submettido á votação o parecer, já anteriormente publicado, da Commissão de Admissão de Socios, referente ao sr. Francisco José de Oliveira Vianna, laureado scientista brasileiro. Corrido o escrutinio secreto, foi o mesmo unanimemente eleito socio effectivo.

A seguir, o sr. commandante Carlos Carneiro, com applausos geraes, propoz fosse consignado em acta um voto de congratulações ao sr. Ramiz Galvão, pela passagem do seu anniversario natalicio, transcorrido a 16 desse mez.

Foi ainda submettida á Mesa uma communicação nossa, relativa aos trabalhos do sr. Silvio Rangel de Castro.

A segunda parte desta sessão foi reservada á leitura de parte do capitulo II da já referida *Historia biographica de d. Pedro II*, confiado ao eminente consocio e 2° vice-presidente, sr. Augusto Tavares de Lyra, que se occupou com grande profundeza e elevação de vistas do periodo decorrente desde a *Abdicação* até a *Maioridade*.

Em data de 2 de julho convocou-se o INSTITUTO em sessão especial, presidida pelo sr. dr. Arthur Bernardes, dignissimo chefe do Estado, para commemorar o *Centenario da Confederação do Equador*, tendo nessa occasião occupado a tribuna como conferencista o nosso illustre consocio e 1° vice-presidente, sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, que produziu substanciosa e notavel peça de erudição critico-historica.

Honrou-se sobremodo o INSTITUTO, como no actual momento, com a presença de s. ex. o sr. Presidente da Republica, no recincto augusto desta Casa de tradição, toda consagrada ao amor do passado e da Patria, e que assim se retem-

pera e conforta pela approximação e convivio dos representantes da auctoridade suprema do Brasil, a exemplo do que practicaram sempre os seus dignos antecessores no actual e no passado regime politico, a partir de d. Pedro II, que foi, sem dúvida, o mais desvelado patrono e assiduo frequentador do INSTITUTO, quer ás suas reuniões solennes, quer ás simples sessões ordinarias, tendo comparecido, ao todo, a 508 sessões.

A quarta sessão ordinaria realizou-se a 25 de agosto, tendo o sr. conde de Affonso Celso, como presidente do INSTITUTO, dirigido congratulações, em nome do mesmo, pelo restabelecimento da ordem pública interna. Constou esta sessão de uma excellente conferencia do socio sr. Vilhena de Moraes, sôbre a personalidade historica do duque de Caxias, cujo 121° anniversario natalicio occorreu naquella data.

Em sessão especial, convocada a 9 de septembro, por motivo da data do centenario do dr. Abilio Cesar Borges, barão de Macahubas, tivemos occasião de nos occupar da figura intellectual e moral desse grande educador brasileiro, de quem nos ufanamos de ter sido discipulo.

Finalmente, na quinta e última sessão ordinaria, que se realizou a 11 do corrente, tomou posse o novo socio o sr. Francisco José de Oliveira Vianna, e procedeu-se á eleição dos srs. Fridtjof Nansen e Roald Amundsen, como honorarios, tendo sido apresentadas propostas indicando os srs. dr. Victor Maurtua e Alberto Diez de Medina, para esta última categoria e o sr. dr. Victor Viana, para socio effectivo.

A Revista

A nossa tradicional publicação, que, como sabeis, apparece ininterruptamente desde 1839, formando até agora um verdadeiro manancial de erudição em 89 tomos e 143 volumes, não se acha rigorosamente em dia, devido apenas á affluencia de trabalhos graphicos nas officinas da Imprensa Nacional, onde é editada, nos termos do accôrdo lavrado em virtude da lei n. 4.492, de 18 de janeiro de 1922, que approvou a proposta da illustre Commissão de Finanças da Camara, apresentada em sessão de 11 de novembro de 1921, e subscripta pelos srs. Estacio Coimbra, Oscar Soares, Octavio Rocha, Bento de Miranda, Sampaio Vidal, J. Guimarães, Rodrigues Alves Filho, Carlos Penafiel, Pacheco Mendes, Correia de Brito, Octavio Mangabeira e Antonio Carlos. A esses nomes, credores da nossa gratidão, cumpre accrescentar o do nosso estimado e illustre consocio sr. José Bonifacio, que

sempre dispensou ao INSTITUTO o valor de seu prestigio intellectual e moral.

Neste anno saïram a lume o tomo 89°, volume 143, correspondente ao 1° semestre de 1921, e o tomo especial denominado — *O Anno da Independencia,* que encerra as conferencias realizadas no INSTITUTO, durante o glorioso anno de centenario do Ipiranga, assim como o catologo dos livros, manuscriptos, retratos, bustos, mascaras, etc., pertencentes ao INSTITUTO, que figuraram na exposição effectuada a 8 de septembro de 1922, catalogo esse devido á verdadeira competencia do nosso companheiro sr. Rodolfo Garcia.

Tenho por várias vezes me referido a este consocio. E' um nome que não hesito em apontar como dos mais dignos e apparelhados para o desempenho integral das mais difficeis tarefas.

Acha-se bastante adeantada a impressão do tomo 90°, volume 144, correspondente ao 2° semestre de 1921, e devidamente organizados os originaes dos tomos 91°, 92°, 93° e 94° da nossa *Revista.*

Antes, porêm, de serem dados á estampa esses tomos, deverá a Imprensa Nacional publicar os dous volumes dos tomos especiaes, relativos ao *Congresso Internacional de Historia da America*, o *Indice da Revista*, o tomo especial contendo todo o historico sôbre a trasladação dos restos mortaes de d. Pedro II e d. Tereza Christina, e o 1° volume da *Nobiliarchia Paulistana de Pedro Taques*, reorganizada e accrescida pelo nosso illustre collega sr. Affonso de Escragnolle Taunay.

Dos tomos da seriação da *Revista*, acham-se presentemente exgottados os de ns. 7, 9, 10, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 44 e 74.

Além dos cento e quarenta e tres volumes publicados, o INSTITUTO deu mais os seguintes tomos especiaes: *Homenagem a d. Pedro II*, 2 volumes; *Centenario da Imprensa no Brasil*, 2 volumes; *Primeiro Congresso de Historia Nacional*, 5 volumes; *O Anno da Independencia*, 1 volume. O total, pois, dos volumes apparecidos da *Revista* monta a 153.

E' justo motivo de ufania para todos nós registar mais uma vez o applauso que sempre tem merecido a nossa *Revista*, cada vez mais procurada com empenho pelas bibliothecas do extrangeiro. Representa ella, já o disse algures, um exemplo de perseverança e continuidade, raro em nosso meio e constitue, no conceito do saudoso bibliothecario desta Casa, dr. Vieira Fazenda, um verdadeiro thermometro por onde se póde aferir o grau de vitalidade sempre crescente do INSTITUTO HISTORICO.

Bibliotheca, Archivo, Mappotheca

Estas secções do INSTITUTO desenvolveram-se com regularidade, continuando a ser preparados os respectivos catalogos.

Não deixarei de salientar as más condições de installação, em que se acha a mappotheca, por falta absoluta de espaço.

Museu Historico

O nosso Museu Historico, creado pelos Estatutos de 1851, teve desenvolvimento moroso nos primeiros tempos, mas, nos últimos, adquiriu grande incremento. O INSTITUTO foi sempre partidario da creação de um grande museu historico nacional, idéa que felizmente teve a sua realização no art. 3º da lei n. 4.492, de 18 de janeiro de 1922, pela qual foram concedidos ao INSTITUTO diversos auxilios de character permanente.

Assim, a creação do Museu Historico está vinculada á historia do INSTITUTO, que não regateia os melhores applausos á realização de tão util emprehendimento. Accresce uma circunstancia para nós especialmente grata: o regulamento do Museu Historico Nacional é obra do nosso 1º vice-presidente sr. Manuel Cicero, que disso foi incumbido pelo benemerito presidente Epitacio Pessôa.

Offertas

Recebeu o INSTITUTO, no anno social que hoje termina, várias e valiosas offertas, devendo salientar-se as das exmas. sras. baroneza de Loreto, viuva ministro Enéas Galvão e sua digna ermã, viuva dr. Gustavo Galvão, de d. Evelina Nabuco, viuva de Joaquim Nabuco, assim como dos srs. drs. Alfredo Ferreira Lage, João do Rego Barros e general Alexandre Leal.

Visitantes

Teve o INSTITUTO a honra de receber vários visitantes que percorreram todas as suas secções, examinando com interesse a bibliotheca, o archivo, o museu e a mappotheca. Sobreleva ás demais as dos srs. drs. Arthur Bernardes, presidente da Republica, João Luis Alves, ministro da Justiça, marechal Manuel Lopes Carneiro da Fontoura, chefe de Policia, general Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu, chefe do Estado Maior da Presidencia, que, com as respectivas

comitivas, visitaram o INSTITUTO, no dia 14 de dezembro de 1923, tendo tido o sr. presidente da Republica palavras de generoso elogio para tudo que lhe foi dado examinar.

Visitaram tambem o INSTITUTO um grupo de gentis alumnas do Curso Jacobina, acompanhadas da sua distincta vice-directora, senhorinha Laura Lacombe, e os srs. drs. Victor M. Maurtua, dignissimo ministro do Perú, e Luis Varnhagen de Porto-Seguro, este filho do nosso grande historiador Francisco Adolfo Varnhagen, e que teve ensejo de verificar quanto nos é cara a memoria do seu inolvidavel genitor.

Solennidades

A maior solennidade que occorreu no anno social que hoje finda foi a sessão commemorativa da Proclamação da Confederação do Equador, para a qual muito concorreu com o prestigio do seu elevado cargo o senhor doutor Arthur Bernardes, chefe do Estado, que a presidiu.

Cumpre citar, além desta, as commemorações do centenario da Constituição do Imperio, da data natalicia do duque de Caxias e do centenario do nascimento do barão de Macahubas. Releva ainda registar a interessante conferencia de d. Pedro Eggerath, archi-abbade de S. Bento, sôbre o *Valle do Rio-Branco*.

Trabalhos em elaboração

Além dos volumes da *Revista* e de outros trabalhos a que já nos referimos, o INSTITUTO prosegue no preparo dos volumes da "Introducção Geral" do *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Essa obra monumental, que tem merecido calorosos applausos, e que constitue, com os seus dous promeiros volumes publicados em septembro de 1922, talvez a mais perduravel e efficiente das commemorações do nosso centenario, como paiz autonomo, impõe-se ao carinho de todos.

Si bem que a sua publicação conste do accôrdo celebrado com o Ministerio do Interior, prevaleço-me deste momento para appellar para o culto espirito do exmo. sr. presidente da Republica e do seu digno governo, no sentido de ser dado o mais rapido andamento á impressão desta verdadeira encyclopedia nacional, que teve do celebrado professor Percy Alvin Martin, da Universidade de Stanford (California), a seguinte opinião: — "Uma obra dessa natureza deve ser concluida, custe embora isto os maiores sacrificios".

Cadastro social

No presente momento é o seguinte o nosso cadastro social:

Presidentes honorarios	4	
Socios grandes benemeritos. . .	4	
Socios benemeritos.	24	
Socios honorarios.	22	(ha um excesso de 2)
Socios effectivos	54	(ha um excesso de 4)
Socios correspondentes.	59	(ha um excesso de 9)

Socios fallecidos

Perdeu o INSTITUTO, depois da última sessão magna, os seguintes socios: dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, correspondente; padre J. B. Hafkemeyer, S. J., correspondente; d. Jeronymo Thomé da Silva, honorario; dr. Nilo Peçanha, presidente honorario; principe Rolando Bonaparte, honorario; drs. Aurelino de Araujo Leal e Alfredo Gomes, effectivos, e dr. Homero Baptista, benemerito.

Novos socios

Foram eleitos: socio effectivo, o sr. Francisco José de Oliveira Vianna; socios honorarios, os srs. Fridtjof Nansen e Roald Amundsen.

Movimento das secções

Foi o seguinte o movimento das diversas secções do INSTITUTO, no periodo decorrido de 1º de outubro de 1923 a 30 de septembro do corrente anno:

BIBLIOTHECA — Obras offerecidas, 561; adquiridas, 65; encadernações e reencadernações, 259. Revistas nacionaes e extrangeiras recebidas, 668. Catalogos de bibliothecas nacionaes e extrangeiras recebidos, 70.

ARCHIVO — Documentos consultados, 1.717; offerecidos, 205.

MAPPOTHECA — Mappas consultados, 228; offerecidos, 92; adquirido, 1.

MUSEU HISTORICO — Visitantes, 672; objectos offerecidos, 265.

SALA PUBLICA DE LEITURA — Consultas, 1.795.

SECRETARIA — Officios, cartas e telegrammas recebidos, 1.192; officios, cartas e telegrammas expedidos, 1.462.

Edificio social

Como sabeis, o INSTITUTO, devido a uma proposta apresentada pelo dedicado consocio senador João Lyra, possue um terreno na esplanada do antigo Morro do Senado, o qual lhe foi concedido pelo Congresso Nacional.

Os conhecidos architectos Angelo Bruhns e José Cortez offereceram um projecto, em estylo colonial brasileiro, para o edificio do INSTITUTO. Esse projecto, que mereceu logo o apoio do nosso presidente, colheu grandes applausos, que se tornaram publicos, e uma vez levado a effeito virá realizar a imprescindivel necessidade que tem o INSTITUTO de um predio com accommodações adequadas e que attenda ao seu sempre crescente desenvolvimento.

Seria, porém, de toda vantagem que fosse concedida a troca do terreno por outro na vasta planicie conquistada pela demolição do Morro do Castello, pois sendo um ponto mais central permittiria maior frequencia ao INSTITUTO.

Releva ponderar que o INSTITUTO, fundado nesta cidade em 1838, sendo uma associação que honra a capital da Republica e ao paiz, nunca recebeu dos poderes municipaes o menor auxilio, que se poderia agora traduzir na concessão a que alludo.

Com justeza se tem mais uma vez comprovado o evidente valor desta Casa.

Não é sómente a logica das palavras arregimentadas pela arte de bem dizer que no-lo garante; mas a contraprova experimental dos factos a ensinar-nos que só as grandes associações de omnimoda cultura como a nossa — affirmava ha pouco neste recinto o fulgido e moderno espirito do sr. Oliveira Vianna, nosso mais recente confrade — serão capazes de realizar actualmente perfeitas syntheses historicas, e, para exemplo, tomou o *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, descommunal exforço de erudição e selecção de competencias.

E' que sem os livros e os archivos seculares desta Casa de tradições e de culto ao passado, de que se illumina a consciencia nacional e robustece o patriotismo das novas gerações, sem o repositorio formidavel da nossa *Revista*, impossivel fôra ao certo escrever sôbre qualquer ponto da Historia Patria.

Mas o INSTITUTO, bem no observa o illustre sr. Oliveira Vianna, apesar da sua constante memoria e admiração ao passado, traz sempre os olhos fitos nos magnos problemas do presente e se mostra sempre sensivel aos ideaes do futuro. No-

taveis os seus serviços em pról do paiz, pelo estudo constante da sua Historia, Geographia e Ethnographia.

O nosso Continente é o berço glorioso da liberdade humana, é a Chanaan dos direitos do homem.

Desde a solução do ultimo conflicto mundial, a terra livre e rica da America, não trabalhada, nem dividida ainda por odios politicos, foi chamada ao desempenho do seu magno papel de attracção das grandes forças vivas da Humanidade. E nunca é demais exaltar a importancia dos estabelecimentos scientificos, como o nosso votado ha oitenta e seis annos ao estudo do passado e ao revigoramento do vinculo da consciencia nacional, assim como ao surto das magnas iniciativas de cordialidade, de pacifismo e de cooperação efficaz entre as nações do mundo culto." (*Applausos.*)

Sóbe depois á tribuna o SR. RAMÍZ GALVÃO que profere o seguinte discurso:

"Exmo. sr. presidente da Republica, sr. presidente do INSTITUTO, illustres consocios, minhas senhoras e senhores:

Escaparia o nosso INSTITUTO á lei fatal da humanidade, si não tivesse a dolorosa contingencia de ver successivamente desapparecer de suas fileiras os dignos batalhadores, de que se honra o seu quadro.

Não ha fugir a essa lei inexoravel. Aqui, como em toda a parte, como no seio da propria natureza, caem hoje as folhas desta arvore symbolica para que se vista amanhã de nova e verdadeira coma.

E' a batalha da vida. No torvelinho da lucta succumbem ora os soldados mais jovens e afoutos, ora os veteranos cobertos de honrosas cicatrizes; mas a cohorte não se dá por vencida, porque as fileiras se recompõem á voz do luzido commando, e os novos, inflammados pelo exemplo e pelo valor de seus antecessores, seguem caminho da victoria, cheios de fé robusta e de esperança que não desfallece.

E' a batalha da vida, para a qual nos serve de estimulo a memoria dos grandes que se foram rumo da morte.

Eis uma das razões da palavra do orador do INSTITUTO, nesta ceremonia; a outra é prestar devido culto a esses bravos e brilhantes companheiros, que deram lustre á nossa Companhia, servindo á Patria, á Sciencia ou á Humanidade.

Percorramos junctos, senhores e illustres collegas, esta pagina do nosso livro social.

— O primeiro distincto consocio que perdemos ainda no anno passado, depois de findos os nossos trabalhos, foi o dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, um trabalhador indefesso, investigador assiduo e meticuloso da nossa Historia, e particularmente da Historia do seu torrão natal.

Nascido na Capital de Pernambuco, a 16 de dezembro de 1851, era filho de Manuel Augusto de Meneses Costa e de d. Maria Augusta Pereira da Costa. Feitos os seus estudos primarios, ambicionava proseguir para se graduar numa Faculdade; mas a pobreza e difficuldades da vida material coagiram-no a procurar o commercio. Onde se empregaria, porém ? A paixão literaria conduziu-o a uma loja de livros, onde se fez caixeiro, tendo a boa sorte de alli conviver com homens de letras que frequentavam o estabelecimento: Abreu e Lima, Victoriano Palhares, Antonio Joaquim de Mello e Franklin Tavora, e outros.

E' facil imaginar o influxo que exerceu este convivio de homens notaveis sôbre o espirito do moço pernambucano, ávido de saber e ansioso por entrar na liça. Mas o patrão — simples mercador de livros, — inflexivel, preferia que elle procurasse quando muito leituras de escripturação mercantil. Historia e literaturas, pensava com certeza, não adeantam negocios, nem opulentam mealheiros. E assistia-lhe razão.

O que é certo é que a faina material e ingloria de caixeiro não se coadunava com o espirito de Pereira da Costa; por isso mudou de vida, procurando o funccionalismo publico, indo trabalhar successivamente nas Obras Publicas da provincia, na Secretaria do Governo, e por último na Secretaria da Camara dos Deputados de Pernambuco, onde veio a attingir o cargo de director, em que se aposentou afinal.

Mas nesse interim o sonho da formatura não o abandonara. Tivera lazeres para o estudo de Humanidades; preparou-se nellas e em 1887 matriculou-se na Faculdade Juridica, a qual cinco annos depois, a 10 de dezembro de 1891, lhe conferiu o gráo de bacharel. Pereira da Costa tinha então 40 annos; era um tanto tarde, convenhamos, mas para a realização de um sonho o despontar dos primeiros cabellos brancos não era embaraço invencivel.

Dez annos depois, em 1901, foi eleito pela primeira vez deputado á Camara de Pernambuco, e desde então o mandato lhe foi sempre renovado, não porque interviesse activamente na Politica, nem por notaveis dotes de tribuna, que de facto nelle careciam, mas em attenção aos seus predicados pessoaes, á sua extensa cultura, ao amplo conhecimento que tinha da Historia e das tradições honrosissimas de sua terra.

Bem haja o eleitorado pernambucano, que preferiu sempre um patriota daquelle estofo aos muitos especuladores politicos, que por vezes avançam impavidos e sem merito real ás portas das assembléas legislativas, em busca de um subsidio alentador ou de um degráo para posições de maior proveito.

O grande merecimento de Pereira da Costa, o merecimento que o trouxe ao nosso gremio e lhe deu a eleição aqui realizada a 9 de dezembro de 1886, foi o copioso contingente á Historia nacional e particularmente á Historia de Pernambuco, a cujo proposito publicou artigos, memoria e livros de valor, desde 1877 até pouco antes de fallecer. A longa relação completa desses trabalhos não cabe nesta hora. Baste-me lembrar-vos os publicados na nossa *Revista*: um bom estudo sôbre a personalidade historica de Mauricio de Nassau, e outro sôbre o "Folk-lore pernambucano", que se encontram nos volumes 70° e 71°. A preciosa monographia sôbre a *Guerra dos Mascates*, com que nos mimoseou, — essa infelizmente se perdeu no incendio da nossa Imprensa Nacional.

A vida desse homem illustre, cortada por um doloroso accidente, foi um poema de trabalho. Viveu e morreu pobre, como a tantos brasileiros eminentes tem acontecido. Chegou aos 70 annos de edade sem ter o sufficiente para a acquisição de um tecto em que abrigasse a familia, circunstancia que deu azo áquelle gracioso dicto, que lhe attribuem, a proposito da rua Pereira da Costa, no Recife: "Tenho uma rua e não tenho uma casa".

Nosso distincto confrade desappareceu dos vivos a 21 de novembro de 1923, havendo por occasião da sua morte as demonstrações mais significativas do alto apreço, em que seus patricios o tiveram: o presidente do Estado, a Camara e Senado de Pernambuco, a Imprensa, o egregio Instituto Archeologico, do qual elle fôra firme columna durante meio século, — todos a uma lhe prestaram preito de grande homenagem. O nosso INSTITUTO offerece-lhe nesta hora uma braçada de flôres; digo bem, uma braçada de flôres, porque quem falla não é o modesto orador; fallam as vozes auctorizadas da illustre Companhia, a qual sempre o venerou e sabe fazer justiça.

— Ao preclaro historiador patricio seguiu-se o reverendo padre J. B. Hafkemeyer, luzeiro da Companhia de Jesus, e amigo sincero do Brasil, cuja nacionalidade adoptou.

Nascido a 12 de janeiro de 1871 em Osnabruch (provincia de Hanover), estudou nas Universidades de Munster e de Wurzburgo. Aos 20 annos de edade, sentindo a vocação do sacerdocio, entrou para o benemerito Instituto de Loyola e proseguiu os estudos com ardor.

Em 1897 veio para o Brasil e teve occasião de ver logo apreciado o seu talento com a nomeação de professor do Gymnasio de N. S. da Conceição, em S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Cinco annos depois, voltando á Europa, completou os estudos theologicos e alli recebeu a ordem de presbytero em

1904. Mas não conteve o ardente desejo de voltar ao querido Brasil, e aqui seus superiores o restituiram ao ensino no mesmo Gymnasio de S. Leopoldo, onde a palavra do mestre de Historia universal e do Brasil se fazia necessaria para a instrucção da mocidade rio-grandense. Em 1913 foi transferido na mesma funcção para o Gymnasio de S. Luiz Gonzaga, em Pelotas, e em 1917 para o Gymnasio Anchieta, na Capital do Estado.

Mas um grande mestre de Historia não se satisfaz com a repetição de livros alheios. A investigação seduzia-o, a consulta de documentos novos se fazia mistér para esclarecer pontos obscuros da nossa Historia nacional, para desfazer erros e assentar a verdade em fundamentos solidos.

As bibliothecas e os archivos são fontes indispensaveis para se colher a lympha preciosa.

O padre Hafkemeyer em busca desta lympha percorreu vários pontos do Estado, foi a Montevidéo, a Buenos Aires, e veio ao Rio de Janeiro, onde pesquizou ardorosamente quanto lhe foi possivel nas nossas mais ricas collecções.

Fructos deste labor, que eu chamarei sagrado, foram as memorias que publicou sob os titulos: *Victimas da calumnia, o tractado de 1750 e os Jesuitas, A suppressão da Companhia de Jesus* e *A restauração da Companhia de Jesus*.

Destes titulos se infere claramente que o illustre filho de Loyola tomou a peito restabelecer a verdade historica, tantas vezes sacrificada, sôbre o papel do benemerito INSTITUTO, no caso das Missões.

Mas seus trabalhos não se limitaram a isso. Em 1917 o distincto padre Hafkemeyer, sob o pseudonymo de Alfredo de Toledo Costa, publicou dous bellos livros — *A vida do general Osorio* e a *Biographia do duque de Caxias*, — em que pretendeu prestar justissima homenagem ás nossas duas maiores glorias militares.

Já em 1916 dera á estampa um interessante resumo da Geographia do Brasil e do Rio Grande do Sul, para uso das escholas allemãs, intitulado — *Heimatkunde von Brasilien*. E pouco antes de morrer, em 1923, publicou um substancioso estudo sôbre a primitiva egreja do Rio Grande do Sul, e traduziu para a nossa lingua o livro de Christovam Theophilo de Murr — *Historia dos Jesuitas no ministerio do Marquez de Pombal*, — que annos antes saïra dos prélos no original allemão.

Não pára ahi a sua valiosa producção. Em revistas publicou — *A revolução de 1835* e *O precursor da Independencia americana*. Para as escholas deu a lume a Historia do Brasil por Frankenberg, ampliada e rectificada, tanto como a sua

Historia universal illustrada, resumo bem acabado das brilhantes licções que professára no Gymnasio.

Em summa, senhores, este estrenuo batalhador foi um herói do trabalho, foi um sabio que se fez Brasileiro pelo coração e a quem nós, Brasileiros, devemos uma grande divida.

O nosso INSTITUTO honrou-se elegendo-o socio correspondente em 6 de agosto de 1921. Pouco demorou, é verdade, o prazer de o termos nas nossas fileiras, porque a 13 de fevereiro deste anno aprouve ao Senhor chama-lo ao seu seio; mas a memoria do grande Jesuita permanecerá, aureolada e viva, no coração agradecido dos Rio-grandenses do Sul e nos annaes desta illustre Companhia, que sabe render culto aos bons servidores do Brasil.

— Não eram passados muitos dias, e aqui chegava a triste nova de que a Egreja brasileira se cobria de luto pelo desapparecimento, não já de um simples sacerdote illustre, mas de um dos seus venerandos principes. Ao sabio jesuita succedera o sancto varão d. Jeronymo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, que desde 25 de junho de 1897 abrilhantava o quadro dos socios honorarios do nosso INSTITUTO.

Nascido em Sobral, no Estado do Ceará, a 12 de junho de 1849, fez d. Jeronymo seus estudos theologicos na Universidade Gregoriana de Roma, ordenou-se a 31 de dezembro de 1872, e logo depois voltou á patria para o exercicio de seu ministerio sagrado.

Após alguns annos votados egualmente ao magisterio, passou em 1878 a fixar residencia em Pernambuco, se incorporou ao cléro de Oliveira, onde serviu alguns annos com brilho á causa de Deus e da Patria; de Deus, constituindo-se modelo no sacerdocio, trabalhando pela diffusão da Fé; da Patria, instruindo os jovens Brasileiros, dictando-lhes sabias licções de Philosophia no Seminario. Em 1881 transferiu-se para Recife, em cujo Gymnasio professou italiano e rhetorica, sem preterição das funcções ecclesiasticas, que eram a sua maior preoccupação. Foi alli capellão do Asylo de Mendicidade e director do Apostolado da Oração e da Liga do Sagrado Coração de Jesus do Recolhimento de Nossa Senhora da Gloria. Vagando em 1888 a diocese de Olinda, pela remoção de d. José Pereira de Barros para o Rio de Janeiro, coube-lhe o encargo de a reger até 1890.

Neste anno veio ao Rio de Janeiro tomar parte nas reuniões celebradas pelos bispos brasileiros nesta Capital. Foi por essa occasião que a Sancta Sé houve por bem chama-lo á alta funcção do Episcopado, designando-lhe a diocese do Pará, donde fôra removido o grande d. Antonio de Macedo Costa, luminar da Egreja Brasileira.

Partindo d. Jeronymo para Roma, foi sagrado bispo a 26 de outubro desse anno e veiu em fevereiro de 1891 tomar posse do cargo, fazendo sua entrada solenne em Belém com grande applauso dos fieis.

Estava-lhe, porém, reservada posição de maior relevo. O sólio em que fulgurara outr'ora o notabilissimo d. Romualdo de Seixas, grande bispo e eximio Brasileiro, achava-se dous annos depois coberto de crépe. E d. Jeronymo, da diocese de Pará, foi transferido para a archidiocese da Bahia, onde fez a sua entrada solemne a 26 de fevereiro de 1894.

Alli se passaram os seus últimos 30 annos, annos de trabalho e de piedade, que lhe grangearam a veneração dos Brasileiros, ainda ha dous annos traduzida nas grandes festas com que na Bahia se celebrou o jubileu sacerdotal do illustre arcebispo primaz.

O nosso venerando consocio não deixou á posteridade vasta producção literaria. Além de um *Compendio de Rhetorica* e do *Manual Philosophico*, publicados ambos para guia dos seus alumnos gymnasiaes, não deu d. Jeronymo á estampa sinão um *Discurso funebre* e *Pastoraes*. Dentre estas, a última, bem recente, merece particular menção, porque estereotypa a summa bondade daquelle espirito alimentado pela sancta doutrina de Jesus. Foi um brado eloquente de apostolo em favor das crianças famintas da Russia — essa infeliz Russia torturada por um desvairamento politico que a retalha e aniquila.

Foi o seu canto de cysne. Bendigamos a palavra do apostolo.

— O dr. Nilo Peçanha nasceu a 2 de outubro de 1867, na freguezia de N. S. da Penha do Morro do Côco, municipio de Campos (Estado do Rio de Janeiro), tendo por progenitores o coronel Sebastião de Sousa Peçanha e d. Joaquina de Sá Freire Peçanha.

Graduou-se em Direito e cedo entrou para a vida pública, salientando-se pelo ardor com que militou nas duas campanhas — abolicionista e republicana. Estes precedentes valeram-lhe a eleição para a Assembléa Constituinte de 1891.

Eleito depois deputado pelo seu torrão natal, não tardou muito que seus patricios o elevassem a uma curul do Senado e depois ao cargo de presidente do Estado do Rio de Janeiro, em 1903, na vaga deixada por Quintino Bocayuva — o egregio jornalista. Nesta espinhosa funcção teve por alvo immediato o melhoramento da situação financeira do Estado, situação que por causas várias periclitara e embaraçava o progresso daquelle precioso torrão brasileiro. A tarefa foi rude, careceu de medidas quiçá violentas, mas é innegavel que em taes emergencias o estadista patriota não mede sacrificios para

restaurar o credito público e restabelecer as forças vivas da Nação. Poucos annos antes, o saudoso e benemerito Campos Salles dera exemplo raro e proficuo deste modo de entender a administração, e ainda agora, no momento difficil que atravessamos, está o nosso Governo enveredando patrioticamente pelo regime da economia severa e das reducções orçamentarias para solver prementes difficuldades, a que é forçoso dar remedio.

O dr. Nilo Peçanha, após a execução deste programma, foi companheiro de chapa do dr. Affonso Penna, para o quatriennio de 1906 a 1910. Eleito vice-presidente da Republica, longe estava de pensar que dentro em pouco lhe coubesse assumir o mando supremo; mas o infausto passamento do egregio Mineiro, em 1909, deu-lhe as redeas do governo, e alli, entre outros serviços prestados, se podem contar a creação do Ministerio da Agricultura e da Commissão do Saneamento da Baixada Fluminense e a da pequena açudagem para attenuar o flagello das sêccas no Nordeste.

Em 1912, após seu regresso da Europa, foi reeleito para o Senado, do qual ainda uma vez teve que se arredar para volver á presidencia do Estado do Rio, que uma decisão do Supremo Tribunal Federal lhe garantiu.

Nas agitações politicas que se amiudaram, infelizmente, no Estado do Rio de Janeiro, o dr. Nilo Peçanha teve sempre papel preponderante. Não cabe aqui a narrativa desses acontecimentos, nem lhes investigar as causas, nem definir o papel que assumiram os seus promotores. E' assumpto delicado e melindroso, em que se encontram diametralmente oppostas apreciações dos admiradores incondicionaes do ardoroso militante, que foi o dr. Nilo Peçanha, e as dos adversarios que o combateram sem tregua.

Em 1917, sob a presidencia do sr. dr. Wencesláo Braz, foi elle chamado a gerir a pasta das Relações Exteriores, e nesse posto de confiança, na epocha memoravel da grande guerra européa, actuou com louvavel energia para que o Brasil, gravemente offendido, cessasse a neutralidade em que se mantivera, e apoiasse as potencias alliadas, que enfrentavam os imperios centraes da Europa.

Por occasião de findar o quatriennio Wencesláo, como já fizera ao se concluir o quatriennio Hermes, e como repetiu em 1922, ao expirar o Governo Epitacio Pessôa, é de todos conhecida a attitude que assumiu o dr. Nilo Peçanha.

Na última campanha eleitoral tomou a resolução de ir pessoalmente aos Estados do Norte advogar a causa da chamada Reacção Republicana; na Victoria, na Bahia, em Pernambuco, no Pará e no Amazonas fez-se ouvir a sua palavra inflammada, e não lhe faltaram louvores por parte dos seus

adeptos; mas a Nação soberana resolveu por outra fórma em seu alto criterio.

No meio desta vida agitada por tamanhas ambições politicas, a producção literaria do dr. Nilo Peçanha foi escassa; deixou elle um pequeno livro — *Impressões da Europa* (*Suissa, Italia e Hespanha*) e outro de *Conferencias*. A bem pouco e rarissimos homens públicos é dada a genial faculdade do nosso preclaro Ruy Barbosa, que foi gloria immorredoura das letras brasileiras, sem deixar de ser um politico de combate, e dos mais insignes.

Nos últimos annos da sua vida, o dr. Nilo Peçanha tornou á cadeira do Senado, que vagara pela desistencia do barão de Miracema, o qual, não pleiteando a renovação do mandado, apresentou a candidatura do seu patricio ao suffragio popular. Nessa posição veiu colhe-lo uma grande enfermidade, a que não poude resistir. O mal era de morte. O illustre enfermo recebeu os últimos sacramentos da Egreja, e como catholico expirou a 31 de março deste anno.

O nosso INSTITUTO contava o dr. Nilo Peçanha como um dos seus presidentes honorarios desde 1909.

— Ainda não decorrêra um mez, quando a 15 de abril recebemos noticia de que na vespera fallecera, em Paris, outro membro honorario desta Companhia, o principe Rolando Bonaparte, que fazia parte do nosso gremio desde 22 de maio de 1891, por proposta de Joaquim Norberto, Cesar Marques e Sacramento Blake, naquelle tempo operosos socios do INSTITUTO.

Sobrinho-neto do grande Napoleão, o principe Rolando nasceu em Auteuil, perto de Paris, no anno de 1858. Com a preoccupação das classes aristocraticas da Europa, encetou a carreiras das armas; mas, felizmente, disso o arredou a lei franceza de 1886, que prohibiu aos membros das antigas familias reinantes o fazerem parte do exercito. E posso dizer — felizmente, — porque seu espirito e sua actividade se applicaram a outro ramo de estudos e trabalhos, para o qual sem dúvida tinha real aptidão. Todos têmos innata uma vocação, que é inutil contrariar. Si quizessem fazer de Caxias um legista, teria sido menos que mediocre; entrando desde cedo para a gloriosa carreira das armas, elle foi o que sabemos: o benemerito cabo de guerra que se immortalizou, prestando á Patria serviços immorredouros.

O principe Rolando Bonaparte não nascera para as glorias de Austerlitz, Wagram e Leipzig, em que seu tio-avô se cobrira de louros. Votou-se ao estudo das sciencias naturaes: para isso viajou muitissimo; fez-se anthropologo e ethnographo, e conseguiu justo renome nesta especialidade.

Publicou valiosos trabalhos sôbre as viagens dos Hollandezes a Nova-Guiné de 1595 a 1885, sôbre o estabelecimento dos mesmos Hollandezes na ilha Mauricia na Asia, e em Surinam na America Meridional, estudou os Lapps e Kalmuks, as galerias alpinas, o povoamento e a colonização do Mexico, a epocha mongolica dos séculos XIII e XIV.

Sôbre estes assumptos escreveu livros e memorias, que o mundo scientifico recebeu com applauso, e que lhe abriram as portas de sabios institutos.

Com similhantes titulos aqui fez a sua entrada em 1891; dous annos antes já o acolhêra como socio correspondente a American Geographical Society, e desde 1885 a Società Geografica Italiana.

Nos últimos annos presidiu a Sociedade de Geographia de Paris, posto de honra que só se conferia e só se confere a meritos provados. Quando essa illustre Sociedade, em julho de 1891, celebrou o seu centenario, o principe Rolando Bonaparte presidiu a brilhante festa com a galhardia de verdadeiro sabio, que allia ao profundo cabedal scientifico a affabilidade democratica e o encanto de maneiras que seduzem e conquistam admiração.

Em uma palavra, Rolando Bonaparte, foi principe na sciencia, o que a nossos olhos vale mais do que ser principe de sangue pela eventualidade de origem e da sorte. Corôas e arminhos para nada servem, si lhes faltam a virtude e o talento; estes, sim, merecem a veneração do mundo.

— Devo agora pagar o tributo saudosissimo deste Instituto a um insigne Brasileiro, que por muitos e valiosos titulos fez jús á mais alta estima e á veneração dos seus patricios; devo dizer-vos, senhores, em breves palavras o que foi Aurelino de Araujo Leal.

O distincto Bahiano, filho desse torrão privilegiado que tantos nomes illustres tem dado ao nosso Brasil, nasceu na villa do Rio de Contas a 6 de agosto de 1877. Foram seus paes Maximiano de Araujo Leal e d. Joanna de Freitas Leal, modestos funccionarios da Repartição dos Telegraphos. Fez em Cannavieiras seus estudos primarios e os preparatorios na Capital do Estado, no Collegio Florencio, de excellentes tradições. Matriculando-se na Faculdade de Direito da Bahia, alli completou o curso com brilho.

Mal se havia graduado, appareceu logo como auctor de duas valiosas composições: a primeira sôbre *Prisão preventiva* e a segunda intitulada *Germens do crime*. Despontava, já se vê, a predilecção do criminalista, que em tão verdes annos chegou a merecer elogios do celebre Lombroso.

A Politica não tardou a seduzi-lo. Estava Aurelino Leal em Amargosa, na qualidade de promotor público, quando se

deu o rompimento politico entre os drs. Alexandre Bittencourt e José Marcellino de Sousa com o dr. Luiz Vianna, então governador do Estado.

Aurelino funda o jornal *A Lide* e nelle escreve artigos magistraes, criticando a gestão financeira do governador; isso valeu-lhe sem demora a demissão. Era prevista e infallivel represalia. Mas que importava isso a um homem de grande talento?

O dr. Aurelino Leal passa a residir em Nazareth, assume a redacção d'*O Regenerador*, tradicional folha bahiana, e alli prosegue na sua campanha de opposição.

Realizado então o pleito eleitoral, seus patricios suffragaram-lhe o nome para deputado federal pelo 2° districto; foi, porém, baldado o exforço. O partidarismo intransigente rasgou-lhe o primeiro diploma em 1901. Com a mudança da situação politica na Bahia, sendo governador do Estado o dr. Severino Vieira, foi Aurelino eleito deputado estadual e nessa Camara fez, como era de esperar, brilhante figura.

Dessa épocha datam dous importantes trabalhos de sua lavra: *A Reforma Municipal* e *A Reforma do Regime Penitenciario da Bahia*. Reapparecia o eximio criminalista.

Para a execução do seu plano teve que deixar a Camara e foi nomeado director da Penitenciaria da Bahia, onde deu inicio a grandes e notaveis melhoramentos.

São desse periodo dous outros livros seus: *O Sentenciado 304* (leitura para as prisões) e *A Religião entre os condemnados da Bahia*; este último foi acolhido com grandes gabos por auctoridades da ordem de Tarde, Ferri e do mesmo Lombroso, que já antes o applaudira.

Eleito governador o dr. José Marcellino de Sousa, era curial que fosse aproveitada a competencia provada do illustre Aurelino; foi logo nomeado chefe de Policia e pouco depois secretario geral do Estado.

Quando chefe de Policia deu-se um conflicto de attribuições entre o alto funccionario público e o Superior Tribunal do Estado. A Assembléa da Bahia avocou a si o processo, e o caso deu ensejo á producção de mais tres notaveis trabalhos do nosso saudoso consocio: *Irresponsabilidade funccional dos secretarios de Estado*, *"Impeachment" dos funccionarios civis perante a Constituição da Bahia* e *No Plenario da opinião*. Esta controversia foi encerrada por um luminoso parecer do egregio Ruy Barbosa, parecer que deu ganho de causa a Aurelino.

O 1º districto eleitoral da Bahia não foi surdo a taes benemerencias, e logo após suffragou brilhantemente seu nome para uma cadeira na Camara Federal. Viria desta vez illuminar o Congresso com a sua palavra? Dir-se-ia que isto

não tinha contestação possivel: mas assim não succedeu, porque as tremendas e infelizes paixões partidarias vão ás vezes além do possivel e do justo. O diploma de Aurelino foi segunda vez rasgado pela Camara com a annullação do pleito.

Volveu elle ao torrão natal e alli assumiu a direcção do *Diario da Bahia*, onde intrepido luctador por espaço de annos manejou as armas de grande e talentoso jornalista.

São tambem desse periodo uma importante memoria sua, *A reforma do ensino do Direito no Brasil*, e um notavel discurso proferido no Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia.

No meio dessa lucta offereceu-se nova opportunidade para o eleitorado bahiano demonstrar o seu civismo; ainda uma vez o mandou á Camara Federal.

Pois bem, senhores, pela terceira vez a depuração, imposta por mandões da politica estadual, fez claudicar o direito; o voto dos intemeratos bahianos foi annullado.

Em 1912 o dr. Aurelino Leal fixou residencia no Rio de Janeiro, onde abriu banca de advogado, continuando aliás a escrever excellentes trabalhos que honram seu nome. *A individualidade historica de Jesus, Synthese da acção social, Camara Syndical dos Corretores, Technica Constitucional Brasileira.*

Em 1914, quando o nosso INSTITUTO realizou o 1º Congresso de Historia Nacional, fomos pedir-lhe o desenvolvimento de uma das theses de Historia Constitucional e Administrativa; Aurelino trouxe-nos sem demora o seu precioso contingente: *O Acto addicional, Reacção conservadora, Bernardo de Vasconcellos, A Lei da interpretação, O Golpe de Estado da Maioridade, O Ministerio das nove horas.*

Essa excellente memoria está publicada na parte III do tomo especial dedicado ao Congresso, e, com todos os mais trabalhos seus, serviu de titulo á sua admissão no INSTITUTO HISTORICO, approvada em sessão de 28 de junho de 1915. Era *par droit de conquête.*

Em 1914 assumira a presidencia da Republica o sr. dr. Wencesláo Braz. Um dos seus primeiros actos foi chamar á Chefatura de Policia do Districto Federal o nosso eminente consocio. Está ainda na memoria de todos nós o que foi essa exemplarissima administração, que se prolongou até a presidencia Delfim Moreira, garantindo por espaço de annos a ordem e a moralidade públicas na nossa vasta Capital, trabalhado sempre, mais ou menos, pelo germe do anarchismo e pelo microbio das paixões politicas.

Deixando por fim o espinhoso cargo, assumiu as funcções de representante do Ministerio Público juncto ao Tribunal de Contas, nas quaes, como sempre, teve papel conspicuo.

Em 1915 a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro julgou indispensavel chama-lo ao seu gremio; Aurelino foi nomeado professor substituto na mesma occasião em que para alli entraram vultos da ordem de Tavares de Lyra, Homero Baptista, Pinto da Rocha e Mello Mattos; em 1921 foi promovido á cathedratico de Direito Internacional Público, para a cadeira que Sá Vianna tanto illustrara.

Nesse mesmo anno de 1921, o INSTITUTO appellou para o seu patriotismo, pedindo-lhe a composição de um capitulo para o grande *Diccionario Historico*, com cuja publicação pretendiamos solennizar o anniversario secular da nossa Independencia; e esse bello trabalho alli figura com o titulo: *Historia Judiciaria do Brasil.* O eminente consocio não se forrava a labores, quando se tratava de serviço patriotico.

Por essa mesma épocha surgiu a agitada questão da successão presidencial da Republica e da candidatura do nosso preclaro presidente honorario o sr. dr. Arthur Bernardes. O dr. Aurelino Leal não hesitou siquer: partiu para a Bahia, alli congregou elementos eleitoraes, chamou á fileira velhos amigos de valor, entre os quaes é força nomear o prestigioso vulto do dr. José de Castro Cincorá, que havia annos se afastára das luctas politicas.

A este proposito se conta que o dr. Cincorá a um amigo sertanejo, muito admirado de o ver novamente na actividade eleitoral, respondera: "Milagre de Santo Aurelino".

O facto é que essa campanha foi magistralmente dirigida e a victoria coroou a obra do batalhador.

E não parou ahi a notavel carreira de seus grandes serviços.

O Govêrno, certo do grande valor deste patriota, para intervir no Estado do Rio de Janeiro, como lhe cumpria, appellou, em 1923, para seu alto civismo e o nomeou interventor federal. O que elle fez e conseguiu para bem da terra fluminense está ainda na memoria de todos nós; não careço relembra-lo. Foi um triumpho.

Ao cabo de tantos labores chegou, por fim, a vez do reconhecimento pleno e incontestado: a sua amada Bahia elegeu-o pela quarta vez deputado federal, e agora se lhe abriram com justiça as portas da Camara. Era um victorioso que alli entrava com applausos de todos os homens de bem. A bancada bahiana fê-lo seu *leader* e a Commissão de Finanças fê-lo relator do orçamento da Fazenda.

Satisfizera-se, finalmente, a justiça. Pois bem. Foi ahi que a Providencia divina em seus altos decretos resolveu dizer-lhe: és homem, pára. E a luminosa carreira do insigne brasileira se encerrou no dia 8 de junho deste anno, porque a morte inexoravel o arrebatou.

Estava para completar 47 annos. Bem poucos patricios dessa edade poderão gabar-se de tamanha série de serviços á Patria.

Orador, constitucionalista, professor, alto funccionario público, cidadão exemplar em uma palavra, pelo cumprimento do dever, pela lealdade politica, pelo saber, pelo amor indefesso ao trabalho, pelas virtudes particulares, Aurelino Leal foi um dos vultos mais notaveis da sua geração e tambem um dos luminares desta Companhia, onde aliás não faltam talentos de escól, nem brasileiros dos mais dignos.

Seu nome será sempre aqui lembrado com respeito e com amor.

— Hà bem poucos dias desappareceu inopinadamente do número dos vivos o dr. Alfredo Gomes. Brasileiro de alta valia no mundo das nossas lettras e no circulo do magisterio nacional.

Era da familia dos verdadeiros mestres, desses que em constantes vigilias opulentam thesouros para os applicar á educação da mocidade patricia, o preparo das gerações novas que vão ser amanhã as propugnadoras do progresso e da prosperidade da patria.

Quando tantos outros cidadãos desperdiçam haveres e talento em exterioridades ridiculas ou em prazeres futeis,— elles, os modestos operarios do bem, os legitimos factores da grandeza nacional, na sombra dos seus gabinetes de trabalho ou nos amphitheatros de suas aulas, affeiçoam as pedras e pulem os metaes, com que se ergue e se ornamenta o grande edificio do futuro. São elles os benemeritos lapidarios das gemmas preciosas, são os habeis cultores que amanham a terra, para que ella se desabotôe em flôres, donde provenham fructos abençoados.

Perdoae-me, illustres collegas, si preconizo os meritos da classe a que pertenci e á qual dediquei os melhores dias da vida, para não dizer a existencia inteira; mas é que me domina a firme convicção de que não ha na sociedade funcção que a essa se iguale, porque della dependem o brilho e a pujança de todas as outras. São os mestres os legitimos constructores do porvir.

Alfredo Augusto Gomes, filho de José Antonio Gomes e de d. Luiza Leonor Gomes, nasceu nesta capital, a 12 de setembro de 1859.

Depois de brilhante curso, recebeu em 1875, isto é, com pouco mais de 16 annos de edade, o grau de bacharel em lettras no Collegio de Pedro II, esse reputado instituto de ensino secundario, onde tantos patricios distinctos prepararam seu espirito para ascender ás mais altas funcções públicas.

Trabalhando desde logo para alliviar de maiores encargos a familia, que era pobre, conseguiu matricular-se, e concluiu seus estudos superiores na nossa Faculdade de Medicina em 1883. Essa formatura, porém, só lhe serviu para ornar o espirito avido de saber. Seu pendor natural, sua vocação irresistivel foi o magisterio e o cultivo das letras. Com este intuito, logo em 1884, entrou no primeiro concurso que se lhe offereceu, o de substituto das cadeiras de portuguez e historia leteraria do Collegio de Pedro II, no qual teve por antagonista um velho professor mineiro amparado por alto patrocinio. Coube-lhe nesse pleito o segundo logar, mas a reputação do joven Alfredo Gomes ficou, desde logo, firmada entre os conhecedores da especialidade.

Logo no anno seguinte, em 1885, vagou no mesmo Collegio, a cadeira de portuguez do 2° ao 5° anno, e para esse novo pleito, em que os contendores foram muitos, o joven estudioso, convicto de sua habilitação, não hesitou um instante: entrou na liça, e nessa occasião, si ainda não logrou triumpho decisivo, teve ao menos a gloria de dous votos entre os cinco, que compunham a commissão examinadora; esta, por maioria, classificou em primeiro logar aquelle mesmo professor mineiro, que já uma vez o preterira.

Estes dous incidentes poderiam talvez levar o desanimo a outros espiritos de menor fortaleza; ao de Alfredo Gomes incutiram coragem para novos emprehendimentos. Almas rijas vivificam por vezes corpos de fragil constituição; temos tido mais de uma prova cabal deste asserto.

Em 1887, no concurso que se effectuou na Escola Militar para a cadeira de francez e literatura franceza, teve ainda o segundo logar e não foi provido nella, mas entre os juizes desse novo pleito figurava o benemerito Benjamin Constant, que lhe deu seu voto e que lhe ficou conhecendo o alto valor.

Isso valeu para Alfredo Gomes a mais solenne das reparações. O notavel ministro do Govêrno Provisorio planeou em 1890 a reforma da Eschola Normal do Rio de Janeiro, e, si bem désse ao eximio dr. Francisco Cabrita a escolha do professorado incumbido de elevar o ensino daquelle estabelecimento, reservou para si a indicação do professor de portuguez e literatura. Preferiu para esse encargo Alfredo Gomes, mestre provado e consagrado, e este subiu á cadeira que illustrou e por espaço de 34 annos, tendo a fortuna de preparar a grande maioria dos distinctos professores desta Capital, que se gabam de haver sido seus discipulos.

Tive eu por duas vezes, senhores, a honra de dirigir a Instrucção Pública Municipal; alli convivi por espaço de alguns annos com essa pleiade de modestos e grandes servi-

dores da Patria, para os quaes não ha gratidão que baste. Posso, portanto, dar testimunho pessoal não só da sua habilitação como da estima e do respeito que votavam com justiça os professosres municipaes ao eminente mestre, que lhes abrira as portas do futuro, e lhes dera as armas com que vencem na rude batalha contra a ignorancia do povo. E, todavia, não param ahi os meritos do luctador.

Deu-se em 1899 outro incidente, que poz á prova a capacidade de Alfredo Gomes, e vale a pena menciona-lo, porque isso redunda em sua honra.

A reforma feita pelo ministro dr. Epitacio Pessôa preceituava que nos concursos a arguição dos examinadores sôbre a prelecção e a prova escripta dos candidatos fosse feita em acto continuo á leitura desta. Para examinadores do concurso de francez, que então se realizou no Collegio de Pedro II, foram chamados dous professores extranhos ao estabelecimento, e um delles foi o dr. Alfredo Gomes.

A arguição devia durar duas horas, e como o primeiro examinador ao cabo de dez minutos se désse por satisfeito, havia risco de se annullar o concurso por inobservancia do preceito legal. Pois bem, Alfredo Gomes propoz-se a completar as duas horas; fê-lo com acquiescencia do ministro, que assistia ao acto, e fê-lo com vivacidade, brlhantsmo e rara competencia. Triumphou nesse concurso o habil e talentoso sr. Gastão Ruch, que tem sido no Collegio de Pedro II um mestre consummado, e que por outros dotes preciosos honra hoje o quadro social deste Instituto Historico; mas egual triumpho coube, sem dúvida, ao nosso prezado e illustre Alfredo Gomes, cujo saber de philologo e linguista se demonstrou a toda luz.

A preferencia dada por elle então, como juiz, ao sr. Gastão Ruch valeu-lhe posterormente desgostos; mas, como a justiça foi feita e o alto premio foi dado a quem de facto o merecia, a consciencia recta do julgador se deu sempre por satisfeita.

No decurso da sua vida afanosa teve justas compensações: quando prefeito o dr. Furquim Werneck, foi por elle nomeado director da Eschola Normal, cargo em que aliás por justos escrupulos não se quiz demorar; e na prefeitura Van Erven foi-lhe confiada a Directoria Geral de Instrucção Municipal, que tambem exerceu por breve prazo.

A sua cadeira, os seus estudos linguisticos e litterarios, o brilho do ensino, que elle professava com carinho, isso era o seu encanto, era a sua preoccupação dominante.

Em 1888 havia fundado nas Laranjeiras um collegio, que teve seu nome e perdurou até 1917, cercado de merecida reputação, porque Alfredo Gomes o dirigia com solicitude, sem preterição dos deveres de funccionario público. Por essa

casa de educação passaram gerações que chegaram depois no paiz a distinctas posições; nesse collegio pudera o mestre ter accumulado haveres, mas elle era um apostolo, não visava interesse, e, quando o coração bem formado lhe dictava a caridade, fazia-a sempre, fê-la muitas vezes, como aconselha o Evangelho, sem alarde, sem ostentação.

Eis o que foi na trajectoria da vida esse brasileiro illustre. Fructos do seu labor incessante foram vários livros didacticos, entre os quaes a *Grammatica da Lingua Portugueza*, já em 19ª edição, tal o apreço em que é tida pela mocidade estudiosa. Para o 1° volume do nosso grande *Diccionario Historico*, publicado em 1922, escreveu o opulento capitulo intitulado *Historia Litteraria*, que daria um livro e é obra de mestre. Podem ser objecto de reparo ou de contestação algumas apreciações do auctor; mas qual o critico de obras d'arte, que escapa a essas divergencias de opinião, sempre dependentes do criterio e das tendencias espirituaes do julgador?

Esse trabalho notavel de Alfredo Gomes, preparo, sem dúvida, para composição de maior tomo, fez-lhe muita honra e corre parelhas em merito com vários outros capitulos brilhantes do *Diccionario*. Foi o titulo com que o alistamos nas nossas fileiras, esperando do seu bello talento uma cooperação preciosa.

Baldada esperança. Um desastre fatal anniquillou o batalhardor na tarde de 27 de setembro ao sair da mesma Eschola Normal, theatro de seus triumphos.

Deixa um filho, o sr. Oswaldo Gomes, tambem distincto professor; uma esposa inconsolavel, a quem, em segundas nupcias, alliara seu destino; e uma innocente filhinha, Lia, encanto de sua velhice, estrella que lhe raiou no crepusculo da vida. A magua de seus numerosos discipulos, de seus illustres collegas e admiradores, essa é facil de conjectural. Em nome do Instituto presto-lhe aqui a homenagem da mais profunda saudade do velho amigo.

— Estava-nos reservada, senhores, para a última hora, o pezar de outra grande perda. Para se encher até á derradeira linha a nossa página de lucto, faltava o nome de outro insigne brasileiro. A Providencia assim o determinara, e assim se cumpriu.

Homero Baptista nasceu em S. Borja, Estado do Rio Grande do Sul, a 30 de janeiro de 1860. Filho de familia pobre, luctou desde os verdes annos para entrar na vida, e por isso mesmo a sua victoria foi mais brilhante.

Feitos os estudos de Humanidades, de 1876 a 1878, nos collegios Gomes e Sousa Lobo, conseguiu vir para S. Paulo e matriculou-se, em 1879, na Faculdade de Direito, onde estudou

com recursos proprios, ganhos á custa da profissão de typographo. Honroso inicio de uma grande carreira!

Voltando ao torrão natal em 1884, abriu banca de advogado e alli teve occasião de encetar a propaganda abolicionista e republicana, redigindo *O Municipio* e o *Movimento*, folhas que pleiteavam esse duplo ideal.

Em 1889, quando se proclamou a Republica, já Homero se fizera notavel entre seus patricios, que logo depois o elegeram deputado á Constituinte. Exercido o mandato até o fim da primeira legislatura, voltou para o Rio Grande, onde continuou a redigir jornaes e o exercicio da advocacia.

Durante a revolução federalista, fez parte da Divisão do Norte, sob o commando de Rodrigues Lima, na qualidade de deputado do ajudante-general do Exercito.

Em 1906, harmonizada a divergencia que tivera com Julio de Castilhos, conseguiu voltar á actividade partidaria e com a acquiescencia do poder discricionario que então governava o seu Estado, graças á Constituição anomala que regia os destinos do Rio Grande, foi eleito em janeiro desse anno deputado ao Congresso Federal, mandato que se renovou em 1909 e em 1912.

Na Camara teve opportunidade de colher triumphos assignalados com a redacção de pareceres magistraes; membro da Commissão de Finanças, relatou um anno Pensões, durante tres annos, o Orçamento da Marinha, durante quatro a Receita, e no último anno Tarifas alfandegarias.

Seus pareceres sôbre o Orçamento da Marinha são obras de mestre e de grande patriota; eis por que mereceram estes juizos de Arthur Dias, que subscrevo ainda uma vez com effusão de minha alma: "Mentalidade poderosa, esclarecida e productiva, com o tacteio de 20 annos legislativos e mais de 30 de observação conscienciosa dos homens e cousas da Patria, elle não podia deixar de se sentir irresistivelmente solicitado para a analyse da nossa situação maritima, nem fugir ás previsões de nossos destinos na America e no Mundo, para concluir pela inobjectavel necessidade de nossa potencialidade naval".

Agora, senhores, neste momento em que se agita felizmente o problema da reconstituição da nossa força naval, graças a um appello patriotico que vai encontrando adhesões, é opportuno que se reproduzam aqui as palavras de Homero Baptista num daquelles pareceres:

"A vastidão da nossa costa maritima, escreveu elle, talhada de portos onde se acham os grandes emporios de commercio e cidades de importancia e de futuro; o aproveitamento do mar como meio facil de constante communicação dos Estados entre si com esta Capital; o pendor natural da

população que se disseminou e desenvolveu no littoral para a pesca e os trabalhos maritimos; a existencia de muitos rios navegaveis que penetram até ao seio da nossa terra e a enlaçam nas suas fronteiras longinquas; a situação de entreposto commercial e de ponto de acolhida para a navegação transoceanica; o exercicio normal da auctoridade governamental em todo o territorio, desde o encargo simples da policia até o supremo de defesa da nosso soberania; o papel politico que adquirimos, sempre propugnando por causas dignas, — tudo isso indica e justifica o nosso exfôrço pelo melhoramento da nossa frota militar."

Palavras de ouro, senhores, que os estadistas brasileiros não devem exquecer.

A carreira parlamentar de Homero Baptista findou em 1914, quando foi chamado á presidencia do Banco do Brasil; alli a sua administração foi de excepcional relevo. Sabem todos que incremento tomou o grande instituto bancario desde essa data, com o alargamento de transacções, com a creação de numerosas agencias, com o auxilio prestado á economia nacional. Essa administração póde e deve ser registada *albo lapillo*; por isso applaudiram-na com manifestações sem precedentes todos os orgãos representativos das praças do paiz. Estava consagrado o financista.

Em 1919 o illustre presidente da Republica, sr. dr. Epitacio Pessôa, organizando o seu Ministerio, chamou-o para gerir os negocios da Fazenda: *the right man in the right place.*

Nesse alto posto, com a ponderação que era um de seus altos predicados, não obstante todos os embaraços oppostos pelas agitações politicas e commoções sociaes, o dr. Homero Baptista realizou grande obra de construcção. "Graças á sua tenacidade e convicção, disse ha pouco uma auctoridade valiosa, salvou-se o fundo de garantia, nosso *stock* de ouro, que elle dobrou, tendo recebido no valor de 47.000 contos ao par e deixado com mais de 86.000 contos, ouro. Remodelou a Casa da Moeda, deu outra organização ao Thesouro, realizou o convenio com a Italia, a defesa do café; tornou mais efficiente a fiscalização do porto, melhorou o apparelhamento e os serviços da Imprensa Nacional; em uma palavra, para não alongar pormenores, fiscalizou e dirigiu todos os trabalhos intensos do seu departamento com vigilancia constante e impoluta honradez. Fez muito, fez tudo quanto era possivel fazer a bem do credito público e, portanto, a bem da Patria, dadas as circunstancias em que teve de agir."

Erudito e trabalhador infatigavel, prudente, modestissimo, ameno no tracto, mas inflexivel no cumprimento do dever, Homero Baptista foi uma mentalidade culta e ao mesmo tempo

uma actividade administrativa, que a todos os respeitos honra á Patria.

Em 1922, findo o periodo presidencial, volveu á vida particular, reassumindo a direcção da Companhia de Seguros *Sul America*, da qual só se arredara para o exercicio dos cargos públicos.

No interregno desses mesmos cargos públicos prestou ainda ao paiz outra ordem de serviços, que não é licito exquecer.

Chamado em 1915 para professor substituto da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, passou depois a cathedratico de Direito Administrativo, quando falleceu o dr. João Carneiro de Sousa Bandeira; alli, suas sábias prelecções foram sempre ouvidas com maximo respeito pela mocidade estudiosa.

Cidadão de tão eminentes predicados, bem o podeis comprehender, não podia deixar de merecer a attenção do nosso INSTITUTO HISTORICO, que o elegeu socio a 26 de agosto de 1911 e depois o elevou á categoria de socio benemerito. Sua posse neste recinto realizou-se a 18 de agosto de 1913, e ao orador que vos falla coube a honra de o receber.

Recordo-me ainda da phrase com que ultimei a minha breve oração nesse dia:

"Sêde benvindo, collega, e quando daqui sahirdes, dizei aos nossos patricios: O INSTITUTO HISTORICO recebeu-me com honras de triumphador, e um velho Rio-Grandense, que não exquece o berço querido, deu-me o abraço affectuoso de ermão."

O illustre consocio fez sempre parte da nossa *Commissão de Fundos e Orçamento*. A 2 de julho de 1919, aqui realizou uma bella conferencia sôbre as *Revoluções brasileiras de 1817 a 1835.*

Além dos seus luminosos pareceres e dos discursos pronunciados na Camara, legou á posteridade a conferencia realizada em 1888 — *Tiradentes e a Republica* e o perfil biographico *Manuel dos Santos Loureiro.*

A vida laboriosissima de administrador não lhe permittiu producção litteraria mais avultada. Não importa. O estadista immortaliza-se na sua obra.

Homero Baptista deixou as contingencias da vida terrena a 14 deste mez. Amigos e velhos adversarios politicos, a uma só voz, discipulos, companheiros de labuta no Banco do Brasil e no Thesouro Nacional, brasileiros illustres de todas as gerarchias, grandes e pequenos, acudiram em multidão ao cemiterio de S. Francisco Xavier, no dia 15 para prestar-lhe as derradeiras homenagens. Nada mais justo.

O Instituto Historico neste momento, por minha voz, rende á sua memoria um tributo de profunda saudade e de legitima admiração. Varões do seu porte, modelares na vida particular como na vida publica, são prototypos de que se honra uma nação.

Oxalá, senhores, o grande exemplo de taes modelos sirva de norma aos filhos de nosso Brasil, ás gerações que se succedem, para que em todo o tempo a Patria prospere e triumphe.

Atravessamos uma hora difficil e espinhosa, por causas de varia natureza, que a sensatez dos brasileiros precisa a todo transe anniquillar e vencer.

Creio firmemente que assim succederá, porque o Brasil conta filhos benemeritos, do porte de Aurelino, Alfredo Gomes e Homero. A familia dos grandes cidadãos não está extincta; esperemos pela sua obra meritoria e salvadora.

Esta obra virá seguramente, e outras vozes mais auctorizadas e mais eloquentes do que a minha celebrarão de certo em caloroso epinicio o resurgimento da extremecida Patria, realizado pelo exfôrço conjuncto de seus filhos illustres.

O veterano Instituto Historico, em nome do qual tenho a palavra neste dia solenne, alimenta essa doce esperança e conta com esse radioso futuro, porque elle tem fé na riqueza que nos deu a Providencia, tem fé no talento de seus patricios, tem fé robusta no thesouro de patriotismo, que já nos amparou em horas difficeis da nossa Historia, e que nos ha de conduzir ao arrefecimento das paixões, á paz, á prosperidade e á realização do nosso glorioso destino." (*Calorosos applausos.*)

O sr. conde de Affonso Celso agradece ainda uma vez a presença do sr. presidente da Republica, do ministro dr. Francisco Sá, dos ministros consocios Miguel Calmon, Felix Pacheco e João Luis Alves, dos representantes do sr. ministro da Marinha, do sr. prefeito municipal, do sr. general Carlos Arlindo, commandante da Policia Militar; do almirante chefe do Estado-Maior da Armada; do representante do dr. Estacio Coimbra, vice-presidente da Republica; dos ministros drs. André Cavalcanti e Edmundo Muniz Barreto, dr. George Plehn, ministro da Allemanha; dr. Victor Maurtua, do Perú; dr. Alberto Medina, da Bolivia; vice-presidente do Senado; do dr. Thomé Bezerra, da Sociedade de Geographia, e muitas pessoas gradas, e pede ao sr. presidente da Republica se digne de declarar encerrada a sessão.

O sr. presidente da Republica declara encerrada a sessão.

Agenor de Roure, 2º secretario.

S. Ex. o sr. presidente da Republica esteve acompanhado das suas casas civil e militar.

Uma companhia de fuzileiros navaes prestou continencias a s. ex., e a banda do Corpo de Bombeiros tocou o Hymno Nacional á entrada e á saída do sr. presidente da Republica.

Justificaram as suas ausencias os socios drs. Viveiros de Castro, Alfredo Valladão, Jonathas Serrano, Tavares de Lyra, Vilhena de Moraes, Honorio Lima, Radler de Aquino e Carlos Carneiro; o embaixador Alexandre Conty, deputado Monteiro de Sousa, dr. Getulio das Neves, ministro Ramos Monteiro, dr. Oswaldo Gomes, Xavier Pinheiro, deputado Wanderley Pinho, Eusebio Taylor e Victor Viana.

Congratulou-se por telegramma com o INSTITUTO o socio correspondente dr. Bernardino de Sousa, da Bahia.

ANNEXO

86° ANNIVERSARIO (*)

Ha oitenta e seis annos começava a existir, nesta data, o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO,—uma das mais antigas, proficuas e patrioticas das associações nacionaes.

Reliquia inestimavel da Regencia e fructo da exforçada iniciativa de Cunha Mattos e Januario Barbosa, fundaram-no, a 21 de outubro de 1838, vinte e sete dentre as nossas mais representativas figuras da épocha.

Surgia dest'arte o INSTITUTO HISTORICO em nosso meio politico-social, na quadra em que o paiz, fazendo a experiencia dos govêrnos electivos, depois da Abdicação, se apparelhava com a subida ao poder do Partido Conservador para desfechar, de chofre, o golpe decisivo da Maioridade.

Quando o INSTITUTO se reuniu pela primeira vez, já se havia suffocado o movimento hostil na Bahia; entretanto, o Maranhão, conflagrado pela *Balaiada*, e o Rio Grande do Sul, pelos *Farrapos*, traziam ainda em sobresalto o prestigio official. As hostes partidarias dos liberaes exaltados, que, de mãos dadas aos moderados, tinham afinal derrubado do poder o padre Feijó, se haviam arregimentado já então em partido distincto, chefiado por Bernardo de Vasconcellos, tanto que a nova politica de Pedro de Araujo Lima alçou o collo destemido.

Installado o INSTITUTO HISTORICO em uma sala baixa e escura, sem fôrro, despida de moveis e de todo o necessario, do pavimento terreo do antigo Museu no Campo da Accla-

---

(*) Artigo do *Jornal do Commercio* de 21 de outubro de 1924.

mação, com frente para a rua dos Ciganos, encetou desde logo a sua nobre e patriotica missão de — colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos referentes ao estudo da Historia e Geographia patrias; corresponder-se com as associações congeneres do globo, e ramificar-se pelo interior das nossas então provincias, para mais facilmente realizar o seu escopo. Finalmente, manteve sempre com a máxima regularidade a publicação da *Revista*, que é o orgão official do INSTITUTO.

Interessante é em nossos dias evocar como reminiscencia, essa installação primitiva e os inexqueciveis vultos dos seus fundadores, de confronto com o seu actual desenvolvimento e pujança crescente.

Costumavam reunir-se, alli, ao caïr da noite, á luz dubia das velas de cêra, aquelles illustres varões dedicados á *pacifica scienciœ occupatio*, "uns que fizeram a historia, estes que a presenciaram e aquelles que a escreveram", na phrase de Vieira Fazenda.

E' ainda o grande Porto-Alegre, que, transportado de emoção, nos relembra em um dos seus bellos discursos, aquelles homens respeitaveis que — por amor da patria, se privavam do descanço e de seus conchegos nas horas de repouso, de faces alegres e bondadosas, como as dos venerandos visconde de S. Leopoldo, do conego Januario, de Rodrigues Pontes, de Aureliano, em harmonia com a gravidade melancholica de José Silvestre Rebello, Thomé Maria da Fonseca, José Lino de Moura e conselheiro José Antonio Lisbôa.

Na codificação do nosso passado essa casa tradicional, é obra grandiosa dos nossos maiores, assume um papel extraordinario. E' o guarda-fiel e registo dos grandes factos, memoraveis tradições, vultos e cousas patrias, como o elemento coordenador e fixador do nosso espirito de civilização; é tambem o orgão infallivel de consulta, onde *indocti discant et ament meminisse periti;* é principalmente a expressão forte da consciencia brasileira, vinculo da nossa nacionalidade e da concordia internacional.

Sob esse primeiro ponto de vista, vêm lembrar-nos esse scenaculo scientifico aquelle ancião do *Luziadas*, dotado de "um saber só de experiencias feito". Como observou o escriptor francez La Bruyère, em *Les caractères*, um velho, tendo vivido longos annos na côrte e sendo munido de profundo bom-senso e de memoria fiel, constitue um thesouro inexhaurivel um veradeir archivo de factos e máximas, um depoimento vivo da historia do século, colorida, aqui e alli, de minudencias as mais curiosas que não se poderiam lêr alhures em livro algum. Compraz-se, então, de ordinario, em evocar a lembrança daquelles sitios, onde se escoou a quadra fagueira da sua juventude; e tem predilecção pelas cousas suas con-

temporaneas, pelos estylos e locuções, trovas e danças, mobiliarios e equipagens da sua epocha.

E o que se diz do individuo, em caso particular, verifica-se tambem das associações humanas em these geral.

O INSTITUTO HISTORICO BRASILEIRO é bem a séde das nossas recordações seculares, povoada pela alma nacional na memoria dos grandes homens e das cousas illustres do Brasil, como a resurreição da sua Historia, que tem por marcos milliarios, o *documento* e o *monumento*, a Heuristica e a Iconographia; e, por objecto scientifico, — desvendar no cahos do passado quaes as leis que regem a nossa formação nacional.

Não mais é hoje licito classificar a disciplina da Historia por méra obra d'arte da antiguidade greco-romana, ou como simples narrativa dos acontecimentos memoraveis, *res memorabiles* — em que se distinguiram o velho Herodoto, cognominado o *Pai da Historia*, pelo animado e pittoresco da fórma; Thucydides, pela profunda concisão; Xenophonte, pela perfeição attica; Cesar e Quinto Curcio, pelo purismo da rhetorica e da grammatica; Tito Livio, pela elegancia do estylo oratorio; Tacito, pela energia, profundeza e brilho da expressão; Polybio e Plutarco, pelos conceitos que encerram de Moral e de Politica.

Sem os canones da Heuristica, da Diplomacia e da critica interpretativa ou philosophica; sem a coordenação methodica, a systematização scientifica dos elementos apparelhados pelos modernos historiadores, taes como Grote, Niebuhr, Mommsen, Taine e Fustel de Coulanges, com as suas grandes generalizações das sciencias sociaes, não ha doutrina da Historia propriamente dicta. Por isso no conceito dos antigos, ella foi apenas uma seriação de acontecimentos, e não uma classificação de factos, como perfeitamente disse Taine. Em compensação, o periodo classico levou comsigo o segredo da qualidade essencial da Historiographia, a suprema arte que nos dá a illusão exacta de que os factos alli descriptos se desenrolam aos nossos olhos, de que os personagens se movem, vivem, e fallam ao nosso lado, como si effectivamente fossem nossos coetaneos.

A Historia, tal qual nos foi traçada pelos classicos, é um bello e portentoso painel, sim, mas incompleto, por isso que nenhumas informações nos ministram sôbre a industria, o commercio, a vida domestica, a religião, as sciencias, as lettras, as artes liberaes e mechanicas, que servem como de sciencias accessorias dos grandes trabalhos dos historiadores hodiernos.

Vaticinando bem a augusta missão que desde cedo era o nosso INSTITUTO HISTORICO, chamado a desempenhar entre nós,

comparou-o um dos seus fundadores ao arroio humilde que se faz em caudalosa torrente depois de várias leguas de curso.

O segundo imperador do Brasil, acceitando o titulo de *Protector* da nascente instituição, soube honra-lo como nenhum outro, pelo que lhe dispensou sempre o mais desvelado patrocinio, franqueando-lhe o proprio Paço para nelle realizar as suas sessões; instituindo premios, aos mais estudiosos das cousas patrias, facultando-lhe o seu convivio pessoal, a sua profundissima erudição; e legou-lhe, ao morrer, muitos dos seus mais caros e preciosos livros, as suas collecções esplendidas de mappas, documentos e estampas de absoluta raridade.

Era d. Pedro II tão assiduo frequentador dessa Casa, que, desde 15 de dezembro de 1849, ao final do seu Governo, compareceu ao todo a 508 reuniões.

Até 1905 as sessões magnas anniversarias, como a de hoje, realizavam-se em data de 15 de dezembro, em homenagem á primeira sessão presidida pelo monarcha, mas dalli por deante, voltaram a ser a 21 de outubro, como no principio, visto ser essa a verdadeira data da fundação do INSTITUTO.

Presidiram-lhe aos destinos, de 1838 até hoje, os mais eminentes vultos nacionaes, desde o marechal de campo Torres e Alvim, visconde de Jerumirim, presidente interino do INSTITUTO durante os trabalhos da sua installação; e dahi por deante, S. Leopoldo, Sapucahi, Bom-Retiro, Joaquim Norberto, Aquino e Castro, Paranaguá, Rio-Branco, até ao seu actual presidente perpetuo, o sr. conde de Affonso Celso, o mais digno e legitimo continuador desses inconfundiveis vultos brasileiros.

Foram seus primeiros secretarios, desde o conego Januario Barbosa, e oradores, desde Alcantara Bellegarde, nomes os mais consagrados como os de Varnhagen, Macedo, Porto-Alegre, Fernandes Pinheiro, Moreira de Azevedo, Carlos Honorio, Franklin Tavora, Taunay, Joaquim Nabuco, Pitanga, Affonso Celso, Ramiz Galvão, Max Fleiuss.

Estes tres últimos membros da sua Directoria synthetizam perfeitamente o INSTITUTO HISTORICO dos nossos dias, e se fazem credores do nosso maior reconhecimento e admiração. O primeiro, eleito presidente desde 17 de fevereiro de 1912, exerce o cargo com verdadeiro fulgor, tendo figurado anteriormente como orador desde 1906. O segundo serviu em 1872 pela primeira vez; e é actualmente o orgão da eloquencia classica e modelar do INSTITUTO, que justamente o galardoou com o titulo de seu orador perpetuo.

Quanto ao actual secretario perpetuo, o dr. Max Fleiuss, desde 3 de agosto de 1900 em que foi admittido socio, fez profissão de fé do mais indefesso trabalho, zelo, perseverança e dedicação a essa douta Companhia, pelo espaço de quasi um

quartel de século, em que a sua conducta tem sempre sido alli a applicação consciente desses altos predicados. Ha 19 annos desempenha com raro brilho o cargo de 1º secretario, havendo antes exercido o de 2º, durante um lustro.

Possue o INSTITUTO, por monumental acervo, cêrca de 80 mil volumes e de 50 mil documentos e mappas rarissimos; e as suas collecções representam o que ha de melhor em materia de sciencias historicas e geographicas brasilienses. Em todo o globo, a sua bibliotheca, archivo e mappotheca não têm a receiar confronto algum, no assumpto da sua especialidade.

A *Revista* do INSTITUTO, que conta já editados, desde 1839 até ao presente, 89 tomos em 143 volumes, afóra os tomos especiaes; e da qual já, com razão, foi dicto ser — o mais notavel livro editado em nossa terra, — é hoje amplamente divulgada em todo o Velho e Novo Mundo, de onde recebe, em permuta regular, farta mésse de producção intellectual dos centros cultos e associações congeneres.

Tem presentemente em preparo, em continuação, os volumes *Introducção Geral* do grande *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, a monumental publicação com que esse INSTITUTO concorreu á commemoração do 1º Centenario da nossa Independencia.

De alta monta são, de facto, os serviços prestados por essa douta instituição ao nosso paiz, com as suas constantes missões de pesquiza, em differentes épochas, realizadas nos archivos e bibliothecas de Portugal, França, Espanha e Hollanda, por especialistas na materia, mantendo para esse effeito um regular serviço de cópias.

O INSTITUTO HISTORICO é bem o abrigo das nossas tradições nacionaes, na phrase de Joaquim Nabuco. E' não só a mais austera sociedade sábia do nosso paiz, definiu já Afranio Peixoto, como o centro mesmo espiritual da nossa nacionalidade. Nesse ponto, são os mais alevantados os seus fins, porque só se augmenta a energia nacional quando se dá ao povo o orgulho da sua Historia, — disse-o já perfeitamente Affonso Celso.

Entre os legitimos thesouros de Bibliographia, Cartographia e Diplomacia, possuidos pelo INSTITUTO, cumpre citar os marcos da fundação da cidade, a collecção de moedas contemporaneas da invasão hollandeza, as collecções de mascaras mortuarias, os papeis de Estado, a correspondencia particular deixados pelos nossos mais illustres vultos nacionaes, como José Bonifacio, Antonio Carlos, Evaristo, Zacharias, Ourem, Olinda, Osorio, Saraiva, Ouro-Preto, Francisco Belisario e tantos outros; o *Mappa-mundi* de Fra Mauro de 1459, o *Atlas* em lingua catalã, o do visconde de Santarém, os de Capassi, Mouchez, o *Mappa da Capitania do Rio de Janeiro,*

mandado organizar pelo conde de Cunha e esse *Livro da Razão do Estado do Brasil*, verdadeira preciosidade offerecida por dom Pedro II. Aliás, o primitivo nucleo de livros, documentos e mappas celebres do INSTITUTO é formado pelos que pertenceram á bibliotheca, archivo e mappotheca do finado imperador.

Desde 1851, possue essa douta associação recolhida a seu Museu inestimaveis reliquias historicas.

Ao nosso INSTITUTO, devem-se os mais interessantes achados historicos sôbre o Brasil nos archivos da Europa, como, entre outros, o *Regimento* e o tumulo de Pedro Alvares Cabral, por Varnhagen.

Devemos-lhe, outrosim, a iniciativa dos nossos grandes monumentos como o do Ipiranga e o padrão de Porto-Seguro, erecto no sitio do descobrimento; assim como as estatuas de d. Pedro I e de José Bonifacio, o *Patriarcha da Independencia*, em conhecidas praças desta Capital.

Pertencem-lhe, nestes últimos tempos, a nobre idéa de repatriação dos despojos mortaes de d. Pedro II e d. Tereza Christina, e dos de Porto-Alegre, e de Varnhagen; assim como a realização de grandes certames, como os da Exposição da Imprensa Periodica de 1908, a convocação do Primeiro Congresso de Historia Nacional, reunido em 1914, e a do Primeiro Congresso Internacional de Historia da America, nesta Capital, em setembro de 1922, de onde resultou a approvação unanime da proposta apresentada pelo sr. conde de Affonso Celso para escrever-se a Historia Geral da America, com a collaboração de todos os seus paizes.

Teve por occasião da passagem do Primeiro Centenario da nossa Independencia o ensejo de organizar uma serie especial de conferencias commemorativas das principaes datas centenarias do anno de 1822; de dar a lume o grande *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*; e de realizar a Exposição de documentos e obras sôbre a Independencia, em numero de 700, sendo 350 livros e 350 manuscriptos, devidamente catalogados.

O cadastro social do INSTITUTO é, por si só desde 1838, uma perfeita pleiade de glorias brasileiras, da Regencia á Republica.

E', na verdade, como associação scientifica, o mais auctorizado orgam de constante informação do passado nacional e das cousas brasileiras, não só para os consultantes da sua sala pública de leitura, cada vez mais frequentada por distinctos visitantes nacionaes e extrangeiros, como para a solicitude official dos bons govêrnos, sempre interessados na ardua pesquisa de indispensaveis dados historicos, geographicos e ethnographicos para a solução de litigios interestadoaes

ou internacionaes. Nesse ponto, bastá lembrar os eminentes serviços prestados pelo INSTITUTO em todas as nossas mais importantes questões de limites.

Carece, contudo, a douta Companhia de uma installação condigna, muito mais espaçosa do que a presente, assim como do proporcional augmento da sua subvenção orçamentaria, que é, na verdade, exigua, attendendo-se aos altos e patrioticos fins, a que essa corporação se destina. Felizmente o appoio official, que nunca lhe foi regateado, desde a sua origem, pelo passado e actual regime, não lhe faltará, temos por certo, na angustia de espaço com que ora lucta para accommodar o seu inapreciavel patrimonio.

Presentemente, tem o INSTITUTO promettido para 2 de dezembro de 1925 o apparecimento da *Historia biographica de D. Pedro II*, como preito de homenagem ao 1° centenario do seu grande protector. Dessa extraordinaria publicação já conhecemos os dous primeiros capitulos, o primeiro, elaborado pelo secretario perpetuo do INSTITUTO, dr. Max Fleiuss, intitula-se "Nascimento, primeiros annos. Educação, tutores e mestres", e, o segundo, do illustre ministro dr. Tavares de Lyra, versa sôbre o periodo comprehendido da "Abolição á Maioridade".

Bem haja, em sua festiva data anniversaria, essa casa tradicional em que secularmente se cultiva e enaltece o nome illustre da Patria."

87° ANNO — SESSÃO SOLENNE ESPECIAL, COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DA BATALHA DE AYACUCHO, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpetuo*)

A's 21 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores Conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Felix Pacheco, Braz Hermenegildo do Amaral, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Laudelino Freire, Alfredo Ferreira Lage, Nelson de Senna, José Maria Moreira Guimarães, Francisco Radler de Aquino, Afranio Peixoto, Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, Liberato Bittencourt, Solidonio Leite, Raul Tavares, Carlos da Silveira Carneiro, Miguel

Joaquim Ribeiro de Carvalho, Eugenio Vilhena de Moraes, Nicoláu José Debané e Mario Castello Branco Barreto.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data desta sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) convida para tomar assento á mesa á sua direita, o sr. dr. Edmundo da Veiga, secretario e representante de s. ex. o sr. Presidente da Republica, e diz que sendo a sessão em homenagem á Republica do Perú, portanto, de caracter especial, convida egualmente para a mesa os srs. senador Antonio Azeredo, vice-presidente do Senado, e Victor M. Maurtua, ministro plenipotenciario do Perú.

(*Tomam assento á mesa os srs. dr. Edmundo da Veiga, senador Antonio Azeredo e ministro Victor Maurtua*.)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) summamente agradece a todos quantos, compartindo sentimentos e ideias do INSTITUTO, prestigiam com o seu comparecimento a homenagem por elle prestada á liberdade e á independencia do Novo Mundo, dignamente representado pela Republica do Perú. Agradece com especial reconhecimento a presença do representante do chefe do Estado, do vice-presidente do Senado Federal, do presidente do Supremo Tribunal Federal, do prefeito do Districto Federal, dos diplomatas nacionaes e estrangeiros.

As ideias e sentimentos determinadores da solemnidade são de obvia comprehensão. Mais de uma vez já os tem o orador manifestado na imprensa e na tribuna.

Cultivando intensamente o patriotismo, cultiva tambem o INSTITUTO a solidariedade continental; amando o Brasil, ama ao mesmo tempo o continente de que elle faz parte e nesse continente as nações mais ligadas ao Brasil. Entre taes nações está o Perú.

Limitrophe do Brasil, sempre com este manteve cordiaes relações. Na demarcação de fronteiras, na solução de varias outras pendencias, constantemente se mostrou equanime e conciliador, o que facilitou accôrdos honrosos para ambas as partes, estabelecendo entre ellas os vinculos de estima e confiança.

Um dos heróes da guerra da independencia peruana, Lord Cochrane, tambem o foi da guerra da independencia do Brasil.

Tempos houve, não mui remotos, em que os funccionarios politicos de certas regiões peruanas embarcavam, para assumir os seus cargos, em Calláo, ou outros portos do Pacifico, subiam até o Panamá, atravessavam o então isthmo, desciam pelo Atlantico, e chegando ao Pará, navegavam pelo Amazonas acima, até attingir o solo da Patria, depois de percorrer larga zona brasileira. Eram assim transeuntes obrigatorios do Brasil, que satisfeito os acolhia. Ainda hoje o trafego da avultada producção peruana continúa por aguas e portos do Brasil. Isto prova que os interesses peruanos coincidem com os interesses brasileiros, prescrevendo a politica de concordia e de approximação.

O rio-mar, o mar doce, o portentoso Amazonas vem do Perú, de que banha consideravel parte, e, depois de banhar tambem valiosa zona brasileira, é no Brasil que se atira no oceano. Os ribeirinhos do colosso fluvial e seus affluentes podem ser peruanos ou brasileiros; as mesmas aguas reflectem o pavilhão auri-verde e o pavilhão branco-rubro; a mesma immensa arteria vitaliza as duas nações; o mesmo sangue corre através o duplo organismo.

Eis uma predestinação, um programma, um dever de confraternidade.

Legendario pelas suas riquezas fabulosas e pela sua civilização pre-colombiana, então a mais adeantada desta parte do planeta; o mais importante dos antigos vice-reinados castelhanos; séde da mais antiga Universidade da America; apresentando na sua historia prototypos de heróes, de martyres, de santos; unico paiz americano onde fulguraram virtudes que mereceram da Igreja Catholica as honras supremas da canonização; povo essencialmente bondoso e idealista, o que não exclue a bravura de um Gálvez ou de um Bolognesi em terra, ou a de um Miguel Grau no mar; o Perú, que outrora deslumbrava as imaginações, hoje se impõe á sympathia, ao respeito, á admiração de quem preze um passado maravilhoso, um presente de realizações magnificas, um porvir de opulentas e radiosas esperanças.

Deve-lhe o Brasil numerosas finezas, qual a de se fazer aqui representar por homens cuidadosamente escolhidos, como o actual plenipotenciario, cavalheiro, jurisconsulto, estadista, literato de fino quilate.

Por todos esses motivos, acha-se neste momento em Lima, á cidade dos reis, uma embaixada brasileira presidida

pelo digno portador de um dos maiores nomes do Brasil, de um daquelles que figuram na galeria dos Washington, Sucre, Bolivar, O'Higgins, San Martin.

Por isso, o Governo do Brasil declarou o dia de hoje feriado nacional.

Por isso, traduzindo o sentimento brasileiro, o INSTITUTO, que se fez tambem representar em Lima pelo seu 1° vice-presidente, celebra hoje o centenario da batalha de Ayacucho, nobre feito de significação e alcance não sómente peruanos, mas tambem americanos e universaes, porque assignala o termo de regime colonial na America — peleja symbolica em que, irmanados, combateram filhos de varias actuaes Republicas, em que, inferiores em numero e na posição, os jovens patriotas, commandados por generaes tambem jovens, venceram pelo seu galhardo arrojo, e, vencedores, trataram com inexcedivel cavalheirismo os vencidos.

Da narrativa e dos effeitos de tão famosa batalha vai tratar com a habitual competencia o 1° secretario perpetuo do INSTITUTO.

Agitada, tragica, epica, desenrola-se a historia do Perú. A sua bandeira palpita como que ensopada do sangue generoso de seus filhos. Mas, a despeito de contrariedades e contratempos, o Perú vai briosa e constantemente prosperando.

Assim como as suas estradas de ferro — disse-o o orador em outra occasião —, obras primas de esforço, temeridades esplendidas da sciencia e da arte, galgaram cimos que pareciam inaccessiveis aos trilhos e ás locomotivas, e, superando formidaveis obstaculos, lá correm, triumphaes e fecundas, nos pincaros dos Andes, não raro entre mysteriosos vestigios incasicos, assim tambem o Perú tem-se elevado e ha de transpor, superar os obices dos homens e das cousas, attingir as soberbas culminancias e as perspectivas infinitas da civilização.

No brazão de uma das suas cidades scintilla a estrella guiadora dos Magos ao berço do Redemptor.

Que essa estrella seja um symbolo, illuminando, confortando a nobre nação peruana, levando-a á realização dos seus bellos ideaes.

E' a fraternal saudação do Cruzeiro do Sul; é a do

INSTITUTO HISTORICO que, ainda uma vez, se torna, assim, o porta-voz de todo o Brasil. (*Prolongados applausos.*)

O SR. PRESIDENTE dá a palavra ao sr. VICTOR *M.* MAURTUA (*ministro plenipotenciario do Perú*), que pronuncia o seguinte discurso:

SEÑOR PRESIDENTE DEL INSTITUTO HISTORICO Y GEOGRAFICO BRASILEÑO

Señoras, Señores:

Esta sesión del Instituto tiene un sentido muy hondo. La casa de los historiadores del Brasil se engalana y celebra un interesante momento de nuestra historia. Los historiadores son los primeros constructores de la conciencia nacional. Descubren el espíritu de los hechos, la fisonomía de las épocas, siguen el paso tumultuoso de las generaciones á través del tiempo y, en medio de accidentes y desviaciones, desde el fondo inextricable y confuso de la más rica variedad, destacan la dirección permanente, la unidad, los objetivos supremos de la vida. Se explica así laudablemente que los brillantes cultivadores de la historia en esta gloriosa y eficiente institución brasileña se hayan detenido para pensar un instante en un hecho que emociona a la América. Se explica que todos nosotros, lusitano-americanos, hispano-americanos, anglo-americanos, oigamos sus enseñanzas del pasado y junto con ellos nos penetremos de lo que significa para nosotros la revolución que nos hizo lo que somos y lo que seremos.

Señores:

LA SIGNIFICACION DE AYACUCHO

La noche de la batalla de Valmy, Goethe exclamaba: «a partir de hoy comienza una nueva época de la historia universal; podeis decir que lo habeis presenciado». El día de Ayacucho, Sucre proclamaba a los soldados de América: «de los esfuerzos de hoy depende la suerte de la América del Sur». El gran escrutador del destino humano y el gran capitán, el pensador y el héroe, tuvieron la misma penetrante mirada hacia el futuro, «sintieron inmediatamente el hacerse mismo de la historia». La frase de Sucre envuelve gran parte de la significación de Ayacucho. Pero Ayacucho va más allá. Su

significación abarca la América entera. Su trascendencia es la de un fenomeno de influencia universal. El descubrimiento de América, su conquista y su colonización no son sinó movimientos preparatorios de un gran hecho histórico. No son por si mismo hechos esenciales. El hecho esencial americano es el destino que este Continente cumplirá en el mundo al cual integra en el momento de la independencia. América pesó tres siglos con su comercio y con su oro. A través de ese período se sintió su presencia. Pero esta América indígena y selvática era hasta allí simple instrumento muerto de otros designios. La Colonia debía asimilarse la civilización occidental, crecer, desarrollarse, adquirir conciencia de un rol activo en el juego de fuerzas que realizan el destino del hombre. La revolución representa esto. Es el fin de una época preparatoria, la última etapa del descubrimiento, el momento en que aparece una nueva vida con su propio designio. Desde este punto de vista no hay diferencias geográficas entre las tres Américas ni hay diferencias étnicas entre las Américas lusitana, española y sajona. Es el mundo que acaba de completarse, la familia humana que se integra, nuevos pueblos que entran vigorosos de alma a adelantar su marcha en el camino de grupos humanos fatigados por la lucha y por el tiempo. Tal es el sentido de la revolución con Washington, con Hidalgo, con San Martin, con Bolívar, con Pedro 1° y Bonifacio. Ayacucho es la síntesis de esa idea-fuerza y de ese sino. En Virginia, em México, en Caracas, en Buenos Aires, en Santiago, en La Paz, en Lima, se emprende el trabajo de un camino largo y penoso. En Ayacucho se realiza la gran curva. No es simplemente que alli quedaran rotos sistemas europeos de dominación y de explotación pasiva. En todas partes se han aplicado y se aplicarán todavía sistemas duros de coerción a las razas atrasadas sorprendidas en un choque doloroso por otras razas expansivas. En todas partes las razas dominadas quebrarán el yugo. No solamente la libertad y la independencia de naciones — grandes bienes sin duda — quedaron afirmadas en Ayacucho. Lo que principalmente quedó afirmada fué una nueva dirección en la civilización humana. Sus pasos parecen lentos a las generaciones que asisten sin percibir el ama de la historia. Pero su marcha es segura, ininterrumpida, sin desviaciones.

UNIDAD DE LA REVOLUCION AMERICANA

Todas las revoluciones americanas no son sinó chispas de un solo incendio. Desde el norte hasta Buenos Aires las revoluciones son el espoente de una fuerza imperiosa que se desarrolla irresistible. No importa que en la América Hispana la revolución se iniciara sin cortar el hilo de sumisión al rey prisionero. Las juntas que se crearon éran el fermento que se operaba en la subconciencia. Desde allí partiría la evolución despertada y aguijoneada por la lucha. La lucha debía aclarar las ideas, definir el programa, determinar el sentimiento vigoroso de la independencia plena. No importa que en las primeras etapas se vacilara entre la monarquía y la república. Las formas eran secundarias. Con unas o con otras se marcharía hasta el fin. Los antiguos historiadores de la superficie de la vida se afanaban en todos estos detalles de la revolución. Miraban en ella los incidentes de las cosas o de los hombres. No tenían ojos para ver la cosa central. Había llegado la hora de un nuevo orden. Los más oscuros hombres se levantan agitados por un impulso misterioso. Mucho antes que los grandes héroes, los pequeños, las unidades de la gran masa adolorida y anhelante se sacrifican como los mártires de una religión. El primero de todos fué Tupac Amaru en el Perú. Cuando Tupac Amaru responde al Corregidor implacable y adusto: «los revolucionarios somos tu y yo» — define claramente lo universal y lo inexorable de la revolución. Después de Tupac Amaru, el 16 de setiembre en que Hidalgo grita: «Viva la América!» el 19 de abril, el 25 de mayo, el consejo de D. Juan VI al oído del Principe Pedro: "pre fiere ser tu el Emperador del Brasil", el "fico" y sobre todo, el grito resonante de Ipiranga: Independencia o muerte! — todo esto es la llama que cada uno veía de su lado pero que en el tiempo inmenso se contempla en su unidad y en su magnitud imponente y hermosa en toda América. Cada una de las acciones tuvo sin duda sus modalidades locales. En el norte sajon es la fiereza con que se defiende la libertad amenazada. Burke anota el orgullo de las asambleas anglo-americanas que se creían soberanas como el mismo Parlamento británico. En la América española es la violencia desencadenada de uno y otro lado, la guerra civil dura, el orgullo herido en el tutor y en el pupilo. Las mismas virtudes y los propios defectos en una oposición de circunstancias. En

la América lusitana es el milagro de equilibrio que requieren la unidad territorial y la organización.

Todas estas maneras y estos problemas son meros episodios. Sobre todo ello se cernía el gran destino. La fiebre de acción, la idolatría de la libertad, la exaltación de la personalidad americana eran las cosas máximas aqui y allá. Ellas hicieron o, más bien, exteriorizaron en América desde entonces una sola familia moral. Ellas nos obligan a decir que la revolución cuyo término conmemoramos hoy fué la revolución única de América, — medida necesaria para hacer de ella el punto de partida de una nueva época de la historia.

LOS HEROES DE LA REVOLUCION — EL SINO DE BOLIVAR

La hermosura de nuestros grandes conductores desde Washington hasta San Martin, Bolívar y Don Pedro, está en que todos ellos sintieron el destino que los empujaba. San Martin hace en la historia la impresión de un iluminado al organizar su expedición libertadora a Chile y al Perú. Qué bello ejemplo de visión profunda y lejana, de sentimiento de solidaridad, el del héroe argentino cuando deja detrás de sí la anarquía y el peligro de la patria chica para seguir impávido a dar el golpe en el corazón mismo del imperio español!

Pero Bolívar sintió más que ninguno la garra de su destino. En ello está su grandeza y en no haber quebrado nunca la misión de su vida. Bolívar tuvo como Napoleón conciencia plena de lo que llevaba en sí. Napoleón decía: «Me siento empujado hacia un fin que no conozco. Tan pronto como lo haya alcanzado, tan pronto como ya no sea yo necesario, bastará un átomo para hacerme pedazos; pero hasta entonces nada podrán contra mí todas las fuerzas humanas». Bolívar en el Aventino, en Casacoima, en Pativilca afirmó la necesidad inexorable de su naturaleza: luchar por la libertad, luchar siempre, vencer siempre. Desde Roma vió la victoria. No desesperó de ella ni en los momentos de mayor desamparo. Creyó vencer porque era el objeto de su existencia. Napoleón torció el curso de su sino en el sueño de su imperio europeo. Bolívar marchó constante sobre su ruta. Hizo la libertad de cinco naciones y se empeñó en unirlas. Esta fué precisamente la última etapa de su pensamiento. No se creía fundamentalmente ni venezolano ni colombiano. Sintió á travé de todo las *saudades* de su valle de Aragua y de su casa d

Caracas. Pero su patria espiritual debía ser construida por él mismo: una construcción que principiaba en el Orinoco y terminaba en Potosí, como uno de los elementos de otra construcción más amplia y más imponente: la de la Sociedad de Naciones en el Istino. Su plan era en realidad una subconciencia de la ley de grandeza de América incrustada en su alma. Sentía el porvenir americano y hacía esfuerzo para acercarlo. Murió en la obra sin manchas como los otros grandes conductores la pureza de su ideal. Este es el timbre excelso del héroe americano. No se le apreció debidamente en su época, no se le aprecía ni puede apreciarsele todavía en su faz intensa de poseedor de un destino. Se le aclama Libertador, se le llama vidente, se ensalza su tenacidad de acero en la guerra, su elasticidad hermosa en le derrota, sus grandes talentos de político y de estadista. No se anota lo suficiente su estupendo poder de asimilación y su mágico magnetismo. Se asimiló a las hordas más barbaras de los llanos. Convivió con ellas y las domó. Miranda, tan grande como él en otros aspectos, careció de esa flexibilidad indispensable y de la incomparable facultad de captar de Bolívar. Sucre era el capitán acabado, el espíritu helenico, de valor, de mesura, de elevación, de pureza, de sacrificio, de disciplina. Bolívar era el *meneur* de sangre. Todo es cierto. Los historiadores tienen buena cosecha para seguir la senda de Plutarco. Pero el Bolívar que está sobre todas esas cosas es el que llevaba en sí más que la guerra y la política, más que la libertad misma de América, que no es sinó un medio o una condición de otras realizaciones: el Bolívar que condensaba un momento de la historia humana, el de la aparición de una de las mayores partes del mundo en la escena de la vida para variar el rumbo de las cosas y desplazar el centro de gravedad de una cultura: el Bolívar que tenía este sentimiento dentro del pecho, que lo sentía palpitar, que lo mantenía siempre inquieto y activo, el Bolívar encarnación del hecho fatal de un nuevo mundo en marcha hacía la conquista de la hegemonía humana, — el Bolívar así considerado será visto de cuerpo entero cuando la América esté erguida en medio de la agonía de otras civilizaciones, no como heredera del mundo occidental, sino como creadora de una civilización propia más humana y más brillante que todas cuantas las precedieron.

VENEZUELA ES LA NACION-MADRE DE LA INDEPENDENCIA

No debemos dejar que pase este día sin volver nuestra mirada de cariño y de admiración a Venezuela. Su mérito no está precisamente en haber producido los más poderosos genios de la revolución. Ello bastaría. Pero su gloria es más personal y más grande. Es una gloria que amasó a costa de su vida y de su porvenir. Venezuela es la Nación-Madre agotada por la gestación de la Libertad. Sufrió como ninguna en América. Luchó más que todas. La Metropoli llena de cólera cerró allí su puño con más energía porque hasta allí conservaba intacta la tradición de su autoridad. Venezuela quebró esta tradición. Pero a costa de cuánta pérdida y cuánto dolor! "Donde está Caracas ? — exclamaba Bolívar entristecido en su última visita de 1827....... Caracas ya no existe. Pero sus cenizas, la tierra que la tuvo han quedado resplandecientes de libertad y cubiertas de la gloria del martirio." El hombre de acero fué doblegado por el dolor y lloró sobre las ruinas de su campanario. La nación quedó decapitada en su clase dirigente, su población disminuida, su riqueza exterminada. Su esfuerzo inaudito debía forzosamente sentirse a través de un siglo. El calor de la gloria consumió su savia. Pero su labor titánica está allí para testificar la potente idealidad y el vivo sentimiento de una gran raza. Hizo la independencia de Colombia, volvió sobre sí misma, se constituyó, arrastró en su entusiasmo a sus hermanos de Cundinamarca y de Quito y apareció en primera línea en la etapa decisiva de Ayacucho. San Martín y Bolívar son los dos grandes representativos de la revolución. Pero en la grandeza incomparable de Bolívar hay mucho del alma de Venezuela. En sus primeras y brillantes campañas, Bolívar fué el caudillo de Venezuela, su héroe, su símbolo. Lo siguió, le dió aliento, lo empujó a los mejores destinos. Lo hizo Libertador...

Aquí termina la marcha de Bolívar y la historia de la revolución. El desencanto, el excepticismo, la desesperanza del héroe enfermo, del gran político combatido por las ambiciones no son más que la agonía de una estrella que se oscurece. Su visión de América es la de la juventud porque la juventud és necesaria para el optimismo. Todo lo que vió entonces está realizandose. Todo lo anheló se cumplirá.

EL DESTINO DE UNION DEL BRASIL Y EL PERU

Señores:

Decía al comenzar que esta sesión del Instituto tiene un sentido muy hondo. Y quiero explicar por completo mi pensamiento. S. E. el Sr. conde de Affonso Celso, tradición y actualidad a la vez de lo que hay de más delicado en la espiritualidad de este país, ha vaciado el cofre de sus finuras y de sus bondades. Pero al mismo tiempo ha dicho cosas muy graves que yo debo recoger. El Perú ha sido ciertamente dos veces la Metrópoli de la América Española en el Sur: con el Imperio indiano y con el cetro de la gran Colonia. El Brasil ha sido además la Metrópoli de su Metrópoli. Estos dos recuerdos no son banales. Sirven para significar que las dos naciones llevan en su seno la tradición más intensa de América. Pero no sólo la tradición nos une. No sólo nos une el presente en la familia geográfica y moral que componemos, en la gran familia pan-americana en la que todos somos unidades iguales en el sentimiento y en el derecho. Nos une sobre todo la visión del porvenir. La historia nos destina a seguir siendo conquistadores interiores. Esta es la especialidad que nos une. La epopeya de las *Bandeiras*, de que nos habló vigorosamente vuestro Euclydes da Cunha, no ha concluído. *La Tierra del Sol*, de Barroso, es la plena conquista de la tierra amazónica peruana y brasileña. Su conquista no está hecha. El *Sertanejo* del norte espera todavía el ruído de las grandes invasiones sembradoras de cultura. El Amazonas será el asiento de una poderosa civilización brasileño-peruana. La formación de la gran arteria nos señala el camino de la cooperación obligatoria, inevitable. Sus aguas brotan del corazón mismo del Perú, se juntan con las aguas brasileñas para confundir-se en el poderoso río como deben fundirse en un solo anhelo el esfuerzo de los dos pueblos en el trabajo, en la civilización, en la paz.

El Brasil es una nación que poseé las dos cosas más simpáticas y más fecundas en la vida: su optimismo sano y su sentido jurídico. El optimismo lleva al Brasil a las más nobles emulaciones en el progreso. El sentido del derecho hace del Brasil una nación destinada a un excelso rol de equilibrio moral y de ponderación. Nadie debe recelar de un pueblo como este que hace de sus leyes modelos, que brinda al mundo el arbitraje consagrándolo audazmente en su propia constitución, que recoje en Ginebra, cul-

tiva y exalta como nadie en América la noble herencia del idealismo de Wilson. Yo quiero, por eso, en estas solemnes circunstancias, rendir mi tributo de aplauso y de admiración al gran Presidente de este país y a su brillante Secretario de Estado. Son brasileros y son americanos. Es el más grande elogio que puede hacerse de los que ejercen en este tiempo una alta dirección pública.

LOS VOTOS DEL CENTENARIO

Permitime, señores, al concluír expresar los votos del alma peruana por todas las repúblicas hermanas y las previsiones que brotan de los hechos ya cumplidos. Es la hora de los buenos recuerdos. Debo saludar y saludo á los descendientes de todos los que pelearon en Ayacucho. Deseamos la felicidad de todas las repúblicas que fueron el 28 de julio y el 9 de diciembre solidarias con la nuestra. Queremos que la cooperación y la armonía de las épicas jornadas revivan sólidas en la sinceridad y en la justicia. Queremos la felicidad de todas las repúblicas. Todas al independizarse sirvieron de agentes al gran hecho integral. Parecería una vulgar predicción la del porvenir de América. Todos los factores son conocidos: la riqueza infinita del suelo, su extensión, la variedad de los climas, la geografía, la porosidad de su raza susceptible de absorver todas las poblaciones extrangeras.... Pero no és vulgar predecir que este Continente no será la prolongación de las viejas sociedades. No será un residuo de organización romana ni un éco tardío de esa otra revolución europea del siglo XVIII, que fué como el último chisporroteo de una lámpara de civilización caduca. Surgirá aquí una nueva cultura. El Estado en América será hecho para el bienestar de todos. La solidaridad se convertirá en ley de la vida. La armonía de las naciones, la convivencia pacífica, la cooperación recíproca será el principio fundamental del derecho público. La América democrática, regida por la justicia social, inspirada en el amor á la humanidad, gozando ella misma la dulce sensación de vivir: tal es su destino. (*Grandes e prolongados applausos.*)

O SR. MAX FLEIUSS (*1° secretario perpetuo*), obtendo a palavra, realiza, da tribuna, a seguinte conferencia:

AYACUCHO

Não poderia prescindir o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO, sempre fiel ás suas tradições e alevantados fins, de sinceramente associar-se á glorificação do centenario de Ayacucho, pelo alto significado militar, politico, social e diplomatico que esse feito d'armas representa nos fastos da democracia americana.

Correspondendo á gentileza do convite da nobre nação peruana, faz-se o INSTITUTO, neste momento, representar nas grandes festas em Lima, pelo erudito dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, nosso prezadissimo 1° vice-presidente.

Nem se comprehenderia a esquivança de solidariedade a este preito de homenagem e, sobretudo, de justiça á data secular, que é a ultima expressão da liberdade e do espirito de concordia dos povos do Novo-Mundo, dictada pelo heroismo das suas armas e pelo sacrificio supremo do sangue dos seus martyres e patriotas. Evoca para nós, ao mesmo passo, a genese, entre as nações americanas, dessa florescente Republica irmã, que foi outr'ora o multi-secular imperio incásico, — paiz, de heróes e de santos, dos primeiros a receber o baptismo da civilização e da fé, como do martyrio glorioso pela causa da sua Independencia, conquistada ao preço dos mais penosos esforços, já de per si, já alliado ao Chile, ao Prata e á Gran-Colombia.

Ayacucho é o canto final da epopéa heroica de 1810, surto historico que Diego Carbonell já bizarramente comparou a um tropel de Centauros, mas que melhor o seria, penso, a uma escalada de Titans ao Olympo da liberdade, symbolizado nas grimpas sobranceiras do Condorcunca, onde se occultou, vencido, com o seu estado-maior, o fugitivo espectro do ultimo vice-rei do Perú, d. José de La Serna. E' o epilogo de gloria dessa formidavel Campanha dos Andes de 1819 a 1824, cuja divisa foi — *Ad alta per ardua*.

Nos socalcos do bronze que a consciencia da America-Livre, pela justiça imperterrita da Historia, ergueu ao genio do *Libertador* do Continente, inscrevem-se duas datas extremas e decisivas, particularmente significativas — 19 de Abril de 1910 e 9 de Dezembro de 1824. Uma é o primeiro ésto da liberdade que palpitou no coração da *tierra firme* dos Descobridores, no berço natal de Simon Bolívar — Caracas; a outra é a capitulação definitiva das armas hespanholas, as-

signada no campo de honra de Ayacucho, como a irrevogavel carta de alforria americana.

A grande obra dos pro-homens de 1810 é mais do que uma simples revolução: é uma reconstrucção do velho mappa da America, da Nova-Hespanha ao Vice-Reinado do Prata, creando novas patrias e instituindo o systema republicano federativo. Pela creação da Gran-Colombia e convocação do Congresso de Panamá de 1826, iniciou-se a politica de confraternidade traduzida no lemma, — TODOS POR UM E UM POR TODOS, — que serve de apanagio ao Novo Mundo e de alta lição moral á Humanidade.

Nesse ponto, o *ideal bolivariano*, disse-o recentemente o ministro Felix Pacheco, nosso illustre consocio, no banquete offerecido ao sr. Ministro do Perú, — antecipou de muitos annos, com a famosa carta da Jamaica, de 6 de setembro de 1815, a declaração dos principios de pan-americanismo de James Monröe.

Simon Bolívar, com a sua visão larga de redemptor de povos, é o personagem secular de maior destaque no scenario politico da Independencia latino-americana. A par do *Libertador* avultam, no monumento glorioso de 1810, as grandes figuras do general Francisco de Miranda, o *Precursor*; San Martin, d. Pedro I, Sucre, Lara, Moreno, Belgrano, José Bonifacio, Caldeira Brant, Clemente Pereira, Juan Martinez, O'Higgins Montilla, Hidalgo, Montufar, Tupac-Amarú, Philippe dos Santos, *Tiradentes*, Antequera, España, Guatimozin, Rocafuerte, Monteagudo, Carrera, Del Valle, Narciso López e innumeros outros.

Refulgem gravados entre os louros dos estemmas que corôam esse bronze immortal, n'alma americana, — os nomes legendarios das batalhas da Independencia — CARABOBO BOYACÁ, CHACABUCO, MAIPU', PICHINCHA, JUNIN PIRAJÁ e AYACUCHO.

Proclamando ás tropas, a 21 de dezembro de 1824, Bolívar definiu com a admiravel nitidez todo alcance moral da estrondosa victoria de Sucre:

— "Soldados! haveis dado a liberdade á America Meridional, e uma quarta parte do mundo é o monumento da vossa gloria. Onde não tendes vós vencido? A America do Sul se reveste dos trophéos do vosso valor, mas Ayacucho, similhante ao Chimborazo, alteia a fronte acima de tudo."

No amplo sentido historico, esse rasgo militar é muito mais que uma simples batalha, — disse bem o sr. Victor

Maurtua, em sua formosa oração de agradecimento no referido banquete: "Como simples feito d'armas não teria o relevo necessario para empolgar o espirito de uma geração através de um seculo. Ayacucho é notavel e transcendental, porque foi a reconquista da America pela propria America. Peruanos, argentinos, bolivianos, colombianos, chilenos, equatorianos e venezuelanos estiveram nas faldas do Condorcunca. Foram um punhado de guerreiros em busca de uma obra de todos para todos. Nunca, até então, se havia visto no mundo um exemplo semelhante de acção commum em territorio que abrangia a metade do continente".

O centenario desse recontro celebre, que reune hoje em Lima as embaixadas de todo o Continente, accrescentou s. ex., é a festa de toda America, porque toda ella concorreu a esse campo de honra e reivindicou nelle os direitos á liberdade effectiva. Ayacucho é assim um symbolo de união e uma prophecia de destino commum. A sua commemoração secular é, para nós americanos, a festa glorificadora da raça; e pertence indistinctamente a todos os povos livres do Novo-Mundo.

Mas a lucta alli travada assume proporções épicas, como a conquista do ideal americano, personificado em Bolívar, si attendermos á grandeza e á justiça da causa, á estatura moral e pureza de sentimentos dos seus heróes, á bravura e tenacidade dos seus esforços e sacrificios, em contraste com o escabroso theatro desse choque tremendo de gigantes do heroismo e do amor á patria, travado, durante 14 annos, sobre *llanos mortiferos*, entre desfiladeiros a pique, á beira de precipicios horriveis, nos pincaros altissimos da Cordilheira dos Andes, a 12 mil pés acima do nivel do mar sobre um sólo vulcanico que abalava, frestava a terra e fazia latejar nas arterias dos heróes, como lavas de fogo sagrado, o sangue valeroso que libertou e reconquistou a America.

O movimento reivindicador teve como cartel de desafio o grito soltado a 19 de abril de 1810, pela municipalidade da capital de Venezuela, constituida em Junta Central reunida em casa do dr. José Angel Alamo, amigo privado, medico de Bolívar e redactor do jornal patriota *El Venezolano*, para declarar-se livre e convidar todas ás camaras municipaes da America Hespanhola a não reconhecer obediencia alguma á soberania de Castella.

E' altamente significativa a amplitude desse convite historico como efficaz palavra de ordem, que foi o *fiat lux* da

gestação nacionalista do Novo-Continente, e pelo advento que em si traduz do systema republicano sob as normas democraticas do federalismo, como pelo facto de vir a ser o *crédo* politico da Revolução de 1810 para todo o Continente. (Vallenilla Lans, *Criticas de Sinceridad i Exactitud*, pag. 7.)

Venezuela não só foi o cerebro d'onde brotaram o ideal e o plano da lucta, como o braço, que a armou e fez triumphar. Caracas, diz allegoricamente Carbonell, é a cidade santa, a Jerusalem, onde penetrou triumphal o Redemptor do Novo-Mundo. A revolução teve os seus prophetas, seus apostolos, seu Iskarioth, seu Calvario e sua Magdalena, Manuelita Saenz ou Fanny Villars. (*Reflexiones históricas y Conceptos de crítica*, Rio de Janeiro, 1922.)

O brilhante escriptor Blanco Fombona, em suas *Cartas de Bolívar*, Madrid, 1921, pag. 344, assim justifica esse mesmo conceito:

"Caracas é o coração de Venezuela, e esta foi, durante a Guerra da Independencia, o coração de uma vasta região da America. Alli, mais que em qualquer outra parte, se pelejou pela liberdade; alli foram destroçadas as expedições militares de Hespanha, e alli nasceram os primeiros generaes da Revolução: Miranda, que se foi bater pela liberdade nos Estados-Unidos da America do Norte; Montilla, que dalli partiu para o Mexico: Paz de Castillo, para o Chile; Sucre, para o Perú; Narciso López, que marchou após para Cuba."

Não assiste, talvez, muita razão a Mitre em affirmar na sua *Historia de San Martín*, Buenos-Aires, 1887, que a obra da independencia do nosso Continente é uma "Revolução argentina americanizada".

Sem ser carlyleano, entendo que os grandes vultos historicos personificam sempre o espirito de uma épocha ou o ideal de uma raça; como são o reflexo do meio physico, social e hereditario.

Bolívar, por exemplo, é um symbolo e o perfeito precursor do ideal latino-americano; é o "creador da religião patriotica em quasi todos os povos da America".

A sua personalidade complexa de heróe, estadista, politico, guerreiro, legislador e diplomata, synthetiza, nos multiplos rasgos de sua genialidade, todo o enthusiasmo e altivez de sentimentos da *nueva raza*, que proveio do enlace ethnico dos audazes aventureiros peninsulares com as formosas filhas das florestas equatoriaes e meridionaes, a raça dos *lla-*

neros e *costeños* da Venezuela; dos *cholos* e *montañeses* do Perú; *dos rotos,* reis do *laso,* do Chile; dos *tupis* e dos *gês* do Brasil; dos *guaranis* do Paraguai; dos *gauchos* dos pampas do Sul.

Desse caldeamento revigorante de sangue *basco-criollo,* através uma serie de avoengos castelhanos, provém a genealogia de Simon Bolívar, que tinha a tez dourada pelo sol do equador e a cholemia propria das regiões tropicaes, o olhar atrevido e agudo das aguias que nidificam á beira dos abysmos da Cordilheira, a reflectir em seus traços moraes o romanesco e as proezas cavalheirescas de novo *Cid Campeador* do patriotismo americano.

D. José Maria Samper esboçou-nos a seguinte cabeça bolivariana, quando o *Libertador* exercia a presidencia da sua terra natal e se travou a batalha de Ayacucho: — A fronte alta com amplas entradas e fundas arcadas, onde se velava o fulgor admiravel das pupillas, malares salientes, maxillares vigorosamente desenhados em harmonia com a barba, nariz grego, labios finos e nervosos, de linhas severas; tudo nos seus traços demonstrava o pensamento elevado, a resolução firme, a vontade forte, os caracteristicos de uma alma gerada para a lucta, para o perigo e para o mando.

Desenhando-lhe, a traços largos, a physionomia moral, o general Daniel O'Leary, seu amigo particular e autor das suas mais completas *Memorias,* reconheceu-o na intimidade por franco, simples, ardente em suas amizades e generoso para com os inimigos.

Herdou grande fortuna e gastou-a na causa da Independencia, tendo morrido quasi na miseria.

Viajou muito pelas principaes cidades do Velho Mundo e tendo assistido, em França, ás esplendidas festas celebradas por motivo da ratificação do Tractado de Amiens, deixou-se profundamente impressionar pelo genio de Napoleão Bonaparte. Visitou tambem a patria de Washington, e admirou-lhe os grandes vultos. De resto, elle tem muitos traços do heróe de Marengo, e grande disparidade moral com os capitães da Antiguidade, méros conquistadores por ambição e usurpadores de thronos. E' que, no peito do *Libertador,* "Deus insufflou o espirito, a cujo sopro palpita pleno de vida o coração de um Continente", na bella phrase de Carbonell.

De facto, na obra bolivariana de reconstrucção de um mundo, em que trabalhou longos annos á porfia até desfechar o golpe de morte de Ayacucho, não se sabe que mais admirar, si a proeza da espada, si a poesia da lucta, si a sagacidade do politico, si o tino e probidade do administrador, si a estrategia do guerreiro, si a bravura do patriota, si a tenacidade do apostolo, si a generosidade do vencedor, si o alto significado moral da victoria.

De facto, ella é tão ampla que pertence ao mesmo tempo aos dominios da Historia militar e social e da Historia juridico-constitucional, em particular, como da Historia geral, propriamente dita, dos povos da America.

Basta dizer que á politica estrategica de Bolívar se deve a Gran-Colombia, essa poderosa catapulta que deitou por terra o jugo hespanhol, e da qual saïram sete dos grandes generaes da Independencia e cinco dos presidentes das suas primeiras Republicas.

Não são perfeitamente conhecidos o methodo e o plano de acção de que se serviu o *Precursor*, general Francisco de Miranda, ao iniciar secretamente, em Londres, os trabalhos preliminares da grande Revolução de 1810. Sabe-se que o seu lemma de combate era — *Sin libertad no hay Patria;* e que o seu principal instrumento de propaganda foi o club secreto franco-maçonico, fundado em Grafton Square, em 1797, sob a denominação de Loja Americana, da qual fez parte Miranda, seu fundador e grão-mestre do Supremo Conselho dos *illuminados*, com filiaes em Paris e Madrid, sob o nome de Juncta das cidades e provincias da America Meridional; e em Cadix, sob o titulo de Sociedade de Lautaro ou dos Caballeros Racionales.

Contava em 1808, entre seus associados, segundo Mitre, representantes das mais illustres familias americanas e até mesmo da aristocracia hespanhola.

Passaram por alli quasi todos os pro-homens de 1810, como o general San-Martin, um dos fundadores da Loja Lautaro, de Buenos-Aires e a primeira no genero onde fermentou o *crédo* da Revolução de Maio; o dr. Mariano Moreno, o *Burke americano*, redactor do *Correo Mercantil* e da *Gazeta de Buenos-Aires*; O'Higgins e Carrera, libertadores do Chile, fuzilado este ultimo em 1821; Montufar e Rocafuerte, de Quito; del Valle, de Guatemala; Bernardo Monteagudo, do Peru', que foi

tres vezes ministro e promoveu o Protectorado de San Martin; o advogado mexicano Teresa Mier, deputado ás Côrtes hespanholas de 1812; Carlos Maria Alvear, director das Provincias Unidas do Prata; e José Maria Zapiola, patriota argentino. Alli, segundo Julio Mancini (*Bolivar et l'émancipation des colonies espagnoles dès origines à* 1815, Paris, 1912), ratificou Bolívar o seu famoso juramento prestado em Roma sobre o Monte Aventino, ao qual fez referencia d. Simon Rodriguez, seu mestre e amigo desvelado. (Memorias do mesmo, publicadas por Manoel Uribe, em Bogotá, 1883, em *El libro del Centenario*.)

Em 1804, de regresso da longa excursão scientifica aos paizes da America, colligia o barão de Humboldt os seus materiaes vastissimos sobre geographia, archeologia e sciencias naturaes para a publicação da sua grande obra *Viagem ás regiões equinociaes do Novo Continente*. Entre as pessoas que o visitavam, contava-se Bolívar, então na Europa, mas sempre interessado pelas cousas patrias.

Certa vez em que o sabio lhe descrevia com enthusiasmo as bellezas naturaes do Novo-Mundo e a sua ascenção ao Chimborazo, referindo-se aos ultimos fuzilamentos que presenciara em Venezuela, lamentou-os com sinceridade. Bolívar, ouvindo-o assim manifestar-se, exclamou: — Que radioso destino teria a America, si fosse livre! Que sublime empresa!

— De certo, atalhou Humboldt, mas não sei de alguem capaz de pô-la em obra. (*Documentos relativos a la vida del Libertador*. Prefacio da edição official publicada em vida de Bolívar, 1826-1827, tomo I, pag. 7.)

Calou-se o joven caraquense, a reflectir sobre as ultimas palavras do sabio; encarou o magno problema da emancipação politica da sua terra, onde as cabeças ensanguentadas dos heróes sonhadores desse ideal eram penduradas em gaiolas de ferro a um poste, á entrada dos portos de desembarque, como succedera em La Guayra ao patriota José Maria España, a 19 de maio de 1799, que, ao agonizar no patibulo, prophetizava: *"El fuego de Caracas no está apagado, está oculto"*.

De facto, nesse mesmo dia, outra conspiração se desvendava chefiada por Pirela, official de milicias do Batalhão dos Mulatos, de Maracaibo, que foi condemnado com dez dos conjurados a galés perpetuas, a 30 de julho de 1800.

Em alguns casos, como no do Paraguai, os filhos da terra cobriam quatro quintos da população e manifestavam um caracter tão independente e bellicoso que, já em 1579, o thesoureiro da Corôa, d. Fernando de Montalvo, extranhava o facto em sua correspondencia official, que se encontra no *Archivo das Indias*. (Mitre, *Historia de San Martin*, I, 35.)

Em pleno seculo XVI, o governo do Paraguai, diz este ultimo auctor, era uma verdadeira republiqueta turbulenta e ciosa da sua liberdade, que depunha os agentes reaes aos brados de — *Morram os tyrannos!* e elegiam mandatarios que governavam em nome do povo.

Em 1720, quando se mallograva no Brasil o movimento libertario de Philipe dos Santos, no Paraguai era deposto d. Diego de los Reyes Balmaseda, que pretendeu oppôr-se á convocação da camara municipal ou *cabildo* de Assumpção.

Os vereadores elegeram governador do Paraguai ao precursor dos *comuneros* Joséf Antequera, que governou, de 1721 a 1725, sendo afinal preso e conduzido a Lima, onde foi executado na presença do vice-rei. Antes de morrer confiou a Fernando de Mompox o compromisso de proseguir a sua obra.

O vice-rei de Lima, em 1730, teve de reprimir a insurreição de Cochabamba promovida pelos mesmos *comuneros*; e o capitão general de Venezuela, por causa dos monopolios concedidos á Companhia de Guipuzcôa, abriu lucta com os habitantes de Caracas.

Em 1765, os colonos de Quito se insurgiram por sua vez por motivo do imposto das *alcavalas*, que eram os direitos cobrados sobre as operações de compra e venda.

A 10 de agosto de 1809, Quito revoltava-se ainda, depunha o conde Ruiz de Castilla e as auctoridades hespanholas; e, em seu logar, se constitua em juncta, que representou a Fernando VII, e convidou a adherir a esse movimento aos povos vizinhos do Vice-Reinado do Perú e da Nova Granada.

Entre os patriotas sacrificados então na chacina que se succedeu a esse governicho, de menos de tres mezes, citam-se os nomes de Salinas, Quiroga e Morales.

Só em 1811, Quito se considerava effectivamente liberta do jugo de Castella.

No Perú, a grande insurreição de Tupac Amarú de 1780 teve por causa a practica vexatoria dos *repartimientos*, se-

guida pelas administrações districtaes de Chayanta e Tinta. Assim se denominava o privilegio concedido, a principio, aos corregedores, investindo-lhes do direito de fornecer aos indigenas todos os artigos de consumo necessario — verdadeira fonte de abuso e exacções inqualificaveis.

Os naturaes alliaram-se aos mestiços, victimas como elles da cupidez insaciavel dos agentes coloniaes, que continuavam a prevalecer-se de gravames, como a *mita*, si bem que officialmente revogada desde o seculo XVI.

Como a personificação dos seus direitos conculcados pela Metropole, surge então o grande martyr da independencia do Perú, na figura heroica do cacique do *Resguardo* de Tungasuca, José Gabriel Condorcanqui, que tomou por nome de guerra — *Tupac Amarú*, nome que, como não se ignora, pertenceu ao ultimo imperador dos Incas, decapitado em 1572, por d. Francisco de Toledo.

Condorcanqui, em cujas veias corria o sangue azul, era descendente ainda de Tupac-Amarú, por linha materna. Notavelmente intelligente, instruido, de nobre ascendencia, e possuindo todas as qualidades de um conductor de homens — escreve Jules Mancini, *op. cit.*, pag. 36 — havia captado inteiramente a confiança das populações peruvianas e decidido dous parentes seus a irem pedir ao rei Carlos III a suppressão definitiva da *mita* e dos *repartimientos*. Esses embaixadores foram bem acolhidos em Madrid, mas, algum tempo após á sua chegada, sucumbiram de modo extranho, acreditando-se que houvessem sido envenenados. Em vista disso, Condorcanqui, já compromettido no movimento e exposto á vingança implacavel do corregedor do districto, abriu francamente as hostilidades, alliciando todos os caciques de cem leguas em redor, que fizeram causa commum. Apoiada em elementos populares do Perú e Buenos Aires, excepção feita das classes elevadas, a sublevação teve consideraveis proporções. Tupac-Amarú avançou sobre Cuzco, com 40 mil homens, mas foi vencido pela milicia restricta de guarnição á cidade, por habil manobra da intriga politica, que conseguiu levar o panico com boatos alarmantes, e pôr em fuga, na maior parte, os insurrectos. *Precursor* da Independencia do Perú, o martyr Tupac-Amarú padeceu supplicio tremendo: depois de ter assistido a morte da esposa, de um filho ainda joven e

de seis parentes proximos, que foram esquartejados em vida pelos carrascos na praça publica de Cuzco, a 18 de maio de 1781, soffreu a mesma pena capital, inedita nos annaes da barbaria humana, em nome da civilização.

Na carta enviada a Bolívar pelo proprio irmão de José Gabriel, de nome João Baptista Tupac Amarú, escapo por milagre da carnificina de Cuzco e liberto por José Bonaparte depois de 25 annos de masmorra em Madrid, lhe dirigia estas palavras de saudação: «Um duplo motivo se impõe á minha alegria ao saudar emfim a coroação da obra em favor da qual meu bom e venerado irmão regou com o seu sangue a terra dos Andes, preparando assim a seara da qual estava reservado á vossa mão recolher os fructos magnificos. (*Juan Bautista Tupac Amarú*, 15 de maio de 1825, em O'Leary, *Memorias*, parte documentada, X, 5.)

Por esse tempo, rebentava em Nova Granada identico motim contra os abusos commettidos por d. Juan Gutierrez de Piñeros, no lançamento do antigo imposto de renda individual denominado *barlovento*. O grito de revolta foi dado por uma mulher do povo novo-granadino, que arrancou e pisou a pés, a 16 de março de 1781, o edital do *visitador* affixado á casa da Camara Municipal da villa de Soccorro. Esse movimento dos *comuneros* teve por factores Juan Francisco Berbeo e José Antonio Galán, e irradiou-se por todo o norte, Maracaibo e o Paramá, com emissarios envolvendo até ao Perú mais de 80 povoações conflagradas. Vencidos afinal os insurrectos e presos os cabeças pelo vice-rei Florez, Galán e seus companheiros foram executados em Santa Fé, em dezembro de 1782.

E a grande luz da aurora da liberdade vinha nascendo, pouco a pouco, na alma predestinada de Bolívar, a quem melhor teria applicado Bonaparte o que disse, fallando de Miranda, á sra. de Pernon: *Cet homme là a du feu sacré dans l'âme.*

Por uma tarde do mez de agosto de 1805, o futuro *Libertador*, então no enthusiasmo dos seus vinte annos, passeava com d. Rodriguez, em Roma, ao cair do crepusculo. Caminhavam distrahidos pela margem do rio Anio, juncto ao Monte Sagrado, aonde outr'ora se retiraram os plebeus de Menenio Agrippa em revolta contra o Senado Romano e a tyrannia dos patricios. O mestre aproveitou-se do ensejo para

recordar-lhe esse episodio classico, em confronto com os desesperados exforços dos povos da America, sem tribunos para defende-los contra o jugo colonial. A palavra do pedagogo inflammava-se attrahida pela magnitude do assumpto. Achavam-se ambos sentados sobre um tronco de columna antiga, derrubado ao sólo. Na linha longinqua do horizonte, o disco alvacento da lua emergindo illuminava de um clarão opalino a Cidade Eterna.

De subito, refere o mestre, o joven Bolívar ergueu-se vivamente emocionado. Tinha os cabellos revoltos pelas auras da noite, e, com o peito a arfar, o rosto pallido, os olhos humidos, brilhando com um reflexo extranho, jurou em voz embargada: — "Juro, meu amigo, em vossa presença, pelo Deus de meus paes; juro por elles, pela minha honra, e minha patria, pelas impressões que me traz este local, que não darei descanço ao meu braço, nem repouso ao meu espirito, sem que haja libertado o sólo da America do jugo aviltante que o opprime".

Por esse tempo, servia de breviario aos primeiros patriotas uma brochura de propaganda, escripta em latim — *Vincet amor Patriæ*, pelo jesuita Vizcardo y Guzman, e publicada em varios idiomas.

Ao raiar da manhã de 12 de março de 1806, hasteava Miranda no mastro grande do *Leander* a flammula tricolor da Revolução, onde se viam alliados o *ouro* da America, o *azul* do Oceano e o *rubro* sangue dos martyres da Independencia. Em terra firme, essas côres nacionaes fluctuaram, pela vez primeira, na fortaleza de São Paulo, em Vela de Córo, tendo sido officialmente adoptadas pelo Congresso Nacional de Venezuela em 14 de julho de 1811, e conservadas por esta ultima republica, pela do Equador e da Colombia.

Em 1809, os hespanhoes soffriam os revezes de Ocaña e Gerona; e os exercitos napoleonicos, senhores da Andaluzia, asseguravam a entrada triumphal de José Bonaparte em Madrid.

O écho dessas noticias sensacionaes repercutiu com fragor ao sul da America, ao grito de guerra — *España ha caducado!*

No sul os habitantes de Buenos-Aires haviam arvorado a 25 de maio de 1810 o tope azul e branco, que passou a servir

de côres nacionaes e fôra adoptado á primeira vez pelo Regimento dos Patricios, durante a invasão ingleza de Beresford.

Convocou-se o Cabildo buenairense em Congresso de representantes de todas as Provincias-Unidas do Rio da Prata.

O povo reuniu-se na Plaza Mayor, entre freneticos applausos á Juncta Governativa e gritos sediciosos ao vice-rei Cisneros, que foi intimado a abdicar pelo coronel do referido Regimento, Cornelio Saavedra.

Destacam-se nessa jornada gloriosa, além deste ultimo, os nomes de Belgrano, Ocampo, Terrada, Thompson, Irigoyen, Beruti, Chiclana, Passo, os irmãos Vieytes, Donado, Viamonte e Balcarce, que reunidos secretamente em casa do commandante Martin Rodriguez, resolveram convocar o Cabildo geral.

O signal de alarme da emancipação do Continente partiu effectivamente da heroica terra de Miranda, de Bolívar e de Sucre, do Norte para o Sul; e encontrou écho por toda parte, em todas as castas sociaes. E' de notar-se que o enthusiasmo da lucta pela liberdade fez vibrar, muitas vezes, a alma ardente e abnegada da mulher americana.

Em Santa Fé, no dia 20 de julho de 1810, o povo em massa amotina-se tambem na Calle Real; os sinos das egrejas tocam a rebate; de toda a parte em altos brados se reclama: *Cabildo abierto ! Junta ! Junta !* Os demagogos trepam ás barricadas das ruas, e arengam ao populacho, proclamando-se deputados em nome da Nação. Chegados á frente das casernas, ha um minuto de angustia para os manifestantes, que não conhecem os intuitos da guarnição militar da cidade. Mas, de subito, uma mulher do povo, trazendo pela mão um pequenito, destaca-se do grupo em que se achava, e concita ao proprio filho e ás companheiras: — "Vamos, vamos morrer com os homens ! Aquelles que forem poupados pela primeira descarga, passarão, de certo, sobre os nossos corpos; hão de tomar as peças e salvar a Patria".

Mas os soldados fraternizam com o povo e o seu chefe, o coronel Molledo vem junctar-se ao bando dos patriotas, que o acclamam.

A 16 de septembro de 1810, o desditoso Manuel Hidalgo y Castillo, que deveria morrer fuzilado em 1° de agosto do anno seguinte, desfere o grito de revolta do Mexico; e dous dias após, os patriotas chilenos Juan Martinez de Rosas, Bernardo O'Higgins, Riquelme, Manoel de Salas, os irmãos Prieto, José Miguel, Infante e Augustin Eyzaguirre proclamam a indepen-

dencia do Chile, que o glorioso San Martin fez effectiva no campo de batalha de Maipú.

Só o Perú, governado por um vice-rei habil e clemente e bemquisto dos seus habitantes, aguardava resignado o fim do regime colonial.

Entretanto, paraphraseando a Espanha, permanecia occulta apenas, mas não extincta, como os seus queixumes, a chamma sagrada na alma dos patriotas limenhos. Dão testemunho disso os seguintes versos de uma canção popular que, por esse tempo, andava em voga pelas ruas de Lima:

"Dios piadoso,
Rompeme ya las cadenas
De la tirana opresión.
Cese el luto que atormenta,
Por tres dilatados siglos,
A mi constante prudencia:
Buenos-Aires, Santa-Fé,
Caracas y Chile bella
Ya disfrutan de la gracia:
Disfrute Lima sincera..."

(Mancini, *op. cit.*, pag. 302; *Documentos*, II, 533.)

Só a espada invicta de Sucre e o campo de batalha de Ayacucho dar-lhe-iam, quatorze annos mais tarde o direito de desfructar a suspirada graça.

No dia 5 de julho de 1811, reunia-se em Caracas o primeiro Congresso Independente da America Hespanhola, que creou a primeira Republica ou Confederação americana de Venezuela, resultante da união das sete provincias de Caracas, Cumaná, Margarida, Barinas, Barcelona, Mérida e Trujillo.

A contra-revolução, irrompendo com a offensiva realista de 10 de março do anno seguinte, deu causa á chacina de Monteverde, á perda de Puerto-Cabello e á capitulação do general Miranda, que acabou tristemente os seus dias em 1816, depois de alguns annos de encarcerado, arrastando os grilhões do captiveiro, elle que fôra o *Precursor* da liberdade de um Continente inteiro.

Distinguiram-no a amizade de Napoleão, o *Grande*, que, em 1809, opinava pela conveniencia da emancipação americana, emquanto Jefferson pensava que o fanatismo e a ignorancia não podiam governar-se a si mesmos; de Catharina da Russia, que o distinguiu com o coronelato dos seus exercitos; e do grande Pitt, informa O'Leary (*Ob. cit.*, I, 141), que o consultou, fazendo justiça á lealdade do seu patriotismo, varias

vezes, quando pensava em invadir a America, chegando a confiar-lhe missão politica de alta importancia. "Durante o tempo em que governou a Venezuela, sua maior falta consistiu em não ter sabido comprehender a indole dos seus compatriotas e em não saber amoldar-se ás circumstancias". (*Idem, ibidem.*)

Bolívar assume aqui o bastão marechalico do Exercito Independente e, a serviço da Nova-Granada, vae combater nas fronteiras da patria.

Datam dessa segunda phase da lucta o *Manifesto de Carthagena* e a sua celebre *Proclamação da guerra de morte*. Abre-se a Campanha de 1813 sobre Caracas com os combates de Nequitáo e Horcones, e finaliza pelo desbarato das tropas de Izquierdo e a capitulação de Taguanes, a 31 de julho, deixando o caminho franco para Caracas. Depois do combate de Bárbula, as fòrças independentes conseguem entrar em triumpho naquella cidade; e o Congresso, em meio de delirantes applausos, confere a Bolívar o titulo de *Libertador*.

A 28 de outubro de 1814, trava-se nas savanas de Carabobo a primeira batalha desse nome, que equivale a um completo desastre para os Realistas, cuja infantaria se viu alli aniquilada, tendo fugido os generaes inimigos Cagigal e Ceballos, perseguidos tenazmente por Urdaneta, á frente da legião de Caracas.

Os hespanhóes recorrem então ao execrado Boves, *la fiera desencadenada* das Asturias, que á frente dos seus *llaneros* do Calabozo verdadeiras hordas de sanguinarios degolladores, novos tartaros d'America, vence ao inclito Marino em La Puerta, que, por duas vezes, serviu de cemeterio ao Exercito republicano, mas succumbe na batalha de Urica, ferida a 5 de dezembro de 1814.

Em 1816, contam-se as victorias de Alacran e Juncal e a rendição de S. Felix, na qual o vencedor, general Piar, mandou fuzilar 160 prisioneiros. Mas no anno seguinte travam-se o combate fluvial de Pegallos, seguido da tomada de Angostura pelos independentes, e o feito heroico da ilha Margarita, onde é fuzilado Piar.

Bolívar triumpha de Morillo em Calabozo e de Zaraza em La Hogaza.

Em 1817-1818, começa a campanha dos Llanos e do Passo dos Andes.

A 7 de agosto de 1817, feriu-se a famosa batalha de Boyacá, em que 2.000 Republicanos, commandados por Bolívar, tendo por generaes La Soublette, Santandér e Anzoâtegui, venceram 3.000 Realistas sob as ordens de Barreyro e Jiménez. Bolívar, em pessoa, perseguiu os fugitivos até Venta Quemada; e entre elles caiu em poder dos Republicanos Vinoni, o trahidor, que havia entregue a fortaleza de Puerto-Cabello ao inimigo, e que foi mandado enforcar. Depois dessa victoria, que restituiu o direito da liberdade ao povo da Cundinamarca, convocada a Juncta Governativa, foi resolvido crear-se uma medalha de ouro aos vencedores, com a legenda — *Libertadores de La Nueva Granada*; e offerecer-se uma corôa de louros a Bolívar, que lhe foi solennemente entregue, na praça principal de Santa-Fé, por uma commissão de vinte creanças, em nome da gratidão nacional.

O Congresso de Angostura votou a 17 de agosto de 1819 a lei da creação da Republica da Gran-Colombia, que foi proclamada ao povo no dia do Natal, sob o patrocinio do Redemptor do Mundo. Compunha-se das Republicas Unidas de Venezuela e Nova-Granada, occupando uma área de 115 mil leguas em quadra; e dividida em tres grandes departamentos administrativos: Venezuela, Quito e Cundinamarca, com as respectivas capitaes Caracas, Quito e Bogotá. Bolívar foi eleito seu presidente; e o dr. German Roscio e o general Santandér, vice-presidentes respectivamente, de Venezuela e Cundinamarca.

Em 1820, Fernando VII entabolava as negociações de paz com a America independente por meio das medidas preliminares do armisticio com La Torre e o Tractado de Trujillo. Deu-se uma tregoa de seis mezes e promoveu-se a regularização da guerra. O *Libertador* escrevia então ao Rei exigindo o reconhecimento da Independencia, mas a 28 de abril, achando-se extincto o prazo fixado no art. 12 do armisticio sem que o Governo hespanhol accedesse á exigencia, recomeçaram as hostilidades, com os inolvidaveis feitos de Jeopayan, Yaguachi, e á segunda batalha travada, ao raiar d'alva de 24 de junho de 1821, na planicie de Carabobo contra as tropas realistas do general La Torre, que alli perdeu batalhões inteiros da sua infantaria, este abandonou no campo de acção o parque de artilharia e bateu em retirada, só com a reserva e parte da cavallaria. Nesse decisivo feito d'armas,

morreram gloriosamente dous bravos commandantes dos Republicanos, Plaza e Cedeño; e em consequencia delle o *Libertador* reentrou entre acclamações unisonas, em Caracas, definitivamente libertada do jugo hespanhol.

O anno heroico da Independencia Brasileira nos campos do Ipiranga, pelo rasgo cavalheiresco do principe d. Pedro assignala tambem a emancipação do Equador, com as glorias de Bombaná e Pichincha e a capitulação das tropas hespanholas em Pasco.

O general José de San Martin y Matorras, que se havia feito celebre desde o combate de S. Lourenço em 1813, á frente do Exercito dos Andes, desenvolve o seu genio militar no difficil passo da Cordilheira entre Mendoza e o Chile, vencendo em Chacabuco; e o revés de Cancha Rayada, attribuido por O'Leary a um incidente muito commum na practica da guerra, foi gloriosamente compensado pelos louros immarcessiveis de Maipú, que fizeram o Chile independente. (O'Leary, *loc. cit.*)

No Brasil, a Independencia foi um phenomeno natural, quasi sem solução de continuidade para a vida interna do paiz. O herdeiro de Bragança, seguindo com grande tacto politico o sabio conselho paterno, dado pouco antes de dom João VI voltar para o Velho Mundo, em 1821, cingiu a corôa de primeiro Imperador do Brasil, antes que algum aventureiro della se apossasse. Por isso, a emancipação brasileira constitue um caso de anomalia historica, não só porque foi dictada de cima para baixo, espontaneamente pelo proprio soberano aos seus vassalos, por ser a medida mais opportuna e sensata, a de maior conveniencia para a Nação, que se apressou em suffragá-la, como porque a eclosão do movimento separatista entre nós não serviu de entrosagem á do regime republicano, a exemplo do que se deu com o resto do Continente.

A Independencia Brasileira teve ainda como paladina e musa inspiradora a primeira imperatriz d. Maria Leopoldina, a quem — indiscutivelmente — se deve em grande parte a resolução patriotica de d. Pedro.

Sem o fino bom senso e a bondade d'alma de d. João VI, sem a galhardia e o desprendimento cavalheiresco de dom Pedro I, manifestado não só a 7 de septembro de 1822, mas

principalmente a 7 de abril de 1831; sem o equilibrio moral e o pulso de ferro de José Bonifacio, o *Patriarcha*, o Brasil teria, em 1822, fatalmente resvalado na anarchia militar e na demagogia arruaceira, que afogou em sangue algumas das Republicas vizinhas.

Esse, de facto, foi o maior serviço que nos prestou o heróe do *Fico* e do Ipiranga. Além disso, desferindo esse legendario grito de 7 de septembro, e reconhecendo a autonomia da Cisplatina pelo tractado de 1827, d. Pedro I libertou em kilometros quadrados mais de metade do nosso Continente Meridional. Sob o criterio comparativo da extensão geographica, assume as proporções gigantescas do maior dos libertadores da America do Sul.

O Brasil retardou-se de cerca de tres quartos de seculo na consagração do ideal democratico, que as demais nações americanas se apressaram em abraçar. A razão disso foi que não nos sentiamos logo na necessidade de proclamar o governo do povo pelo povo; ou senão que o longo e fecundo reinado de paz de d. Pedro II, o *Magnanimo*, realizou para nós o segredo do ideal das democracias coroadas. Assim, a evolução da fórma governativa não acompanhou synchronicamente, para nós, a do surto historico de emancipação do sólo.

A exemplo dos Estados-Unidos da America do Norte, conservámos apenas, sob a fórma republicana federal, a mesma liberdade de que, no mais alto grau, sempre desfructámos, emquanto fomos monarchia constitucional representativa. Por essa razão, depois da tentativa de Philippe dos Santos, em 1720, mandado barbaramente arrastar pela cauda de um cavallo bravio pelo conde de Assumar; do drama lugubre da Inconfidencia Mineira e das Revoluções de 1817, 1824, 1835, 1838 e 1848, gozou o Brasil do mais largo remanso politico que é dado a uma nação fruir.

A partir de 1823, o Perú, durante o *Protectorado* de San Martin, e desde a derrota do general argentino Rudescindo Alvarado, em que se vê entregue aos excessos da revolução civil, clama, por quatro vezes, pela intervenção do *Libertador;* e Bolívar põe, finalmente, a ordem ao cáhos.

José Antonio Sucre, *el gran mariscal*, apparece então no scenario da lucta, como — "um fróco de neve sobre o charco de sangue — para usar do symbolismo de Carlos Pereyra. Pouco antes de nomeá-lo para o commando em chefe do Exer-

cito do Sul em substituição a Váldez, Bolívar fazia a O'Leary o seguinte expressivo conceito do vencedor de Ayacucho: — E' um dos melhores officiaes do Exercito,— reune a technica profissional de La Soublette o bondoso coração de Briceño, o talento de Santander a actividade de Salón; e, por mais extranho que isso pareça, ninguem sabe ou suspeita siquer das suas aptidões. Estou resolvido a pô-lo em fóco, certo de que um dia me revalizará". (O'Leary, *op. cit.*, II, pag. 77.)

D. Vicente Sucre, seu progenitor, que era, em 1810, commandante do Exercito Real, ao estalar a revolução, sacrificou ao idéal americano não só a sua alta patente, como os seus fartos cabedaes, a propria vida e a de seus cinco filhos: Pedro Sucre, commandante do bravo corpo de *Colombia*, durante o cerco de La Puerta e alli assassinado pelas hordas sanguinarias de Boves, a sanguinaria féra de Calabozo; Vicente Sucre, victima desse mesmo monstro asturiano na occupação de Cumaná, cidade maritima ao oriente da Venezuela, berço natal dessa familia; Francisco Sucre, fuzilado aos vinte annos, na praça publica, após o combate de Cariaco, em que Bermúdez foi derrotado por Cerveris; Carlos Sucre, assassinado na costa de Guiria; finalmente, José Antonio, o grão marechal de Ayacucho, victima da infame cilada de Obando e da Sociedade Democratica, nesse tragico attentado da montanha de Berruecos, que pôz termo á sua vida gloriosa.

Como fino traço da sua grandeza de alma christã, cujo typo era mais o ideal guerreiro de S. Luiz e Bayard do que a aspereza antiga dos heróes greco-romanos, cita Pesquera Vallenilla o seguinte episodio em seu interessante livro *El gran mariscal de Ayacucho*, pag. 15:

"Depois da victoria de Maturin, em 1814, Sucre, então coronel, chefe do estado maior da divisão Bermúdez, ao percorrer o campo de batalha, encontrou dous hespanhóes, um soldado catalão de nome Palau, e um sargento, Rodriguez, cujos pés, de tão inchados, os impediam de fugir. Sucre fez apear a sua ordenança e fornecer-lhes a sua montada, conduzindo-os ao acampamento.

Chegados ao quartel-general de Bermúdez, queria este a viva força mandar passá-los pelas armas; Sucre oppoz-se energicamente dizendo: — "Salvae o nome da Republica, que é mais glorioso do que ganhar uma batalha".

Ambos foram salvos, e, em signal de reconhecimento, alistaram-se sob as bandeiras republicanas e bateram-se heroicamente. Palau morreu em Cumaná, como alcaide dos presos, e Rodríguez veio a ser promovido no combate do Matará ao posto de primeiro commandante.

Durante os dous mezes de preparativos para o encontro final de Ayacucho, emquanto os Realistas faziam verdadeiros rasgos de estrategia, o genio militar de Bolívar reflectia profundamente sobre o plano da batalha, cuja importancia decisiva apprehendeu immediatamente.

Por uma coincidencia mui notavel o campo escolhido para o ultimo ajuste de contas foi o mesmo que serviu de theatro, na primeira phase da invasão espanhola, ao embate das hostes do caudilho Almagro contra Pizarro, o *Povoador* do Perú.

Desde 8 de outubro de 1824, haviam começado esses preparativos, pondo-se em marcha o 1° batalhão perúano e o 56° de granadeiros a cavallo dos Andes; a 10, desloca-se o resto do exercito em direcção a Marnara, reconhecendo as posições do inimigo, cujas tropas, fortes de quasi dez mil homens, commandados pelo ultimo vice-rei espanhol no Perú, d. José de La Serna e pelos generaes Canterac e Váldez, estavam concentradas entre Cuzco e S. Thomaz.

Sucre dispunha então de cerca de 6.500 homens do Exercito Unido Libertador, formando tres divisões: uma *perúviana*, sob a chefia do general José de La Mar; e duas *colombianas*, commandadas respectivamente por generaes, o joven e heroico colombiano José Maria Córdoba e Jacintho Lara, estando a cavallaria a cargo do inglez William Miller.

Nos fins de outubro, com a sua tropa acantonada entre Larata e Sirca, teve Sucre noticias de que o vice-rei contava travar a acção o mais tardar a 3 de novembro; e tratou logo de concentrar as suas forças em Pichirgua, terreno favoravel pela natureza e abundante em pastos para a cavalhada, pelo que, a 13, acampava em Andahuailas, tendo perdido alguma munição e equipagem, num ataque de rectaguarda.

Entretanto, La Serna dirigia-se para Huamanga, manobra infeliz que tornou difficeis, para o inimigo, os serviços de communicação e aprovisionamento das forças, além do escabroso dessa posição impropria para os fins em vista. e tomada

ao preço de penosas marchas forçadas e do sacrificio sem conta de homens e animaes, através dos mais difficeis passos da Cordilheira.

A 20 de novembro os dous exercitos se avistavam juncto ás altitudes do Bombon, que Sucre occupou a 24, e onde se manteve até ao dia 30; mas os Realistas se desviaram na direcção do rio Pampas, na visivel intenção de flanquear os Independentes. Sucre operou então com habilidade um movimento de recúo para Matará, donde se propunha a retroceder até Huamanga, quando La Serna, para obstá-lo, destacou cinco batalhões, que vingaram corta-lhe a rectaguarda na quebrada de Corpahuaico.

Em Tambo-Cangallo, os Republicanos deram combate ao adversario, que não quiz acceitá-lo, tractando de occupar as grimpas. Contava o vice-rei extenuar e desorganizar o exercito contrario em marchas penosissimas, e, ao cabo disso, apanhá-lo desprevenido nalgum máo passo e dar-lhe o golpe de morte.

A resistencia da marcha era uma reconhecida virtude dos soldados espanhóes, de quem Sucre costumava dizer, gracejando, que a sua superioridade residia nos pés. De facto, era com precisão mathematica que o vice-rei, a sua artilharia, os seus infantes e a sua cavallaria se moviam, como o rei com os seus castellos, peões e cavallos, sobre um taboleiro alvi-negro de xadrez.

Levantando acampamento durante a noite de 4 de dezembro, os Independentes tomaram a direcção da Huaicháo e pela tarde de 5 chegavam a Acos Vinchos. Deslocando-se em sentido parallelo, o exercito de La Serna, que era, na apreciação de um critico americano, como a sombra do de Sucre, veio acampar em Tambilllo.

A 6, os Republicanos chegavam a Quinúa, emquanto os Realistas galgavam o Pacaicasa, de onde passaram a 7 a quebrada de Huamanguilla, e, no dia immediato, se viam á direita dos Independentes, empoleirados como um bando de abutres reaes nas grimpas do Condorcunca, a um tiro de canhão do adversario.

Sucre, que estava então reduzido a 5.780 homens, tendo perdido uma peça de artilharia e cerca de 700 homens, desde que saïra de Pichirgua, chegou ao campo da lucta a 8 de dezembro, com uma antecipação de duas horas ao exercito espanhol e elegeu a planura de Ayacucho para theatro dessa

gloriosa proeza, que deveria encerrar o cyclo da emancipação hispano-americana.

A formatura para o combate, por parte dos Independentes, apresentava a configuração de um angulo. A ala direita ás ordens de Córdoba, compunha-se dos corpos de Bogotá, Voltigeros e Pichincha, sob as ordens do coronel Leal; e Caracas, do commandante Léon. A' esquerda, sob a chefia do general La Mar, figuravam os tres batalhões do Perú, dos commandantes González e Benavides, e a Legião Peruana do coronel Plaza. O centro era occupado por Miller com os Granadeiros e Hussards da Colombia. Quanto á reserva do general Lara, era formada de tres corpos: Rifles, commandado pelo coronel Sandes, Vencedor, pelo coronel Luque; e Vargas, commandante Moran.

O effectivo das forças contrarias orçava em quasi o dobro, ou sejam 9.310 homens, das tres armas, e 14 boccas de fogo.

Ao passar revista aos seus heroicos soldados, Sucre teve estas propheticas palavras: — "Soldados! Dos vossos exforços nesta jornada dependem os destinos da America do Sul. Será ella um dia de gloria que virá corôar a vossa felicidade. Viva o Libertador! Viva Bolívar, o Salvador do Perú!"

Estrondosos vivas á Republica retumbaram por toda parte. Nunca se notou mais vivo enthusiasmo numa batalha, di-lo o proprio Sucre em sua parte official da acção.

Para os republicanos, ella se resolveu pela ordem dada ao chefe da ala direita, o bravo Córdoba, de carregar ao centro do inimigo, com as suas columnas protegidas pela cavallaria de Miller, reforçando ao mesmo tempo a La Mar, sériamente compromettido com as forças de Valdéz.

O centro dos Realistas era um baluarte inexpugnavel, formado dos batalhões Burgos, Infante, Victoria, Guias, e do 1° Regimento, com a esquerda apoiada por tres esquadrões de La Unión, mais o de S. Carlos, quatro dos Granadeiros de La Guardia, com cinco peças de artilharia, a dominar, das escarpas, a ala esquerda dos Independentes; e além disto o 1° e 2° batalhões de Gerona, o 2° Imperial, 1° Regimento, o dos Fernandinos e o esquadrão dos Alabardeiros do Vice-Rei.

Córdoba, o joven e ardente patriota colombiano, demonstrando sangue frio sem exemplo, ao receber essa ordem de Sucre, desmontou do cavallo, acutilou-o, e proclamando que não precisava de recurso algum para escapar-se

ao perigo, improvisou esta bizarra voz de commando á sua divisão: — "*Adelante! Armas a discreción! Paso de vencedores!*"

E despregou, em carga cerrada, com tal arranque que, em um apice, destroçou a divisão Villalobos e mais oito esquadrões.

Entrementes, a massa inimiga, infiltrando-se em cunha, pelo flanco esquerdo, ameaçava separar as duas alas republicanas, mas não logrou o seu intento, salientando-se Vargas, na repulsa do ataque de frente, e os Hussards de Junin, no de flanco, sob o commando de Suárez.

Já no final do combate, ainda os corpos peruvianos pelejavam, como leões, contra a direita inimiga, refugiada em um reducto, por detrás dos barrancos a pique. Todavia, a brigada de artilharia realista oppunha parte das suas peças assestadas na cordilheira, que continuavam a varrer do alto o Valle de Ayacucho, juncado de cadaveres e feridos. Houve um instante em que o triumpho pareceu escapar por um fio aos patriotas.

Sucre, que desde o começo assistia, impassivel, ao desenrolar da batalha, do cimo de La Sabaneta, deu ordem terminante ao general Lucas Carvajal, commandante dos Hussards da Colombia, de tomar a artilharia, pelo extraordinario effeito dessa proeza nas fileiras hespanholas: — "Carregue a todo galope, sem fazer caso do fogo inimigo, e uma vez sobre os canhões, pé em terra, lanceie os artilheiros".

Carvajal, que Pesquera Vallenilla descreve como um heróe de legenda, para quem, a exemplo de Napoleão, a palavra *impossivel* deveria riscar-se dos lexicos, cumpriu á risca essa ordem, e toda a bateria foi tomada.

Por esse tempo, Lara havia acabado de despedaçar o centro, e o immortal Córdoba, escalando os formidaveis pincaros do Condorcunca, — "a casa dos condores", onde se refugiara, em desespero de causa, com o seu estado-maior, o ultimo vicerei La Serna, como o fugitivo espectro ensanguentado da tyrannia hespanhola em terras livres da America, alli mesmo o fez prisioneiro, e recebeu a espada do vencido, que capitulou definitivamente.

E, emquanto o general La Mar perseguia tenazmente os destroços do exercito em debandada, e por toda parte estrondavam vivas ao *Libertador* e á Republica, escabujava por terra, ferido de morte, o Leão de Castella.

O altaneiro d. José de Canterac, chefe do estado-maior do Exercito Realista, foi obrigado a pedir a capitulação ao vencedor, assignada no mesmo dia da victoria sobre o campo de Ayacucho, como estrondoso triumpho que teve por trophéos de guerra: 2 tenentes generaes, La Serna e Canterac; 4 marechaes, Valdez, Carratalá, Monet e Villalobos; 10 generaes da brigada Bedoya, Ferraz, Caraba, Somocurcio, Cacho Atero, Landazuri, Vigil, Pardo e Tur; 16 coroneis, 68 tenentes-coroneis, 484 majores e outros officiaes; mais de 2 mil prisioneiros da tropa; 14 boccas de fogo, grande quantidade de fuzis, todas as caixas, munições e petrechos de guerra.

Os hespanhóes tiveram 11.800 cadaveres e 700 feridos; e os americanos 310 mortos e 609 feridos.

Ao terminar a sua parte official, baixada a 11 de dezembro de 1824, do Quartel-General de Ayacucho, dizia expresivamente o grande Sucre: "A campanha do Perú está terminada; a sua independencia e a paz da America se firmaram neste campo de peleja".

Ayacucho tem por si uma particularidade interessante, como observa Daniel O'Leary, — representa uma conquista da heroicidade juvenil, pois foi essa victoria da mocidade republicana que alforriou o Novo-Mundo.

O marechal Sucre não tinha ainda 30 annos quando alli conquistou os seus louros do marechalato; Córdoba, que foi promovido a general de divisão no campo de batalha, e de quem disse Sucre em sua carta a Bolívar: "*Córdoba se ha portado divinamente; él decidió la batalla*" — natural do Rio Negro, Nova-Granada, tinha então apenas 25 annos; o fleugmatico William Miller, o chefe da cavallaria, tinha a mesma idade de Sucre. Filhos tambem de Venezuela, eram egualmente jovens — o coronel José Leal, commandante do batalhão Pichincha, nascido em Cumaná; Ignacio Luque, commandante do Vencedor; Trinidad Moran, do Vargas, e o bravo Léon, caraquense como Bolívar, commandante do batalhão de Caracas, glorioso corpo de heróes que conquistou, no campo da lucta, o nome de "batalhão de Ayacucho", Os tres ultimos foram feridos em combate, e o ultimo formou com o seu corpo, como o mais moderno, na vanguarda da divisão; finda a acção, encontraram-se junto aos cadaveres desses bravos grande numero dos seus fuzis, com os canos completamente entupidos de sangue coalhado.

Na vespera da grande batalha, Valdez, que havia sido preterido por Canterac nas boas graças do vice-rei, em sua ultima promoção de posto, levou-o, por acinte, a uma eminencia d'onde se via ao longe, a linha rebrilhante dos patriotas da divisão Córdoba, e indicando-a, perguntou-lhe: — "Vê, general, aquelles soldaditos que além se acham acampados sobre a collina, e que o trazem, de derrota em derrota, desde a ilha Margarita? Pois bem, amanhã hão de dar-lhe o tiro de graça".

Para melhor comprehender-se o valor tactico desse immortal feito d'armas, cumpre attender a que o plano do inimigo, segundo as disposições communicadas aos generaes e brigadeiros do exercito hespanhol pelo chefe do estado-maior, Canterac, era o seguinte:

Valdez, com os quatro batalhões da vanguarda, dous esquadrões de Hussards de Fernando VII, e quatro peças de artilharia devia romper a offensiva pela direita para forçar o flanco esquerdo dos Independentes. Pelo centro, o general Monet, com cinco batalhões, desceria ao valle, até acercar-se do bordo oriental do barranco que divide, em sentido longitudinal, o campo de Ayacucho, secundando, ao mesmo tempo, a offensiva de Valdez. Pela esquerda a divisão Villalobos, composta de cinco batalhões, com sete boccas de fogo, atacaria o flanco direito do inimigo, tanto que fosse empenhado o combate com a direita realista, permanecendo as demais unidades como primeira e segunda reservas. A cavallaria, formada por brigadas na rectaguarda, cobriria os intervallos das divisões.

De facto, Valdéz encetou o ataque pela direita, mas, ao ouvir os primeiros disparos, o temerario coronel Rubin de Celis, da divisão Villalobos, se arrojou ao inimigo, sem esperar pelas ordens do seu chefe immediato, sob o pretexto de que as tinha superiormente emanadas de Canterac, por espirito de picardia a Valdez, seu desaffecto.

Os Independentes, que até ahi se haviam mantido na quasi immobilidade da defensiva, em um lance genial, empregaram a divisão Córdoba, e bem se poderia dizer que, desde esse primeiro choque, rapido e terrivel, a batalha estava ganha, porque Córdoba não deu tempo a Rubin de Celis montar a sua artilharia e destroçou a divisão Villalobos. O choque da infantaria, no centro, entre Monet e Lara, foi o mais sangrento dos combates; e a cavallaria, situada nas alturas, não poude acudir de prompto ao inimigo, sinão com tres esquadrões, cujas montadas foram trazidas pela redea, de uma em uma,

pelas ingremes escarpas, até ao valle, onde os aguardavam a pé firme, para rechassal-os, os destemidos Lanceiros da Colombia.

Valdez, com os Hussards de Fernando VII, combatia em plano superior, de onde não era possivel avistar-se o que se passava no resto do campo. Pareceu, por algum tempo, levar vantagem ás tropas de La Mar, mas a carga final dos Independentes tudo esclareceu. E pela uma hora da tarde, dos ultimos destroços do exercito hespanhol, diz Garcia Camba, o que não havia sido morto, ou ferido, ou prisioneiro, batia em retirada em todas as direcções.

Para maior facilidade da fuga, accrescenta, os soldados arrojavam de si as armas, petrechos, fardamento e morriões, sendo de notar-se a deserção dos indigenas do Perú, de que se compunha em grande parte o exercito real.

Em vão, tentou conte-los o proprio vice-rei, na debandada louca, tendo, por essa occasião, recebido seis ferimentos de bala e de arma branca, até ser derribado do cavallo e caïr prisioneiro, juntamente com os seus generaes Cantarac, Valdéz, Monet e Villalobos.

O generoso Sucre enviou-lhe como parlamentar, ao general La Mar, que negociou com o vencido os 18 artigos da capitulação, assignada por ambas as partes, em virtude da qual foi entregue ao Exercito Unido Libertador todo o territorio e a praça de Calláo, com as respectivas tropas, armas, bagagens, armazens e petrechos bellicos; tendo sido outorgada plena garantia dos direitos individuaes, e liberdade reciproca a todos os prisioneiros até essa data, sendo os feridos auxiliados pelo erario do Perú e facultado aos officiaes o uso dos seus uniformes, assistencia e criadagem; foi igualmente reconhecida pelo governo republicano a divida interna hespanhola.

Sucre prestou dous extraordinarios serviços á Republica do Perú, — deu-lhe a Independencia e organizou-lhe a defesa armada, elevando-lhe o effectivo das forças de terra de 1.700 homens a 8.000 veteranos do Exercito do Sul. Em consequencia disso, o Libertador promoveu-o a Grão Marechal, titulo que o Congresso do paiz trocou pelo, mais significativo, de MARECHAL DE AYACUCHO.

Constituida a Republica da Bolivia, em nação autonoma, composta dos ricos e florescentes departamentos de La Paz, Chuquisaca (hoje Sucre), Potosi, Cochabamba, Oruro, Santa

Cruz, Jufui, etc., escolheu ao vencedor de Ayacucho por seu primeiro presidente em caracter vitalicio, mas o nobre e desinteressado Sucre declinou publicamente dessa honra, allegando que essa magistratura suprema devera ser exercida por um filho do paiz. Só deante das reiteradas insistencias de Bolívar, que lhe fez ver a necessidade absoluta decorrente da sua acceitação para os interesses da America Livre, acquiesceu em occupar o cargo, mas por dous annos tão sómente.

O Congresso da Colombia, por um decreto de 1825, presenteou a Sucre com a espada de grão-marechal, tendo no punho o escudo de armas da Republica e a inscripção: "El Congreso de Colombia al Gran-Marechal de Ayacucho, 1825". A encommenda foi feita em Londres pelo ministro residente ao joalheiro do rei da Inglaterra, e ajustada pela somma de 10 mil pesos fortes. Conta-se que Jorge IV, ao saber disso, pediu licença para manda-la confenccionar em tudo igual á espada que a Gran-Bretanha offereceu ao Duque de Wellington, em recompensa pela victoria de Waterloo, ostentando as armas britannicas, e a legenda allusiva, gravadas do lado opposto ao escudo colombiano, tendo os copos e o punho de ouro, a bainha de velludo carmezim e o broche de talim cravejado de brilhantes, ultrapassando o seu custo de 12 mil pesos fortes.

Antes de morrer a 19 de abril de 1830, Sucre legou essa gloriosa reliquia ao *Libertador*, que, por testamento, a deixou á viuva do heróe de Ayacucho, como um *memento* glorioso que deveria ser conservado em familia. Actualmente figura num quadro, em logar de honra, no salão do Senado. (Pesquera Vallenilla, *Op. cit.*, pag. 187.)

Sucre passou pelos circulos de ferro das luctas americanas (diz um dos seus biographos) sem as torturas da ambição; e a tocaia dos salteadores, que lhe roubou a abnegada e proficua existencia afastou-lhe dos labios a taça de fel das desillusões politicas. Morreu no momento proprio, opportunidade feliz que não se reserva a todos os heróes.

Na consciencia dos povos livres d'America a sua memoria inapagavel restará sempre na gloria dos seus feitos eviternos, como o bronze immortal de Ayacucho.

Sucre foi o grão-marechal da liberdade latino-americana, conquistada ao premio de supremos esforços pela triade heroica — Bolívar, Pedro I e San Martin, — como Ayacucho é

o corôamento glorioso que remata a obra. Depois dessa victoria estupenda, que vale como a Waterloo do Imperialismo europeu na America, e depois do Congresso de Panamá de 1826, inicia-se a politica de concordia e de paz entre as nações do Novo-Mundo, das cabeceiras do S. Lourenço até ao cabo de Horn.

O illustre Ministro do Perú, o fino cavalheiro sr. Victor Maurtua, talento de escól e notavel homem de letras, affirmou bem que todas as nações da America, sem excepção alguma, absolutamente todas, devem fazer deste Continente um immenso campo de democracia pacifica e um lar de felicidade humana; que somos uma Nação dividida em varios Estados e, acima das fronteiras politicas, deve pairar o espirito da communidade americana.

Muitos dos salutares conceitos externados por s. ex. sobre os destinos e futuro da America encontram aliás perfeita affinidade com a minha opinião francamente expendida no banquete de encerramento do 1° Congresso Internacional de Historia da America, reunido por iniciativa deste INSTITUTO, durante as festas do Centenario da Independencia do Brasil.

Nelle fizeram-se representar as nações do Novo-Mundo e foi suffragado, por unanimidade, o voto do insigne presidente deste INSTITUTO, o sr. conde de Affonso Celso, afim de que, com o concurso de todas essas nações, sem excepção, se haja de escrever a Historia Geral da America.

Lamentava ha pouco, com a subtileza de atticismo que o characteriza, Medeiros e Albuquerque, um dos representantes á embaixada em Lima, o espantoso desconhecimento em que as nações americanas vivem umas das outras, a exemplo do que succedia com certas regiões das antigas cartas da Africa, em que os velhos geographos, não sabendo o que pôr, escreviam apenas a legenda — *Hic sunt leones;* e que isto se passe em parte comnosco em relação aos circumvizinhos paizes.

Sim, poder-se-ia objectar, sabemos perfeitamente que alli existem os leões do patriotismo e da heroicidade americanos que venceram Ayacucho.

O primeiro passo da politica de congraçamento das raças da America reside na educação civica, moral e intellectual dos seus filhos, como bem preconizou o digno sr. Presidente da Republica nas bellas palavras de estimulo á nova geração, do mais irradicado amor e maximo interesse pelas cousas patrias,

contidas no seu despacho radio-telephonico por occasião da passagem do 35º anniversario da Republica. Ha, de facto, necessidade innegavel da approximação e intercambio moral, politico, intellectual e social dos povos deste hemispherio, fundindo-se todas as suas almas numa só alma, — a alma americana; vinculando-se todos os seus sentimentos num só ardoroso coração, — o da America Livre. Em seu rythmo vigoroso e synchronico deve estuar o amor de todas as patrias libertadas de vez para a Historia do mundo, num mesmo dia, que foi o dessa secular jornada de 9 de Dezembro de 1824, em que o genio de Bolivar e a espada de Sucre ganharam a batalha de AYACUCHO.

E' que a obra magistral do *Libertador* nos apresenta hoje, do Mexico á Terra do Fogo, o espectaculo esplendoroso de uma vintena de republicas, unidas e livres, na identidade de esforços e destinos, e que se engrandecem cada vez mais aos olhos da humanidade culta.

A emancipação da America Latina influiu muito mais do que se poderia pensar sobre o advento dos direitos do homem, consagrados pela Revolução social de 1789, já prestes a ceder o passo ao movimento imperialista de 1815. Ao revigorante exemplo da epopéa dos povos do Novo-Mundo é que se reanimou a velha Europa, asphyxiada pelo jugo de Napoleão, para fazer triumphar a alma republicana de 1830.

A' America Livre está reservada a solução das mais importantes questões, maximé na ordem politica e social, a que serviu de impulso.

TODOS POR UM E UM POR TODOS — seja a nossa divisa. Congracemo-nos, conheçamo-nos reciprocamente, unidos pelo mesmo ideal, pelas mesmas luctas, pela mesma origem e destinos, e seremos fortes pelo intercambio intellectual das letras, sciencias e artes, pela expansão economica do commercio e da industria.

Que os nossos escriptores, os nossos sabios, os nossos artistas e as nossas riquezas confraternizem em um mesmo objectivo, que é o idéal americano de BOLIVAR !"

(*Grandes e prolongados applausos.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*), encerrando a sessão, diz que a assistencia tão dignificada pelo comparecimento de tantas senhoras e tantas summidades nacionaes e estrangeiras, embaixadores e ministros plenipoten-

ciarios, a todos os quaes ainda uma vez agradecia, é especialmente ennobrecida pela presença de um proximo parente do grande estadista, grande guerreiro, verdadeiro grande genio americano — Simon Bolívar, o *Libertador*: é a dignissima senhora do sr. Ministro do Perú.

Pede á assembléa que, de pé, com uma salva de palmas, saúde a distinctissima senhora, acclamando nella a nobreza da sua Patria e a belleza, a virtude, a gloria da America. (*Estrondosos applausos.*)

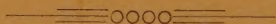
Levanta-se a sessão ás 22 1/2 horas. —*Agenor de Roure*, 2ª secretario.

A REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO apparece desde 1839.

Constitue, até Novembro de 1927, uma collecção de 96 tomos, divididos em 150 volumes.

Além desses, tem publicado os seguintes: 24 volumes especiaes e o DICCIONARIO HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL (2 volumes).

CHILE-BRASIL - 1 vol.
HOMENAGEM A D. PEDRO II — 1 vol.
HOMENAGEM A CHRISTOVAM COLOMBO — 1 vol.
HOMENAGEM Á MEMORIA DE D. PEDRO II — 1 vol.
QUARTO CENTENARIO DO DESCOBRIMENTO DA AMERICA — 1 vol.
CENTENARIO DA IMPRENSA NO BRASIL — 2 vols.
PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTORIA DO BRASIL — 5 vols.
O ANNO DA INDEPENDENCIA — 1 vol.
CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA DA AMERICA — 5 vols.
CONTRIBUIÇÕES PARA A BIOGRAPHIA DE D. PEDRO II — 2 vols.
TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAES DOS EX-IMPERADORES — 1 vol.
NOBILIARCHIA PAULISTANA, HISTORICA E GENEALOGICA — 1 vol.
DICCIONARIO HISTORICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL (INTRODUCÇÃO GERAL) 2 vols.

———oooo———

Todas as publicações do INSTITUTO acham-se á venda em sua séde — Rua Augusto Severo n. 4, 1° andar — Rio de Janeiro; — na COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO (Weiszflog Irmãos, Incorporada) Rua Libero Badaró, 80-88 — São Paulo. Rua Buenos Aires, 40-42. — Rio de Janeiro — Rua do Bom Jesus, 226 — Recife, e na LIVRARIA J. LEITE — Rua Regente Feijó 12 — Rio de Janeiro.